MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Secretaria-Executiva

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

SECRETARIA-EXECUTIVA

Brasília, 2016.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretaria Executiva

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU n.º 63/2010, da Decisão Normativa TCU n.º 146/2015 e da Portaria TCU n.º 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno.

Secretaria-Executiva

Brasília, 2016.

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

ABTLuS – Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

AEB – Agência Espacial Brasileira

AGU - Advocacia-Geral da União

APDIS – Assessoria de Procedimentos Disciplinares

APF – Administração Pública Federal

ASCAP – Assessoria de Captação de Recursos

ASCAV - Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas

ASCOF - Assessoria de Coordenação de Fundos Setoriais

ASSIN – Assessoria de Assuntos Internacionais

BEP – Bolsa de Estágio/Treinamento no País

BEV – Bolsa de Especialista Visitante

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BSP – Bolsa de Estágio/Treinamento no Exterior

BVC – Biorrefinaria Virtual de Cana-de-açúcar

C,T&I – Ciência, Tecnologia e Inovação

CA – Comissão de Avaliação

CAFe – Comunidade Acadêmica Federada

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBPF – Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas

CDU – Classificação Decimal Universal

CeBiME – Centro de Biologia Molecular Estrutural

CEITEC – Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.

CETEM – Centro de Tecnologia Mineral

CETENE – Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste

CG – Contrato de Gestão

CGEE – Centro de Gestão e Estutos Estratégicos

CGGI – Coordenação-Geral de Gestão e Inovação

CGOF – Coordenação Gesral de Orçamento e Finanças

CGOS – Coordenação-Geral de Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais

CGRH – Coordenação-Geral de Recursos Humanos

CGRL – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

CGTI - Coordenação Geral de Tecnologia da Informação

CGU – Controladoria-Geral da União

CGUP – Coordenação-Geral das Unidades de Pesquisa

CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear

CNPEM - Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COCF – Coordenação de Contabilidade e Programação Financeira

CONJUR – Consultoria Jurídica

COOR – Coordenação de Orçamento

Coppe – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia

CPqD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações

CT&I – Ciência, Tecnologia e Inovação

CTBE - Centro de Ciência e Tecnologia do Bioetanol

CTC – Conselho Técnico-Científico

CTI – Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer

CTIC - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias Digitais para Informação e Comunicação

DOU – Diário Oficial da União

DPF – Divisão de Programação Financeira

DTI – Bolsa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial

EA – Entidades Associadas

EELA - E-Infrastructure Shared Between Europe and Latin America

EMBRAPII – Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública

ENCTI – Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

EPPGG – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

ESR - Escola Superior de Redes

EV – Bolsa para Especialista Visitante

FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FIOCRUZ – Fundação Osvaldo Cruz

FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FNDE – Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação

GECC – Gratificação por Encargo de Cursos ou Concurso

GT – Grupo de Trabalho

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ICPEDU – Infraestrutura de Chaves Públicas para Ensino e Pesquisa

ICT – Instituição de Ciência e Tecnologia

IDSM – Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IMPA – Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada

INB – Indústrias Nucleares do Brasil S/A

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

INPP - Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal

INSA – Instituto do Semi-Árido

INT – Instituto Nacional de Tecnologia

IOLACT – Infraestrutura Óptica Latinoamericana de Ciência e Tecnologia

ION – Infraestrutura Óptica Nacional

IP – Instituto de Pesquisa

IPE – Instituição de Pesquisa e Ensino

ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica

ITI – Bolsa de Iniciação Tecnológica Industrial

ITI/PR – Instituto de Tecnologia da Informação

LNA – Laboratório Nacional de Astrofísica

LNBio – Laboratório Nacional de Biociências

LNCC – Laboratório Nacional de Computação Científica

LNLS – Laboratório Nacional de Luz Sincrontron

LNNano – Laboratório Nacional de Nanotecnologia e Nanociências

LOA – Lei Orçamentária Anual

MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MEC – Ministério da Educação

MF – Ministério da Fazenda

MinC – Ministério da Cultura

MIT – Massachusetts Institute of Technology

MME – Ministério das Minas e Energia

MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi

MRE – Ministério de Relações Exteriores

MS – Ministério da Saúde

NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica

NSC - Network Support Centre

NSI - National Science Indicators

NUCLEP – Nuclebrás Equipamentos Pesados

OBMEP - Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas

ON – Observatório Nacional

OS – Organização Social

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PACE – Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Equitativo e Sustentável

PACTI – Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação

PCI – Programa de Capacitação Institucional

PCI-D - Bolsas de Longa Duração de Desenvolvimento

PCI-E - Bolsas de Longa Duração Especialista Visitante

PDGP – Plano de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PDU - Plano Diretor das Unidades de Pesquisa

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

POPs – Pontos de Presença

PPA – Plano Plurianual

PPACI – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional

PPBio – Programa de Pesquisa em Biodiversidade

PPDP – Planta Piloto para Desenvolvimento de Processos

PUC-RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RDSA – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã

RDSM – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

RedCLARA - Cooperação Latino-Americana de Redes Avançadas

REDECOMEP - Rede Comunitária de Educação e Pesquisa

RENE – Representação Regional do MCTI no Nordeste

RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SBTVD-T – Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre

SCI - Scientific Citation Index

SCUP – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa

SECIS – Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social

SEGEP – Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SEPED – Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento

SEPIN – Secretaria de Política de Informática

SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados

SETEC – Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

SEXEC – Secretaria-Executiva

SIAFI Gerencial – Sistema Integrado de Administração do Governo Federal

SIG – Grupo de Interesse Especial

SIGECI - Sistema Integrado de Gestão Estratégica sobre Cooperação Internacional

SigMCT – Sistema de Informações Gerenciais do Ministério da Ciência e Tecnologia

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SIGTEC - Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas

SINAPAD - Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho

SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

SIRDAI - Sistema de Recepção com Diversidade e Antenas Inteligentes para TV Digital

SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

STF – Supremo Tribunal Federal

TCG – Termos de Compromisso de Gestão

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UJ – Unidade Jurisdicionada

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

Unifacs – Universidade Salvador

Unirio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UP – Unidade de Pesquisa

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

2. APRESENTAÇÃO....11
2.1 Secretaria-Executiva – SEXEC/MCTI....11
2.2 Gabinete do Ministro....18
2.3 Assessoria de Assuntos Internacionais – ASSIN/MCTI....19
3. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS....20
3.1 Finalidade e Competências....24
3.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade....42
3.3 Organograma Funcional....43
3.4 Macroprocessos finalísticos....83
4 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTARIO E OPERACIONAL....125
4.1 Planejamento Organizacional....125
4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos....142
4.3 Desempenho Orçamentário....163
4.4 Renúncia de receitas....335
4.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho....336
5 GOVERNANÇA....352
5.1 Descrição das estruturas de governança....352
5.2 Informações sobre a comissão de avaliação do contrato de gestão....356
5.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos....384
5.4 Gestão de riscos e controles internos....385
6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....395
6.1 Canais de acesso do cidadão....395
6.2 Carta de Serviços ao Cidadão (Não se Aplica)....410
6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários....410
6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade....411
6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações....412
7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS....413
7.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos....413
7.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade....419
7.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas....420
8 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO....507
8.1 Gestão de pessoas....507
8.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura....516
8.3 Gestão da tecnologia da informação....522
8.4 Gestão ambiental e sustentabilidade....528
8.5 Gestão de fundos e de programas....529
9 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE....530
9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU....530
9.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)....575
9.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário....593
9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993....601
9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento....601
9.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda....602

RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES 608
Relatório de Avaliação de Resultados de Contrato de Gestão 608
Relatório de Instância ou Área de Correição 609
Declarações de Integridade 619

LISTA DE QUADROS

Quadro - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas 45
Quadro - Macroprocessos Finalísticos 83
Quadros - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS 292
Quadro - Ação/Subtítulos – OFSS 310
Quadro - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS 322
Quadro - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores 326
Quadro - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios 327
Quadro - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de 328
convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. 328
Quadro - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão 328
Quadro - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos 329
Quadro - Despesas por modalidade de contratação 331
Quadro - Despesas por grupo e elemento de despesa 333
Quadro – Indicadores de Desempenho 336
Quadro - Relação dos membros da comissão de avaliação 356
Quadro – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ 385
Quadro - Força de Trabalho da UPC 507
Quadro - Distribuição da Lotação Efetiva 507
Quadro - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC 508
Quadro - Despesas do pessoal 510
Quadro - Vacâncias na Adm. Central do MCTI, desde 04/03/2013 511
Quadro – Previsão de aposentadorias (MCTI-Administração Central) 511
Quadro – Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais 514
Quadro – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao erário - Tomada de Contas Especial (TCE) 593
Quadros – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao erário – processos de sindicância 598
Quadro – Despesas com publicidade 602

2. APRESENTAÇÃO

2.1 Secretaria-Executiva – SEXEC/MCTI

A Secretaria-Executiva - SEXEC do MCTI, na condição de Unidade Prestadora de Contas (UPC), apresenta ao Tribunal de Contas da União (TCU) o presente Relatório de Gestão, estruturado e elaborado de acordo com as Decisões Normativas TCU nºs 146/2015 e 147/2015, bem como com a Portaria TCU nº 321/2015 e a Portaria CGU nº 522/2015, as quais dispõem acerca do conteúdo a ser abordado nesse Relatório.

Cabe destacar que por a SEXEC não se constituir em uma secretaria temática, o foco das atividades desenvolvidas consiste na coordenação da implementação das políticas de ciência, tecnologia e inovação, o que implica gerenciamento, análise, avaliação e desenvolvimento de ações específicas que propiciem o atingimento das metas estabelecidas.

O presente Relatório de Gestão encontra-se estruturado em itens e subitens, cada qual com seus respectivos quadros de forma a propiciar melhor leitura e entendimento dos dados informados.

A estrutura do documento é organizada de acordo com estabelecido pela Portaria-TCU N° 321, de 30 de novembro de 2015 e apresentada segundo o previsto pelo Sistema de Prestação de Contas (e-Contas). Desta forma, no presente relatório, os itens obrigatórios foram descritos de acordo com sua aplicabilidade à natureza da Unidade e de suas atividades.

Este Relatório contempla os resultados da gestão da Unidade Prestadora de Contas (UPC) Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, considerando as informações sobre a gestão das demais unidades do Ministério, quais sejam:

1. Secretaria-Executiva – SEXEC/MCTI
   - 1.1 Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP
   - 1.2 Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA
   - 1.3 Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas – ASCAV
     - 1.3.1 Unidade de Gerência de Projetos – UGP
   - 1.4 Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais – ASCOF
   - 1.5 Assessoria de Captação de Recursos – ASCAP
2. Gabinete do Ministro
   - 2.1 Coordenação-Geral de Administração – CGAD
   - 2.2 Assessoria Parlamentar – ASPAR
   - 2.3 Assessoria de Comunicação – ASCOM
   - 2.4 Coordenação-Geral de Cerimonial – CGCE
   - 2.5 Coordenação-Geral da Secretaria do Conselho Nacional de C&T – CCT
   - 2.6 Coordenação-Geral da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio
   - 2.7 Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia – CMCH
   - 2.8 Conselho Nacional de Controle da Experimentação Animal – CONCEA
3. Consultoria Jurídica – CONJUR/MCTI
4. Assessoria de Assuntos Internacionais – ASSIM/MCTI
5. Representação Regional no Nordeste – RENE
6. Representação Regional no Sudeste – RESE

Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP

A SCUP atua nos processos de pactuação de resultados e de avaliação de desempenho dos Institutos de Pesquisa – entendidas aqui tanto as Unidades de Pesquisa (UP) componentes da

Administração Direta, quanto as Organizações Sociais (OS) que mantêm contrato de gestão com a União por meio deste MCTI; realizações objetivo principal da SCUP, é propiciar o ambiente mais adequado para a realização tempestiva das pactuaçõese para a efetiva avaliação dos resultados previamente pactuados. A atuação da SCUP, então, reflete-se diretamente nas realizações dos Institutos e OS com os quais se relaciona.

Dessa forma, muito embora o ambiente de 2015 tenha sido de forte contenção, em termos orçamentários e financeiros, as UPs e OSs conseguiram manter um razoável desempenho operacional, que ainda não refletiu proporcionalmente ao regime financeiro restritivo que se abateu sobre o MCTI no exercício em foco.

Com relação às OS, eis as principais realizações no período:

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)

- O CGEE realizou um estudo sobre a viabilidade do etanol celulósico (etanol de segunda geração ou EG2), que foi apresentado durante a Conferência do Clima (COP 21), em Paris, no início do mês de dezembro de 2015.

- O CGEE realizou a quarta edição da pesquisa sobre "Percepção Pública da Ciência e Tecnologia no Brasil". Esse estudo teve como objetivo principal realizar levantamento do interesse, acesso à informação, conhecimento, bem como comportamentos, hábitos e atitudes dos brasileiros em relação à C&T, tendo como público-alvo a população brasileira adulta, homens e mulheres, e jovens com idade igual ou superior a 16 anos. A pesquisa demonstrou que a atitude dos brasileiros em relação à ciência e à tecnologia é muito positiva e otimista. Há uma expectativa de que a ciência seja um fator de transformação para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Isso tem a ver com a percepção da ciência como um instrumento que gera resultados aplicáveis às suas vidas e também seja capaz de solucionar problemas, como, por exemplo, na área de saúde e meio ambiente.

Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM)

- Em 2015, deu-se início à obra civil da nova Fonte Brasileira de Luz Síncrotron — o Sirius, um equipamento de 4ª geração no estado da arte. Além da construção destas edificações que abrigarão a máquina, o Projeto engloba outros dois componentes, a fonte de luz (aceleradores e o anel de armazenamento) e as estações experimentais (linhas de luz). Em 2015, com as iniciativas de detalhamento dos projetos de engenharia, desenvolvimento de novas soluções tecnológicas, contratação e fabricação de vários componentes foi possível cumprir compromissos importantes, fechando o ano com uma execução física de 12% do total do Projeto. Importante destacar que ocorreu a liberação de apenas 20% dos recursos contratados no ano. Esse resultado só foi possível com a postergação de pagamentos e com a utilização dos restos a pagar referentes a 2014. Contudo, a estratégia foi esgotada e não poderá ser estendida para o ano de 2016. A manutenção do cronograma de execução dependerá do aporte dos recursos previstos no PPA 2016-2019 para o Projeto Sirius, que passará a integrar o PAC no ano de 2016.

- O Laboratório Nacional de Nanotecnologia (LNNano) foi incluído em duas Redes de Centro de Inovação, criadas no âmbito do Sibratec (Sistema Brasileiro de Tecnologia) em parceria com o Sistema Nacional de Laboratórios de Nanotecnologia (SisNano) nos temas "Nanodispositivos e Nanocompósitos".

- Em junho, o CNPEM e o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), assinaram em parceria com os americanos Laboratório Nacional Argonne e o *Advanced Photon Source* (APS) um acordo

para desenvolver mecanismos de colaboração em pesquisas com fontes de luz síncrotron. O documento prevê o acesso mútuo de dados científicos e técnicos, a organização de encontros, o planejamento de projetos e a mobilidade acadêmica de cientistas, engenheiros e outros especialistas.

- Em agosto, oito empresas foram selecionadas para superar treze desafios científicos e tecnológicos relacionados à construção do Sirius. A intenção do edital não é apenas a de ajudar a desenvolver o Sirius, mas permitir que empresas inovadoras e suas equipes de pesquisa ampliem seu leque de produtos tecnológicos, criando uma cadeia de fornecedores em condição de atuar no mercado global.

Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii)

- 2015 foi o primeiro ano de operação da Embrapii em que a organização social esteve plenamente consolidada e atuante. Foram contratados, junto às treze Unidades Embrapii (que haviam sido credenciadas em 2014) trinta e dois projetos em fase pré-competitiva, para o desenvolvimento de protótipos de produtos e a solucão de lacunas tecnológicas para o lançamento de novos produtos ou processos, sempre em parceira com empresas.

- Em 2015 foram credenciados cinco Institutos Federais (IFCE, IFES, IFBA, IFMG e IFFluminense) como Polos Embrapii.

- Ainda no segundo semestre de 2015, a EMBRAPII lançou duas Chamadas Públicas para seleção de sete novas Unidades EMBRAPII. A Chamada 01/2015 é para a seleção e credenciamento de até duas Unidades em áreas ligadas a Biotecnologia. Já a Chamada 02/2015 é para seleção de até cinco Unidades em qualquer área tecnológica. Com o resultado deste processo, chegará a vinte e cinco o número de Unidades EMBRAPII aptas a desenvolverem projetos de inovação industrial em parceria com empresas.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)

- A iniciativa "Conservação do Peixe-boi Amazônico" venceu o Prêmio Nacional da Biodiversidade, na categoria Academia e na categoria Juri Popular, oferecida pelo ICMBio para todas as pesquisas em conservação da biodiversidade no Brasil.

- O Programa de Pesca do IDSM é finalista na etapa nacional do Prêmio *Energy Globe Award*, promovido anualmente pela Energy Globe Foundation, instituição com sede na Áustria, que contempla as melhores iniciativas sustentáveis de conservação no mundo.

- Em 2015 iniciou-se a instalação das primeiras máquinas de produção de gelo por energia fotovoltaica nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá e Amanã. As substituições, uma ação que transitou diretamente da academia para as comunidades amazônicas, são menos onerosas no longo prazo, conseguindo um volume maior de produção do que os geradores a diesel anteriormente utilizados, e completamente sustentáveis do ponto de vista ecológico.

- O IDSM produziu uma série de quatro vídeos denominada “Compartilhando Saberes”. Ela está disponível no canal do IDSM no YouTube (https://www.youtube.com/user/InstitutoMamiraua). Os episódios versam sobre algumas das atividades finalísticas do Instituto: Manejo de Pirarucu; Agentes Ambientais Voluntários; Sistema de Água com Energia Solar; e Turismo de Base Comunitária. Nessas produções é possível identificar com clareza o impacto das ações do Instituto na vida das comunidades.

- A Pousada Uacari recebeu, pelo terceiro ano consecutivo, o certificado de excelência do Tripadvisor.

- A Pousada Uacari e Projeto Iauaretê do Instituto Mamirauá implementaram a primeira iniciativa de turismo de observação de onça de base comunitária do Brasil.

- A Pousada Uacari foi premiada com o segundo lugar no prêmio *"World Responsible Tourism Awards 2015"*, na categoria redução da pobreza.

- Por mais um ano o Instituto Mamirauá teve seu trabalho reconhecido por reportagens premiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), na sexta edição do prêmio FAPEAM de jornalismo científico 2015.

- Foi realizado em Tefé (AM), em fevereiro de 2015, o 4º. Seminário Anual de Gestão de Recursos naturais e Desenvolvimento Social, promovido pela Diretoria de Manejo e Desenvolvimento do Instituto Mamirauá.

Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA)

- A 11ª edição da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, em 2015, contou com mais de 18 milhões de alunos inscritos.

- Com o apoio de doações privadas, o IMPA realizou concurso de projetos com escritórios convidados; a comissão julgadora, formada por especialistas, selecionou um projeto, que será contratado para a edificação do novo imóvel do IMPA, a ser construído em terreno também doado pela iniciativa privada – Rede Globo –, contíguo e aproximadamente duas vezes maior do que o atual imóvel onde se encontra a sede do IMPA.

- 4.541 professores das vinte e sete unidades da federação capacitados pelo PAPMEM (Programa de Aperfeiçoamento para Professores de Matemática do Ensino Médio), oriundos de 60 instituições de ensino que fazem parte do projeto e, ainda, mediante retransmissão pela RNP para 65 outras instituições.

- Em janeiro de 2016, o canal do IMPA no YouTube contemplava mais de 4.800 inscritos e mais de 213.000 visualizações. O canal disponibiliza vasto acervo de aulas de matemática. O Programa de Aperfeiçoamento de Professores de Matemática do Ensino Médio possui 52 vídeos aulas disponíveis no YouTube. Além disso, a lista do programa de mestrado do IMPA tem um acervo de 192 vídeo aulas e o programa de doutorado, 266 vídeos aulas.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

- Inauguração de sete novas unidades Rute (Rede Universitária de Telemedicina):

    - GHC - Hospital Femina (RS);
    - GHC - Hospital Cristo Redentor (RS);
    - Hospital Barão de Lucena (PE);
    - Rede Sarah de Hospitais, sede Belém;
    - Rede Sarah de Hospitais, sede Fortaleza;
    - Rede Sarah de Hospitais, sede Macapá; e
    - Rede Sarah de Hospitais, sede Rio de Janeiro.

- A Redecomep é uma iniciativa do MCTI, coordenada pela RNP, que objetiva a implantação de uma infra-estrutura de fibras ópticas própria voltada para as instituições de pesquisa e educação superior e na formação de consórcios entre as instituições participantes de forma a assegurar sua auto-sustentação.

- Situação da Redecomep em 2015:

  Opera em 37 cidades, com outras 2 em implantação, e mais de 2 mil quilômetros de rede óptica própria;

  Mais de 400 instituições beneficiadas;

  Permite a ampliação da capacidade de conexão para 10 Gb/s de algumas redes para participação mais equânime de alunos, professores e pesquisadores nos benefícios de uma comunicação e colaboração de alta qualidade;

  Representa uma iniciativa estruturante, para permitir acesso e ampliação de infraestrutura de rede acadêmica e governamental nos municípios, com custos incrementais reduzidos;

  Reduz custos com a comunicação de dados e o acesso à Internet;

  Através da disponibilidade de fibras ópticas e capacidade de transmissão por meio de parcerias existentes entre RNP, governos estaduais e Telebras, surge a oportunidade de investimentos na implantação de acessos interurbanos (backhaul) para a conexão de Ifes e IFs no interior às redes parceiras e ao backbone da RNP. Assim, será acelerado o aperfeiçoamento da conexão destes campi e reduzido o custo mensal por megabit;

  Proporciona o surgimento de aplicações avançadas;

  Proporciona a integração e a colaboração entre as instituições participantes da rede;

  Fomenta o desenvolvimento em TICs;

  Induz a atualização do know how das equipes técnicas dos consórcios;

  Provê a comunicação em alta velocidade entre múltiplas instituições a um custo mais baixo que o de mercado;

  Diminui a dependência das instituições em relação às operadoras e aos provedores;

  Provê infraestrutura para suporte à política pública de inclusão digital e e-gov;

  Facilita a autossustentabilidade financeira das instituições participantes; e

  Transforma a infraestrutura em ativo estratégico para políticas públicas.

- Inclusão de 11 novos cursos pela Escola Superior de Redes:
  - Fundamentos do COBIT 5 (GTI5);
  - Planejamento e Projeto de Infraestrutura para Datacenter (GTI10);
  - Elaboração de PDTI (GTI12);
  - Políticas de Segurança da Informação (GTI13);
  - Gestão por Processos (GTI14);
  - Seleção de Fornecedores de TI (GTI15);
  - Gestão de Contratos de TI (GTI16);
  - Gestão da Continuidade de Negócios (GTI17);
  - Federação CAFe: Provedores de Serviços e Aplicações Federadas (GID4);
  - Tratamento de Incidentes de Segurança (SEG4);
  - Hardening em Linux (SEG10);
  - Java – Fundamentos;

- Java – Interfaces Gráficas e Banco de Dados;
- Java – Aplicações Web;
- Java – Frameworks e Aplicações Corporativas;
- Modelagem de Banco de Dados; e
- Administração de Banco de Dados com PostgreSQL.

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELA SCUP PARA A REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS NO EXERCÍCIO DE 2015;

As principais dificuldades no exercício de 2015 tiveram relação com a precária situação financeira à qual foram expostas as Unidades de Pesquisa e Organizações Socias, em função do contingenciamento de recursos imposto à pasta de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Além disso, o quadro de pessoal das UPs vem, há tempos, sofrendo redução, com a constante ameaça da extinção de linhas de pesquisa caso haja a aposentadoria dos pesquisadores que as levam adiante.

Com relação ao orçamento da SCUP/UPs observa-se que, no último quatriênio não ocorreu aumento significativo dos recursos tornando-os assim insuficientes para fazerem frente aos gastos de manutenção e administração da infraestrutura de pesquisa que foi construída, podendo interferir na realização dos compromissos técnico-científicos assumidos no contexto nacional da área de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Há carência primordial de estrutura e também pessoal para o acompanhamento e monitoramento dos contratos de gestão das organizações sociais e resultados de gestão das unidades de pesquisa. No caso dos contratos de gestão, as atividades de acompanhamento e supervisão exigidas pela Lei n° 9.637/98 demandam grande especialização e dedicação de pessoal técnico qualificado. Trata-se de processo cuja celebração, incluindo a elaboração de contratos e termos aditivos, descentralização, acompanhamento e monitoramento estão concentrados em uma única unidade, no caso a Coordenação Geral de Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais (CGOS). A CGOS desempenha tanto funções administrativas, quanto finalísticas. Faltam principalmente servidores de nível superior da Carreira de Ciência e Tecnologia (principalmente Analistas em C&T), para apoiar a negociação, elaboração e celebração de instrumentos; acompanhar e supervisionar a execução orçamentária e financeira dos contratos de gestão; analisar os resultados dos contratos de gestão, conforme avaliação do atingimento de suas metas na medida que são apresentados pelas comissões de avaliação, dentre outros assuntos pertinentes à supervisão das OS como o acompanhamento das demandas dos órgãos de controle e atendimento das demandas oriundas da Lei de Acesso à Informação.

Deve se destacar que parte significativa dos projetos estratégicos do MCTI são conduzidos a partir dos contratos de gestão, como por exemplo a construção da Nova Fonte de Luz Sincrotron – Sirius, cujo orçamento atualizado em 2015 é de R$ 1,8 bilhões1; a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), cujo orçamento ultrapassa os R$ 50 milhões/ano; e as ações de inovação tecnológica conduzidas pela Embrapii.

Os riscos inerentes ao processo foram constatados pela Equipe de Auditoria Operacional do Tribunal de Contas da União – TCU, culminando nos itens 9.1.4 e 9.2 do Acórdão TCU n° 3.304/2014 – Plenário. O Ministério dispendeu substancial parcela de 2015 envidando esforços no sentido de atender às recomendações e determinações, inclusive com relação à reestruturação da CGOS. Contudo, deve-se ressaltar que a legislação para a celebração dos contratos de gestão ainda é muito recente e está em construção (ainda não há decreto que regulamenta a Lei N° 9.637/98, embora haja perspectiva concreta

[1] Há forte componente de dolarização no projeto.

de que o decreto esteja pronto ainda em 2016). Isso significa ser natural que a gestão dos contratos passe por ajustes frequentes. Isso inclui alocação de pessoal. A SCUP já colocou em operação uma série de mecanismos para atendimento ao Acórdão TCU 3.304/2014 e a outros acórdãos; bem como, ao final de 2015, estava em processo de análise, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, proposta para reestruturação do MCTI para, entre outros, propicie um melhor acompanhamento das UP e das OS.

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA

No cumprimento das suas competências regimentais, incumbe à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, unidade integrante da estrutura da SEXEC, conduzir a execução das ações decorrentes da função de órgão setorial dos sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de administração de recursos humanos, de administração dos recursos de tecnologia da informação, de serviços gerais, de modernização e inovação institucional, bem como de gestão de documentos de arquivo, no âmbito do MCTI.

Assim, o presente Relatório tratará das ações realizadas pelas unidades administrativas que compõem a estrutura organizacional da SPOA, conforme previsto no Decreto nº 5.886, de 6 de setembro de 2006.

Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais – ASCOF

Em relação à ASCOF, cabe destacar que não houve previsão de dotação específica na LOA 2015 para a UG. Segundo o previsto, os recursos destinados à unidade seriam provenientes do Termo de Cooperação nº 0114/15, com validade até maio de 2016, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União de 09 de dezembro de 2015. O Termo, que tem como concedente a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, na qualidade de Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, previa o aporte direto de recursos até o valor de R$ 386 mil reais para o suporte administrativo e operacional às atividades dos Fundos Setoriais provido pela ASCOF. Este aporte, inicialmente, seria destinado à concretização do Plano de Trabalho 2015 que previa a realização de reuniões do Conselho Diretor do FNDCT –CD/FNDCT, reuniões dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais - FS, realização de Seminários dos FS e contratação de serviços para realização de eventos e para a produção de publicações sobre o Fundo.

No entanto, em virtude da forte contingência de recursos assistida em todo o âmbito da Administração Federal e que gerou fortes restrições orçamentárias, não houve qualquer aporte de recursos para a Unidade no exercício de 2015. Restaram, portanto, frustradas as expectativas constantes do Plano de Trabalho e as execuções orçamentária e financeira da Unidade foram nulas. Durante o período, a realização da reunião do Conselho Diretor do FNDCT, das três reuniões do Comitê de Coordenação Executiva do FNDCT – CCE/FNDCT, e as reuniões dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais CT-Amazônia, CT-Petro e CT-Info foi custeada com recursos aplicados diretamente pela Secretaria Executiva deste Ministério.

É ainda relevante neste relatório o tratamento do Acórdão TCU Plenário nº 3.440/2013, e do decorrente Acórdão TCU Plenário nº 65/2015 que considera atendido o item 9.8 do Acórdão de referência e prorroga o prazo de atendimento das determinações precedentes até o prazo de 31 de agosto de 2015. Neste tocante, cabe destacar o envio dos Ofícios SEXEC-MCTI de números 548 e 553 ainda no exercício de 2014 e de números 483 e 598 de 2015 que apresentam como integralmente atendidos os itens do Acórdão nº 3.440/2013. Na presente fase, aguarda-se a averiguação do cumprimento das determinações por parte do Tribunal.

2.2 Gabinete do Ministro

Conselho Nacional de Controle da Experimentação Animal – CONCEA

O Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONCEA foi instituído pela Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, regulamentada pelo Decreto nº 6.899, de 15 de julho 2009, que estabelecem os procedimentos para o uso em ensino ou pesquisa científica de animais em todo o território nacional.

Por ser órgão integrante da estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, os recursos necessários a seu funcionamento e manutenção estão sob a responsabilidade do MCTI, em que o CONCEA atua como instância colegiada multidisciplinar de caráter normativo, consultivo, deliberativo e recursal, para coordenar os procedimentos de produção, manutenção ou utilização de animais em atividades de ensino ou de pesquisa científica, conforme disposto na Lei nº 11.794, 8 de outubro de 2008 e no Decreto nº 6.899, de 15 de julho 2009.

A execução financeira dos recursos geridos pelo MCTI baseia-se no custeio das atividades do CONCEA, que no ano de 2015, restringiram-se ao pagamento de passagens e diárias para a realização das seguintes atividades de âmbito nacional:

a) diárias e passagens aos membros do Colegiado para participarem das quatro reuniões ordinárias do CONCEA, realizadas em fevereiro, maio, agosto, e novembro de 2015, totalizando o montante de R$193.923,78, divididos entre: custeios com passagens aéreas (R$80.035,25) e custeios com diárias (R$113.888,53);

b) atividades do Coordenador do CONCEA em Brasília, dentre elas, audiências com o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação; reuniões com a Secretária Executiva do MCTI; reuniões com o Chefe de Gabinete do Ministro; participações do CONCEA em eventos, mesas redondas, congressos; reuniões com a Secretaria Executiva do CONCEA para decisão e despachos, no montante de R$14.374,48, divididos entre passagens (R$11.780,83) e diárias (R$2.593,65);

c) participação dos Conselheiros do CONCEA em reuniões externas e eventos em nome do Colegiado, totalizando R$10.572,53, divididos entre passagens R$8.347,08 e diárias R$2.225,45;

d) convites a pesquisadores e palestrantes ao II Simpósio CONCEA – 2015, bem como às reuniões ordinárias do CONCEA, previstas em lei, totalizando R$12.029,43, divididos entre passagens R$6.971,98 e diárias R$5.057,45;

e) acompanhamento de servidor da Secretaria Executiva do CONCEA à reunião do grupo de trabalho do acordo de cooperação técnica MCTI e CFMV no dia 07 de outubro de 2015 em São Paulo/SP, no valor de R$1.804,52, divididos entre passagens R$1.620,27 e diária R$184,25.

Por todo o exposto, os custos que o MCTI teve com o CONCEA durante o ano de 2015, a fim de que as atividades do Colegiados pudessem ser cumpridas, totalizaram o valor de R$232.704,74 (duzentos e trinta e dois mil, setecentos e quatro reais e setenta e quatro centavos).

Coordenação-Geral da Secretaria do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia – CGCCT

Conforme estabelecido pela Lei n° 9257, de 09 de janeiro de 1996, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia-CCT é órgão consultivo de assessoramento superior do Presidente da República para a formulação e implementação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. O Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação é o secretário-executivo do Conselho. O MCTI dispõe de infraestrutura própria para dar cumprimento às demandas do CCT. A Coordenação-Geral da Secretaria do Conselho Nacional de C&T é a unidade do MCTI responsável por desenvolver os trabalhos técnicos e administrativos inerentes às atividades do Conselho.

Com base na normativa vigente que fundamenta a Política Nacional de Ciência e Tecnologia, a secretaria técnica do CCT fornece os subsídios necessários para a implementação e acompanhamento das ações de políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação em curso, por meio dos trabalhos das Comissões Temáticas e da realização do balanço dessas atividades para as Plenárias do CCT.

2.3 Assessoria de Assuntos Internacionais – ASSIN/MCTI

Dentre as principais ações de gestão da Assessoria de Assuntos Internacionais – ASSIN, destaca-se o apoio a projetos de cooperação internacional de maior envergadura, os quais demandaram, individualmente, maior aporte de recursos financeiros. Nesse sentido, houve uma concentração das ações, com diminuição sensível no número de projetos/programas patrocinados. Os projetos envolvem temas prioritários da cooperação internacional em Ciência e Tecnologia, como Nanotecnologia, Inovação, Segurança Alimentar, Saúde, Desenvolvimento Agrícola e Pecuário, Inclusão Social e Mudanças Climáticas e Eventos extremos, em regiões estratégicas da Europa e África.

Salienta-se também que estas atividades de apoio a projetos de cooperação internacional não afetaram as demais atividades de competência da ASSIN, tendo em vista que a unidade honrou com todas as suas atribuições: de assessoramento, supervisão, coordenação e acompanhamento junto às diversas áreas do Ministério, unidades de pesquisa e entidades vinculadas nas atividades de cooperação internacional; de coordenação e controle do cumprimento dos acordos internacionais e a concessão de autorizações de importação e de exportação no âmbito de programas das áreas nuclear e de bens sensíveis.

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo – CNPJ 01.263.896.0001-64			
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			**Código SIORG**: 01988
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação Completa: Secretaria-Executiva			
Denominação Abreviada: SEXEC			
Código SIORG: 03234	**Código LOA:** 24101		**Código SIAFI:** 240112
Natureza Jurídica: Órgão Público	**CNPJ**: 01.263.896.0001-64		
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			**Código CNAE:** 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 2033-7500	(061) 2033-8652	(061) 2033-7764
Endereço Eletrônico: executiva@mcti.gov.br			
Página na *Internet*: http://www.mcti.gov.br			
Endereço Postal: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 5º andar, CEP: 70067-900 - Brasília-DF.			

Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas			
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP		240113	24101
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA		240225	08882
Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas - ASCAV			14046
Assessoria de Coordenação de Fundos Setoriais - ASCOF		240139	003243
Assessoria de Captação de Recursos - ASCAP			47271
Gabinete do Ministro			
Consultoria Jurídica – CONJUR			

Assessoria de Assuntos Internacional – ASSIN			
Representação Regional no Nordeste - RENE	01.263.896/0024-50	240140	90126
Representação Regional no Sudeste - RESE			90128

Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas

Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas

Decreto nº 91.146, de 15 de março de 1985.

Decreto nº 5.886, de 06 de setembro de 2006.

Portaria nº 758, de 03 de outubro de 2006.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas

Projeto 914BRZ2018 - Projeto de cooperação técnica entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO – "Ampliação e atualização dos processos institucionais de implantação, formulação e avaliação de políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil".

- Estratégia Geral de Tecnologia da Informação – 2013-2015 – Ministério do Planejamento

- Portaria SPOA nº 228, de 28 de novembro de 2013

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas

- Portaria MCTI nº 967, de 21.12.2011 – "Disciplina as atividades de promoção acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com organizações sociais e dá outras providências"
- Portaria MCTI nº 157, de 26.02.2010 – "Disciplina as atividades de acompanhamento e fiscalização da execução de Contratos de Gestão celebrados com Organizações Sociais, e dá outras providências" - **REVOGADA**
- Portaria MCTI nº 86, de 03.02.2010 – "Institui política de aquisição planificada de títulos de periódicos e de acesso ao Portal da CAPES para as Unidades de Pesquisa do MCTI"
- Portaria MCTI nº 1.037, de 10.12.2009 – "Dispõe sobre a busca e a escolha de Diretores das Unidades de Pesquisa que integram o Ministério da Ciência e Tecnologia, com base em competência técnico-científica, gerencial e administrativa"
- Portaria MCTI nº 613, de 23.07.2009 – "Disciplina a implementação e o funcionamento do Programa Entidades Associadas das Unidades de Pesquisa do MCTI" (Portaria MCTI nº 510, de 12.08.2008 – Institui o Programa Entidades Associadas das Unidades de Pesquisa do MCTI, visando dinamizar o desenvolvimento científico e tecnológico no País
- Portaria MCTI nº 229, de 02.04.2009 – "Dispõe sobre autorização de afastamento do país de servidores empregados do MCT e suas entidades vinculadas e controladas"
- Portaria MCTI nº 657, de 11.09.2008 - "Institui o Prêmio Bolsista Destaque do Programa de Capacitação Institucional - PCI do MCTI"
- Portaria MCTI nº 01, de 23.10.2008 – Altera a Portaria MCTI nº 01 de 10.06.2005 – "Regulamenta o Programa de Capacitação Institucional – PCI"
- Portaria MCTI n.º 01, de 10.06.2005 - "Regulamenta o Programa de Capacitação Institucional – PCI estabelecendo procedimentos para o processo de concessão de bolsas de fomento tecnológico nas Unidades de Pesquisa subordinadas, vinculadas e supervisionadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia - MCTI, de acordo com as orientações da Política de C & T do Governo Federal"
- Termos de Compromisso de Gestão celebrados com Unidades de Pesquisa
  http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/1163.html
- Contratos de Gestão e seus Termos Aditivos celebrados com Organizações Sociais
  http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/1033.html
- Portaria MCTI Nº 877, de 23/11/2006
- Portaria MCTI Nº 717, de 13/11/2007
- Portaria MCT Nº 696, de 03/09/2010
- Portaria MCT Nº 66, de 15.02.2011
- Decreto nº 5.151, de 22/07/2004- organismos internacionais- procedimentos.
- Guia de execução de projetos da UNESCO no Brasil
- Manual de convergência de normas licitatórias das Nações Unidas

- Lei Complementar nº 73, de 10/02/1993;
- Lei nº 11.890, de 24/12/2008;
- Decreto nº 7.513, de 01/07/2011;
- Portaria MCTI nº 754, de 03/10/2003;
- Portaria MCTI nº 453, de 05/07/2011.

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
240112	Secretaria Executiva
240101	Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL
240102	Coordenação Geral de Orçamento e Finanças - CGOF
240133	Coordenação Geral de Recursos Humanos - CGRH
240139	Assessoria de Coordenação de Fundos Setoriais - ASCOF
240113	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP
240237	Coordenação-Geral de Gestão e Inovação - CGGI
240219	Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação -CGTI
	Unidades Gestoras que a CGOF, como unidade setorial de orçamento, finanças e contabilidade mantém relação:
240101	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL/SPOA
240103	Setorial de Contabilidade MCTI
240104	Instituto Nacional de Tecnologia – INT
240105	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA
240106	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE / S. J. Campos
240107	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE / Natal
240108	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE / C. Paulista
240114	Instituto do Semi-Árido – INSA
240115	Secretaria de Desenvolvimento Tecnologico e Inovação – SETEC
240116	Secretaria de Política de Informática – SEPIN
240118	Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS
240119	Secretaria de Política e Programação de Pesq e Desenvolvimento – SEPED
240120	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBPF
240121	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT
240123	Laboratório Nacional de Computação Científica – LNCC
240124	Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST
240125	Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG
240126	Observatório Nacional – ON
240127	Centro de Tecnologia Mineral – CETEM
240128	Laboratório Nacional de Astrofísica – LNA
240129	Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI
240131	Programa de Ações Especiais do MCT/FINEP

240133	Coordenação Geral de Recursos Humanos – CGRH
240134	Programa de Assist.Técnica para o Cresc.Equitativo e Sustentável – PACE
240137	INT / Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE
240138	CEF / SECIS
240139	Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais – ASCOF
240140	Representação Regional do MCTI no Nordeste – RENE
240224	Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais – CEMADEN
113201	Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN RJ
113202	Comissão Nacional de Energia Nuclear – IPEN/SP
113203	Instituto de de Engenharia Nuclear – IEN - RJ
113204	Instituto Radioproteção e Dosimetria – IRD - RJ
113205	Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear – CDTN - MG
113206	Indústrias Nucleares do Brasil S/A - RJ
113207	Centro Regional de Ciências Nucleares - GO
113209	Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN / Orçamento e Finanças
113208	Nuclebrás Equipamentos Pesados – NUCLEP
113210	Comissão Nacional de Energia Nuclear – MG
113211	Comissão Nacional de Energia Nuclear - PE
203001	Agência Espacial Brasileira – AEB
245209	Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S/A – CEITEC
360001	FINEP/Contratos e Convênios – RJ
365001	Financiadora de Estudos e Projetos – RJ
365002	Financiadora de Estudos e Projetos – DF
365004	Financiadora de Estudos e Projetos - SP
364001	CNPq – Transferidora
364101	AC/ Atividades Gerais – DF
364102	Administração Central – DF
364120	AC/ Atividades de Fomento – DF
364150	Atividades no Exterior – DF
364301	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico
364303	Programa Piloto Proteção Florestas Tropicais Brasil II – DF
364304	Termo de Cooperação MCT/CNPQ Proj BID/SECCI
364305	Projeto BID/SECCI Exterior
240901	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional

11501	Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN / Orçamento e Finanças
11506	Nuclebrás Equipamentos Pesados – NUCLEP
11504	Indústrias Nucleares do Brasil S/A – INB
20402	Agência Espacial Brasileira – AEB
24209	Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S/A – CEITEC
36201	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
240112	00001
240101	00001
240102	00001
240133	00001
240139	00001
240113	00001

3.1 Finalidade e Competências

As finalidades e competências das Unidades Consolidadas e da Secretaria Executiva são:

3.1.1 Secretaria-Executiva – SEXEC/MCTI

Segundo a Portaria MCT nº 758, de 03/10/2006, compete à Secretaria-Executiva - SEXEC:

I - assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas;
II - supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Organização e Modernização Administrativa, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Recursos Humanos, de Serviços Gerais, de Documentação e Arquivos, de Administração Financeira e de Contabilidade, no âmbito do Ministério;
III - auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério;
IV - supervisionar e coordenar a elaboração das diretrizes, normas, planos e orçamentos relativos a planos anuais e plurianuais;
V - coordenar os trabalhos relacionados a avaliação de programas e projetos, levantamentos dos dispêndios dos recursos vinculados as áreas de competência do Ministério;
VI - supervisionar e coordenar as ações do Ministério e das unidades de pesquisa e entidades vinculadas, voltadas à captação de recursos para o financiamento de programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico;
VII - identificar e mobilizar novas fontes de recursos para financiamento de programas de desenvolvimento científico e tecnológico e de formação de recursos humanos, destinados à criação de novos conhecimentos ou que atendam às necessidades específicas de setores de importância estratégica nacional ou regional;
VIII - supervisionar e coordenar o acompanhamento das realizações de programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica das unidades de pesquisa;
IX - avaliar os contratos de gestão firmados entre o Ministério e as entidades qualificadas como organizações sociais; e
X - executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Organização e Modernização Administrativa - SOMAD, de Administração dos Recursos da Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, de Documentação e de Arquivo - SINAR, de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais - SIDOF, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e de Administração a ela subordinada.

3.1.1.1 Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP

Instituída pelo Decreto nº 4.724, de 9 de junho de 2003, que reestruturou o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP sucedeu à Secretaria de mesmo nome e está hoje subordinada à Secretaria-Executiva do MCTI. O Decreto nº 5.886, de 6 de setembro de 2006, alterado pelo Decreto nº 7.513, de 1º de julho de 2011, estabeleceu as seguintes competências para a SCUP:

- propor, coordenar e acompanhar a execução de programas e projetos a cargo das Unidades de Pesquisa, visando ao fortalecimento da pesquisa científica e tecnológica brasileira;

- promover, supervisionar e avaliar os Contratos de Gestão firmados entre a União e entidades qualificadas como Organizações Sociais, para a execução direta ou indireta, de programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica, prestação de serviços tecnológicos e assessoria técnica ao Ministério;

- promover, acompanhar e avaliar a execução dos **Termos de Execução Descentralizada - TED**, assinados a cada ano com as Unidades de Pesquisa;

- acompanhar, avaliar e apoiar a execução dos Planos Diretores das Unidades de Pesquisa e, onde couber, das Organizações Sociais supervisionadas pelo Ministério, e decorrentes de seus Planejamentos Estratégicos formulados;

- coordenar, controlar e avaliar as atividades de execução orçamentário-financeira **das ações e planos orçamentários sob responsabilidade da SCUP e** das Unidades de Pesquisa, em articulação com a **Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração**;

- apoiar e acompanhar a execução de obras de engenharia e arquitetura no âmbito das Unidades de Pesquisa e dos projetos e das entidades qualificadas como Organização Social, onde couber, em articulação com a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos; e

- promover, coordenar e acompanhar o Programa de Capacitação Institucional – PCI das Unidades de Pesquisa.

Para a execução de suas atividades, a SCUP conta hoje com duas Coordenações-Gerais, a saber:

A Coordenação-Geral de Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais (CGOS), tem por finalidade negociar, pactuar, supervisionar e avaliar o desempenho das Organizações Sociais, conforme cláusulas, planos de ação, indicadores, suas respectivas metas, prazos e cronogramas de desembolso estabelecidos/atualizados nos Contratos de Gestão anuais por meio de Termos Aditivos – TA´s aos referidos instrumentos contratuais que são assinados por seus Diretores Presidentes com o Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A CGOS, por parte do órgão supervisor, também funciona como ponto focal entre o MCTI e as Organizações Sociais, coordena e dá suporte operacional e assessoria técnica às reuniões das Comissões de Avaliação dos Contratos de Gestão; realiza estudos técnicos para subsidiar a indicação Ministerial de membros para as referidas comissões, analisa os relatórios semestrais e anuais das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão e instrumentos similares; acompanha a execução

das ações das organizações sociais estabelecidas no Plano Plurianual; apoia e acompanha a elaboração e a execução do Planejamento Estratégico das organizações sociais no que tange aos Contratos de Gestão; articula-se com órgãos congêneres de gestão no âmbito do poder executivo federal; e executa outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.

Coordenação-Geral das Unidades de Pesquisa (CGUP), cuja finalidade é acompanhar as avaliações gerais das Unidades de Pesquisa, em seus vários níveis; negociar, pactuar, acompanhar e avaliar os Termos de Compromisso de Gestão assinados pelas Unidades de Pesquisa com o Ministério; acompanhar a execução das Ações das Unidades de Pesquisa estabelecidas no Plano Plurianual; dar suporte operacional para o processo de seleção de candidatos ao cargo de diretor de Unidade de Pesquisa; coordenar os esforços de prospecção técnica no âmbito de atuação da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa; analisar e encaminhar os processos de afastamentos do País dos servidores das Unidades de Pesquisa; coordenar e acompanhar as iniciativas de Cooperação Internacional no âmbito das Unidades de Pesquisa; coordenar o Programa de Capacitação Institucional (PCI) das Unidades de Pesquisa e entidades vinculadas ao Ministério; apoiar e acompanhar as ações relacionadas à inovação e à propriedade intelectual nas Unidades de Pesquisa; apoiar e acompanhar a elaboração e execução do Planejamento Estratégico das Unidades de Pesquisa; planejar e apoiar a melhoria da infraestrutura predial e laboratorial das Unidades de Pesquisa do MCTI (acompanhamento de projetos de novas obras e instalações, como também na manutenção e preservação dos edifícios existentes) e executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.

A SCUP desenvolve, também, atividades administrativas e de execução e acompanhamento técnico-administrativo de controle orçamentário e financeiro das Ações e Planos Orçamentários sob responsabilidade da SCUP e dos Institutos de Pesquisa como Unidade Gestora nº 240113, das ações sob sua responsabilidade e de acompanhamento das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais. Dentre essas atividades desempenhadas, encontram-se as seguintes atividades: elaboração documentos que orientam a SCUP e UPs, quanto à confecção das propostas orçamentárias anuais, observadas as diretrizes do órgão central do Sistema de Orçamento; planejamento, acompanhamento e execução das fases qualitativas e quantitativas da PLOA e PPA, dos programas, ações e planos orçamentários e o lançamento dos dados no SIOP; planejamento e acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos Programas, Ações e Planos Orçamentários sob responsabilidade das UPs, OSs e SCUP, no SIOP e SIGMCT; análise dos processos de Prestações de Contas dos Termos de Execução Descentralizada – TED; e atividades de execução orçamentária e financeira da Unidade Gestora Executora nº 240113 – SCUP.

3.1.1.2 Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA

De acordo com o Decreto nº 5.886, de 6 de setembro de 2006, que trata da estrutura regimental do MCTI, a SEXEC exerce as competências de órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, sendo a SPOA unidade integrante dessa Secretaria. O art. 6º do referido Decreto, bem como o art. 11 da Portaria MCTI nº 758, de 3 de outubro de 2006, responsável por aprovar o Regimento Interno da SEXEC do MCTI, estabelecem como competências da SPOA:

> I - planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de organização e modernização administrativa, de inovação de processos da administração de tecnologia da informação,

de gestão de pessoas, de logística, de documentação e arquivo, de administração financeira e de contabilidade no âmbito do Ministério;

II - promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais referidos no inciso anterior e informar, orientar e supervisionar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

III - planejar e coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas das atividades finalísticas do Ministério e submetê-los à decisão superior;

IV - orientar as unidades do Ministério no planejamento, sistematização, padronização e implementação de técnicas e instrumentos de gestão;

V - acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades;

VI - desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, de gestão de pessoas, gestão da informação científica e tecnológica e da tecnologia da informação e da logística, no âmbito do Ministério;

VII - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa à perda, ao extravio ou a outra irregularidade que resulte em dano ao erário; e

VIII - executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.

A SPOA é composta por coordenações-gerais responsáveis pela implementação e execução das atividades relacionadas às suas competências, as quais serão apresentadas no escopo deste Relatório.

3.1.1.3 Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas – ASCAV

Subordinada à Secretaria-Executiva, é o setor responsável pela execução das atividades estabelecidas no artigo 7º do Regimento do Ministério da Ciência Tecnologia r Inovação (MCTI), aprovado pelo Decreto nº 5.886, de 06 de setembro de 2006, bem como nos artigos 60, 61, 62 e 63 da Portaria do MCT nº 758, de 03 de outubro de 2006, quais sejam:

- assessorar a Secretaria-Executiva nos assuntos relacionados às demandas internas e externas de informação referentes às áreas de competência do Ministério;
- assessorar a Secretaria-Executiva na elaboração das diretrizes, normas, planos e orçamentos;
- supervisionar e coordenar o acompanhamento e a avaliação dos resultados do Plano Plurianual (PPA) do MCTI;
- atuar como agente facilitador do cumprimento da portaria que rege a gestão do PPA do MCTI;
- supervisionar e coordenar a elaboração dos indicadores de avaliação dos programas do Ministério inseridos no PPA; e
- supervisionar e coordenar ações de coleta, processamento, recuperação, difusão e intercâmbio de dados e informações necessárias à produção dos indicadores nacionais de ciência e tecnologia.

Portaria do MCT nº 758, de 03 de outubro de 2006:

Art. 61. À Coordenação-Geral de Indicadores compete:
I - supervisionar e coordenar ações de coleta, análise, armazenamento, difusão e intercâmbio de dados e informações sobre ações da Política Nacional de Ciência e Tecnologia e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia;
II - articular-se com as instituições que atuem na produção e manutenção de indicadores em ciência e tecnologia;
III - articular-se com as unidades do Ministério visando coordenar ações de análise de desempenho institucional; e
IV - executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.

Art. 62. À Coordenação-Geral de Programas compete:
I - coordenar a implementação das atividades de acompanhamento e avaliação dos programas de desenvolvimento científico coordenados ou implementados no âmbito do Ministério;
II - coordenar estudos e sistematizar informações objetivando subsidiar a concepção e a criação de programas de desenvolvimento científico de relevância econômica, social ou estratégica para o País;
III - desenvolver e implementar metodologias de acompanhamento e avaliação dos programas de desenvolvimento científico implementados sob a coordenação do Ministério;
IV - articular-se e formar parcerias institucionais para a implementação de programas coordenados ou implementados no âmbito da Assessoria; e
V - executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.

Art. 63. À Divisão de Programas compete:
I - apoiar a Coordenação-Geral no desenvolvimento de atividades referentes à elaboração do Plano Plurianual do Ministério;
II - desenvolver os estudos e organizar as informações no sentido de manter os Programas atualizados;
III - elaborar e disseminar relatórios de acompanhamento e avaliação dos resultados alcançados na execução dos programas e projetos de ciência e tecnologia;
IV - acompanhar e avaliar o desempenho das ações coordenadas pela Assessoria;
V - executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.

Unidade de Gerência de Projetos - UGP

A Unidade de Gerência de Projetos tem por atribuição coordenar a gestão técnica, orçamentária e financeira do projeto de cooperação técnica internacional 914BRZ2018, acordado entre o MCTI, a Unesco e a Agência Brasileira de Cooperação, intitulado "Ampliação e atualização dos processos institucionais de implantação, formulação e avaliação de políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil". O projeto tem como objetivo promover a Ciência, Tecnologia e Inovação como fatores de desenvolvimento humano e de crescimento sustentável em todas as regiões brasileiras.

O Projeto 914BRZ2018 foi firmado na modalidade Execução Nacional, conforme prevê o Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004, sob a responsabilidade da Diretora Nacional do Projeto, auxiliada pelo Coordenador Nacional de Projeto, designados pelo Senhor Ministro de Estado da Ciência Tecnologia e Inovação, por meio da Portaria MCT nº 799, de 19 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 19 de agosto de 2013; e pela Portaria N° 206, de 28 de fevereiro de 2013, respectivamente.

O acordo, assinado em 16 de setembro de 2010, com vigência prevista para 15 de setembro de 2014, englobava o montante de R$ 22.063.545,00 (vinte e dois milhões, sessenta e três mil e quinhentos e quarenta e cinco reais). Em 2014, com a Revisão 2 do acordo, sua vigência foi prorrogada para 31 de dezembro de 2015 e o montante acrescido para R$ 23.528.503,18 (vinte e três milhões, quinhentos e vinte e oito mil, quinhentos e três reais e dezoito centavos) devido ao aporte de capital decorrente da incorporação de rendimentos de aplicações financeiras. O MCTI é a entidade executora nacional do projeto, que abrange todas as unidades relacionadas à administração central (secretarias, assessorias e atividades relacionadas ao planejamento estratégico das unidades de pesquisa).

De acordo com a Portaria MRE n° 717, de 09/12/2006, que regulamenta o Decreto 5151/2004, são atribuições da unidade executora nacional responsável pela gestão do projeto:
- planejar e implementar o plano de trabalho do projeto, dentro do cronograma estabelecido;
- gerenciar as atividades desenvolvidas;
- programar e cumprir os compromissos de contrapartida;
- elaborar os termos de referência para aquisição de bens e contratação de serviços necessários à implementação das atividades do projeto;

- informar à ABC, por via eletrônica, a efetivação das contratações de consultoria no âmbito de seus projetos;
- elaborar os relatórios de progresso a intervalos de 12 meses, a partir do início da execução, e encaminhá-los à ABC e ao organismo internacional cooperante; e
- observar os procedimentos a serem estabelecidos pela ABC, com vistas a contribuir para o acompanhamento do projeto.

3.1.1.4 Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais – ASCOF

De acordo com o artigo 64 da Portaria MCT nº 758, de 03.10.2006, compete à Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais:
I) assessorar e apoiar a Secretaria-Executiva do MCTI no planejamento e coordenação dos Fundos Setoriais destinados a financiar programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, em conformidade com as políticas e estratégias estabelecidas pelo Ministério;
II) orientar e apoiar o planejamento e a supervisão de estudos, visando o estabelecimento de normas e procedimentos dos Fundos Setoriais, bem como acompanhar a evolução dos recursos a eles destinados;
III) promover a gestão dos Fundos Setoriais no que se refere a sua implementação, acompanhamento de execução e avaliação;
IV) elaborar e divulgar calendários de chamadas públicas e outros instrumentos de seleção de propostas para ações dos Fundos Setoriais; e
V) promover e coordenar a articulação com as agências do Ministério e entidades relacionadas com as atividades dos Fundos Setoriais.

A ASCOF tem como papel promover a gestão dos fundos setoriais de forma a coordenar a articulação entre o MCTI, as agências de fomento e as entidades relacionadas com as atividades dos fundos setoriais, fornecendo apoio administrativo e operacional às diferentes instâncias colegiadas do FNDCT.

O FNDCT, instituído em 1969, ganhou as atuais feições e governança com modificações empreendidas a partir de 1998, com a criação dos fundos setoriais. A partir deste ponto, o FNDCT, cujo objetivo é apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, passou a ter um fluxo contínuo de recursos financeiros que têm como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas. Por meio de uma inovadora engenharia financeira e de um mais articulado modelo de governança, o modelo do Fundo busca promover simultaneamente a estabilidade de fluxo de recursos e a dinamicidade e variedade de instrumentos necessários para que o desenvolvimento científico e tecnológico possa contribuir para a melhor inserção do País no cenário de competitividade mundial e para a melhor qualidade de vida da sociedade como um todo.

Neste contexto, a gestão do Fundo, composto por diversas instâncias decisórias, conta com uma estrutura de governança para promover a integração e coordenação do processo de tomada de decisões de forma a garantir a aderência dos investimentos aos objetivos estratégicos nacionais.

A ASCOF está estruturada em sete divisões, cujas atribuições são as seguintes:

a) Chefia da ASCOF

- auxiliar o Ministro de Estado e a Secretária Executiva do MCTI na definição de diretrizes e na implementação de ações relativas aos Fundos Setoriais;
- realizar a interlocução entre a ASCOF e as demais autoridades associadas aos Fundos Setoriais;
- definir as diretrizes para atuação da ASCOF, estabelecer seus objetivos anuais e controlar seu cumprimento; e

- supervisionar a preparação das pautas das reuniões do Comitê de Coordenação Executiva-CCE, do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais-CCF/FNDCT, do Conselho Diretor-CD do FNDCT e dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais.

b) Coordenação Geral de Apoio Técnico - ASCOF

- elaborar planos de atividades para o quadro de pessoal da ASCOF, a partir das diretrizes emanadas do Chefe da ASCOF, coordenar e supervisionar seu cumprimento;
- coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas à administração de recursos humanos, material e patrimônio no âmbito da ASCOF;
- supervisionar e controlar o recebimento, a movimentação e a expedição de documentos e correspondências de interesse da ASCOF; e
- prestar apoio técnico e administrativo às reuniões do Comitê de Coordenação Executiva, do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais, do Conselho Diretor do FNDCT e dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais.

c) Orçamento

- contribuir para a preparação da pré-proposta orçamentária dos Fundos Setoriais – PPLOA;
- apoiar a elaboração da proposta orçamentária dos Fundos Setoriais – PLOA;
- acompanhar a arrecadação e evolução dos recursos destinados aos Fundos Setoriais;
- apoiar e acompanhar a elaboração e execução dos planos de investimento dos Fundos Setoriais;
- acompanhar a execução orçamentária e financeira dos Fundos Setoriais;
- elaborar relatórios consolidados sobre a execução dos recursos dos Fundos Setoriais; e
- prover apoio técnico, no que diz respeito aos temas orçamento e finanças relacionados com os Fundos Setoriais, às Secretarias Técnicas, ao Gabinete do Ministro, às Secretarias e às Agências do MCTI.

d) Programação

- apoiar a elaboração e o acompanhamento dos Planos de Investimento Anuais dos Fundos Setoriais.
- consolidar a versão final dos Termos de Referência relativos às ações constantes dos Planos de Investimento Anuais dos Fundos Setoriais; encaminhar os respectivos Termos de Referência às agências CNPq e Finep para implementação; e
- realizar o acompanhamento, junto às agências CNPq e Finep, do trâmite dos Termos de Referências: lançamento de editais, abertura de links para encomendas, julgamentos, contratações, empenhos e desembolsos.

e) Avaliação

- contribuir para especificação e validação de instrumentos e sistemas tecnológicos utilizados no acompanhamento e avaliação dos Fundos Setoriais;
- acompanhar os resultados da coleta de dados e encomendar estudos e relatórios técnicos a partir desses insumos; e
- promover a divulgação dos resultados das avaliações para os gestores dos Fundos Setoriais, de modo a retroalimentar o processo de planejamento e decisão de aplicação de novos recursos.

f) Administração/Unidade Gestora

- realizar, por intermédio da Unidade Gestora, a execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial das despesas operacionais da ASCOF e dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais, no âmbito do MCTI, em conformidade com Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI;
- organizar a logística e o apoio administrativo às reuniões dos Comitês Gestores;
- providenciar passagens e diárias para os membros dos Comitês Gestores e demais colaboradores da ASCOF;
- controlar e demandar material e equipamentos da ASCOF para atendimento de suas necessidades; e
- apoiar a ASCOF nas demandas por serviços, estudos e seminários necessários ao cumprimento de suas atribuições;

g) Secretarias Técnicas

- apoiar a elaboração do Plano de Investimento Anual dos Fundos Setoriais;
- organizar e secretariar as reuniões dos comitês gestores;
- elaborar estudos, documentos e demais relatórios relativos aos Fundos Setoriais;
- dar encaminhamento e acompanhar a execução das deliberações dos comitês gestores;
- manter os Comitês Gestores informados sobre a evolução dos termos de referências nas agências: lançamento de editais/abertura de links para encomendas, julgamento, contratações, empenhos e desembolsos;
- realizar o acompanhamento das ações finalísticas contratadas com recursos dos Fundos Setoriais; e
- prestar apoio técnico à avaliação das ações dos Fundos Setoriais.

3.1.1.5 Assessoria de Captação de Recursos – ASCAP

A Assessoria de Captação de Recursos - ASCAP da Secretaria-Executiva do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação foi estabelecida no ano 2000 com o objetivo de elaborar estudos para implementar e gerir os Fundos Setoriais que viriam a integrar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT. A Assessoria cumpre as seguintes missões: monitorar a arrecadação dos 16 Fundos Setoriais sob responsabilidade do MCTI; estudar e propor a criação de novos fundos ou a ampliação das fontes de receitas dos fundos existentes; acompanhar a tramitação de propostas legislativas que ameacem a destinação de recursos ao FNDCT e subsidiar o MCTI nas negociações com vistas a proteger tais recursos; e viabilizar outras possibilidades de captação e mobilização de recursos para CT&I, tratem-se de recursos de natureza pública ou privada, no âmbito nacional ou internacional.

A agenda de trabalho da ASCAP abrange não apenas temas diretamente relacionados com a captação de recursos em sentido estrito, mas também questões de regulação econômica com vistas a induzir o aumento do investimento privado em pesquisa, desenvolvimento e inovação; questões da agenda internacional do MCTI, como negociações e contenciosos internacionais que envolvam políticas e programas do Ministério com potenciais impactos para o financiamento de atividades de CT&I; e propostas legislativas que tratam da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação e do funcionamento do Sistema Nacional de CT&I.

Para cumprir seu mandato, a Assessoria elabora, coordena e supervisiona estudos sobre setores econômicos, marcos regulatórios e projetos de captação nacional e internacional, realiza articulação e coordenação interna e externa com vistas a defender os interesses do Ministério e participa de fóruns

governamentais e privados que tratam de assuntos relacionados, direta ou indiretamente, à política de CT&I.

3.1.2 Gabinete do Ministro

O Gabinete do Ministro é órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, a quem compete:

I - assistir ao Ministro de Estado em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho do seu expediente pessoal;
II - acompanhar o andamento dos projetos de interesse do Ministério, em tramitação no Congresso Nacional;
III - providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional;
IV - providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação do Ministério;
V - planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades de comunicação social do Ministério e auxiliar nas providências relacionadas ao cerimonial; e
VI - exercer outras competências que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Para tanto, é composto dos seguintes órgãos: Assessoria Parlamentar, Assessoria de Comunicação, Coordenação-Geral de Cerimonial, Coordenação-Geral de Administração.
Além desses, ficam diretamente vinculadas ao Gabinete as unidades coordenadoras dos órgãos colegiados sob a responsabilidade do MCTI, tais como a Coordenação-Geral da Secretaria do Conselho Nacional de C&T; Coordenação-Geral da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança- CTNBio, a Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia, e o Conselho Nacional de Controle da Experimentação Animal.

Coordenação-Geral de Administração – CGAD

De acordo com o Regimento Interno do Gabinete do Ministro, a Coordenação-Geral de Administração possui as seguintes atribuições:
I - coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas à administração de recursos humanos, material, patrimônio e serviços gerais no âmbito do Gabinete;
II - supervisionar e controlar o recebimento, a movimentação e a expedição de documentos e correspondências de interesse do Gabinete;
III - coordenar, supervisionar e controlar o preparo e a organização de expedientes e documentação submetida a apreciação do Ministro de Estado;
IV - examinar, controlar e organizar a documentação técnica a ser submetida ao Chefe de Gabinete e prestar assistência sobre outros assuntos de interesse do Gabinete;
V - acompanhar a tramitação dos expedientes de interesse do Ministério junto à Presidência da República e a outros Ministérios;
VI - desenvolver as atividades de concessão de suprimento de fundos, passagens e diárias aos servidores e colaboradores eventuais do Gabinete;
VII - submeter ao Chefe de Gabinete a proposta orçamentária do órgão, bem como aqueles referentes à solicitação de créditos suplementares; e
VIII - orientar o encaminhamento dos expedientes de afastamento do País, de servidores da administração direta e indireta, para participação em reuniões, congressos, seminários, estágios e cursos de aperfeiçoamento no exterior, nos termos da legislação pertinente.

A Coordenação-Geral de Administração conta com a Divisão de Documentação e Arquivo e a Divisão de Apoio Administrativo, com as seguintes atribuições:

Art. 6º À Divisão de Documentação e Arquivo compete:
I - orientar e controlar a emissão, numeração e registro de atos e correspondências oficiais do Ministro de Estado e das unidades subordinadas do Gabinete;
II - analisar, classificar, organizar e manter atualizado o arquivo de documentação oficial dirigida ao Ministro de Estado e ao Gabinete;
III - efetuar o controle de recebimento e expedição da documentação oficial do Ministro de Estado e do Gabinete, mantendo atualizadas as informações sobre sua tramitação e arquivamento;
IV - providenciar a publicação, na imprensa oficial, de atos assinados pelo Ministro de Estado e pelo Chefe de Gabinete;
V - preservar os documentos encaminhados ao Ministro de Estado e ao Gabinete em arquivo, responsabilizando-se pela sua guarda, controle, segurança e recuperação; e
VI - selecionar documentos a serem eliminados, propondo a guarda ou transferência daqueles a serem preservados.

Art. 7º À Divisão de Apoio Administrativo compete:
I - distribuir a agenda do Ministro de Estado para os órgãos do Ministério, com a periodicidade estabelecida;
II - requisitar, receber e distribuir material de consumo, controlar a movimentação e zelar pelos bens patrimoniais de responsabilidade do Gabinete;
III - solicitar e controlar os serviços de telecomunicações, reprografia, limpeza, copa, manutenção de máquinas e equipamentos e outros serviços gerais;
IV - executar e controlar trabalhos de digitação, operar os aplicativos e sistemas e manter bases de dados que permitam o gerenciamento e a execução das atividades informatizadas; e
V - fornecer apoio logístico necessário ao funcionamento do Gabinete.

Assessoria Parlamentar – ASPAR

A principal atividade da Assessoria Parlamentar - Aspar é o assessoramento ao Ministro de Estado e aos dirigentes do órgão, nas relações com os membros do Congresso Nacional, especialmente no acompanhamento de projetos de interesse do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e no atendimento às consultas e requerimentos formulados.

De acordo com o disposto no Art. 12 da Portaria nº 751, de 03 de outubro de 2006, à Assessoria Parlamentar compete:
I - coordenar o atendimento, junto aos órgãos do Ministério, das solicitações, interpelações e requerimentos de informações oriundos do Poder Legislativo;
II - manter arquivo atualizado da representação parlamentar e de correspondência dirigida ao Ministério pelos membros do Poder legislativo;
III - acompanhar o andamento de matérias, proposições e pronunciamentos de interesse do Ministério no Poder Legislativo, seja no Plenário, nas Comissões Técnicas e nas Comissões de Inquérito, propondo as ações necessárias;
IV - sugerir as providências adequadas em relação a pronunciamentos de parlamentares, relacionados ao Ministério;
V - obter e fornecer ao Congresso Nacional informações destinadas a subsidiar apreciações de matérias de interesse do Ministério;
VI - encaminhar aos órgãos do Ministério as solicitações de parlamentares e prestar-lhes esclarecimentos e informações sobre matérias de competências do Ministério; e
VII - acompanhar as autoridades do Ministério nas visitas e audiências às Casas Legislativas, prestando-lhes o apoio necessário.

Assessoria de Comunicação Social- ASCOM

Atender ao princípio constitucional da publicidade, por meio de ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população em geral e/ou segmentos de públicos-alvo das políticas deste Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação sobre temas que lhes tragam benefícios sociais e que possam melhorar a qualidade de vida dos cidadãos brasileiros.

As ações de divulgação se dão por meio da criação, produção e distribuição de peças publicitárias, de utilidade pública, e cujo conteúdo tem caráter educativo, informativo, de mobilização social. Essas ações visam, ainda, orientar o cidadão para que, de forma individual ou coletiva, ele possa acessar e se beneficiar do conjunto de programas e ações executados por este Ministério. As competências desta Assessoria de Comunicação Social foram definidas na Portaria nº 751 (03/10/2006), em seu artigo 11º.

À Assessoria de Comunicação Social compete:

I - redigir, editar e difundir matérias e notícias de interesse do Ministério para os veículos de divulgação;

II - fornecer informações e manter contatos com jornalistas credenciados e órgãos de imprensa em geral;

III - organizar e coordenar as entrevistas coletivas ou exclusivas do Ministro de Estado e demais autoridades do Ministério;

IV - acompanhar e analisar as notícias veiculadas na imprensa, selecionar matérias e elaborar resenhas dos assuntos de interesse do Ministério, colocando-as à disposição de suas unidades;

V- difundir e arquivar matérias selecionadas, jornais, revistas, material fotográfico, de vídeo, de áudio e outros instrumentos de comunicação, de interesse do Ministério;

VI - coordenar as atividades de divulgação da publicidade oficial e institucional do Ministério, dos órgãos colegiados e das entidades vinculadas, inclusive junto à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;

VII - acompanhar e apoiar encontros, simpósios e congressos de interesse do Ministério; e

VIII - acompanhar a realização de processos licitatórios que visem a contratação de agências de propaganda ou empresas de assessoria para divulgação das ações institucionais do Ministério.

Coordenação-Geral do Cerimonial – CGCE

A Coordenação-Geral do Cerimonial tem por finalidade planejar, organizar e facilitar as atividades internas e externas do Sr. Ministro e, eventualmente, do Secretário Executivo e demais autoridades deste Ministério.

Segundo o Regimento Interno do Gabinete do Ministro, aprovado pela Portaria Nº 751, de 3 de outubro de 2006, a Coordenação-Geral do Cerimonial – CGCE tem as seguintes competências:

Art. 10. À Coordenação-Geral do Cerimonial compete:

I - organizar e acompanhar as atividades oficiais do Ministro;

II - organizar a recepção de autoridade em visita ao Ministério;

III - processar os convites recebidos pelo Ministro;

IV - preparar e expedir correspondências e convites do Ministro;

V - preparar e organizar solenidade e recepções do Ministro;

VI - participar do planejamento e organização de visitas do Ministro;

VII - articular-se com os órgãos do Ministério na realização de solenidades conjuntas ou de visitas de autoridades;

VIII - organizar e manter banco de dados de autoridades;

IX - participar do planejamento e da organização de viagens do Ministro; e

X - organizar e coordenar solenidades, eventos, exposições, palestras e seminários do Ministério, seus institutos, em conjunto com outras instituições.

Coordenação-Geral da Secretaria do Conselho Nacional de C&T – CCT

A Lei nº 9.257 de 09 de janeiro /1996 dispõe que o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CCT é órgão de assessoramento superior do Presidente da República para a formulação e implementação

da política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico. A Lei estabelece em seu art. 4º que a Secretaria do Conselho seja exercida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. O artigo 8º da Portaria MCT Nº 337/2005 descreve as seguintes competências para a CGCCT:
I - prestar apoio técnico e administrativo às reuniões do Conselho e provê-las da necessária infraestrutura de funcionamento;
II - preparar as pautas das reuniões do Conselho, encaminhando a seus membros a documentação necessária à sua realização, nos prazos previstos;
III - preparar os atos de convocação para as reuniões do Conselho;
IV - secretariar as reuniões do Conselho, lavrar as atas e promover as medidas destinadas ao cumprimento das decisões do Plenário;
V - divulgar as resoluções do Conselho;
VI - acompanhar os pedidos de informações de órgãos e entidades externas, responsabilizando-se pelo cumprimento dos prazos estipulados;
VII - coordenar a elaboração e a distribuição do Relatório Anual de Atividades do Conselho; e
VIII - manter controle da documentação do Conselho.

Coordenação-Geral da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança- CTNBio

De acordo com o disposto no Art. 16. Do Decreto n 5591/2005, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança- CTNBio deve contar com uma Secretaria-Executiva, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação. Cabe à Secretaria-Executiva da CTNBio, entre outras atribuições a serem definidas no regimento interno:
I - prestar apoio técnico e administrativo aos membros da CTNBio;
II - receber, instruir e fazer tramitar os pleitos submetidos à deliberação da CTNBio;
III - encaminhar as deliberações da CTNBio aos órgãos governamentais responsáveis pela sua implementação e providenciar a devida publicidade;
IV - atualizar o SIB.
Posteriormente, o Regimento Interno, Portaria nº 146, de 6 de março de 2006, alterada pela portaria nº 373, de 1º de junho de 2011, da CTNBio detalhou o papel da Secretaria-Executiva da Comissão em seu Art. 17. A CTNBio contará com uma Secretaria-Executiva, cabendo ao Ministério da Ciência e Tecnologia prestar-lhe o apoio técnico e administrativo.
Parágrafo único. Cabe à Secretaria-Executiva da CTNBio:
I - prestar apoio técnico e administrativo aos membros da CTNBio;
II - receber, instruir e fazer tramitar os pleitos submetidos à deliberação da CTNBio;
III - encaminhar as deliberações da CTNBio aos órgãos governamentais responsáveis pela sua implementação e providenciar a devida publicidade;
IV - atualizar periodicamente o Sistema de Informações em Biossegurança - SIB;
V - fazer uma análise preliminar dos documentos encaminhados à CTNBio, verificando o atendimento às exigências contidas em suas Resoluções Normativas;
VI - avaliar requerimentos de pessoas jurídicas para a obtenção do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB, manifestando- se no prazo de trinta dias, a contar da data do recebimento, sobre a documentação oferecida, formulando as exigências que julgar necessárias;
VII - encaminhar os pleitos enviados à CTNBio, para análise técnica das Subcomissões Setoriais Permanentes;
VIII - acompanhar a implementação da regulamentação de que trata as disposições legais em vigor e as normas específicas baixadas pela CTNBio, tomando as providências necessárias para assegurar sua execução;
IX - analisar, consolidar em relatórios e submeter à CTNBio informações sobre o acompanhamento técnico, físico e financeiro do seu funcionamento;
X - elaborar e encaminhar à CTNBio, para apreciação e aprovação, a Programação Anual de Atividades da Comissão, estabelecida mediante propostas encaminhadas pelas Subcomissões Setoriais Permanentes;

XI - propor à CTNBio as revisões da Programação Anual de Atividades que se fizerem necessárias;
XII - elaborar relatório anual de atividades, submetê-lo à CTNBio e proceder a sua divulgação;
XIII - preparar as reuniões da CTNBio e das Subcomissões Setoriais Permanentes e das audiências públicas, elaborar e distribuir atas das reuniões, bem como providenciar o necessário apoio administrativo à CTNBio e às SSPs;
XIV - encaminhar aos membros da CTNBio e às SSPs convocação para as reuniões, com a respectiva pauta e matérias a serem objeto de exame e discussão, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos para as reuniões ordinárias e 5 (cinco) dias corridos para as extraordinárias;
XV - providenciar o pagamento de despesas de transporte, alimentação e hospedagem para os membros e para as pessoas convidadas pela CTNBio para participarem de suas reuniões;
XVI - exercer outras atividades que lhe sejam atribuídas pela CTNBio.
A Coordenação-Geral da CTNBio é quem exerce o papel de Secretaria-Executiva, previsto no Decreto, e, dessa forma, possui as competências descritas acima.

Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia – CMCH

A Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia – CMCH, instituída pela Lei nº 10.683/2003, resultou das discussões sobre a organização das atividades do setor de meteorologia em âmbito nacional, pela sociedade civil representante do setor de meteorologia, juntamente com os órgãos operacionais de meteorologia e climatologia, especialmente aqueles da esfera pública federal, tais como, o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos – CPTEC/INPE, o Instituto Nacional de Meteorologia – INMET, o Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA e a Diretoria de Hidrografia e Navegação – DHN.

De acordo com o Decreto nº 6.065/2007, as principais competências da CMCH estão relacionadas à coordenação e acompanhamento da execução das atividades de meteorologia, climatologia e hidrologia no País. Além disso, contribuir para a formulação da Política Nacional de Meteorologia e Climatologia e a implantação do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia, assessorar os órgãos governamentais em ações relacionadas à cooperação internacional na área tema, contribuir para a formulação de diretrizes, critérios, normas e regulamentos que busquem orientar as atividades de meteorologia, climatologia e hidrologia quanto à rede nacional de estações de observação meteorológica, padronização de equipamentos e instrumentos e contribuir para o contínuo aperfeiçoamento da meteorologia, climatologia e hidrologia no País.

Conselho Nacional de Controle da Experimentação Animal – CONCEA

As atividades do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA - têm, como finalidade, assegurar que a pesquisa em animais seja realizada de forma ética, fundamental aos anseios de moralidade, fundamentada, no Item VII do §1º do artigo 225 da Constituição Federal, no que concerne à proteção da fauna, sem impedir a pesquisa em seres vivos, ato fundamental para garantir o desenvolvimento nacional (que é um objetivo fundamental). Na forma da Lei, o CONCEA, órgão integrante da estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, é instância colegiada multidisciplinar de caráter normativo, consultivo, deliberativo e recursal, para coordenar os procedimentos de produção, manutenção ou utilização de animais em atividades de ensino ou pesquisa científica, conforme disposto na Lei nº 11.794, 8 de outubro de 2008 e no Decreto nº 6.899, de 15 de julho 2009.

Conforme o artigo 5º da Lei nº 11.794, 8 de outubro de 2008, regulamentada pelos artigos 4º do Decreto nº 6.899, de 15 de julho 2009 e artigo 2º do Regimento Interno do CONCEA, aprovado por meio da Portaria 460, de 30 de abril de 2014, compete ao CONCEA:
I - formular e zelar pelo cumprimento das normas relativas à utilização humanitária e ética de animais com finalidade de ensino e pesquisa científica;

II - credenciar instituições para criação ou utilização de animais com finalidade de ensino ou pesquisa científica;
III - monitorar, avaliar e estimular a introdução de técnicas alternativas validadas que substituam a utilização de animais em ensino ou pesquisa científica;
IV - estabelecer e rever, periodicamente, as normas para uso e cuidados com animais para ensino e pesquisa científica, em consonância com as convenções internacionais das quais o Brasil seja signatário;
V - estabelecer e rever, periodicamente, normas técnicas para instalação e funcionamento de centros de criação, de biotérios e de laboratórios de experimentação animal, bem como sobre as condições de trabalho em tais instalações;
VI - estabelecer e rever, periodicamente, normas para credenciamento de instituições que criem ou utilizem animais para ensino e pesquisa;
VII - manter cadastro atualizado de protocolos experimentais ou pedagógicos, aplicáveis aos procedimentos de ensino e projetos de pesquisa científica realizada ou em andamento no País, assim como dos pesquisadores, a partir de informações remetidas pelas Comissões de Ética no Uso de Animais - CEUAs;
VIII - propor a revisão do Regimento Interno do CONCEA, elaborando e submetendo o novo texto à apreciação do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, para aprovação;
IX - assessorar o Poder Executivo a respeito das atividades de ensino e pesquisa científica de que trata a Lei Nº 11.794, de 2008, e o Decreto Nº 6.899, de 2009;
X - administrar, por intermédio de sua Secretaria-Executiva, o Cadastro das Instituições de Uso Científico de Animais - CIUCA, de que trata o artigo 41 do Decreto Nº 6.899, de 2009, destinado ao registro das instituições que exerçam atividades de criação ou utilização de animais em ensino ou pesquisa científica;
XI - apreciar e decidir recursos interpostos contra decisões das CEUAs, bem como de sua Secretaria-Executiva;
XII - aplicar as sanções previstas nos artigos 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 2008;
XIII - expedir orientações técnicas e resoluções, de caráter normativo, sobre matérias de sua competência.

O CONCEA é constituído por: I- Plenário; II- Câmaras permanentes e temporárias; III – Secretaria Executiva
I. O Plenário é o órgão superior de deliberação do CONCEA, que se reúne, ordinariamente, a cada trimestre e poderá ser convocada, em caráter extraordinário, sempre, em território nacional, preferencialmente, em Brasília - DF. Nela, analisam-se as pautas propostas pela Secretaria-Executiva do CONCEA, a serem decididas por maioria simples, com voto de Minerva do Presidente.
II. As Câmaras são divididas entre temas, com finalidade de realizar análise prévia dos assuntos e pleitos a serem submetidos ao Plenário. Existem cinco câmaras permanentes, que são:
- Câmara Permanente de Pesquisa Científica
- Câmara Permanente de Ensino
- Câmara Permanente de Produção de Animais
- Câmara Permanente de Métodos Alternativos
- Câmara Permanente de Comunicação Social e Assessoria Parlamentar;
As Câmaras temporárias são criadas, em aspecto temporário, para aprofundar ou para tratar de temas de caráter excepcional, cujas pautas vão a posterior deliberação, no CONCEA.

III. A Secretaria Executiva do CONCEA tem, como funções, conforme disposto no artigo 19 do regimento interno, da Portaria 460, de 30 de abril de 2014:
I - prestar apoio técnico e administrativo necessários à execução dos trabalhos do CONCEA, inclusive de suas Câmaras Permanentes e Temporárias;
II - receber, instruir e fazer tramitar os pleitos submetidos à deliberação do CONCEA;
III - encaminhar as deliberações do CONCEA aos órgãos governamentais responsáveis pela sua implementação e providenciar a devida publicidade;

IV - atualizar e promover os credenciamentos dos institutos no CIUCA, de acordo com as normas e determinações do CONCEA;
V - implementar as deliberações do CONCEA;
VI - dar suporte às instituições credenciadas;
VII - emitir, de acordo com deliberação do CONCEA e em nome deste Conselho, comprovante de registro atualizado de credenciamento;
VIII - administrar o cadastro das instituições e dos protocolos experimentais ou pedagógicos, aplicáveis aos procedimentos de ensino e de pesquisa científica, assim como dos pesquisadores, de que trata o inciso VII do artigo 2º deste Regimento Interno;
IX - analisar as solicitações de credenciamento, emitindo nota técnica para apreciação do CONCEA ou de suas Câmaras Permanentes ou Temporárias;
X - conceder as licenças, de acordo com as estipulações previstas em portaria do Ministério da Ciência e Tecnologia, para as atividades destinadas à criação de animais, ao ensino, à pesquisa científica, de que trata o artigo 11 da Lei Nº 11.794, de 2008, observadas as normas do CONCEA;
XI - dar publicidade aos atos do CONCEA, por meio de extratos de pareceres técnicos publicados no Diário Oficial da União e em seu sítio na internet;
XII - publicar as licenças concedidas;
XIII - acompanhar a implementação da regulamentação prevista nas disposições legais em vigor e normas específicas do CONCEA, adotando as providências para assegurar sua execução;
XIV - elaborar, para apreciação e aprovação do Plenário do CONCEA, a Programação Anual de Atividades do Conselho e propor as revisões necessárias;
XV - elaborar e divulgar relatório anual de atividades do CONCEA;
XVI - preparar as reuniões do CONCEA e das Câmaras Permanentes, bem como elaborar e distribuir atas das reuniões ordinárias e extraordinárias;
XVII - encaminhar aos membros do CONCEA convocação para as reuniões, com a respectiva pauta e matérias a serem objeto de exame e discussão, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos das reuniões ordinárias e 5 (cinco) dias corridos das extraordinárias;
XVIII - providenciar o pagamento de despesas de transporte, alimentação e hospedagem para os membros e para as pessoas convidadas pelo CONCEA para participarem de suas reuniões;
XIX - exercer outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Presidente ou pelo Plenário do CONCEA.
A Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal foi vinculada ao Gabinete do Ministro deste MCTI, em agosto de 2013, por meio da Portaria MCTI nº 765, de 07 de agosto de 2013.
Ademais, o MCTI, por meio das Portarias nº 477, de 24 de maio de 2013, e nº 636, de 4 de junho de 2013, designou a Secretária-Executiva do CONCEA e Secretária-Executiva Substituta do CONCEA, respectivamente.

Coordenação-Geral da Secretaria do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CGCCT

A Lei nº 9257 de 09 de janeiro de 1996 estabelece em seu art. 4º que a Secretaria do Conselho seja exercida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. O artigo 8º da Portaria MCT Nº 337/2005 descreve as seguintes competências para a CGCCT:

I - prestar apoio técnico e administrativo às reuniões do Conselho e provê-las da necessária infraestrutura de funcionamento;

II - preparar as pautas das reuniões do Conselho, encaminhando a seus membros a documentação necessária à sua realização, nos prazos previstos;

III - preparar os atos de convocação para as reuniões do Conselho;

IV - secretariar as reuniões do Conselho, lavrar as atas e promover as medidas destinadas ao cumprimento das decisões do Plenário;

V - divulgar as resoluções do Conselho;

VI - acompanhar os pedidos de informações de órgãos e entidades externas, responsabilizando-se pelo cumprimento dos prazos estipulados;

VII - coordenar a elaboração e a distribuição do Relatório Anual de Atividades do Conselho; e

VIII - manter controle da documentação do Conselho.

3.1.3 Consultoria Jurídica – CONJUR/MCTI

A Consultoria Jurídica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - CONJUR/MCTI, órgão da Administração Direta e integrante da estrutura do Poder Executivo Federal, está vinculada administrativamente ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e subordina-se à Advocacia-Geral da União - AGU, por ser um órgão setorial da AGU. A função predominante do órgão é prestar assessoramento jurídico ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, a partir da resolução ágil das consultas apresentadas, promovendo a legalidade, a probidade, a moralidade e a eficiência das políticas públicas e, por consequência, viabilizar com segurança jurídica as políticas públicas na área de ciência, tecnologia e inovação.

Compete à CONJUR/MCTI assessorar o Ministro de Estado em assuntos de natureza jurídica; exercer a coordenação das atividades jurídicas do Ministério e das entidades vinculadas; fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida em sua área de atuação e coordenação, quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União; elaborar estudos e preparar informações, por solicitação do Ministro de Estado; assistir ao Ministro de Estado no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ele praticados ou já efetivados, e daqueles oriundos de órgãos ou entidades sob sua coordenação jurídica; e examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério, os textos de edital de licitação, bem como os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados; e os atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade, ou decidir a dispensa de licitação.

3.1.4 Assessoria de Assuntos Internacionais – ASSIN/MCTI

Assessorar as diversas áreas do Ministério, unidades de pesquisa e entidades vinculadas nas atividades relacionadas com a cooperação e cumprimento de acordos internacionais relativos aos assuntos de ciência, tecnologia, especialmente os programas espacial, nuclear e de bens sensíveis.

Coordenar e acompanhar a execução das atividades relacionadas com a cooperação internacional em ciência e tecnologia do ministério, unidades de pesquisa e entidades vinculadas.

Conceder e propor a realização de acordos bilaterais e multilaterais com organismos internacionais, entidades e governos estrangeiros destinados ao desenvolvimento científico e tecnológico de relevância econômica, social e estratégica para o País.

Coordenar o controle do cumprimento dos acordos internacionais e a concessão de autorizações de importação e de exportação no âmbito de programas das áreas nuclear e de bens sensíveis; e

Supervisionar e coordenar as ações de cooperação internacional dos órgãos integrantes da estrutura do Ministério, unidades de pesquisa e entidades vinculadas.

3.1.5 Representação Regional no Nordeste – RENE

Em decorrência da implantação do Campus Tecnológico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação no Nordeste, em 2006 (aditamento ao Convênio nº 943/2006 – Extrato publicado no D.O.U. de 27/10/2006, Seção III, pg.6), o Ministério, em consonância com sua missão de expandir, consolidar, aperfeiçoar e modernizar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), incorporou à

sua estrutura organizacional por meio do Decreto nº 5.886 de 06 de setembro de 2006, a Representação Regional do MCTI no Nordeste (ReNE/MCTI), como unidade descentralizada, dotada de flexibilidade e autonomia gerencial.

Cumpre-lhe, como missão institucional, implementar as políticas setoriais do MCTI para a região Nordeste de acordo com modelo organizacional e de gestão adequados às diretrizes e orientações estratégicas do MCTI e do Governo Federal como um todo. No âmbito de sua missão regional, cabe à ReNE/MCTI exercer um forte papel de articulação, mobilização, acompanhamento e avaliação das ações do Ministério na região, potencializando as ações do MCTI, de modo a participar ativamente do desenvolvimento e modernização do país, atuando como núcleo indutor de novas tecnologias de caráter estratégico que permitam promover o progresso e o avanço tecnológico voltados para o desenvolvimento social/econômico/ambientalmente sustentados e a melhoria de qualidade de vida da região nordeste.

A ReNE/MCTI tem por finalidade coordenar, acompanhar e apoiar as ações do Ministério e de entidades vinculadas, visando à implementação de projetos articulados e necessários ao desenvolvimento da região nordeste, em atendimento às demandas municipais, estaduais, de instituições de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica no âmbito regional, competindo-lhe em especial:

I - assistir, na região nordeste, ao Ministro de Estado em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho do seu expediente, quando de sua presença na região;

II - dar suporte na coordenação e supervisão da execução do planejamento de atividades de comunicação social do Ministro de Estado e auxiliar nas providências relacionadas ao cerimonial;

III - dar suporte às demais unidades da Administração Central do Ministério, no acompanhamento dos projetos e programas de interesse do Ministério, em andamento junto as entidades públicas e privadas sediadas e atuantes na região;

IV - contribuir, na sua área de jurisdição e atuação, para a boa articulação e execução das políticas e programas do Ministério, colaborando com seus órgãos, agências de fomento, e unidades de pesquisa, bem como com outros Ministérios e agências, federais, estaduais e municipais;

V - identificar e mobilizar novas áreas de atuação que possibilite a potencialização da ação do Ministério na região;

VI - propor, estimular e coordenar a execução de estudos e diagnósticos para subsidiar a formulação de políticas e a definição de estratégias para a implementação de programas, projetos e atividades de fomento nas áreas de interesse estratégico para o Nordeste no campo da Ciência, Tecnologia e Inovação;

VII - supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com a administração de pessoal, das instalações prediais e recursos da logística, inclusive de informática necessários ao funcionamento da Representação;

VIII - administrar, de forma compartilhada com as demais unidades de pesquisa e representações que compõem o denominado Campus Tecnológico Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação no Nordeste (Campus MCTI-NE), responsabilizando-se pela manutenção da infra-estrutura, da vigilância, da supervisão e coordenação das áreas e instalações de uso comum, na forma do disposto no Convênio referido no artigo 2º deste Regimento;

IX - desenvolver ações destinadas à concretização dos projetos e o cumprimento dos objetivos estratégicos na missão do MCTI; e

X - executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.

3.1.6 Representação Regional no Sudeste – RESE

A finalidade da Representação Regional do MCTI no Sudeste – RESE é apoiar a realização das atividades do Ministro de Estado na Região Sudeste.

Segundo o art 3º do capítulo 1 do Regimento Interno da ReSE (Portaria MCT nº66 de 15.02.2011)

À RESE compete:

I - assistir ao Ministro de Estado em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho do seu expediente, quando de sua presença na região;

II - dar suporte na coordenação e supervisão da execução do planejamento de atividades de comunicação social do Ministro de Estado e auxiliar nas providências relacionadas ao cerimonial;
III - promover a integração e articulação de projetos e programas com os diversos setores da comunidade, com as instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico na região;
IV - dar suporte às demais unidades da Administração Central no acompanhamento dos projetos e programas de interesse do Ministério, em andamento junto às entidades públicas e privadas estaduais locais;
V - supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com a administração de pessoal, das instalações prediais e recursos logísticos, inclusive de informática, necessárias ao funcionamento da Representação Regional no Sudeste;
VI - identificar e mobilizar novas áreas de atuação que possibilitem a potencialização da ação do Ministério na região; e
VII - executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.

3.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

3.2.1 Secretaria-Executiva – SEXEC/MCTI

Decreto nº 5.886, de 6 de setembro de 2006 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e dá outras providências.

Portaria MCTI nº 605, de 11.06.2014 - Altera a Portaria nº 758, de 03.10.2006, que institui o Regimento Interno da Secretaria-Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

3.2.2 Gabinete do Ministro

Decreto nº 5886 de 06/09/2006;

Portaria MCT nº 751, de 3 de outubro de 2006

Portaria MCT nº 66, de 15.02.2011;

Portaria MCT nº 639 de 27.09.2007

Lei nº 9.257 de 09 de janeiro de 1996

3.2.3 Consultoria Jurídica – CONJUR/MCTI

Lei Complementar nº 73, de 10/02/1993 - Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências.

- Lei nº 11.890, de 24/12/2008 - Dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras da Área Jurídica, de que trata a Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006.

- Decreto nº 5.886, de 06/09//2006 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

- Decreto nº 7.513, de 01/07/2011 - Altera o Decreto nº 5.886, de 06.09.2006, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dispõe sobre o remanejamento de cargos em comissão.

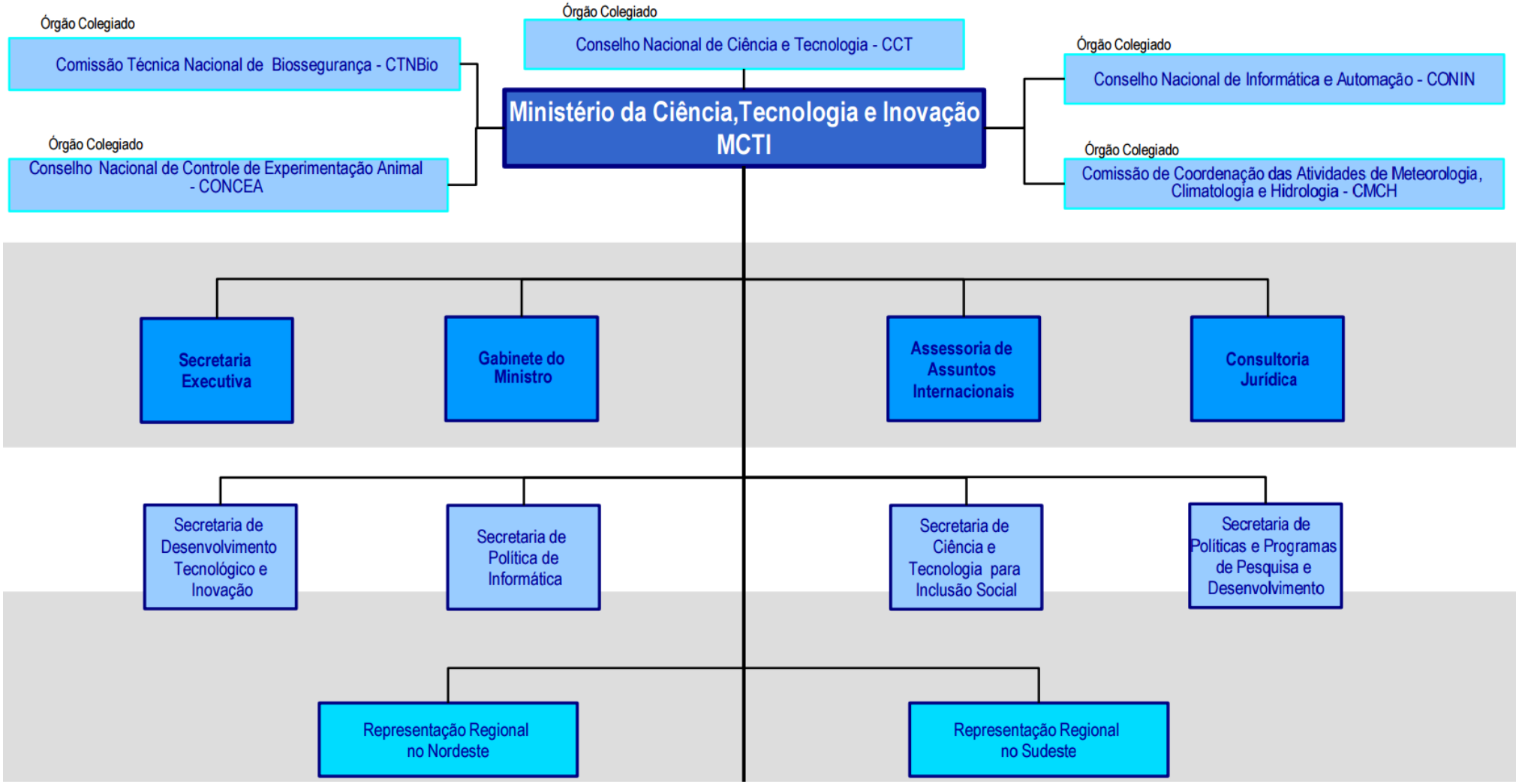
- Portaria MCTI nº 754, de 03/10/2003 - Aprova o Regimento Interno da Consultoria Jurídica do Ministério da Ciência e Tecnologia.

- Portaria MCTI nº 453, de 05/07/2011 - Altera a Portaria MCT nº 754, de 03 de Outubro de 2006, que aprova o Regimento Interno da Consultoria Jurídica do Ministério da Ciência e Tecnologia e dá outras providências.

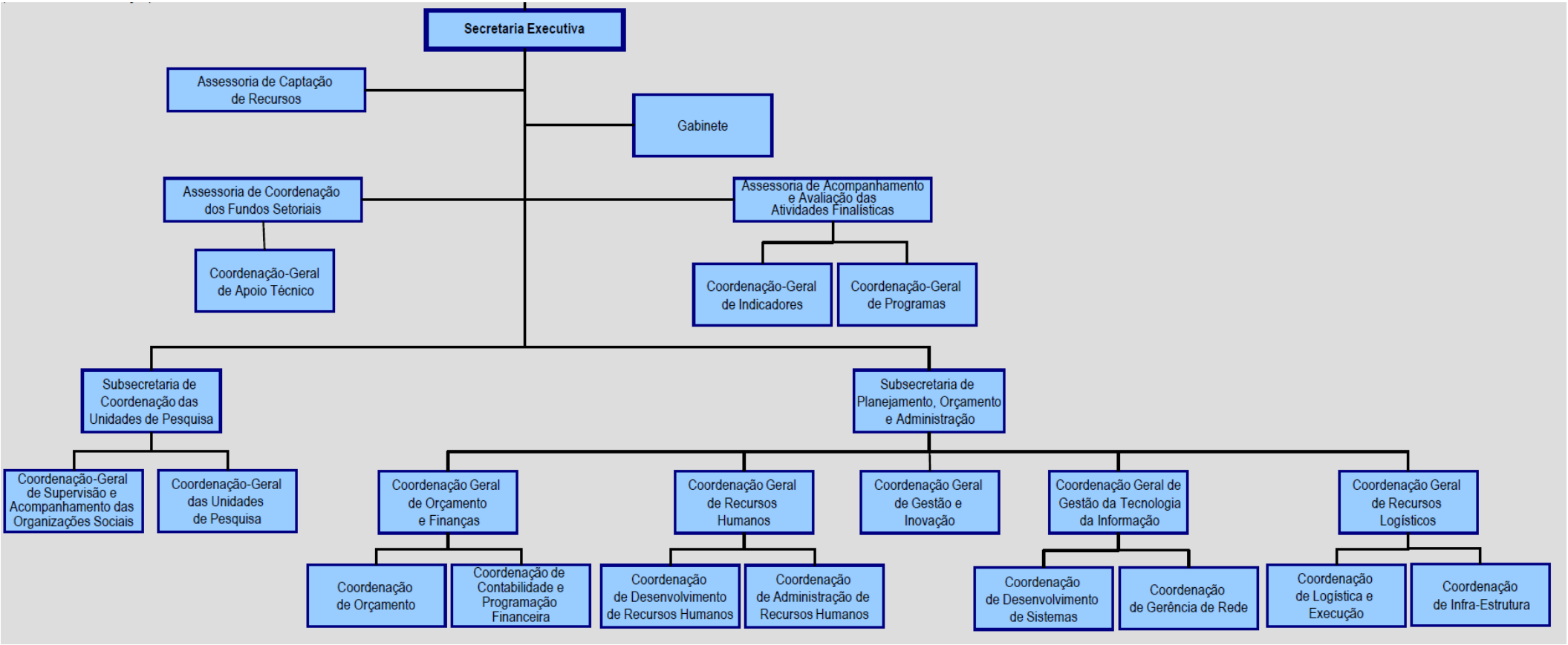
3.2.4 Assessoria de Assuntos Internacionais – ASSIN/MCTI

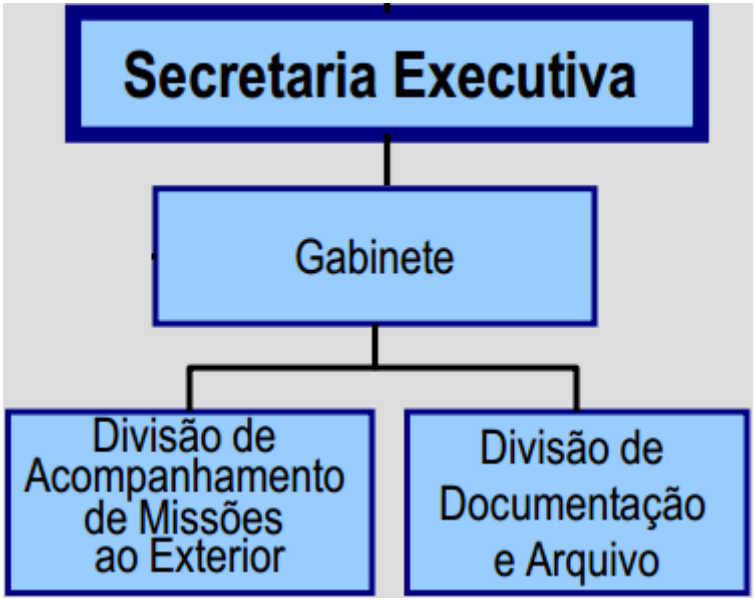
Portaria nº 753, de 3 de outubro de 2006 – Aprova o Regimento Interno da Assessoria de Assuntos Internacionais.

3.3 Organograma Funcional



3.3.1 Secretaria Executiva – SEXEC/MCTI





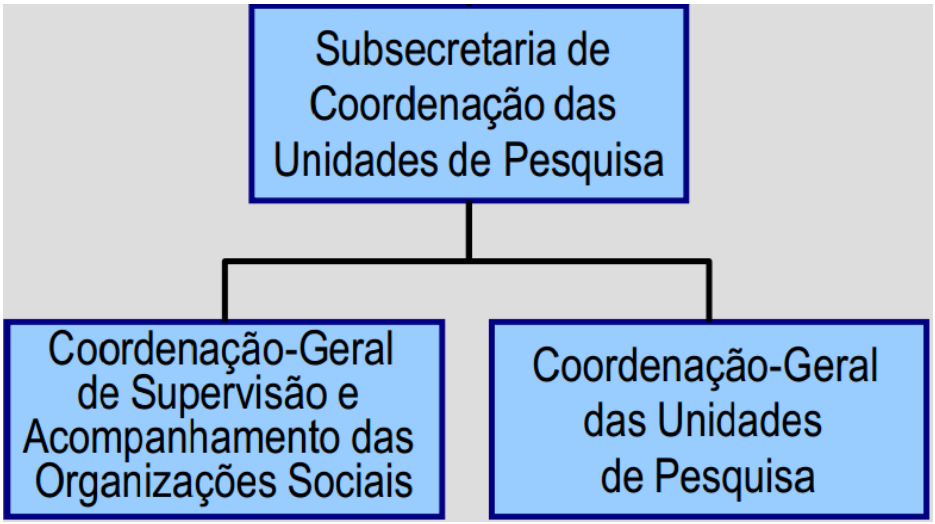
Quadro - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Secretário (a)-Executiva	I - coordenar, consolidar e submeter ao Ministro de Estado o plano de ação global do Ministério; II - supervisionar e avaliar a execução dos projetos e atividades do Ministério; III - supervisionar e coordenar a articulação dos órgãos do Ministério com os órgãos centrais dos sistemas afetos à área de competência da Secretaria-Executiva; IV - decidir, em 2º e último grau, ressalvada competência legal privativa do Ministro de Estado, sobre os recursos interpostos das decisões de 1º grau no âmbito do Ministério;	Álvaro Toubes Prata Emília Maria Silva Ribeiro Curi	Secretário (a)-Executivo	26/08/2014 a 05/04/2015 06/04/2015 Até o momento

	V - homologar ou ratificar os processos licitatórios, de dispensa ou inexigibilidade, cujo objeto seja de valor estimado igual ou superior ao fixado para concorrência, bem como decidir sobre os recursos interpostos no âmbito dos processos licitatórios nessa modalidade; e VI - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado. § 1º As competências de que tratam os incisos IV e V, quando relativas a ocorrências no âmbito das unidades de pesquisa, serão exercidas após manifestação da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP. § 2º As competências de que tratam os incisos IV e V podem ser delegadas.			
Gabinete	I - planejar, orientar, coordenar e controlar a execução das atividades afetas à unidade; II - elaborar relatórios de trabalhos realizados; III - opinar sobre os assuntos da sua unidade, dependentes de decisão superior; IV - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário-Executivo	Fábio Donato Soares Larotonda Cláudia Silva Prates França Erlane de Cássia Silva Mendes	Chefe de Gabinete	11/09/2014 a 30/04/2015 12/05/2015 a 30/07/2015 05/08/2015 Até o momento
Divisão de Acompanhamento de Missões ao Exterior	Aos Chefes de Divisão e Serviço incumbe: I - planejar, dirigir, coordenar, orientar e controlar a execução das atividades das respectivas unidades; II - emitir parecer nos assuntos pertinentes à respectiva unidade; III - elaborar relatórios dos trabalhos realizados; e	Celma Irene Castanheira Maria Do Socorro Guerra Hashimoto	Chefe da Divisão de Acompanhamento de Missões ao Exterior	20/01/2011 a 12/05/2015

	IV - praticar os demais atos administrativos necessários à consecução dos objetivos da respectiva unidade.			22/05/2015 Até o momento
Divisão de Documentação e Arquivo		Claudia Silva Prates França Celma Irene Castanheira	Chefe da Divisão de Documentação e Arquivo	12/03/2008 a 12/05/2015 13/05/2015 Até o momento

Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP



Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa	Apoio técnico e administrativo das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais	Vago*	Subsecretário	-
		Adalberto Fazzio	Subsecretário	13/05/2015 – 03/11/2015
		Vago**	Subsecretária	-
		Vago***	Subsecretário	-
Coordenação-Geral de Acompanhamento e Supervisão das Organizações Sociais	Celebração de Contratos de Gestão e Termos Aditivos e Supervisão das Organizações Sociais	Vago****	Coordenador-Geral	24/09/2014 – 10/08/2015
		Fábio de Paiva Vaz	Coordenador-Geral	11/08/2015 - atual
Coordenação-Geral das Unidades de Pesquisa	Celebração de Termos de Compromisso de Gestão e apoio técnico e administrativo às Unidades de Pesquisa	Kayo Julio Cesar Pereira	Coordenador-Geral (CGUP)	10/07/2014 – 29/06/2015
		Vago*****	Coordenador-Geral (CGUP)	30/06/2015 – 10/08/2015
		Sônia da Costa	Coordenadora-Geral (CGUP)	11/08/2015 – 31/12/2015

* O cargo de Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa esteve vago desde 09/09/2014 e foi ocupado interinamente por Kayo Julio Cesar Pereira até 13/05/2015.

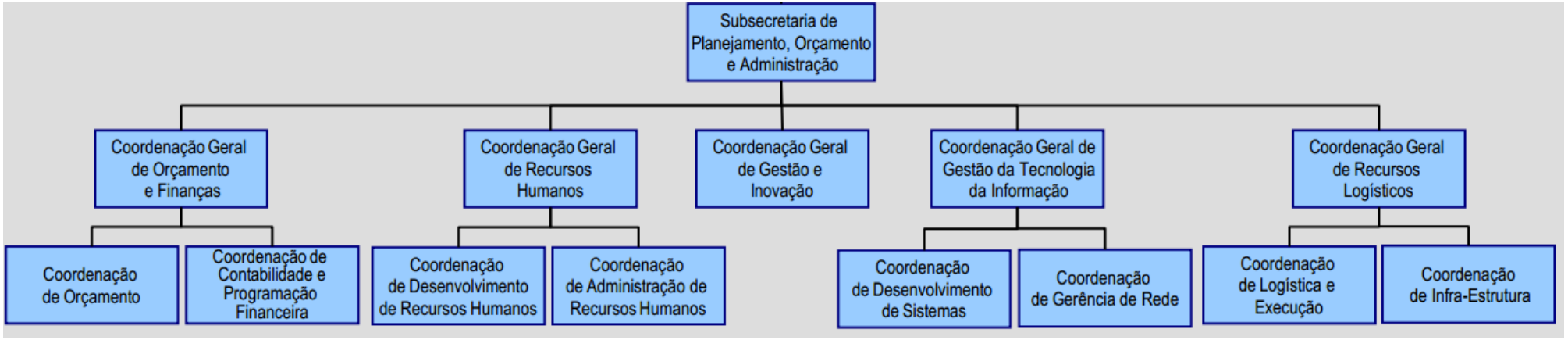
** O cargo de Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa está vago desde 14/11/2015 e foi ocupado interinamente por Sônia da Costa até 16/12/2015.

***O cargo de Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa está vago desde 14/11/2015 e foi ocupado interinamente por Fábio de Paiva Vaz de 17/12/2015 até 31/12/2015.

**** O cargo de Coordenador-Geral de Acompanhamento e Supervisão das Organizações Sociais esteve vago desde 24/09/2014 e ocupado interinamente por Felipe Silva Bellucci até 10/08/2015.

***** O cargo de Coordenador-Geral das Unidades de Pesquisa esteve vago desde 30/06/2015 e ocupado interinamente por Ana Maria Comini Curi até 10/08/2015.

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA



Áreas/ Subunidades Estratégicas	**Competências**	**Titular**	**Cargo**	**Período de atuação***
1. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA (art. 11, Portaria MCT nº 758, 2006)	I - planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de organização e modernização administrativa, de inovação de processos da administração de tecnologia da informação, de gestão de pessoas, de logística, de documentação e arquivo, de administração financeira e de contabilidade no âmbito do Ministério; II - promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais referidos no inciso anterior e informar, orientar e supervisionar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas; III - planejar e coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas das atividades finalísticas do Ministério e submetê-los à decisão superior; IV - orientar as unidades do Ministério no planejamento, sistematização, padronização e implementação de técnicas e instrumentos de gestão; V - acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades;	Cristian de Oliveira Lima Anderson Lozi da Rocha	Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração	Nomeado em 8/4/2014 (Portaria Casa Civil nº 245/2014) exonerado em 24/8/2015 (Portaria Casa Civil nº 1221/2015) Nomeado em 24/8/2015 (Portaria Casa Civil 1222/2015) – em exercício

	VI - desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, de gestão de pessoas, gestão da informação científica e tecnológica e da tecnologia da informação e da logística, no âmbito do Ministério; VII - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa à perda, ao extravio ou a outra irregularidade que resulte em dano ao erário; e VIII - executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.”			
2. Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF (art. 12 da Portaria nº 758/2006)	I - coordenar e orientar o processo de elaboração da Proposta Orçamentária da Administração Central, Unidades de Pesquisa e Entidades vinculadas ao Ministério, de acordo com as orientações do Órgão Central do Sistema de Orçamento; II - coordenar o processo de ajustes do orçamento ao longo de cada exercício financeiro; III - subsidiar a elaboração do Plano Plurianual quanto aos seus aspectos orçamentários; IV - acompanhar, coordenar e prestar assistência técnica à Administração Central, às Unidades de Pesquisa e às Entidades vinculadas ao Ministério, no que se refere à contabilidade analítica; V - coordenar, orientar e acompanhar as atividades de programação financeira; e VI - executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação. Parágrafo único. A Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças manterá articulação com a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa nos assuntos relacionados com a programação orçamentária e financeira das Unidades de Pesquisa.	Antonio Alberto Pinheiro	Coordenador-Geral	Desde 17 de março de 2006 (Portaria MCT nº 181/2006)
2.1 Coordenação de Orçamento – COOR (art. 13 da Portaria nº 758/2006)	**E**laborar a proposta orçamentária do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação dentro dos prazos estabelecidos pela SOF; analisar e propor à SOF as necessidades de créditos adicionais; subsidiar a elaboração do PPA quanto aos seus aspectos orçamentários.	Marcus Fernandes Stefanini Guilherme Augusto	Coordenador Coordenador	Exonerado em 30/3/2015 (Portaria 183/2015) Desde 30/3/2015 (Portaria 184/2015)

		Borges Carvalho		
2.2 Coordenação de Contabilidade e Programação Financeira – COCF (art. 19 da Portaria nº 758/2006)	Acompanhar, coordenar e prestar assistência técnica às Unidades do MCTI quanto aos aspectos da contabilidade e execução orçamentária e financeira, envolvendo análise de balanços e balancetes, conformidade contábil, relatórios para tomada de decisão, orientações técnicas sobre a execução orçamentária, financeira e contábil aos gestores das Unidades, cadastramento de operadores nos sistemas corporativos do Governo Federal; elaborar a programação financeira das Unidades da Administração Direta do MCTI e de suas Unidades Orçamentárias.	Eliana Yukiko Takenaka	Coordenadora	Desde 25 de maio de 2012 (Portaria nº 354/2012)
3. Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL (art. 37 da Portaria nº 758/2006)	I - planejar, coordenar, executar e controlar as atividades relativas à aquisição de bens e contratação de serviços, execução orçamentária e financeira, administração de material e patrimônio, licitações e contratos, obras e serviços de engenharia, transporte, terceirização, telefonia e serviços gerais, administração e manutenção predial no âmbito da Administração Central do Ministério; II - executar as diretrizes emanadas do Órgão Central dos Sistemas Integrados de Administração de Serviços Gerais e Financeira, SIASG e SIAFI, bem como orientar e implementar aplicação de normas e procedimentos objetivando a normatização, a racionalização e o aprimoramento das atividades no seu campo de atuação, além de orientar as Unidades de Pesquisa e Entidades vinculadas em assuntos pertinentes à sua área de competência; III - orientar e expedir circulares às outras unidades do Ministério em assuntos de exclusiva competência da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos; IV - autorizar a abertura de procedimento para realizar contratação direta e licitação, inclusive no tocante à modalidade escolhida; V - submeter ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração dúvidas e questões de ordem jurídica, bem como os procedimentos licitatórios relativos a compras e contratos, em conformidade	Domingos Carlos Pereira Rego	Coordenador-Geral	Desde 2 de maio de 2014 (Portaria nº 466/2014)

	com o art. 38, § 1º, da Lei nº 8.666/93 a serem encaminhados à Consultoria Jurídica do Ministério; VI - decidir, em segunda instância, sobre os recursos e representações interpostos em face das decisões das Comissões de Licitação e Pregoeiros; VII - ratificar o reconhecimento de inexigibilidade de licitação realizada pelo Coordenador de Logística e Execução, cujo objeto seja de valor estimado inferior ao fixado para Concorrência, conforme a Lei nº 8.666/93; VIII - reconhecer a inexigibilidade de licitação, cujo objeto seja de valor estimado igual ou superior ao fixado para Concorrência, conforme a Lei nº 8.666/93; IX - autorizar a alteração, o reajuste, a recomposição, o reequilíbrio de preços e a prorrogação dos contratos celebrados no âmbito de sua competência, na forma da lei; X - designar fiscais de contrato; e XI - executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação. Parágrafo único. Na modalidade de Pregão, não havendo recurso, o Pregoeiro é competente para adjudicar o objeto ao licitante vencedor.			
3.1 Coordenação de Logística e Execução – COEX (art. 38 da Portaria nº 758/2006)	I - coordenar, organizar e supervisionar a execução das atividades relacionadas à execução orçamentária e financeira, passagens e diárias, licitações e contratos, convênios, material e patrimônio, propondo normas, logística e projetos para agilizar, racionalizar e modernizar os procedimentos internos, de acordo com a legislação vigente; II - reconhecer a inexigibilidade de licitação, cujo objeto seja de valor estimado inferior ao fixado para Concorrência, conforme a Lei nº 8.666/93; e III - exercer outras competências que lhe forem cometidas.	Luiz Soares Maia	Coordenador	Desde 19 de abril de 2012 (Portaria nº 256/2012)
3.2 Coordenação de Infraestrutura – COIN (art. 48 da Portaria nº 758/2006)	I - coordenar, organizar e supervisionar a execução das atividades relacionadas a obras e manutenção de edifícios públicos e administração do complexo do MCTI no Setor Policial Sul, e de transporte, telefonia, terceirização, reprografia e serviços gerais no âmbito da Administração Central do Ministério;	Paulo Rocha da Silva	Coordenador	Desde 9 de junho de 2014 (Portaria nº 598 /2014)

	II - propor normas e projetos voltados para agilização, racionalização e modernização dos procedimentos internos, de acordo com a legislação vigente; e III - executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.			
4. Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH (art. 30 da Portaria nº 758/2006)	Compete planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com as políticas de administração e desenvolvimento de recursos humanos, seguindo as diretrizes emanadas do Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC; acompanhar e prestar assessoramento técnico às Unidades de Pesquisa nos assuntos relativos à administração de recursos humanos; prestar assessoramento técnico às comissões constituídas no âmbito da Administração Central do Ministério pertinentes à sua área de atuação e executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.	Flavio Coutinho de Carvalho	Coordenador-Geral	Desde 3 de março de 2011 (Portaria nº 103/2011)
4.1 Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos – CODE (art. 31 da Portaria nº 758/2006)	Compete coordenar, dirigir e controlar a execução de estudos voltados para a proposição de políticas, diretrizes, programas e projetos de desenvolvimento, de recrutamento e seleção de pessoal da Administração Central e, de forma complementar, das Unidades de Pesquisa e executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.	Valéria Moreira Neves dos Santos	Coordenadora	Desde 4 de janeiro de 2012 (Portaria nº 996/2012)
4.2 Coordenação de Administração de Recursos Humanos – COAD (art. 34 da Portaria nº 758/2006)	Compete coordenar, dirigir, controlar e orientar a execução das atividades relativas a registros, lotação, movimentação, concessão e pagamento de pessoal no âmbito da Administração Central e, no que couber, das Unidades de Pesquisa do Ministério.	Iza Silva de Assis Otacílio Bonfim Neto	Coordenadora Coordenador Substituto (período de 4 a 13/5/2015)	Aposentada em 4/5/2015 (Portaria 338/2015, de 14/5/2015) Portaria 1.173/2013, de 11/11/2013.

		Carlos Eduardo dos Santos	Coordenador	Portaria 339/2015, de 14/5/2015.
5. Coordenação-Geral de Gestão e Inovação – CGGI (art. 25 da Portaria nº 758/2006)	I - propor políticas e diretrizes referentes ao planejamento, implementação e manutenção das atividades relativas à modernização e informação; II - coordenar e acompanhar o desenvolvimento de planos, programas, projetos e atividades de desenvolvimento institucional e gestão da informação para a Administração Central e Unidades de Pesquisa; III - prestar orientação técnica e normativa na definição e implementação de programas, projetos e atividades de racionalização administrativa, desburocratização, adequação e desenvolvimento institucional à Administração Central, Unidades de Pesquisa e Entidades vinculadas; IV - estimular, promover e coordenar o processo de implementação de planos, programas, projetos e atividades voltadas à promoção da qualidade e produtividade no âmbito da Administração Central, em articulação com a Coordenação-Geral de Recursos Humanos; V - pronunciar-se, previamente, em assuntos relativos à estrutura regimental, regimentos internos e estatutos da Administração Central, Unidades de Pesquisa e Entidades vinculadas; VI - emitir parecer técnico sobre a contratação de consultorias externas específicas para atuar nas áreas de modernização e de informação; VII - propor e avaliar programas de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos julgados necessários ao desempenho dos projetos de modernização e gestão da informação, em articulação com a Coordenação-Geral de Recursos Humanos; VIII - promover a articulação, a cooperação técnica e o intercâmbio de experiências e informações com os órgãos centrais dos Sistemas de Modernização Administrativa e Sistema Nacional de Arquivos; IX - planejar, coordenar e desenvolver as atividades e projetos relativos à modernização e à organização administrativa, segundo as diretrizes e os padrões emanados do Órgão Central do Sistema de Organização e Modernização Administrativa - SOMAD; X - coordenar e acompanhar o desenvolvimento de projetos de estruturação organizacional, bem como os processos de elaboração, revisão e atualização de regimentos internos e estatutos da Administração Central, Unidades de Pesquisa e Entidades vinculadas ao Ministério;	Paulo Henrique de Assis Santana Rafael Vieira Fernandes de Castro Gilson Fernando Botta	Coordenador-Geral Coordenador-Geral Substituto (período: 6/8 a 6/12/2015) Coordenador-Geral	Exonerado em 6/8/2015 (Portaria 697/2015) Portaria MCTI 1.306/2015, de 27/11/2014. Desde 7/12/2015 (Portaria 1066/2015)

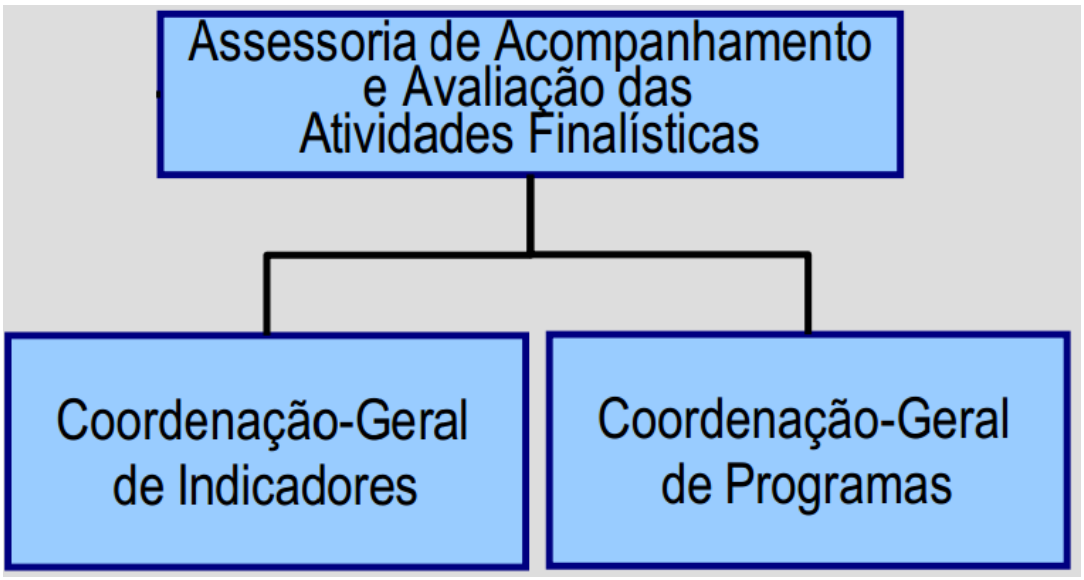
	XI - gerar e promover a disseminação de informações organizacionais para o Ministério, relacionadas a estruturas regimentais, regimentos internos, normas, rotinas, manuais de serviço, instruções e procedimentos operacionais; XII - estimular, promover e coordenar a realização de estudos, pesquisas e eventos, na sua área de competência; e XIII - executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.			
6. Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação – CGTI	I - planejar, coordenar, orientar, controlar, formular e avaliar os planos e programas relativos à execução das atividades na área de informática, no âmbito da Administração Central do Ministério; II - propor políticas e diretrizes referentes ao planejamento, implementação e manutenção das atividades relativas à informática; III - coordenar e acompanhar o desenvolvimento de métodos, procedimentos, planos, programas, projetos e atividades de desenvolvimento em informática para a Administração Central do Ministério; IV - prestar orientação técnica e normativa à Administração Central, Unidades de Pesquisa e Entidades vinculadas ao Ministério, inclusive visando à integração entre Administração Central e suas entidades vinculadas, bem como entre outros órgãos do Governo Federal; V - estimular, promover e coordenar a realização de estudos, pesquisas e eventos, visando o desenvolvimento e a absorção administrativa na área de informática; VI - coordenar as atividades de avaliação dos planos setoriais, visando à racionalização dos investimentos de informática e à proposição de subsídios para a elaboração do orçamento de informática; VII - propor e implementar medidas visando à racionalização do uso dos recursos de informática, inclusive definindo e implementando padrões de equipamentos de informática e programas de computador a serem adotados na Administração Central do Ministério; VIII - pronunciar-se, previamente, em processos relativos à aquisição de bens e serviços de informática, bem como em projetos de sistemas informatizados no âmbito da Administração Central do Ministério; IX - emitir parecer técnico sobre a contratação de consultorias externas específicas para atuar na área de informática;	Samih Naif Daibes Júnior George Hideyuki Kuroki Júnior Victor Guimarães Vieira	Coordenador-Geral Coordenador-Geral Substituto Coordenador-Geral	Exonerado em 10/6/2015 (Portaria 382/2015) Portaria 162/2014 (Períodos: 10/6 a 30/6/2015) Desde 30/6/2015 (Portaria 495/2015)

	X - propor e avaliar programas de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos julgados necessários ao desempenho dos projetos de informática, em articulação com a Coordenação-Geral de Recursos Humanos; XI - promover a articulação, a cooperação técnica e o intercâmbio de experiências e informações com os órgãos centrais dos Sistemas de Informática, com vistas ao aperfeiçoamento e ao aprimoramento da atuação da Coordenação-Geral; e XII - executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.			
6.1 Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas – CODS (art. 56 da Portaria nº 758/2006)	I - coordenar a implementação, a utilização e a avaliação do processo unificado de desenvolvimento de sistemas informatizados; II - colaborar no planejamento, orientar, executar e controlar as atividades de desenvolvimento de sistemas informatizados e de sítios no âmbito da Administração Central do Ministério; III - definir normas, padrões e procedimentos para criação, utilização e administração das bases de dados no âmbito da Administração Central do Ministério; IV - estabelecer procedimentos para assistência técnica aos sistemas informatizados no âmbito da Administração Central do Ministério; VI - apoiar as atividades da Comissão Permanente de Licitação do Ministério nas aquisições de bens e serviços de tecnologia da informação; VII - avaliar e decidir sobre a aquisição de sistemas informatizados, bem como coordenar o desenvolvimento e a implementação de sistemas informatizados desenvolvidos por terceiros para uso no âmbito da Administração Central do Ministério; VIII - gerir a execução dos contratos relativos aos sistemas informatizados no âmbito da Administração Central do Ministério; e IX - executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.	George Hideyuki Kuroki Júnior	Coordenador	Desde 7/2/2014 (Portaria n° 159/2014)
	I - promover e coordenar a elaboração de projetos para execução de atividades relacionadas ao estudo, implantação, modernização e avaliação			

6.2 Coordenação de Gerência de Rede – COGR (art. 58 da Portaria nº 758/2006)	de produtos e serviços, aquisição, expansão, remanejamento, segurança e utilização dos recursos computacionais, visando a sua compatibilidade e integração; II - promover e coordenar os estudos de prospecção tecnológica, com vistas a identificar novos produtos ou serviços mais adequados para a infraestrutura dos recursos de informática; III - propor a adoção de normas, diretrizes, padrões técnicos e procedimentos para o uso eficiente dos recursos, equipamentos de informática e programas de computador, bem como definir os padrões para a estruturação da comunicação de dados e de teleprocessamento; IV - propor a adoção de normas, diretrizes e padrões técnicos e definir procedimentos, de forma a promover o maior nível de segurança física e lógica do ambiente de informática, inclusive com relação às interconexões com outros ambientes; V - planejar, implementar e controlar as interconexões com outras redes; VI - gerenciar a rede de computadores, promovendo o controle e a conservação dos dados e equipamentos de informática, inclusive na instalação; VII - supervisionar e controlar os meios de comunicação de dados, avaliando o desempenho e a utilização dos recursos; VIII - apoiar as atividades da Comissão Permanente de Licitação do Ministério nas aquisições de bens e serviços de tecnologia da informação; IX - gerir a execução dos contratos relativos aos bens e serviços de infraestrutura de informática; e X - executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.	Jorge Antônio de Carvalho Rodrigo Boaventura Tibúrcio	Coordenador Coordenador Substituto (período: de 11/6 até o momento).	Exonerado em 10/6/2015 (Portaria 383/2015) Portaria 348/2013, de 22/4/2013.

*No quadro, foram considerados apenas os períodos em que os substitutos assumiram as áreas por motivo de exoneração dos titulares, desconsiderando-se os períodos de substituição por motivo de férias ou licenças dos titulares.

Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas – ASCAV



Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas	I - supervisionar e coordenar as ações de avaliação da execução de planos anuais e plurianuais do Ministério; II - avaliar os programas de desenvolvimento científico e tecnológico, e de formação de recursos humanos destinados à criação de novos conhecimentos ou que atendam às necessidades específicas de setores de importância estratégica nacional ou regional; III - supervisionar e coordenar ações de coleta, análise, armazenamento, difusão e intercâmbio de dados e informações sobre ações da Política Nacional de Ciência e Tecnologia e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia;	Junia Valéria Quiroga da Cunha	Chefe da Assessoria	01/01/2015 a 03/06/2015
		Luiz Fernando Fauth		03/06/2015 a 26/08/2015
		Luciana Acioly da Silva		26/08/2015 a 15/10/2015

	IV - supervisionar e coordenar a realização de estudos de avaliação e acompanhamento das ações do Plano Plurianual; V - supervisionar e coordenar os programas estratégicos de planos anuais e plurianuais, vinculados ao Programa de Biotecnologia e Recursos Genéticos - GENOMA e da Sociedade da Informação, entre outros, e VI - executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.	Luciana Camargo da Silva		06/11/2015 a 14/12/2015
		Raquel Alves dos Santos		17/12/2015 a 31/12/2015
Coordenação-Geral de Indicadores	I - supervisionar e coordenar ações de coleta, análise, armazenamento, difusão e intercâmbio de dados e informações sobre ações da Política Nacional de Ciência e Tecnologia e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia; II - articular-se com as instituições que atuem na produção e manutenção de indicadores em ciência e tecnologia; III - articular-se com as unidades do Ministério visando coordenar ações de análise de desempenho institucional; e IV - executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.	Renato Baumgratz Viotti	Coordenador Geral de Indicadores	01/01/2015 a 08/09/2015
Coordenação-Geral de Programas	I - coordenar a implementação das atividades de acompanhamento e avaliação dos programas de desenvolvimento científico coordenados ou implementados no âmbito do Ministério; II - coordenar estudos e sistematizar informações objetivando subsidiar a concepção e a criação de programas de desenvolvimento científico de relevância econômica, social ou estratégica para o País; III - desenvolver e implementar metodologias de acompanhamento e avaliação dos programas de desenvolvimento científico implementados sob a coordenação do Ministério; IV - Articular-se e formar parcerias institucionais para a implementação de programas coordenados ou implementados no âmbito da Assessoria; e	Sergio Luiz Doscher da Fonseca	Coordenador Geral de Programas	01/03/2015 a 25/09/2015

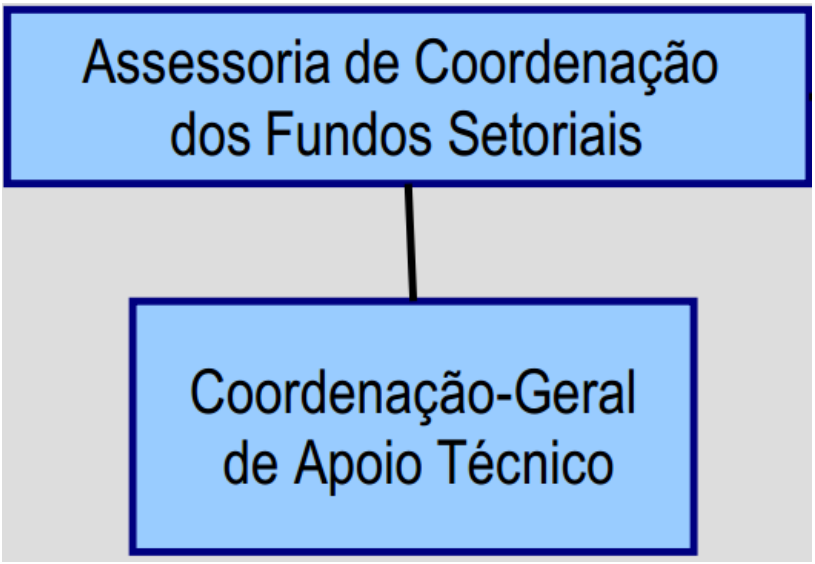
	V - Executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.			

Unidade de Gerência de Projetos - UGP

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Unidade de Gerência de Projetos –UGP	De acordo com a Portaria N° 717/2006/MRE, compete à Diretora Nacional do projeto: - representar formalmente o órgão ou entidade executora nacional perante a ABC, o organismo internacional cooperante e os órgãos de controle, responsabilizando-se pelas atividades desenvolvidas no âmbito do projeto; - ordenar as despesas do projeto; - designar e exonerar o Coordenador do Projeto, observado o art. 20 desta Portaria por meio de ato a ser publicado no Diário Oficial da União; - aprovar os relatórios de progresso elaborados pelo Coordenador e encaminhá-los à ABC e ao organismo internacional cooperante.	Marylin Peixoto da Silva Nogueira Luciana Acioly da Silva Maribel Alves Fierro Sevilla Flávio Neves Bittencourt de Sá	Diretora Nacional do Projeto 914BRZ2018	01/01/2014 a 20/08/2015 21/08/2015 a 22/10/2015 23/10/2015 a 25/01/2016 De 26/01/2016 até o presente momento
Unidade de Gerência de Projetos –UGP	Ao Coordenador do projeto compete: - substituir o Diretor Nacional em suas ausências e impedimentos; - coordenar a elaboração e a execução dos planos de trabalho do projeto; - zelar pelo cumprimento do cronograma de implementação do projeto; - elaborar os relatórios de progresso com as informações técnicas e	Kayo Julio Cesar Pereira Vago Flávio Neves Bittencourt de Sá	Coordenador Nacional do Projeto	01/01/2014 a 25/07/2014 26/07/2014 a 31/08/2015 01/09/2015 a 28/01/2016

	administrativas e financeiras do projeto; - manter os arquivos organizados com a documentação do projeto; - promover articulações com outras instituições para o desenvolvimento do projeto; - auxiliar o Diretor Nacional na gestão do projeto.	Marcus Fernandes Stefanini		De 29/01/2016 até o presente momento

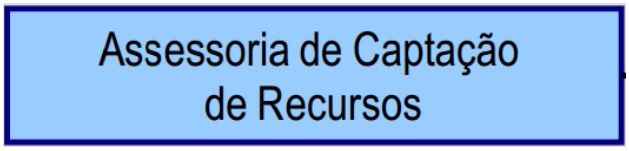
Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais - ASCOF



Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Chefia da Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais - ASCOF	I- Auxiliar o Ministro de Estado e a Secretária Executiva do MCTI na definição de diretrizes e na implementação de ações relativas aos Fundos Setoriais; II- Realizar a interlocução entre a ASCOF e as demais autoridades associadas aos Fundos Setoriais; III- Definir as diretrizes para atuação da ASCOF, estabelecer seus objetivos anuais e controlar seu cumprimento; IV- Supervisionar a preparação das pautas das reuniões do Comitê de Coordenação Executiva, do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais, do Conselho Diretor do FNDCT e dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais.	Marcos Toscano Siebra Brito	Chefe da Assessoria	22/08/2014 a 15/04/2015
		Cargo em aberto sem substituto legal	Chefe da Assessoria	16/04/2015 a 09/07/2015
		Nilton Vasconcelos Júnior	Chefe da Assessoria	10/07/2015 a 04/12/2015
		Marlos Da Matta Agostini	Chefe da Assessoria - em caráter de substituição	05/12/2015 a 31/12/2015

Coordenação-Geral de Apoio Técnico da ASCOF	I- Elaborar planos de atividades para as demais unidades da ASCOF a partir das diretrizes emanadas do Chefe da ASCOF, coordenar e supervisionar seu cumprimento; II- Coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas à administração de recursos humanos, material e patrimônio no âmbito da ASCOF; III- Supervisionar e controlar o recebimento, a movimentação e a expedição de documentos e correspondências de interesse da ASCOF; IV- Prestar apoio técnico e administrativo às reuniões do Comitê de Coordenação Executiva, do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais, do Conselho Diretor do FNDCT e dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais.	Elianne Prescott	Coordenadora-Geral de Apoio Técnico	13/10/2011 a 02/02/2015
		José Antônio Severo	Coordenador-Geral de Apoio Técnico	12/05/2015 a 18/08/2015
		Fábio Alexandre Barreto da Silva	Coordenador-Geral de Apoio Técnico em caráter de substituição	03/02/2015 a 28/09/2015
		Marlos Da Matta Agostini	Coordenador-Geral de Apoio Técnico	29/09/2015 a 31/12/2015

Assessoria de Captação de Recursos – ASCAP



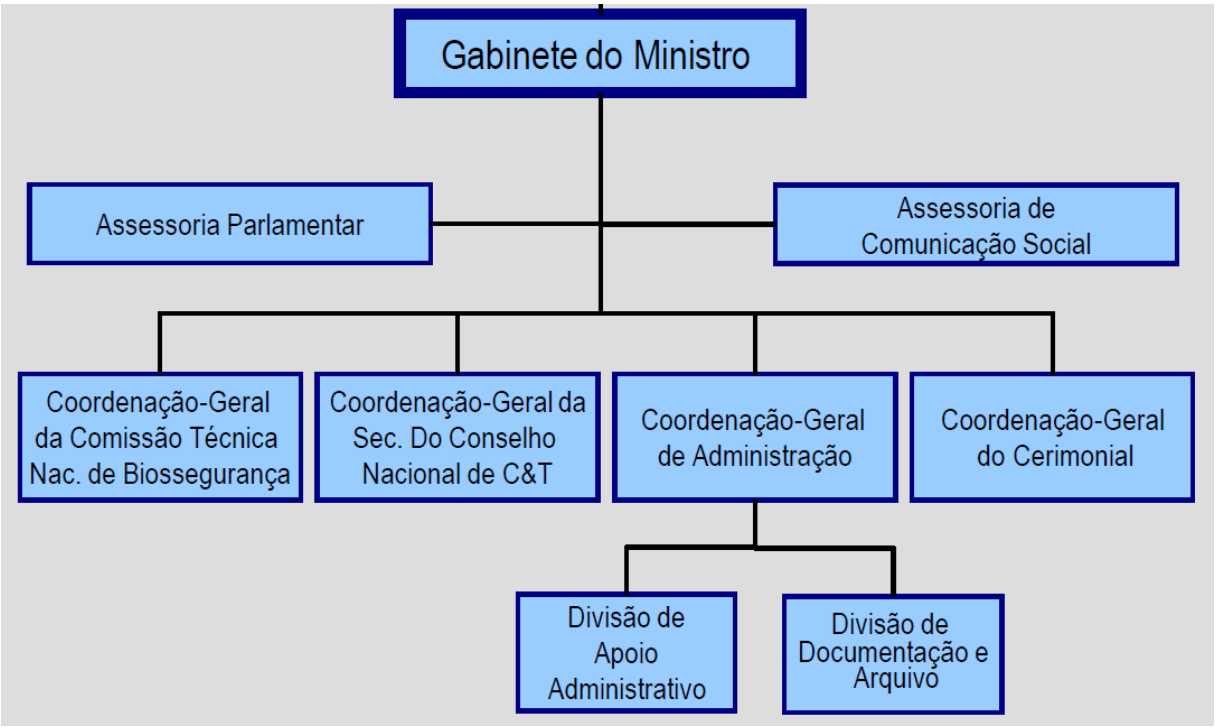
A Assessoria de Captação de recursos dispõe, conforme determina o Decreto nº 7.513, de 01 de julho de 2011, da seguinte estrutura administrativa:

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Assessoria de Captação de Recursos	Chefia da ASCAP Elaborar planos de atividades para a Assessoria, a partir das diretrizes estabelecidas pela Secretaria-Executiva e rol de competências definidas para a Assessoria, coordenar e supervisionar seu cumprimento; Articular, interna e externamente, ações voltadas para implementação execução segundo o planejamento definido para a Assessoria; Representar o MCTI no em fóruns, conselhos, grupos técnicos, fundos, por designação da Secretaria	Adriano Macedo Ramos	Chefe da Assessoria	06/10/2014 até 04/09/2015 (Portaria MCTI Nº 1.057, de 02 de outubro de 2014)
		Alexandre Correia	Chefe da Assessoria, Substituto	21/10/2008 até 17/12/2015 (Portaria MCT Nº 765, de 17 de outubro de 2008)
		Alexandre Coelho Teixeira	Chefe da Assessoria, Substituto	18/12/2015 até 27/01/2016 (Portaria MCTI Nº 1.155, de 17/12/2015)

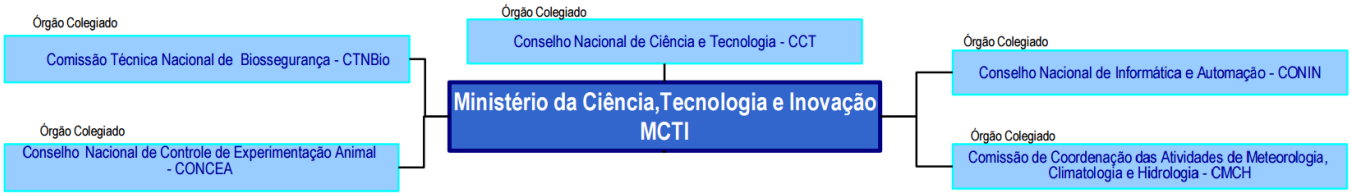
	Executiva, em âmbito Nacional e Internacional, segundo assuntos afetos à ASCAP;			
Assessoria Técnica	Chefe Substituto da ASCAP Exercer as atribuições do Chefe da ASCAP na sua ausência; Coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas às atividades das áreas de Captação Nacional e Internacional; Coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas à administração de recursos humanos, material e patrimônio no âmbito da ASCAP; Supervisionar e controlar o recebimento, a movimentação e a expedição de documentos e correspondências de interesse da ASCOF;	Alexandre Correia	Assessor	30/08/00 até 30/12/2015
Assessoria Técnica	Assistente Técnico: Assessorar a Chefia da ASCAP quanto aos assuntos relacionados ao Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF); Articular ações necessárias para execução das ações previstas para o Fundo; Analisar propostas de projetos que visem acessar recursos do Fundo, segundo diretrizes estabelecidas no âmbito do MCTI e conforme diretrizes estabelecidas pela politica nacional de mudanças climáticas; Prestar relatórios gerenciais sobre os assuntos relacionados às ações do Fundo.	Daniel Lage Chang	Assessor	15/08/2013 até 21/09/2015

3.3.2 Gabinete do Ministro

O Gabinete do Ministro está estruturado da seguinte forma:



Vinculados ao Gabinete, encontram-se ainda os órgãos colegiados do MCTI, conforme apontado na imagem abaixo. O Conselho Nacional de Informática e Automação – CONIN encontra-se atualmente desativado.



Coordenação-Geral de Administração – CGAD

A Coordenação-Geral de Administração, organiza-se em duas divisões, quais sejam: a Divisão de Apoio Administrativo e a Divisão de Documentação e Arquivo, como pode ser visto na imagem acima.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Coordenação-Geral de Administração	I - coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas à administração de recursos humanos, material, patrimônio e serviços gerais no âmbito do Gabinete; II - supervisionar e controlar o recebimento, a movimentação e a expedição de documentos e correspondências de interesse do Gabinete; III - coordenar, supervisionar e controlar o preparo e a organização de expedientes e documentação submetida a apreciação do Ministro de Estado; IV - examinar, controlar e organizar a documentação técnica a ser submetida ao Chefe de Gabinete e prestar assistência sobre outros assuntos de interesse do Gabinete; V - acompanhar a tramitação dos expedientes de interesse do Ministério junto à Presidência da República e a outros Ministérios; VI - desenvolver as atividades de concessão de suprimento de fundos, passagens e diárias aos servidores e colaboradores eventuais do Gabinete; VII - submeter ao Chefe de Gabinete a proposta orçamentária do órgão, bem como aqueles referentes à solicitação de créditos suplementares; e	Conceição Aparecida da Silva	Coordenador-Geral de Administração, DAS 101.4	01/01/2015 a 31/12/2015

	VIII - orientar o encaminhamento dos expedientes de afastamento do País, de servidores da administração direta e indireta, para participação em reuniões, congressos, seminários, estágios e cursos de aperfeiçoamento no exterior, nos termos da legislação pertinente.			
Divisão de Documentação e Arquivo	I - orientar e controlar a emissão, numeração e registro de atos e correspondências oficiais do Ministro de Estado e das unidades subordinadas do Gabinete; II - analisar, classificar, organizar e manter atualizado o arquivo de documentação oficial dirigida ao Ministro de Estado e ao Gabinete; III - efetuar o controle de recebimento e expedição da documentação oficial do Ministro de Estado e do Gabinete, mantendo atualizadas as informações sobre sua tramitação e arquivamento; IV - providenciar a publicação, na imprensa oficial, de atos assinados pelo Ministro de Estado e pelo Chefe de Gabinete; V - preservar os documentos encaminhados ao Ministro de Estado e ao Gabinete em arquivo, responsabilizando-se pela sua guarda, controle, segurança e recuperação; e VI - selecionar documentos a serem eliminados, propondo a guarda ou transferência daqueles a serem preservados.	Evaldo Almeida dos Santos	Chefe da Divisão de Documentação e Arquivo, DAS 101.2	01/01/2015 a 31/12/2015
Divisão de Apoio Administrativo	I - distribuir a agenda do Ministro de Estado para os órgãos do Ministério, com a periodicidade estabelecida; II - requisitar, receber e distribuir material de consumo, controlar a movimentação e zelar pelos bens patrimoniais de responsabilidade do Gabinete; III - solicitar e controlar os serviços de telecomunicações, reprografia, limpeza, copa, manutenção de máquinas e equipamentos e outros serviços gerais; IV - executar e controlar trabalhos de digitação, operar os aplicativos e sistemas e manter bases de dados que permitam o gerenciamento e a execução das atividades informatizadas; e	João Batista Costa	Chefe da Divisão de Apoio Administrativo DAS 101.2	0101/2015 a 31/12/2015

	V - fornecer apoio logístico necessário ao funcionamento do Gabinete.			

Assessoria Parlamentar – ASPAR

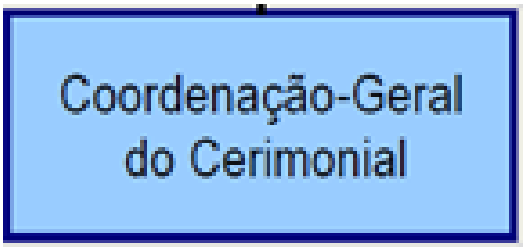
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
ASPAR	Chefe da ASPAR	Gabriela Cesar Amaral Tiago	Assessora Parlamentar	1º/1/2015 a 25/2/2015
ASPAR	Chefe da ASPAR	Andréa Barbosa Andrade de Faria	Assessora Parlamentar	26/2/2015 a 3/11/2015
ASPAR	Chefe da ASPAR	Renata Silva de Oliveira Valdevino	Assessora Parlamentar	4/11/2015 a 26/11/2015
ASPAR	Chefe da ASPAR	Domingos Sávio de Farias Castro	Assessor Parlamentar	27/11/2015 a 31/12/2015

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Chefe da Assessoria de Comunicação Social	I - planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades a cargo das unidades sob sua direção; II - assistir ao Ministro de Estado, seu Chefe de Gabinete, seus Assessores Especiais e aos Secretários de Estado nos assuntos afetos à respectiva área de Comunicação Institucional Pública; III - opinar	Flávio Fonte Boa	Chefe da Assessoria de Comunicação Social	01/01/2015 a 31/12/2015

	sobre os assuntos da unidade, dependentes de decisão superior; e IV - praticar os demais atos necessários à consecução das competências de sua unidade.			

Coordenação-Geral do Cerimonial – CGCE



Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
COORDENAÇÃO-GERAL DO CERIMONIAL	I - organizar e acompanhar as atividades oficiais do Ministro; II - organizar a recepção de autoridade em visita ao Ministério; III - processar os convites recebidos pelo Ministro; IV - preparar e expedir correspondências e convites do Ministro; V - preparar e organizar solenidade e recepções do Ministro; VI - participar do planejamento e organização de visitas do Ministro; VII - articular-se com os órgãos do Ministério na realização de solenidades conjuntas ou de visitas de autoridades; VIII - organizar e manter banco de dados de autoridades; IX - participar do planejamento e da organização de viagens do Ministro; e X - organizar e coordenar solenidades, eventos, exposições, palestras e seminários do Ministério, seus institutos, em conjunto com outras instituições.	JOICE MARY NOGUEIRA SILVA	COORDENADORA-GERAL DO CERIMONIAL - SUBSTITUTA	01/01/2015 A 01/04/2015
		FELIPE AUGUSTO LUCENA SEABRA	COORDENADOR-GERAL DO CERIMONIAL	02/04/2015 A 31/12/2015

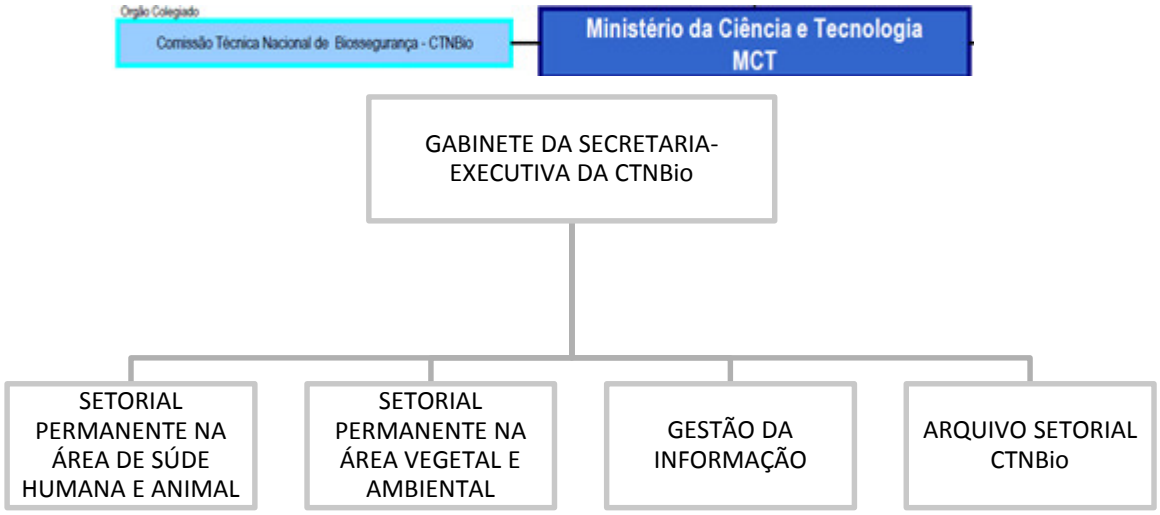
Coordenação-Geral da Secretaria do Conselho Nacional de C&T – CCT

A CGCCT é constituída por servidores do quadro efetivo do MCTI, sendo dois Analistas em Ciência e Tecnologia e dois Assistentes em Ciência e Tecnologia. Tem como atribuição assessorar tecnicamente as reuniões de comissões e plenárias quanto às estratégias de políticas a serem propostas ao CCT e os resultados das ações de políticas públicas implementadas pelo MCTI, fornecendo informações relevantes acerca dos atores e instituições que participam do processo decisório, das normativas que fundamentam a ação do Ministério e das demandas e diretrizes que ambientam as atividades de ciência e tecnologia no Brasil e suas interface externas. Também são responsáveis pelas atividades de apoio administrativo e logístico que antecedem as reuniões e as posteriormente necessárias que envolvem o registro dos debates, encaminhamentos posteriores e prestação de contas.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
CCT/MCTI/GABMI/Coordenação Geral da Secretaria do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia	Compete à secretaria do CCT, entre outras atividades: I – Fornecer subsídios técnicos demandados pelos conselheiros e membros do CCT, tais como estudos e documentos diversos; II – Disponibilizar informações relativas ao Conselho, atendendo as demandas internas e externas nesse sentido; III – Organizar e controlar a documentação do CCT; IV – Fornecer subsídios logísticos às reuniões do Conselho, acompanhar tais reuniões, documentá-las e prestar apoio às atividades dos conselheiros.	Dra. Marylin Peixoto da Silva Nogueira	Coordenadora Geral da Secretaria do Conselho Nacional de C&T	Janeiro de 2015 a Dezembro de 2015.

Coordenação-Geral da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança- CTNBio

A Coordenação-Geral da CTNBio apresenta a seguinte organização administrativa:

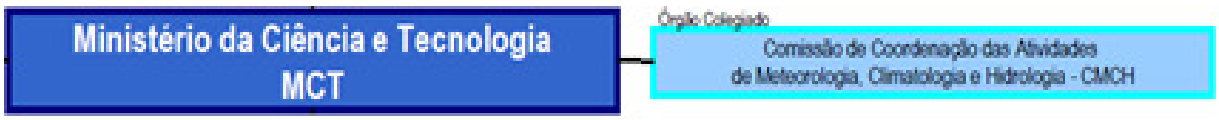


Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Coordenação-Geral da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança	Portaria nº 146, de 6 de março de 2006. Art. 17. A CTNBio contará com uma Secretaria-Executiva, cabendo ao Ministério da Ciência e Tecnologia prestar-lhe o apoio técnico e administrativo. Parágrafo único. Cabe à Secretaria-Executiva da CTNBio: I - prestar apoio técnico e administrativo aos membros da CTNBio; II - receber, instruir e fazer tramitar os pleitos submetidos à deliberação da CTNBio; III - encaminhar as deliberações da CTNBio aos órgãos governamentais responsáveis pela sua implementação e providenciar a devida publicidade; IV - atualizar periodicamente o Sistema de Informações em Biossegurança - SIB; V - fazer uma análise preliminar dos documentos encaminhados à CTNBio, verificando o atendimento às exigências contidas em suas Resoluções Normativas;	Tassiana Fronza Pinho	Coordenadora-Geral da CTNBio	01/01/2015 a 31/12/2015

	VI - avaliar requerimentos de pessoas jurídicas para a obtenção do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB, manifestando- se no prazo de trinta dias, a contar da data do recebimento, sobre a documentação oferecida, formulando as exigências que julgar necessárias; VII - encaminhar os pleitos enviados à CTNBio, para análise técnica das Subcomissões Setoriais Permanentes; VIII - acompanhar a implementação da regulamentação de que trata as disposições legais em vigor e as normas específicas baixadas pela CTNBio, tomando as providências necessárias para assegurar sua execução; IX - analisar, consolidar em relatórios e submeter à CTNBio informações sobre o acompanhamento técnico, físico e financeiro do seu funcionamento; X - elaborar e encaminhar à CTNBio, para apreciação e aprovação, a Programação Anual de Atividades da Comissão, estabelecida mediante propostas encaminhadas pelas Subcomissões Setoriais Permanentes; XI - propor à CTNBio as revisões da Programação Anual de Atividades que se fizerem necessárias; XII - elaborar relatório anual de atividades, submetê-lo à CTNBio e proceder a sua divulgação; XIII - preparar as reuniões da CTNBio e das Subcomissões Setoriais Permanentes e das audiências públicas, elaborar e distribuir atas das reuniões, bem como providenciar o necessário apoio administrativo à CTNBio e às SSPs; XIV - encaminhar aos membros da CTNBio e às SSPs convocação para as reuniões, com a respectiva pauta e matérias a serem objeto de exame e discussão, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos para as reuniões ordinárias e 5 (cinco) dias corridos para as extraordinárias; XV - providenciar o pagamento de despesas de transporte,			

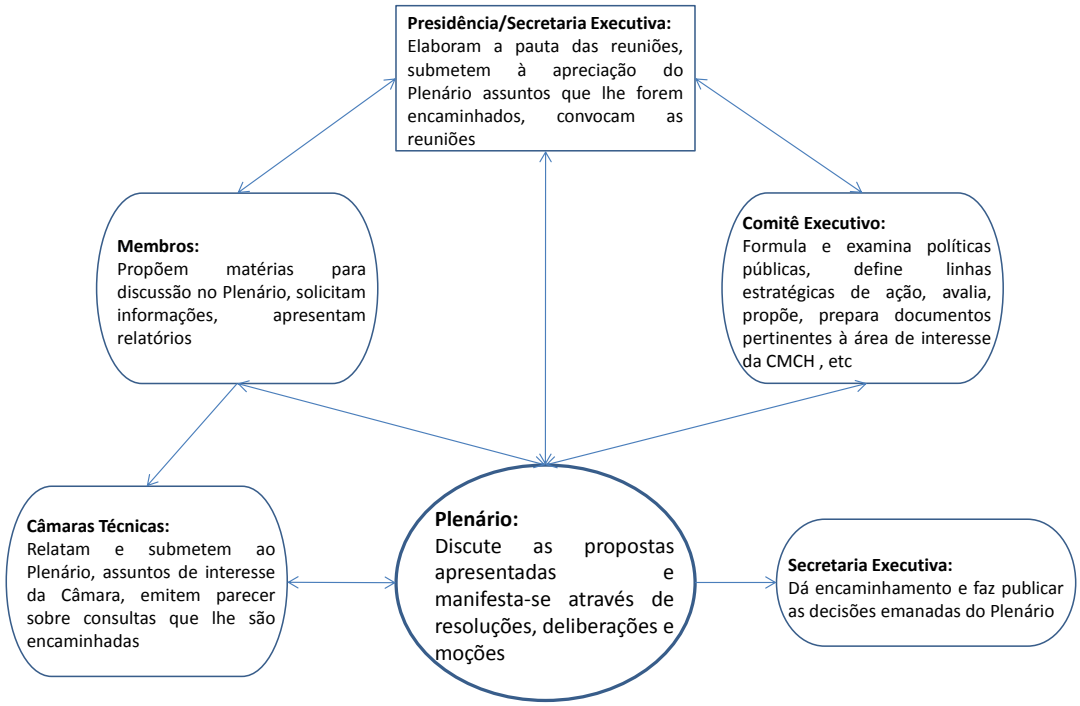
	alimentação e hospedagem para os membros e para as pessoas convidadas pela CTNBio para participarem de suas reuniões; XVI - exercer outras atividades que lhe sejam atribuídas pela CTNBio.			

Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia – CMCH



O Desenho abaixo apresenta um diagrama esquemático do funcionamento da CMCH:

DESENHO ESQUEMÁTICO DO FUNCIONAMENTO DA CMCH

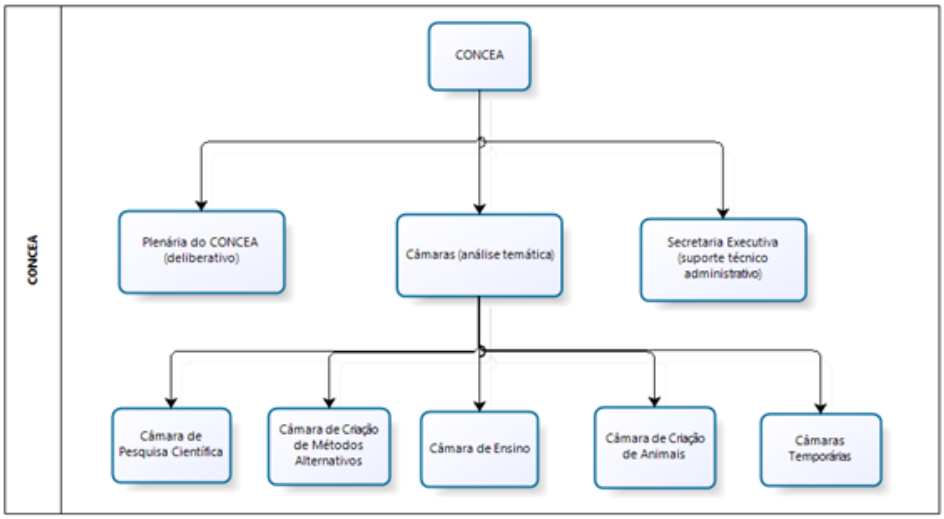


Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação

Presidência	Conduz os trabalhos das reuniões plenárias, aprova a pauta das reuniões, convoca as reuniões e da publicidade aos atos das reuniões.	Carlos Afonso Nobre - Jailson Bittencourt de Andrade	Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento	01/01/2015 a 11/02/2015 - 12/02/2015 a 31/12/2015
Secretaria Executiva	Oferece apoio e suporte ao Presidente na condução das reuniões plenárias, organiza e cuida da memória das reuniões, prepara os expedientes de nomeação dos membros da Comissão, expede documentos e convites para as reuniões, oferece apoio à realização das reuniões da Câmara Técnica.	Silvestre Rabello de Aguiar Jr.	Coordenador Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia	01/01/2015 a 31/12/2015
Comitê Executivo	Formado pelo Presidente da CMCH e os representantes do INPE, INMET, DECEA (aeronáutica) e DHN (marinha). É responsável pela definição das linhas estratégicas de ação da Comissão.	Representantes dos órgãos citados no quadro a esquerda.	Não se aplica	01/01/2015 a 31/12/2015
Câmaras Técnicas	Emitem parecer sobre consultas que lhes são encaminhadas; relatam e discutem assuntos de interesse da câmara.	Membros nomeados para compor a câmara técnica	Não se aplica	01/01/2015 a 31/12/2015

Conselho Nacional de Controle da Experimentação Animal - CONCEA

O Concea apresenta a seguinte estrutura:

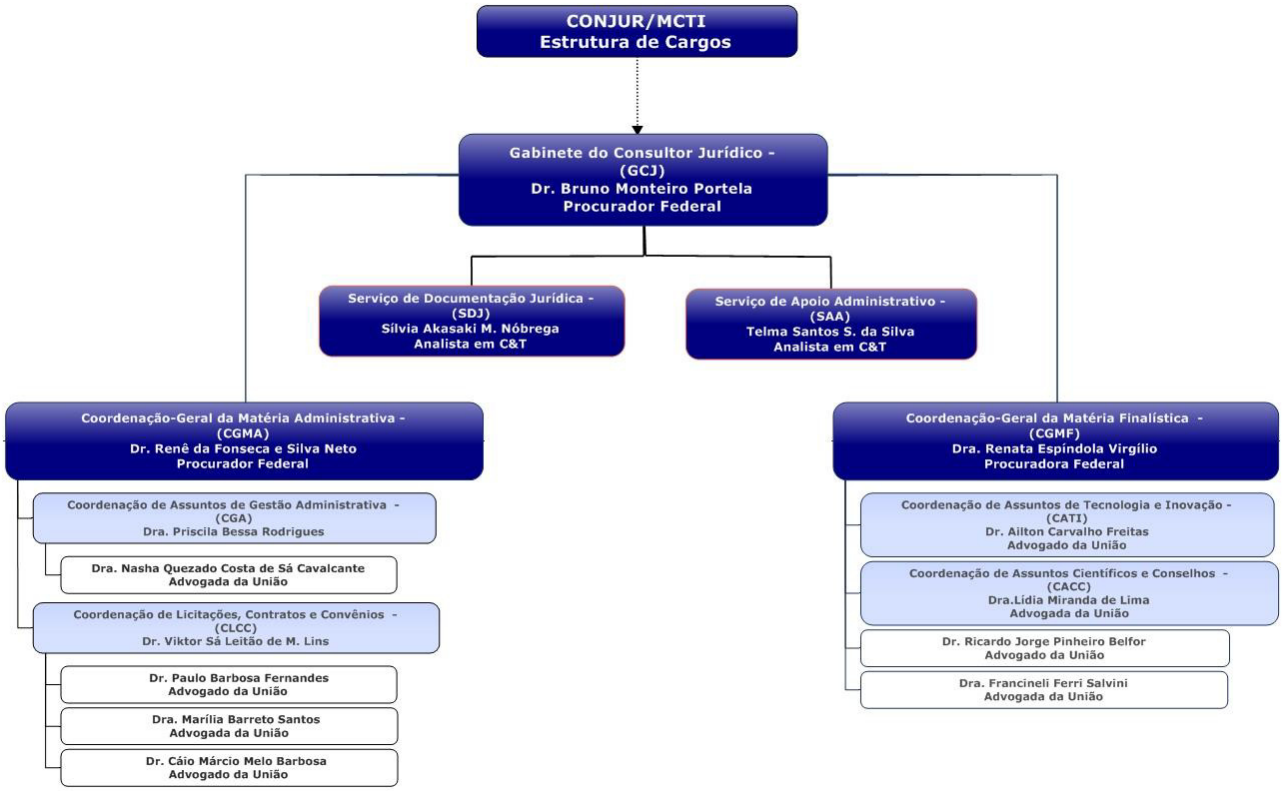


A Secretaria Executiva do Concea foi vinculada ao Gabinete do Ministro deste MCTI, em agosto de 2013, por meio da Portaria MCTI nº 765, de 07 de agosto de 2013. A Secretaria Executiva ainda não dispõe de

cargos e atribuições previstas no Regimento Interno do MCTI, que é anterior à sua criação. No entanto, a Secretaria Executiva do CONCEA conta com servidores efetivos do Ministério para a execução de seus trabalhos e reporta-se diretamente ao Gabinete do Ministro.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Função	Período de atuação
CONCEA	Coordenar os trabalhos da Plenária do CONCEA, bem como a tomada de decisão do Conselho.	José Mauro Granjeiro	Coordenador do CONCEA	2º mandato: de 19-01-2014 a 19-01-2016.
Secretaria Executiva do CONCEA	Operacionalizar as decisões da Plenária do CONCEA, bem como os trabalhos técnico-administrativos do Conselho.	Sharon Lisauskas Ferraz de Campos; Ana Cláudia Moura Torres	Secretária-Executiva do CONCEA; Secretária-Executiva Substituta do CONCEA	Desde maio de 2013. Desde junho de 2013.

3.3.3 Consultoria Jurídica – CONJUR/MCTI



- Consultor Jurídico: prestar assessoramento jurídico direto ao Ministro de Estado; dirigir, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades da Consultoria; zelar pelo cumprimento da orientação normativa emanada da Advocacia-Geral da União; fixar, nos casos não resolvidos pela Advocacia-Geral

da União, a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e demais atos normativos a ser uniformemente seguida pelos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério; examinar, previamente, a legalidade dos contratos, concessões, ajustes ou convênios de interesse do Ministério, e promover a respectiva rescisão ou declaração de caducidade, por via administrativa e judicial; diligenciar no sentido de se manter a uniformidade de atuação dos serviços jurídicos do Ministério e das entidades vinculadas, de modo a assegurar o cumprimento das atribuições relativas à Advocacia-Geral da União; coordenar as atividades jurídicas do Ministério e supervisionar as realizadas nas entidades vinculadas;

- Consultor Jurídico Adjunto da Matéria de Ciência, Tecnologia e Inovação: dirigir e supervisionar a atuação das Coordenações de Assuntos de Tecnologia e Inovação e de Assuntos Científicos; e aprovar e encaminhar aos diversos Órgãos Consulentes do Ministério as manifestações jurídicas emitidas nas coordenações que lhes são subordinadas;
    - Coordenação de Assuntos de Tecnologia e Inovação: proferir manifestações jurídicas sobre demandas ou processos que tenham por objeto assuntos relacionados à pesquisa tecnológica e inovação, política de desenvolvimento de informática e automação, circuitos integrados, segurança da informação, Internet, inclusão digital, propriedade intelectual, direito autoral, propriedade industrial e poder de compra do Estado; proferir manifestações jurídicas sobre requerimentos de incentivos fiscais, bem como propostas de sua suspensão ou cassação; e prestar assessoramento jurídico ao Ministro de Estado na atividade de supervisão das unidades de pesquisa e das entidades vinculadas.
    - Coordenação de Assuntos Científicos: proferir manifestações jurídicas sobre demandas ou processos que tenham por objeto assuntos relacionados à pesquisa científica, política nacional de biossegurança, política espacial, política nuclear e controle da exportação de bens e serviços sensíveis; prestar assessoramento jurídico ao Ministro de Estado na atividade de supervisão das unidades de pesquisa e das entidades vinculadas.
- Consultor Jurídico Adjunto da Matéria Administrativa: dirigir e supervisionar a atuação das Coordenações de Assuntos de Gestão Administrativa e de Licitações, Contratos e Convênios; e aprovar e encaminhar aos diversos Órgãos Consulentes do Ministério as manifestações jurídicas emitidas nas coordenações que lhes são subordinadas;
    - Coordenação de Assuntos de Gestão Administrativa: realizar estudos e pesquisas legislativas, jurisprudenciais e doutrinárias relacionadas com a área de ciência e tecnologia; emitir parecer sobre questões jurídicas pertinentes à área de ciência e tecnologia, bem como nos processos judiciais;
    - Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios: proferir manifestações jurídicas nos processos administrativos relativos a licitações, contratos, convênios, termos de parceria, contratos de gestão e outros instrumentos congêneres, no âmbito do Ministério; proferir manifestação jurídica em processos de dispensa ou inexigibilidade de licitação; orientar quanto aos procedimentos administrativos concernentes à legislação de licitação, convênios e instrumentos congêneres, fixando seu entendimento no âmbito do Ministério; manifestar-se quanto à declaração de nulidade de ato administrativo praticado no âmbito de contratações e parcerias do Ministério; e assistir aos órgãos e autoridades assessorados no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por eles praticados, ou já efetivados, e que sejam alusivos a licitações, contratos, convênios e instrumentos congêneres;

- Serviço de Apoio Administrativo: receber, arquivar e encaminhar documentos e correspondências de interesse da Consultoria, mantendo atualizadas as informações sobre a tramitação dos documentos; requisitar, receber e distribuir material de consumo, controlar a movimentação e zelar pelos bens

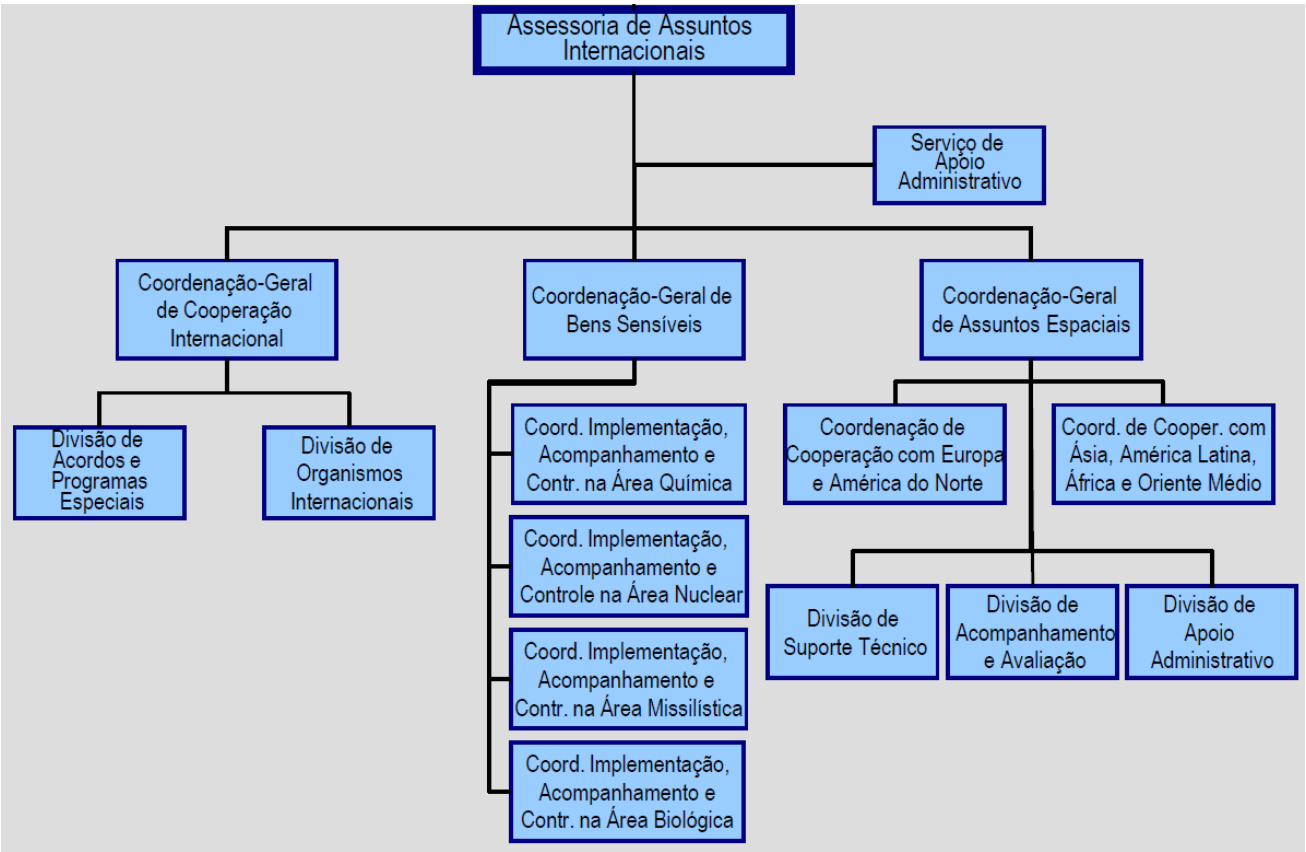
patrimoniais de responsabilidade da Consultoria; solicitar e controlar os serviços de telecomunicações, reprografia, limpeza, copa, manutenção de máquinas e equipamentos e outros serviços gerais, no âmbito da Consultoria; controlar e executar trabalhos de digitação, reprografia e fax; e providenciar a concessão de passagens e diárias aos servidores da Consultoria; e desenvolver outras atividades relacionadas com a sua área de competência.

- Serviço de Documentação Jurídica: acompanhar as publicações de leis, decretos, medidas provisórias, portarias e demais atos normativos ou administrativos de interesse do Ministério, mantendo cadastro atualizado de tais publicações; realizar pesquisa documental com vistas a fornecer subsídios aos advogados para a elaboração de pareceres e informações; manter arquivo atualizado de peças processuais que possibilite a verificação imediata da situação de cada feito; providenciar a aquisição, o registro, a classificação e a conservação de obras de interesse da Consultoria; e desenvolver outras atividades relacionadas com a sua área de competência.

- **Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas**

Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Conjur	Exercer a coordenação, assessoramento e supervisão das atividades que envolvam assuntos de natureza jurídica do MCTI e entidades vinculadas; e assistência aos órgãos e autoridades assessorados no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por eles praticados, ou já efetivados.	Bruno Monteiro Portela	Consultor Jurídico	Jan/2015 a Dez/2015
Adjuntoria da Matéria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Assessoramento jurídico sobre assuntos relacionados à pesquisa tecnológica e inovação; pesquisa científica; biossegurança; bens sensíveis; políticas espacial e nuclear; informática e automação; incentivos fiscais, segurança da informação, Internet, inclusão digital, propriedades intelectual e industrial e direito autoral.	Renata Espíndola Virgílio	Coordenadora-Geral da Matéria Finalística	Jan/2015 a Dez/2015
Adjuntoria da Matéria Administrativa	Assessoramento jurídico sobre assuntos relacionados a licitações, contratos, convênios e instrumentos congêneres; normas jurídicas e questões relacionadas à esfera judicial.	René da Fonseca e Silva Neto	Coordenador-Geral da Matéria Administrativa	Jan/2015 a Jun/2015 O cargo ficou vago de Jul/2015 a Dez/2015

3.3.4 Assessoria de Assuntos Internacionais – ASSIN



Ao Chefe de Assessoria incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades da Assessoria e, especificamente:

I - assessorar o Ministro de Estado nas questões inerentes à fixação de políticas e diretrizes, nos assuntos de competência da Assessoria;

II - submeter ao Ministro de Estado os planos, programas e relatórios da Assessoria;

III - adotar medidas para a supervisão e a avaliação de desempenho das unidades de pesquisa e entidades vinculadas que exerçam atividades na área de atuação da Assessoria;

IV - promover a integração operacional entre as unidades da Assessoria e outros órgãos e entidades vinculadas ao Ministério;

V - representar a Assessoria nos assuntos relativos a sua área de competência;

VI - homologar parecer técnico conclusivo sobre a celebração de convênios, ajustes, contratos e acordos que envolvam assuntos da Assessoria;

VII - coordenar as atividades voltadas ao desenvolvimento de programas e ações integradas de cooperação técnico-científica com organismos nacionais e internacionais, na área de competência da Assessoria; e

VIII - regulamentar os assuntos necessários ao desenvolvimento das ações da Assessoria, mediante atos administrativos.

Parágrafo único. Incumbe, ainda, ao Chefe de Assessoria, exercer as atribuições que lhe forem expressamente delegadas, admitida a subdelegação.

Aos Coordenadores-Gerais e aos Coordenadores incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades a cargo da unidade;
II - assistir ao superior imediato nos assuntos de sua competência; e
III - praticar os demais atos necessários ao cumprimento das competências de sua unidade.

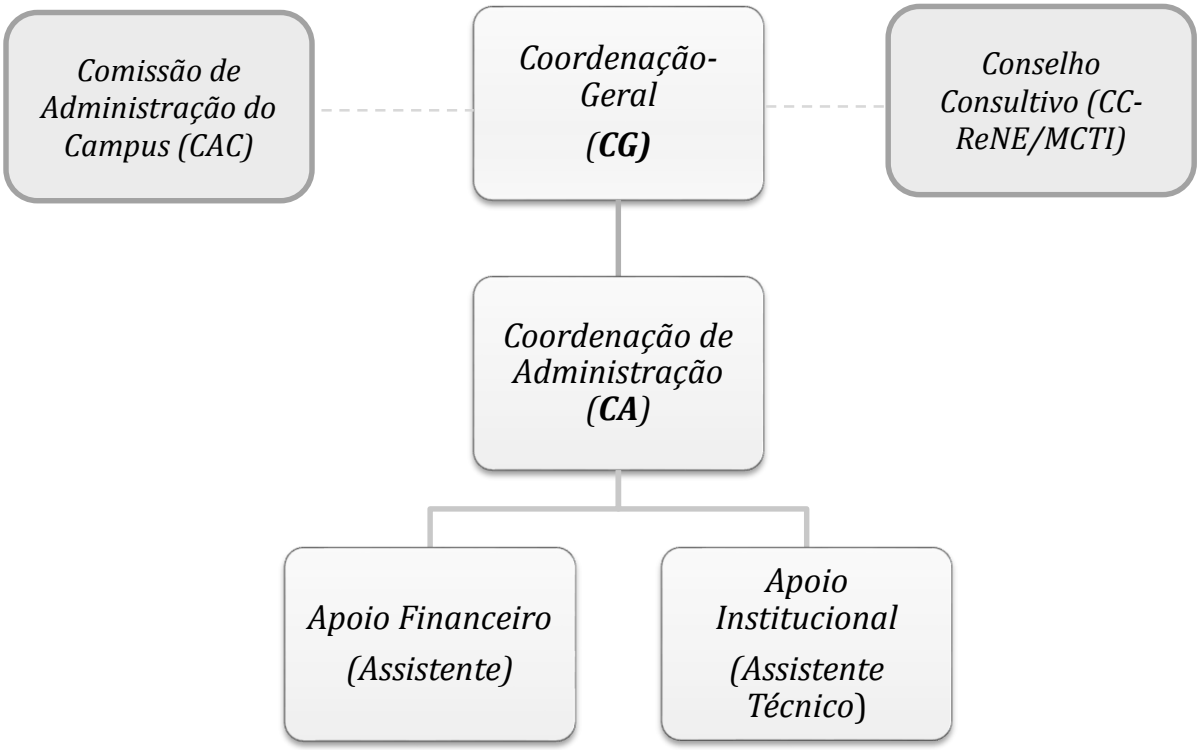
Parágrafo único. Os Coordenadores-Gerais de Cooperação Bilateral, de Cooperação Multilateral e de Bens Sensíveis poderão, também, organizar atividades de suporte técnico, de acompanhamento e avaliação e de apoio administrativo.

Aos Chefes de Divisão e de Serviço incumbe:

I - dirigir, orientar e controlar as atividades da unidade;
II - emitir parecer nos assuntos pertinentes à unidade; e
III - praticar os demais atos necessários ao cumprimento das competências de sua unidade.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	**Competências**	**Titular**	**Cargo**	**Período de atuação**
Chefia da ASSIN	Planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades da Assessoria	Carlos Henrique Cardim	Chefe	De 30/01/2015 a 04/02/2016
Coordenação-Geral de Cooperação Internacional - CGCI	Acordos e Programas Especiais e Organismos Internacionais	Bárbara Ribeiro de Sant'Anna	Coordenadora-Geral	Desde 30/10/2008
Coordenação-Geral de Bens Sensíveis- CGBE	Implementação, Acompanhamento e Controle na Área Nuclear, Química, Biológica e Missilística	Sérgio Frazão	Coordenador-Geral	Desde 17/10/2006
Coordenação-Geral de Assuntos Espaciais- CGAE	Cooperação com Europa, América do Norte, Ásia, América Latina, África e Oriente Médio	Margarida Maria Pion da Rocha Paranhos; e Ana Lúcia Stival	Coordenadora-Geral	De 21/03/2014 a 16/09/2015; e Desde 30/09/2015 (respectivamente)

3.3.5 Representação Regional no Nordeste – RENE



A ReNE/MCTI tem as seguintes unidades na sua estrutura organizacional:

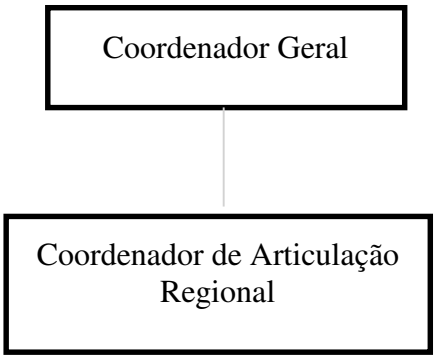
I - Coordenação-Geral;

II - Coordenação de Administração;

Para execução de suas funções a ReNE/MCTI também dispõe de um cargo em comissão de Assistente e um de Assistente Técnico que serão providos pelo Ministro de Estado na forma da legislação pertinente.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Coordenação Geral	Planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades da ReNE/MCTI;	Amaro Henrique Pessoa Lins	Coordenador-Geral DAS 101.4	01/01/20154 a 23/08/2015
Coordenação Geral (2)	Planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades da ReNE/MCTI;	José Antonio Bertotti Junior	Coordenador-Geral DAS 101.4	24/08/2015 a 31/12/2015
Coordenação Administrativa	Coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas a pessoal, material, patrimônio, serviços gerais e de logística, necessários ao funcionamento da Representação;	Francisco Silveira dos Santos	Coordenador Administrativo DAS 101.3	01/01/2015 a 31/12/2015

3.3.6 Representação Regional no Sudeste - RESE



Ao Coordenador-Geral incumbe:

- planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades da RESE;
- assistir ao Ministro de Estado em sua representação política e social; e
- desempenhar outras atribuições que lhe forem acometidas pelo Ministro de Estado.

Ao Coordenador de Articulação Regional compete:

- desenvolver as ações de articulação e coordenação dos procedimentos de interação entre a RESE e os diversos setores da comunidade, as instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico na região;
- coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas a pessoal, material, patrimônio e serviços gerais no âmbito da RESE;
- supervisionar e controlar o recebimento, a movimentação e a expedição de documentos e correspondências;
- companhar a tramitação de contratos e outros documentos de interesse do Ministério junto às entidades públicas e privadas estaduais locais;
- desenvolver as atividades necessárias com vistas à consecução de suprimento de fundos, passagens e diárias aos servidores e colaboradores eventuais da RESE;
- auxiliar na confecção, no acompanhamento e na distribuição da agenda do Ministro de Estado quando da sua presença na RESE;
- coordenar, solicitar e controlar os serviços de telecomunicações, reprografia, limpeza, copa, manutenção de máquinas e equipamentos e outros serviços necessários ao expediente;
- coordenar e supervisionar o apoio logístico necessário ao funcionamento da Representação; e
- atuar em outras atividades que lhe forem acometidas pertinentes à sua área de competência.

Ao Assessor Técnico cabe:

- auxiliar na rotina diária do escritório,
- fazer relatórios, atas, documentos
- enviar e-mails institucionais de divulgação
- serviços de telefonia e reprografia
- apoio logístico necessário ao funcionamento da Representação,
- e atuar em outras atividades que lhe forem acometidas pertinentes à sua área de competência.

Ao Analista em C&T cabe:

- exercer atividades de apoio à direção, coordenação, organização, planejamento, controle e avaliação de projetos de pesquisa e desenvolvimento na área de Ciência e Tecnologia,
- exercer toda atividade de suporte administrativo do MCTI.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Coordenadoria Geral	Ao Coordenador da ReSE incumbe: planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades da RESE; assistir ao Ministro de Estado em sua representação política e social; e desempenhar outras atribuições que lhe forem acometidas pelo Ministro de Estado.	Naldo de Araújo Cardozo	Coordenador Geral	01/01/2014 - 31/12/2014

3.4 Macroprocessos finalísticos

3.4.1 Secretaria Executiva – SEXEC/MCTI

Os macroprocessos finalísticos da Secretaria Executiva no exercício de 2015 consistiram em assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas; em auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério; e em supervisionar e coordenar a elaboração das diretrizes, normas, planos e orçamentos relativos a planos anuais e plurianuais.

No que tange à definição de diretrizes e implementação de ações, é fundamental a articulação externa e interna, visando a garantir a compatibilização entre os rumos do país com a missão e competência do Ministério. Outro aspecto relevante é conhecer os meios disponíveis para a implementação das ações, tais como recursos financeiros, humanos, instrumentos de política etc. Caso sejam identificados gargalos, cabe à Secretaria Executiva articular com os atores externos e internos para viabilizar a superação de obstáculos que comprometam a implementação das ações do Ministério.

Os macroprocessos em que a unidade está envolvida estão intrinsicamente vinculados à viabilização dos eixos de sustentação da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI: promoção da Inovação das Empresas, novo padrão de financiamento público para o desenvolvimento científico e tecnológico, fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura científica e tecnológica e a formação e capacitação de recursos humanos. Para tanto, é essencial a atuação das unidades diretamente ligadas à UJ como suas Assessorias e Subsecretarias, que desenvolvem atividades tais como:

- **Gestão Orçamentária e Financeira** – que envolve articulação com a Secretaria Federal de Orçamento e com as demais áreas do MCTI;

- **Gestão de Recursos Humanos** – que engloba desde pagamento da folha de pessoal até às atividades de capacitação e desenvolvimento de habilidades. Para tanto, exige articulação com todo o MCTI bem como com a Secretaria de Gestão Pública-SEGEP do Ministério do Planejamento, área de treinamento de outros Ministérios (Escola de Administração Fazendária-ESAF, Escola Nacional de Administração Pública-ENAP, etc);

- **Coordenação das Unidades de Pesquisa e das Organizações Sociais** – forte interação intrainstitucional para que as Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais viabilizem pesquisas, estudos de interesse não só do MCTI, mas voltadas para áreas estratégicas para o desenvolvimento do país;

- **Gestão dos Fundos Setoriais** – articulação com as áreas do MCTI visando a alocação de recursos para o desenvolvimento de CT&I em áreas estratégicas para o Ministério e para o país;

- **Acompanhamento da implementação da ENCTI** – grande articulação intra e interinstitucional com os atores que aportam recursos voltados à CT&I;

- **Planejamento** – trabalho eminentemente focado na articulação com todas as áreas do MCTI, inclusive a administração indireta, não só para elaboração do PPA, mas para a parte qualitativa da LOA;

- **Monitoramento e Avaliação** – interação com todas as áreas do Ministério e coleta de informações por meio de Sistema de informação;

- **Captação de Recursos** – trabalho contínuo de prospecção de novas fontes de financiamento para a área de CT&I.

3.4.1.1 Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa

Quadro - Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
1.4.1. Programas e Projetos a cargo das Unidades de Pesquisa: propostas, coordenação e acompanhamento pela SCUP	Todos os Programas e Projetos desenvolvidos pelas UPs do MCTI estão incluídos em seus respectivos Planos Diretores, em geral, e são relatados nos Termos de Compromisso de Gestão. Ressalta-se o alinhamento de projetos e programas desenvolvidos nas Unidades de Pesquisa com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015- ENCTI, nas áreas de Biotecnologia, Nanotecnologia, Biodiversidade, Energias Renováveis, Petróleo e Gás, Aeroespacial, Tecnologias da Informação e Comunicação Assistivas.	Planos Diretores e Termos de Compromisso de Gestão disponíveis na página do MCTI	Unidades de Pesquisa	SCUP
1.4.2. Contratos de Gestão: promoção, supervisão e avaliação de programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica	A celebração/promoção dos CGs e seus aditivos é realizada por meio do planejamento do fomento aos projetos em parceria com as OSs, estabelecendo ajustes ou definindo planos de ações, atividades e projetos associados aos recursos e objetivos estratégicos dos respectivos CG. O acompanhamento e avaliação são realizados pela aferição periódica do andamento das ações e resultados apurados pelas metas e respectivos indicadores de desempenho pactuados anualmente. Estas ações são realizadas com o suporte de uma Comissão de Avaliação (CA). A fiscalização do CG se dá pela observação do cumprimento das obrigações nele estabelecidas, com acompanhamento das informações relativas aos saldos da execução orçamentária, do patrimônio e da remuneração de dirigentes e empregados.	Contratos de Gestão Termos Aditivos ao Contrato de Gestão Relatórios das avaliações da execução dos Contratos de Gestão Notas Técnicas de aditivações, acompanhamentos e avaliações dos Contratos de Gestão	Organizações Sociais Órgãos intervenientes Comissões de Avaliação dos Contratos de Gestão Órgãos de Controle	CGOS
1.4.3. Termos de Compromisso de Gestão – TCGs	Os TCGs são pactuados, anualmente pelo MCTI com as Unidades de Pesquisa do MCTI, constituindo-se em um instrumento de acompanhamento semestral e avaliação anual das metas pactuadas em seus Planos Diretores e outras baseadas em indicadores específicos construídos com a SCUP e cada UP. O acompanhamento e avaliação é realizado pela Coordenação-Geral das Unidades de Pesquisa (CGUP), a qual realiza videoconferências e visitas técnicas às UPs., com a participação de dois representantes das Unidades e	Termos de Compromisso e Gestão Relatórios de acompanhamento e avaliação da execução dos Termos de Compromisso e Gestão	Unidades de Pesquisa	CGUP

	pelo menos um membro do CTC destas Unidades.			
1.4.4. Planos Diretores das Unidades de Pesquisa	Os PDUs são elaborados pelas próprias UPs e OSs sob a coordenação de Grupos Gestores integrados por servidores de cada uma das instituições e supervisão do corpo diretivo delas, obedecendo a orientações emanadas da SCUP, por meio de sua Coordenação-Geral das Unidades de Pesquisa (CGUP). Os PDU abrangem as principais atividades físico-operacionais e administrativas de cada UP ou OS, organizadas em Objetivos Estratégicos, Objetivos Específicos, Diretrizes de Ação e Projetos Estruturantes. As metas de cada PDU são agregadas aos Termos de Compromisso de Gestão (TCG) que cada UP assina com o MCTI anualmente.	Plano Diretor das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais	Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais	CGUP CGOS
1.4.5. Programa de Capacitação Institucional – promoção, coordenação e acompanhamento	Subprograma de Capacitação Institucional nas Unidades de Pesquisa integrantes, vinculadas e supervisionadas pelo MCTI, mediante a concessão, por intermédio do CNPq, de cotas de bolsas de fomento tecnológico no País e no Exterior, agregando temporariamente especialistas para viabilizar a execução de projetos científicos e tecnológicos do Ministério, de acordo com as orientações da Política de CT&I, do Governo Federal. A cada dois anos estas instituições encaminham seus Subprogramas do PCI com a previsão de bolsistas a serem empregados, seus perfis respectivos e as modalidades de bolsas para apreciação da Comissão de Coordenação do Programa PCI presidida pela SCUP, com representantes da CGOS, de três UPs selecionadas pela CGUP seguindo o critério de rotatividade regional e temática, SPOA e CNPq. No final deste período de concessão das bolsas, as instituições realizam seminário de avaliação do Subprograma e os resultados são encaminhados para a CGUP e após análise ao CNPq. Ainda são elaborados relatórios apontando os indicadores e marco de progresso detalhado, que são encaminhados a CGUP. O acompanhamento orçamentário e financeiro é realizado pela CGUP, por intermédio da folha de pagamento do	Formação de recursos humanos Intercâmbio Científico e Tecnológico Desenvolvimento de projetos em C,T,I	Unidades de Pesquisa Organizações Sociais Entidades Vinculadas	CGUP CNPq

	CNPq, objetivando o controle da execução mensal.			
1.4.6 Infraestrutura - Obras de engenharia e arquitetura no âmbito dos Institutos de Pesquisa	O planejamento para o apoio aos projetos de infraestrutura predial de laboratorial é realizado conjuntamente com as Unidades de Pesquisa, por meio de visitas técnicas, demandas apontados nos Planos Diretores e pela direção destas Unidades. A seleção é realizada pela CGUP e contemplada, por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED, por ordem de prioridades e em função dos recursos disponíveis. O acompanhamento é realizado por meio de visitas técnicas e relatórios de execução encaminhados pelas Unidades.	Infraestrutura adequada as atividades desenvolvidas nas Unidades de Pesquisa	Unidades de Pesquisa	CGUP
1.4.7 Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa e Inovação nos Institutos de Pesquisa do MCTI	Apoio a projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Unidades de Pesquisa do MCTI (apoio por meio de Termo de Execução Descentralizada –TED, demandas apontadas nos Planos Diretores e de acordo com as prioridades apresentadas pela direção das UPs e necessidades). Gestão Integrada dos Acervos de Informação Científica e Tecnológica (apoio por meio de TED, objetivando o acesso universal a um amplo e atualizado acervo de textos completos de periódicos e bases de referência do Portal de Periódicos da CAPES, bem como, aquisição de títutos de periódicos para as Unidades de Pesquisa do MCTI) A seleção é realizada pela CGUP e contemplada, por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED, por ordem de prioridades e em função dos recursos disponíveis. O acompanhamento é realizado por meio de prestação de contas e relatórios de execução via SIAFI. Apoio às atividades de inovação, propriedade intelectual e transferência de tecnologia nas Unidades de Pesquisa do MCTI, através de ações coordenadas para aplicação dos instrumentos legais de inovação, visando harmonizar conceitos, regras e diretrizes no âmbito das UPs, a elaboração de estudos e mapeamento de tecnologias disponíveis para licenciamento e a manutenção do portifólio de ativos de Propriedade	Projetos de P&D,I apoiados. Acesso ao Portal de Periódicos da CAPES Promover aos pesquisadores, tecnólogos, analistas e colaboradores do MCTI e seus Institutos um acesso universal a um amplo e atualizado acervo de textos completos de periódicos e bases de dados de referência. Atualização a títulos de periódicos das UPs Manutenção do portifólio de propriedade intelectual das UPs, aumento anual de depósitos de PI, fortalecimento das atividades de gestão da inovação das UPs	Unidades de Pesquisa	GAB/SCUP CGUP

	Intelectual para que o País possa competir internacionalmente.			
1.4.8 Programa Entidades Associadas às Unidades de Pesquisa do MCTI	Associação das Unidades de Pesquisa do MCTI, de institutos, laboratórios, centros, núcleos ou departamentos de instituições universitárias ou de pesquisa científica ou tecnológica, que desenvolvem programas de interesse estratégico para o País, para a execução de projetos conjuntos. As propostas apresentadas pelas UPs, com Plano de Trabalho e orçamento definido, são analisadas pelo Comitê de Coordenação do Programa Entidades Associadas, composto pelos secretários do MCTI, três representantes das Unidades de Pesquisa, indicados em Portaria do Ministro, presidido pelo Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa. A parceria se dá por meio da assinatura de Termo de Cooperação entre a UP e a instituição aprovada, o qual é publicado no DOU juntamente com o credenciamento da instituição como Entidade Associada. O acompanhamento é realizado por relatório parcial e final analisados pela CGUP e SEXEC.	Associação de potencialidades para a realização do Plano de Trabalho. Integração entre instituições de pesquisa Relatórios de execução e de prestações de contas.	Unidades de Pesquisa e Instituições diversas.	CGUP SEXEC
1.4.9 Expansão e Aperfeiçoamento do Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas nas UPs do MCTI	O Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas (SIGTEC) foi desenvolvido pelo Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI) e destina-se ao apoio da gestão em entidades dedicadas à Ciência e Tecnologia, mediante registro estruturado de informações gerenciais e tecnológicas, interagindo por meio dos ambientes de trabalho e do acompanhamento da concretização de resultados. Estruturado por projeto (modelo matricial), este sistema abrange tanto as atividades-fim como as atividades-meio e tem como principais objetivos: • Registro e acompanhamento dos projetos e seus resultados; • Criação de banco de documentos da Unidade de Pesquisa; • Configuração do Sistema através dos tipos de resultados; • Gerenciamento de recursos (União e Fontes Externas); e	Disseminação de práticas de gestão. Manutenção de Banco de dados das UPs. Informações gerenciais e tecnológicas padronizadas. Registro de projetos e resultados	Unidades de Pesquisa	CGUP

	• Acompanhamento dos indicadores de desempenho. A implementação é acompanhada pela CGUP por meio de visitas técnicas juntamente com a equipe do CTI. A CGUP também acompanha todos os trabalhos relativos ao desenvolvimento do sistema e migração de bases de dados.			

Macroprocessos Finalísticos

Programas e Projetos a cargo das Unidades de Pesquisa: propostas, coordenação e acompanhamento pela SCUP.

Todos os Programas e Projetos desenvolvidos pelas UPs do MCTI estão incluídos em seus respectivos Planos Diretores, em geral, e são relatados nos Termos de Compromisso de Gestão.

Evidentemente que, pelo período abrangido nos PDUs (cinco anos), pode ocorrer novas demandas de projetos ou mesmo de programas, quer por efeito de uma emergência, quer por efeito de interesse ou necessidade de um determinado grupo de pesquisa, quer ainda por interesse da política desenvolvida pelas Secretarias do MCTI.

Ressalta-se ainda o alinhamento de projetos e programas desenvolvidos nas Unidades de Pesquisa com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015- ENCTI, nas áreas de Biotecnologia, Nanotecnologia, Biodiversidade, Energias Renováveis, Petróleo e Gás, Aeroespacial, Tecnologias da Informação e Comunicação e Assistivas.

Contratos de Gestão: promoção, supervisão e avaliação de programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica.

Objetivo

Celebrar Contratos de Gestão – instrumento firmado entre o Poder Público (MCTI) e as entidades qualificadas como Organização Social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades de interesse social, não exclusivas do Estado, relativas às áreas relacionadas no art. 1º da Lei nº 9.637/1998, ou seja, dentre outras, à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico. O MCTI, além das orientações emanadas da Lei das OSs, segue outros normativos.

Marco Legal

- Lei nº 9.637, de 15/05/1998
- Estatutos das OSs
- Portarias MCTI nº 967, de 21/12/2012, alterada pela nº 777, de 31/10/2012, alterada pela nº 1123, de 21/12/2015

Descrição

Os Contratos de Gestão são assinados a cada 6 anos e, anualmente, são celebrados entre as OSs e o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Termos Aditivos ao instrumento contratual. Nos Termos Aditivos anuais são especificados o Programa de Trabalho a ser desenvolvido - compreendido como o conjunto de indicadores e metas de desempenho a serem alcançadas pelas OSs, suas notas explicativas (fórmula de cálculo), o Plano de Ação anual contendo os macroprocessos e a previsão de despesas

detalhadas por objeto de gasto e a proposta de cronograma de desembolso - além da definição de obrigações e responsabilidades das partes, bem como as condições para sua execução.

Atividade

Os projetos de pesquisa científica e tecnológica que integram ou vierem a integrar os contratos de gestão firmados entre a União e as OSs passam necessariamente, a ser incluídos nos ciclos de promoção, acompanhamento, avaliação e fiscalização dos Contratos e seus aditivos, conforme prevê a Portaria MCTI 967/2011, os quais se encontram abaixo detalhados e ilustrados em fluxogramas.

Nas reuniões para a **promoção** dos Contratos de Gestão e seus aditivos é planejado e gerenciado o fomento aos projetos em parceria das OSs com o MCTI ou com outros financiadores na sua contratação, estabelecendo ajustes ou definindo planos de ações, atividades e detalhamentos dos projetos associados aos recursos e objetivos estratégicos dos respectivos Contratos de Gestão.

O **acompanhamento** é realizado pela aferição periódica do andamento das ações e resultados apurados pelas metas e respectivos indicadores de desempenho pactuados e tem o objetivo de corrigir rumos ou prevenir a ocorrência de fatos que comprometam o alcance das metas anuais que refletem o planejamento definido e aprovado nos Planos Diretores 2010-2016 das OSs e o consequente atingimento dos objetivos estratégicos alinhados às diretrizes do MCTI (ENCTI).

Avalia-se a execução do Contrato de Gestão pelo grau de atingimento das metas e respectivos indicadores de desempenho pactuados anualmente por meio de Termos Aditivos ao Contrato, na observação da qualidade dos resultados e alcance dos objetivos estratégicos alinhados às diretrizes do MCTI (ENCTI), considerando os indicadores de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, bem como a sistemática de avaliação pactuada.

A **fiscalização** do Contrato de Gestão se dá pela observação do cumprimento das obrigações nele estabelecidas, com acompanhamento das informações relativas aos saldos da execução orçamentária e financeira, do patrimônio e da remuneração de dirigentes e empregados.

O Acompanhamento e a Avaliação dos Contratos de Gestão são realizados com o suporte de uma Comissão de Avaliação – CA instituída por ato do Ministro de Estado que se reúne ordinariamente para realizar o acompanhamento semestral e a avaliação anual dos resultados atingidos com a execução do Contrato de Gestão celebrado com o MCTI nos termos da Lei nº 9.637 de 1998, do instrumento contratual e de sua Portaria de nomeação.

Diagnóstico

Os Contratos de Gestão constituem-se em importantes instrumentos de fomento à ciência, tecnologia e inovação no país e, no âmbito do MCTI, são geridos pela SCUP por meio de sua Coordenação-Geral de Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais (CGOS). Além das metas pactuadas anualmente pelas OSs em conjunto com a CGOS/SCUP e com as Comissões de Avaliação de cada um dos Contratos, as OSs prestam contas ao Ministério por meio de relatórios semestrais e anuais que apresentam suas principais realizações técnicas e científicas, assim como as restrições e dificuldades para o atingimentos de metas sobre as quais são organizadas discussões no sentido de minimizar os problemas ou eliminá-los visando ao melhor resultado em sua contratação.

Perspectivas

Após o terceiro ciclo de vigência dos Contratos de Gestão, o instrumento tem se mostrado eficaz para a gestão das Organizações Sociais, proporcionando, além disso, amplas oportunidades para a aproximação da SCUP com as OSs, permitindo a troca de experiências que muito têm contribuído para o bom desempenho científico, tecnológico e de inovação das instituições parceiras do MCTI. Os CGs constituem-se, ademais, em fonte de verificação por parte das equipes da Controladoria-Geral da União (CGU), a qual tem anualmente avaliado o processo e os resultados obtidos com esse instrumento. O Quadro abaixo demonstra como o modelo tem sido crescentemente utilizado pelo MCTI como ferramenta de

implementação de parcela substancial da política de C,T&I. Dele constam os valores pactuados[1] nos termos aditivos, anualmente.

Valores pactuados com as OS nos termos aditivos

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Acumulado 2010 - 2015
CGEE	R$ 13.290.000,00	R$ 31.050.000,00	R$ 36.600.000,00	R$ 39.950.000,00	R$ 37.950.000,00	R$ 8.000.000,00	R$ 166.840.000,00
CNPEM	R$ 67.091.000,00	R$ 90.340.000,00	R$ 95.656.389,44	R$ 186.907.011,00	R$ 161.627.010,00	R$ 331.896.578,00	R$ 933.517.988,44
Embrapii	0	0	0	R$ 10.000.000,00	R$ 109.200.000,00	R$ 119.579.899,00	R$ 238.779.899,00
IDSM	R$ 15.130.000,00	R$ 14.410.000,00	R$ 18.969.035,89	R$ 26.051.215,90	R$ 21.151.215,90	R$ 16.172.159,27	R$ 111.883.626,96
IMPA	R$ 51.220.000,00	R$ 54.935.500,00	R$ 65.344.362,76	R$ 79.933.370,00	R$ 82.403.370,00	R$ 87.284.532,00	R$ 421.121.134,76
RNP	R$ 105.534.593,36	R$ 106.308.371,00	R$ 154.359.950,00	R$ 304.504.958,30	R$ 285.341.000,00	R$ 170.034.787,35	R$ 1.126.083.660,01
Total	R$ 252.265.593,36	R$ 297.043.871,00	R$ 370.929.738,09	R$ 647.346.555,20	R$ 697.672.595,90	R$ 732.967.955,62	R$ 2.998.226.309,17

Fonte – CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI

Dados Estatísticos

Os dados anuais de todos os Contratos de Gestão - CGs celebrados, desde o seu primeiro ciclo, estão na página eletrônica do MCTI, no link: http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/1033/Contratos_de_GestaoTermos_Aditivos_Organizacoes_Sociais.html . A eles virão se juntar os Relatórios Anuais de Avaliação relativos a 2015, quando tiverem sua análise concluída.

Termos de Compromisso de Gestão – TCGs

Objetivo

Dotar as Unidades de Pesquisa (UP) de Administração Direta do MCTI de um instrumento de acompanhamento semestral e avaliação anual das metas pactuadas em seus Planos Diretores e outras baseadas em indicadores específicos construídos com a SCUP e cada UP. Constituem-se em um dos instrumentos de gestão de caráter anual das UPs.

Marco Legal

- Decreto n.º 5.886, de 06/09/2006, art. 5º, III;
- Regimentos Internos das Unidades de Pesquisa.

Atividade

Registro, a cada semestre, dos resultados das atividades científicas, tecnológicas, de inovação e de administração (incluindo as relacionadas aos recursos humanos de cada UP). Os TCGs são assinados anualmente, no mês de abril ou maio, pelos Diretores das Unidades de Pesquisa e o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, tendo por testemunhas o Secretário Executivo e o Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa do MCTI, e abrangem, além do Sumário Executivo das principais atividades, dois tipos de quadros: um, mais extenso, contendo os objetivos específicos, diretrizes de ação e projetos estruturantes propostos nos respectivos Planos Diretores quinquenais e suas metas; e outro, de caráter mais geral, compreendendo indicadores e metas relacionados à produção científica e tecnológica (indicadores físico-operacionais), administrativo-financeiros do ano, recursos humanos (incluindo os diretamente relacionados a bolsistas e pessoal terceirizado) e de inclusão social.

Diagnóstico

Instituídos no exercício de 2002, a partir do Relatório de Avaliação das Unidades de Pesquisa do MCTI, os TCGs já estão plenamente assimilados pelas Unidades de Pesquisa do Ministério, constituindo-se em importante instrumento de acompanhamento (que é feito no meio do ano) e avaliação (realizada no

[1] Ou seja, não necessariamente os recursos efetivamente repassados anualmente, mas previsto nos termos aditivos aos contratos de gestão para serem repassados no ano.

início de cada ano) pela SCUP, por meio de sua Coordenação-Geral das Unidades de Pesquisa (CGUP). Além das metas pactuadas no ano com cada UP para indicadores específicos, e as registradas em seus Planos Diretores, os relatórios semestrais e anuais dos TCGs contêm as principais realizações técnicas e científicas, assim como as restrições e dificuldades no atingimento de metas sobre as quais são organizadas discussões no sentido de minimizar os problemas ou eliminá-los para o melhor desempenho da UP.

Os TCGs estão disponíveis no link:

http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/1163/Termos_de_Compromisso_de_Gestao_TCG.html

Planos Diretores das Unidades de Pesquisa – PDUs.

Objetivo

Dotar as Unidades de Pesquisa (UP) e as Organizações Sociais (OS) supervisionadas pelo MCTI de instrumento de planejamento e gestão para períodos de cinco anos, em conformidade com os Planos de Ação ou Estratégicos do MCTI e com as orientações gerais dos Planos Plurianuais para os períodos respectivos.

Marco Legal

- Decreto n.º 5.886, de 06/09/2006.

Atividades

Os PDUs são elaborados pelas próprias UPs e OSs sob a coordenação de Grupos Gestores integrados por servidores de cada uma das instituições e supervisão do corpo diretivo delas, obedecendo a orientações emanadas da SCUP. Os PDU abrangem as principais atividades físico-operacionais e administrativas de cada UP ou OS, organizadas em Objetivos Estratégicos, Objetivos Específicos, Diretrizes de Ação e Projetos Estruturantes.

Essas denominações podem variar, em função dos Planos de Ação do MCTI. As metas de cada PDU são agregadas aos Termos de Compromisso de Gestão (TCG) que cada UP assina, anualmente, em conjunto com o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.

No caso dos Contratos de Gestão e seus Termos Aditivos, assinados pelas Organizações Sociais, as metas estabelecidas em seus respectivos PDU são neles agregadas em parte. A descrição detalhada da metodologia utilizada para a elaboração dos PDU está contida na publicação Metodologia de Planejamento Estratégico das Unidades do MCT[2], disponível no link: http://www.cgee.org.br/atividades/consultaProduto.php?f=1&idProduto=1590.

Os PDUs das UPs estão disponíveis no link:

http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/12676/Plano_Diretor_PDU___Unidades_de_Pesquisa_e_Organizacoes_Sociais.html#lista

Programa de Capacitação Institucional (PCI) – promoção, coordenação e acompanhamento

Objetivo

[2] *CASTRO, Antônio Maria Gomes de et al.* ***Metodologia de Planejamento Estratégico das Unidades do MCT****. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2005.*

O PCI, instituído em maio de 1996, objetiva a implementação de Subprogramas de Capacitação Institucional nas Unidades de Pesquisa integrantes, vinculadas e supervisionadas pelo MCTI, mediante a concessão, por intermédio do CNPq, de cotas de bolsas de fomento tecnológico no País e no Exterior, agregando temporariamente especialistas para viabilizar a execução de projetos científicos e tecnológicos do Ministério, de acordo com as orientações da Política de CT&I, do Governo Federal.

Marco Legal

- Instituído pela Portaria conjunta n.º 180, de 16/05/1996, e alterado pela Portaria MCT n.º 264, de 14/06/2004, Portaria n.º 1, de 10/06/2005, da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP).

Alterada a sua constituição através da RN nº27/2010, publicada em 22 de setembro de 2010, o Presidente do CNPq estabeleceu as normas gerais e específicas das seguintes modalidades de bolsas de longa duração do PCI do hoje Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação:

- Desenvolvimento PCI (PCI-D)
- Especialista Visitante (PCI-E).

Ainda no exercício de 2011 foi aprovado o novo Documento Básico do PCI, que estabeleceu normas gerais e específicas para o Programa como um todo, bem como convalidou as já previstas pela Resolução Normativa nºs 015 e 27/2010 do CNPq (Portaria MCTI nº 247, de 22 de setembro de 2011) e promulgou uma nova Portaria MCTI (nº 914, de 30 de novembro de 2011) relativa ao Prêmio Bolsista Destaque do PCI, a ser concedido a cada dois anos.

Atividades

A cada dois anos, as Unidades de Pesquisa, hoje vinculadas direta ou indiretamente ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, encaminham, para apreciação da Comissão de Coordenação do Programa PCI[3] e registro no CNPq, os seus Subprogramas do PCI (projetos-mãe) com a previsão de bolsistas a serem apoiados, seus perfis e as modalidades de bolsas.

Com base nestes projetos básicos e nos orçamentos anuais para o Programa (recursos do CNPq e do FNDCT), propostos pela SCUP e aprovados pela Secretaria Executiva do Ministério, a CGUP encaminha, a cada instituição participante do Programa, a sua cota anual de gastos com o PCI e o teto mensal máximo a ser obedecido por cada uma delas.

Cada instituição envia ao CNPq, mensalmente, mediante a utilização da Plataforma Carlos Chagas, suas propostas para fomento de bolsistas, que são analisadas pela Comissão de Enquadramento do PCI[4].

As bolsas aprovadas são encaminhadas aos Setores competentes do CNPq para implementação e as instituições proponentes são avisadas via Plataforma Carlos Chagas sobre as decisões da Comissão de Enquadramento. As instituições podem, eventualmente, recorrer dessas decisões e os recursos são novamente analisados pela Comissão de Enquadramento que os aceitam ou não**.**

As modalidades de Bolsas apresentadas são:

Longa Duração:

- ITI: destina-se a estimular o interesse pela pesquisa e desenvolvimento tecnológico em estudantes do ensino superior, médio e de cursos profissionalizantes;

[3] Comissão presidida pela SCUP, com representantes da CGOS, de três UPs selecionadas pela CGUP, seguindo o critério de rotatividade regional e temática, e da SEPED.

[4] Comissão constituída por representante do CNPq (que a preside), da CGUP e da SPOA, a qual aprova, não aprova, solicita correções etc.

- Desenvolvimento PCI (PCI-D): possibilita o fortalecimento da equipe responsável pelo desenvolvimento de projetos de pesquisa, desenvolvimento ou inovação, por meio da incorporação de profissional qualificado para a execução de uma atividade especifica;
- Especialista Visitante (PCI-E): complementa a competência da equipe de execução do projeto, por meio da participação temporária de profissional qualificado; e
- Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (DTI): destinada aos Arranjos de Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) das UPs.

Curta Duração:

- BEV: concedida a consultores e ou instrutores especializados nacionais ou estrangeiros, de fora da Unidade de Pesquisa, como forma de complementação das competências de suas equipes, visando a contribuir para a execução de projetos de Pesquisas e/ ou Desenvolvimento Tecnológico;
- BEP: concedida para cursos, estágios e visitas técnicas no País, de acordo com as atividades de Pesquisa e/ ou Desenvolvimento Tecnológico previstas no projeto; e
- BSP: concedida para cursos, estágios e visitas técnicas no exterior, de acordo com as atividades de Pesquisa e/ ou Desenvolvimento Tecnológico previstas no projeto.

Infraestrutura

Objetivo

Planejamento, apoio e acompanhamento de projetos e de novas obras e instalações, como também na ampliação, manutenção e preservação dos edifícios existentes.

Marco Legal

- Decreto n.º 5.886, de 06/09/2006, que criou a SCUP
- Orçamento da SCUP – Ações Finalísticas sob responsabilidade da SCUP

Atividades

As atividades consistem em:

- realizar levantamentos e diagnósticos periódicos das demandas para recuperação e expansão da infraestrutura física e modernização de equipamentos de uso institucional, por meio de visitas técnicas e demandas apontadas dos Planos Diretores;

- realizar a seleção de demandas a serem contempladas conforme as prioridades apresentadas pelos Institutos de Pesquisa e em função dos recursos disponíveis para execução dessas atividades, de acordo com a finalidade e descrição das ações sob responsabilidade da SCUP;

- descentralizar recursos orçamentários e financeiros das Ações do PPA por meio de Termo de Execução Descentralizada e Projeto Básico, somente quando efetuadas as análises de prestações de contas; e
- acompanhar a execução dos projetos, serviços e das obras contratadas até o termo de aceitação.

Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa e Inovação nas Unidades de Pesquisa do MCTI

Objetivo

Fortalecimento da capacidade de pesquisa instalada no País em áreas novas e/ou estratégicas nos Institutos de Pesquisa integrantes e supervisionados pelo MCTI, dando apoio a projetos de P&D,I em desenvolvimento e indução de novos projetos de pesquisa; melhoria da infraestrutura laboratorial; ampliação do acesso à informação e ao conhecimento; contratação de estudos; promoção e divulgação de informações; apoio a eventos de C&T,I, bem como, a prospecção de novas linhas de pesquisa.

Marco Legal

. Ação 20V7 – PPA 2012-2015 – P&D nas Unidades de Pesquisa do MCTI – Plano Orçamentário nº 00V – Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa e Inovação nos Institutos de Pesquisa do MCTI;

. Portaria MCTI nº 682, de 07.07.2014 – Disciplina a descentralização de créditos orçamentários e financeiros no âmbito do MCTI.

Atividades

De acordo como PPA 2012-2015 - Apoiar através de Termo de Execução Descentralizada a expansão e fortalecimento da capacidade de pesquisa científica, tecnológica e de inovação em novas áreas com participação dos Institutos de Pesquisa do MCTI; apoio a programas, projetos e ações integradas de caráter científico e tecnológico; divulgação de projetos de pesquisa, de natureza teórica e tecnológica, aplicados em diferentes áreas de conhecimento e setores de atividades, no âmbito da informação e comunicação em Ciência e Tecnologia, Cultura e Sociedade; apoio às Unidades de Pesquisa integrantes do MCTI na participação, realização e organização de congressos, seminários e outros eventos em Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I; reposição e manutenção atualizada do acervo de periódicos para as Unidades de Pesquisa. As atividades consistem em:

- realizar levantamentos e diagnósticos periódicos das demandas apontadas pelos Dirigentes;
- realizar a seleção de demandas a serem contempladas conforme as prioridades apresentadas pelos Institutos de Pesquisa e em função dos recursos disponíveis para execução dessas atividades, de acordo com a finalidade e descrição das ações e planos orçamentários sob responsabilidade da SCUP;
- descentralizar recursos orçamentários e financeiros das Ações e Planos orçamentários do PPA por meio de Termo de Execução Descentralizada e Projeto Básico, somente quando efetuadas as análises de prestações de contas;
- acompanhar a execução dos projetos e serviços até a final da prestação de contas; e
- efetuar a analise das prestações de contas dos Termos de Execução Descentralizada.

Marco Legal da área de inovação.

Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 "Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei no 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei no 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional no 85, de 26 de fevereiro de 2015".
Portaria nº 251 de 12 de março de 2014, "Estabelece as Diretrizes para a Gestão da Política de Inovação das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI".
Portaria MCTI n°1.128 de 21/10/2014 – Revogada pela Portaria n°22, de 30/01/2015, "Estabelece os Arranjos de Núcleos de Inovação Tecnológica – NIT e suas respectivas Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais integrantes".

Atividades na área de Inovação

Em 2015 a CGUP promoveu ações coordenadas para aplicação dos instrumentos legais para inovação nas Unidades de Pesquisa do MCTI, observando as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 10.973 de 02/12/2004 e Decreto nº 5.563 de 11/10/2005, principalmente no sentido de estabelecer os Arranjos de NITs das UPs do Ministério e as boas práticas de gestão da inovação, propriedade intelectual e transferência de tecnologia. Essas ações visaram a harmonizar conceitos, regras e diretrizes, prospecção e mapeamento de tecnologias disponíveis para transferência de tecnologias e exploração econômica e promover a proteção da criação intelectual.

Programa Entidades Associadas às Unidades de Pesquisa do MCTI

Objetivo

Dinamizar o desenvolvimento científico e tecnológico no País, por meio da associação, com as Unidades de Pesquisa do MCTI, de institutos, laboratórios, centros, núcleos ou departamentos de instituições universitárias ou de pesquisa científica ou tecnológica, que desenvolvem programas de interesse estratégico para o País, para a execução de projetos conjuntos.

Marco Legal

- Portaria MCT n.º 510 de 12/08/2008;
- Portaria MCT n.º 613 de 23/07/2009; e
- Portaria MCT n.º 609 de 29/08/2008.

Atividades

Realização de projetos conjuntos com as Unidades de Pesquisa, de interesse comum, pelo prazo máximo de quatro anos. A UP seleciona uma instituição, entre as descritas no objetivo acima, para a ela se associar na produção científica ou tecnológica ou de inovação, e propõe ao MCTI o seu credenciamento como "Entidade Associada", no âmbito de um Plano de Trabalho e com orçamento definido.

A proposta é analisada pelo Comitê de Coordenação do Programa Entidades Associadas, em Brasília, Comitê este composto por todos os secretários do Ministério, três representantes das Unidades de Pesquisa, indicados em Portaria do Ministro, presidido pelo Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa.

O Comitê se reúne ao fim de cada semestre para analisar as propostas de credenciamento, podendo ou não aceitá-las.

Caso positivo, é estabelecido um Termo de Cooperação entre a UP e a instituição aprovada, o qual é publicado no DOU juntamente com o credenciamento da instituição como Entidade Associada.

Expansão e Aperfeiçoamento do Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas nas UPs do MCTI

Objetivo

Apoiar a gestão em entidades dedicadas à ciência e tecnologia através do registro estruturado das informações gerencial e tecnológica, da interação através de ambientes de trabalho e do acompanhamento da concretização de resultados.

O objetivo do sistema é concentrar todas as atividades de gestão e de pesquisa científica e tecnológica no âmbito de cada Unidade de Pesquisa do MCTI, racionalizando, dessa forma, a gestão e a aplicação de recursos orçamentários, financeiros, técnicos e de recursos humanos, evitando-se, assim, superposição de atividades e oferecendo uma visão integrada do andamento e desempenho das Unidades.

Marco Legal

- Ação 7306 - PPA 2004-2011 do Programa 0473 – Gestão de Política de Ciência, Tecnologia e Inovação
- Ação 7306 – PPA 2012-2015 do Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação
- Ação 20V7 – PPA 2012-2015 – P&D nas Unidades de Pesquisa do MCTI – PO000Y "Expansão e Aperfeiçoamento do Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas nas Unidades de Pesquisa do MCTI"

Atividades

Implantação progressiva e aperfeiçoamento do sistema, através do registro de todas as informações gerenciais e tecnológicas geradas nas Unidades de Pesquisa, desenvolvimento de novas ferramentas que possam atender às necessidades específicas de cada Unidade, adaptando às mudanças de legislação. As seguintes atividades foram realizadas até 2014:

- implantação de uma nova arquitetura do Sistema;
- integração das ferramentas do sistema antigo para a nova versão;
- mudança do banco de dados para armazenamento dos documentos gerados nas UPs;
- especificação e implementação do cadastro da Plataforma Lattes dentro do sistema; e
- implantação de mecanismos para importação de dados da Plataforma Lattes para a nova arquitetura do SIGTEC.

O SIGTEC atua exatamente para registrar as informações de natureza gerencial e tecnológica não preenchida pelos sistemas federais, mas fundamental para o acompanhamento de projetos e da gestão das instituições.

Principais parceiros:

Parceiros Internos da SCUP

Como unidade subordinada da Secretaria-Executiva do Ministério, a SCUP tem como parceiros internos principais os seguintes, a começar da própria SEXEC e suas outras unidades integrantes, além do Gabinete do Ministro:

GAB – Gabinete do Ministro

AECI – Assessoria Especial de Controle Interno;

ASSIN – Assessoria de Assuntos Internacionais;

CONJUR – Consultoria Jurídica; e

ASCOM - Assessoria de Comunicação Social.

SEXEC – Secretaria-Executiva

SPOA –Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração;

ASCAV – Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas;

ASCOF –Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais; e

ASCAP –Assessoria de Captação de Recursos.

Secretarias do Ministério

SECIS – Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social;

SEPED – Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento;

SEPIN – Secretaria de Política de Informática; e

SETEC – Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

Evidentemente, todas essas unidades têm suas subunidades, com as quais a SCUP às vezes trata diretamente, como parceiros individuais.

Unidades de Pesquisa

Na qualidade de unidades gerenciais integrantes do Ministério, as Unidades de Pesquisa podem ser consideradas dentre as principais parceiras da SCUP. Sem elas, as pesquisas científicas e tecnológicas coordenadas pela Subsecretaria não teriam razão de ser.

Em 2015eram 17 (dezessete) UPs, a saber:

CBPF – Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (Rio de Janeiro, RJ);

CETEM – Centro de Tecnologia Mineral (Rio de Janeiro, RJ);

CETENE – Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (em Recife, PE);

CTI – Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (Campinas, SP);

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Brasília, DF);

INA – Instituto Nacional de Águas (Foz do Iguaçu, PR);

INMA – Instituto de Nacional de Pesquisas da Mata Atlântica (Santa Tereza, ES).

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Manaus, AM);

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (S.J. dos Campos, SP);

INPP – Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal (em Cuiabá, MT);

INSA – Instituto Nacional do Semiárido (Campina Grande, PB);

INT – Instituto Nacional de Tecnologia (Rio de Janeiro, RJ);

LNA – Laboratório Nacional de Astrofísica (Itajubá, MG);

LNCC – Laboratório Nacional de Computação Científica (Petrópolis, RJ);

MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins (Rio de Janeiro, RJ);

MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi (Belém, PA); e

ON – Observatório Nacional (Rio de Janeiro, RJ).

Outros Parceiros Internos ao MCTI

AEB – Agência Espacial Brasileira

CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear;

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; e

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos.

Parceiros Externos

São inúmeros os parceiros externos da SCUP, em seu *lato sensu*, desde aqueles que diretamente

acionam a Subsecretaria, de caráter nacional ou internacional, até os que, indiretamente, se apoiam na SCUP para realizações de suas atividades junto às Unidades de Pesquisa.

Parceiros Nacionais Diretos:

Centros de Pesquisa, Universidades e Ministérios

Comitês Técnico-Científicos – CTCs das Unidades de Pesquisa;

Comissões de Avaliação das Organizações Sociais;

Comitês de Busca para o cargo de Diretores das Unidades de Pesquisa do MCTI;

ABC – Academia Brasileira de Ciências;

ABIPTI –Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa Tecnológica e Inovação;

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência;

ANCINE – Agência Nacional de Cinema;

Casa Civil;

Ministério da Cultura.

Ministério da Defesa;

Ministério da Educação;

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Ministério das Comunicações;

Ministério das Relações Exteriores;

Ministério da Saúde;

INPI – Instituto Nacional de Propriedade Intelectual;

ANPEI – Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento de Empresas Inovadoras;

CEBRASPE – Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos.

Organizações Sociais

Como entidades supervisionadas do Ministério por meio dos Contratos de Gestão com ele celebrados, as Organizações Sociais, embora sendo entidades de direito privado, podem ser consideradas como importantes instituições parceiras da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa no âmbito interno, dada a parceira estabelecida pelos citados CGs, geridos pela CGOS.

Ao término do exercício de 2015, eram seis as OS supervisionadas pela SCUP:

CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, em Brasília-DF;

CNPEM – Centro Nacional de Pesquisas em Energia e Materiais, em Campinas-SP;

Embrapii – Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, em Brasília-DF;

IDSM – Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, em Tefé-AM;

Impa – Associação Nacional de Matemática Pura e Aplicada, no Rio de Janeiro, RJ; e

RNP – Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, no Rio de Janeiro-RJ e em Brasília-DF.

Parceiros Internacionais Diretos:

UNESCO.

3.4.1.2 Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Em função de a SPOA não possuir papel finalístico na estrutura organizacional do Ministério, suas ações constituem atividades-meio e macroprocessos de apoio para a consecução das metas e resultados das políticas de ciência, tecnologia e inovação, não havendo, portanto, macroprocessos finalísticos na unidade.

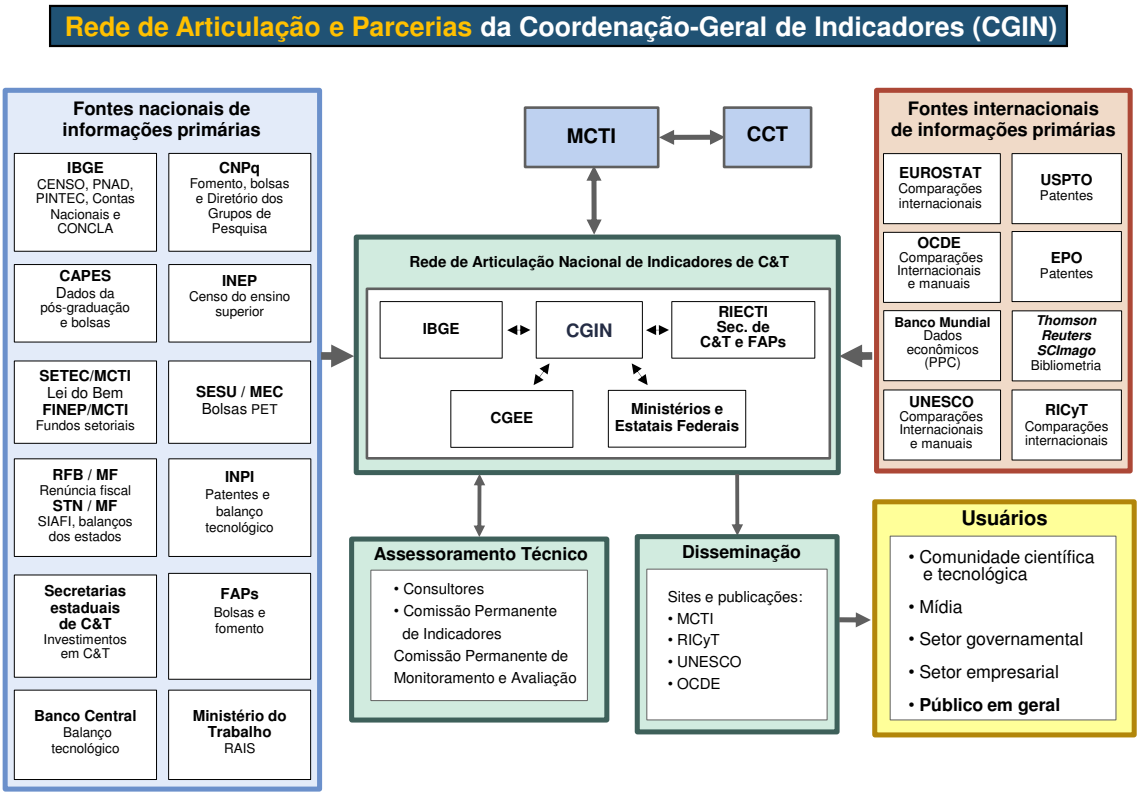
3.4.1.3 Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas – ASCAV

- Monitoramento e Avaliação das Políticas, Programas e Ações do MCTI;
- Avaliação das Políticas, Programas e Ações do MCTI;
- Organização e Difusão de informações sobre a Politica Nacional de Ciência e Tecnologia e do desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia, com ênfase na Estratégia Nacional de C,T & Inovação (ENCTI) e Plano Plurianual (PPA);
- Colaborar para o processo de elaboração do PPA, LOA.

COORDENAÇÃO-GERAL DE INDICADORES – CGIN

- Coletar, tratar e armazenar dados para a produção e manutenção de indicadores em ciência, tecnologia e inovação;
- Difundir indicadores em ciência, tecnologia e inovação;
- Articulação institucional.

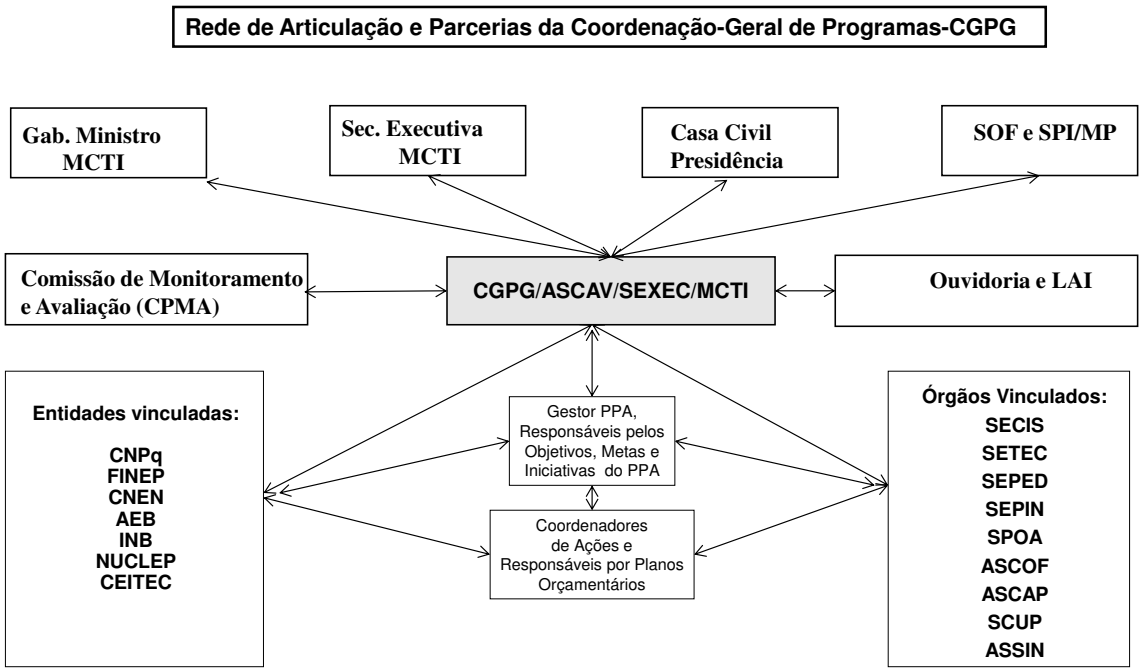
Principais Parceiros



Coordenação-Geral de Indicadores – CGIN / Assessoria de Acompanhamento e Avaliação – ASCAV / Secretaria-Executiva – SEXEC / Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI					
Ordem	**Tipo (natureza)**	**Comissões / Grupos de trabalho / Comitês**	**Objetivo (assunto)**	**Vigência**	**Legislação (decretos, portarias, etc.)**
1.	Comissão	Comissão Permanente de Indicadores de Ciência e Tecnologia	I - Assessorar o MCTI no desenvolvimento e aperfeiçoamento dos indicadores, dos métodos e mecanismos de coleta, análise e divulgação dos dados nacionais de ciência e tecnologia	Permanente	Portaria MCT nº 829, de 27 de novembro de 2003 (criação da CPMIND); Portaria SEXEC nº 31, de 14 de

					dezembro de 2009 (reformulação da CPMIND)
2.	Comissão	Comissão Nacional de Classificação – CONCLA (MPOG/IBGE)	I - Assessorar o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão na supervisão do Sistema Estatístico Nacional - SEN, atuando especialmente no estabelecimento e no monitoramento de normas e padronização do Sistema de Classificação das Estatísticas Nacionais; II - Examinar e aprovar as classificações; III- expedir ato formalizando as classificações;	Permanente	Decreto nº 1.264, de 11 de outubro de 1994 (criação); Decreto nº 3.500, de 9 de junho de 2000 (reformula); Decreto nº 7.553, de 12 de agosto de 2011 (reformula); Portaria MPOG nº 140, de 04 de abril de 2012 (nomeação)
3.	Comitê	Comitê Gestor das Contas de P&D no Brasil	I - Viabilizar a realização das atividades de implementação e manutenção das Contas de Pesquisa e Desenvolvimento no Brasil - Contas de P&D no Brasil	Permanente	Portaria Interministerial MCT/MP nº 291, de 6 de maio de 2011 (criação) Portaria MCT nº 658, de 18 de agosto de 2011 (designação dos membros)
4.	Grupo Executivo	Grupo Executivo das Contas de P&D no Brasil	I - Viabilizar a realização das atividades de implementação e manutenção das Contas de Pesquisa e Desenvolvimento no Brasil - Contas de P&D no Brasil	Permanente	Portaria Interministerial MCT/MP nº 291, de 6 de maio de 2011 (criação) Portaria MCT nº 658, de 18 de agosto de 2011 (designação dos membros)
5.	Fórum	Fórum Técnico da RIECTI	I - Acordo de cooperação técnica e científica entre o MCTI e as unidades da federação para o estabelecimento de condições de cooperação mútua entre os partícipes, para a produção e aperfeiçoamento dos indicadores estaduais de ciência e tecnologia (C&T), tradicionalmente denominados de indicadores de C&T de insumo e de resultado, segundo normas e recomendações internacionais, adaptadas ao plano estadual, em consonância com as práticas seguidas pela Coordenação-Geral de Indicadores do MCTI - CGIN/MCTI, e comparáveis entre todas as unidades da federação	Permanente	
6.	Comitê	Comitê Técnico da RIEC&T		Permanente	
7.	Termo de Cooperação	Termo de Cooperação entre o MDS e o MCT	I - Implementar ações integradas com vistas ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social e Inclusão Tecnológica dos beneficiários dos programas sociais do Governo Federal		Portaria Interministerial MCT/MDS nº 261, de 20 de abril de 2009 (instituição); Portaria SEXEC/MCT nº 11, de 1º de agosto de 2011 (nomeação)

8.	Envio de missão	NESTI/OCDE	I Participar de reuniões e projetos do grupo de trabalho de especialistas nacionais em indicadores de ciência e tecnologia (National Experts on Science and Technology Indicators - NESTI) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.	Permanente	



Atividades Permanentes realizadas pela CGPG

- Gerenciamento do SigMCT - manter e desenvolver projetos para o atendimento de demandas - Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação sistemática das informações sobre a execução contidas no SigMCT – Programas, Objetivos, Ações e Planos Orçamentários. Esta atividade foi desenvolvida até meados de dezembro quando houve a decisão de se desenvolver os trabalhos diretamente no SIOP visto os problemas enfrentados para a utilização do SigMCT. Esta atividade foi então transferida para o SIOP, ou seja, exigiu nova sistemática junto com os Coordenadores, coordenadores-Executivos que necessitaram inclusive serem cadastrados para terem acesso ao Sistema.
- Atuar junto aos Gestores-PPA de Objetivos, Coordenadores e Coordenadores-Executivos de Ações; e Responsáveis e Corresponsáveis de Plano Orçamentários. Atuando como interlocutor do MCTI junto as Secretarias do Ministério do Planejamento no que se refere ao PPA.
- Atendimento a diversos tipos de usuários – internos e externos ao MCTI sobre Programas, Indicadores, Objetivos, Ações e Planos Orçamentários.
- Assessoria permanente ao Secretário-Executivo e ao Gabinete do Ministro.
- Secretaria-Executiva da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação.
- Colaborar, subsidiar a elaboração de documentos tais como mensagem Presidencial, Prestação de Contas da Presidenta, Relatório de Gestão.
- Exportação dos dados do SigMCT para o SIOP - (monitoramento dos objetivos, ações e planos orçamentários.

- Atualizar as designações dos Coordenadores e Coordenadores-Executivos de Ações e Responsáveis e Corresponsáveis pelos Planos Orçamentários.
- Elaborar DE-PARA 2015-2016 das Ações conforme aprovação LOA 2016.
- Elaborar DE-PARA PPA 2012-2015 – 2016-2019 diante da aprovação do novo ciclo do PPA.
- Elaboração e cadastro da PLOA 2015 - (fase qualitativa).
- Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 (continuidade dos trabalhos - revisão).
- Atividades relacionadas à elaboração do PPA 2016-2019.
- Condução do processo de revisão de atributos da LOA 2015 após aprovação.
- Treinamento (capacitação) e atendimento aos usuários sobre a utilização dos sistemas SigMCT e SIOP.

Atividades permanentes realizadas pela CGIN

- Coletar, tratar e armazenar dados para a produção e manutenção de indicadores em ciência, tecnologia e inovação.
- Atualizar dados, tabelas, gráficos e variáveis no Sistema de Indicadores, Banco de Variáveis de C,T&I e Portal Indicadores Nacionais de C,T&I.
- Assessorar permanentemente o Gabinete do Ministro e da Secretaria-Executiva.
- Preparar e enviar informações sobre indicadores nacionais de C,T&I para organismos internacionais (RICYT, Unesco, OCDE, etc.).
- Atender solicitações de informação do público em geral.
- Elaborar Notas Técnicas, outras publicações e acompanhar e contribuir com as metodologias para a produção de estatísticas de C,T&I.

Atividades realizadas pela CGIN em 2015

- Realização da IV Reunião da Rede de Indicadores Estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação (RIECTI), em Salvador-BA, que abordou aspectos metodológicos da produção de indicadores.

- Organização e realização de capacitação de representantes da RIECTI para o levantamento dos investimentos do estado em C&T/P&D, em São Luís-MA.

- Aprimoramento do trabalho de coleta das informações dos dispêndios estaduais, principalmente, por meio do uso de informações a partir do estabelecimento da Lei de Acesso a Informação (formato de banco de dados (CSV, XLS, TXT), além do tradicional Balanço Geral do Estado (BGE), em formato PDF.

- Construção da base de dados dos dispêndios de P&D Estadual por natureza de despesa para a conta P&D dentro das contas nacionais.

- Atualização da tabela de renúncia fiscal do governo federal segundo as leis de incentivo à pesquisa, desenvolvimento e capacitação tecnológica foi atualizada com os valores definitivos para 2013 e 2014.

- Publicado no site do MCTI o folder "Indicadores selecionados de Ciência, Tecnologia e Inovação - Brasil - 2015". < http://www.mct.gov.br/upd_blob/0237/237254.pdf >;

- Publicadas duas Notas Informativas relacionadas aos dispêndios em C&T:

• Implicações nos indicadores de dispêndios em C&T decorrentes da revisão do PIB e a nova série do Sistema de Contas Nacionais do IBGE, ano-base 2010 < http://www.mct.gov.br/upd_blob/0237/237333.pdf >

• Evolução dos dispêndios nacionais em C&T e P&D no período 2000 a 2013. < http://www.mct.gov.br/upd_blob/0237/237332.pdf >; e

- Publicada Nota Técnica com a Estimativa dos Dispêndios Nacionais em C&T e P&D em relação ao PIB, até 2020 < http://www.mct.gov.br/upd_blob/0235/235928.pdf >.

- Disponibilização do Banco de Variáveis de Ciência, Tecnologia & Inovação em espanhol, francês e inglês, além da versão em português e também na versão mobile, no endereço: < http://www.mct.gov.br/indicadores_var/m.index.php >.

- Publicação nova série dos dispêndios empresariais em C&T, de acordo com a Nota técnica nº 02/2014, cujo assunto é: Série dos dispêndios em pesquisa e desenvolvimento (P&D) do setor empresarial, incluindo os resultados da Pesquisa de Inovação (PINTEC) 2011 e a estimação via Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF).

- Reuniões técnicas da equipe da CGIN com da Coordenação de Contas Nacionais (CONAC)/IBGE, sobre a Conta Satélite de P&D nas Contas Nacionais.

- Elaboração de apresentações sobre os Investimentos do MCTI nas Unidades da Federação e de textos contendo o perfil sócio-econômicos dos estados, para subsidiar as visitas do Sr. Ministro.

Unidade de Gerência de Projetos – UGP

O principal macroprocesso finalístico da UGP é a execução física e financeira do Projeto 914BRZ2018, que prevê o desenvolvimento de 105 atividades, com atingimento de 14 Resultados e 4 Objetivos Imediatos. Os quatro objetivos são:

Objetivo Imediato 1 – Atualizar e disponibilizar processos de planejamento e gestão orientados para a função estratégica da C, T&I no contexto das políticas de desenvolvimento sustentável no Brasil.

Objetivo Imediato 2 – Aprimorar os processos de avaliação das ações de estímulo à C, T&I desenvolvidos pelo MCT.

Objetivo Imediato 3 – Formular e validar procedimentos institucionais para a consolidação do Sistema Nacional de C, T&I e para os processos de captação e gestão de recursos.

Objetivo Imediato 4 – Ampliar ações para a difusão, mobilização, sensibilização, apropriação e aplicação dos conhecimentos científicos, tecnológicos e de inovação como instrumentos de desenvolvimento social, regional e local no Brasil.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis

Execução física financeira do Projeto 914BRZ2018	Enquadramento técnico das solicitações nas 105 atividades do PRODOC (Projeto Documento) e seus Objetivos para a contratação de serviços	Ofícios e documentos, atendendo às demandas apresentadas.	GabMCTI,SEXEC, Unidades Técnicas do MCTI e Institutos de Pesquisa	Unidade de Gerência de Projetos – UGP/Gab/MCTI
Provimento de informações	Identificação de requerimentos de informações das diversas áreas do MCTI e o provimento de informações relativas às demandas apresentadas.	Elaboração de documentos processuais para consituição dos respectivos processos e inserção no sitemas gerencial el contábil da Unesco-FabsWeb. Avaliação dos Relatórios de contas e de Progresso od Projeto. C, T &I.	Gab/MCTI,SEXEC Unidades Técnicas do MCTI e Institutos de Pesquisa; UNESCO; órgãos de Controle Interno	Unidade de Gerência de Projetos – UGP/Gab/MCTI
Autorizações no Sistema de gestão fianceira e Contábil	Trãmites processuais e inserção de documentos para as devidas autorizações (MCTI e UNESCO)			

Os principais macroprocessos de apoio são:

- Gestão de contratos de consultoria de pessoa física (elaboração de termo de referência; seleção, contratação; análise do enquadramento formal de produtos; pagamento; cancelamento de contratos; emissão de diárias e passagens).

- Gestão de contratos de consultoria de pessoa jurídica (elaboração de termo de referência; seleção, licitação; contratação; análise do enquadramento formal de produtos; pagamento; cancelamento de contratos; emissão de diárias e passagens).

- Planejamento orçamentário e financeiro do projeto (os recursos financeiros advêm de outras unidades do MCTI. Cabe à UGP proceder/providenciar a emissão de notas de empenho, repasse à Unesco; controle orçamentário, etc).

- Gestão do projeto junto à Unesco (alimentação do sistema FabsWeb; elaboração de termos de referência, entre outras atividades) e Agência Brasileira de Cooperação - ABC (alimentação do sistema SIGAP; emissão de relatórios de progresso e relatório final de execução).

- Controle interno (checagem de congruência de informações nos sistemas SIGAP e FabsWeb; elaboração e verificação do atendimento a normativos internos relacionados à gestão do projeto; construção e gestão de sistema informatizado para viabilizar a seleção de consultores e gestão dos contratos de consultoria).

Informações sobre outros resultados da gestão

A partir da celebração do projeto até 31 de dezembro de 2015, foram repassados R$ 20.227.822,00 para a Organização executora do projeto. Destes recursos foram comprometidos em contratos de pessoa física e jurídica R$ 21.323.972,43 (vinte e um milhões, trezentos e vinte e três mil, novecentos e setente e dois reais

e quarenta e três centavos) ao longo de quatro anos, perfazendo cerca de 85% do valor alocado no PRODOC MCTI-UNESCO.

Por meio do projeto foram realizados diversos estudos, levantamentos, prospecções, em sua maioria por meio de processo seletivo de consultoria na modalidade consultor por produto cujos resultados contribuíram significativamente para a consolidação de políticas estratégicas do MCTI, como estabelecido na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação-ENCTI 2011-2015.

Entre elas, ressaltamos as atividades que deram sustentação à implementação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil por meio do suporte à implantação do complexo do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais – CEMADEN do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

3.4.1.4 Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais - ASCOF

Os macroprocessos finalísticos da ASCOF referem-se ao assessoramento e ao apoio à Secretaria-Executiva no planejamento e coordenação dos Fundos Setoriais destinados a financiar programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, em conformidade com as políticas e estratégias estabelecidas pelo Ministério; a promoção da gestão dos Fundos Setoriais, no que se refere a sua implementação, acompanhamento de execução e avaliação; elaboração e divulgação dos calendários de chamadas públicas e outros instrumentos de seleção de propostas para ações dos Fundos Setoriais, bem como a promoção e a coordenação com as agências do Ministério (Finep e CNPq) e entidades relacionadas com as atividades dos Fundos Setoriais (Agências Reguladoras e Ministérios).

Em 2015, os macroprocessos finalísticos foram realizados da seguinte forma:

- Mapeamento das demandas verticais e transversais, tomando por base as Diretrizes aprovadas pelo Conselho Diretor do FNDCT para o exercício, consoantes à política de C&T vigente - Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação/ENCTI – e as políticas Industrial e de Comércio Exterior – Plano Brasil Maior/PBM-; e setoriais, como de Saúde, Defesa, entre outros.
- Apoio ao processo de planejamento das ações a serem financiadas pelos Fundos setoriais em 2015 por meio de reuniões com técnicos das secretarias finalísticas do MCTI e representantes dos ministérios setoriais. A partir dessas reuniões foi possível a elaboração de 04 (quatro) Encomendas, 03 (três) Chamadas Públicas.
- Elaboração do Plano de Investimento Anual dos Fundos Setoriais, a partir das deliberações dos Comitês Gestores e do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais e sua adequação do Plano de Investimento dos Fundos Setoriais à ENCTI.
- Monitoramento da execução orçamentária e financeira dos Fundos Setoriais.

Macroprocessos	Descrição	`Produtos e Serviços	Principais Serviços	Subunidades Responsáveis
Mapeamento das demandas verticais e transversais	Tendo por base as Diretrizes aprovadas pelo Conselho Diretor do FNDCT para o exercício, consoantes à política de C&T vigente - Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação/ENCTI – e as políticas Industrial e de Comércio Exterior – Plano Brasil Maior/PBM-; e setoriais, como de Saúde, Defesa, entre outros	Levantamento de demandas que envolveram a participação de mais de um Fundo Setorial e parcerias de outros órgãos federais e estaduais otimizando a operacionalização por parte das agências executoras.	SEXEC Finep CNPq CD/FNDCT CCF/FNDCT CCE/FNDCT	Chefe da ASCOF Coordenador-Geral da ASCOF Técnicos ASCOF

Apoio ao processo de planejamento das ações a serem financiadas pelos Fundos Setoriais em 2015	Por meio de reuniões com as secretarias finalísticas do MCTI e representantes dos ministérios das áreas afins (Ex.: Ministério da Saúde, Ministério da Defesa, entre outros).	Elaboração de 04 (quatro) Encomendas e 03 (três) Chamadas Públicas.	SEXEC Finep CNPq CD/FNDCT CCE/FNDCT CCF/FDNCT	Técnicos da ASCOF. Finep CNPq
Elaboração do Plano de Investimento Anual dos Fundos Setoriais	A partir das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Diretor, o Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais deflagrou o processo de recolhimento de propostas de ações transversais e verticais junto aos Comitês Gestores, aos órgãos e secretarias do MCTI, às agências e aos demais agentes credenciados. Após consolidadas são encaminhadas à FINEP para que sejam consignadas ao Plano de Investimento Anual.	Plano de Investimento Anual do FNDCT	SEXEC CD/FNDCT CCE/FNDCT CCF/FNDCT Finep Comitês Gestores	Chefe da ASCOF Coordenador-Geral da ASCOF Técnicos ASCOF
Monitoramento da execução orçamentária e financeira dos Fundos Setoriais	Realizado de forma detalhada pelo Resumo da Execução Orçamentária e Financeira do FNDCT envolvendo as informações: Arrecadação Realizada; LOA-Dotação Inicial; Créditos Adicionais; Dotação Atualizada; valores empenhados no exercício; Despesas	Planilhas com execução orçamentária do FNDCT.	SEXEC ASCOF Finep CNPQ	Coordenador-Geral da ASCOF Técnicos da ASCOF Técnicos das Agencias

3.4.1.5 Assessoria de Captação de Recursos – ASCAP

A ASCAP elaborou Macroprocessos para a gestão das ações realizadas, com a base nas competências da Assessoria e que servem como contribuição para um processo maior a vir a ser implementado pelo Ministério.

A ASCAP presta assessoramento e apoio à Secretaria-Executiva na administração de captação de recursos técnicos, materiais e financeiros, em âmbito nacional e internacional, destinados a programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico.

Macroprocesso Finalístico para Captação de Recursos Nacionais

A ASCAP atua, ora na implementação de novos mecanismos legais, ora no aperfeiçoamento de instrumentos legais já instituídos que garantam apoio à decisão e gerenciamento das ações de captação de recursos em âmbito Nacional.

Macroprocesso Finalístico para Captação de Recursos Internacionais

Assessoramento à decisão e gerenciamento de políticas, programas e projetos para captação de recursos em âmbito Internacional.

Macroprocessos de Apoio

No âmbito da Captação Nacional:

- planejar, coordenar e supervisionar estudos visando o estabelecimento de normas e procedimentos para novas formas de captação de recursos relativos à área de ciência, tecnologia e inovação;
- monitorar a arrecadação de recursos dos Fundos Setoriais;
- analisar e elaborar estimativas de arrecadação dos Fundos Setoriais;
- analisar propostas em tramitação no Congresso Nacional que possam impactar o total de recursos dos Fundos de C&T; e
- analisar propostas em tramitação no Congresso Nacional que possam impactar nas ações de CT&I.

No âmbito da Captação Internacional:

- planejar, coordenar e supervisionar estudos visando o estabelecimento de normas, procedimentos e recomendações para a captação de recursos relativos à área de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- identificar, sistematizar e articular relações para induzir e viabilizar a captação de recursos de âmbito nacional ou internacional;
- elaborar estudos e diagnósticos de mercado e perfis de projetos, como instrumentos de indução, apoio e orientação a potenciais investidores nacionais e internacionais interessados na área de Ciência, Tecnologia e Inovação; e
- promover a captação de recursos financeiros internacionais oriundos do Fundo Mundial para o Meio ambiente (Global Environment Facilitty – GEF) e outros instrumentos associados a tratados, acordos e iniciativas de interesse do País.

Principais Parceiros

- Para o alcance dos seus objetivos, a Assessoria de Captação de Recursos atua juntamente com diversos parceiros internos ao MCTI, especificamente, as Secretárias finalísticas do MCTI, além da SPOA e as Assessorias vinculadas ao Gabinete da Secretária Executiva, bem como as Assessorias vinculadas ao Gabinete do Ministro.
- Ainda no âmbito do MCTI, estão a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e a Agência Espacial Brasileira – AEB.
- Em âmbito externo, contamos com articulação direta com as agências reguladoras: ANEEL, ANP, ANATEL, ANTT, EPL, ANA, CAPES;
- Além das Agências, atuamos também com: a Secretaria de Orçamento Federal – SOF; Secretaria do Tesouro Nacional – STN; Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB; a SUFRAMA; o DNPM; o Fundo da Marinha Mercante; o DNIT; Itaipu, Petrobrás.
- Vale citar também as parcerias na esfera do poder executivo: da Saúde; da Agricultura; da Pecuária e Abastecimento; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Pesca e Aquicultura; da Defesa; de Minas e Energia; do Meio Ambiente; dos Transportes; do Planejamento; da Fazenda; das Comunicações; das Cidades; e, Casa Civil.
- As articulações da ASCAP também se dão no âmbito do Congresso Nacional, tanto com a da Câmara dos Deputados como com o Senado Federal.
- Outras instituições importantes são com: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI); a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o SEBRAE.
- No âmbito Internacional, na condução dos diálogos negociações e entendimentos, destacam-se aproximação e diálogos com: a União Europeia UE; a Embaixada da Alemanha; a embaixada do Reino Unido. Com o Banco Mundial (BIRD); o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e, o Banco de Desenvolvimento KfW, da Alemanha.

Também há articulações com outras agências, instituições e organismos: Centro Alemão de Inovação e Ciência; Departamento de Inovação e Tecnologia, Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha (AhK); Fraumhofer do Brasil; Agência de Cooperação Alemã (GIZ); Centro de Pesquisa e Inovação Sueco-Brasileiro (CISB); Instituto Real Sueco de Tecnológica (KTH); Universidade de Lünd; Escritório Internacional de Investimentos do Governo de Cingapura (IE Singapore); Instituto Global McKinsey; Universidade de Münster, Alemanha; Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT); Escritório de Ciência e Tecnologia da Delegação da União Europeia no Brasil Programa Horizonte 2020.

Quadro de Macroprocessos, atividades, produtos e serviços da ASCAP.

Macroprocesso ASCAP	Macroprocesso Por Área	Macroprocesso De Apoio	Atividade	Produtos e Serviços
Administração de captação de recursos técnicos, materiais e financeiros destinados a programas e projetos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação	Apoio à decisão e gerenciamento das ações de captação de recursos em âmbito **Nacional**	Planejar, coordenar e supervisionar análises e implementar ações visando ao estabelecimento de normas e procedimentos para novas formas de captação de recursos relativos à área de CT&I	- Análise de setores que requeiram investimentos em CT&I; - Identificação de fontes possíveis de financiamento; - Articulação entre as partes envolvidas; - Elaboração de proposta para criação da fonte de financiamento (legislação); - Elaboração e promoção de propostas para criação e aperfeiçoamento de normas necessárias à captação de recursos; - Apresentação de prioridades da política nacional em CT&I e defesa de posições do MCTI em fóruns.	- Proposta de incremento de recursos para os fundos elaborada e encaminhada à SEXEC; - Minuta de Exposição de Motivos com proposta de projeto de lei/medida provisória para - Incremento de arrecadação elaborada e encaminhada à SEXEC.
		Monitorar a arrecadação de recursos dos Fundos Setoriais	- Coleta de dados via SIAFI; - Análise dos dados coletados; - Consolidação e elaboração de relatórios gerenciais; - Disponibilização de informações.	- Relatórios gerenciais mensais e anuais com os dados de arrecadação dos fundos setoriais encaminhados à SEXEC, ASCOF, CGOF e FINEP (2º quinzena do mês); - Relatórios gerenciais mensais de evolução dos saldos financeiros dos fundos setoriais no Tesouro Nacional elaborados; - Informações de arrecadação dos fundos setoriais ajustadas; - Orçamento autorizado mais ajustado aos recursos arrecadados.
		Analisar e elaborar estimativas de arrecadação dos Fundos Setoriais	- Solicitação de estimativas de arrecadação junto a órgãos do governo; - Levantamento de informações econômicas para elaboração das estimativas; - Modelagem das estimativas de arrecadação; - Discussão das estimativas de arrecadação para elaboração da proposta orçamentária anual dos Fundos Setoriais.	- Nota Informativa com o comparativo da arrecadação estimada pela ASCAP e SOF/MP elaborada e encaminhada à SEXEC; - Nota Informativa com o quadro da estimativa de arrecadação de cada um dos Fundos Setoriais elaborada e encaminhada à SEXEC, CGOF, ASCOF e FINEP; - Metodologia de estimativa de arrecadação adequada aos parâmetros econômicos utilizados pela SOF.

		Analisar propostas em tramitação no Congresso Nacional que possam impactar o FNDCT e ações de CT&I	- Articular com a ASPAR a identificação de matérias relativas a receitas do FNDCT em tramitação no Congresso Nacional; - Elaborar análises de matérias em tramitação no Congresso Nacional que possam afetar a arrecadação do FNDCT; - Apoiar tecnicamente o processo de negociação.	- Notas Técnicas/Informativas e memorandos das matérias elaboradas e encaminhadas à SEXEC e ASPAR; - Legislação analisada; - Proposta referente a regulamentação elaborada e encaminhada à SEXEC e CONJUR.
		Elaborar estudos e diagnósticos de mercado e perfis de projetos, como instrumentos de indução, apoio e orientação a potenciais investidores **interessados na área de** Ciência, Tecnologia e Inovação	- Identificação de investidores potenciais; - Identificação e seleção de prioridades temáticas demandadas pelo mercado em harmonia com a política de CT&I; - Elaboração de propostas de políticas e instrumentos de incentivo ao investimento privado em PD&I; - Recomendação de inserção dos resultados das atividades descritas neste subprocesso ao planejamento do MCTI e, por extensão, do governo brasileiro em assuntos afetos à CT&I.	- Documento elaborado sobre objeto do estudo, objetivos e produtos desejados; - Plano de Trabalho elaborado; - Apresentar Termo de Referência para contratação do estudo; - Análise de Produtos/Estudo aprovados; - Evento de discussão realizado.
	Apoio à decisão e gerenciamento de políticas, programas e projetos para a captação de recursos em âmbito **Internacional**	Planejar, coordenar e supervisionar estudos e implementar ações visando ao estabelecimento de normas, procedimentos para a captação e mobilização de recursos relativos à área de CT&I	- Análise das relações internacionais brasileiras e a atuação de agentes privados estrangeiros que influenciam investimentos e ações em CTI; - Coordenação de estudos, ações e projetos necessários à geração de conhecimento como subsídio à captação de recursos; - Elaboração de propostas para promover a colaboração (cooperação, parceria, aliança e outros instrumentos) entre as partes; - Elaboração e promoção de propostas para criação e aperfeiçoamento de normas necessárias à captação; - Representação dos interesses do Ministério nos *fóruns* de discussão, colegiados e reuniões deliberativas sobre financiamentos externos e políticas comerciais, industrial e de CT&I.	- Proposta de incremento de recursos oriundos de fontes internacionais encaminhada à SEXEC; - Minuta de documento com proposta de acordo, ou outros, visando incremento de arrecadação de recursos internacionais e encaminhada à SEXEC.
		Identificar novas fontes de recursos internacionais para apoio a CT&I	- Levantamento junto a Bancos e Organismos Multilaterais; - Levantamento junto a Bancos e Agências Bilaterais	- Base de dados de contatos de Pontos Focais ou responsáveis; - Base de dados sobre oportunidades de apoio e financiamento por área prioritária

		Assessor as Secretarias Finalísticas do MCT no processo de captação para Projetos Prioritários	- Disseminações de oportunidades para apoio a Projetos Prioritários do MCT; - Efetivações de negociação de captação de recursos para Projetos Prioritários do MCT.	- Relatório compilado com respostas dos dirigentes de áreas finalísticas do MCT; - Fontes mais adequadas de financiamento de demanda selecionadas.
		Promover a captação de recursos financeiros internacionais oriundos do Fundo Mundial para o Meio ambiente (Global Environment Facilitty – GEF) e outros instrumentos associados a tratados, acordos e iniciativas de interesse do País	- Representação do MCTI nas ações do GTAP (Grupo Interministerial Análise/Aprovação projetos GEF) com inserção das prioridades de CTI; - Elaboração, análise e apresentação de notas, pareceres técnicos e recomendações; - Acompanhamento de procedimentos relativos ao GEF/SEC e Agências Implementadoras; - Colaboração ao planejamento da representação brasileira junto ao Conselho do GEF; - Acompanhamento e articulação com entes públicos e privados potenciais proponentes de projetos GEF.	- Notas à SAIN/MF, SEAIN/MP e SPI/MP; com posicionamento do MCTI elaboradas. - Carteira brasileira de projetos no GEF negociada com eficiência e de forma coerente com as políticas; - Delegações/pontos focais brasileiros assessorados por meio de documentos técnicos; - Interesses do MCT incluídos na negociação da posição brasileira

3.4.2 Gabinete do Ministro

Cada unidade do Gabinete do Ministro apresenta macroprocessos específicos, conforme apontado a seguir.

Assessoria Parlamentar - ASPAR

- Análise semanal de pautas relacionadas ao Ministério na Câmara e no Senado.
- 2 Informativos semanais com Agenda e Resultado de Audiências Públicas e de matérias prioritárias discutidas e votadas nas Comissões Temáticas e Plenários.
- Encaminhar informações do andamento legislativo das proposições prioritárias diretamente para o titular das áreas interessadas.
- Acompanhamento de requerimentos de Audiências Públicas que convidem o Ministério.
- Acompanhamento da tramitação de RIC's no Congresso Nacional.
- Acompanhamento de autoridades e representantes do MCTI designados para reuniões da Casa Civil, do FórumCTIE e de liderança do Governo sobre matérias legislativas.

Visando a dar suporte ao desenvolvimento dos macroprocessos finalísticos são desenvolvidas as seguintes atividades pela ASPAR – MCTI:

- Orientação prévia e acompanhamento de representantes do MCTI convidados para participar de Audiências Públicas.
- Acompanhar pedidos de manifestação do Ministério pelo Sistema de Acompanhamento Legislativo-SIAL e encaminhar solicitações de manifestação para as áreas técnicas relacionadas à matéria.
- Acompanhamento da tramitação de RIC's dentro do Ministério, garantindo resposta no prazo adequado.
- Acompanhamento de reuniões com parlamentares dentro do Ministério.
- Elaboração de perfis parlamentares dos congressistas com atuação relevante em matérias prioritárias para o Ministério.
- Acompanhamento de autoridades e representantes do MCTI designados para reuniões da Casa Civil, do FórumCTIE e de liderança do Governo sobre matérias legislativas.
- Acompanhar e informar a tramitação da execução de emendas parlamentares solicitadas pelos Congressistas.
- Identificação de novas proposições e solicitação de Notas Técnicas às áreas competentes quando pertinente.

Para a execução do seu trabalho a Assessoria conta com o apoio das Secretarias, Coordenações e Órgãos Colegiados do MCTI, em especial Gabinete do Ministro e Secretaria Executiva. Atua em parceria com a Subchefia de Assuntos Parlamentares da Presidência da República (SUPAR/SRI) e outros órgãos estratégicos do Executivo assim como com Lideranças do Governo na Câmara dos Deputados, Senado Federal e Congresso Nacional.

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Os Macroprocessos Finalísticos da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) consistem em implementar ações de Comunicação Pública Institucional organizadas em assessoria de comunicação, publicidade de utilidade pública, e relaçã institucional, tendo em vista a execução da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI- 2012-2015). De forma integrada pensar e propor estratégias de comunicação social são rotinas que esta Assessoria implementa junto com o Gabinete do Ministro e Secretarias, em especial em momentos considerados mais críticos para a imagem do órgão, ou quando estão em questão temas polêmicos, que exigem uma abordagem diferenciada junto à mídia ou organizações da sociedade.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Assessoria de Comunicação	As atividades de Assessoria de Comunicação são destinadas ao Ministro de Estado, Secretários e demais dirigentes deste Ministério, aos veículos de imprensa nacional e internacional, bem como ao atendimento de demandas dos principais parceiros da Pasta e demais atores do Sistema Nacional de C&TI.	Para desempenhar essas atividades, esta Assessoria realiza, diariamente, o monitoramento dos conteúdos noticiosos e de opinião dos principais jornais, emissoras de televisão, rádios e veículos on-line do País e do exterior, monitora e/ou acompanha a agenda dos seus principais dirigentes, inclusive na organização de entrevistas individuais ou coletivas, produz textos para o site do MCTI e para a imprensa em geral. Ainda para cumprir suas atribuições voltadas para a divulgação e transparência na gestão, esta ASCOM participa diretamente da redação de Notas Oficias e subsidia as demais áreas do Ministério na elaboração de respostas relativas à Ouvidoria do MCTI.	Autoridades do MCTI, órgãos de imprensa.	Gerencia de Jornalismo: Editorial e Reportagem; Assessoria de Imprensa MCTI; Monitoramento de Mídia.
Publicidade de Utilidade Pública	As ações de Publicidade de Utilidade Pública, as iniciativas desta ASCOM estão voltadas para coordenação de criação, produção e distribuições de peças publicitárias, de utilidade pública, que visam informar, orientar e prestar contas à sociedade brasileira sobre o conjunto de programas e ações executadas no âmbito da ENCTI. Nas ações/campanhas de publicidade, esta	A ASCOM promove reuniões de *briefing* com fornecedores, dirigentes e áreas técnicas para a definição de *layouts* e conteúdos de peças de publicidade, além de articular tais campanhas e outras ações de comunicação com a SECOM/PR, quando necessário. Ainda neste sentido, cabe à ASCOM atender demandas internas relativas à participação do Ministério em eventos e também para viabilizar a divulgação, a produção de conteúdos e a produção de identidade visual nos espaços em que o MCTI tem participação.	Unidades do MCTI, sociedade em geral e comunidades de interesse temático.	Gerencia de Publicidade

	Assessoria recebe demandas das Secretarias, mas tem também a prerrogativa de propor estratégias de comunicação publicitária, sobretudo para divulgar, informar e orientar sobre eventos e ações que beneficiem diretamente a população como todo.			
Relação Institucional	As relações institucionais se dão no trabalho cooperativo com as diversas unidades que trabalham a comunicação científica pública, tendo como o centro do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação –SNCTI este MCTI é responsável pelas grandes diretrizes e pelo relacionamento com a Secretaria de Comunicação da Presidência – SECOM e as grandes entidades associativas do setor como SBPC, ABC, ABIPT, dentre outras.	Dado o padrão de transversalidade na execução das políticas públicas de CT&I, esta Assessoria mantém uma estreita relação institucional com outras Assessorias de Comunicação Social do Governo federal e de parceiros do Ministério. Ocorrem eventualmente, sob a coordenação da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR) a constituição associações entre as ASCOMs, para propor e implementar estratégias de comunicação conjuntas.	Autoridades e Unidades públicas e provas com interesse em Cinencia, Tecnologia e Inovação na esfera pública.	Gerencia de Relações Institucionais.

Coordenação-Geral de Cerimonial – CGCE

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão	A.Gestão de convites. No que tange ao recebimento, processamento, avaliação e resposta em colaboração com a chefia de gabinete e agenda. B. Gestão de eventos. No sentido de planejar, organizar e realizar eventos em parceria com as		Parceiros Internos: Gabinete do Ministro, Secretaria-Executiva, SPOA, CGRL, CGTI, pessoal de apoio (transporte, copa etc). Parceiros Externos: CNPQ, Cerimonial do Palácio do Planalto, dos demais Ministérios e de outras instituições.	

	Secretarias e Unidades de Pesquisa deste Ministério.			
Planejamento	Planejamento de solenidades. Definição, junto ao organizador, do formato do evento e da participação do Ministro.		Parceiros Internos: Gabinete do Ministro, Secretaria-Executiva, SPOA, CGRL, CGTI, pessoal de apoio (transporte, copa etc). Parceiros Externos: CNPQ, Cerimonial do Palácio do Planalto, dos demais Ministérios e de outras instituições.	

Coordenação-Geral de Administração - CGAD

I. Gestão de recursos humanos, material, patrimônio e serviços gerais no âmbito do Gabinete do Ministro.
II. Controle do recebimento, movimentação e expedição de documentos e correspondências de interesse do Gabinete do Ministro.
III. Controle do preparo e organização de expedientes e documentação submetida à apreciação do Ministro de Estado, bem como acompanhar a tramitação de expedientes de interesse do Ministério junto à Presidência da República e outros Ministérios.
IV. Concessão de passagens e diárias aos servidores do Gabinete do Ministro e colaboradores eventuais.
V. Encaminhamento ao Chefe de Gabinete da proposta orçamentária do órgão, bem como aqueles referentes à solicitação de créditos suplementares.
VI. Acompanhamento dos expedientes de afastamento do País, de servidores da administração direta e indireta, para participação em reuniões, congressos, seminários, estágios e cursos de aperfeiçoamento no exterior, nos termos da legislação pertinente, bem como orientar o encaminhamento de tais expedientes.

Coordenação-Geral da Secretaria do Conselho Nacional de C&T - CCT

Macroprocessos	**Descrição**	**Produtos e Serviços**	**Principais Clientes**	**Subunidades Responsáveis**
Encaminhamento de decisões	Identificação e especificação das decisões; levantamento de informações sobre atores e instituições envolvidos; preparação e acompanhamento de reuniões para detalhamento de ações ou medidas a serem tomadas.	Ofícios e documentos, atendendo às demandas apresentadas.	GAB. MCTI	Coordenação Geral da Secretaria do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia /GAB.MCTI
Provimento de informações	Identificação de requerimentos de informações da sociedade, dos Conselheiros e das diversas áreas do MCTI e o provimento de informações relativas às demandas apresentadas.	Elaboração e entregas das atas das reuniões; Realização de estudos, pesquisas e diagnósticos; Elaboração de	Comissão de coordenação do Conselho Nacional de C&T; Comissões Temáticas; Conselheiros e GAB. MCTI	Coordenação Geral da Secretaria do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia /GAB.MCTI

		ofícios ou documentos para subsidiar a formulação de propostas de políticas públicas nas áreas prioritárias das estratégias das políticas de C, T &I.		

Coordenação-Geral da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança- CTNBio

I. Organização anual de 10 Reuniões Plenárias, 10 Reuniões das Subcomissões Setoriais Vegetal e Ambiental e 10 Reuniões das Subcomissões das Áreas de Saúde Humana e Animal.

II. Realização de visitas técnicas nas instituições detentoras de Certificado de Qualidade em Biossegurança, condição sine quo non para que as organizações públicas e privadas possam desenvolver atividades com OGMs e seus derivados em laboratório, instituição ou empresa.

III. Instrução Processual dos Pleitos Avaliados na CTNBio e Publicação das Deliberações.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Organização das Reuniões da CTNBio	Organização anual de 10 Reuniões Plenárias, 10 Reuniões das Subcomissões Setoriais Vegetal e Ambiental e 10 Reuniões das Subcomissões das Áreas de Saúde Humana e Animal.	Reuniões da CTNBio	Sociedade, Setor Regulado, Órgãos de Registro e Fiscalização (ANVISA (MS), MAPA, IBAMA (MMA) e MPA)	Coordenação-Geral da CTNBio
Realização de Visitas Técnicas	Realização de visitas técnicas nas instituições detentoras de Certificado de Qualidade em Biossegurança, condição sine quo non para que as organizações públicas e privadas possam desenvolver atividades com OGMs e seus derivados em laboratório, instituição ou empresa.	Visitas Técnicas que contribuem para a análise processual	Setor Regulado, Órgãos de Registro e Fiscalização (ANVISA (MS), MAPA, IBAMA (MMA) e MPA)	Coordenação-Geral da CTNBio
Instrução processual das petições	Instrução Processual dos Pleitos Avaliados na CTNBio e Publicação das Deliberações	Trâmite das petições	Sociedade, Setor Regulado, Órgãos de Registro e Fiscalização (ANVISA (MS), MAPA, IBAMA (MMA) e MPA)	Coordenação-Geral da CTNBio

Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia - CMCH

Propostas de Políticas para Coordenação e Organização do Setor de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia

Esse macroprocesso consiste em fazer levantamento de propostas que visem organizar o Sistema de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia no País, estabelecendo pautas para reuniões plenárias da CMCH, convocação dos membros e execução das reuniões, onde as propostas poderão ser discutidas votadas e aprovadas, tornando público os resultados por meio de moções e resoluções que ajudem a planejar e organizar o funcionamento do setor de meteorologia, climatologia e hidrologia no País.

Conselho Nacional de Controle da Experimentação Animal - CONCEA

1. Credenciamento Institucional para Atividades com Animais em Ensino ou Pesquisa - CIAEP:

A Secretaria Executiva do CONCEA instrui o processo de solicitação de credenciamento, analisa, emite nota técnica, publica o Extrato de Parecer Técnico do CONCEA no Diário Oficial da União e emite o comprovante de registro atualizado de credenciamento da instituição. O CIAEP está normatizado pela Resolução Normativa do CONCEA nº 21, de 20 de março de 2015.
No ano de 2015 foram instruídos e analisados 76 processos de solicitação de credenciamento no CONCEA, com emissão de 58 Comprovantes de Credenciamento – CIAEPs às instituições que realizam atividades com animais em ensino ou pesquisa cientifica, bem como 14 pedidos de pós-credenciamento das instituições no que se refere à extensão de CIAEP, conforme art. 7º da Resolução Normativa nº 21/2015, totalizando 477 instituições credenciadas junto ao CONCEA.

2. Cadastro das Instituições de Uso Científico de Animais – CIUCA:

A Secretaria Executiva do CONCEA administra o CIUCA, bem como presta suporte às instituições (usuárias). O CIUCA foi instituído pelo Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009, implementado pela Portaria nº 870, de 19 de outubro de 2010, e destina-se ao registro:

I - das instituições para produção, manutenção ou utilização de animais com finalidade de ensino ou pesquisa científica;
II - dos protocolos experimentais ou pedagógicos, aplicáveis aos procedimentos de ensino ou projetos de pesquisa científica, realizados ou em andamento no País, assim como dos pesquisadores, a partir de informações remetidas pelas CEUAs; e
III - das solicitações de credenciamento no CONCEA.

No ano de 2015, a Secretaria Executiva do CONCEA junto à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do MCTI vem trabalhando na remodelagem do sistema CIUCA, em que contemplará o módulo de licenciamento, previsto pela Portaria MCTI nº 1332, de 3 de dezembro de 2014.

3. Licenciamento das atividades destinadas à produção, à manutenção ou à utilização de animais para ensino ou pesquisa científica:

O Licenciamento das atividades destinadas à produção, manutenção ou utilização de animais para ensino ou pesquisa científica foi instituído no âmbito do Conselho Nacional de Controle de

Experimentação Animal – CONCEA, por força do art. 11 da Lei nº 11.794, de 08 de outubro de 2008, realizadas em instalações animais de instituições públicas ou privadas previamente credenciadas no CONCEA.

O processo de solicitação de licenciamento deverá ser encaminhado ao CONCEA, por intermédio das Comissões de Ética no Uso de Animais – CEUAs, viabilizado por meio do Cadastro das Instituições de Uso Científico de Animais – CIUCA (sistema CIUCA).

4. Processos de apuração de suposta infração administrativa no CONCEA:

No ano de 2015, a Secretaria Executiva do CONCEA instaurou, instruiu e tramitou 25 processos de apuração de infração administrativa no CONCEA, sendo que dois deles foram finalizados, e os demais encontram-se em distintas fases de execução, de acordo com o estabelecido pela Resolução Normativa nº 24, de 6 de agosto de 2015.

Os processos dizem respeito às instituições que produzem, mantêm ou utilizam animais em atividades de ensino ou pesquisa científica, que foram "denunciadas" pelos órgãos de fiscalização, CEUAs, ou cidadãos comuns, conforme prevê a normativa.

5. Portaria Interministerial de Fiscalização, em atendimento ao artigo 21 da Lei nº 11.794/2008:

A Lei nº 11.794/2008 estabelece em seu art. 21 que a fiscalização das atividades ficará a cargo dos órgãos dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde, da Educação, da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Meio Ambiente, nas respectivas áreas de competência. Em atendimento à Lei, o MCTI, por meio do CONCEA, está elaborando minuta de Portaria Interministerial que conterá as ações conjuntas dos cinco Ministérios, sob coordenação do MCTI, a fim de atuarem conjuntamente à fiscalização das instituições que utilizam animais em atividades de ensino ou pesquisa científica no País.

6. Acordos de Cooperação entre o MCTI e o Inmetro, e entre o MCTI e o CFMV para atuação conjunta nas atividades comuns entre as instâncias.

Em 2015 foram assinados e firmados dois Acordos de Cooperação:

1) entre o MCTI e o Inmetro que trata de capacitação de membros da CEUA, de usuários pertencentes ao sistema CONCEA, dentre outros, utilizando a plataforma de "Ensino à Distância" do Inmetro, objetivando a difusão de informações e de conhecimento, e a aproximação do CONCEA às instituições que utilizam animais em atividades de ensino ou pesquisa científica. Essa ferramenta foi utilizada em preparação ao II Simpósio CONCEA – 2015, em que os membros das CEUAs credenciadas no País participaram de curso *on line* oferecido pelo CONCEA, por meio dessa plataforma;

2) entre o MCTI e o CFMV que trata da parceria de realização de visitas técnicas no instituto de inspecionar as instalações animais de instituições que utilizam animais em atividades de ensino ou pesquisa científica. No ano de 2015 foram realizadas 13 visitas técnicas às instituições.

7. Atendimentos aos órgãos de controle, como Ministérios Públicos, Procuradorias, Ouvidoria do MCTI, no que diz respeito à disponibilização de informações das instituições credenciadas no CONCEA:

No ano de 2015, o CONCEA prestou informações a diversos órgãos de controle, como Ministérios Públicos, Procuradorias Federais e Estaduais, Promotorias, Conselhos de Classe, totalizando 15 solicitações atendidas, no que diz respeito à situação de instituições credenciadas no CONCEA sob sua jurisdição, dentre outras questões técnicas.

8. Atendimento aos pedidos de informação em decorrência da Lei de Acesso a informação - Lei nº 12.527, de 18/11/2011, e Decreto nº 7.724, de 16/05/2012.

A referida legislação estabelece o prazo máximo de 20 (vinte) dias para atendimento, contados da data do Pedido de Informação.
No ano de 2015, totalizaram 08 pedidos de informação que foram respondidos no prazo estabelecido pela Lei.

9. Sistema Fale Conosco CONCEA

No ano de 2015 foram processados 1.430, aproximadamente, atendimentos às solicitações requeridas por meio do fale-conosco do CONCEA (e-mail institucional concea@mcti.gov.br para atendimento à comunidade civil e científica).

10. Reuniões

a) Organização anual de 4 Reuniões Ordinárias;
b) Organização anual de 20 Reuniões das Câmaras Permanentes, visto que as mesmas acontecem durante às Reuniões Ordinárias (5 Câmaras x 4 reuniões).
c) Organização de 05 reuniões das Câmaras Temporárias do CONCEA.

11. Cartas Consultas

Preparação, análise, avaliação e emissão de 60 (sessenta) pareceres técnicos do CONCEA.

12. Normativas do CONCEA

Em 2015, foram editadas e publicadas 8 Resoluções Normativas do CONCEA, e 3 Orientações Técnicas do CONCEA, a saber:

a) Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015;
b) Resolução Normativa nº 22, de 25 de junho de 2015;
c) Resolução Normativa nº 24, de 6 de agosto de 2015;
d) Resolução Normativa nº 25, de 29 de setembro de 2015;
e) Resolução Normativa nº 26, de 29 de setembro de 2015;
f) Resolução Normativa nº 27, de 23 de outubro de 2015;
g) Resolução Normativa nº 28, de 13 de novembro de 2015;
h) Resolução Normativa nº 29, de 13 de novembro de 2015;

i) Orientação Técnica nº 4, de 20 de março de 2015;
j) Orientação Técnica nº 5, de 27 de abril de 2015;
k) Orientação Técnica nº 6, de 27 de abril de 2015;

13. Consultas Públicas

Realização de 09 consultas públicas, por meio de Editais, publicados no Diário Oficial da União, e divulgados na página eletrônica do CONCEA e veiculados pelo e-mail institucional concea.informes@mcti.gov.br

14. II SIMPÓSIO CONCEA – 2015

O II Simpósio CONCEA – 2015 realizou-se em Brasília nos dias 23, 24 e 25 de novembro de 2015. A Secretaria Executiva do CONCEA fez toda a gestão operacional e administrativa, bem como respondeu a 2.200 mensagens por meio do e-mail institucional criado para este fim simpósio.concea@mcti.gov.br

3.4.3 Consultoria Jurídica – CONJUR/MCTI

Prestar consultoria e assessoramento jurídico, orientando os dirigentes do MCTI, suas autarquias e fundações públicas, de forma a dar segurança jurídica aos atos praticados pela administração.

a. tornar viável as ações que envolvem as contratações públicas, proferindo manifestações jurídicas nos processos administrativos relativos a licitações, contratos, convênios, termos de parceria, contratos de gestão e outros instrumentos congêneres, no âmbito do MCTI, orientando quanto aos procedimentos administrativos concernentes à legislação que trata sobre o assunto, assessorando, assim, as unidades no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por eles praticados. Após análise e pronunciamento, os processos são devolvidos às unidades de origem;
b. proferir manifestações jurídicas sobre demandas ou processos que tenham por objeto assuntos relacionados à pesquisa tecnológica e inovação, política de desenvolvimento de informática e automação, incentivos fiscais, circuitos integrados, segurança da informação, Internet, inclusão digital, propriedade intelectual, direito autoral, propriedade industrial; pesquisa científica, política nacional de biossegurança, política espacial, política nuclear e controle da exportação de bens e serviços sensíveis. Após análise e pronunciamento, os processos são devolvidos às unidades de origem;
c. realizar estudos e pesquisas legislativas, jurisprudenciais e doutrinárias relacionadas com a área de ciência e tecnologia; proferir manifestações jurídicas e prestar informações sobre demandas ou processos que tenham por objeto assuntos relacionados à esfera judicial; e
d. analisar e propor medidas legislativas a partir da demanda de uma unidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, elaborando-se minuta de norma jurídica e exposição de motivos que fundamentam a necessidade de sua reedição, bem como parecer jurídico em que é analisada a constitucionalidade, juridicidade, o interesse público e a técnica legislativa do ato proposto. Esses documentos, após assinatura do Ministro de Estado, são inseridos no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais (SIDOF) do Governo Federal, para avaliação pelos Ministérios que também possuam competências relacionadas ao ato em elaboração e, por fim, pela Presidenta da República.

Macroprocessos	**Descrição**	**Produtos e Serviços**	**Principais Clientes**	**Subunidades Responsáveis**
Tecnologia e Inovação	Proferir manifestações jurídicas sobre assuntos relacionados à pesquisa tecnológica e inovação, política de informática e automação, incentivos fiscais, segurança da informação, Internet, inclusão digital, propriedades intelectual e industrial, e direito autoral.	Orientação jurídica (pareceres e notas)	Gabinete do Ministro, órgãos de assistência direta ao Ministro de Estado, órgãos específicos singulares, unidades de pesquisa, unidades descentralizadas, órgãos colegiados e entidades vinculadas, que compõem a estrutura do MCTI; e AGU.	Coordenação de Assuntos de Tecnologia e Inovação

Assuntos Científicos	Proferir manifestações jurídicas sobre assuntos relacionados à pesquisa científica, política nacional de biossegurança, política espacial, política nuclear e controle da exportação de bens e serviços sensíveis.	Orientação jurídica (pareceres e notas)	Gabinete do Ministro, órgãos de assistência direta ao Ministro de Estado, órgãos específicos singulares, unidades de pesquisa, unidades descentralizadas, órgãos colegiados e entidades vinculadas, que compõem a estrutura do MCTI; e AGU.	Coordenação de Assuntos Científicos
Gestão Administrativa	Proferir manifestações sobre assuntos relacionados a questões jurídicas pertinentes à área de ciência e tecnologia, sindicâncias, processos administrativos e processos judiciais.	Orientação jurídica (pareceres e notas)	Gabinete do Ministro, órgãos de assistência direta ao Ministro de Estado, órgãos específicos singulares, unidades de pesquisa, unidades descentralizadas, órgãos colegiados e entidades vinculadas, que compõem a estrutura do MCTI; e AGU.	Coordenação de Gestão Administrativa
Licitações, Contratos e Convênios	Proferir manifestações jurídicas sobre assuntos relacionados a licitações, contratos, convênios, termos de parceria, contratos de gestão e outros instrumentos congêneres; dispensa ou inexigibilidade de licitação; declaração de nulidade de ato administrativo praticado no âmbito de contratações e parcerias do MCTI.	Orientação jurídica (pareceres e notas)	Gabinete do Ministro, órgãos de assistência direta ao Ministro de Estado, órgãos específicos singulares, unidades de pesquisa, unidades descentralizadas, órgãos colegiados e entidades vinculadas, que compõem a estrutura do MCTI; e AGU.	Coordenação de Licitações Contratos e Convênios

3.4.4 Assessoria de Assuntos Internacionais - ASSIN

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Assessoramento em atividades internacionais	Preparar subsídios sobre a cooperação internacional com países e organismos internacionais	Notas Técnicas, Atas e Relatos de reuniões	Ministro e Secretários de Estado	CGCI e CGAE
Coordenação e Acompanhamento de Programas de Cooperação Internacional	Apoiar e acompanhar a execução de programas e projetos de cooperação internacional	Relatórios de Avaliação	Secretarias e Institutos do MCTI, instituições científicas e tecnológicas	CGCI e CGAE
Proposição de Instrumentos de Cooperação Internacional	Participar da elaboração e da negociação de instrumentos de cooperação internacional	Minutas de Acordos, Memorandos de Entendimento, Cartas de Intenção	Embaixadas e órgãos governamentais estrangeiros	CGCI e CGAE
Controle de Bens Sensíveis	Análises de processos de Transferências (Importação e Exportação) de Bens Sensíveis	Anuências ou Denegações no SISCOMEX.	Setor Privado	CGBE

3.4.5 Representação Regional no Nordeste – RENE

A atuação estratégica da ReNE se fundamenta, especialmente, na política voltada para melhorar a distribuição espacial/regional das unidades de pesquisa vinculadas ao MCTI, implementada pelo Governo Federal, que, por sua vez, insere-se na orientação de alavancar o crescimento da Região Nordeste por meio do seu desenvolvimento científico e tecnológico.

Ao desempenhar sua missão, a ReNE planejou, desenvolveu e/ou apoiou, em 2015, uma série de ações que contribuíram para a execução das políticas e programas do Ministério, além de ampliar e concretizar a atuação da Representação na Região Nordeste.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2015	Evento organizado anualmente por uma semana (outubro) com o objetivo de democratizar o acesso ao conhecimento científico e aproximar a população da ciência e da tecnologia, promovendo e estimulando atividades de divulgação científica em todo o País.	Palestras e Exposições	480 adolescentes, entre 12 e 16 anos, da Rede Pública de Ensino da Região Metropolitana do Recife;	Coordenação Geral
Reuniões de Articulação	Reuniões variadas ao longo do exercício com o objetivo de articular ações do MCTI na Região Nordeste.	Reuniões de articulação	Secretários estaduais e municipais de C&T, Senadores da República; Presidentes de Fundação de	Coordenação Geral

			Amparo a Pesquisa e Diretores de Instituto de Pesquisa.	

3.4.6 Representação Regional no Sudeste - RESE

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Assessoramento ao Ministro de Estado	Prestar assistência a todas as atividades do Ministro na Região	Relatórios, Agenda, Reuniões, Cerimonial	Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação	ReSE
Articulação de Projetos e Programas	Promover a articulação de projetos e programas com os diversos setores da comunidade acadêmica, com instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico.	Auxílio à atividade de inovação	Empresas, institutos de pesquisa, universidades, pesquisadores.	ReSE
Identificar e mobilizar novas áreas de atuação que possibilitem a potencialização da ação do Ministério na região	Promover e incentivar a realização de feiras e eventos científicos no âmbito da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia	Feiras, eventos, *workshops*	Públicos em geral, principalmente, jovens e estudantes de escolas públicas.	ReSE

4 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTARIO E OPERACIONAL

4.1 Planejamento Organizacional

4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

4.1.1.1 Secretaria-Executiva – SEXEC/MCTI

A orientação estratégica para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação é dada pela Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015 (ENCTI). Este documento orienta as ações empreendidas pelo MCTI bem como sua interface com outros atores, tanto na dimensão estratégica da Política quanto na dimensão de gestão institucional.

Durante os exercícios de 2014 e 2015, foi dado andamento ao processo de elaboração do planejamento estratégico institucional do MCTI, conforme previsto no Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito nº 40/2013, assinado entre o MCTI e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). O citado Termo teve como objetivo a *realização de oficinas necessárias aos trabalhos de elaboração de diagnóstico, organização e moderação do Planejamento Estratégico Institucional* do MCTI.

A execução do Plano de Trabalho transcorreu durante o exercício de 2014, culminando com a apresentação do Relatório de Cumprimento de Objeto, por parte da ENAP, em 12 de novembro de 2014. Durante o exercício de 2015, no entanto, foram solicitados esclarecimentos adicionais à ENAP acerca do relatório apresentado. As informações prestadas pela ENAP foram submetidas à avaliação técnica da Coordenação-Geral de Recursos Humanos. Até o final do exercício, contudo, não houve a emissão de atesto definitivo quanto ao cumprimento do objeto e aprovação do Relatório apresentado pela ENAP.

Cumpre ressaltar, ademais, que os trabalhos aqui referidos se inserem no contexto da Agenda de Gestão, proposta pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), por meio do Ofício nº 70/ASEGE/GM-MP. Dessa forma, *a contratação realizada por meio do referido Termo de Execução Descentralizada refere-se à Etapa 1 dos trabalhos de Planejamento e Gestão Estratégica , qual seja, "Análise Ambiental e Formulação da Estratégia". Dessa forma, o Relatório Analítico constitui-se no documento resultado da execução dessa 1ª etapa de trabalhos. Neste contexto, as demais fases propostas para conclusão do Planejamento Estratégico do Ministério dependem da finalização desta 1ª Etapa e da continuidade na condução das demais etapas por parte daquele MP* (Memorando nº 72/2015-SEXEC). As próximas etapas propostas são: Etapa 2 – "Tradução da Estratégia", Etapa 3 – "Alinhamento" e Etapa 4 – "Monitoramento da Gestão Estratégica".

Por conseguinte, na ausência de um planejamento estratégico formalmente instituído para o MCTI, a definição de metas e objetivos para atuação tanto do Ministério como um todo, como para suas diversas unidades é feita os termos da Portaria n° 936/2012 (Anexo). De acordo com esse normativo, são estabelecidas as metas que orientarão o funcionamento das unidades no ministério no período. A portaria contempla o estabelecimento de metas globais, aplicáveis à instituição como um todo, assim como metas intermediárias, aplicáveis às diversas unidades da organização.

Conforme o art. 8º da Portaria, as metas globais devem ser elaboradas em consonância com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. As metas globais *serão fixadas anualmente, em ato do Ministro de Estado ou a quem este delegar e devem ser mensuráveis, utilizando-se, como parâmetros, indicadores de desempenho que visem aferir a qualidade dos serviços relacionados a atividades finalísticas do MCTI, levando-se em conta, no momento de sua fixação, os índices alcançados nos exercícios anteriores, quando houver, bem como a observância aos princípios da economidade e da eficiência.* Adicionalmente, as metas globais devem ser *compatíveis com as diretrizes, políticas e metas governamentais*.

Por sua vez, as metas intermediárias *deverão ser elaboradas em consonância com as metas globais, podendo ser segmentadas e definidas a partir dos indicadores de desempenho estabelecidos no Planejamento Estratégico.*

Portanto, de acordo com a sistemática prevista, as metas institucionais globais e intermediárias para o período março/2014 a fevereiro/2015, foram definidas pela Portaria n° 1.384/2014 (Anexo). Já aquelas para o período março/2015 a fevereiro/2016, foram estabelecidas pela Portaria n° 931/2015 (Anexo).

4.1.1.1.1 Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP

A SCUP obedece às regras de planejamento do governo federal e no âmbito do MCTI, segue as orientações da Secretaria-Executiva, como unidade subordinada - Subsecretaria. Tanto as coordenações como o gabinete realizam seu planejamento operacional em concordância com as atribuições do seu regimento interno e das metas das ações e planos orçamentários contidos no Plano Plurianual, que estão sob a sua responsabilidade.

Principais Objetivos Estratégicos planejados para a SCUP em 2015

a) Contratos de Gestão

No exercício de 2015, foram celebrados onze termos aditivos aos seis contratos de gestão vigentes, e por seu intermédio, contratualizado o repasse de R$ 732.967.955,62 às OS. Apenas para o projeto Sirius foram empenhados R$ 240.619.400,00. O projeto de ampliação do LNNano foi contemplado com o empenho de R$ 8.277.178,00.

O ano de 2015 ficou marcado pela consolidação da interveniência do MEC nos contratos de gestão com a RNP, Embrapii e IMPA. Nestes três contratos, aquele Ministério pactuou, em 2015, o aporte de R$ 166.500.000,00. Devido aos grandes investimentos no Sirius e à transposição dos recursos de fomento às OS do FNDCT para o MCTI, o Ministério assumiu o posto de maior fomentador das OS. Ainda participaram e contribuíram no âmbito dos contratos de gestão, por intermédio de descentralização de recursos para ações contempladas nos objetos dos instrumentos, o Ministério da Saúde, o Ministério das Comunicações, a Ancine e a Embrapa – os quatro somados aportando recursos à RNP na ordem de R$ 15.000.000,00.

O CNPEM ultrapassou a RNP como maior recipiente de recursos, novamente, lembramos, em função da pactuação de mais de R$ 240.000.000,00 destinados ao projeto Sirius. No total, os aditivos com a OS sediada em Campinas (SP) pactuaram o recebimento de R$ 331.896.578,00, pouco mais de 45% de todos os recursos públicos pactuados com as Organizações Sociais em 2015, demonstrando o compromisso da pasta com a relevante obra científica em construção no Brasil. Num distante segundo lugar, com R$ 170.034.787,35 pactuados, vem a RNP. A Rede sofreu substancialmente em 2015 devido não só à queda de volumes orçamentários disponíveis, mas também – e principalmente – porque não houve entregas financeiras para a OS com recursos oriundos da LOA/2015 do MCTI.

A Embrapii teve recursos pactuados da ordem de R$ 119 milhões, cifra bastante aquém do que o previsto em contrato para o ano (R$ 290 milhões), entretanto tal quantia é R$ 10 milhões superior ao pactuado no exercício de 2014.

O Impa, com a demostração de efetividade de seu trabalho com a Medalha Fields, conquistada em 2014 por Artur Ávila, além da eficácia na organização da OBMEP, segue em trajetória ascendente de pactuação de recursos. Em 2015 foram recordes R$ 87.284.532,00 pactuados, montante 58% superior ao que havia sido pactuado 4 anos antes, em 2011, porém dentro do previsto para o exercício no contrato de gestão.

O IDSM sofreu uma redução de 25% nos recursos pactuados nos termos aditivos, saindo de um patamar de R$ 21.151.215,90 em 2014 (o que já representava uma queda de quase 19% em 2013, quando pactuou R$ 26.051.215,90) para R$ 16.172.159,27 em 2015. O Instituto foi obrigado a demitir parte de seu quadro de colaboradores, além de ter seu Quadro de Indicadores e Metas comprometido pela escassez de recursos, conforme Relatório de Gestão de 2015 do IDSM[6].

Por fim, o maior afetado pelo contingenciamento foi o CGEE, com uma queda de quase 80% nos valores pactuados. Em 2015 foram R$ 8 milhões em oposição aos R$ 37.950.000,00 de 2014.

No cômpito geral, três OS tiveram aumento na pactuação de recursos (CNPEM, Embrapii e Impa), enquanto três OS experimentaram redução na pactuação de recursos (RNP, IDSM e CGEE). O total dos empenhos, conforme já explicado, superou todo e qualquer ano anterior.

No que toca à Supervisão e ao Acompanhamento das Organizações Sociais, a CGOS/SCUP realizou cinco avaliações anuais de 2014 no primeiro semestre de 2015, além da avaliação anual do CGEE, feita em julho, já no segundo semestre. Todas as OS sob supervisão cumpriram plenamente os contratos e foram avaliadas pelas respectivas Comissões com notas que variaram de 8,7 (IDSM) a 10,0 (IMPA e RNP).

Cinco acompanhamentos semestrais ocorreram durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2015, além da reunião extraordinária para tratar dos indicadores do CGEE (não houve reunião de acompanhamento do CGEE porque o termo aditivo só estava pronto para assinatura ministerial em dezembro de 2015). Já estão pré-agendadas para o primeiro semestre de 2016 – preponderantemente março e abril – as seis avaliações anuais correspondentes ao exercício de 2015. Durante o acompanhamento, foi verificado que todas as OS apresentavam tendência de cumprimento das metas acertadas. Com o suporte técnico e operacional da CGOS/SCUP, ao todo 42 especialistas se reuniram em onze reuniões de acompanhamento e avaliação ao longo do exercício, além da reunião extraordinária para a definição de indicadores para o CGEE.

Todos os itens de fiscalização previstos nos contratos foram observados durante o período. Destaca-se o início do funcionamento do Sistema Monitor da Controladoria-Geral da União (CGU), que permite maior dinamismo no diálogo com o Controle Interno.

No exercício de 2015, em especial a partir de maio, houve o incremento na interlocução com a equipe de auditoria da CGU, sendo demonstrada a diretriz atual da gestão do MCTI no sentido de primar pela transparência e verificação da efetividade e eficiência dos atos e fatos praticados no âmbito dos contratos de gestão firmados pelo MCTI. Nesse contexto, ganha destaque a publicação da Portaria MCTI nº 1.123, de 11.12.2015, que além de demonstrar a preocupação do MCTI em relação ao recurso público que adentra às organizações sociais, via contrato de gestão, contribuiu para o atendimento de recomendações da CGU. Portanto, obtivemos o atendimento de diversas, e antigas, recomendações, sendo consignado no Sistema Monitor da CGU que em abril de 2015 a SCUP apresentava vinte e uma recomendações pendentes e em janeiro de 2016 restavam apenas oito.

A relação mais próxima com o TCU em 2014 e 2015 obrigou a CGOS/SCUP a mapear todos os Acórdãos que de uma forma ou outra tinham se referido aos contratos de gestão sob alçada do MCTI. Esse esforço culminou na produção de Notas Técnicas que foram finalizadas no exercício de 2015, e que ajudam a traçar o panorama para a supervisão de contratos de gestão e a propor soluções.

---

[6] Disponível em http://www.mamiraua.org.br/pt-br/downloads/relatorios-de-gestao/. À página 63 da Parte I do Relatório, encontramos: "...dos 17 indicadores adotados em 2015, 11 deles foram plenamente alcançados a despeito de todas as dificuldades relatadas. Os 6 indicadores alcançados apenas parcialmente refletiram a falta de recursos financeiros oriundos do contrato de gestão. O desempenho institucional foi profundamente afetado em 2015, e o IDSM continua exposto a grande risco de insolvência, redução aprofundada do quadro de pessoal e mesmo de encerramento definitivo de suas atividades."

Foram atendidas sete determinações do TCU. Oito estão pendentes de atendimento, mas apenas para que as providências tomadas para o atendimento às determinações sejam mantidas e aperfeiçoadas, quando for o caso. Uma das determinações envolve a reincorporação ao contrato de gestão do CGEE de diversos valores, de forma fracionada. A maioria desses valores foi reincorporada, mas um deles se encontra ainda em estágio recursal no TCU. Assim, a mesma determinação apareceu tanto como atendida quanto como pendente.

b) Termos de Compromisso e Gestão (TCG)

No exercício de 2015, foram recebidos os relatórios semestrais e anuais do TCG 2014. Estes foram devidamente analisados, com emissão de parecer técnico. Os relatórios anuais dos TCG pactuados em 2015, para o exercício de 2015, serão recebidos no primeiro semestre de 2016.

c) Recuperação da infraestrutura física e laboratorial das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais

Em 2015 foi planejada a realização de levantamento das demandas das Unidades de Pesquisa referentes à manutenção e modernização da infraestrutura física das UPs e seleção dos projetos prioritários que pudessem ser atendidos com os recursos da Ação do PPA 2027000A, na ordem de 14 unidades. A partir dessa seleção os recursos foram repassados as unidades por meio de Termo de Execução Descentralizada, cuja execução e prestação de contas estão sendo acompanhadas pela SCUP.

d) Fortalecimento das atividades de Inovação das Unidades de Pesquisa do MCTI

O fortalecimento foi resultante da descentralização de recursos para depósito/manutenção de ativos de Propriedade Intelectual junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e Escritórios no Exterior, serviços de consultoria para orientação técnica sobre redação de patentes, serviços de assessoria para defesa de ação de contestação de PI nos Escritórios de Patentes, cumprimento de exigências e de prazos e serviços de mapeamento e prospecção tecnológica. Estes recursos foram da ordem de R$ 219.000,00.

Foram descentralizados recursos para as seguintes unidades: CTI, INPA, MPEG, INPE, INT, LNCC e ON. Foram ainda descentralizados recursos aos Arranjos de Núcleos de Inovação Tecnológica do Rio de Janeiro (NIT-Rio), da Amazônia Ocidental (AMOCI) e da Amazônia Oriental (Rede Namor). O somatório destes recursos foi da ordem de R$ 300.000,00.

OBJETIVO: 0401 - Fortalecer as instituições científicas e tecnológicas da Amazônia para desconcentrar a produção científica e tecnológica do país.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A despeito do quadro de retração orçamentária e financeira, houve fortalecimento institucional nas instituições cientificas amazônicas, especialmente nas unidades de pesquisa do MCTI. As metas pactuadas foram cumpridas à exceção do Centro de Biotecnologia da Amazônia, que não teve cumprimento a contento em função de problemas de ordem orçamentária.

Houve fortalecimento da infraestrutura das unidades de pesquisa, com a construção de novos prédios, aquisição de novos equipamentos e inauguração de novos laboratórios. Um exemplo é a criação do Centro de Pesquisa em Quelônios da Amazônia (Cequa). A rede de comunicações para pesquisa, apoiada em fibra ótica e coordenada pela RNP, foi expandida para lugares remotos, como a fronteira

do Acre com a Bolívia e Peru. A produção científica por pesquisador aumentou, bem como o número de depósitos de ativos de PI.

Quanto ao desenvolvimento tecnológico, houve consolidação institucional dos Arranjos de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) da Amazônia (AMOCI e Rede Namor). Atualmente, o primeiro agrega 26 NIT, espalhados por todos os estados da Amazônia Ocidental e o segundo, 12 NIT em estados da Amazônia Oriental. Ambos foram institucionalizados em 2014, por ocasião das portarias n° 251/2014 e Portaria N° 1128/2014 (revogada pela Portaria n° 22/2015).

Metas 2012-2015

· Aumentar de 113 para 200 o número de bolsas especializadas em inovação em curso no Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)

Análise Situacional da Meta

Em 2015, no período de janeiro a junho, o CBA permaneceu com 47 bolsistas especializados vinculados a Fundação Amazônica de Defesa da Biosfera (FDB), por meio do Termo de Convênio nº 001/2014 firmado ente FDB e SUFRAMA.

A partir de junho em consequência do Termo de Execução Descentralizada TED nº 010/2015, firmado entre o INMETRO, SUFRAMA e o MDIC –, os bolsistas continuaram desenvolvendo suas atividades no CBA, por meio da Portaria INMETRO nº 301, de 22 de junho de 2015, que aprovou a concessão de bolsas, em caráter excepcional, pelo prazo máximo três meses.

Já em setembro, em cumprimento ao cronograma de execução do plano de trabalho do TED, foi realizado o processo seletivo com a finalidade de recrutar bolsistas para a execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento do CBA. Foram selecionados, por meio do programa PRONAMETRO, 33 bolsistas especializados, em conformidade com Portaria INMETRO nº 435 de 9 de setembro de 2015, publicada no D.O.U nº 173, de 10/09/2015.

Meta quantificável? Sim

Quantidade alcançada: 33 Bolsas especializadas

Data de Referência: 31/12/2015

Aumentar para 4% a contribuição da Região Amazônica para o número de publicações brasileiras no Essential Science Indicators, Thomson Reuters

Análise Situacional da Meta

De acordo com informações do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), que já considera os dados de 2015, durante o período de 2012 e 2015, houve aumento de 17%.

Meta quantificável? Sim

Quantidade alcançada: 17 %

Data de Referência: 31/12/2015

Concluir a ampliação e modernização da infraestrutura do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) para estudo da biodiversidade, inovação tecnológica e sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às mudanças globais

Análise Situacional da Meta

Em 2015 foram concluídas obras e reformas que possibilitaram a ampliação da infraestrutura, entre elas a construção do Laboratório de Mamíferos Aquáticos, Laboratório de Manejo Florestal, Laboratório de Insetos Aquáticos, do prédio da Incubadora de Empresas, do prédio da Estação Experimental de Fruticultura Tropical, além de reforma do Laboratório de Evolução Molecular. Também foram adquiridos equipamentos para pesquisa científica. Ao todo, foram investidos cerca de R$ 28 milhões em equipamentos e R$ 13 milhões em obras.

Meta quantificável? Não

OBJETIVO: 0403 - Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

No período 2012-2015, houve avanços no que diz respeito à produção científica e tecnológica e modernização da infraestrutura científica nas unidades de pesquisa do MCTI.

O índice de publicações em periódicos científicos indexados aumentou em cerca de 10%. Já o depósito de ativos de propriedade intelectual (patentes de invenção, modelos de utilidade, certificado de adição, marcas, desenho industrial, software, etc) alcançou a média de 61 ativos por ano em todas as unidades. Ressalta-se que este número era de dois ativos por ano em 2002. Este resultado se deve muito à consolidação dos arranjos de núcleos de inovação tecnológica nas unidades de pesquisa do MCTI.

A Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação (Embrapii) consolidou suas atividades com a integração das três unidades piloto (IPT – Tecnologias de Materiais de Alto Desempenho; SENAI CIMATEC – Manufatura Integrada e INT– Tecnologia Química Industrial); com o lançamento de chamadas públicas para seleção e credenciamento de unidades Embrapii, diversificando seu escopo de competências; e com o credenciamento de polos formados por unidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Houve significativo avanço no Programa de Capacitação Institucional (PCI), o programa de bolsas das unidades de pesquisa do MCTI. O orçamento aumentou em 30%, tendo sido acrescidos tanto o número de bolsas quanto o valor de cada bolsa.

Houve também avanço nas ações de cooperação internacional, com a formalização da participação brasileira (e das unidades do MCTI) no projeto Large Synoptic Survey Telescope (LSST), um dos maiores telescópios do planeta, que terá a maior câmera digital do mundo. Outro importante marco foi a inauguração da Torre Alta da Amazônia, no INPA, uma torre com cerca de 350 metros de altura que possibilitará a realização de pesquisas de fronteira em climatologia e mudanças climáticas globais.

Quanto à infraestrutura, foram criados 19 laboratórios multiusuários; a rede da RNP foi expandida para 350 novos pontos; e as obras do Projetos Sirius foram iniciadas (a nova fonte de luz sincrotron brasileira, com investimentos da ordem de 1,3 bilhões de reais).

Em termos de realizações, destaca-se o recebimento da maior honraria oferecida a um matemático, a medalha Fields, ao pesquisador Artur Ávila, do Instituto de Matemática Pura Aplicada.

Com relação às novas unidades de pesquisa criadas em 2014 - o Centro de Tecnologias Estratégicas da Região Nordeste (CETENE), o Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal (INPP), o Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA) e o Instituto Nacional de Águas (INA): O CETENE já se encontra em pleno funcionamento. O INMA, que constituía anteriormente um museu ligado ao Ministério da Cultura, está em franco processo de transição para a estrutura do MCTI. O INPP teve seu edifício finalizado no campus da UFMT em Cuiabá (atualmente o edifício está ocupado por redes

de pesquisa da universidade) e encontra-se sob gestão do Museu Goeldi. A implantação do INA, por sua vez, ainda se encontra em processo de planejamento.

Metas 2012-2015

Ampliar o Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos nas Unidades de Pesquisa do MCTI (PcTD) de 0,83 para 0,95

Análise Situacional da Meta

PCATD - O preenchimento definitivo deste campo depende de informações advindas dos relatórios anuais dos Termos de Compromisso de Gestão (TCG) das Unidades de Pesquisa. Apresenta-se aqui os resultados entregues até o fim do primeiro semestre de 2015, o que já supera a meta pactuada para este ciclo de gestão. A entrega dos relatórios referentes ao segundo semestre de 2015 está prevista para março de 2016.

Meta quantificável? Sim

Quantidade alcançada: 1,74 Índices de Processos e Técnicas

Data de Referência: 31/12/2015

Ampliar para 117 o número anual de depósitos de patentes, registros de software ou outros títulos de Propriedade Intelectual das criações desenvolvidas nas Unidades de Pesquisa do MCTI

Análise Situacional da Meta

Em função do calendário de entrega dos relatórios anuais do TCG, cuja previsão de entrega do relatório final é março de 2016, ainda não temos os valores referentes a 2015. De toda forma, é possível adiantar que a meta não foi atingida, muito em função dos cortes orçamentários, que foram subsequentes desde 2012. Os valores, que temos até o momento, revisados, em função de indeferimentos feitos a posteriore pelo INPI são 58, 69 e 68, respectivamente para 2012, 2013 e 2014. De toda forma, comparando este ciclo de gestão com o anterior, e mais ainda, com uma série histórica iniciada em 2002, os avanços foram muito significativos. Saltou-se de uma média anual de dois depósitos por ano (em todas as unidades de pesquisa do MCTI) em 2002 para 58,3, considerando os três primeiros anos deste ciclo de gestão. Frisa-se também que a maior parte das unidades tem forte vocação para a pesquisa científica e não para o desenvolvimento tecnológico. Atualmente, mesmo unidades como o Observatório Nacional e o Laboratório Nacional de Astrofísica, historicamente dedicados à produção científica tradicional, geram ativos de PI.

Meta quantificável? Sim

Quantidade alcançada: 68 Depósitos de patentes, registros de software ou outros títulos

Data de Referência: 31/12/2014

Aumentar o Índice Geral de Publicações (IGPUB) nas Unidades de Pesquisa do MCTI de 1,85 para 2,20

Análise Situacional da Meta

O preenchimento definitivo deste campo depende de informações advindas dos relatórios anuais dos Termos de Compromisso de Gestão (TCG) das Unidades de Pesquisa. Apresenta-se aqui os resultados

entregues até o término do primeiro semestre de 2015. A entrega dos relatórios referentes ao segundo semestre de 2015 está prevista para março de 2016. Ressalta-se que com relação ao ano anterior, houve ligeira diminuição de valores. Ocorre que as unidades apresentam tendência a priorizar a publicação em periódicos indexados, monitorados pelo MCTI por outro indicador, denominado IPUB. Portando, a tendência é aumentar o valor do IPUB e diminuir o valor do IGPUB.

Meta quantificável? Sim

Quantidade alcançada: 2,06 Índice Geral de Publicações (IGPUB)

Data de Referência: 31/12/2015

Conectar 41 campi em municípios médios a 1 Gbps e 681 campi em municípios pequenos a 100 Mbps

Análise Situacional da Meta

Em 2014, atingiu-se o total de 288 novos campi pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). O Programa Veredas Novas, de interiorização da rede Ipê, alcançou 60% da meta de conectar todos os campi do interior a 100 Mb/s ou 1 Gb/s, com ampliação significativa da base de fornecedores. Foi implantada solução de infraestrutura para as conexões internacionais para os EUA em parceria com a Ansp, com uma saída de 40 Gb/s, 20 Gb/s pelo Atlântico e 20 Gb/s pelo Pacífico, a partir de São Paulo e também de Fortaleza. Foi finalizada a implantação da rede metropolitana do Rio de Janeiro, a maior rede metropolitana acadêmica da América Latina tanto em extensão quanto em capacidade. Ocorreu também a implantação do serviço de conferência web com a plataforma aberta Mconf, desenvolvimento do appliance fone@RNP (trazendo redução de custos de implantação) e expansão do eduroam para além das fronteiras dos campi das universidades. Foi realizado o lançamento do serviço FileSender@RNP, que viabiliza, de maneira simples, o envio de arquivos grandes entre usuários da rede por meio de uma interface web. A Rede Universitária de Telemedicina (Rute) atingiu a marca de 108 núcleos implantados e 67 grupos de interesse especial.

Já em 2015, chegou-se ao número de 350 campi conectados, sendo nas IFES 88 campi a 1 Gbps e 58 campi a 100 Mbps. Já nos IF, foram conectados 93 campi a 1 Gbps e 111 campi a 100 Mbps.

Meta quantificável? Sim

Quantidade alcançada: 350 Campi

Data de Referência 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde.	Data
Região Centro-Oeste	71	unidade	34	16/02/2016
Região Nordeste	216	unidade	119	16/02/2016
Região Norte	111	unidade	44	16/02/2016
Região Sudeste	186	unidade	90	16/02/2016
Região Sul	138	unidade	63	16/02/2016

Criar 5 laboratórios multiusuários no país

Análise Situacional da Meta

A meta foi atingida. Embora não tenha se verificado a criação de nenhum laboratório no exercício de 2015, durante o período 2012-2015 foram criados 19 laboratórios multiusuários. Entre eles:

Laboratório de Pesquisas Gemológicas (LAPEGE), Núcleo Regional de Cachoeiro do Itapemirim (voltado para pesquisa e desenvolvimento em rochas ornamentais) do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM); Centro de Estudos de Quelônios da Amazônia (Cequa) no INPA, Laboratório de Materiais Nanoestruturados (LMN) no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM). Além destes, também no CNPEM foram abertas novas instalações aos usuários externos.

Meta quantificável? Sim

Quantidade alcançada: 19 Laboratórios multiusuários

Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde.	Data
Região Sudeste	5	unidade	5	31/12/2015

Iniciativas

017O - Construção de uma Fonte de Luz Síncrotron de 3ª geração

Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

A implantação da fonte Sirius nova Fonte Brasileira de Luz Síncrotron — um equipamento de 4ª geração no estado da arte – está com andamento dentro do previsto. Ao final de 2014, as obras de terraplanagem e drenagem preliminar no terreno que abrigará o edifício do Sirius estavam concluídas. A empresa que realizará as obras civis já foi contratada. Foram resolvidas, junto ao Governo do Estado de São Paulo, as questões legais relacionadas à posse do terreno. Foi criada uma filial do CNPEM para facilitar a gestão do projeto. Em dezembro de 2014, foi inaugurada a pedra fundamental da obra.

Em 2015 deu-se início à obra civil da nova Fonte Brasileira de Luz Síncrotron. Além da construção destas edificações que abrigarão a máquina, o Projeto engloba outros dois componentes, a fonte de luz (aceleradores e o anel de armazenamento) e as estações experimentais (linhas de luz).

Com as iniciativas de detalhamento dos projetos de engenharia, desenvolvimento de novas soluções tecnológicas, contratação e fabricação de vários componentes foi possível cumprir compromissos importantes, fechando o ano com uma execução física de 12% do total do Projeto.

Este foi um ótimo resultado, considerando a liberação de apenas 20% dos recursos contratados no ano. Esse resultado só foi possível com a postergação de pagamentos e com a utilização dos restos a pagar referentes a 2014. Contudo, a estratégia foi esgotada e não poderá ser estendida para o ano de 2016. A manutenção do cronograma de execução dependerá do aporte dos recursos previstos no PPA 2016-2019 para o Projeto Sirius, que passará a integrar o PAC no ano de 2016.

04C3 - Interiorização da Nova Rede Nacional de Pequisa

Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

Destaques de 2015

- Conexão em alta velocidade (100 Mb/s e 1 Gb/s) de 980 campi de Universidades e Institutos Federais no interior: 902 contratos, envolvendo mais de 60 empresas de telecomunicações (custeio de cerca de R$ 140 milhões/ano)

- Lançamento, junto com o Exército / Ministério da Defesa, da fase piloto do Projeto Amazônia Conectada, para conectar o trecho Coari – Tefé por cabo óptico subfluvial.

- Comemoração dos 10 anos da iniciativa Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa (Redecomep), contabilizando 39 redes ópticas implantadas e em operação.

- Melhoria e expansão das estruturas física e organizacional dos Pontos de Presença da RNP nos estados.

- Início de operação do serviço de aprovisionamento dinâmico de circuitos de comunicação destinados a transferência de grandes volumes de dados observada especialmente em aplicações de e-Ciência.

- Incubação da gestão dos projetos de P&D aprovados na Terceira Chamada Coordenada Brasil – Europa em TIC, assegurando recursos para o próximo triênio para modelagem e construção de plataforma para experimentação e inovação voltada para o desenvolvimento da Internet do Futuro.

- Ao comemorar 10 anos de sua atuação, totalizando mais de 18 mil profissionais capacitados em TIC, a Escola Superior de Redes da RNP deu início ao seu processo de internacionalização com a transferência da experiência e conteúdo para uso pela Rede Nacional Acadêmica de Tecnologia Avançada (Renata) da Colômbia, além da realização da primeira turma para especialistas da MoRENet, rede acadêmica de Moçambique.

- Inauguração de mais dez unidades de telemedicina no âmbito da Comunidade Rede Universitária de Telemedicina (Rute) e desenvolvimento de planta piloto da Rede de Serviços de Colaboração Audiovisual em Ultra Alta Definição 4k.

- Avanços no programa destinado à ampliação e maior disponibilidade da plataforma de sustentação do Portal Periódicos CAPES.

- Celebração dos acordos para destinação de capacidade expansível de transmissão em novos cabos submarinos para África, Estados Unidos e Europa, e também para ampliação da integração fronteiriça com o Paraguai.

- Celebração de acordo de cooperação com o Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti) para investimentos em ações de interiorização da rede acadêmica nos estados visando conectar os campi de instituições de ensino e pesquisa.

- Celebração de acordo de cooperação com a Telebrás, cobrindo ações conjuntas para ampliação das infraestruturas ópticas de longa distância, para operação e manutenção de redes metropolitanas, e para o desenvolvimento tecnológico em temas de interesse, como Infraestrutura Definidas por Software, Redes de Distribuição de Conteúdo, etc.

04HF - Expansão das Instalações Física e Laboratorial do LNNano pelo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM - OS

Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

Foram abertas cinco novas instalações aos usuários externos: uma linha de luz, a IR (Espectroscopia de Infravermelho); um equipamento de simulação termomecânica (XTMS) que opera acoplado a linha XRD1 (Difração de Raios X); o Laboratório de Desenvolvimento de Processos (LDP); o

Laboratório de Materiais Nanoestruturados (LMN); e a Planta Piloto de Desenvolvimento de Processos (PPDP), incluída no Portal de Usuários a partir de janeiro de 2014. Em 2015, foi dada continuidade à expansão e atualização das instalações do LNNano. Em 2015, foram adquiridos os seguintes equipamentos: (i) um microscópio JEM-1400 Plus para treinamento de usuários e análise inicial de projetos; (ii) um equipamento de Sistema de Corrosão, para corrosão de substrato de materiais, incluindo semicondutores e óxidos; e (iii) um equipamento de Sistema ALD, utilizado para deposição de camadas nanoestruturadas a partir de precursores organometálicos. Ao final de 2015 também foi adquirido um microscópio eletrônico de dupla correção para medidas avançadas de microscopia eletrônica de transmissão.

Como a liberação financeira dos recursos contratados em 2015 foi de apenas 12% do previsto no respectivo contrato de gestão, a execução da meta física foi viabilizada por meio de restos a pagar de termos aditivos anteriores. Em termos acumulados, a execução física da Ação 14XT representou 6% do total do projeto ao final de 2015. A meta será alcançada com a instalação e plena operação dos equipamentos recém-adquiridos, o que dependerá do repasse integral de recursos do termo aditivo de 2015 por meio de Restos a Pagar no exercício de 2016.

4.1.1.1.2 Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais - ASCOF

Em cumprimento às suas atribuições na gestão do FNDCT, a ASCOF elaborou o seguinte Plano de Trabalho para 2015:

- realizar 02 (duas) Reuniões ordinárias do Conselho Diretor do FNDCT;
- realizar 34 (trinta e quatro) Reuniões dos Comitês Gestores;
- realizar 01 (um) Seminário dos Fundos Setoriais;
- realizar 20 (vinte) Visitas Técnicas (de planejamento, acompanhamento e avaliação);
- contratação de empresas e profissionais para execução de serviços de elaboração, produção e divulgação de material sobre os Fundos Setoriais; e
- contratação de Serviços para realização de eventos dos Fundos Setoriais, por meio do contrato vigente entre o MCTI, por meio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos – CGRL/MCTI, e a empresa de eventos que estiver atuando no exercício.

A LOA de 2015 do FNDCT, aprovada no valor de R$ 3,693 bilhões, sofreu alterações (créditos e remanejamentos) tendo valor atualizado de R$ 3,010 bilhões. Posteriormente, com o esforço de ajuste fiscal realizado pelo governo central, foi estabelecido um limite de empenho de R$ 1,596 bilhão. Diante deste quadro fiscal recessivo, o Conselho Diretor do FNDCT, no esforço de honrar os compromissos previamente assumidos pela Finep e CNPq, assumiu as seguintes diretivas para o ano:

- foco nas ações transversais prioritárias já aprovadas no ano pelo CCE;
- restrição do lançamento de novas ações verticais para o período; e
- atendimento das ações ainda incluídas no orçamento do FNDCT, como o Programa Ciência sem Fronteiras e Organizações Sociais, com ajustes orçamentários.

Adicionalmente, foi realizado no ano o esforço de reavaliação da presente carteira de Projetos do FNDCT, de forma a verificar comprometimentos orçamentários destinados à frustração, como por exemplo projetos plurianuais selecionados anteriormente e que não estariam cumprindo as condições necessárias para o recebimento de aporte de recursos.

Os ajustes orçamentários promovidos no ano e a revisão da carteira de projetos do Fundo viabilizaram o lançamento de 07 (sete) termos de referência, sendo 04 encomendas e 03 chamadas públicas para 2015.

Cabe ressaltar que, em virtude de remanejamentos de limites orçamentários internos as diferentes unidades do MCTI, ao fim do exercício de 2015 foi concretizado um empenho de R$ 1,803 bilhão no FNDCT (UO 24901).

Ainda que o orçamento do FNDCT não esteja diretamente sob execução da Unidade ASCOF, já que a Secretaria Executiva do Fundo é a Finep, o quadro recessivo impacta diretamente as atividades desta Assessoria. Isto porque diminuídos os recursos direcionados efetivamente à atividade dos Fundos, toda a estrutura de governança é limitada em seu poder deliberativo, o que reduz o número de reuniões das instâncias colegiadas, a elaboração de novos termos de referência para chamadas públicas, cartas-convite e encomendas de projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico.

Neste âmbito, a ASCOF atuou para as seguintes atividades no exercício de 2015:

1. elaboração do Plano de Investimento Anual dos Fundos Setoriais, a partir das deliberações dos Comitês Gestores e do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais;

2. adequação do Plano de Investimento dos Fundos Setoriais com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação/ENCTI;

3. detalhamento das Ações Verticais, a partir das deliberações dos Comitês Gestores, garantindo a aderência ao escopo de cada Fundo Setorial, conforme lei de criação específica;

4. monitoramento da execução orçamentária e financeira dos fundos setoriais conforme sistemática de acompanhamento da execução orçamentária e financeira definida junto às agências Finep e CNPq. Esse procedimento se mostrou altamente eficaz para o cumprimento do objetivo principal de aplicar todo o orçamento disponível no âmbito dos Fundos Setoriais, possibilitando identificar problemas, distorções e inadequações e encaminhar correções e soluções em tempo hábil;

5. acompanhamento da programação e distribuição regional das ações dos Fundos Setoriais, em observância às normas legais que preveem a aplicação de 30% dos recursos para as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste e, no caso do Fundo do Petróleo e Gás Natural, 40% para o Norte e Nordeste;

6. apoio técnico, operacional e administrativo aos Colegiados do FNDCT, entre as quais, organização das reuniões, definição de pauta, elaboração de documentos, relatórios e planilhas e implementação das decisões tomadas;

7. em 2015 foram realizadas as seguintes reuniões: 01 (uma) Reunião do Conselho Diretor do FNDCT; 03 (três) Reuniões do Comitê de Coordenação Executiva do FNDCT – CCE; nenhuma Reunião do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais – CCF; e 5 (cinco) Reuniões de Comitês Gestores; e

8. Celebração de Termo de Cooperação 0114/15 com a Finep para disponibilização de recursos a UG desta Unidade para custeio das despesas operacionais da Assessoria e dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais, no âmbito do MCTI.

4.1.1.2 Gabinete do Ministro

As unidades do Gabinete do Ministro elaboram individualmente os seus planos de atividades, conforme apontado a seguir:

Assessoria Parlamentar – ASPAR

A Assessoria Parlamentar tem como objetivo estratégico aprimorar sua interlocução com o Congresso Nacional de modo a melhor acompanhar as posições do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação sejam consideradas nos debates legislativos

Coordenação-Geral de Administração - CGAD

A. Descrição sintética dos planos estratégico, tático e operacional que orientam a atuação da unidade:

Receber, processar e distribuir 100% das demandas advindas do Gabinete do Ministro e de outras Unidades da Federação

B Demonstração da vinculação do plano da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas e com o PPA:

A Coordenação-Geral de Administração é Unidade vinculada diretamente ao Gabinete do Ministro e depende das demandas advindas deste e de outros órgãos do Ministério ou advindos de outros proponentes, integrantes da Administração Pública ou particulares, para a consecução de seus fins.

C. Principais objetivos estratégicos da unidade para o exercício de 2015 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos:

Dar resposta a 100% das demandas por atividade de apoio ao Gabinete do Ministro;

Receber e tratar 100% dos documentos endereçados ao Gabinete do Ministro;

Acompanhar 100% dos processos de afastamento do país, bem como submeter a apreciação do Ministro e posterior Publicação no DOU.

Receber e providenciar 100% dos pedidos de emissão de passaportes e cartas de encaminhamento às embaixadas para obtenção de vistos, dos servidores da sede e unidades de pesquisa.

Registrar e lançar 100% das demandas do Ministro de Estado com a Presidência da República no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal – SIDOF.

Agradecer, parabenizar e manifestar condolências, em nome do Ministro de Estado, via telegrama.

Expedir 100% dos expedientes assinados pelo Ministro de Estado e pelo Chefe de Gabinete.

Publicar 100% dos atos oficiais do Ministro de Estado.

Redigir e revisar 100% dos documentos oficiais assinados pelo Ministro de Estado e pelo Chefe de Gabinete.

Providenciar, via sistema SCDP, 100% das solicitações de diárias e passagens do Ministro de Estado e do Chefe de Gabinete.

Solicitar 100% dos materiais de expediente do Gabinete do Ministro e distribuir nas suas unidades.

Manter 100% organizados os arquivos do Gabinete do Ministro.

Transferir ao Arquivo Central, via GED, 100% da documentação intermediária e permanente passível de transferência, bem como 100% da documentação passível de eliminação.

Controlar e fiscalizar o serviço de copeiragem do Gabinete do Ministro.

Fiscalizar o serviço de TV por assinatura do Gabinete do Ministro e demais unidades do Ministério.

Coordenação-Geral da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio

As metas definidas no plano que orientam a atuação da unidade são condizentes com as competências da Coordenação-Geral da CTNBio, descritas acima, seja de:

i. prestar apoio técnico e administrativo aos membros da CTNBio, pois as reuniões e visitas técnicas são viabilizadas por meio da estrutura organizacional da Coordenação-Geral;
ii. receber, instruir e fazer tramitar os pleitos submetidos à deliberação da CTNBio; encaminhar as deliberações da CTNBio aos órgãos governamentais responsáveis pela sua implementação e providenciar a devida publicidade; e
iii. atualizar o SIB, essa competência é atendida ainda de forma não estruturada, pois apesar de o SIB ainda não existir, as informações da CTNBio são publicadas em seu site. Quanto à construção do SIB (Sistema de Informações em Biossegurança), ela é de competência da CGTI, assim como as demais construções de novos softwares do MCTI.

Principais objetivos estratégicos da unidade para o exercício de 2015 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos.

Para o ano de 2015, foram estabelecidas como Metas Institucionais, correspondentes ao ciclo de avaliação de 1º de março de 2015 a 29 de fevereiro de 2016, para a Coordenação-Geral da CTNBio as metas de 1 a 4:

1. organizar e realizar 10 reuniões ordinárias da CTNBio, 10 reuniões das Subcomissões Setoriais Humana e Animal e 10 reuniões das Subcomissão Setorial Vegetal e Ambiental;
2. realizar 20 visitas técnicas anuais às instituições com Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB);
3. emitir 50 (trezentos e cinquenta) pareceres técnicos; e
4. revisar 1 (uma) norma.

As atividades desenvolvidas por esta Coordenação são de caráter contínuo e no período do PPA de 2012-2015 foram executadas sem interrupção, alcançando todos os objetivos estipulados para o período.

Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia - CMCH

No plano estratégico, as atribuições da CMCH são coordenar, acompanhar e contribuir para a organização do Sistema Nacional de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia em âmbito nacional.

Neste contexto, a CMCH reúne todos os setores que realizam atividades nas áreas de meteorologia e climatologia, com destaque para os órgãos públicos nas diferentes esferas de governo, para discutir propostas e programas que visem o desenvolvimento e aprimoramento destes setores, procurando harmonizar os esforços individuais de cada ator, evitando sobreposição de atividades e a maximização dos resultados.

No plano tático, realizam-se levantamentos de necessidades para o desenvolvimento da meteorologia e climatologia nacional, propondo políticas e programas a serem discutidas nas reuniões plenárias da Comissão.

O plano operacional consiste na proposição de pautas, agendamento e realização de reuniões, elaboração de Atas, publicação de produtos e acompanhamento da implantação das manifestações da Comissão.

Conselho Nacional de Controle da Experimentação Animal – CONCEA

1. PLANEJAMENTO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DA UNIDADE E RESULTADOS

As atividades da Secretaria Executiva do CONCEA são de apoio técnico-administrativo às deliberações do Colegiado.

Para tanto, as atividades foram organizadas na forma de Macroprocessos de Apoio, em que os servidores responsáveis acompanham o desenvolvimento das atividades desde sua concepção (início) até a sua finalização (resultado prático alcançado). Dentre essas, podemos listar:

a) Programação das reuniões: reserva de espaço físico, elaboração das Pautas, organização de pastas e prints, emissão de passagens e diárias para os membros do CONCEA participarem das reuniões;

b) Organização das agendas de visitas técnicas e da vistoria, e emissão de passagens e diárias para os membros e servidores;

c) Publicação no D.O.U. dos atos do Conselho, a saber:

72 Extratos de Pareceres do CONCEA;

09 Editais – consultas públicas;

08 Resoluções Normativas;

03 Orientações Técnicas;

10 Portarias MCTI: indicação e recondução de membros do CONCEA;

d) 122 Análise e emissão de Notas Técnicas dos processos de solicitação de credenciamento, pós-credenciamento, dentre outros assuntos inerentes ao Conselho;

e) Emissão e expedição de 72 Comprovantes de Registro de Credenciamento, encaminhados por meio de Ofício da Secretaria Executiva do CONCEA;

f) Publicação no site do CONCEA: a página do CONCEA sempre demanda da equipe técnica da Secretaria Executiva do CONCEA atualização constante, cujos atos do CONCEA são dados publicidade:

04 pautas tentativas;

04 Sínteses das deliberações;

08 Resoluções Normativas;

03 Orientações Técnicas;

Comunicados, avisos e notas, Extratos de Credenciamento, Pareceres da Consultoria Jurídica do MCTI, Editais de Consulta Pública, dentre outros;

g) Atendimento a pedidos de acesso à informação por intermédio do Sistema de Acesso a Informação do Cidadão (SIC): 08 respostas a pedidos de informação;

h) 15 respostas a Ministérios Públicos Federais, Procuradorias Estaduais, Ouvidoria, Conselhos de Classe Profissionais do País;

i) 1.430, aproximadamente, atendimentos às solicitações requeridas por meio do fale-conosco do CONCEA (e-mail institucional concea@mcti.gov.br para atendimento à comunidade civil e científica);

j) Elaboração, registro, arquivo e expedição:

245 Ofícios SE-CONCEA

192 Ofícios CONCEA
10 Ofícios-Circulares CONCEA
369 Memorandos
122 Notas Técnicas
94 Pareceres do Coordenador do CONCEA
31 Pareceres dos Conselheiros do CONCEA (relatores).

k) Registro e acompanhamento de 60 Cartas Consultas (dúvidas da sociedade ao CONCEA);
l) Registro e acompanhamento de 25 processos de apuração de infração administrativa;
m) Acompanhamento e controle das demandas enviadas aos Membros para relatoria;
n) Acompanhamento e Controle de frequência dos Conselheiros nas reuniões;
o) Acompanhamento e Controle do mandato dos Conselheiros;
p) Atendimento às demandas outras advindas para o Conselho e do Conselho;
q) Registro e acompanhamento das solicitações de diligências formuladas às instituições que solicitaram credenciamento;
r) Acompanhamento, identificação e levantamento no CIUCA das instituições que solicitaram credenciamento, durante todo o ano de 2015;
s) Publicações de avisos, comunicados, notas e outros no site do CONCEA;
t) Atualização da relação das instituições credenciadas pelo CONCEA e publicação no site.

A fim de operacionalizar todas as atividades acima descritas, a Secretaria Executiva do CONCEA contava no ano de 2015 com apenas 6 (seis) servidores, dentre eles, a Secretária-Executiva do CONCEA, a Secretária-Executiva substituta, dois tecnologistas e dois assistentes. Além dos servidores, a Secretaria dispunha de uma equipe de secretariado, composta por uma secretária-executiva, uma secretária-técnica, e um estagiário.

Deve-se mencionar que às ações acima citadas (em curso) se dá pelo esforço, empenho, apoio e colaboração do Gabinete do Ministro – Presidente do CONCEA, bem como da Secretaria Executiva do MCTI.

3. PLANEJAMENTO PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Para o ano de 2016, foram estabelecidas como metas Institucionais para o CONCEA e sua Secretaria Executiva:

a) Organizar e realizar as 4 reuniões ordinárias e das 5 câmaras permanentes do CONCEA, com 3 (três) dias consecutivos de duração;
b) Remodelagem do novo Sistema CIUCA para entrar em funcionamento no segundo semestre de 2016;
c) Continuar na elaboração e deliberar os Capítulos que comporão o "Guia Brasileiro de Produção, Manutenção ou Utilização de Animais em Atividades de Ensino ou Pesquisa Científica";
d) Iniciar os processos de Licenciamento das instituições credenciadas no CONCEA;
e) Emitir as Licenças, conforme Portaria MCTI nº 1332, de 3 de dezembro de 2014;
f) Atuar para que a fiscalização das instituições se institucionalize por meio da publicação de uma Portaria Interministerial;

g) Ampliação do efetivo técnico de servidores da Secretaria Executiva do CONCEA, de 6 para, no mínimo, 8 de nível superior e 4 de nível médio;
h) Mudança para novo espaço físico da Secretaria Executiva do CONCEA, no intuito de receber servidores para atuar no CONCEA.

4. DIFICULDADES

Diante de todo o exposto neste Relatório, percebe-se a extrema necessidade de ampliação e fortalecimento da Secretaria Executiva do CONCEA. Deve-se, ainda, ressaltar:

a) O número de processos a serem analisados é muito superior ao número de servidores que compõem a Secretaria Executiva do CONCEA, sendo visível a necessidade de agregar mais servidores à equipe existente;
b) O volume de entrada de novos processos é contínuo e crescente, à medida que se intensificarão com as novas solicitações de credenciamento e as de licenciamento para o ano de 2016 (3000 instalações animais no CIUCA), tornando assim, extremamente vital a ampliação da força de trabalho da Secretaria Executiva do CONCEA;
c) Demanda crescente de processos de infração administrativa no CONCEA, bem como as atividades decorrentes da fiscalização, que aguardam regulamentação e implementação (Portaria Interministerial), o que impactará ainda mais a equipe atualmente constituída;

Enquanto a nova plataforma do Sistema CIUCA não se encontrar disponibilizada com todas as ferramentas em pleno funcionamento, todo o processo de credenciamento e licenciamento continuará sendo realizado de forma não informatizada, o que compromete o resgate de pronto atendimento das informações e a transparência em tempo real do sistema de controle do CONCEA.

4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Conforme relatado no item 4.1.1.1, ainda se encontram em fase de execução os trabalhos de elaboração do planejamento estratégico institucional do MCTI. Por conseguinte, o planejamento das atividades das unidades do Ministério segue a sistemática prevista na Portaria nº 936/2012.

Foi celebrado Termo de Execução Descentralizada com a ENAP com o objetivo de *realização de oficinas necessárias aos trabalhos de elaboração de diagnóstico, organização e moderação do Planejamento Estratégico Institucional* do MCTI. O Relatório de Cumprimento de Objeto foi entregue pela ENAP em novembro de 2014. No entanto, durante o decorrer do exercício de 2015, verificou-se a necessidade de demandar esclarecimentos adicionais à ENAP acerca do Relatório. A matéria foi encaminhada à Coordenação-Geral de Recursos Humanos do MCTI. Até o final do exercício de 2015 não haviam sido concluídas as análises para atesto definitivo quanto ao cumprimento do objeto.

4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Conforme já relatado nos itens 4.1.1.1 e 4.1.2, uma vez que ainda não foram concluídos os trabalhos de elaboração do planejamento estratégico do MCTI, as metas globais e intermediárias da instituição seguem a sistemática estabelecida na Portaria nº 936/2012. Conforme o art. 8º da Portaria, as metas globais, devem ser elaboradas em consonância com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Adicionalmente, as metas globais devem ser *compatíveis*

com as diretrizes, políticas e metas governamentais. Por sua vez, as metas intermediárias *deverão ser elaboradas em consonância com as metas globais, podendo ser segmentadas e definidas a partir dos indicadores de desempenho estabelecidos no Planejamento Estratégico.*

Portanto, de acordo com a sistemática prevista, as metas institucionais globais e intermediárias para o período março/2014 a fevereiro/2015, foram definidas pela Portaria n° 1.384/2014 (Anexo). Já aquelas para o período março/2015 a fevereiro/2016, foram estabelecidas pela Portaria n° 931/2015 (Anexo).

4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

4.2.1 Secretaria-Executiva – SEXEC/MCTI

Conforme disposto no art. 8º da Portaria 936/2012, as metas globais *serão fixadas anualmente, em ato do Ministro de Estado ou a quem este delegar e devem ser mensuráveis, utilizando-se, como parâmetros, indicadores de desempenho que visem aferir a qualidade dos serviços relacionados a atividades finalísticas do MCTI, levando-se em conta, no momento de sua fixação, os índices alcançados nos exercícios anteriores, quando houver, bem como a observância aos princípios da economidade e da eficiência.* Já as metas intermediárias *deverão ser elaboradas em consonância com as metas globais, podendo ser segmentadas e definidas a partir dos indicadores de desempenho estabelecidos no Planejamento Estratégico.*

O art. 10 da citada Portaria estabelece que o resultado, para cada uma das metas globais e intermediárias, *será aferido mediante a apuração da razão entre as metas atingidas e as metas previstas para o ciclo*. Esses resultados são posteriormente consolidados e publicados. Os resultados para o período de março/2014 a fevereiro/2015 foram publicados por meio da Portaria nº 302/2015 (Anexo).

4.2.1.1 Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP

As formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos foram apresentadas no tópico "Item II Apresentação" deste Relatório, em acréscimo aqui informamos que a SCUP utiliza os seguintes indicadores de desempenho operacional:

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Realizar o levantamento das demandas dos projetos de P&D,I, definir prioridades em função dos recursos alocados no PO, realizar a descentralização orçamentária/financeiras às UPs selecionadas e acompanhar a execução das metas estabelecidas, referente ao desenvolvimento de novas linhas de pesquisa nas Unidades de Pesquisa do MCTI	31	31	31	Ano	Quantidade de projeto demandado/quantidade de projetos apoiados
Realizar o levantamento das demandas de Gestão Integrada dos Acervos de Informação Científica e Tecnológica das	2.705	2.705	2.705	Ano	Título apoiado/Título previsto

Unidades de Pesquisa do MCTI, definir prioridades em função dos recursos alocados no PO, realizar a descentralização orçamentária/financeiras a CAPES e às UPs selecionadas e acompanhar a execução das metas estabelecidas					
Apoiar, planejar, organizar e participar de eventos demandados pelo MCTI e relacionados as atividades dos seus Institutos de Pesquisa	7	7	7	Ano	Evento apoiado/ eventos demandados
Atestar 100% da conformidade de registro de gestão no SIAFI e acompanhar 100% da execução orçamentária e financeira das ações e planos orçamentários sob responsabilidade da SCUP e Institutos de Pesquisa do MCTI	100%	100%	100%	Quinzenal e mensal	Execução e conformidade acompanhada/ Execução e conformidade prevista
Planejar e acompanhar a fase qualitativa e lançar 100% dos dados no SIOP da fase quantitativa do PPA e PLOA das ações e planos orçamentários sob responsabilidade da SCUP e Institutos de Pesquisa do MCTI	100%	100%	100%	Ano	Qtde dados lançados no SIOP/ Qtde dados previstos para lançamento no SIOP
Levantar mensalmente as necessidades financeiras dos Institutos de Pesquisa sob responsabilidade da SCUP e acompanhar o cronograma de desembolso	12	12	12	Mensal	Levantamento Realizado/Levantamento Previsto
Elaborar 40 Pareceres Técnicos para os Termos de Execução Descentralizada - TED	40	40	40	Ano	Pareceres elaborados/Pareceres previstos
Levantar e acompanhar 100% dos créditos suplementares da SCUP e Institutos de Pesquisa do MCTI	100%	100%	100%	Ano	Créditos suplementares acompanhado/créditos suplementares disponibilizados
Promover a execução orçamentária e financeira da Unidade Gestora Executora nº 240113 - Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	100%	100%	100%	Ano	Execução Orçamentária e Financeira realizada/ Execução Orçamentária e Financeira prevista
Realizar o levantamento de demandas de comunicação dos Institutos de Pesquisa do MCTI	48	48	48	Semestral	Levantamento Realizado/Levantamento Previsto
Publicar/divulgar boletins para divulgação das ações dos Institutos de Pesquisa do MCTI	6	6	6	Ano	Boletins publicados/Boletim previstos
Disponibilizar, por meio dos Institutos de Pesquisa do MCTI, publicações de interesse público no âmbito da Ciência, Tecnologia e Inovação	24	24	24	Ano	Publicações em C&T,I realizados/publicações em C&T,I previstas
Elaborar relatórios estatísticos de Recursos Humanos dos Institutos de Pesquisa do MCTI	2	2	2	Ano	Relatórios Elaborados/Relatórios Previstos
Elaborar relatórios estatísticos referente a indicadores pactuados pelos Termos de Compromisso de Gestão - TCGs das Unidades de Pesquisa do MCTI	8	8	8	Ano	Planilhas e Relatórios Elaborados e acompanhados/planilhas e relatórios previstos

Elaborar relatórios estatísticos referente a execução orçamentária e financeira das ações e planos orçamentários sob responsabilidade da SCUP e Institutos de Pesquisa do MCTI	6	6	6	Ano	Relatórios Estatísticos elaborados/relatórios estatísticos previstos
Receber, promover o registro, o tratamento e acompanhamento de 100% dos documentos endereçados à SCUP	100%	100%	100%	Diário	Documentos registrados e acompanhados/documentos recebidos
Implantar os indicadores pactuados nos Termos de Compromisso de Gestão - TCG e visitas técnicas de reforço no treinamento do SIGTEC em 11 Unidades de Pesquisa do MCTI (LNCC, CETENE, INSA, MAST, ON, LNA, INPA, CETEM, CTI, INT e MPEG) e no IAE (Instituição de Pesquisa)	100%	100%	100%	Ano	Indicadores implantados/indicadores previstos (12)
Desenvolvimento de um Sistema de Informações Gerenciais para ser utilizado a partir da SCUP, que agregue informações de cada Unidade de Pesquisa a partir das bases de dados do SIGTEC	1	1	1	Ano	Sistema desenvolvido/sistema previsto
Pactuar, acompanhar e avaliar a execução dos Termos de Compromisso de Gestão (TCG) das 13 (treze) Unidades de Pesquisa (CBPF, CTI, CETEM, INT, IBICT, INPA, INSA, INPE, LNCC, LNA, MAST,MPEG e ON)	100%	100%	100%	Ano	Execuções pactuadas, acompanhadas e avaliadas/execuções previstas (13)
Realizar o levantamento das demandas referentes a expansão, modernização e manutenção das instalações físicas (prediais e laboratoriais), bem como dos equipamentos das Unidades de Pesquisa, definir prioridades em função dos recursos alocados no PO, realizar a descentralização orçamentária/financeiras às UPs selecionadas e acompanhar a execução das metas estabelecidas	100%	100%	100%	Ano	Levantamento realizado/levantamento previsto
Acompanhar anualmente a concessão de 700 bolsas do Programa de Capacitação Institucional, distribuídas em 20 projetos institucionais a saber: CNPEM, CBPF, CETEM, CETENE, CNEN, CTI, GEOMA, IBICT, IDSM, IMPA, INMA, INPA, INPE, INSA, INT, LNA, LNCC, MAST, MPEG e ON)	100%	100%	100%	Ano	Concessões acompanhadas/concessões previstas (700)
Acompanhar e analisar o processo das contribuições a organismos e/ou entidades nacionais (ABC, SBPC e ABPTI)	100%	100%	100%	Ano	Processos acompanhados e analisados/processos previstos
Celebração de pelo menos um Termo Aditivo por Contrato de Gestão	6	6	6	Ano	Nº de Termo Aditivos celebrados/nº de termos aditivos previstos (6)
Realizar a avaliação anual e o acompanhamento semestral dos Contratos de Gestão	12	12	12	Ano	Nº de avaliações realizadas/nº avaliações previstas (12)

Iniciar a avaliação do ciclo plurianual com vistas à renovação dos Contratos de Gestão das 5 Organizações Sociais (CGEE, CNPEM, IDSM, IMPA e RNP)	5	5	5	Ano	Nº de avaliações iniciadas/nº de avaliações previstas (5)
Colocar em execução 100% as recomendações das Comissões de Avaliação (CA) dos Contratos de Gestão, ou ter as justificativas para a impossibilidade de cumprimento definido pela mesma CA	100%	100%	100%	Ano	Recomendações atendidas + justificadas/total de recomendações
Dar resposta a 100% das solicitações de informação via SIC que disserem respeito aos contratos de gestão	100%	100%	100%	Ano	Solicitações atendidas no prazo/total de solicitações

Fonte: CGRH/MCTI - Metas Institucionais SCUP (Portaria GAB/MCTI nº 1.384, de 19.12.2014)

4.2.1.2 Assessoria de Captação de Recursos – ASCAP

A chefia da ASCAP monitorou a execução por meio do acompanhamento e da edição de notas informativas e notas técnicas, por meio das quais foram encaminhadas respostas às solicitações da Secretaria Executiva, bem como o relatório compilado com respostas aos dirigentes de áreas finalísticas do MCTI.

No início do ano de 2015, em decorrência de mudanças na Secretaria-Executiva, a prioridade passou a ser a de atender demandas relacionadas aos entraves institucionais e legais ao financiamento da CT&I. No âmbito da captação nacional, as ações previstas foram conduzidas normalmente, pois os mecanismos já instituídos fariam parte das fontes de recursos para atender ao projeto em desenvolvimento, os quais seriam complementados por recursos provenientes de novas iniciativas. No âmbito da captação internacional, como no ano anterior, priorizou-se a negociação para recomposição do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

Nos últimos anos, o financiamento das ações de CT&I passou por uma série de desafios, dentre os quais merecem destaque as alterações no marco regulatório do setor de petróleo e gás, com a decorrente transferência dos recursos provenientes dos *royalties* do CT-Petro para o Fundo Social, e a absorção do Programa Ciência sem Fronteiras no orçamento do FNDCT. Essas mudanças tiveram um impacto profundo no orçamento do FNDCT e geraram um cenário de escassez de recursos para o financiamento das ações de CT&I. Há ainda diversas propostas de alteração de marcos legais de inovação (Lei de Inovação, Lei do Bem, Sistema Nacional de CT&I etc.) e políticas públicas em curso (regulação do financiamento privado a CT&I e de uso do poder de compra do Estado, por exemplo) que podem alterar a estrutura de financiamento a CT&I no País. Esse cenário exige do Ministério uma postura proativa no sentido de buscar formas de recomposição e ampliação de recursos para o desenvolvimento do setor no País. Sem fontes robustas e estáveis de financiamento, a tarefa de implementar programas e projetos estratégicos de CT&I, como o PNPC, será bastante dificultada.

Ressalte-se ainda a constante articulação com a Assessoria Parlamentar no acompanhamento das propostas de alteração legislativa de interesse do Ministério, tendo a ASCAP atuado no sentido de fornecer os subsídios técnicos (Notas Técnicas e Notas Informativas) para a defesa dos interesses do MCTI, bem como participando dos fóruns em que tais questões foram abordadas.

Apesar da conjuntura desfavorável, a área de captação internacional conseguiu resultados positivos no que tange à negociação da carteira do GEF para o Brasil no período 2014-2018. Buscou-se também estabelecer canais de comunicação com as áreas finalísticas do MCTI para auxiliá-las no processo de

captação de recursos internacionais, além de elaborar uma proposta de planejamento com previsão de crescimento de mobilização de recursos internacionais para os próximos anos.

Nos tópicos a seguir, serão descritas as principais pautas da agenda da ASCAP no ano de 2015, incluindo um resumo das ações e dos documentos emitidos pela Assessoria.

1. Das atividades da ASCAP no âmbito da Captação Nacional

Ao longo do ano de 2015, a ASCAP participou de diversas iniciativas e discussões de relevância para o Ministério e para as entidades públicas e privadas do setor, como propostas de estruturação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, PL 2177 de 2011 e PLc 77 que propõe alterações em marcos legais da inovação, uso do poder de compra do Estado e regulação do setor privado, alterações na legislação que trata dos fundos setoriais, além de medidas administrativas para otimizar a arrecadação de recursos do FNDCT.

1.1. FNDCT – Fundos Setoriais

1.1.1. Ações com vistas à manutenção/incremento de arrecadação FNDCT

a) CIDE Tecnológica (CT FVA, CT-Saúde, CT-Biotec, CT-Agro e CT-Aero)

A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE Tecnológica), prevista no artigo 149 da Constituição Federal de 1988, foi instituída pela Lei nº 10.168, de 2000. Conforme disposto nessa Lei, a base de incidência da CIDE são as remessas ao exterior para pagamento de importação de serviços tecnológicos, e os recursos arrecadados são destinados ao FNDCT. Após a perda dos recursos advindos de *Royalties* do petróleo, que foram destinados ao Fundo Social, a CIDE Tecnológica tornou-se a principal fonte arrecadatória do FNDCT, chegando em 2014 a responder por aproximadamente 60% do total da arrecadação. Em 2014, a ASCAP elaborou Notas Técnicas com análises detalhadas dos principais desafios a serem enfrentados para a manutenção da fonte de receita da CIDE Tecnológica.

Atualmente, a arrecadação da CIDE é acompanhada pela ASCAP por meio do SIAFI, que apresenta os recursos destinados ao FNDCT, mas que pode não corresponder propriamente à arrecadação da CIDE Tecnológica. Até 2013, a análise da arrecadação da CIDE Tecnológica era feita também por meio de consulta aos códigos de contrato de câmbio referentes a pagamentos de importações de serviços tecnológicos, fornecidos pelo BACEN. Após alterações na forma de agregação/desagregação dos códigos, a base de dados do BACEN passou a não ser confiável para aferir os recursos a serem destinados ao FNDCT.

Nesse sentido, a ASCAP manteve em 2015 o entendimento de que há duas possíveis alternativas para o monitoramento da arrecadação da CIDE Tecnológica: os dados do SISCOSERV com base na *Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS)*, que registra todas as importações e exportações efetivas de serviços, e a base de dados dos *Documentos de Arrecadação de Receitas Federais (DARFs),* da Receita Federal do Brasil (RFB).

Outra questão a ser enfrentada corresponde a propostas de desoneração tributária que afetariam a arrecadação da CIDE Tecnológica. A RFB demandou informações sobre a execução dos recursos da CIDE Tecnológica em ações do MCTI, pois a Confederação Nacional da Indústria (CNI) pleiteia

junto à RFB que sejam excluídos da base de cálculo da CIDE Tecnológica os serviços de assistência técnica, o que representa cerca de 60% da base de incidência da tributação da CIDE Tecnológica.

Ademais, a ASCAP obteve informações junto ao BACEN sobre recursos brasileiros deixados no exterior por exportadores brasileiros, conforme a Lei nº 11.371, de 2006, e que podem ser utilizados para pagamentos de importações. Entre 2007 e 2012, esses valores foram de, em média, U$ 25,92 bilhões ao ano. A ASCAP tentou averiguar junto à Receita Federal como estão sendo tributados os pagamentos das importações de serviços tecnológicos realizadas com esses recursos no exterior, mas não obteve qualquer informação. Logo, levantou-se a hipótese de estar havendo evasão ou elisão tributária nas importações de serviços tecnológicos realizadas com esses recursos.

Por fim, em diálogos informais entre o Governo brasileiro e a União Europeia, foram levantados questionamentos sobre a violação de disposições constantes nos acordos TRIPS (Acordo sobre Aspectos do Direito de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio) e GATS (Acordo Geral sobre Comércio de Serviços) da OMC, em virtude do descumprimento do princípio do **tratamento nacional**. O MCTI tem buscado articular com a Receita Federal e com o MRE a defesa da CIDE Tecnológica de modo a evitar o estabelecimento de um contencioso na OMC.

Ações em 2015:

- Obtenção de informações junto ao BACEN sobre recursos deixados no exterior por exportadores brasileiros;
- Acompanhamento dos questionamentos sobre a legalidade da cobrança da CIDE Tecnológica por parceiros comerciais do Brasil.
- Manteve-se Articulação com a Receita Federal para resposta à solicitação encaminhada por meio do Ofício n° 469/2014/SEXEC-MCTI e reiterada em comunicações subsequentes;
- Contatos com MDIC, IBGE e outros órgão que participam da organização da NBS para o desenvolvimento de ações que possibilitem o monitoramento da arrecadação da CIDE Tecnológica;
- Questionamentos informais e formais sobre a observância da legislação multilateral de comércio em virtude da cobrança da CIDE Tecnológica e manter a articulação com outros órgãos do Governo com vistas a preparar a defesa da legalidade dessa contribuição.

Documentos elaborados:

- Nota Técnica n° 003/2015/ASCAP/SEXEC/MCTI;
- Nota Informativa 007/2015/ ASCAP/SEXEC/MCTI.

b) CT-Mineral

O PL nº 5.807, de 2013, proposto pelo governo e apensado ao PL nº 37, de 2011, estabelece o novo marco regulatório para o setor mineral brasileiro, em substituição ao Decreto-Lei nº 227, de 1967. A proposta objetiva incentivar a produção nacional, o desenvolvimento da indústria mineral, a concorrência e a participação do setor privado na atividade de mineração e o fomento à pesquisa, à inovação e à agregação de valor na cadeia mineral.

No que tange especificamente ao estímulo à pesquisa científica e tecnológica e à inovação, as propostas elevariam a arrecadação da Contribuição Financeira sobre Exploração Mineral (CFEM), bem como a destinação de parcela dessa contribuição ao FNDCT. A base de cálculo seria ampliada de faturamento líquido para faturamento bruto (deduzidos os tributos efetivamente pagos incidentes

sobre a sua comercialização) das empresas atuantes no segmento de exploração mineral. Ademais, a alteração das alíquotas também deve ter um efeito positivo sobre a arrecadação, tendo em vista que, no caso do principal minério produzido no país (minério de ferro, correspondente a aproximadamente 80% da arrecadação da CFEM), a alíquota proposta corresponde ao dobro da alíquota vigente. Em suma, conclui-se que: i) a proposta do Executivo (PL nº 5.807/2013) traria ganho estimado de arrecadação maior (380%) do que o ganho decorrente (100%) da proposta do Legislativo (PL nº 37/2011); ii) caso a proposta do Legislativo tenha precedência, recomenda-se a destinação dos recursos vinculados diretamente ao CETEM para o FNDCT.

Ações de destaque em 2015:

- Avaliação das propostas, discussão com a SETEC e o CETEM, e acompanhamento das tramitações e discussões sobre o tema no Congresso.
- Acompanhamento das propostas legislativas e das discussões dentro do Governo com vistas a proporcionar os resultados mais favoráveis para a arrecadação do FNDCT;
- Elaboração da estratégia para desvincular receitas da CFEM ao CETEM (proposta incluída no PL 37/2011), aumentando a destinação para o FNDCT.

c) CT-Espacial

c.1) Pleito ANATEL junto à SOF

Em 06/12/2011, por meio do Ofício nº 128/SEAFI/SOF/MP, a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF/MP) solicitou ao MCTI manifestar-se a respeito da Nota Técnica da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) nº 03/2011-ADPFP, que questiona o repasse de parte dos recursos destinados ao FNDCT/CT-ESPACIAL.

Devido à especificidade técnica do tema, ao longo do ano de 2014, esta Assessoria articulou discussões junto a outras unidades do MCTI e efetuou análises referentes ao tema, dando continuidade ao trabalho iniciado desde 2011.

Segundo parecer emitido pela Consutoria Jurídica do MCTI (Parecer nº 0052/2014/ACF/CONJUR/CGU/AGU), conclui-se que além dos valores elencados nos termos da Lei nº 9.994, de 2000, devem ser destinados ao CT-Espacial/FNDCT: I) Todas as receitas decorrentes de satélite não geoestacionários; II) As taxas TFI e TFF incidentes sobre todos os tipos de estações (Estação de Acesso, Estação de Controle de Satélite, Estação Espacial e Estação Terrena), de redes de satélites geoestacionários e não geoestacionários; III) Preço público pelo Direito de Uso de Radiofrequência – PPDUR; e IV) Toda e qualquer das receitas elencadas no art. 2º da Lei nº 5.070/1966 e no art. 48 da Lei nº 9.472/1997 que seja proveniente da utilização de posições orbitais.

Após diversas análises emitidas pela ASCAP, CONJUR/MCTI e AEB, a Secretaria Executiva encaminhou resposta à SOF referente ao tema, por meio do Ofício nº 572/2014-SEXEC, de 5/11/2014, informando sua posição contrária ao pleito da ANATEL e favorável à manutenção de todas as receitas objeto de questionamento, previstas no inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 2000.

Ação em 2015:

- Acompanhamento junto à SOF/MP da decisão a respeito do assunto e garantir que as fontes de receitas destinadas ao CT-ESPACIAL sejam mantidas ou ampliadas.

c.2) Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Espacial (PADIE)

O PL nº 7.526/2010 dispõe sobre incentivos à indústria espacial, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Espacial (PADIE), altera a Lei nº 10.168, de 2000, e estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no setor espacial.

Os benefícios concedidos no âmbito do programa às pessoas jurídicas que produzam bens ou prestem serviços relativos a atividades espaciais incluem redução e/ou suspenção de alíquotas de tributos como o IPI, PIS/PASEP, COFINS e IR. Além das desonerações tributárias, incentivos às empresas seriam concedidos por meio de compras governamentais, financiamento direto e estímulo à pesquisa e desenvolvimento.

O texto foi aprovado com alterações pelas comissões de Relações Exteriores, Defesa Nacional e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. No entanto, o relator da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados votou pela inadequação orçamentária e financeira do projeto, dada a ausência de informações sobre montante de renúncia tributária, medidas de compensação e prazos de vigência, em desconformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), não cabendo análise de mérito.

Ressalte-se que o o PL 221/2011, que trata da mesma matéria, ainda aguardava distribuição, em 23/12/2014, para relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

Em sua análise, a ASCAP salientou que o PL propunha alteração na Lei nº 10.168, de 2000. A proposta previa a redistribuição de receitas do FNDCT/CIDE-Tecnológica ao incluir o art. 6º-A na Lei, que, em resumo, estabelece que 15% da arrecadação da CIDE-Tecnológica seriam destinados temporariamente ao CT-Espacial, por um período mínimo de oito anos. Considerou-se que a retirada de 15% da arrecadação total da CIDE-Tecnológica afetaria significativamente as ações de fundos setoriais de alta relevância para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no Brasil (CT-Aeronáutico, CT-Agronegócio, CT-Biotecnologia, CT-Saúde, CT-Verde-Amarelo/Universidade-Empresa e o Programa de Inovação para Competitividade), além das ações de subvenção econômica. Essa disposição foi suprimida no texto aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, mas ainda consta no texto do projeto de lei que tramita no Senado Federal.

Ações de 2015:

- Acompanhamento das propostas legislativas e das discussões dentro do Governo com vistas a proporcionar os resultados mais favoráveis para a o desenvolvimento do setor, mas sem alteração da destinação da CIDE Tecnológica.

d) CT-Transportes

O PLS nº 293/2012, conhecido como Lei das Antenas, estabelece normas gerais de política urbana e de proteção à saúde e ao meio ambiente associadas à implantação e ao compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera determinadas disposições. A proposta foi aprovada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal. O relator rejeitou o substitutivo da Câmara dos Deputados à proposta, mas acatou dispositivos que, a seu ver, aperfeiçoavam a redação anterior.

No seu Artº 12, o PLS prevê: *"dispensa da exigência de contraprestação em razão do direito de passagem em vias públicas, em faixas de domínio e em outros bens públicos de uso comum do povo, ainda que esses bens ou instalações sejam explorados por meio de concessão ou outra forma de delegação, excetuadas aquelas cujos contratos decorram de licitações anteriores à data de promulgação desta Lei*".

Para a devida análise da matéria, a ASCAP buscou articulação com o DNIT. O entendimento comum entre os dois órgão foi de que o art. 12 resulta na não aplicação da cobrança, executada pelo DNIT, pelo uso das Faixas de Domínio de Rodovias Federais em perímetros urbanos por empresas de telecomunicações. Como a fonte de recursos do CT Transportes corresponde a 10% das receitas do DNIT decorrentes da utilização de infraestrutura de telecomunicações (faixas de domínio), corre-se o risco de esgotamento da arrecadação do CT-Transportes.

Ressalte-se que a ASCAP promoveu, em anos anteriores, estudo contendo análise sobre o setor de transportes, o que resultou em sugestões que possibilitariam incremento de recursos destinados ao Fundo. Isso poderia basear propostas de recomposição das receitas do CT-Transportes em caso de eventual perda.

Documentos elaborados:

- Nota Técnica 007/2015/ASCAP/SEXEC/MCTI.

O PLS nº 293/2012 foi aprovado na forma da Lei 13.116 de 2015.

Ações em 2015:

- Acompanhamento da tramitação e aprovação do PLS nº 293/2012;
- Avaliação da conveniência de buscar a alteração no texto que aguarda aprovação no plenário do Senado ou sugerir o veto presidencial quando da sanção; e
- Articulação de contatos com os órgãos do Governo da área de Transportes (Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL, o Ministério dos Transportes – MT, Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT) no sentido de propor a adoção de medidas visando aumento de recursos a serem destinados ao Fundo, conforme o estudo "Análise da Adequação dos Instrumentos de Financiamento a CT&I no Setor de Transportes", de 2011:
    - utilização de recursos do DPVAT (Recursos destinados ao DENATRAN ou Fundo Nacional de Saúde);
    - utilização de percentuais da CIDE-Combustíveis;
    - ampliação de recursos oriundos dos contratos de Uso das Faixas de Domínios de Rodovias e inclusão do mesmo mecanismo para as Ferrovias Federais; e
    - proposta para uso dos Recursos de Desenvolvimento Tecnológico (RDT) (Acordo de Cooperação Técnica MCT-ANTT ou Transferência para o CT-TRANSPORTE).

e) CT-Petro

O Fundo Social foi instituído pela Lei nº 12.351/2010. A Lei nº 12.734/2012 – que versa sobre a distribuição entre os entes da Federação dos *royalties* e da participação especial decorrentes da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos e aprimora o marco regulatório do regime de partilha da exploração desses recursos – alterou o art. 49º da Lei nº 9.478/1997, destinando ao Fundo Social os recursos previstos alínea "d" do inciso I e na alínea "f" do inciso II do referido artigo, que anteriormente eram destinados ao MCTI para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico do setor (CT-Petro). Com base em dados fornecidos pela ANP, projetou-se uma perda de recursos para o CT-Petro para um período de vinte anos (2012-22) de cerca de R$ 36,74 bilhões.

Em face da celeuma jurídica gerada pela redefinição da distribuição dos recursos dos *royalties* do petróleo, a Ministra do STF Cármen Lúcia deferiu medida cautelar em 18/03/2013 em favor do pleito apresentado pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro por meio da Ação Direta de

Inconstitucionalidade nº 4.971. A medida cautelar suspende os efeitos dos arts. 42-B; 42-C; 48, II; 49, II; 49-A; 49-B; 49-C; parágrafo 2º do artigo 50; 50-A; 50-B; 50-C; 50-D; e 50-E da Lei Federal 9.478/97, com as alterações promovidas pela Lei 12.734/2012, até o julgamento final da ADI nº 4.917.

Conforme indicado no Parecer nº 0361/2014/ACF/CONJUR-MCT/CGU/AGU, emitido a pedido da ASCAP, que traz um histórico completo sobre as alterações que afetaram os recursos destinados ao CT-Petro, o deferimento da medida cautelar em sede de controle concentrado de constitucionalidade possui efeito *erga omnes*, e, portanto, suspende os efeitos da alteração trazida pela Lei nº 12.734/2012 sobre a alínea "f" do inciso II do art. 49. Dessa forma, os recursos dos *royalties* decorrentes da lavra em plataforma continental continuariam a ser destinados ao MCTI até o julgamento final da ação. Quanto aos recursos provenientes da lavra em terra (alínea "d" do inciso I do art. 49), por não terem sido objeto da medida cautelar, não estariam mais destinados ao MCTI em lei, dependendo de regulamentação.

Com base no Parecer da CONJUR/MCTI, questionou-se a possibilidade de os recursos arrecadados em 2014 no âmbito do CT-Petro serem utilizados. Dessa forma, foi elaborada a Nota Técnica nº 9/2014-CGOF/SPOA/MCTI. Como não havia previsão orçamentária além dos recursos de fonte 100 (Recursos Ordinários do Tesouro, cuja dotação é de R$ 142,6 milhões) constantes na LOA 2014 para o CT-Petro, seria necessário solicitar créditos suplementares. No entanto, a CGOF alertou sobre a necessidade de avaliar a conveniência dessa solicitação, tendo em vista que ocasionaria a realocação de dotações do Fundo Social para o CT-Petro, o que iria de encontro à decisão do Poder Executivo de direcionar os recursos originários dos *royalties* do petróleo para o orçamento do MEC.

A despeito da questão jurídica supracitada, uma possibilidade para a recomposição de recursos do CT-Petro seria mediante destinação de recursos do Fundo Social. Conforme disposto no art. 47 da Lei nº 12.351/2010, dentre as áreas a serem financiadas com recursos do fundo, consta a ciência e tecnologia (inciso V), sendo necessária a regulamentação desse dispositivo.

Ações e encaminhamentos em 2015:

- acompanhamento da arrecadação do Fundo CT-Petro;
- acompanhamento das alterações legislativas e de decisões judiciais;
- articulação com outras áreas do MCTI para buscar viabilizar a utilização dos recursos arrecadados;
- acompanhamento da situação da ADI nº 4.917 no STF;
- proposição de ações com vistas a repor as fontes de recursos para o CT-Petro; e
- elaboração da Nota Técnica n.º 15/ASCAP/SEXEC/MCTI;

1.2. Recursos dos Regimes Especiais de Tributação

1.2.1. Inovar-Auto

Com intuito de ampliar os fundos setoriais, a ASCAP atuou na elaboração da Lei nº 12.715, de 2012, que instituiu, dentre outros, o *Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO*, cuja finalidade é apoiar o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a segurança, a proteção ao meio ambiente, a eficiência energética e a qualidade dos automóveis, caminhões, ônibus e autopeças.

O referido Programa foi regulamentado pelo Decreto nº 7.819, de 2012, estabelecendo que as empresas habilitadas poderão apurar crédito presumido do IPI desde que invistam um percentual (estipulado na legislação) em determinadas atividades, dentre as quais foram previstas obrigações de investimento em PD&I.

A ASCAP participou da análise de proposta de alteração do Decreto n° 7.819, de 2012, concretizada por meio do Decreto nº 8.294, de 2014. A Minuta de Decreto foi elaborada, discutida e pré-aprovada em grupo de trabalho conjunto com os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério da Fazenda (MF), ainda em 2013.

Previamente à publicação do Decreto nº 8.294, de 2014, o texto da minuta foi objeto de análise pela ASCAP no que se referia às alterações relativas às atividades de PD&I, engenharia, tecnologia industrial básica e capacitação de fornecedores, bem como à destinação de recursos ao FNDCT. A conclusão foi de que:

i) A minuta trazia uma melhor especificação sobre os itens passíveis de serem considerados como atividades de PD&I e engenharia, TIB e capacitação de fornecedores, para fins de benefício no programa;

ii) A minuta trazia também a possibilidade de aplicação de recursos no FNDCT para as empresas que tenham seus projetos no âmbito do Inovar-Auto glosados. Esse mecanismo é eficaz para as empresas, que continuam gozando dos benefícios do programa, ao mesmo tempo em que não prejudica os investimentos em P,D&I no país, já que os recursos captados pelo FNDCT poderão ser utilizados em projetos que estejam alinhados aos objetivos do MCTI.

Próximo ao término do ano, a ANFAVEA apresentou questionamento à Secretaria Executiva do MCTI sobre a possibilidade de aplicação dos recursos decorrentes da obrigação de P&D estabelecida no âmbito do Programa Inovar-Auto no Programa Ciência Sem Fronteiras, inclusive por meio do FNDCT.

Ações de 2015:

- avaliação da necessidade e conveniência de sugerir alterações no Decreto nº 7.819, de 2012, e responder à proposta da ANFAVEA de utilização dos recursos de P&D decorrentes da obrigação estabelecida no âmbito do Programa Inovar Auto para o Programa Ciência Sem Fronteiras; e
- estudar, em conjunto com as outras áreas do MCTI, formas de otimizar a execução dos recursos do CT-Inovar Auto.

1.3. Fundo Clima

O Fundo Clima, estabelecido pela Lei nº 12.114/2009, se constitui em fundo de natureza contábil, vinculado ao MMA, que tem a finalidade de assegurar recursos para apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos com vistas à mitigação da mudança do clima e adaptações necessárias, e iniciou suas operações em 2011. O BNDES foi definido como o agente financeiro do fundo, mas é possível a habilitação de outros agentes financeiros públicos junto ao banco.

O Fundo Clima tem dois tipos de financiamento distintos: i) Não Reembolsável, operado pelo MMA, e ii) Reembolsável, operado pelo BNDES. Para 2014, os recursos orçamentários previstos eram de R$ 30 milhões para Não Reembolsável e R$ 360 milhões para Reembolsável. Verificou-se que, em 2013, em relação aos financiamentos não reembolsáveis, foram aplicados valores correspondentes a

98% do limite orçamentário definido. Em compensação, até o fim de 2013, a execução dos recursos reembolsáveis correspondia a parcela muito baixa dos recursos disponíveis (5,6%). Em agosto de 2014, a ASCAP calculou que a disponibilidade de recursos para financiamentos reembolsáveis, tendo em vista o orçamento do período 2011 a 2014, seria da ordem de R$ 1,2 bilhão.

O MCTI apresentou ao MMA argumentos para que a Finep atue como agente financeiro do Fundo Clima, contribuindo para a melhoria do desempenho de sua execução e o cumprimento dos objetivos delineados na Política Nacional sobre Mudanças do Clima: i) há correlação direta de temas dos programas da Finep Inova Sustentabilidade e Inova Energia com o Fundo Clima; ii) nesses dois programas da Finep, existe uma demanda de R$ 3,88 bilhões; e iii) com a metodologia aplicada "Finep 30 Dias", todo projeto submetido é analisado rapidamente, acelerando o *pipeline* de aprovação dos projetos.

Ações de 2015:

- Retomada das articulações com MMA, FINEP e BNDES para habilitar a FINEP a atuar como agente financeiro do Fundo Clima.

1.4. Cláusulas de P&D obrigatório – Agências Reguladoras

As cláusulas de aplicação em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) são obrigações estabelecidas em alguns setores regulados da economia nacional. Trata-se de recursos não reembolsáveis cuja aplicação deve ser realizada diretamente por empresas de setores específicos com o fito de se promover ganhos de produtividade e competitividade por meio da inovação tecnológica. A rigor, há dois setores que atualmente contam com a cláusula: Energia (regulado pela ANEEL) e Petróleo e Gás (regulado pela ANP). Há discussões em curso sobre a implantação de modelo semelhante no âmbito da ANATEL, conforme se verifica pela consulta pública realizada em fevereiro de 2013 pela Agência, e proposta de adoção da cláusula no setor de mineração no novo Código Mineral.

Os recursos das cláusulas de PD&I não estão sujeitos a contingenciamentos uma vez que são aplicações realizadas diretamente pelas empresas. O grande interesse por estes recursos se deve também à elevação destes como consequência do dinamismo destes setores econômicos. Neste contexto, os programas de PD&I capitaneados pelo MCTI tem buscado a construção de financiamentos compartilhados a fim de se potencializar os resultados dos investimentos.

2.1. Mobilização De Recursos Provenientes de Fontes Externas

Projetos do MCTI aprovados no GTAP/COFIEX, endossados pelo Governo Brasileiro e submetidos ao GEF - Global Environment Facility em 2015 (recursos de cooperação financeira não reembolsável):

- Cidades Sustentáveis (DEARE/SECIS): US$ 25 milhões
- Biogás Industrial (CGTS/SETEC): US$ 7,88 milhões
- TNA Brasil (CGMC/SEPED): US$ 3,15 milhões

Total Captação Internacional GEF em 2015: US$ 36 milhões

Ações realizadas em 2015:

Temas prioritários para alocação de recursos do GEF-6

O programa com os temas prioritários do Governo Brasileiro para o GEF-6 (2014-2018 foi publicado pela SEAIN/MPOG em março de 2015, visando atender as prioridades e obrigações estabelecidas nas Convenções ambientais internacionais das quais o Brasil é signatário e tem o GEF como mecanismo financeiro. A ASCAP atuou representando o MCTI no Grupo de Trabalho da Comissão de Financiamentos Externos (GTAP/COFIEX), levando a contribuição da pasta a partir dos subsídios elaborados pelas suas áreas técnicas nos temas: Biodiversidade, Mudança do Clima, Químicos e Resíduos, Terras Degradadas, Programas de Abordagem Integrada, e Manejo Florestal Sustentável.

48ª e 49ª Reuniões do Conselho do GEF

As reuniões ordinárias do Conselho do GEF em 2015 foram realizadas nos meses de junho e outubro. Foram elaborados subsídios para o Ponto Focal Político do Brasil no GEF, representado pelo MRE, visando a defesa dos interesses do MCTI nas negociações no âmbito do Conselho do GEF, a partir dos documentos de trabalho elaborados pelo Secretariado do fundo.

Taller de Circunscripción Ampliado GEF

Reunião realizada entre 14 e 16 de abril de 2015 na cidade de Assunção, no Paraguai, entre países membros do GEF da América do Sul para a discussão das novas diretrizes programáticas do GEF, troca de experiências entre pontos focais dos países e parcerias para novos projetos.

Global Knowledge Platform IAP Cities – World Bank

O Encontro do Comitê Consultivo para Cidades Sustentáveis – Piloto de Abordagem Integrada (IAP) foi realizado nos dias 8 e 9 de outubro de 2015 em Paris, França. O evento promovido pelo Banco Mundial contou com representantes de cidades, países e agências implementadoras participantes do IAP Cidades Sustentáveis. A participação do MCTI nas reuniões ajudou a garantir resultados efetivos para o projeto do Brasil entre os quais destacam-se a possibilidade de acessar recursos adicionais para o projeto GEF Cidades Sustentáveis e para atividades de interesse comum ao desenvolvimento da Plataforma do Conhecimento Global.

2.2. Assessoramento voltado às áreas finalísticas para a cooperação técnica e financeira

A área de captação internacional da ASCAP presta assessoria para que as áreas técnicas possam melhor desempenhar suas atividades financiadas com recursos externos. O assessoramento aos projetos ocorre nas etapas de negociação, planejamento e execução, em atividades como reuniões técnicas e de negociação, tramitação de documentos, levantamento de contrapartida, entre outras.

Ações em 2015:

Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS)

- Apoio à negociação de US$ 5 milhões adicionais para o projeto Cidades Sustentáveis. A modalidade refere-se a incentivo especial do GEF para programa de abordagem integrada (IAP).
- Apoio à elaboração do PPG (Project Preparation Grant) do projeto Cidades Sustentáveis junto ao PNUMA e à ABC/MRE.

Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (SETEC)

- Apoio à negociação com a UNIDO e Centro Internacional de Biogás para o projeto Biogás Industrial - aplicações de biogás para a agroindústria brasileira.
- Apoio à delegação brasileira em reunião à UNIDO durante a Utility Week 2015 em Viena, para Centro Internacional de Referência em Pequenas Centrais Hidrelétricas (Small Hydropower Centre – Pro SHP).
- Apoio à parceira entre MCTI e Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha para a Plataforma Itec de desenvolvimento da inovação aberta com transferência de tecnologia entre as instituições de pesquisa e setores empresariais com a geração de novos negócios.

Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED)

- Apoio à submissão do projeto TNA Brasil - Avaliação de necessidades tecnológicas para o Brasil, no âmbito da Convenção Quadro de Mudanças Globais do Clima (UNFCCC)
- Articulação para desenvolvimento de proposta de projeto na área de Agricultura Orgânica e Químicos – Rede de Contaminantes. Reuniões realizadas com FAO, MMA, MAPA.
- Articulação para desenvolvimento de proposta de projeto sobre Monitoramento de Biomas, em parceria com INPE e FUNBIO.

<u>Outras Ações em 2015:</u>

- DKTI-CSP: projeto de cooperação em energia heliotérmica, executado pela SETEC em parceria com a GIZ – Agência de Cooperação Alemã. O projeto prevê um conjunto de ações para capacitar o país a desenvolver e utilizar esse modal energético. A ASCAP participou de reuniões internas com a SETEC sobre o tema, de reuniões externas com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e com a GIZ, bem como da COMISTA Brasil - Alemanhã;
- Proposta de utilizar a GIZ como agência executora de projetos junto à União Europeia, de modo a evitar a internalização de recursos internacionais, sujeitando-os às restrições do orçamento público nacional, e facilitar a gestão destes. No final de 2013, a ASCAP/MCTI participou de missão técnica à Alemanha e à Bélgica, com o objetivo de identificar fontes e área de interesse comum para financiamento de atividades conjuntas. Inicialmente, foi identificada a possibilidade de interação entre MCTI-GIZ-UE em três temas de interesse para o Brasil: energia, segurança alimentar e mudanças climáticas. Ressalta que tal interação não avançou nos anos seguintes por falta de definição sobre o papel da ASCAP no processo;
- Cooperação Técnica e Financeira Brasil – Alemanha: Em 2015 foi proposto, pela ABC, um novo modelo de cooperação técnica com a Alemanha. Com isso, passou-se da negociação

direta de projeto entre os Ministérios e seus parceiros alemães à realização de chamada única para a apresentação de projetos, pelas instituições brasileiras, a serem selecionados pela ABC. O MCTI enviou projetos à ABC, porém os mesmos não foram contemplados nesta chamada. O único projeto de interesse do MCTI aprovado foi apresentado pelo Governo Alemão.

- Continuação da atuação conjunta com a ASSIN no âmbito dos Diálogos Setoriais Brasil – União Europeia foi prejudicada pela mudança do papel da ASCAP;
- BID – MCTI: o BID procurou o MCTI visando ampliar a sua parceria com o Sistema Nacional de CTI. Neste âmbito, foram realizadas reuniões comandadas pela SEXEC, com a participação da ASCAP e da ASCAV, cujo objetivo era o fomento a grandes infra-estruturas de pesquisa e à avaliação e monitoramento das políticas públicas. A ASCAP elaborou a Nota Informativa 21, com base em rascunho de projeto a ser apresentado pela CONSECTI, objetivando posicionar a SEXEC sobre as ações existentes em andamento.

2.3. Ampliação de recursos internacionais para o financiamento de temas estratégicos

Atuação na prospecção de novas fontes de financiamento e contatos para articulação de parcerias visando a mobilização de recursos para o MCTI. Envolve a participação em eventos, realização de reuniões de apresentação e interlocução com potenciais parceiros.

Ações em 2015:

Seminário Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento

Seminário promovido pelo Ministério do Planejamento em maio de 2015 sobre desafios do financiamento do desenvolvimento, alternativas de financiamento do investimento e desenvolvimento recente do mercado de capitais, com representantes do BID, Banco Mundial, CAF, BNDES, FONPLATA, ABDI, ANBIMA, CVM, FEBRABAN, IFC.

Workshop Green Finance

Evento realizado pelo MMA em junho de 2015 com a presença de palestrantes do Banco Mundial e IFC sobre as experiências internacionais com emissões de títulos verdes, e representantes do Governo Federal que possuem interface com a agenda de sustentabilidade.

Reuniões realizadas com representantes de organismos internacionais

Banco Mundial

- Christophe de Gouvello, Especialista Sênior de Energia e Mudanças Climáticas
- Xueman Wang, Coordenadora de Cidades e Mudanças Climáticas
- Judy Baker, Economista Líder do Banco Mundial
- Jennifer Lee, Analista Urbana, Banco Mundial
- Joshua Gallo, Especialista Sênior para Finanças Municipais
- Abhas Jha, Gestor de Práticas, Ásia e Pacífico
- Laura Tlaiye, Assessora de Sustentabilidade, Depto de Mercados de Capitais

BID

- Federico Scodelaro, Especialista para a Iniciativa de Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES)
- Sylvia Larrea, Especialista Líder em Energia

CAF

- Bruno Nadalutti, Executivo Setor Público
- Álvaro Atilano, Executivo Principal de Energia

UNEP

- Geordie Colville, Oficial de Programa Sênior, Mitigação de Mudanças Climáticas
- Ruth Zugman, Coordenadora do Programa de Produção e Consumo Sustentável da Divisão de Tecnologia, Indústria e Economia.

UNIDO

- Tonilyn Lim, Energia e Mudanças Climáticas
- Khac Tiep Nguyen, Oficial de Desenvolvimento Industrial
- Nina Zetsche, Especialista Energia Renovável

GIZ

- Luis César da Costa Jr, Assessor Técnico
- Paula Scheidt, Energias Renováveis e Eficiência Energética
- Jens Giersdorf, Coordenador de Projeto Biogás

FAO

- Marcello Broggio, Oficial de Programa

European Commission

- Birgit de Boissezon, Head of Unit, Sustainable Management of Natural Resources

2.4. Outras Atividades de Acompanhamento

A ASCAP realizou em 2014 o acompanhamento de outros temas internacionais, seja de negociações ou de contenciosos envolvendo questões regulatórias, com potencial impacto para a atividade de captação de recursos para CT&I.

Ações em 2015:

- UNASUL - Grupo de Trabalho sobre Financiamento e Gestão do Conhecimento: neste grupo foi informada a reestruturação do FIC (Fundo de Iniciativa Comuns), cabendo a inserção das ASCAP nas negociações. Porém, face as indefinições sobre o papel da ASCAP no MCTI a participação ficou prejudicada;
- Carnigie – Grandes Infraestrutura de Pesquisa: Foi realizada uma análise com o objetivo informar a Secretaria Executiva sobre o Conselho de Grandes Infraestruturas de pesquisa (RDA – *Research Data Alliance*) e a necessidade de acompanhamento dos Grupos de trabalhos, Infraestrutura de Pesquisa e Indicadores, pela SCUP (Subsecretaria de Coordenação de Unidade de Pesquisas) e pela ASCAV/CGIN (Coordenação Geral de Indicadores), face às

características dos mesmos. Destaca-se que, apesar de constar nos anexos 1e 2, "esforço de Financiamento e Sustentação Financeira das Grandes Estruturas de Pesquisa", em um primeiro momento, tais esforços tratavem-se de solicitação de contribuição dos Governos participantes, mas que posteriormente haveria a abertura de chamadas para financiamento de projetos, cabendo acompanhamento futuro;

- Cooperação Brasil – China: A ASCAP elaborou resposta ao Governo Chinês sobre questões relativas a proporção de distribuição de orçamento em fundos científicos (ASCOF ou ASCAP) e à situação atual de introdução de capitais financeiros para a inovação cientifica e tecnológica do governo brasileiro e do investimento em risco.
- OCDE – CSTP - Reunião Ministerial de Daejeon, Coreia do Sul, 20 e 21 de outubro de 2015: A ASCAP foi solicitada a se posicionar sobre a Declaração de Daejeon, no âmbito da OECD, e recomendou a não assinatura da mesma pelo Ministro de CTI;
- "Cooperação na CPLP – Uma Visão Estratégica no pós 2015": O documento tratava de forma ampla de definição de estratégia para a atuação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP pós 2015, e abordava, dentre outras questões, o assunto de financiamento das ações da organização. A reestruturação do Fundo da CPLP aparecia de forma implícita no documento, e representava uma oportunidade para o MCTI, pois seriam revistas fontes de recursos, além de sua institucionalidade, o que pode acarretar alterações nos critérios de elegibilidade, na seleção de beneficiários, na eleição de linhas prioritárias, dentre outros. Assim recomendou-se o envolvimento do MCTI na negociação para a inserção das suas prioridades de cooperação em CTI com a CPLP;
- Portugal e Rússia - Missão do Ministro Aldo Rebelo, de 23 a 27 de junho de 2015: Foi proposta a discussão da possibilidade de cooperação financeira em CT&I com Portugal no âmbito do Programa Horizon 2020 da União Europeia, por meio de chamadas conjuntas em CT&I e a discussão com o Governo Russo a cooperação financeira em CT&I por meio da inclusão de linhas de financiamento a CT&I no Banco dos BRICS, que está em fase de criação;
- BRICS - I Reunião de Agências de Fomento de C&T, Moscou, 6-7 de Julho de 2015: Foi encaminhado à SEXEC o convite para a I Reunião das Agências de Fomento dos BRICS (First Meeting of the BRICS S&T Funding Parties), realizada em Moscou, Rússia, em 6 e 7 de julho de 2015. A reunião tratou das iniciativas de pesquisa e inovação dos BRICS, incluindo a implementação do Programa-Quadro para financiar projetos multilaterais conjuntos de pesquisa, comercialização de tecnologia e inovação. Estava prevista a elaboração, durante o evento, dos mecanismos concretos, procedimentos e cronograma para as iniciativas de Pesquisa e Inovação dos BRICS contemplando programas e projetos de C&T. Esperavam-se as contribuições de instituições de fomento, incluindo os principais financiadores de C&T de cada Membro dos BRICS, como Ministérios, fundos e fundações, agências implementadoras e principais instituições regionais de financiamento. Dessa forma, foi sugerida a participação da Secretaria-Executiva, em especial da ASCAP, porém não se sabe se o MCTI participou da reunião.

Documentos elaborados:

- Nota Informativa 10 - Grupo Carnigie – Grandes Infraestrutura de Pesquisa;
- Nota Informativa 12 – Cooperação Brasil- China;
- Nota Informativa 23 - OCDE – CSTP - Reunião Ministerial de Daejeon, Coreia do Sul, 20 e 21 de outubro de 2015;
- Nota Técnica 10 - "Cooperação na CPLP – Uma Visão Estratégica no pós 2015";
- Memo nº 64 - Portugal e Rússia. Missão do Ministro Aldo Rebelo. 23 a 27 de junho de 2015;

- Memo nº 69 - BRICS. I Reunião de Agências de Fomento de C&T. Moscou, 6-7 de Julho de 2015;

3. Alterações No Marco Legal De Ct&I

3.1. Código Nacional de CT&I - PL 2.177/2011 e PEC 12/2014

Em 2011, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (CONSECTI) e o Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (CONFAP) elaboraram proposta de Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que resultou no Projeto de Lei nº 2.177, de 2011. Além desse PL, que tramita na Câmara dos Deputados, há o PLS nº 619 no Senado Federal.

O Deputado Sibá Machado coordena a atuação de um Grupo de Trabalho com diversas entidades ligadas à CT&I no Brasil com vistas a revisar o arcabouço legal do setor de CT&I, do qual a ASCAP participa. Em 2013, a Câmara dos Deputados estabeleceu Comissão Especial para discutir o projeto de código em questão, sob relatoria do Deputado Sibá Machado. Após várias discussões, a Comissão optou por focar os trabalhos na alteração de leis específicas, como a Lei de Inovação (Lei n. 10.973/04), Lei do Bem (Lei n. 11.196/05) e Lei de Licitações (Lei n. 8.666/93). A proposta de elaborar um Código sobre CT&I foi então deixada de lado.

Após a apresentação de texto substitutivo à proposta original, o texto foi encaminhado para apreciação do Executivo Federal. A Casa Civil da Presidência da República estabeleceu Grupo Técnico para avaliar e sugerir alterações ao texto do PL 2.177/2011, o qual se reuniu algumas vezes ao longo de 2014, com participação intensa da ASCAP. Foram propostas diversas alterações ao texto do substitutivo por diversos órgãos do governo, tendo sido mantidas as matérias que alcançaram consenso. A estratégia adotada era de buscar a aprovação em 2014 dessas disposições, deixando para discussão futura os temas em que havia maior controvérsia.

Em dezembro, o texto foi encaminhado pela Casa Civil ao Deputado Sibá Machado, para avaliação por parte do grupo de trabalho por ele coordenado. Tendo em vista a pauta do Congresso Nacional, não foi possível aprovar o projeto no ano de 2014. Portanto, a discussão do PL 2.177/2011 como um todo deverá ser retomada em 2015, sob tutela do Deputado Sibá Machado no Congresso Nacional. Isso exigirá a continuação do esforço do Poder Executivo em acompanhar e sugerir alterações necessárias para que o texto do PL 2.177 traga avanços ao Sistema Nacional de CT&I e ao arcabouço legal da área.

Em decorrência das matérias discutidas no âmbito do PL 2.177/2011, a Comissão Especial do Código Nacional de CT&I elaborou Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para possibilitar que a União legislasse sobre CT&I de modo a criar obrigações para os demais entes federados, além de trazer outros avanços ao texto constitucional. Sem a alteração da constituição, parte relevante das disposições do PL 2.177/2011 sofreria de inconstitucionalidade. Nesse sentido, esforços foram concertados no Poder Legislativo e no Poder Executivo para garantir a aprovação da PEC ainda em 2014. Em 17 de dezembro de 2014, foi aprovada em dois turnos a PEC 12/2014 no Senado Federal, que aguarda promulgação. As alterações efetuadas na Constituição Federal abrangem os arts. 23, 24, 167, 200, 213, 218 e 219, além do acréscimo dos arts. 219-A e 219-B, o que permite a retomada da discussão ampla sobre o arcabouço legal da CT&I no Brasil.

Após a promulgação da EC 85 foram retomados os trabalhos do PL 2177/2011 na Câmara dos Deputados e nova proposta foi encaminhada pelo GT do Dep. Sibá Machado. A equipe ASCAP participou ativamente pelo MCTI, coordenando a análise dos temas internamente ao MCTI e junto a equipe de governo na Casa Civil. Nesta etapa, a ASCAP propôs dispositivos importantes para aperfeiçoar o normativo em temas como capital empreendedor, política de inovação das ICTs, encomendas tecnológicas e sistemas de informação para a supervisão dos programas. Em setembro

de 2015, o PL 2.177 foi encaminhado ao Senado, e passou a tramitar como PL77c. Em 11 de janeiro de 2016 a Lei aprovada no Congresso foi sancionada pela Presidência da República na forma da Lei 13.243/2016 com apenas 8 vetos.

Ações em 2014 e 2015:

- Análise e elaboração das disposições da minuta do PL 2.177;
- Participação nos grupos de trabalho do Executivo Federal e do Legislativo para discutir as propostas de alteração legislativa;
- Articulação interna e externa para estabelecer e defender os interesses do MCTI.

Documentos elaborados:

- Minutas de texto para o PL 2.177/2011.
- Nota Técnica nº 04-B/2015/ASCAP/SEXEC/MCTI
- Nota Informativa nº 01/2016/ASCAP/SEXEC/MCTI

4. OUTRAS AÇÕES

4.1. Mecanismos de incentivo ao Investimento Privado em CT&I

Visando incentivar um aumento da participação do *funding* privado no padrão de financiamento à inovação e nos gastos com P&D no Brasil, a ASCAP deu continuidade em 2015 a algumas ações fundamentais para fortalecer a abordagem de alinhamento do Sistema Nacional de Inovação com o Sistema Financeiro Nacional. Dentre tais ações destacam-se a formação de um Grupo de Trabalho Interministerial, a contratação de um estudo com o CGEE e o acompanhamento dos estudos e discussões legislativas na Câmara dos Deputados.

4.1.1. GT Interministerial de Capital Empreendedor

O Grupo de Trabalho Interministerial é composto por servidores dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Integração Nacional e Fazenda, além de outros órgãos executores das políticas de desenvolvimento industrial, tecnológico e regional como o BNDES, FINEP e ABDI. O GT estabeleceu como missão atuar no desenvolvimento e consolidação do marco legal e institucional da Política de Estímulo ao Capital Empreendedor no Brasil para fortalecer a base empresarial nacional na promoção de atividades de inovação no País, principalmente, em cadeias produtivas consideradas estratégicas pelas políticas industrial, tecnológica e de desenvolvimento regional.

Encaminhamentos de 2015:

- Consolidação e institucionalização do GT Capital Empreendedor;
- Agendamento de visitas técnicas e fortalecer articulação com as áreas responsáveis pelos Fundos de Investimento em Participações – na FINEP e no BNDES;
- Discução da proposta de regulamentação do FIP-PD&I.

4.2. Uso do Poder de Compra do Estado

A Política de Compras Públicas é uma iniciativa do governo de utilizar as compras e contrações públicas como instrumento da política industrial e de ciência, tecnologia e inovação. Essa Política é um novo paradigma na administração pública, tendo em vista que as compras públicas deixam de ser um mero procedimento para contração ao menor custo para tornar-se um instrumento de política de compras estratégicas, o que terá efeitos de arrastos e de indução sobre outros segmentos produtivos, impulsionando crescimento e desenvolvimento econômico.

Devido ao seu poder de compra, governos podem moldar a inovação diretamente e indiretamente. As firmas beneficiam-se porque a contratação pública pode ajudá-las a recuperar os custos de investimentos vultosos e arriscados. Dessa forma, a contratação pública tem facilitado a emergência de setores *high-tech* em vários países, usada para desenvolver tecnologias de *Internet Protocol* (IP), satélites de comunicação e *Global Positioning Systems* (GPS), trens de alta-velocidade, fármacos e vacinas, dentre outras. Quando a demanda do setor público é significante, as economias de escala podem promover a inovação e a aprendizagem e diminuir o custo de tecnologia e processos, tornando os investimentos produtivos ainda mais atrativos para adoção em outros setores.

A utilização do poder de compra do Estado como instrumento de política pública vem sendo utilizado por países como os Estados Unidos (*Buy American Act*, 1933 e *American Recovery and Reinvestment Act*, 2009), México (*Ley de Adquisiciones, Arrendamientos y Servicios del Sector Público*, 2000), Argentina (Lei nº 25.551, 2001) e China (Lei nº 68, 2002).

Desde meados de 2013, está em operação um Grupo de Trabalho (GT) informal envolvendo o MCTI, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para acompanhar as principais iniciativas governamentais de utilizar as compras e contrações públicas como instrumentos da política industrial e de ciência, tecnologia e inovação. A ASCAP tem buscado articular-se internamente com a SEPIN e a SETEC/MCTI e também externamente, participando de discussões sobre o tema com os outros ministérios, a Casa Civil e a Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática da Câmara dos Deputados.

Ações e Encaminhamentos de 2015:

- Mantenção da articulação com os outros Ministérios envolvidos na definição da política (MF, MDIC, MPOG, MRE, MD e MS);
- Acompanhamento da tramitação de projetos de lei que envolvam a matéria;
- Proposição de estabelecimento de uma Comissão Interna para construir e integrar uma visão institucional, setorial e multisetorial sobre o tema de Uso do Poder de Compras do Estado, Conteúdo Local em Compras Públicas, Margens de Preferencia, Medidas de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica no MCTI;
- Proposição de articulação com o CGEE para a execução de estudo comparativo do uso do poder de compras e de contratações públicas como instrumento de Política de Inovação em países selecionados;
- Acompanhamento e defesa, sob coordenação da Casa Civil, da proposta de estabelecimento de margem especial para desenvolvimento tecnológico, de aplicação geral por dentro da margem de 25% (tanto para estrangeiros como produtos nacionais sem tecnológica desenvolvida no país), o que seria um avanço na utilização do uso do poder de compra como incentivo para investimento privado em P&D;
- Proposição de utilização efetiva das medidas de compensação industrial, comercial ou tecnológica;

- Participação no Grupo de Assessoria Técnica (GAT) da Comissão Mista da Indústria de Defesa (CMID) na elaboração dos critérios do Termo de Licitação Especial (TLE), previsto no Decreto nº 7.970/2013;
- Apresentação de proposições de outros projetos de leis para compras e contrações públicas para segmentos específicos que tenham maiores efeitos de arrastos e de indução sobre outros segmentos produtivos.

4.3 Desempenho Orçamentário

4.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

4.3.1.1 Programas do PPA

PROGRAMA: 2018 - Biodiversidade

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R$ 1,00)

Esfera	Global PPA 2012-2015	Acumulado Dotações/Posições 2012, 2013 e 2014	Dotação/Posição 2015
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	1.656.570.839	1.262.452.836	394.118.003
Orçamento de Investimentos - OI	0	0	0
Outras Fontes	0	0	0
Total	1.656.570.839	1.262.452.836	394.118.003

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2015 (em R$ 1,00)

Lei Orçamentária 2015					
Orcamento Fiscal e da Seguridade Social					Orcamento de Investimento
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2015)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	
278.698.172,21	233.211.033,92	213.297.609,48	19.913.424,44	45.487.138,29	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	Posição em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	38.868.451.28	26.010.199.41	22.315.375.78	4.094.530.17	12.458.545.33
Processados	1.825.318.48		1.347.697.90	101.812.71	375.807.87

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2015 (em R$ 1,00)

24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Dotação OFSS		Dotação OI	35.687.614,00	Outras Fontes	

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R$ 1,00)

Esfera	Global PPA 2012-2015	Acumulado Dotações/Posições 2012, 2013 e 2014	Dotação/Posição 2015
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	23.025.298.419	17.183.531.404	5.841.767.015
Orçamento de Investimentos - OI	0	0	0
Outras Fontes	25.028.518.462	16.801.407.693	8.227.110.769
Total	48.053.816.881	33.984.939.097	14.068.877.784

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2015 (em R$ 1,00)

Lei Orçamentária 2015					
Orcamento Fiscal e da Seguridade Social					Orcamento de Investimento
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2015)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	
4.246.212.095,64	2.785.548.653,34	2.415.991.625,09	369.557.028,25	1.460.663.442,30	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	Posição em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	2.066.629.513,69	1.467.213.527,31	1.191.855.012,00	71.901.313,10	1.078.655.863,76
Processados	765.169.707,56		392.403.634,24	14.130.039,53	358.636.033,79

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2015 (em R$ 1,00)

24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Dotação OFSS		Dotação OI	35.687.614,00	Outras Fontes	

PROGRAMA: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R$ 1,00)

Esfera	Global PPA 2012-2015	Acumulado Dotações/Posições 2012, 2013 e 2014	Dotação/Posição 2015
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	1.128.249.892	837.979.639	290.270.253
Orçamento de Investimentos - OI	0	0	0
Outras Fontes	5.419.000.000	3.889.600.000	1.529.400.000
Total	6.547.249.892	4.727.579.639	1.819.670.253

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2015 (em R$ 1,00)

Lei Orçamentária 2015					
Orcamento Fiscal e da Seguridade Social					Orcamento de Investimento
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2015)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	
173.096.055,25	149.738.956,77	135.535.172,84	14.203.783,93	23.357.098,48	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	Posição em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	53.213.454.24	41.077.948.84	39.752.909.06	5.229.243.60	8.231.301.58
Processados	828.835.66		773.847.24	599.45	54.388.97

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2015 (em R$ 1,00)

24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Dotação OFSS		Dotação OI	35.687.614,00	Outras Fontes	

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R$ 1,00)

Esfera	Global PPA 2012-2015	Acumulado Dotações/Posições 2012, 2013 e 2014	Dotação/Posição 2015
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	19.139.874.748	16.211.439.767	2.928.434.981
Orçamento de Investimentos - OI	0	0	0
Outras Fontes	4.000.000.000	3.600.000.000	400.000.000
Total	23.139.874.748	19.811.439.767	3.328.434.981

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2015 (em R$ 1,00)

Lei Orçamentária 2015					
Orcamento Fiscal e da Seguridade Social					Orcamento de Investimento
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2015)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	
1.953.277.706,64	1.176.563.770,48	1.135.155.804,79	41.407.965,69	776.713.936,16	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	Posição em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	2.619.230.611,00	681.572.721,00	553.073.994,54	104.404.469,49	1.961.826.755,91
Processados	184.082.419,04		69.286.213,54	7.297.186,95	107.498.907,11

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2015 (em R$ 1,00)

24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Dotação OFSS		Dotação OI	35.687.614,00	Outras Fontes	

PROGRAMA: 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R$ 1,00)

Esfera	Global PPA 2012-2015	Acumulado Dotações/Posições 2012, 2013 e 2014	Dotação/Posição 2015
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	466.371.102	336.900.802	129.470.300
Orçamento de Investimentos - OI	0	0	0
Outras Fontes	0	0	0
Total	466.371.102	336.900.802	129.470.300

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2015 (em R$ 1,00)

Lei Orçamentária 2015					
Orcamento Fiscal e da Seguridade Social					Orcamento de Investimento
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2015)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	
51.556.150,05	14.881.449,92	11.122.028,89	3.759.421,03	36.674.700,13	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	Posição em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	4.116.444.28	3.020.143.73	2.988.983.83	927.191.45	200.269.00
Processados	1.115.110.72		1.082.594.58	23.886.40	14.995.54

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2015 (em R$ 1,00)

24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Dotação OFSS		Dotação OI	35.687.614,00	Outras Fontes	

PROGRAMA: 2050 - Mudanças Climáticas

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R$ 1,00)

Esfera	Global PPA 2012-2015	Acumulado Dotações/Posições 2012, 2013 e 2014	Dotação/Posição 2015
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	1.833.179.741	1.420.108.746	413.070.995
Orçamento de Investimentos - OI	0	0	0
Outras Fontes	355.583.442	271.231.896	84.351.546
Total	2.188.763.183	1.691.340.642	497.422.541

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2015 (em R$ 1,00)

Lei Orçamentária 2015					
Orcamento Fiscal e da Seguridade Social					Orcamento de Investimento
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2015)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	
387.653.702,41	20.408.320,21	17.842.929,74	2.565.390,47	367.245.382,20	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	Posição em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	740.393.161.79	17.935.606.03	17.530.300.03	1.121.261.31	722.556.012.99
Processados	392.650.40		242.000.00	150.650.40	0.00

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2015 (em R$ 1,00)

24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Dotação OFSS		Dotação OI	35.687.614,00	Outras Fontes	

PROGRAMA: 2055 - Desenvolvimento Produtivo

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R$ 1,00)

Esfera	Global PPA 2012-2015	Acumulado Dotações/Posições 2012, 2013 e 2014	Dotação/Posição 2015
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	28.229.903.112	20.380.071.776	7.849.831.336
Orçamento de Investimentos - OI	11.627.833.888	10.761.988.586	865.845.302
Outras Fontes	51.718.736.600	38.323.407.000	13.395.329.600
Total	91.576.473.600	69.465.467.362	22.111.006.238

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2015 (em R$ 1,00)

Lei Orçamentária 2015					
Orcamento Fiscal e da Seguridade Social					Orcamento de Investimento
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2015)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	
6.005.379.078,63	5.839.799.389,52	5.776.541.198,91	63.258.190,61	165.579.689,11	579.071.392,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	Posição em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	511.149.039.80	219.154.341.45	213.902.246.17	11.380.466.40	285.920.361.22
Processados	574.852.443.29		18.348.710.95	539.477.899.86	16.934.209.57

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2015 (em R$ 1,00)

24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Dotação OFSS		Dotação OI	35.687.614,00	Outras Fontes	

PROGRAMA: 2056 - Política Espacial

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R$ 1,00)

Esfera	Global PPA 2012-2015	Acumulado Dotações/Posições 2012, 2013 e 2014	Dotação/Posição 2015
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	1.548.174.607	1.321.804.845	226.369.762
Orçamento de Investimentos - OI	0	0	0
Outras Fontes	0	0	0
Total	1.548.174.607	1.321.804.845	226.369.762

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2015 (em R$ 1,00)

Lei Orçamentária 2015					
Orcamento Fiscal e da Seguridade Social					Orcamento de Investimento
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2015)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	
199.228.230,96	50.143.864,32	43.917.287,50	6.226.576,82	149.084.366,64	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	Posição em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	259.149.087.44	147.146.951.79	119.997.693.85	1.299.778.55	140.827.261.70
Processados	16.665.003.05		13.237.990.54	0.00	3.427.012.51

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2015 (em R$ 1,00)

24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Dotação OFSS		Dotação OI	35.687.614,00	Outras Fontes	

PROGRAMA: 2059 - Política Nuclear

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R$ 1,00)

Esfera	Global PPA 2012-2015	Acumulado Dotações/Posições 2012, 2013 e 2014	Dotação/Posição 2015
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	2.812.301.031	2.123.116.947	689.184.084
Orçamento de Investimentos - OI	0	0	0
Outras Fontes	546.700.000	546.700.000	0
Total	3.359.001.031	2.669.816.947	689.184.084

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2015 (em R$ 1,00)

Lei Orçamentária 2015					
Orcamento Fiscal e da Seguridade Social					Orcamento de Investimento
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2015)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	
557.341.290,33	374.782.165,98	366.170.166,66	8.611.999,32	182.559.124,35	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	Posição em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	301.752.376,64	159.670.311,34	158.298.213,25	5.579.317,36	141.762.562,78
Processados	8.087.814,44		7.915.856,78	241.034,32	7.996,55

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2015 (em R$ 1,00)

24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Dotação OFSS		Dotação OI	35.687.614,00	Outras Fontes	

Análise Situacional dos Programas do PPA

Relatório de Avaliação do Programa Temático Política Nuclear
Nuclep 2012-2015

Parte II – Visão dos principais atributos do Programa

No PPA 2012-2015 a Nuclep ficou inserida no Programa Temático "2055 - Desenvolvimento Produtivo", e no Objetivo "0854 – Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados.", cujo responsável era o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Concomitantemente a esse fato, a empresa exerce relevante função na área nuclear. Como exposto em seu decreto de criação n°76.805/75, "A NUCLEP terá por objetivo projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados relativos a usinas nucleares e a outros projetos correlacionados". Esta atuação da empresa também foi observada na elaboração do PPA 2016-2019, com o retorno da Nuclep para o Programa Política Nuclear.

No PPA 2012-2015 a Nuclep teve sob sua responsabilidade as seguintes metas:

a) Produzir 12.000 toneladas de equipamentos e componentes para as indústrias nuclear e de alta tecnologia.

b) Capacitar 2.048 profissionais na área metal-mecânica para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia.

c) Obter e preservar o selo N (projeto de equipamentos nucleares) do American Society of Mechanical Engineers (ASME)

Para a primeira meta, a empresa produziu nos anos 2012, 2013, 2014 e 2015, respectivamente 2657, 3171, 7616 e 1055 toneladas. Totalizando no período dos quatro anos, 14.498 toneladas de equipamentos. Dentre esses, merecem destaque alguns importantes componentes para a área nuclear:

- Fornecimento de 1 Feixe Tubular para Usina Nuclear de Angra I.
- Fornecimento de Embutidos para Usina Nuclear de Angra III.
- Fornecimento de 2 Caixas de Semi-Condensadores para a Usina Nuclear de Angra III.
- Fornecimento de 2 Vasos de Pressão 30B e 48Y, para as Industrias Nucleares do Brasil – INB.
- Fornecimento de Tampas, Coletor e Chapas de Apoio da Caixa do Condensador (MAG 30) para a Usina Nuclear de Angra III.
- Fabricação de 4 Vasos de Pressão 30B para o Centro Tecnológico da Marinha (CTMSP).
- Fabricação de 2 Cilindros (30B e 48Y) para as Industrias Nucleares do Brasil (INB).

Relativo à segunda meta, a empresa capacitou nos anos 2012, 2013, 2014 e 2015, respectivamente, 721, 562, 47 e 143 empregados. Totalizando no período dos quatro anos, 1.473 funcionários capacitados. Principais treinamentos realizados:

-Código ASME Seções VIII e IX.

-Tratamento térmico em juntas soldadas.

-Inspetor de soldagem N2.

-Ultrassom N2.

-Liquido penetrante N2.

-Partícula magnética N2.

-Proteção radiológica.

- Inspetor de Radiografia ER-N2-S-IL.

Em relação à terceira meta. Na elaboração do PPA 2012-2015 havia a expectativa da construção de novas usinas nucleares, com a reativação do Programa Nuclear Brasileiro. Desta forma, era importante a obtenção do Selo N (projeto de equipamentos nucleares) do ASME (Associação de Engenheiros Mecânicos dos Estados Unidos). Procurava-se, evitar com isso, que o País pudesse se colocar de forma dependente tecnologicamente e a mercê das imposições e conveniências de fornecedores estrangeiros. Mas ao longo do período do PPA, a expectativa de construção de novas usinas não se concretizou. Não sendo mais interessante para a Nuclep a obtenção deste Selo. Pois há custos relacionados na obtenção e manutenção desta certificação impostos pelas regras do código ASME. Sendo os Selos que a empresa já possui (para fabricação e montagem) são suficientes para sua participação em concorrências internacionais como fabricante de componentes nucleares em conformidade com a seção III do Código ASME.

Cabe destacar também que neste PPA, houve o inicio das atividades de engenharia para a fabricação de 1 Vaso de Pressão do Reator (VPR) e 2 Geradores de Vapor (GV) do sistema de propulsão do primeiro Submarino Nuclear Brasileiro.

Outra obra de extrema importância para País, apesar de não ser uma obra nuclear, foi a continuidade da construção de 4 Cascos Resistentes de Submarinos Convencionais para Marinha do Brasil.

Relativo às Iniciativas do Objetivo, é importante destacar a Iniciativa "03I1 – Modernização e adequação da infraestrutura da Nuclebrás Equipamentos Pesados - NUCLEP para a produção de equipamentos para a indústria nuclear, de forma competitiva, para atender ao programa nuclear brasileiro." Ligada a esta Iniciativa a Nuclep modernizou 55 equipamentos do seu parque fabril.

Parte III – Considerações Finais

No PPA 2012-2015, foi observado que a Nuclep precisava de uma unidade de medida que melhor representasse suas atividades. Pois a principal meta, medida em toneladas, não demonstrava a importância de obras “leves”, mas com alto valor tecnológico agregado. Por exemplo, a construção dos cascos dos Submarinos.

Na elaboração do PPA 2016-2019 também houve a preocupação de manter a capacidade brasileira na área de equipamentos nucleares e de alta tecnologia, sendo esta uma posição estratégica para o País, enquanto a construção de novas usinas nucleares não se concretiza. Desta forma, o Objetivo e seus atributos do PPA 2016-2019 tiveram esse direcionamento.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA POLÍTICA NUCLEAR

PPA 2012 - 2015

1- VISÃO GERAL DO PROGRAMA

A política nacional de atividades nucleares tem como objetivos gerais assegurar o uso pacífico e seguro da energia nuclear, desenvolver ciência e tecnologia nuclear e correlatas para medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia e atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia.

Conforme o inciso V do art. 177 da Constituição Federal, constitui monopólio da União a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados, com exceção dos radioisótopos cuja produção, comercialização e utilização poderão ser autorizadas sob regime de permissão, conforme as alíneas b e c do inciso XXIII do caput do art. 21 da Constituição Federal.

Esta exceção é bem restrita, visto que a atividade de produção de radioisótopos e de fontes radioativas de meia vida acima de 120 (cento e vinte) minutos consiste em monopólio da União estabelecido no inciso XXIII, do art. 21 e no inciso V, do art. 177, da Constituição Federal, exercido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN/MCTI.

Em termos estratégicos, o país registra a sétima maior reserva geológica de urânio conhecida no mundo, com cerca de 309.000 toneladas de U3O8 nos estados da Bahia, Ceará e Minas Gerais, entre outras ocorrências. Certamente, esta reserva pode vir a ser maior se novos trabalhos de prospecção e pesquisa mineral forem realizados, uma vez que os levantamentos disponíveis cobriram apenas entre 25% e 30% do território nacional.

O país possui também ocorrências uraníferas associadas a outros minerais, como as encontradas nos depósitos de Pitinga, no estado do Amazonas, além de áreas extremamente promissoras como a de Carajás, no estado do Pará. Nesses, estima-se uma nova frente de reservas que demonstra que o Brasil – face à sua extensão territorial, reservas asseguradas e domínio da tecnologia das diversas etapas do ciclo do combustível – poderá ocupar uma posição estratégica em relação à oferta de fontes energéticas.

O domínio completo do ciclo do combustível é de vital relevância, uma vez que os elementos combustíveis produzidos, em diferentes características e graus de enriquecimento, são empregados nos reatores de potência, que proporcionam a produção da energia elétrica, e nos reatores de pesquisa, para produção de radiofármacos.

Atualmente, o país possui o domínio tecnológico de todas as etapas do ciclo do combustível nuclear, em escala laboratorial ou em usina de demonstração. Em escala industrial, nas etapas de conversão e enriquecimento, não há capacidade instalada em todo o ciclo suficiente para atendimento da atual demanda de Angra I e Angra II.

Com a entrada em operação da Usina de Angra III, não haverá também capacidade instalada na etapa de produção de urânio para atendimento da demanda. Desta forma, ganha ainda mais relevância a necessidade de expansão da capacidade industrial do ciclo do combustível nuclear, uma vez que se acentuará a atual dependência de serviços e insumos externos.

A primeira etapa do ciclo do combustível nuclear é realizada no município de Caetité/BA, onde situa-se a planta industrial da Unidade de Concentrado de Urânio - URA da INB, com capacidade nominal instalada de 400 t de U3O8/ano, suficientes para o pleno atendimento das Usinas Nucleares de Angra I e Angra II, mas insuficiente para atender Angra III.

A etapa de conversão é integralmente realizada no exterior, por meio de contratação de serviço, com dispêndio de divisas da ordem de US$ 8,0 milhões/ano, para as Usinas de Angra I, II e III.

A etapa de enriquecimento é parcialmente realizada no país, na cidade de Resende, com capacidade instalada atual de 34% das necessidades da Usina de Angra I ou 17% das necessidades totais de Angra I e Angra II, considerada como 103.000 kg UTS cada recarga. Atualmente, os serviços de enriquecimento são contratados no exterior para Angra I, Angra II e Angra III, com gastos da ordem de US$ 45 milhões/ano. Concluída a primeira etapa do projeto de enriquecimento, estarão atendidas a totalidade da demanda de Angra I e 20% da demanda de Angra II. Portanto, o país ainda não está apto a atender todas as necessidades de enriquecimento de urânio para suas usinas, o que somente ocorrerá com a conclusão da segunda etapa.

As etapas de reconversão e fabricação de pastilhas são totalmente nacionalizadas. As fábricas possuem capacidade nominal instalada de 120 t de UO2/ano, suficiente para o atendimento das usinas atuais em operação e de Angra III.

A etapa de montagem também é totalmente realizada no país, com a aquisição no exterior de alguns materiais e componentes (grades espaçadoras e tubos de ligas de zircônio, principalmente).

A principal vantagem de uma Central Térmica Nuclear é a capacidade de geração de energia em grande quantidade com baixo consumo de combustível. Considerando-se, por exemplo, a geração de 1000 MWe por ano, uma central nucleoelétrica consome cerca de 21 toneladas de urânio enriquecido a 4%

(cerca de 200 toneladas de urânio natural), enquanto que uma central térmica a carvão de mesma capacidade consome cerca de 3 milhões de toneladas de carvão. Em relação ao meio ambiente, o uso da energia nuclear, no mundo, evita a emissão anual de 2,4 bilhões de dióxido de carbono que seriam lançados na atmosfera caso fossem oriundos de fontes térmicas convencionais.

Sob esse enfoque, é imprescindível que o Brasil preserve e também amplie a capacidade que hoje dispõe para a fabricação de componentes pesados para a indústria nuclear, atividade esta que se encontra concentrada na NUCLEP. O Plano Nacional de Energia 2030 prevê a construção de quatro a oito novas usinas nucleares para atender a demanda energética do país, o que implicará na necessidade de atualização tecnológica do parque industrial hoje disponível, para o fornecimento desses componentes, usando-se como exemplo, os novos geradores de vapor da usina de Angra 1, que foram totalmente fabricados na fábrica da NUCLEP, em Itaguaí – RJ.

Além da geração de energia elétrica, há uma ampla gama de aplicações da tecnologia nuclear na indústria, saúde, meio ambiente e agricultura, que demandam, continuamente, a realização de pesquisas científicas e tecnológicas, bem como desenvolvimento de novos e melhores produtos e serviços, que contribuem diretamente para a qualidade de vida da população.

Quanto à Medicina Nuclear, esta é a área de aplicações da energia nuclear onde são utilizados os radioisótopos, tanto em diagnósticos como em terapias, para a avaliação e o tratamento de neoplasias, cardiopatias, neuropatias e outras enfermidades.

Atualmente mais de 300 clínicas e hospitais de diversos locais do país realizam procedimentos de medicina nuclear. O Brasil apresenta uma demanda crescente por este tipo de serviço, com uma taxa em torno de 10% ao ano. Os insumos que viabilizam a realização destes procedimentos são produzidos, em sua maioria, em reatores nucleares de pequeno porte. Os reatores de pesquisa existentes no país não têm capacidade para produzir esses insumos em escala comercial, o que traz para o país uma forte dependência em relação aos fornecedores estrangeiros. Nesse sentido, está sendo desenvolvido o projeto do Reator Multipropósito Brasileiro-RMB que possibilitará o atendimento integral da demanda nacional por esses insumos.

Outro setor que será beneficiado com a implantação do Reator Multipropósito Brasileiro é o da indústria nuclear, que hoje depende de serviços contratados no exterior para realizar testes com componentes estruturais e com materiais utilizados na fabricação de elementos combustíveis. Além disso, outros serviços que utilizam tratamento por irradiação poderão ser realizados em maior escala no país. Complementando, o Empreendimento RMB será uma instalação única na América Latina e possibilitará o desenvolvimento de pesquisas aplicadas em vários campos da ciência, além do intercâmbio e da cooperação técnica junto a diversos países.

No que tange às tecnologias de futuro, a fusão termonuclear de núcleos leves – deutério e trítio, em particular – tem enorme potencial para se tornar, num futuro próximo, uma fonte de energia limpa e segura, não agressiva ao meio ambiente e, praticamente, inesgotável. A viabilidade científica do processo

foi demonstrada na década de 1990 nos tokamaks JET (Joint European Torus), situado na Inglaterra e TFTR (Tokamak Fusion Test Reactor) nos EUA, que são máquinas que utilizam o principio de confinamento magnético para geração e confinamento do plasma. Atualmente, encontra-se em construção, na França, o primeiro protótipo de reator de fusão termonuclear, denominado ITER (International Thermonuclear Experimental Reactor), projeto de cooperação internacional com participação de vários países (Comunidade Européia, Japão, Rússia, EUA, China, Índia e Coréia do Sul). É imperativo que o Brasil desenvolva e domine esta tecnologia. Para tanto, propõe-se a criação de um centro de pesquisa e desenvolvimento em fusão termonuclear que atue e/ou coordene as diversas áreas envolvidas, tais como: geração e confinamento de plasmas de altas temperaturas, materiais estruturais especiais, combustível nuclear (deutério e lítio), robótica, bobinas supercondutoras etc. É importante lembrar que o Brasil é o principal produtor de nióbio, elemento químico largamente utilizado nas bobinas supercondutoras utilizadas no confinamento magnético do plasma, assim como é um produtor importante de lítio, utilizado como combustível na reação de fusão.

É importante ressaltar que todas estas atividades e projetos só poderão ser realizados e alcançados se a questão dos recursos humanos for enfrentada. Ao longo dos últimos anos o setor nuclear brasileiro vem passando por uma expansão de suas atividades, caracterizada pelo crescente número de instalações nucleares e radiativas existentes no país e que atuam nos mais diversos segmentos de aplicação, como por exemplo, energia, saúde, indústria, agricultura e meio ambiente. Atualmente, o país conta com um conjunto de profissionais experientes, com sólida formação e conhecimento da área nuclear. Entretanto, este grupo não está dimensionado para atender ao crescimento da demanda, sendo necessário incrementar a renovação e a reposição dos quadros técnicos existentes, de tal forma a possibilitar a sustentabilidade da competência hoje existente. Desde 2006 o setor nuclear conta com um programa que oferece bolsas de mestrado e doutorado, direcionadas a alunos de pós-graduação de várias instituições de ensino do país. No entanto, esse esforço é insuficiente para atender às demandas do setor, sendo necessário duplicar, a médio prazo, o número de profissionais formados nos diversos segmentos.

Dentre as organizações do MCTI que executam a política nuclear merecem destaque três instituições. A CNEN, autarquia vinculada ao MCT, sendo a autoridade máxima do governo no setor, tem a atribuição legal de garantir o uso seguro da energia nuclear e das radiações ionizantes, visando proteger os trabalhadores e o público em geral, bem como preservar o meio ambiente. É responsável pelo destino final dos rejeitos radioativos gerados nestas atividades. Responde, ainda, pela orientação, planejamento, supervisão, fiscalização e pesquisa científica na área nuclear. Também, compete a CNEN garantir a aplicação da tecnologia e o uso dos materiais nucleares para fins exclusivamente pacíficos e devidamente autorizados em todas as atividades nucleares executadas no país, em cumprimento as normas nacionais e acordos internacionais assumidos pelo Brasil, como também assegurar que as instalações, que utilizam materiais nucleares e radioativos, operem de acordo com a norma nacional de proteção física que estabelece mecanismos contra atos de roubo, furto, sabotagem e atos terroristas.

A INB é uma sociedade de economia mista parcialmente dependente de Recursos do Tesouro e tem por missão garantir o fornecimento do combustível nuclear para geração de energia elétrica. A NUCLEP também é uma empresa pública de capital dependente do Tesouro Nacional, que tem como missão fornecer equipamentos pesados para indústria nuclear, já tendo fornecido diversos componentes pesados para as usinas Angra I e Angra II. E no momento,

encontra-se fabricando novos componentes para a usina Angra III e desenvolvendo o projeto de fabricação do vaso de pressão do reator e dos geradores de vapor da planta de propulsão do primeiro submarino nuclear brasileiro.

Em termos de distribuição territorial, as unidades empresariais/estatais, excetuando-se os da mineração que, pela própria natureza, são localizadas onde o minério está disponível, estão concentradas na Região Sudeste, notadamente no Estado do Rio de Janeiro.

Como principais desafios para a política nuclear, destacam-se:

i) buscar a autonomia e sustentabilidade do país na produção de energia nucleoelétrica;

ii) ter autossuficiência nas etapas do ciclo combustível com possibilidade de exportação de excedentes;

iii) ampliar a oferta de produtos e serviços tecnológicos na área nuclear (saúde, meio-ambiente, agricultura e indústria); e

iv) atender ao previsto na Estratégia Nacional de Defesa, no que se refere ao desenvolvimento de submarino de propulsão nuclear.

Com o alcance desses desafios, espera-se, como principais resultados, um maior equilíbrio da matriz energética, o acesso da população aos benefícios da tecnologia nuclear aplicada à medicina, a ampliação do uso de tecnologia nuclear na indústria e a economia de divisas, contribuindo para a soberania nacional e para o acesso a mercados internacionais.

Para o quadriênio 2012-2015 foram definidos três indicadores do programa: número de criações intelectuais na área nuclear desenvolvidas nacionalmente; oferta de molibdênio-99; e taxa do ciclo do combustível nuclear com processo de produção nacional.

O indicador de número de criações intelectuais que compreende a totalidade de patentes, softwares, desenhos industriais, modelos de utilidade e cultivares, tinha o índice de referência em de 85 criações acumuladas em 2011. No final do PPA 2012-2015 foi alcançado o índice de 101 criações, com crescimento de 19%.

O indicador de oferta de molibdênio tinha como índice de referência em 2011 o quantitativo de 14.330 ci. Agora no final do PPA 2012-2015 o total de ci fornecido foi de 23.442, com um aumento expressivo de 64%.

O terceiro indicador do Programa Política Nuclear que é a Taxa do ciclo do combustível nuclear com processo de produção nacional evoluiu de 63,6%, ao final de 2011, para 69,9%, ao final de 2015, incremento esse representado pelo aumento da capacidade instalada e comissionada da Usina de Enriquecimento de Urânio, que era de 13.000 kg UTS (Unidade de Trabalho de Separação), em 2011, passando para 35.300 kg UTS, em 2015.

A continuidade da implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio é estratégica para o país e a etapa mais relevante para a evolução desse indicador (35% da taxa), juntamente com a Usina de Conversão (5% da taxa), uma vez que a INB já possui as demais etapas do ciclo do combustível em operação (60%).

2- VISÃO DOS PRINCIPAIS ATRIBUTOS DO PROGRAMA

O Programa Política Nuclear no PPA 2012-2015 foi estruturado em sete Objetivos que englobavam o conjunto de ações necessárias para o atendimento das atividades nucleares no país.

O Objetivo de aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no país, para ampliar o acesso à medicina nuclear pela população brasileira, é fundamental para a política, pois, apesar da oferta de molibdênio 99 (Mo-99) no País ser da ordem de 4% da demanda mundial, o número per capta de exames de medicina nuclear executados no Brasil é ainda 2,5 vezes menor do que na Argentina e 6 vezes menor do que nos EUA. Portanto, o segmento apresenta uma demanda potencial ainda a ser atendida, o que requer uma ampliação na capacidade de produção da CNEN.

Para isso foram definidas duas metas: a primeira de ampliar o fornecimento de radioisótopos e radiofármacos para 404 ci por semana foi plenamente atingida, com a produção em 2015 de 446 ci, o que significa um aumento de 27% em relação ao fornecimento em 2011 que era de 350 ci. Entretanto, em função das dificuldades existentes, principalmente a instabilidade do fornecimento de Mo-99 pelo mercado internacional, a segurança no fornecimento somente será alcançada com a entrada em operação do Reator Multipropósito Brasileiro - RMB, prevista para 2021.

A segunda meta é justamente a implantação do RMB, com características e capacidades para prestar os serviços de produção de radioisótopos – em especial o molibdênio 99 (Mo-99) – para realizar testes de irradiação de combustíveis nucleares e de materiais e as respectivas análises pós-irradiação, e para realizar pesquisas científicas com feixes de nêutrons em várias áreas do conhecimento. O RMB é um empreendimento de arraste tecnológico e de organização para o setor nuclear, de importância fundamental para viabilizar políticas ministeriais e objetivos estratégicos do país.

A não disponibilização dos recursos orçamentários previstos no PPA 2012-2015 tornou inviável o alcance da meta programada para o período – 50% da implantação do empreendimento - e evidenciou a dificuldade de se implementar uma gestão eficiente na implantação do empreendimento RMB. Na falta dos recursos orçamentários previstos no PPA a coordenação do projeto precisou buscar recursos extra-orçamentários, o que implica em incerteza na condução das ações e atraso na execução do cronograma físico do empreendimento. Essa situação exige um esforço e uma habilidade de se implantar uma gestão reversa, ou seja, que se vê obrigada a adaptar o cronograma físico aos valores de recursos obtidos, causando assim atrasos sistêmicos na

obtenção das metas planejadas e consequentemente na conclusão da implantação do empreendimento RMB, agora estimada para 2021. Apesar destas dificuldades orçamentárias, no quadriênio 2012-2015 foi possível atingir 13,5% da implantação do empreendimento.

O Objetivo de Implantar programa de formação especializada do setor nuclear, envolvendo universidades e centros tecnológicos, voltados para os segmentos de pesquisa avançada, desenvolvimento tecnológico e indústria nuclear, cuja implementação se dá por intermédio da concessão de bolsas de mestrado e doutorado para cursos de pós-graduação realizados no âmbito das unidades de pesquisa da CNEN, além de parcerias com instituições de ensino em áreas de interesse do setor nuclear. A meta de alcançar 164 profissionais no quadriênio foi alcançada em 96%, com a formação de 157 profissionais.

Fortalecer o sistema de regulação nuclear, para garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear e das radiações ionizantes no país é outro Objetivo, cuja as principais ações estão relacionadas ao controle da exposição das pessoas à radiação, ao controle da liberação de material radioativo para o meio ambiente, à diminuição da probabilidade de ocorrência de eventos que possam levar a perda de controle sobre o núcleo do reator nuclear, da reação em cadeia e de fontes radioativas e, ainda, à mitigação de consequências no caso de ocorrência de eventos.

Para este Objetivo a meta principal para o quadriênio do PPA foi a criação da Agência Nacional de Segurança Nuclear - ANSN. Atualmente, a Comissão Nacional de Energia Nuclear executa a função de órgão regulador nuclear no País, através da Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear e a função de promoção, pesquisa, desenvolvimento, prestação de serviços e produção por meio da Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento. A separação destas funções tem encontrado respaldo nas recomendações e manifestações nacionais e internacionais, sendo a criação da Agência uma ação fundamental para viabilizar este objetivo. Neste período a CNEN apresentou anteprojeto de lei para criação da ANSN, encaminhando-o para apreciação das diversas instâncias governamentais afetadas. Desde então esta CNEN vem acompanhado a tramitação do mesmo. O Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI após análise, remeteu o anteprojeto ao Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG, sendo a última informação sobre o anteprojeto da Agência, que após análise do MPOG, em fins de 2014, o mesmo estaria no MCTI.

O Objetivo de desenvolver a tecnologia nuclear e suas aplicações para atender aos diversos usos na área civil, abrange as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação nos mais variados campos de aplicação como na geração de energia elétrica, na saúde, na agricultura, meio ambiente e na indústria, de forma a apresentar soluções técnicas – processos, produtos e serviços - demandados pelos segmentos empresariais. Dentro deste escopo o Objetivo possuía duas metas importantes: implantar 80% do Laboratório de Fusão Nuclear – LFN e realizar, anualmente, 450 pesquisas científicas e tecnológicas.

A implantação do Laboratório de Fusão Nuclear atingiu no final do quadriênio 2012-2015 apenas 3% do total do empreendimento, devido, principalmente, aos poucos recursos orçamentários liberados para esta meta. Como alternativa buscou-se, com sucesso, a celebração de um convênio

com a FINEP para contratação dos projetos de engenharia básico e executivo do futuro Laboratório. Além disso, está em andamento o projeto de atualização e adequação do dispositivo experimental de fusão nuclear, Experimento Tokamak Esférico – ETE, atualmente instalado no INPE, para sua futura transferência para o LFN e, a prospecção de um dispositivo adequado para ser instalado no LFN após a fase inicial de exploração do ETE.

A meta de alcançar, anualmente, 450 pesquisas científicas e tecnológicas foi superada no PPA 2012-2015, atingindo uma média anual, neste período, de aproximadamente 500 pesquisas. Os recursos utilizados para manutenção, modernização e ampliação da infraestrutura de P&D disponível nos diversos institutos da CNEN, bem como os recursos de custeio e capital para a realização das pesquisas são disponibilizados com o orçamento da União, mas também com uma complementação expressiva de recursos de fomento captados junto a diversas agências financiadoras de projetos de P&D no país, em especial, Finep, CNPq, Fapesp, Fapemig e Faperj, e internacional (Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA). Essa situação demonstra, por um lado, a grande capacidade dos institutos na captação deste tipo de recurso, e por outro lado a insuficiência dos recursos orçamentários da União para que se possa utilizar melhor a capacidade de desenvolvimento de P&D disponível nas unidades da CNEN.

Identificar e definir soluções para a deposição definitiva dos rejeitos radioativos de média e baixa atividade, visando a proteção da população e do meio ambiente, é outro Objetivo importante para o Programa Política Nuclear, pois a geração de eletricidade por meio de fonte nuclear, as aplicações das radiações ionizantes na saúde, indústria, agricultura e meio ambiente e o processamento de materiais brutos que contenham radionuclídeos de ocorrência natural, produzem rejeitos radioativos que ocorrem de formas variadas e com características físicas e químicas bastante diferentes. Rejeitos radioativos são fontes de emissão de radiação ionizante e, como tal, constituem agentes de risco devendo, portanto, ser gerenciados de tal forma que a proteção à saúde humana e ao meio ambiente seja garantida, no presente e no futuro.

A principal meta para este Objetivo está relacionada com a implantação do Repositório Nacional para Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Níveis de Radiação – RBMN. Assim como os outros dois grandes projetos, o RBMN, durante a vigência do PPA 2012-2015, não recebeu os recursos orçamentários necessários para implantar o cronograma físico previsto. Além disso, o atraso da implantação do empreendimento se deveu à decisões políticas de postergar decisões técnicas. Com isto, o empreendimento alcançou apenas 10% da sua implantação. O ponto crítico do projeto está relacionado com a seleção do local do Repositório, o qual encontra-se em sua fase técnica final, porém depende ainda de decisões governamentais, uma vez que ela requer ações políticas e de possíveis definições sobre compensações financeiras ou de contrapartidas ao município selecionado. A etapa seguinte à seleção técnica é a negociação com as partes interessadas visando à aceitação pública do local selecionado.

O Objetivo de expandir e implantar, em escala capaz de suprir a demanda nacional, o ciclo completo para produção do combustível nuclear, gerou diversos resultados. Em 2015, a Usina de Enriquecimento teve concluído o comissionamento da Cascata 6 do Módulo 2, com um progresso físico de 4,3%, no exercício, e alcançando um progresso acumulado no período 2012-2015 de 15,52%, no período 2012-2015, referente à primeira etapa de sua implantação, que envolve 10 cascatas de ultracentrífugas, distribuídas em 4 módulos. Desde o início do projeto, em 2000, a primeira etapa já atingiu 71,48% de progresso físico.

As severas restrições orçamentárias experimentadas desde o início da implantação, e as dificuldades relacionadas à complementação das infraestruturas prediais e eletromecânicas dos módulos já construídos e de fornecimento de ultracentrífugas em escala ampla, são as principais causas para a lenta evolução do empreendimento.

Nesse contexto, encontra-se inserido na Ação de Implantação da Usina de Enriquecimento a necessária construção da Unidade Tecnológica de Separação Isotópica – UTSI, a qual tem por objetivo ampliar a capacidade de produção de ultracentrífugas, realizar a manutenção das ultracentrífugas existentes e promover a permanente evolução tecnológica das mesmas.

A UTSI foi concebida com dois módulos: Aramar e Resende. Para a implantação do Módulo Aramar, o primeiro a ser construído, foram empreendidas ações para a contratação, pela INB, dos serviços do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo - CTMSP, para a elaboração do Projeto Básico destinado a amparar a definição dos escopos de serviços de engenharia, da construção civil e da montagem da infraestrutura eletromecânica. Tal contratação estava diretamente associada à assinatura, entre INB e CTMSP, de Instrumento de Cessão de Uso do terreno de propriedade da Marinha do Brasil, no Centro Experimental Aramar – CEA, em Iperó/SP, destinado à construção do Módulo.

Entretanto, a necessidade de remanejamento dos escassos recursos para atividades mais prioritárias e urgentes do projeto, inviabilizaram as contratações acima indicadas.

Mesmo com as limitações impostas, em 2015, com a entrada em operação da Cascata 6, a capacidade nominal instalada da Usina de Enriquecimento ultrapassou 35.000 kg UTS/ano, equivalente a cerca de 34% de uma recarga da Usina de Angra 1, considerada como 103.000 kg UTS, tendo desta forma praticamente atingido a Meta fixada no PPA 2012-2015: “00MU - Atender, com produção nacional, a 35% da demanda de urânio enriquecido para a Central Nuclear de Angra 1”.

Ao longo de 2015, a produção de Urânio Enriquecido atingiu 3.714 kg, com um estoque acumulado de 12.958 kg de U. Desse estoque, pela primeira vez, um lote de Urânio enriquecido, com massa de 6.795 kg, está sendo utilizado para a produção de parte do combustível nuclear da 22ª Recarga de Angra 1. A continuidade da produção de Urânio Enriquecido permitirá a sua utilização na fabricação das próximas recargas de Angra 1. O atual estágio da Usina de Enriquecimento de Urânio já proporciona a redução do custo final do combustível nuclear.

Ao longo do período de 2012-2015, a meta prevista no PPA, de “Atender a 100% da demanda de elementos combustíveis para operação dos reatores das usinas termonucleares brasileiras” foi integralmente atendida, inclusive para Angra 3, cuja fabricação de todo o Núcleo, que representa o equivalente a três recargas anuais, precede em um longo período o início da operação da usina.

Em 2015, foram produzidos 103 Elementos Combustíveis para as usinas termonucleares Angra 1 e Angra 2, que foi a demanda do exercício, conforme revisão do cronograma de entrega. Estão estocados 69 ECs, referentes à primeira região do Núcleo da Usina de Angra 3, produzidos em exercícios anteriores.

Por outro lado, a exploração da lavra a céu aberto da Mina do Engenho, alternativa à lavra subterrânea, ainda está no início do seu desenvolvimento. Essas dificuldades fizeram com que fosse necessário importar Urânio em suas variadas formas, totalizando 881t de U3O8, no período do PPA2012-2015, para atendimento da demanda das usinas termonucleares brasileiras.

Embora sem um progresso físico acumulado significativo registrado no período do PPA 2012-2015, com um avanço de apenas 1,27%, na Unidade de Concentrado de Urânio - URA, em 2015, se obteve importantes avanços que permitem vislumbrar um cenário favorável para retomada da produção, bem como para ampliação daquela unidade, que passa a integrar o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC a partir de 2016.

Foram concedidas, pelo IBAMA, a Licença de Instalação, a Autorização de Supressão Vegetal e a Autorização de Afugentamento da Fauna, necessárias para a etapa inicial do projeto de exploração da nova jazida, a da Mina do Engenho, também em Caetité, para atendimento à URA, tendo sido iniciada a execução da construção dos acessos e da infraestrutura. Ainda em relação à Mina do Engenho, indispensável para a duplicação da produção de concentrado de urânio, iniciou-se a execução das sondagens geotécnicas, necessárias à elaboração do projeto de lavra, que, por sua vez, servirá de base para a obtenção da Autorização de Lavra da nova mina, junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN. Foi também concluído o Projeto Básico da duplicação da capacidade de produção da URA.

As principais causas para o lento desenvolvimento da ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio estão relacionadas a não obtenção de licenças, especialmente as nucleares. Iniciadas em 2008, as atividades de implantação da lavra subterrânea da Mina da Cachoeira estão paralisadas desde 2009, quando foi alcançada a extensão até então licenciada de 500m da rampa de acesso, não tendo havido ainda autorização para continuidade dos trabalhos.

A Província Uranífera de Lagoa Real, localizada no centro sul do estado da Bahia, é uma das regiões mais promissoras do País, ainda não foi totalmente pesquisada e seus recursos em U3O8, na categoria de Recurso Medido mais Recurso Indicado, correspondendo aos Recursos Razoavelmente Assegurados, segundo a AIEA, ainda não são totalmente conhecidos.

Em razão disso, as pesquisas geológicas, atualmente, estão concentradas naquela região, onde se localiza a URA, tendo sido obtido um aumento, no período do PPA, de 7,42% das reservas de Urânio, correspondendo ao acréscimo de 16.000t de U3O8, em relação à meta de aumento de 30%.

Dentre os obstáculos para um aumento mais significativo das reservas, destacam-se a necessidade de obtenção de licenças ambientais para abertura de picadas e supressão de vegetação nos locais de prospecção e pesquisa e a de pagamento de indenização por ocupação temporária dos terrenos, amparada nos termos do Decreto – Lei Nº 1.865/81.

Outro projeto voltado para a expansão do ciclo completo do combustível nuclear, a implantação da Usina de Conversão atingiu no período do PPA 2012-2015 um progresso físico acumulado de 9%, frente à meta de atingir 40% do cronograma físico de implantação da usina. As dificuldades para um avanço maior do empreendimento estão relacionadas às restrições orçamentárias e financeiras, bem como à elevada complexidade tecnológica para atendimento das normas nucleares, de segurança industrial e de proteção ao meio ambiente, com soluções de engenharia integradas.

Entre 2014 e 2015, foram concluídos os estudos preliminares de viabilidade e iniciados os processos de licenciamento de local da nova unidade. Foi iniciada também a contratação de projetos básicos para as unidades de apoio e de testes de equipamentos e de capacitação de pessoal, bem como serviços de consultoria de engenharia internacional, objetivando que os critérios de projetos de plantas industriais no "estado da arte" possam ser conhecidos e aplicados no projeto da unidade brasileira, na busca de resultados de excelência nos campos da segurança operacional, gestão de riscos e sustentabilidade.

Outro importante ponto em direção à autonomia estratégica do ciclo do combustível refere-se à geração de conhecimento e expertise em tecnologia própria e nacionalização de componentes. A INB vem desenvolvendo projeto de capacitação em engenharia de projeto de combustíveis nucleares e na nacionalização dos componentes importados, efetuando o desenvolvimento e a qualificação da própria INB e de fornecedores nacionais.

Também importante para a autonomia na geração de energia elétrica de fonte nuclear e para geração de excedentes exportáveis, a implantação da Usina de Extração e Beneficiamento de Urânio e Fosfato em Santa Quitéria/CE, apresentou avanço no seu processo de licenciamento, já tendo sido entregues o EIA\RIMA, realizadas as audiências públicas, estando pendente a emissão de Licença Prévia – LP pelo IBAMA, que depende da Autorização de Local - AL pela CNEN, a qual depende do atendimento de condicionantes para sua emissão.

No PPA 2012-2015 a Nuclep, empresa com atividades relevantes na área nuclear, foi inserida no Programa Temático Desenvolvimento Produtivo dentro do Objetivo Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados foi inserido, cujo responsável era o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Neste Objetivo foram definidas para a empresa as seguintes metas: produzir 12.000 toneladas de equipamentos e componentes para as indústrias nuclear e de alta tecnologia; capacitar 2.048 profissionais na área metal-mecânica para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia; e obter e preservar o selo N (projeto de equipamentos nucleares) do American Society of Mechanical Engineers (ASME).

Para a primeira meta, a NUCLEP produziu nos anos 2012, 2013, 2014 e 2015, respectivamente 2657, 3171, 7616 e 1055 toneladas. Totalizando no período dos quatro anos, 14.498 toneladas de equipamentos. Dentre esses, merecem destaque alguns importantes componentes para a área nuclear: fornecimento de 1 Feixe Tubular para Usina Nuclear de Angra I; fornecimento de Embutidos para Usina Nuclear de Angra III; fornecimento de 2 Caixas de Semi-Condensadores para a Usina Nuclear de Angra III; fornecimento de 2 Vasos de Pressão 30B e 48Y, para as Industrias Nucleares do Brasil – INB; fornecimento de Tampas, Coletor e Chapas de Apoio da Caixa do Condensador (MAG 30) para a Usina Nuclear de Angra III; fabricação de 4 Vasos de Pressão 30B para o Centro Tecnológico da Marinha (CTMSP); e fabricação de 2 Cilindros (30B e 48Y) para as Industrias Nucleares do Brasil (INB).

Relativo à segunda meta, foram capacitados nos anos 2012, 2013, 2014 e 2015, respectivamente, 721, 562, 47 e 143 empregados. Totalizando no período dos quatro anos, 1.473 funcionários capacitados. Principais treinamentos realizados: código ASME Seções VIII e IX; tratamento térmico em juntas soldadas; inspetor de soldagem N2; ultrassom N2; líquido penetrante N2; partícula magnética N2; proteção radiológica; e inspetor de Radiografia ER-N2-S-IL.

Em relação à terceira meta. Na elaboração do PPA 2012-2015 havia a expectativa da construção de novas usinas nucleares, com a reativação do Programa Nuclear Brasileiro. Desta forma, era importante a obtenção do Selo N (projeto de equipamentos nucleares) do ASME (Associação de Engenheiros Mecânicos dos Estados Unidos). Procurava-se, evitar com isso, que o País pudesse se colocar de forma dependente tecnologicamente e a mercê das imposições e conveniências de fornecedores estrangeiros. Mas ao longo do período do PPA, a expectativa de construção de novas usinas não se concretizou. Não sendo mais interessante para a Nuclep a obtenção deste Selo. Pois há custos relacionados na obtenção e manutenção desta certificação impostos pelas regras do código ASME. Sendo os Selos que a empresa já possui (para fabricação e montagem) são suficientes para sua participação em concorrências internacionais como fabricante de componentes nucleares em conformidade com a seção III do Código ASME.

Cabe destacar também que neste PPA, houve o inicio das atividades de engenharia para a fabricação de 1 Vaso de Pressão do Reator (VPR) e 2 Geradores de Vapor (GV) do sistema de propulsão do primeiro Submarino Nuclear Brasileiro. Outra obra de extrema importância para País, apesar de não ser uma obra nuclear, foi a continuidade da construção de 4 Cascos Resistentes de Submarinos Convencionais para a Marinha do Brasil.

Relativo às Iniciativas do Objetivo, é importante destacar a Iniciativa “03I1 – Modernização e adequação da infraestrutura da Nuclebrás Equipamentos Pesados - NUCLEP para a produção de equipamentos para a indústria nuclear, de forma competitiva, para atender ao programa nuclear brasileiro.” Ligada a esta Iniciativa a Nuclep modernizou 55 equipamentos do seu parque fabril.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a experiência do PPA 2012-2015, o qual introduziu uma nova metodologia para o Plano Plurianual, o Programa Política Nuclear para o PPA 2016-2019 foi aperfeiçoado com a redução de alguns Objetivos e com a criação apenas de Metas e Iniciativas que refletissem a evolução do indicador do Programa e também de cada Objetivo.

Na elaboração do PPA 2016-2019 também houve a preocupação de retornar a Nuclep ao Programa Política Nuclear, com o Objetivo de manter a capacidade brasileira na área de equipamentos nucleares e de alta tecnologia, tendo em vista a necessidade de melhorar a governança das atividades nucleares e também por ser esta função estratégica para o País, enquanto a construção de novas usinas nucleares não se concretiza.

Em função das restrições orçamentárias durante o período de vigência do PPA 2012-2015 e considerando a importância para a implementação da política nuclear no país, os grandes projetos foram novamente incluídos no novo PPA, inclusive com a inclusão de dois deles no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Como principais desafios da política nuclear, destacam-se: a busca por autonomia e sustentabilidade do país na produção de energia nucleoelétrica; a autossuficiência nas etapas do ciclo combustível com possibilidade de exportação de excedentes; e a ampliação da oferta de produtos e serviços tecnológicos na área nuclear (saúde, meio ambiente, agricultura e indústria).

Neste sentido, a concepção de um plano de médio e longo prazo, como também a racionalidade na alocação de recursos – financeiros, humanos e materiais – são fundamentais para a superação dos desafios que estão apresentados e o fortalecimento da Política Nuclear, como ação indutora do desenvolvimento nacional e da melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

1. Visão Geral do Programa

No Plano Plurianual 2012-2015, Plano Mais Brasil, o governo atribuiu prioridade para políticas públicas que combinem crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais e reconheceu o papel protagonista do Estado como indutor dessas políticas, construídas por meio do diálogo social e do pacto federativo. O desafio enfrentado consistia em utilizar as potencialidades brasileiras (indústria, agropecuária, recursos renováveis, população, entre outros) para alcançar progresso técnico e reduzir as desigualdades.

Para a Ciência e Tecnologia, destacou-se a importância econômica e social das transformações tecnológicas, especialmente nas áreas de tecnologia da informação, nanotecnologia e biotecnologia. Foi reconhecida a necessidade de intensificar os esforços nacionais em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I); criar um Sistema Nacional de Inovação com capacidade de articular empresas, universidades e agentes financiadores; promover a desconcentração regional das atividades científica e tecnológica; e fomentar a formação e capacitação de recursos humanos para a pesquisa e inovação. Assim, dentre os grandes objetivos do governo estavam a redução da defasagem tecnológica; contribuir para a inserção internacional soberana do Brasil; fomentar a economia verde e criativa; e contribuir para a erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais.

O cenário econômico do Plano Plurianual 2012-2015 foi construído tendo em vista a manutenção e intensificação do modelo de desenvolvimento da última década. Buscou-se conciliar crescimento econômico com geração de emprego, estabilidade macroeconômica e redução da desigualdade e da pobreza. Entretanto, o crescimento econômico que era previsto não se concretizou. Como consequência, houve contingenciamento de recursos, sobretudo nos últimos dois anos, que impactou na gestão e na execução de algumas metas.

Nos últimos anos, houve uma ampliação significativa do investimento em atividades de Ciência e Tecnologia (C&T). No período de 2000 a 2013, o dispêndio nacional em C&T, a preços de 2013, passou de R$ 43,7 bilhões para quase R$ 85,6 bilhões. Esse esforço representou um crescimento do gasto em C&T em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), que passou de 1,32%, em 2000, para 1,66% do PIB em 2013. Esforço importante, entretanto, ele não foi suficiente para reduzir a defasagem em relação aos países centrais. Se o país mantiver a mesma taxa de crescimento, precisará de aproximadamente 20 anos para alcançar o patamar tecnológico observado nos países europeus. Atualmente, as economias desenvolvidas investem aproximadamente 2% do PIB em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), que não se confunda com investimentos em C&T.

A instituição de eixos estruturantes de atuação, considerando que o Brasil é um país em estágio intermediário de desenvolvimento tecnológico, busca reduzir a distância que nos separa dos países desenvolvidos. Para tanto, o esforço para a consolidação do sistema nacional de ciência e tecnologia deve ser superior ao observado nos países líderes em termos tecnológicos, da mesma forma que a constituição de um quadro de recursos humanos qualificadas para a realização das atividades de pesquisa, desenvolvimento, difusão e utilização produtiva do conhecimento e da inovação.

Na última década, sob diferentes aspectos, o quadro da formação de recursos humanos no Brasil foi de expansão. Trata-se de uma política pública de Estado, voltada para a formação de recursos humanos de alto nível. De 2000 a 2010, o número de pesquisadores em P&D passou de aproximadamente 126 mil para quase 232 mil e o pessoal de apoio mais do que duplicou, passando de 105 mil para mais de 234 mil pessoas. No entanto, apesar dos avanços obtidos, o número de pessoas envolvidas em P&D ou inseridas em ocupações técnico-científicas, ainda é relativamente baixo se comparado com a realidade dos países desenvolvidos. Um dos desafios do Programa é alcançar um patamar mais elevado, inclusive com a ampliação de perfis de atuação para as mais diversas áreas.

A despeito da expansão observada no período recente, o número de pesquisadores e técnicos ocupados em P&D no Brasil ainda é muito pequeno, indicando a necessidade de se dar continuidade às políticas de formação de cientistas, engenheiros e técnicos nas diversas áreas do conhecimento, especialmente em áreas estratégicas, relacionadas com o desenvolvimento de novas tecnologias, e estimular sua inserção nos ambientes empresariais.

Nos últimos 30 anos, a matriz de C&T mundial se tornou mais densa e complexa. Isso significa que houve um forte estreitamento entre a produção científica dos países e o desenvolvimento de novas tecnologias. Não por acaso, os países mais inovadores e competitivos são justamente aqueles que obtiveram maior avanço na produção do conhecimento científico e que apresentam matrizes de C&T cada vez mais complexas. Nesse período, enquanto outras economias emergentes modificaram sua participação na matriz mundial, como a China e a Coreia do Sul, o Brasil manteve sua posição relativa na matriz, demonstrando que apesar de ter ampliado sua participação na produção científica mundial, o país não avançou da mesma maneira com sua produção tecnológica.

Nos últimos 20 anos, o Brasil ampliou cerca de seis vezes a sua participação na produção científica mundial. Em 2009, os pesquisadores brasileiros foram responsáveis por mais de 32 mil artigos publicados em periódicos indexados pela Thomson/ISI, o que equivale a 2,69% do total mundial e coloca o Brasil na 13ª posição entre os países com maior produção científica. Entretanto, quando desagregamos os dados por áreas do conhecimento, verificamos que a participação brasileira na ciência mundial é bastante desigual. A nossa participação é maior em áreas como ciências agrárias (9,9%), ciências dos animais/plantas (7%), farmacologia e toxicologia (4%) e microbiologia (3,3%); e menor em áreas como física (2%), ciência dos materiais (1,8%), engenharia (1,5%) e ciência da computação (1,2%). Segundo outra fonte de informações, a Scopus, a produção científica brasileira saiu de 2,20% da produção mundial em 2010, para 2,43% em 2013, fato que também comprova o aumento na participação brasileira.

Os dados disponíveis também comprovam o mencionado acima sobre a aderência da ciência brasileira em relação atual matriz mundial e como tem concentrado esforços em áreas distantes da fronteira da ciência produzida nos países líderes, mais focada em áreas tecnológicas como TI, Biotecnologia e Eletrônica.

Embora a taxa de inovação das empresas industriais brasileiras (em relação à própria empresa) tenha aumentado no período recente, ela ainda é bastante inferior à observada nos países desenvolvidos. A Pesquisa de Inovação (PINTEC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), revela que, quando o referencial da inovação é o mercado nacional ou internacional, as nossas taxas de inovação são extremamente reduzidas.

Por isso, um dos principais propósitos do programa temático CT&I foi ampliar fortemente os investimentos empresariais em P&D. No âmbito do PPA e do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia & Inovação (PACTI), foram priorizados setores com potencial para alavancar os investimentos em P&D, entre eles: tecnologias da informação e da comunicação; aeroespacial e defesa; e complexo econômico-industrial da saúde. Além disso, também foram priorizadas tecnologias transversais, como biotecnologia e nanotecnologia, que possuem aplicações nos mais diversos setores de atividade.

Para a economia brasileira dar o necessário salto tecnológico, é fundamental fortalecer e ampliar os instrumentos públicos de fomento à inovação. Nos países desenvolvidos, grande parte dos investimentos empresariais em P&D é financiada com recursos públicos, por meio de subvenção direta ou com juros altamente subsidiados. Evidências recentes corroboram que as políticas de apoio à inovação têm impactos positivos na ampliação dos esforços tecnológicos das empresas.

Por outro lado, o fomento público deve ser direcionado às empresas líderes em P&D, que possuem capacidade para alavancar uma grande rede de pequenas e médias empresas, conferindo dinamismo para o conjunto da economia. Finalmente, fortalecer os instrumentos de apoio à inovação significa, também, ampliar o volume de recursos públicos direcionados para a CT&I. Outro ponto importante e que não poderia deixar de ser considerado na estruturação do Programa, diz respeito à inclusão social e à redução das desigualdades existentes no país.

A ciência e a tecnologia podem contribuir, decisivamente, com soluções criativas para melhorar a qualidade de vida da população. Isso pode ocorrer de diversas maneiras, como, por exemplo: por meio do investimento em novas tecnologias urbanas e habitacionais, que melhorem as condições de moradia das populações que vivem em áreas de risco; e por meio do desenvolvimento e da disseminação de novas tecnologias assistivas, que podem contribuir para a inclusão de pessoas com dificuldades de locomoção ou com deficiência.

A massificação das novas tecnologias, especialmente das tecnologias da comunicação, é fundamental para os processos de inclusão e desenvolvimento social. Dessa forma, algumas diretrizes devem orientar a política de CT&I, entre elas: i) apoio aos esforços nacionais de erradicação da pobreza; ii)

popularização da CT&I, inclusão digital e extensionismo tecnológico; iii) desenvolvimento de tecnologias assistivas; e iv) promoção da P&D e da inovação voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável.

Com relação ao desenvolvimento de tecnologias para uma economia mais verde e sustentável, cabe destacar que o Brasil já é um país de destaque na produção de energia a partir de fontes renováveis e de combustíveis alternativos. Ademais, é um dos países com a matriz energética mais limpa do mundo e tem, portanto, capacitações científicas e tecnológicas que o credencia a se tornar um líder mundial no fomento à economia verde.

Para que a política de CT&I possa contribuir nesse sentido, algumas diretrizes são fundamentais: i) desenvolvimento de tecnologias voltadas ao monitoramento e recuperação de áreas degradadas; ii) desenvolvimento de tecnologias para a redução de riscos e adaptação às mudanças climáticas; iii) apoio da CT&I ao desenvolvimento de cadeias produtivas da economia verde e de processos produtivos de baixo carbono; iv) utilização sustentável e agregação de valor à biodiversidade; e v) desenvolvimento de novas tecnologias que contribuam para a transformação da matriz de transportes.

2. Indicadores

Ao longo do quadriênio do PPA 2012-2015, observou-se um aumento da importância da agenda de CT&I no País. O dispêndio nacional em Ciência e Tecnologia (C&T) passou de 1,56% do PIB em 2011 para 1,66% em 2013, ao passo que o gasto em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) avançou de 1,14% para 1,24% na mesma base de comparação.

Dispêndio nacional em Ciência e Tecnologia (C&T) e em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) - em %

Fonte: MCTI

No âmbito científico, a trajetória crescente do gasto se viu refletida na maior geração de conhecimento científico e na relevância da ciência brasileira no cenário acadêmico mundial. A publicação de artigos científicos nacionais nos periódicos de maior relevância avançou de 2,26% do total de artigos publicados em 2011 para 2,50% em 2014.

Participação do Brasil em relação ao total mundial em número de artigos publicados em periódicos indexados pela Scopus - em %

Fonte: MCTI

A etapa seguinte da conexão entre o desenvolvimento científico e tecnológico e o crescimento econômico envolve a transformação do conhecimento científico em inovação tecnológica na produção, como um novo processo ou produto. Quando o ciclo de conhecimento-inovação é nacional, ele envolve

o registro de uma nova patente por residente. No ciclo do PPA 2012-2015, observou-se relativa estabilidade do número de pedidos de novas patentes por residentes junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Em 2011, foram depositados 7.714 pedidos de novas patentes, mantendo-se nessa faixa pelos dois anos seguintes e recuando para 7.297 em 2014.

Número de pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) por residentes no país

Fonte: INPI

Quanto ao investimento empresarial em P&D, de 2011 a 2013 observou-se recuo de sua participação no investimento total do País em P&D. Isto aponta para a persistência da pouca cultura inovadora das empresas nacionais, mas também indica maior estabilidade e prazos de maturação mais longos dos projetos de P&D fomentados por instituições públicas. Assim, a participação do setor empresarial no total de investimento nacional em P&D recuou de 47,1% para 42,3% entre 2011 e 2013.

Participação do setor empresarial nos dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D)

Fonte: MCTI

3. Principais desafios, Objetivos, Metas e resultados mais relevantes

O planejamento para os anos de 2012 a 2015 da agenda de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) teve como premissa a ideia de que o desenvolvimento econômico e sustentável cada vez mais se apoia na inovação e no desenvolvimento científico e tecnológico do país. Nesse sentido, procurou-se adotar estratégias que possibilitassem a redução da defasagem tecnológica do país em relação à fronteira tecnológica mundial.

Entre 2012 e 2015, a ação governamental para fazer frente aos desafios da área buscou fortalecer três eixos estruturantes da política de CT&I: (i) formação e capacitação de recursos humanos para a pesquisa e a inovação; (ii) suporte, fomento à pesquisa e à infraestrutura científica e tecnológica; e (iii) fomento à inovação tecnológica no setor produtivo brasileiro. O Programa Temático de Ciência, Tecnologia e Inovação do PPA 2012-2015 se baseia nesses três eixos, considerando sempre e fortemente a questão da inclusão social, que passou a configurar como um eixo. O Programa foi composto por 14 Indicadores, 13 Objetivos, 40 Metas e 53 Iniciativas.

Dentre os Objetivos, fomentar o processo de geração, difusão e aplicação dos conhecimentos científicos exige, sobretudo o apoio ao desenvolvimento de projetos de P&D. Neste particular, para o ciclo do PPA 2012-2015, houve a preocupação de estimular metas que pudessem aumentar os investimentos, a regionalização desses investimentos e viabilizar parcerias que integrassem o governo federal, o governo estadual, a iniciativa privada, entre outros, visando à geração de conhecimentos e sua aplicação. Tal esforço pode ser comprovado pelo número alcançado de cooperações firmadas com entidades estaduais, cerca de 80 no período, vindo a espelhar os esforços relativos à regionalização, à ampliação de apoio a projetos de P&D e da integração nos esforços entre os atores que atuam em CT&I. No apoio à pesquisa, a meta de 10 mil projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq foi ultrapassada em razão da racionalização de processos no CNPq e da melhoria da interação com outras agências de fomento e instituições privadas.

O Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) conta hoje com 125 INCT, distribuídos nas cinco regiões do país, e evidencia não apenas o envolvimento de universidades e centros de pesquisa (com a integração de cerca de 2 mil instituições), mas também a forte interação da academia com o setor produtivo e com a sociedade. O trabalho produzido nos institutos contribui para a inserção do Brasil no que há de mais avançado em ciência e tecnologia ao aprofundar, por exemplo, a investigação sobre doenças como dengue, tuberculose, obesidade e diabetes; ao desenvolver vacinas moleculares para a leishmaniose; ao criar um curso de graduação em segurança pública; e ao aprimorar técnicas aplicadas à exploração de fontes não convencionais de petróleo e gás.

O programa mobiliza e agrega os melhores grupos de pesquisa nacionais, impulsiona a pesquisa básica e fundamental, estimula a pesquisa científica e tecnológica de ponta, promove a inovação e o espírito empreendedor, estabelecendo programas que possam contribuir para a melhoria do ensino de ciências e a difusão do conhecimento científico para a sociedade. Desde o seu lançamento, o Programa contou com três Chamadas Públicas, realizadas em 2008, 2010 e 2014, sendo está última integralmente implementada em 2015, contando com recursos iniciais da ordem de R$ 641 milhões, dedicando à análise de mérito de 345 propostas, envolvendo cerca de 32 mil indivíduos, entre pesquisadores, alunos de graduação, pós-graduação e técnicos de laboratório (considerando as indicações feitas para cada rede das propostas dos INCTs) todo o processo de peer review foi desenvolvido por assessores ad hoc estrangeiros. Cerca de cinco mil especialistas, de praticamente todas as áreas do conhecimento e de todos os continentes foram convidados a emitir pareceres acerca do mérito das propostas submetidas - cada proposta foi analisada por pelo menos três desses especialistas.

Dentro da perspectiva de descentralização do apoio a projetos de P&D, destaca-se o aumento alcançado na contribuição das instituições de ICT da Região Amazônica em relação do número de publicações brasileiras no Essential Science Indicators da Thomson Reuters, que superou o previsto. Verifica-se que de 2013 para 2014, a participação nas publicações, considerando particularmente o INPA, saltou de 3,55 para 3,98, sendo que a meta era de se alcançar 4%. Note-se que os números se referem somente à participação de uma das instituições da Região.

Entre os desafios identificados para a consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, estão a necessidade de recuperação da infraestrutura física e laboratorial; a recomposição de seus orçamentos; a implantação de sistemas de gestão; e a desconcentração das pesquisas realizadas da região Sudeste para as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul.

Na Estratégia Nacional de CT&I (ENCTI) 2012-2015, foram selecionadas sete áreas estruturantes: Astronomia, Biotecnologia, Fármacos e Complexos da Saúde, Nanotecnologia, Tecnologias da Informação e Comunicação, Tecnologias Sociais e Tecnologias Industriais.

As metas alcançadas em resposta aos desafios relacionados aos Institutos de Pesquisas e Organizações Sociais vinculadas ao MCTI, também demonstram os avanços alcançados no período do ciclo do PPA. Nesse sentido, destacam-se os índices obtidos no que se refere a processos e técnicas desenvolvidos, depósitos de patentes, registros de software ou outros títulos de propriedade intelectual das criações desenvolvidas, o índice Geral de Publicações (IGPUB), a constituição de 10 novos laboratórios multiusuários no país, a expansão da rede da RNP para 288 novos pontos e o lançamento da pedra fundamental do Projeto Sirius, a nova fonte de Luz Síncrotron brasileira, cujos investimentos são da ordem de R$ 1,3 bilhão.

A criação do Laboratório de Energia Fotovoltaica, do CTI Renato Archer, do Laboratório de Modelagem Molecular, do Laboratório de Pesquisas Gemológicas (LAPEGE), do Núcleo Regional de Cachoeiro do Itapemirim, voltado para pesquisa e desenvolvimento em rochas ornamentais do CETEM, e do Centro de Estudos de Quelônios da Amazônia (Cequa), finalizado em 2014 e inaugurado em janeiro de 2015, no INPA, estão relacionados aos desafios do objetivo. Esforços estes que se somam à abertura de cinco novas instalações aos usuários externos no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM): uma linha de luz, a IR – Espectroscopia de Infravermelho; um equipamento de simulação termomecânica (XTMS), que opera acoplado a linha XRD1 (Difração de Raios X); o Laboratório de Desenvolvimento de Processos (LDP); o Laboratório de Materiais Nanoestruturados (LMN); e a Planta Piloto de Desenvolvimento de Processos (PPDP), incluída no Portal de Usuários a partir de janeiro de 2014.

Em termos de parcerias internacionais, está sendo negociado o engajamento do Brasil no projeto Large Synoptic Survey Telescope (LSST). Outros importantes marcos foram a inauguração da Torre Alta da Amazônia, no INPA, uma torre com cerca de 350 metros de altura, que possibilitará a realização de pesquisas de fronteira em climatologia e mudanças climáticas globais; o experimento Large Hadron Collider beauty (LHCb), com participação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF); e o Laboratório Interinstitucional de e-Astronomia (LIneA), constituição de um grande banco de dados de astronomia, dentro de um Programa Internacional, com a participação do CBPF, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA), do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) e do Observatório Nacional (ON), todos Unidades de Pesquisa do MCTI.

Houve, também, significativo avanço no Programa de Capacitação Institucional (PCI), o programa de bolsas das unidades de pesquisa do MCTI. O orçamento aumentou em 30%, tendo sido incrementados tanto o número de bolsas quanto o valor de cada bolsa.

Dentre os desafios superados, estão a criação de quatro novas unidades de pesquisa em 2014: o Centro de Tecnologias Estratégicas da Região Nordeste (CETENE), o Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal (INPP), o Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA) e o Instituto Nacional de Águas (INA).

Destes, o CETENE já se encontra em pleno funcionamento. O INMA, que constituía anteriormente um museu ligado ao Ministério da Cultura, passou a integrar a estrutura do MCTI em 2016. O INPP teve seu edifício finalizado no campus da UFMT em Cuiabá (atualmente o edifício está ocupado por redes de pesquisa da universidade) e encontra-se sob gestão do Museu Goeldi.

Em relação ao Objetivo de expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos, o Programa Ciência sem Fronteiras buscou promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional, buscando formar estudantes brasileiros no exterior. Além disso, buscou atrair pesquisadores estrangeiros que quisessem se fixar no Brasil ou cooperar com pesquisadores brasileiros em áreas prioritárias (Engenharias e demais áreas tecnológicas, Ciências Exatas, Ciências Biológicas e da Saúde). O programa representa o êxito no estabelecimento de parcerias entre governo, setor produtivo e instituições de ensino superior e pesquisas públicas e privadas.

Em 2015, o Programa Ciência sem Fronteiras concedeu, no âmbito do CNPq, 5,5 mil bolsas de graduação sanduíche, implementadas com financiamento de empresas, tais como: Eletrobrás, Petrobrás, Natura, Shell, POSCO e Hyundai, resultado do lançamento das chamadas públicas para diferentes países como a Polônia, Austrália, Bélgica, Canadá, Coréia do Sul, Espanha, Finlândia, Holanda, Nova Zelândia, e Reino Unido. Somadas às bolsas concedidas entre 2011 e 2014, em 2015, o CNPq concedeu 26,8 mil bolsas de graduação, atingindo a meta prevista de participação. Na primeira fase do Programa, desenvolvida em conjunto com a CAPES, foram concedidas, no período 2011-2015, 101,4 mil bolsas, sendo 78,9 mil na modalidade graduação-sanduíche, envolvendo 30 países. Do total de bolsas concedidas, 81% foi na modalidade "graduação sanduíche" e 19% nas modalidades de "doutorado pleno", "doutorado sanduíche" e "pós-doutorado". Nas modalidades Pesquisador Visitante Especial e Bolsa Jovem Talento, superou as metas estabelecidas, concedendo, respectivamente, 1,3 mil e 674 bolsas.

Desde a sua criação, o Programa Ciência sem Fronteiras destacou-se como propulsor do tema internacionalização da Ciência, Tecnologia e Inovação no país. A revisão do programa teve início, com o objetivo de adaptar o esforço de internacionalização às recomendações do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 e da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, às possibilidades e à missão do órgão, dando ênfase àquelas propostas que melhor justifiquem sua intervenção.

As ações da agenda de CT&I voltadas para o fomento à inovação no setor produtivo também registraram avanços. Nesse sentido, há a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação (EMBRAPII), que avançou com suas atividades, mediante a integração das três unidades piloto, o lançamento de chamadas públicas para seleção de novas unidades e sua contratação, e o credenciamento de polos formados por unidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Há, ainda, os esforços empreendidos pela FINEP com a finalidade de intensificar e ampliar o volume de recursos ofertados, aumentar a eficiência operacional interna, melhorar as condições de financiamento com o uso articulado dos diferentes instrumentos de apoio à CT&I e facilitar o acesso das empresas aos instrumentos de financiamento não-reembolsável à realização de PD&I em setores estratégicos. O aumento da eficiência operacional proporcionado pelo FINEP 30 Dias permitiu elevar a escala das operações de crédito da Finep, com impactos positivos sobre o objetivo de promover PD&I. O portal do Finep 30 Dias já havia registrado mais de 4 mil cadastros de empresas, dos quais 1.247 estavam concluídos. Das empresas com cadastro concluído, 680 apresentaram projetos de inovação à Finep, totalizando uma demanda de R$ 31 bilhões.

A FINEP vem gerindo recursos em operações de crédito, subvenções econômicas, apoio não-reembolsável e investimento direto e em fundos, com a missão de promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições público ou privadas. Tais recursos foram aplicados, segundo as diretrizes estabelecidas no PPA 2012-2015, no Plano Brasil Maior (PBM), na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) e no Plano Inova Empresa.

O Plano Inova Empresa tem o objetivo de elevar a produtividade e a competitividade da economia brasileira e constitui a principal iniciativa em curso para a promoção da inovação e pesquisa em setores estratégicos. Além de contar com R$ 32,9 bilhões em recursos, o Plano envolve a articulação entre diferentes instituições governamentais, disponibiliza formas de financiamentos diversificadas e integradas, estimula a criação de parcerias entre empresas e ICT e descentraliza o crédito para micro, pequenas e médias empresas.

No âmbito do Plano Inova Empresa, houve o lançamento do Inova Petro, uma iniciativa conjunta da FINEP e do BNDES, com o apoio técnico da Petrobras. Seu objetivo é fomentar projetos que contemplem pesquisa, desenvolvimento, engenharia, absorção tecnológica, produção e comercialização de produtos, processos e/ou serviços inovadores, visando ao desenvolvimento de fornecedores brasileiros para a cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás natural.

Também foi dada continuidade à implementação do Plano Conjunto BNDES-Finep de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico (PAISS), cujo objetivo é apoiar e estimular projetos que visem o desenvolvimento, a produção e a comercialização de novas tecnologias industriais destinadas ao processamento da biomassa proveniente da cana-de-açúcar.

Ademais, houve o lançamento do Programa de Investimento Direto em Empresas Inovadoras, que contará com aporte inicial de R$ 200 milhões por meio do Fundo de Investimento em Participações (FIP Inova Empresa), que passará a investir direto em empresas com elevado risco tecnológico.

Esse conjunto de fatores contribui para o aumento da acessibilidade, da agilidade e do impacto do fomento público à inovação. No âmbito do Plano Inova Empresa, 12 editais foram lançados: Inova Petro I e II, Inova Energia, Inova Agro, Inova Aerodefesa, Inova Telecom, Inova Sustentabilidade, PAISS Etanol 2ª geração, PAISS Agrícola, Infraestrutura e Inova Saúde - Fármacos e Equipamentos Médicos.

A demanda por financiamento decorrente desses editais foi de R$ 98,7 bilhões, envolvendo 2.787 empresas e 238 instituições de pesquisa. Até dezembro de 2014, o valor total contratado correspondia a R$ 35,4 bilhões, sendo R$ 17,8 bilhões via BNDES e R$ 17,6 bilhões via Finep. Já o saldo a ser contratado nos próximos meses corresponde a R$ 15,91 bilhões, divididos entre Finep (R$ 7,1 bi) e BNDES (R$ 8,82 bi).

No que tange à descentralização, estão em operação os programas TECNOVA (subvenção econômica) e INOVACRED (operações de crédito).

Entre as diversas iniciativas do MCTI para promoção da inovação, o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC) constitui um dos principais instrumentos de integração das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) com empresas, proporcionando condições para ampliar os atuais índices de inovação, principalmente das micro, pequenas e médias empresas (MPME). Nesse sentido, foram empreendidos esforços para consolidar o SIBRATEC, com a finalidade de apoiar o desenvolvimento tecnológico das empresas brasileiras e contribuir para o aumento do valor agregado de seu faturamento, produtividade e competitividade nos mercados interno e externo.

Ao longo do período, foram constituídas 13 redes temáticas de Centros de Inovação, que estão em diferentes estágios de implementação, constituídas por 208 instituições de ciência e tecnologia de todas as regiões geográficas. Além disto, em relação às redes temáticas de Serviços Tecnológicos, foram estruturadas 19 redes em temas de interesse empresarial, que também estão em diferentes estágios de implementação, integradas por 216 laboratórios, pertencentes a 53 diferentes instituições científicas e tecnológicas, sendo que há laboratórios com participação em mais de uma rede.

As redes SIBRATEC conseguiram implantar plenamente nove Redes aptas a atender às demandas empresariais das 14 articuladas. Ademais, 91 empresas (78 MPE, sete médias e seis grandes empresas) articularam projetos cooperativos com as Redes SIBRATEC de Centros de Inovação, sendo que 21 projetos foram recomendados à FINEP, resultando em sete projetos contratados. Já as redes estaduais de Extensão Tecnológica, 22 redes no total, foram estruturadas em 22 Estados e são constituídas por 92 instituições de ciência e tecnologia.

A fim de se atingir a meta estabelecida, pretende-se articular, implementar e fortalecer 40 novas Redes SIBRATEC em segmentos estratégicos e fortalecer as 56 Redes já existentes em seus três componentes: Centros de Inovação, Serviços Tecnológicos e Extensão Tecnológica.

Cabe mencionar, ainda, que, para promover a difusão do conhecimento e contribuir para o processo de transferência de tecnologia, o Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas (SBRT), estruturado em forma de rede e conectado às ações do SIBRATEC, é um serviço de informação tecnológica online com o objetivo de facilitar o rápido acesso das MPE às soluções tecnológicas de baixa complexidade. Algumas das metas ainda serão atingidas por meio do fortalecimento do SIBRATEC.

Como o foco do Sistema são as demandas empresarias, utilizou-se como base para taxa de crescimento anual da capacidade de atendimento do SIBRATEC a taxa de crescimento dos investimentos privados em P&D (que registrou uma média de 17,5% a.a. desde 2004). Porém, como o SIBRATEC utiliza significativo fomento governamental, considerou-se uma taxa maior que a média nacional, de 25%, chegando às metas para 2015 de 2,4 mil projetos cooperativos, 300 mil serviços tecnológicos prestados, 35 mil atendimentos de extensão tecnológica e 500 mil informações tecnológicas de baixa complexidade fornecidas pelo SBRT. Convém notar que, mesmo assim, esses valores ainda são insuficientes para atender toda a demanda reprimida do país.

Com relação às Redes de Serviços Tecnológicos, a rede realiza mais de 1,5 milhão de ensaios e calibrações de produtos pelos laboratórios das redes, beneficiando mais de 380 mil empresas brasileiras. O apoio ao fortalecimento da infraestrutura laboratorial para ensaios de produtos com nanotecnologia, o MODERNIT – Sisnano, permaneceu em execução. No período, houve um novo workshop das Redes SIBRATEC de Serviços Tecnológicos no 14° Congresso Enqualab – RESAG, a implantação da rede de Desempenho em Edificações Habitacionais, a consolidação da implantação do sistema de informações estratégicas e o apoio à infraestrutura laboratorial do CETEM, unidade de Pesquisa do MCTI, para suporte ao setor de Gemas e Joias.

Com relação às Redes de Extensão Tecnológica, o número de atendimentos para micro, pequenas e médias empresas foi ampliado para 3,3 mil. As empresas atendidas foram principalmente as micro e pequenas, beneficiadas com 91% dos atendimentos. Em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi realizado o Workshop Internacional de Boas Práticas em Extensão Tecnológica. Também foram finalizados o processo de avaliação dos componentes SIBRATEC, por consultores UNESCO, e a proposta de sistema de monitoramento e indicadores do Programa.

Quanto ao Objetivo de promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica, o Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (TI Maior) tem contribuído para o fomento à indústria de software e serviços de tecnologia da informação no Brasil, com destaque para o Programa Start-Up Brasil. Durante os quase três anos de realização, o programa recebeu 2,8 mil inscrições para quatro turmas, sendo que 183 empresas provenientes de 17 estados da federação e de 13 países foram apoiadas com até R$ 200 mil em bolsas do CNPq. Os resultados provenientes das duas primeiras turmas de Startups selecionadas receberam investimentos externos relativos a R$ 45,5 milhões, o que equivale a 2,6 vezes o valor investido pelo governo.

Outra iniciativa no âmbito do TI Maior foi o Programa Brasil Mais TI, que fornece formação gratuita de mão de obra especializada por meio de plataforma tecnológica e disponibiliza 1,5 mil horas distribuídas em 30 cursos de capacitação. Há nessa plataforma 188 mil estudantes e 200 empresas cadastrados. Ao todo, 230 mil cursos foram concluídos até 2015.

Cabe também destacar o programa de Atração de Centros Globais de Pesquisa e Desenvolvimento, que investiu R$ 8 milhões no apoio à instalação de dez centros de pesquisa de TI no País e o programa Certificação de Tecnologia Nacional de Software e Serviços Correlatos (Certics), que concede benefícios a empresas brasileiras nas compras governamentais e já conta com 27 softwares certificados.

Já o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Display (PADIS) e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Televisão Digital (PATVD) terminaram o ano de 2014 com um total de 14 empresas incentivadas, que realizaram um faturamento da ordem de R$ 1,2 bilhão, com geração de 1,5 mil empregos diretos, e aplicaram em atividades de P&D em tecnologia da informação e comunicação cerca de R$ 34 milhões. Atualmente são 25 empresas incentivadas.

Em 2015, foi aprovado o primeiro projeto PADIS para fabricação de células e módulos fotovoltaicos e foi estabelecido um novo prazo para apresentação de projetos PADIS até 31 de julho de 2020. Adicionalmente, foram realizadas ações nas áreas de manufatura avançada, defesa cibernética, internet das coisas (IoT), smart cities/smart grid e TV Digital.

Na área de circuitos integrados, o Programa CI-Brasil, complementado pelo Programa Multiusuário Brasileiro (PMUB), promove a competitividade na área de projeto de circuitos integrados (CI) em apoio à indústria microeletrônica nacional. O PMUB garante o acesso das universidades e empresas nacionais às ferramentas de prototipagem de CI visando à redução no déficit comercial na importação de produtos eletroeletrônicos. Em 2015, duas rodadas de prototipagem, com mais de 10 blocos de circuitos integrados, foram produzidas. Para 2016, pretende-se expandir a oferta de tecnologias em projeto e encapsulamento, visando ao mercado da Internet das Coisas.

Quanto ao Objetivo de promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal, como biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais, o governo brasileiro vem implementando iniciativas no sentido de fortalecer a base científica e tecnológica, investindo na formação e capacitação de pessoas e na implantação e modernização da infraestrutura de P&D. Esses investimentos resultaram na formação e consolidação de grupos que atuam em pesquisas em áreas relacionadas diretamente com a Biotecnologia como, por exemplo, genômica e proteômica, proteínas recombinantes, biomateriais, clonagem, terapia gênica, desenvolvimento de vacinas ou de fármacos, kits diagnósticos, biotecnologia vegetal, biocombustíveis, biossegurança.

Já a Nanotecnologia é considerada uma tecnologia disruptiva, permitindo o desenvolvimento de produtos com características inteiramente inovadoras. O seu caráter transversal e multidisciplinar faz com que a nanotecnologia atue na fronteira do conhecimento de diferentes ciências, em especial na área de novos materiais, o que proporciona a geração de produtos e processos inovadores, de alto valor agregado, com usos crescentes nas mais diferentes áreas. Fomentar a geração de conhecimentos na área via financiamento de projetos de pesquisa em nível nacional e internacional é o desafio que se coloca para o país.

Da mesma forma, faz- se necessário ampliar a infraestrutura laboratorial de modo a permitir amplo acesso às instalações por pesquisadores tanto do setor público quanto do setor privado. Nesse sentido, diversos esforços foram envidados no período 2012-2015 com o intuito de aumentar o número de empresas com atuação em nanotecnologia. Imperativo também tem sido apoiar a transformação destes conhecimentos em produtos, em que o desenvolvimento de protótipos semi-industriais é uma etapa essencial.

Assim, destacam-se, no período, o apoio a projetos de pesquisa por meio de chamadas públicas voltadas a PD&I em medicamentos fitoterápicos oriundos de espécies nativas da flora brasileira; a conclusão da primeira etapa do projeto de implantação da plataforma biotecnológica de produção de esteróides no Laboratório Nacional de Biociências (LNBio); o apoio à gestão da Rede Nordeste de Biotecnologia (Renorbio), com vistas ao crescimento da área de biotecnologia na região Nordeste; e a constituição do Comitê Interministerial de Nanotecnologia (CIN) visando a melhor distribuição de recursos destinados à nanotecnologia nos Ministérios e a revisão e reestruturação do programa de nanotecnologia do MCTI.

Essas medidas culminaram na elaboração da Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia (IBN), que, de forma estratégica, prioriza o fomento nas áreas definidas no Plano Brasil Maior, sem deixar de considerar eventuais desenvolvimentos nanotecnológicos que passarem a ter importante papel na competitividade da indústria brasileira, a médio e curto prazo. A maioria das ações que compõe a IBN apresenta um viés tecnológico que estimula e induz empresas em atividades de P&D.

O mais importante pilar da IBN é a criação do Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO), sistema de laboratórios multiusuários direcionados à pesquisa, desenvolvimento e inovação em nanociências e nanotecnologias. O SisNANO permite que empresas e laboratórios interajam, estimulando o uso e produção com base nanotecnológica pela indústria nacional. Atualmente, 26 laboratórios do SisNANO recebem financiamento do MCTI para darem suporte à convergência entre a academia e as empresas, visando o aumento da competitividade industrial, melhoria da infraestrutura, formação de recursos humanos e suporte ao processo de regulação da nanotecnologia.

Além disso, a IBN incorporou ações visando à regulação da nanotecnologia, tendo colaborado, nesse sentido, com a Comissão Europeia no projeto NANoREG. Em 2015, foram criadas duas novas Redes de Inovação em Nanotecnologia, no âmbito da IBN, uma relacionada a nanopartículas e nanocompósitos e outra de nanodispositivos e nanossensores, tendo como protagonistas, 24 dos 26 laboratórios integrantes do SisNANO.

Com o Objetivo de promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica, buscou-se atingir a meta de mil municípios com atividades em eventos de divulgação científica no ano. Entre 2012 e 2015, houve uma evolução do crescimento da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT): de 742 cidades brasileiras atendidas em 2013, passou-se a 1.055 em 2015. Como resultado, percebe-se uma mudança de atitude do brasileiro em relação à ciência. A terceira edição da Pesquisa de Percepção Pública de C&T indica que a participação em atividades da SNCT aumentou 37,5% em relação a 2010 (3% em 2006, 4,8% em 2010 e 6,6% em 2014).

A visitação a museus e centros de ciência e tecnologia cresceu de 8,3% em 2010 para 10,9% em 2014. As atividades de popularização da ciência já são reconhecidas e valorizadas no currículo e o número de trabalhos científicos de avaliação das políticas e dos resultados obtidos nesses últimos dez anos vem aumentando constantemente. Como ação estratégica para a promoção da divulgação e popularização da ciência no Brasil, desde 2010, os esforços realizados deram ênfase às chamadas públicas para realização de Feiras ou Mostras Científicas de âmbitos nacional, estadual e municipal. Nos últimos quatro anos, foram apoiadas, por intermédio dessas chamadas, 510 feiras e 51 Olimpíadas Científicas, tendo sido apresentados nesses espaços mais de 30 mil trabalhos científicos.

Em que pese aos resultados alcançados na popularização da ciência, é necessário empregar esforços para atingir todo o território nacional, principalmente diante das grandes desigualdades sociais, econômicas e regionais existentes no país. Um dos maiores desafios é a ampliação e modernização dos espaços científico-culturais, que demandam grande quantidade de recursos financeiros.

Visando à promoção da ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social, foram apoiados, mediante chamadas públicas, cerca de 700 empreendimentos econômicos solidários; 99 projetos de tecnologia social, assistiva e extensão tecnológica; 25 Núcleos que coordenarão a Rede-SANS Brasil UNASUL de pesquisa, extensão e ensino em Soberania e Segurança Alimentar Nutricional Sustentável; e 121 Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT). Destaca-se, também, a articulação para a criação da Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva (NPDTA), estratégia no âmbito do Plano Viver sem Limite para a promoção da pesquisa, desenvolvimento e inovação, composta por 52 instituições.

Associado aos Objetivos que tratam de promover a colaboração para a inclusão social, houve o apoio à modernização ou implantação dos CVT, que pode ser considerado exitoso, bem como o apoio a projetos de tecnologia social, tecnologia assistiva e extensão tecnológica. No período, foi articulado o Programa de Apoio à Pós-Graduação e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Tecnologia Assistiva no Brasil (PGPTA), com aprovação de diversos projetos e a criação da Rede Nacional de Tecnologia Assistiva com 40 núcleos interdisciplinares em universidades nas cinco regiões do país. Também foram apoiados projetos de inovações tecnológicas voltados para os setores de reciclagem, saneamento e fontes alternativas de energia, além de projetos de incubadoras com apoio a empreendimentos econômicos solidários.

4. Considerações Finais

O novo programa temático de CT&I no PPA 2016-2019 teve sua estrutura racionalizada para fortalecer os atuais eixos estruturantes da agenda, focalizando um conjunto menor de indicadores, objetivos, metas e iniciativas. O programa será composto por 7 Indicadores, 7 Objetivos, 27 Metas e 50 Iniciativas.

Com isso, dá-se prosseguimento à atual agenda, com especial ênfase em aprofundar o fomento à inovação produtiva e de incentivo à atividade inovadora pelas empresas. Cabe mencionar, que grande parte dos projetos de inovação apoiados ainda se encontra em processo de execução e deve atingir sua maturação ao longo do PPA 2016-2019. Espera-se, portanto, que o desenvolvimento científico e tecnológico e o desenvolvimento econômico e sustentável, bem como seu impacto sobre o tecido produtivo, com ganhos de produtividade e competitividade, possa ser visto com maior clareza nos próximos anos.

Ressalta-se, ainda, que o novo ciclo do Programa se mantem fiel às Diretrizes da ENCTI 2012-2015, cuja atualização (ENCTI 2016-2019) está em processo de elaboração, e na qual se prioriza a inovação e o fomento a áreas estratégicas como água, alimentos, energia, bioeconomia, saúde, entre outras.

Percebe-se que, mesmo diante de algumas dificuldades enfrentadas no ciclo do PPA 2012-2015, o seu desenvolvimento pode ser considerado exitoso e seus reflexos, como a recente aprovação pelo Congresso Nacional do Marco Regulatório para CT&I, aprovado em 2016, só poderão ser observados com mais clareza nos próximos anos, considerando, inclusive, ser esta uma das características da área de CT&I.

4.3.1.2 Objetivos dos Programas do PPA

Identificação do Objetivo					
Descrição	Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade				
Código	0400	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência. Tecnologia e Inovação		
Programa	Ciência. Tecnologia e Inovação			**Código**	2021

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	Ampliar de 3.500 para 10 mil o número de projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq	Projetos de pesquisa apoiados/ano	10.000,00		3.201,00	32,01
2	Firmar, com entidades estaduais, 42 convênios de cooperação para fomento a projetos de pesquisa no período 2012-2015	Convênios de cooperação	42,00		81,00	192,86

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas

Objetivo não possui metas com esta classificação

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Fortalecer as instituições científicas e tecnológicas da Amazônia para desconcentrar a produção científica e tecnológica do país.				
Código	0401	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação			**Código**	2021

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	Aumentar de 113 para 200 o número de bolsas especializadas em inovação em curso no Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)	Bolsas especializadas	200,00		33,00	16,50
2	Aumentar para 4% a contribuição da Região Amazônica para o número de publicações brasileiras no Essential Science Indicators, Thomson Reuters	%	4,00		13,00	325,00
3	Implementar 50 bolsas especializadas em tecnologia e inovação no Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CTPIM)	Bolsas especializadas em tecnologia e inovação	50,00		0,00	0,00

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas

Sequencial	Descrição da Meta
4	Concluir a ampliação e modernização da infraestrutura do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) para estudo da biodiversidade, inovação tecnológica e sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às mudanças globais

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Metas Qualitativas					
Descrição	Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso				
Código	0403	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação			**Código**	2021

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	Ampliar o Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos nas Unidades de Pesquisa do MCTI (PcTD) de 0,83 para 0,95	Índices de Processos e Técnicas	0,95		1,74	183,16
2	Ampliar para 117 o número anual de depósitos de patentes, registros de software ou outros títulos de Propriedade Intelectual das criações desenvolvidas nas Unidades de Pesquisa do MCTI	Depósitos de patentes, registros de software ou outros títulos	117,00		68,00	58,12
3	Aumentar o Índice Geral de Publicações (IGPUB) nas Unidades de Pesquisa do MCTI de 1,85 para 2,20	Índice Geral de Publicações (IGPUB)	2,20		2,06	93,64

Metas Quantitativas Regionalizadas

Sequencial	Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
4	**Conectar 41 campi em municípios médios a 1 Gbps e 681 campi em municípios pequenos a 100 Mbps**	**Campi**	**722,00**		**350,00**	**48,48**
4.1	Região Nordeste	unidade	216.00		119.00	55.09
4.2	Região Centro-Oeste	unidade	71.00		34.00	47.89
4.3	Região Norte	unidade	111.00		44.00	39.64
4.4	Região Sudeste	unidade	186.00		90.00	48.39
4.5	Região Sul	unidade	138.00		63.00	45.65
5	**Criar 5 laboratórios multiusuários no país**	**Laboratórios multiusuários**	**5,00**		**19,00**	**380,00**
5.1	Região Sudeste	unidade	5.00		5.00	100.00

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Consolidar o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC).				
Código	0485	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação			**Código**	2021

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	Realizar 150.000 serviços anuais de ensaios ou calibração pelas redes SIBRATEC de Serviços Tecnológicos	Serviços anuais de ensaios ou calibração	150.000,00		2.200.000,00	1.466,67
2	Realizar 1.500 atendimentos anuais de extensão tecnológica em micro, pequenas e médias empresas pelas redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica	Atendimentos anuais	1.500,00		416,00	27,73
3	Ter em curso 80 projetos de desenvolvimento tecnológico em cooperação entre as Redes SIBRATEC de Centros de Inovação e Empresas	Projetos	80,00		33,00	41,25

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas

Objetivo não possui metas com esta classificação

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica.				
Código	0486	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação			**Código**	2021

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	Apoiar a implantação de 2 laboratórios-fábrica na área de semicondutores orgânicos e componentes avançados	Laboratórios-fábrica	2,00		2,00	100,00
2	Constituir, no país, 4 Design Houses (DHs) nacionais, com pelo menos 500 projetistas no total	Design Houses nacionais	4,00		5,00	125,00
3	Desenvolver e fortalecer competências e habilidades para o setor de TIC em pelo menos 35.000 profissionais	Profissionais de TIC	35.000,00		180.000,00	514,29

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas

Objetivo não possui metas com esta classificação

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica.				
Código	0486	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação			**Código**	2021

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	Apoiar a implantação de 2 laboratórios-fábrica na área de semicondutores orgânicos e componentes avançados	Laboratórios-fábrica	2,00		2,00	100,00
2	Constituir, no país, 4 Design Houses (DHs) nacionais, com pelo menos 500 projetistas no total	Design Houses nacionais	4,00		5,00	125,00
3	Desenvolver e fortalecer competências e habilidades para o setor de TIC em pelo menos 35.000 profissionais	Profissionais de TIC	35.000,00		180.000,00	514,29

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas

Objetivo não possui metas com esta classificação

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial				
Código	0494	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação			**Código**	2021

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas

Sequencial	Descrição da Meta
1	Aumentar de 41% para 50% a participação dos setores estratégicos no dispêndio empresarial brasileiro em pesquisa e desenvolvimento

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação				
Código	0495	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência. Tecnologia e Inovação		
Programa	Ciência. Tecnologia e Inovação			**Código**	2021

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas

Sequencial	Descrição da Meta
1	Aumentar de 22.3% para 30% o percentual de empresas inovadoras que utilizam ao menos um dos diferentes instrumentos de apoio governamental à inovação nas empresas
2	Aumentar para 5.000 o número de empresas que fazem pesquisa e desenvolvimento contínuo
3	Aumentar para 80.000 o número de técnicos e pesquisadores ocupados em pesquisa e desenvolvimento nas empresas

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, tecnologia e inovação e impulsionar o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio de concessão de bolsas				
Código	0497	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação			**Código**	2021

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	Alcançar o número de 26.000 bolsas de produtividade em pesquisa concedidas pelo CNPq	Bolsas-ano de produtividade	26.000,00		18.327,00	70,49
2	Alcançar o número de 30.000 bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq	Bolsas-ano de pós-graduação	30.000,00		28.363,00	94,54
3	Alcançar o número de 35.000 bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional concedidas pelo CNPq	Bolsas-ano de intercâmbio internacional	35.000,00		36.241,00	103,55
4	Alcançar o número de 49.500 bolsas de iniciação à pesquisa concedidas pelo CNPq	Bolsas-ano de iniciação à pesquisa	49.500,00		45.054,00	91,02

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas

Objetivo não possui metas com esta classificação

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Promover a formação e capacitação de recursos humanos nas Engenharias e demais áreas tecnológicas, priorizando a concessão de bolsas nessas áreas.				
Código	0498	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação			**Código**	2021

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	Alcancar o número anual de 500 empresas apoiadas pelo programa RHAE	Empresas/ano	500.00		263.00	52.60
2	Alcançar o número de 16.000 bolsas de iniciação tecnológica concedidas pelo CNPq para as Engenharias	Bolsas de iniciação tecnológica	16.000,00		5.442,00	34,01
3	Ampliar a participação das Engenharias no total de bolsas concedidas pelo CNPq, de 19% para 30%	%	30,00		14,67	48,90

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas

Objetivo não possui metas com esta classificação

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica.				
Código	0499	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação			**Código**	2021

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	Ampliar para 300 o número de espaços científico-culturais dos estados brasileiros	Espaços científicos-culturais	300,00		268,00	89,33
2	Atingir 1000 municípios com atividades em eventos de divulgação científica no ano	Municípios/ano	1.000,00		1.052,00	105,20
3	Aumentar a participação do público elegível na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) para 95%	%	95,00		83,70	88,11

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas

Sequencial	Descrição da Meta
4	Criar o Desafio Nacional de Ciências

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Metas Qualitativas

Identificação do Objetivo					
Descrição	Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social.				
Código	0500	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação			**Código**	2021

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	Apoiar 15 projetos de tecnologia social, tecnologia assistiva e extensão tecnológica	Projetos de tecnologia social, assistiva e extensão tecnológica	15,00		99,00	660,00
2	Apoiar 20 projetos de pesquisa e desenvolvimento em segurança alimentar e nutricional	Projetos de pesquisa e desenvolvimento em segurança alimentar	20,00		26,00	130,00
3	Apoiar 25 projetos de pesquisa e desenvolvimento em arranjos produtivos locais e micro e pequenos empreendimentos no período 2012-2015	Projetos de pesquisa e desenvolvimento em arranjos produtivos	25,00		2,00	8,00
4	Apoiar a modernização ou implantação de 120 Centros Vocacionais Tecnológicos no período 2012-2015	Centros Vocacionais Tecnológicos	120,00		128,00	106,67
5	Criar Rede Nacional de Tecnologia Assistiva com 40 núcleos interdisciplinares em universidades nas cinco regiões do país e implantar o Centro de Referência em Tecnologia Assistiva	Núcleos interdisciplinares	40,00		91,00	227,50

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Fomentar o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras para cidades sustentáveis.				
Código	0501	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação			**Código**	2021

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	Apoiar 12 projetos de inovações tecnológicas para os setores de reciclagem, saneamento e fontes alternativas de energia	Projetos de inovação tecnológicas	12,00		12,00	100,00

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas

Objetivo não possui metas com esta classificação

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo

Descrição	Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais.		
Código	0173	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Programa	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	**Código**	2040

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Sequencial	Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	**Modelos geodinâmicos e hidrológicos calibrados em 50 áreas críticas**	**Áreas críticas**	**50.00**		**118.00**	**236.00**
1.1	Região Norte	município	4.00		0.00	0.00
1.2	Região Centro-Oeste	município	4.00		0.00	0.00
1.3	Região Nordeste	município	10.00		2.00	20.00
1.4	Região Sudeste	município	18.00		116.00	644.44
1.5	Região Sul	município	14.00		0.00	0.00
2	**Monitoramento e alerta para municípios com riscos de deslizamentos de massa**	**município**	**821,00**		**709,00**	**86,36**
2.1	Região Nordeste	município	277.00		181.00	65.34
2.2	Região Centro-Oeste	município	29.00		27.00	93.10
2.3	Região Sudeste	município	292.00		296.00	101.37
2.4	Região Sul	município	142.00		119.00	83.80
2.5	Região Norte	município	81.00		86.00	106.17
3	**Monitoramento e alerta para municípios com riscos de inundações e enxurradas**	**município**	**821,00**		**653,00**	**79,54**
3.1	Região Sul	município	142.00		118.00	83.10
3.2	Região Norte	município	81.00		75.00	92.59
3.3	Região Nordeste	município	277.00		247.00	89.17
3.4	Região Centro-Oeste	município	29.00		11.00	37.93
3.5	Região Sudeste	município	292.00		202.00	69.18

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros				
Código	0191	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Biodiversidade			**Código**	2018

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	Ampliar em 500.000 espécimes biológicas coletadas, analisadas e depositadas adequadamente em acervos nacionais, aumentando efetivamente o conhecimento da biodiversidade brasileira	Espécimes biológicas	500.000,00		580.000,00	116,00
2	Catalogar 250.000 espécies de invertebrados brasileiros conhecidos em uma plataforma informatizada, integrada e compartilhada	Espécies de invertebrados	250.000,00		104.000,00	41,60
3	Concluir as listas de espécies de flora e dos vertebrados brasileiros	%	100.00		100.00	100.00
4	Proteger 80% das coleções zoológicas, botânicas e microbiológica, em infraestruturas modernizadas e adequadas	%	80,00		30,00	37,50

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas

Objetivo não possui metas com esta classificação

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Expandir e implantar, em escala capaz de suprir a demanda nacional, o ciclo completo para produção do combustível nuclear.				
Código	0325	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Política Nuclear			**Código**	2059

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Quantitativas Regionalizadas

Sequencial	Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	**Atender a 100% da demanda de elementos combustíveis para operação dos reatores das usinas termonucleares brasileiras**	**% da demanda anual**	**100,00**		**100,00**	**100,00**
1.1	Região Sudeste	percentual	100.00		100.00	100.00
2	**Atender, com produção nacional, a 35% da demanda de urânio enriquecido para a Central Nuclear de Angra I**	**%**	**35,00**		**34,00**	**97,14**
2.1	Região Sudeste	percentual	35.00		34.00	97.14
3	**Atingir 100% do cronograma físico da implantação da Unidade Tecnológica de Separação Isotópica**	**%**	**100,00**		**0,00**	**0,00**
3.1	Região Sudeste	percentual	100.00		0.00	0.00
4	**Atingir 30% do cronograma físico da Fábrica de Tubos Extrudados em ligas especiais**	**%**	**30,00**		**0,00**	**0,00**
4.1	Região Sudeste	percentual	30.00		0.00	0.00
5	**Atingir 40% do cronograma físico de implantação da Usina de Conversão**	**%**	**40,00**		**9,00**	**22,50**
5.1	Região Sudeste	percentual	30.00		9.00	30.00
5.2	Região Nordeste	percentual	10.00		0.00	0.00
6	**Atingir 40% do descomissionamento previsto para as unidades mínero-industriais do ciclo do combustível nuclear**	**%**	**40,00**		**0,00**	**0,00**
6.1	Região Sudeste	percentual	40.00		0.00	0.00

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Metas Quantitativas Regionalizadas						
Sequencial	**Descrição/Regionalização da Meta**	**Unidade Medida**	**Prevista 2015**	**Realizada em 2015 (*)**	**Realizada até 2015**	**% Realização**
7	**Atingir 60% do cronograma físico do projeto de ampliação da capacidade produtiva do parque industrial de reconversão, pastilhas e montagem do elemento combustível nuclear de Resende/RJ**	**%**	**60,00**		**3,00**	**5,00**
7.1	Região Sudeste	percentual	60,00		3,00	5,00
8	**Atingir a capacidade de produção de 800t de U3O8 ao ano na Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité - BA a partir de 2015**	**Toneladas**	**800,00**		**400,00**	**50,00**
8.1	Região Nordeste	Tonelada	800,00		400,00	50,00
9	**Aumentar em 30% a reserva medida de urânio no país por meio da intensificação da pesquisa e prospecção mineral**	**%**	**30,00**		**7,42**	**24,73**
9.1	Região Nordeste	percentual	20,00		7,42	37,10
9.2	Região Norte	percentual	10,00		0,00	0,00

Metas Qualitativas
Objetivo não possui metas com esta classificação

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Implantar programa de formação especializada do setor nuclear, envolvendo universidades e centros tecnológicos, voltados para os segmentos de pesquisa avançada, desenvolvimento tecnológico e indústria nuclear				
Código	0326	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Política Nuclear			**Código**	2059

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Quantitativas Regionalizadas

Sequencial	Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	**Formar 164 novos profissionais em temas de interesse do setor nuclear**	**Profissionais**	**164.00**		**168.00**	**102.44**
1.1	Região Centro-Oeste	unidade	3.00		2.00	66.67
1.2	Região Norte	unidade	2.00		2.00	100.00
1.3	Região Nordeste	unidade	16.00		12.00	75.00
1.4	Região Sul	unidade	11.00		7.00	63.64
1.5	Região Sudeste	unidade	132.00		145.00	109.85

Metas Qualitativas

Objetivo não possui metas com esta classificação

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Fortalecer o sistema de regulação nuclear para garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear e das radiações ionizantes no país.				
Código	0327	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Política Nuclear			**Código**	2059

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas

Sequencial	Descrição da Meta
1	Criar a Agência Reguladora Nuclear
2	Implantar o projeto de modelagem e automação dos processos de licenciamento e controle da Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear
3	Implementação do sistema de monitoração dos indicadores de segurança de instalações nucleares

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Desenvolver a tecnologia nuclear e suas aplicações para atender aos diversos usos na área civil.				
Código	0328	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Política Nuclear			**Código**	2059

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Quantitativas Regionalizadas

Sequencial	Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	**Implantar 80% do Laboratório Nacional de Fusão**	**%**	**80.00**		**4.00**	**5.00**
1.1	Região Sudeste	percentual	80.00		4.00	5.00
2	**Realizar, anualmente, 450 pesquisas científicas e tecnológicas**	**Pesquisas**	**450.00**		**492.00**	**109.33**
2.1	Região Centro-Oeste	unidade	5.00		2.00	40.00
2.2	Região Sudeste	unidade	430.00		482.00	112.09
2.3	Região Nordeste	unidade	15.00		10.00	66.67

Metas Qualitativas

Objetivo não possui metas com esta classificação

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Identificar e definir soluções para a deposição definitiva dos rejeitos radioativos de média e baixa atividade, visando a proteção da população e do meio ambiente.				
Código	0329	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Política Nuclear			**Código**	2059

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Quantitativas Regionalizadas

Sequencial	Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	**Atingir 45% do cronograma físico de implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível (RBMN) até 2015**	**%**	**45,00**		**12,00**	**26,67**
1.1	Nacional	percentual	45.00		12.00	26.67

Metas Qualitativas

Objetivo não possui metas com esta classificação

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Metas Qualitativas					
Identificação do Objetivo					
Descrição	Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais				
Código	0476	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios			**Código**	2036

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	Implementar o módulo online de emissão de autorizações de queima controlada do Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo)				10,00	
2	Implementar sistemas de cadastro de alvos para fiscalização (polígonos de desmatamento a serem fiscalizados)				5,00	
3	Implementar sistemas de monitoramento de áreas embargadas				50.00	

Metas Quantitativas Regionalizadas

Sequencial	Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
4	**Expandir a área de monitoramento do desmatamento, da cobertura da terra e do impacto do fogo para todo território nacional**	**Km²**	**8.514.887,00**		**4.196.943,00**	**49,29**
4.1	Bioma Amazônia	quilômetro quadrado	4.196.943,00		4.196.943,00	100,00
4.2	Bioma Caatinga	quilômetro quadrado	844.453,00		0,00	0,00
4.3	Bioma Cerrado	quilômetro quadrado	2.036.448,00		0,00	0,00
4.4	Bioma Mata Atlântica	quilômetro quadrado	1.110.192,00		0,00	0,00
4.5	Bioma Pantanal	quilômetro quadrado	150.355,00		0,00	0,00
4.6	Bioma Pampa	quilômetro quadrado	176.496,00		0,00	0,00

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Gerar e disseminar conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por intermédio de uma rede formada pelas instituições públicas e privadas de pesquisa e ensino (Rede CLIMA)				
Código	0540	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Mudancas Climáticas			**Código**	2050

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	Criar uma plataforma integrada de dados de projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico sobre mudancas climáticas	%	100,00		60,00	60,00
2	Elaborar o Plano de Acão da Rede Brasileira de Mudancas Climáticas	%	100.00		30.00	30.00

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas

Objetivo não possui metas com esta classificação

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Gerar e disseminar conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por intermédio de uma rede formada pelas instituições públicas e privadas de pesquisa e ensino (Rede CLIMA)				
Código	0540	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Mudancas Climáticas			**Código**	2050

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	Criar uma plataforma integrada de dados de projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico sobre mudancas climáticas	%	100,00		60,00	60,00
2	Elaborar o Plano de Acão da Rede Brasileira de Mudancas Climáticas	%	100.00		30.00	30.00

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas

Objetivo não possui metas com esta classificação

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico				
Código	0702	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Política Espacial			**Código**	2056

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	Concluir 50% de execução do projeto de ampliação do Laboratório de Integração e Teste (LIT) que o capacitará a realizar testes em satélites geoestacionários	%	50,00		3,70	7,40
2	Concluir o desenvolvimento dos Satélites CBERS-3 e CBERS-4 e realizar os lançamentos				2,00	

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas

Sequencial	Descrição da Meta
3	Concluir estudo de viabilidade do satélite de meteorologia, com participação da indústria nacional
4	Concluir estudo de viabilidade do satélite radar, com participação da indústria nacional
5	Concluir o desenvolvimento e realizar o lançamento do Satélite Amazônia-1
6	Implantar o sistema de monitoramento de clima espacial até 2013

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Avaliar os impactos das mudancas climáticas nos sistemas naturais brasileiros por meio do monitoramento de emissões e de observacão das manifestacões do clima.				
Código	0734	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Mudancas Climáticas			**Código**	2050

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	Desenvolver e implementar sistema de observação das manifestações do clima nos sistemas naturais e nas atividades econômicas brasileiras	%	100,00		60,00	60,00

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas

Objetivo não possui metas com esta classificação

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Incentivar a implantação de indústrias competitivas de componentes e equipamentos eletrônicos, com ênfase no desenvolvimento local, e promover a produção de software, conteúdos digitais interativos e serviços de TI, para posicionar o País como exportador relevante do setor				
Código	0853	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Desenvolvimento Produtivo			**Código**	2055

Metas Quantitativas não Regionalizadas
Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Quantitativas Regionalizadas
Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas	
Sequencial	**Descrição da Meta**
1	Investir R$ 1 bilhão de reais em nova capacidade instalada em componentes eletrônicos

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Expandir a previsão de tempo, de qualidade do ar e do clima em escala regional e global.				
Código	0990	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Mudanças Climáticas			**Código**	2050

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	Ampliar a resolução espacial da previsão climática sazonal para o Brasil de 5 para 10 regiões	Regiões	10,00		10,00	100,00
2	Atingir um índice de acerto de 75% nas previsões de tempo para 4 a 5 dias	%	75.00		83.00	110.67
3	Aumentar em 50% o índice de acerto das previsões de precipitação	%	50.00		50.00	100.00

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas

Objetivo não possui metas com esta classificação

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Definir diretrizes básicas de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos e implantar infraestrutura operacional e administrativa para promover o conhecimento científico sobre Oceanos e Clima				
Código	0997	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Mar, Zona Costeira e Antártida			**Código**	2046

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	Elaborar e aprovar, até 2012, a Política Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos, harmonizada com os demais instrumentos jurídicos existentes	%	100,00		45,00	45,00
2	Elaborar e aprovar, até 2013, o Planejamento Estratégico para a criação do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH)	%	100,00		100,00	100,00

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas

Sequencial	Descrição da Meta
3	Instalar e implementar o Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias até 2014

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no país, para ampliar o acesso à medicina nuclear pela população brasileira.				
Código	0323	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Política Nuclear			**Código**	2059

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Quantitativas Regionalizadas

Sequencial	Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	**Ampliar o fornecimento de radioisótopos e radiofármacos para 404 Ci por semana**	**Ci**	**404,00**		**449,60**	**111,29**
1.1	Região Centro-Oeste	percentual	7.00		6.00	85.71
1.2	Região Nordeste	percentual	15.00		20.00	133.33
1.3	Região Norte	percentual	4.00		4.00	100.00
1.4	Região Sul	percentual	16.00		15.00	93.75
1.5	Região Sudeste	percentual	58.00		55.00	94.83
2	**Implantar 50% do reator multipropósito brasileiro**	**%**	**50.00**		**13.50**	**27.00**
2.1	Região Sudeste	percentual	50.00		13.50	27.00

Metas Qualitativas

Objetivo não possui metas com esta classificação

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Expandir e implantar, em escala capaz de suprir a demanda nacional, o ciclo completo para produção do combustível nuclear.				
Código	0325	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Política Nuclear			**Código**	2059

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Quantitativas Regionalizadas

Sequencial	Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	**Atender a 100% da demanda de elementos combustíveis para operação dos reatores das usinas termonucleares brasileiras**	**% da demanda anual**	**100,00**		**100,00**	**100,00**
1.1	Região Sudeste	percentual	100.00		100.00	100.00
2	**Atender, com produção nacional, a 35% da demanda de urânio enriquecido para a Central Nuclear de Angra I**	**%**	**35,00**		**34,00**	**97,14**
2.1	Região Sudeste	percentual	35.00		34.00	97.14
3	**Atingir 100% do cronograma físico da implantação da Unidade Tecnológica de Separação Isotópica**	**%**	**100,00**		**0,00**	**0,00**
3.1	Região Sudeste	percentual	100.00		0.00	0.00
4	**Atingir 30% do cronograma físico da Fábrica de Tubos Extrudados em ligas especiais**	**%**	**30,00**		**0,00**	**0,00**
4.1	Região Sudeste	percentual	30.00		0.00	0.00
5	**Atingir 40% do cronograma físico de implantação da Usina de Conversão**	**%**	**40,00**		**9,00**	**22,50**
5.1	Região Sudeste	percentual	30.00		9.00	30.00
5.2	Região Nordeste	percentual	10.00		0.00	0.00
6	**Atingir 40% do descomissionamento previsto para as unidades mínero-industriais do ciclo do combustível nuclear**	**%**	**40,00**		**0,00**	**0,00**
6.1	Região Sudeste	percentual	40.00		0.00	0.00

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Metas Quantitativas Regionalizadas						
Sequencial	**Descrição/Regionalização da Meta**	**Unidade Medida**	**Prevista 2015**	**Realizada em 2015 (*)**	**Realizada até 2015**	**% Realização**
7	**Atingir 60% do cronograma físico do projeto de ampliação da capacidade produtiva do parque industrial de reconversão, pastilhas e montagem do elemento combustível nuclear de Resende/RJ**	**%**	**60,00**		**3,00**	**5,00**
7.1	Região Sudeste	percentual	60,00		3,00	5,00
8	**Atingir a capacidade de produção de 800t de U3O8 ao ano na Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité - BA a partir de 2015**	**Toneladas**	**800,00**		**400,00**	**50,00**
8.1	Região Nordeste	Tonelada	800,00		400,00	50,00
9	**Aumentar em 30% a reserva medida de urânio no país por meio da intensificação da pesquisa e prospecção mineral**	**%**	**30,00**		**7,42**	**24,73**
9.1	Região Nordeste	percentual	20,00		7,42	37,10
9.2	Região Norte	percentual	10,00		0,00	0,00

Metas Qualitativas

Objetivo não possui metas com esta classificação

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Implantar programa de formação especializada do setor nuclear, envolvendo universidades e centros tecnológicos, voltados para os segmentos de pesquisa avançada, desenvolvimento tecnológico e indústria nuclear				
Código	0326	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Política Nuclear			**Código**	2059

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Quantitativas Regionalizadas

Sequencial	Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	**Formar 164 novos profissionais em temas de interesse do setor nuclear**	**Profissionais**	**164.00**		**168.00**	**102.44**
1.1	Região Centro-Oeste	unidade	3.00		2.00	66.67
1.2	Região Norte	unidade	2.00		2.00	100.00
1.3	Região Nordeste	unidade	16.00		12.00	75.00
1.4	Região Sul	unidade	11.00		7.00	63.64
1.5	Região Sudeste	unidade	132.00		145.00	109.85

Metas Qualitativas

Objetivo não possui metas com esta classificação

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Fortalecer o sistema de regulação nuclear para garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear e das radiações ionizantes no país.				
Código	0327	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Política Nuclear			**Código**	2059

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas

Sequencial	Descrição da Meta
1	Criar a Agência Reguladora Nuclear
2	Implantar o projeto de modelagem e automação dos processos de licenciamento e controle da Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear
3	Implementação do sistema de monitoração dos indicadores de segurança de instalações nucleares

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Desenvolver a tecnologia nuclear e suas aplicações para atender aos diversos usos na área civil.				
Código	0328	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Política Nuclear			**Código**	2059

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Quantitativas Regionalizadas

Sequencial	Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	**Implantar 80% do Laboratório Nacional de Fusão**	**%**	**80.00**		**4.00**	**5.00**
1.1	Região Sudeste	percentual	80.00		4.00	5.00
2	**Realizar, anualmente, 450 pesquisas científicas e tecnológicas**	**Pesquisas**	**450.00**		**492.00**	**109.33**
2.1	Região Centro-Oeste	unidade	5.00		2.00	40.00
2.2	Região Sudeste	unidade	430.00		482.00	112.09
2.3	Região Nordeste	unidade	15.00		10.00	66.67

Metas Qualitativas

Objetivo não possui metas com esta classificação

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Identificar e definir soluções para a deposição definitiva dos rejeitos radioativos de média e baixa atividade, visando a proteção da população e do meio ambiente.				
Código	0329	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Política Nuclear			**Código**	2059

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Quantitativas Regionalizadas

Sequencial	Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	**Atingir 45% do cronograma físico de implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível (RBMN) até 2015**	**%**	**45,00**		**12,00**	**26,67**
1.1	Nacional	percentual	45.00		12.00	26.67

Metas Qualitativas

Objetivo não possui metas com esta classificação

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço				
Código	0397	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Política Espacial			**Código**	2056

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	Lançar 40 foguetes suborbitais e de treinamento	Foguetes suborbitais	40,00		45,00	112,50

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas

Sequencial	Descrição da Meta
2	Obter a licenca ambiental de instalacão (LI) para o Centro de Lancamento de Alcântara (CLA) até 2014.
3	Ter empresa nacional certificada para producão do foguete suborbital VSB-30
4	Tornar a Usina de Propelentes Cel. Abner capaz de atender às necessidades de preenchimento dos motores do veículo lancador VLM-1
5	Veículo XVT-01 (VSISNAV) pronto até o final de 2013 para lancamento tecnológico em 2014
6	Veículo XVT-02 pronto até o final de 2015 para lancamento em 2016
7	Voo de qualificacão do VLM-1 realizado até 2015

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS).				
Código	0398	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Política Espacial			**Código**	2056

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	Implantar a infraestrutura geral e específica para o sítio do Cyclone-4 até 2014 (infraestrutura básica e urbanização, infraestrutura de redes e sistemas, interfaces com o CLA, Posto de Comando e prédio de armazenamento temporário de propelente)				85,72	

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas

Sequencial	Descrição da Meta
2	Certificar o foguete Cyclone-4 e realizar voo de qualificação até 2014
3	Iniciar as operações comerciais de lançamento de satélites pela ACS em 2015
4	Sítio do Cyclone-4 implantado, licenciado e certificado até 2014

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa.				
Código	0399	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Política Espacial			**Código**	2056

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	Capacitar 1000 professores de ensino fundamental e médio, incluindo escolas técnicas, nas áreas de interesse do programa	Professores	1.000,00		760,00	76,00
2	Capacitar 100 especialistas nas áreas de interesse do programa	Especialistas	100.00		191.00	191.00
3	Implementar 300 bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras, nas áreas de interesse do PNAE, em articulação com instituições e agências espaciais estrangeiras e outros programas nacionais	Bolsas	300,00		36,00	12,00
4	Realizar seis eventos anuais relacionados à divulgação da área espacial em todos os níveis de ensino, como olimpíadas e competições de foguetes experimentais e satélites educacionais	Eventos	24,00		14,00	58,33

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas

Sequencial	Descrição da Meta
5	Estruturar os conteúdos programáticos e a metodologia para cursos de especialização e mestrado em Educação Espacial, em parceria com o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB/MEC/CAPES)

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Ampliar o domínio das tecnologias críticas para garantir autonomia no desenvolvimento das atividades espaciais.				
Código	0555	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Política Espacial			**Código**	2056

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas

Sequencial	Descrição da Meta
1	Catalisador de hidrazina qualificado para voo
2	Completar o desenvolvimento do Banco de Controle para lancar o satélite de reentrada atmosférica (SARA) suborbital em 2013
3	Completar o projeto e a fabricacão dos componentes do modelo de desenvolvimento do motor foguete a propelente líquido L75
4	Concluir a formulacão de um Programa de Tecnologias Críticas
5	Concluir a formulacão do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicacões Estratégicas (SGDC)
6	Desenvolver plataformas e subsistemas de microssatélites e realizar um lancamento até 2015 (ITASAT)
7	Desenvolver plataformas e subsistemas de picossatélites e realizar dois lancamentos até 2015
8	Lubrificantes sólidos a base de carbono tipo diamante (DLC-Diamond Like Carbon) para peças de satélites com qualificação para voo no Satélite Amazonia-1 e tecnologia transferida para a indústria
9	Motor iônico qualificado

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Aprimorar as atividades de proteção ao programa nuclear e o atendimento a emergências radiológicas e nucleares.				
Código	0573	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Política Nuclear			**Código**	2059

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas

Sequencial	Descrição da Meta
1	Aprimorar a metodologia e aumentar a frequência dos exercícios de emergência de forma a manter o elevado grau de segurança das instalações nucleares do país
2	Modernizar o Centro Nacional para o Gerenciamento de uma Situação de Emergência Nuclear (CNAGEN)

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Identificação do Objetivo					
Descrição	Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico				
Código	0702	**Órgão**	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Política Espacial			**Código**	2056

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2015	Realizada em 2015 (*)	Realizada até 2015	% Realização
1	Concluir 50% de execução do projeto de ampliação do Laboratório de Integração e Teste (LIT) que o capacitará a realizar testes em satélites geoestacionários	%	50,00		3,70	7,40
2	Concluir o desenvolvimento dos Satélites CBERS-3 e CBERS-4 e realizar os lançamentos				2,00	

Metas Quantitativas Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Qualitativas

Sequencial	Descrição da Meta
3	Concluir estudo de viabilidade do satélite de meteorologia, com participação da indústria nacional
4	Concluir estudo de viabilidade do satélite radar, com participação da indústria nacional
5	Concluir o desenvolvimento e realizar o lançamento do Satélite Amazônia-1
6	Implantar o sistema de monitoramento de clima espacial até 2013

*** O processo de elaboração das Metas do PPA foi pautado por ampla flexibilidade, permitindo que o plano fosse aderente aos diversos compromissos de governo e ao planejamento setorial. Desta maneira, o conjunto de Metas que compõe o PPA possui, por definição, forma e conteúdo heterogêneos, não sendo possível gerar automaticamente pelo sistema a informação do que foi realizado apenas em 2015.**

Análise Situacional dos Objetivos dos Programas do PPA

PROGRAMA	OBJETIVO	Análise Situacional do Objetivo
2018 - Biodiversidade	0191 - Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.	Considerando o papel fundamental que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) possui no fomento à pesquisa científica e tecnológica, tentou-se alinhar essa agenda com o objetivo maior de promoção da conservação, da valoração e do uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros. A geração de dados científicos foi orientada de forma a permitir que o País possa implementar efetivamente suas políticas e cumprir os compromissos assumidos nos cenários nacional e internacional. Nesse sentido, foram apoiadas diversas iniciativas com foco na biodiversidade e nos serviços ecossistêmicos, bem como na sistematização e disponibilização de dados e informações gerados, a saber: i) o processo de reestruturação do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) com vistas à elaboração do Programa Nacional de Pesquisa em Biodiversidade e Ecossistemas que envolve também as demais iniciativas sob coordenação da CGEC/SEPED/MCTI. Numa primeira etapa, foram convidados representantes da academia, governo federal e organizações não-governamentais para discutir as bases desse novo Programa, considerando o atendimento às Metas Nacionais de Biodiversidade. Posteriormente, a CGEC elaborou uma versão inicial do Programa Nacional que está sendo discutida com diversos atores; ii) o processo de integração de das bases de dados sobre a biodiversidade do País ao Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBr), lançado oficialmente em novembro/2014. Nesse sentido, aproximadamente 1,5 milhão de registros da flora e da fauna foram disponibilizados e integrados ao Sistema; o repatriamento de dados foi propiciado e a Flora Monografada foi desenvolvida; dados de 33 grupos taxonômicos de metazoários da fauna brasileira foram incluídos e cerca de 350 mil registros de ocorrência de exemplares biológicos integrados ao SIBBr; iii) além das ações citadas anteriormente, também foi iniciada a fase piloto e o planejamento da Fase I do projeto Amazon Face; foi estabelecida a agenda científica e as prioridades para os próximos 10 anos do Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA); foi possível sintetizar os avanços alcançados da modelagem ambiental pela comunidade científica que atua na Amazônia e avaliar as necessidades de integração dos diferentes programas de pesquisa voltados para esse bioma; foi iniciado o primeiro diagnóstico nacional sobre a biodiversidade brasileira e os serviços ecossistêmicos associados. Esse diagnóstico coloca o Brasil em posição de vanguarda entre os países megadiversos e marca o compromisso do País com a implementação da Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos; foi apoiada a avaliação do status de conservação da biodiversidade e da degradação dos solos, envolvendo povos indígenas e outras comunidades locais (tradicionais), levando em consideração a complementariedade dos conhecimentos tradicionais e dos conhecimentos científicos.

2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	0400 - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.	Pode dizer que a realização do conjunto das metas definidas agregou valor à estratégia de expansão, modernização e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I.) . Destaca-se as parcerias firmadas com diversos atores promotores e formuladores de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento nacional, superação dos gargalos relativos à C,T&I e redução das desigualdades regionais. A ampliação do número e da intensidade das parcerias com entidades estaduais de fomento à pesquisa tem-se demonstrado uma estratégia essencial, tanto ao processo de fomentar projetos e processos inovadores, como ao processo de expansão, formação e fixação de recursos humanos qualificados comprometidos com a realidade local. Apesar da atipicidade ocorrida no exercício de 2015, quando houve uma abrupta queda no número de projetos de pesquisa apoiados, o apoio a projetos de pesquisa, uma ação tradicional do CNPq, tem apresentado, ao longo dos anos, resultados satisfatórios no que se refere ao estímulo de áreas fundamentais para a sustentação do processo inovativo e para criação de tecnologias, com crescente aplicação na solução de problemas sociais e econômicos. A realização do conjunto das metas definidas e em andamento agrega valor à estratégia de expansão, modernização e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), uma vez que promove constantes otimizações no desenvolvimento dos mecanismos de financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de uma atuação voltada ao desenvolvimento nacional, em uma singular parceria com diferentes ações governamentais envolvendo variados órgãos e entidades nacionais. Exemplo disso são as parcerias firmadas com diversos atores promotores e formuladores de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento nacional, superação dos gargalos relativos à C,T&I e redução das desigualdades regionais. A ampliação do número e da intensidade das parcerias com entidades estaduais de fomento à pesquisa tem-se demonstrado uma estratégia essencial, tanto ao processo de fomentar projetos e processos inovadores, como ao processo de expansão, formação e fixação de recursos humanos qualificados comprometidos com a realidade local. A ampliação do apoio a projetos de pesquisa, uma ação tradicional do CNPq, tem apresentado resultados satisfatórios no que se refere ao estímulo de áreas fundamentais para a sustentação do processo inovativo e para criação de tecnologias, com crescente aplicação na solução de problemas sociais e econômicos. Observa-se um incremento constante da curva de investimento em projetos de pesquisa, no período de 2012 a 2014, o que reflete o esforço que o CNPq vem realizando no sentido de maximizar sua capacidade de fomento. Espera-se que as razões que causaram o decréscimo no investimento em 2015 não se repitam para os anos seguintes, tendo em vista tratar-se de causa conjuntural, a princípio superada.

2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	0401 - Fortalecer as instituições científicas e tecnológicas da Amazônia para desconcentrar a produção científica e tecnológica do país.	No período compreendido entre 2012 e 2015, a despeito do quadro de retração orçamentária e financeira, houve fortalecimento institucional nas instituições cientificas amazônicas, especialmente nas unidades de pesquisa do MCTI. As metas pactuadas foram cumpridas à exceção do Centro de Biotecnologia da Amazônia, que não teve cumprimento a contento em função de problemas de ordem orçamentária. Houve fortalecimento da infraestrutura das unidades de pesquisa, com a construção de novos prédios, aquisição de novos equipamentos e inauguração de novos laboratórios. Um exemplo é a criação do Centro de Pesquisa em Quelônios da Amazônia (Cequa). A rede de comunicações para pesquisa, apoiada em fibra ótica e coordenada pela RNP foi expandida para lugares remotos, como a fronteira do Acre com a Bolívia e Peru. A produção científica por pesquisador aumentou, bem como o número de depósitos de ativos de PI. Quanto ao desenvolvimento tecnológico, houve consolidação institucional dos Arranjos de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) da Amazônia (AMOCI e Rede Namor). Atualmente, o primeiro agrega 26 NITs, espalhados por todos os estados da Amazônia Ocidental e o segundo, 12 NITs em estados da Amazônia Oriental. Ambos foram institucionalizados em 2014, por ocasião das portarias n° 251/2014 e Portaria N° 1128/2014 (revogada pela Portaria N° 22/2015).

2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	0403 - Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.	No período 2012-2015, houve avanços no que diz respeito à produção científica e tecnológica e modernização da infraestrutura científica nas unidades de pesquisa do MCTI. O índice de publicações em periódicos científicos indexados aumentou em cerca de 10%. Já o depósito de ativos de propriedade intelectual (patentes de invenção, modelos de utilidade, certificado de adição, marcas, desenho industrial, software, etc) alcançou a média de cerca de 61 ativos por ano em todas as unidades. Ressalta-se que este número, em 2002 era de 2 ativos por ano. Este resultado se deve muito à consolidação dos arranjos de núcleos de inovação tecnológica nas unidades de pesquisa do MCTI. A Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação (Embrapii) consolidou suas atividades, com a integração das três unidades piloto (IPT – Tecnologias de Materiais de Alto Desempenho; SENAI CIMATEC – Manufatura Integrada e INT– Tecnologia Química Industrial); com o lançamento de chamadas públicas para seleção de unidades Embrapii e sua contratação, diversificando seu escopo de competências; e com o credenciamento de polos formados por unidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Houve significativo avanço no Programa de Capacitação Institucional (PCI), o programa de bolsas das unidades de pesquisa do MCTI. O orçamento aumentou em 30%, tendo sido acrescidos tanto o número de bolsas quanto o valor de cada bolsa. Houve também avanço nas ações de cooperação internacional, com a formalização da participação brasileira (e das unidades do MCTI) no projeto Large Synoptic Survey Telescope (LSST), um dos maiores telescópios do planeta, que terá a maior câmera digital do mundo. Outro importante marco para a o foi a inauguração da Torre Alta da Amazônia, no INPA, uma torre com cerca de 350 metros de altura, que possibilitará a realização de pesquisas de fronteira em climatologia e mudanças climáticas globais. Quanto à infraestrutura, foram criados 19 novos laboratórios multiusuários. A rede da RNP foi expandida para 350 novos pontos; e iniciadas as obras do Projetos Sirius, a nova fonte de luz sincrotron brasileira, com investimentos são da ordem de 1,3 bilhões de reais. Em termos de realizações, destaca-se o recebimento da maior honraria oferecida a um matemático, a medalha Fields, ao pesquisador Artur Ávila, do Instituto de Matemática Pura Aplicada. Foram criadas quatro novas unidades de pesquisa em 2014: o Centro de Tecnologias Estratégicas da Região Nordeste (CETENE), o Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal (INPP), o Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA) e o Instituto Nacional de Águas (INA). Destes, o CETENE já se encontra em pleno funcionamento. O INMA, que constituía anteriormente um museu ligado ao Ministério da Cultura, está em franco processo de transição para a estrutura do MCTI. O INPP teve seu edifício finalizado no campus da UFMT em Cuiabá (atualmente o edifício está ocupado por redes de pesquisa da universidade) e encontra-se sob gestão do Museu Goeldi.

2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	0485 - Consolidar o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC).	O SIBRATEC, Sistema Brasileiro de Tecnologia, está subdividido em três componentes: Centros de Inovação (CI), Extensão Tecnológica (ET) e Serviços Tecnológicos (ST). O SIBRATEC é um dos principais instrumentos de integração de Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) com empresas, proporcionando condições para ampliar os atuais índices de inovação e de competitividade, principalmente das micro, pequenas e médias empresas (MPME). Até 2012, a maioria das Redes SIBRATEC foi criada, estruturada e organizada para melhor atender as demandas das empresas. Em 2013 e 2014, as Redes SIBRATEC se consolidaram, apresentando os resultados mais expressivos do Programa. No total, foram 54 Redes implantadas. No ano de 2015 não foram implementadas novas Redes SIBRATEC. Ainda, 20 Redes finalizaram seus projetos e, devido ao contingenciamento de recursos, não foi possível dar continuidade às suas atividades. Assim, o SIBRATEC conta hoje com 18 Redes de Serviços Tecnológicos, 06 Redes de Centros de Inovação e 10 Redes de Extensão Tecnológica. Ressaltam-se ainda, como resultados das Redes SIBRATEC no ano de 2015, o fortalecimento do Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas – SBRT, que atendeu a 1.199 demandas, elaborou 424 respostas técnicas, 2 dossiês técnicos e 759 informações referenciais, de forma gratuita por meio da Rede de instituições e especialistas e as discussões realizadas no 2º Congresso da RESAG, que possibilitou gerar propostas para o aperfeiçoamento das políticas públicas em relação ao fomento de redes provedoras de serviços tecnológicos, além de disseminar o conhecimento para a comunidade científica e tecnológica local. No total acumulado, as Redes SIBRATEC-CI executaram 33 projetos cooperativos com empresas, as Redes SIBRATEC-ST realizaram mais de quatro milhões de ensaios ou calibrações, as Redes SIBRATEC-ET atenderam mais de 2.900 micro, pequenas ou médias empresas com 3.700 atendimentos tecnológicos e o SBRT atendeu a mais de 1.100 demandas. Em razão dos resultados das avaliações independentes e estudos sobre o SIBRATEC, realizados respectivamente por consultores da UNESCO e pelo CGEE em 2014, a experiência adquirida ao longo dos sete anos de sua existência e a introdução de iniciativas públicas e privadas com objetivos comuns ao Programa, ficou evidente a necessidade de recomposição das Redes para melhor eficiência. Também contribui para esta necessidade de reformulação as recentes mudanças no ambiente legal científico e tecnológico. Neste sentido, percebe-se que o Programa deve se manter orientado para: Fortalecer as ICT que sejam incipientes na prestação de serviços às empresas; Consolidar as ICT com histórico de sucesso no atendimento a empresas; Direcionar esforços para apoiar segmentos tecnológicos e de mercado cujo País possa ser competitivo; Disponibilizar instrumentos de parceria tecnológica ICT-empresa que favoreçam principalmente as micro, pequenas e médias empresas industriais; Reforçar a integração das ações de extensão tecnológica, serviços tecnológicos e de inovação tecnológica; Favorecer a composição de políticas tecnológica e industrial federal, estadual e municipal que compartilhem com objetivos comuns; Partilhar esforços com iniciativas públicas e privadas de apoio às empresas; e Adotar os instrumentos para apoio, fortalecimento ou consolidação do trabalho em Redes, o qual tem se mostrado eficiente tanto na prestação de serviços às empresas quanto na racionalização de recursos.

2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	0486 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica.	Foi realizada a execução do Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (TI Maior), desenhado no contexto do Plano Brasil Maior, para atuar na promoção da pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor de software e serviços de tecnologia da informação, com impacto em diversos segmentos da sociedade. Dentre os programas do TI Maior destaca-se a realização das chamadas públicas do Programa Start-Up Brasil: Programa de estímulo ao empreendedorismo de base tecnológica, que visa apoiar o desenvolvimento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação de empresas nascentes de base tecnológica (startups). O Start-Up Brasil já publicou dois editais nos anos 2013 e 2014, com cada edital contemplando duas turmas. Ao todo, 2.855 projetos já foram submetidos. Desse total, 183 startups foram apoiados. O Programa envolveu ainda a realização de vários eventos como três "demo-days" nacionais e dois internacionais, que são os eventos de demonstração dos resultados alcançados pelos projetos que já estão em oferta no mercado. Outros eventos importantes são os "welcome aboard", onde as startups aprovadas no edital se apresentam oficialmente e participam de atividades de mentoria, "networking" e troca de experiências com aceleradoras, mentores e outros empreendedores. Os dados das três primeiras turmas já aceleradas revelam que o investimento privado naquelas startups totalizou 57,7 milhões e que supera em duas vezes os 26,9 milhões de investimento público pagos em bolsas pelo programa. No âmbito do Programa CERTICS (certificação que identifica, credencia e diferencia software e seus serviços, resultante de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País), em 2015, 32 certificações foram concluídas. Em dezembro de 2015, um total de 8 softwares estavam em processo de avaliação e mais 144 registrados. A rede conta hoje com 9 entidades habilitadas para apoiar a avaliação e 217 profissionais capacitados na metodologia. Na área de microeletrônica e dispositivos semicondutores, mantiveram-se as atividades de atração de investimentos e grandes projetos (ex.: Foxconn, SIX, HT Micron, Smart, etc.), formação e treinamento de mão obra especializada para o setor (Programa CI-Brasil e CT) e programas como o PADIS (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays). Em dezembro de 2013, uma nova empresa fabricante de componentes semicondutores teve o seu projeto PADIS aprovado. Ressalta-se também o investimento do governo a partir dos fundos setoriais no apoio às empresas e centros de projeto de circuitos integrados, por intermédio da Finep e do CNPq. Os Centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D) – deram continuidade às suas atividades nas áreas de semicondutores orgânicos e componentes avançados. Esta em andamento um estudo pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), junto às empresas e instituições de P&D da área de semicondutores no Brasil para avaliar a situação atual, os resultados obtidos com o Programa CI-Brasil e será apresentando um conjunto de recomendações para a sua evolução, centros de P&D e unidades de projeto e de fabricação na área de semicondutores. O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) em Campinas recebeu recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL) e esta em andamento atividades de projeto de circuitos integrados na área de fotônica, criando uma empresa privada. Foi dada continuidade às atividades de incentivo governamental para o projeto, produção e comercialização de componentes semicondutores e displays no País, integrando as ações do Programa CI-Brasil com o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays (PADIS). Foi aprovado mais um projeto de corte, encapsulamento e teste de memórias e verificou-se um avanço

		significativo na implantação da empresa SIX em Minas Gerais. Em 2014, cinco empresas de projeto de circuitos integrados (Design Houses) privadas estavam em operação, com mais de 200 projetistas em atividade. O Programa Brasil Mais TI integra o Plano Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (TI Maior). Com a cooperação entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério da Educação (MEC), o programa oferta, para jovens e outros interessados, trilhas de formação em competências fundamentais na área de tecnologia da informação em um ambiente de "e-learning" massivo. Já no primeiro ano foram alcançados a meta de 10.000 profissionais. Em 2014 houve ampliação dos cursos oferecidos, com destaque para a inclusão do curso de inglês, inclusão de novas ferramentas como o teste de perfil, simulador de padrão de vida, um game e o banco de vagas e currículos, além da ampliação de parcerias com empresas do setor de TI. Atualmente o Brasil Mais TI tem 194 mil estudantes cadastrados na plataforma e mais de 378 mil cursos em andamento.

2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	0493 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais.	A Biotecnologia abarca quatro áreas temáticas principais: Agropecuária, Saúde, Ambiental e Industrial. A CGBS busca viabilizar ações de P,D&I em Biotecnologia, apesar da insuficiência de recursos para uma área de fronteira do conhecimento. Abaixo, as principais realizações no período: A - Chamada em PD&I em medicamentos fitoterápicos: lançada em 2013, teve demanda total de 263 propostas, sendo selecionados 10 projetos, perfazendo um total de R$ 3.685.198,00, com desembolsos em 2013 e 2014. B - O LNBio concluiu a primeira etapa do projeto de implantação da plataforma biotecnológica de produção de esteróides. C - Apoio à gestão da Renorbio: foram destinados R$ 300 mil em custeio, com o objetivo de dar continuidade às ações da Rede. D - Chamada para apoio a projetos RENAMA: Os modelos desenvolvidos/implementados poderão ser utilizados para avaliar os mecanismos de ação, a efetividade e a toxicidade de substâncias relevantes para saúde humana. Foi lançada uma chamada em 2012, no valor de R$ 1,1 milhão, que selecionou 9 projetos. E - Apoio a gestão e a projetos P,D&I para a RENAMA. Em 2014, foram apoiados 2 projetos: Vetores virais para desenvolvimento de ensaios in vitro (R$ 290 mil) e; Validação do método de HET-CAM (R$ 296 mil). Em 2015, 3 projetos foram apoiados: Gestão e Internalização de Metodologias Alternativas ao Uso de Animais; Certificação de Células para uso em testes; Internalização de Metodologia para Teste de Potência Produtos Imunobiológicos, no valor de R$ 908.052,00. F – CBAB – No período, foram investidos: (i) 2012 – Chamada para seleção de projetos de P,D&I e encomenda para apoio à gestão do Centro (R$ 525.497,00); (ii) Chamadas públicas para seleção de cursos de curta duração, em 2013 (R$ 600 mil), 2014 e 2015 (R$ 700 mil/ano); (iii) 2014 – Chamada para seleção de projetos de P,D&I (R$ 976.300,00). G - Projeto Papilomavírus Bovino – Instituto Butantan: Foram destinados R$ 147 mil, em 2012, para desenvolvimento de vacina e kit diagnóstico. H - Chamada para seleção de projetos em P,D&I de bioprodutos e bioprocessos para a saúde humana: área estratégica para o país. Os recursos aplicados (R$ 1,3 milhões) ainda estão aquém da demanda e das necessidades do país. I - Cooperação Internacional com o Canadá: No campo da Biotecnologia, foram apoiados 5 projetos nos temas de doenças neurodegenerativas e infecciosas, totalizando R$ 400 mil em custeio, além de significativo aporte do Programa CsF. J - Apoio à gestão e estruturação da Rede Biosul de Biotecnologia: iniciou-se a estruturação da Rede, com o objetivo de promover P,D&I e aumentar a interface entre a pesquisa das ICTs e o setor privado, por meio de edital do CNPq no valor de R$ 250 mil. K - Apoio ao evento BIO Latin America 2014 (R$ 25 mil): o evento abordou diversos temas na área de biotecnologia, com destaque para a apresentação das potencialidades das empresas e tecnologias inovadoras de biociências, proporcionando oportunidades de contatos, negócios e parcerias. O apoio ao evento viabilizou a realização de uma sessão paralela sobre a experiência europeia na instituição do Observatório Europeu de Bioeconomia. L - No âmbito do CT-BIOTEC foram apoiadas 7 chamadas públicas: 1 - Chamada pública conjunta Brasil-Holanda para Pesquisa e Inovação em Bioeconomia - Convênio

		CNPq/NWO 2 - P,D&I na produção de vacinas recombinantes para promoção da saúde humana e animal 3 - Engenharia de Sistemas Biológicos 4 - Chamada pública sobre espécies vegetais 5 - P,D&I em Biotecnologia para solução de problemas ambientais 6 - Novas Terapias Portadoras de Futuro 7 - P,D&I para a produção de biocombustíveis a partir de microalgas M – Rede CRB-Br - No exercício de 2013, a consolidação da Rede CRB-Br se deu por meio de uma ação transversal do FNDCT, que apoiou o projeto "Consolidação da Rede Brasileira de Centro de Recursos Biológicos", no valor de R$ 6,0 milhões. Até o final do exercício de 2015, os recursos aprovados para este projeto não haviam sido repassados em sua totalidade. A Rede CRB-Br foi institucionalizada no MCTI, por meio da Portaria Nº 409/2014. Em 2015, reformulou-se a Portaria, que está sob análise da CONJUR/MCTI. N – Rede Nacional de Bioinformática – A estruturação desta Rede iniciou-se com a identificação dos laboratórios centrais (2013), que incluiriam o LNCC, o LNBio/CNPEM e o ICB/UFMG. Foram destinados R$ 2,0 milhões, que foram investidos na compra de equipamentos de uso compartilhado. A Rede já promoveu algumas ações: (i) diagnóstico dos grupos de pesquisa em bioinformática no Brasil; (ii) realização de 10 cursos de capacitação. O – Contratação de 6 projetos por meio da Chamada Pública MCTI/CNPq Nº 18/2015 - Programa de Cooperação com o Centro Internacional para Engenharia Genética e Biotecnologia – CIEGB, no valor de R$ 600.000,00. P - Contratação de 5 projetos da Chamada Pública Nº 12/2013, no valor de R$ 1,4 milhão e contratação de 6 projetos da Chamada Pública MCTI/CNPq/DBT nº 17/2015 - Programa de Cooperação Internacional com o Departamento de Biotecnologia da Índia, no valor de R$ 700.000,00. Q – Apoio ao evento 6º Congresso Brasileiro de Biotecnologia, "Fronteiras da Biologia" em Brasília, no período de 9 a 13 de novembro de 2015, com público aproximado de 400 pessoas, entre cientistas, professores, pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação, empresários, gestores e organizadores da política de biotecnologia brasileira. Em relação à nanotecnologia, a principal ação implementada em 2012 foi o lançamento do Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO), que tem como objetivo universalizar o acesso à infraestrutura de P,D&I em nanotecnologia no Brasil. Destacou-se também o lançamento da Chamada Pública MCTI/CNPq 16/2012, no valor de R$ 5.9 milhões, que apoiou 24 projetos inovadores para a produção, prototipagem e/ou escalonamento de nanomateriais, nanocompósitos e nanodispositivos. O escalonamento de produtos é considerado o ponto crítico na transformação do conhecimento em riqueza decorrente da comercialização de um novo produto. Ainda em 2012, o MCTI investiu mais R$ 561.960,00 nas 17 redes de pesquisa em nanotecnologia criadas em 2010 Edital MCTI/CNPq Nº 16/2010 e R$ 94 mil para apoiar o evento do Arranjo Promotor de Inovação em Nanotecnologia do TECNÓPOLIS. No primeiro semestre de 2013 foi lançada a Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia IBN, com ações de fomento à nanotecnologia e de estímulo e indução de empresas em atividades de P,D&I; fortalecimento e aperfeiçoamento das colaborações internacionais em nanotecnologias; e qualificação de pessoas

		Em 2013 também ocorreu a contratação dos 26 laboratórios que compõem o SisNANO, sendo 8 Laboratórios Estratégicos e 18 Laboratórios Associados. Esses laboratórios têm compromisso de dedicar 50% e 15%, respectivamente, de seu tempo de laboratório a usuários externos públicos e privados. O apoio ao SisNANO, um dos principais eixos de ação da IBN, contou com investimento inicial da ordem de R$ 27 milhões, sendo que R$ 21 milhões eram de recursos provenientes do FNDCT. Em 2014, foi continuado o apoio ao SisNANO, destacando-se a implementação de bolsas com o intuito de assegurar os recursos humanos necessários para dar suporte técnico e científico aos usuários dos laboratórios. Foram também realizados investimentos voltados para manutenção e fortalecimento dos laboratórios que operam sistemas de Litografia por Feixe Eletrônico, técnica utilizada na fabricação de nanodispositivos. No âmbito do Programa Sibratec, e envolvendo os laboratórios do SisNANO, foi dado suporte à estruturação de uma Rede de Serviços Tecnológicos em Nanotecnologia e de duas Redes de Centros de Inovação: de Nanodispositivos e Nanossensores e de Nanomateriais e Nanocompósitos. Foram realizados eventos com objetivo de aproximar pesquisadores, empresas e para avaliação das ações do MCTI em nanotecnologia: a) workshop de integração SisNANO/SENAI/CNI; b) workshop para discutir a inserção do Brasil no Programa NANoREG da União Europeia; c) 17ª Conferência em filmes sólidos e superfícies; d) 4ª Conferência internacional em TERS ("Tip Enhanced Raman Spectroscopy"); e) workshop para acompanhamento e integração do SisNANO; e f) avaliação das redes de Nanotoxicologia e Nanoinstrumentação, criadas em 2011, que receberam aditivo de R$ 2.835.000,00 para continuidade das atividades por mais um ano. Em 2015, as ações da IBN tiveram como foco principal o apoio ao NANoREG, ao SisNANO e às atividades em cooperação internacional. A participação do Brasil no Programa NANoREG, voltado para dar respostas científicas às questões regulatórias associadas à nanotecnologia, contou com investimentos do MCTI na ordem de R$ 1,65 milhões. A participação do Brasil neste Projeto contribui com o processo de regulação da nanotecnologia no País, de maneira referenciada e articulada internacionalmente. Foram também destinados aproximadamente R$ 2 milhões para garantir, por meio de bolsas, os recursos humanos necessários para atendimento aos usuários. Em 2015 também foram iniciadas as visitas aos laboratórios do SisNANO para acompanhamento das atividades e foram selecionados 26 pré-projetos no âmbito das Redes Sibratec de Centros de Inovação em Nanotecnologias. Em 2015, as ações de cooperação internacional em nano compreenderam: a) Workshop de lançamento do Consórcio para Inovação em Nanotecnologia, Energia e Materiais CINEMA, entre Brasil e EUA, e complementação de bolsas dos alunos do Consórcio; b) IV Workshop Brasil-Canadá em nanotecnologias; c) diálogos de cooperação com a Holanda; d) retomada das atividades do Centro Brasil-Argentina de Nanotecnologia. Considera-se que várias ações implementadas contribuíram para promover P,D&I na área de nanotecnologia durante o período de 2012 a 2015. Entretanto, vale ressaltar que o atraso na liberação dos recursos e, principalmente, o aporte financeiro aquém da demanda e das necessidades para desenvolver a nanotecnologia no País dificultaram o alcance do objetivo

2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	0494 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial.	No período de referência do PPA 2012-2015, os esforços empreendidos pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com a finalidade de intensificar a realização de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) em setores estratégicos, estiveram relacionados sobretudo ao Plano ao Inova Empresa e ao Finep 30 Dias Inovação. O Plano Inova Empresa, lançado em março de 2013, com o objetivo de elevar a produtividade e a competitividade da economia brasileira, previu recursos da ordem de R$ 32,9 bilhões para apoio à inovação em setores considerados prioritários pela Política Industrial e Tecnológica do Governo Federal. Entre as principais características do Plano estão: a articulação entre diferentes instituições governamentais – ministérios, agências de fomento, agências reguladoras; o incentivo a projetos de maior risco tecnológico; a disponibilização, de forma integrada, de diferentes modalidades de financiamento; a potencialização do uso do poder de compra do Estado; o estímulo a parcerias entre empresas e instituições científicas e tecnológicas (ICTs); a descentralização do fomento para micro, pequena e médias empresas; e a simplificação de processos e redução de prazos. A operacionalização dos programas do Inova Empresa estão a cargo da Finep e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Outra importante iniciativa da Finep no período foi a implantação do Finep 30 Dias Inovação como metodologia para a análise de operações reembolsáveis. O modelo permite processar as solicitações de financiamento e responder ao cliente sobre a aprovação e condições de contratação em 30 dias. O Finep 30 Dias contribui significativamente para melhorar a alocação dos recursos, aumentar a transparência da tomada de decisão dos agentes públicos e diminuir as incertezas enfrentadas pelas empresas no processo de concessão de crédito público. O aumento da eficiência operacional proporcionado pelo Finep 30 Dias permitiu elevar a escala das operações de crédito da Finep, com impactos positivos sobre o objetivo de promover PD&I. Até o final de 2015, o portal do Finep 30 Dias havia registrado mais de 5 mil cadastros de empresas, dos quais 1485 estavam concluídos. Das empresas com cadastro concluído, 574 apresentaram projetos de inovação à Finep, totalizando uma demanda de R$ 37 bilhões correspondente a 847 projetos. No período de 2012 a 2015, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por meio da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (SETEC), implementou diversas ações de fomento à pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação nos setores de energia, biocombustíveis e recursos minerais. Os investimentos oriundos das Ações Orçamentárias coordenadas pela SETEC permitiram o desenvolvimento de 53 projetos em temas considerados prioritários, com investimentos da ordem de R$ 11 milhões, destinados a mais de 20 instituições. As prioridades de investimento levaram em consideração as ações que encontraram um ambiente favorável ao seu desenvolvimento no contexto do país, considerando um horizonte de curto prazo. Tais cenários foram obtidos por meio da realização de diversos estudos setoriais (como, por exemplo, nas áreas de Terras Raras, Redes Elétricas Inteligentes, Carvão Mineral, Hidrogênio, Energia Eólica, entre outros), e adicionalmente por documentos emitidos por ministérios e órgãos setoriais, a exemplo do Plano Brasil Maior – PBM, Plano Nacional de Energia - PNE, Plano Decenal de Energia – PDE e Plano Nacional de Mineração – PNM. Na área de energia foram apoiados 18 projetos no período de 2012 a 2015, num total de, aproximadamente, 2,8 milhões de reais. Foram apoiadas ações que visaram consolidar algumas atividades em andamento no país, como o estabelecimento da Rede Nacional de Combustão, a formação de recursos humanos em tecnologias de

		energias renováveis e a disseminação das ações relacionadas às chamadas Redes Elétricas Inteligentes – mais conhecidas pelo termo em inglês “smart grids”. Esses são temas que ganharam vulto no período do PPA 2012-2015 nas discussões de políticas públicas governamentais em diversos setores (indústria, energia, ciência e tecnologia, dentre outros). Os resultados permitem evidenciar que os projetos desenvolvidos contribuíram para que esses temas tenham hoje massa crítica formada no país, bem como infraestrutura de PD&I para o apoio ao desenvolvimento das políticas públicas relacionadas, tanto no governo, como na academia e no ambiente empresarial. Também foram desenvolvidos projetos de disseminação de informações e lançamento das bases para a inserção de novas tecnologias para a composição da matriz energética nacional, como a energia heliotérmica (ou energia solar concentrada) e processos de gaseificação de recursos orgânicos. Essas são tecnologias ainda pouco utilizadas ou mesmo pouco conhecidas no Brasil, e que, devido ao apoio aos projetos no período de 2012-2015, têm hoje ambiente de discussão de oportunidades para sua utilização no Brasil, com desenvolvimento de tecnologias nacionais e aproveitamento das capacidades locais e regionais para o aumento da segurança energética brasileira. Os projetos foram, em sua maioria, articulados com instituições de pesquisa, agências e associações de classe do setor energético, a fim de direcionar os resultados para a obtenção de resultados práticos para o setor. Alguns projetos foram realizados no âmbito de parcerias estabelecidas com instituições internacionais (especialmente a Agência de Cooperação Alemã (GIZ) e a Embaixada Britânica no Brasil), as quais foram fundamentais para o sucesso dos trabalhos realizados. No âmbito da temática que envolve a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em biocombustíveis foram apoiados no período, 22 projetos com um investimento de cerca de R$ 6,5 milhões. Essas ações foram voltadas, principalmente para: (i) consolidar algumas atividades estratégicas em andamento que fazem parte da política do governo federal de incentivo aos biocombustíveis; (ii) apoiar a pesquisa e fortalecer a infraestrutura laboratorial de algumas instituições científicas e tecnológicas no País; (iii) apoiar a divulgação científica e tecnológica na área. Nesse sentido cabe destacar o apoio ao desenvolvimento tecnológico do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel no fomento a projetos de P,D&I e na gestão e divulgação de resultados da Rede Brasileira de Tecnologia em Biodiesel. Outra ação que merece destaque foi o apoio à capacitação laboratorial de ICT’s para a realização de pesquisas voltadas para explorar o potencial energético das microalgas para a produção e uso de biocombustíveis e bioprodutos de alto valor agregado. Por fim, cabe destacar o apoio à realização de eventos de divulgação científica e tecnológica, com destaque para o Congresso da Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel e o Workshop de Energias Alternativas que envolveram a participação e a capacitação de estudantes, pesquisadores, técnicos e gestores envolvidos com as cadeias produtivas de diferentes biocombustíveis. Com relação à área de recursos minerais, foram apoiados 13 projetos de 2012 a 2015, tendo sido investidos aproximadamente R$ 1,5 milhões. As ações implementadas levaram em consideração temas essenciais para o desenvolvimento do setor mineral brasileiro, priorizadas na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2012-2015) e demais políticas setoriais. Nesse contexto, foram apoiados projetos na área de minerais considerados estratégicos em função de sua aplicação em produtos de alta tecnologia ou devido a elevada dependência externa do país. Dessa forma, os projetos desenvolvidos levaram em consideração temas como a metalurgia extrativa de elementos terras raras, obtenção de vitrocerâmicos a partir de minerais de lítio, tecnologias de beneficiamento e uso limpo de carvão mineral brasileiro e estudo de rotas alternativas para obtenção de potássio a partir de resíduos da extração de rochas ornamentais para aplicação em solos agrícolas.

		Por fim, mencionam-se os recursos descentralizados para capacitação de infraestrutura de laboratórios multiusuários e apoio a eventos de disseminação de informações e divulgação científica em todo o país.

2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	0495 - Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação.	A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) atua em todas as etapas e dimensões do ciclo de desenvolvimento científico e tecnológico: pesquisa básica, pesquisa aplicada, infraestrutura, melhoria e desenvolvimento de produtos, serviços e processos. A Finep apoia, ainda, a incubação de empresas de base tecnológica, a implantação de parques tecnológicos, a estruturação e consolidação dos processos de pesquisa, o desenvolvimento de mercados, e projetos de pré-investimento. O apoio dado a empresas é realizado por meio de financiamento não-reembolsável (Subvenção Econômica, Projetos Cooperativos entre ICT e Empresa), investimento direto e por intermédio de fundos, e financiamento reembolsável com equalização das taxas de juros. Com o intuito de aumentar utilização desses instrumentos, a Finep tem empreendido esforços para ampliar o volume de recursos ofertados, aumentar a eficiência operacional interna, melhorar as condições de financiamento com o uso articulado dos diferentes instrumentos de apoio a CT&I e facilitar o acesso das empresas a esses instrumentos. Nesse sentido, a Finep intensificou suas ações de divulgação e de prospecção de novos clientes, bem como aumentou a capilaridade de sua atuação por meio da descentralização do apoio financeiro. No que tange à descentralização, estão em operação os programas TECNOVA (subvenção econômica) e INOVACRED (operações de crédito).
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	0497 - Expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, tecnologia e inovação e impulsionar o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio de concessão de bolsas.	Para que o desenvolvimento econômico, social e cultural das sociedades modernas ocorra, de modo amplo, sistemático e integrado, torna-se uma necessidade primordial o investimento contínuo na formação, capacitação e fixação de recursos humanos, capaz de se dedicar ao desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) e à produção e incorporação de conhecimento na sociedade. O alcance do conjunto das metas estabelecidas para esse fim, no âmbito do atual Plano Plurianual, já apresenta resultados bastante significativos, não apenas no que se refere à reposição e ampliação das diferentes categorias de profissionais envolvidos com C,T&I, como também na identificação de lacunas e deficiências relacionadas à pesquisa e desenvolvimento, e redirecionamento de focos de atuação, buscando agregar valor ao processo de mudanças qualitativas na dinâmica dos diversos setores da sociedade. Uma análise comparativa do montante de recursos disponível frente ao número de bolsas concedidas já apresentava um quadro geral de execução em 2014 positivo, em termos de índices já alcançados. Quanto a uma abordagem relacionada com um resultado mais qualitativo, em relação ao que o conhecimento adquirido pelos bolsistas tem agregado no Sistema Nacional de C,T&I, cabe ressaltar que a agregação de valor ao sistema e as mudanças realizadas no aumento da produção científica nacional, aumento do número de patentes e processos inovativos, ocorrem no tempo, não sendo uma análise pontual ou isolada da execução da missão institucional, que tem apresentado resultados visíveis e comprováveis no tempo. Ao final do exercício de 2015, conforme previsto, observa-se que, apesar de resultados gerais bastante significativos no âmbito deste objetivo, houve uma evolução média no número de bolsas concedidas nas diferentes modalidades relacionadas que não garantiram o alcance integral das metas ao final do PPA, com exceção das bolsas relacionadas ao Intercâmbio Internacional (Ciência sem Fronteiras), já superadas. De qualquer forma, cabe ressaltar que o alcance de alto percentual das metas estabelecidas e os resultados observados no contexto da formação e capacitação de pessoas qualificadas para C,T&I garante avaliação positiva sobre a execução do objetivo em pauta.

2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	0498 - Promover a formação e capacitação de recursos humanos nas Engenharias e demais áreas tecnológicas, priorizando a concessão de bolsas nessas áreas.	Este objetivo foi desenhado para ajudar a mudar a realidade em relação à defasagem tecnológica do país, promovendo a formação para um engajamento de pesquisadores e de profissionais em desenvolvimento tecnológico, de extensão e inovação, em áreas e temas estratégicos e de interesse de empresas. Certamente que outros objetivos do Programa Ciência, Tecnologia e Inovação agregam iniciativas que também favorecem a mudança de realidade prevista. No entanto, as metas estabelecidas no âmbito deste objetivo buscavam, por meio de uma atuação mais concentrada, uma mudança rápida de contexto e resultados mais imediatos. Infelizmente, a conjuntura econômica que se apresentou desde o início do último PPA, não permitiu a destinação de recursos adicionais específicos para esse fim, conforme planejamento inicial, quando da elaboração do PPA junto à SPI. O que foi destacado nos acompanhamentos ao longo dos anos. Dessa forma, o não atingimento de nenhuma das metas desse objetivo, tornou-se inevitável

2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	0499 - Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica.	O objetivo 0499 está subdividido em três iniciativas principais, cujas metas refletem a grande necessidade de dar continuidade às políticas públicas de popularização da ciência no País. Diante das grandes desigualdades enfrentadas pela população e devido ao potencial inclusivo e empoderador das ações de divulgação científica, faz-se necessário envidar esforços para atingir todo o território brasileiro. Como resultado desses esforços, já se percebe uma mudança de atitude do brasileiro em relação à ciência. A terceira edição da Pesquisa de Percepção Pública de C&T, promovida por este Departamento de Popularização e Divulgação da Ciência/SECIS/MCTI, em 2015 (com público de 16 anos ou mais), indica que todas as iniciativas desenvolvidas sob a égide do objetivo 0499 tiveram um aumento considerável de público, a saber: (i) a participação em atividades da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia passou de 3% em 2006 e 5% em 2010 para 8% em 2015 (aqui há de se considerar ainda que o público alvo da SNCT é constituído de alunos da educação básica - crianças e adolescentes de até 14 anos de idade); (ii) a visitação a museus e centros de ciência e tecnologia cresceu de 4% em 2006 e 8% em 2010 para 12% em 2015, e; (iii) a participação em feiras e/ou olimpíadas de ciências teve um aumento de 13% em 2006 e 16% em 2010 para 20% em 2015. Corroborando com o cenário citado acima, as atividades de popularização da ciência vêm sendo cada vez mais reconhecidas e valorizadas no currículo, razão pela qual o número de trabalhos científicos de avaliação das políticas e dos resultados obtidos nesses últimos 11 anos vem aumentando constantemente. Pode-se perceber o fortalecimento das articulações entre instituições de ensino, pesquisa e divulgação, num esforço coordenado, dirigido a promover a apropriação da ciência e tecnologia pelos diferentes públicos: estudantes do ensino fundamental e médio, estudantes de graduação e cidadãos já fora do sistema escolar. Somado a isso, nota-se, também, o revigoramento das práticas de ensino e divulgação, que são cada vez mais voltadas para atrair e reter a atenção dos diferentes públicos, levando a ressignificação da ciência e da tecnologia para a sociedade. Porém, ainda se enfrenta dificuldades, no exercício financeiro de 2015 o contingenciamento dos créditos disponíveis na LOA diminuiu (se comparado a 2014), todavia, os créditos não liberados enfraqueceram as possibilidades de atuação nas iniciativas do objetivo. Do total de R$18.500.000,00 (previsão LOA 2015), apenas pouco mais de R$13.000.000,00 foram disponíveis para execução em quase todo o exercício financeiro. Somente nos últimos meses de 2015 houve a liberação de pouco mais de R$3.000.000,00, totalizando o montante de R$17.000.000,00 para a consecução das ações a cargo do objetivo supracitado, em todo exercício. Vale mencionar, que desse total apenas R$3.500.000,00 pertenciam ao programa de apoio à criação e desenvolvimento de espaços científico-culturais (também liberados em sua totalidade apenas no fim do exercício). Diante dessas dificuldades orçamentárias e financeiras, o atingimento da meta de ampliação do número de museus no país ficou comprometido. Faz-se importante aludir que este DEPDI/SECIS lançou em 2013, em parceria com o CNPq, com recursos do FNDCT, a chamada MCTI/CNPq/SECIS/FNDCT nº 85/2013, voltada ao apoio à criação e ao desenvolvimento de Centros e Museus de Ciência e Tecnologia, onde foram aprovados 62 projetos, a serem financiados com recursos de R$20.000.000,00. No entanto, até o momento somente parte dos recursos foi liberada, restando, ainda, R$9.358.429,61 a serem liberados. Portanto, em que pesem os resultados positivos já alcançados, incluindo a aproximação da cultura científica da vida da população em geral, ainda estamos longe de uma realidade onde todo cidadão brasileiro tenha equidade no acesso ao conhecimento científico. As iniciativas do objetivo 0499 foram pensadas de forma a gerar uma integração duradoura entre os ambientes não formais de educação científica (museus e centros de ciência, eventos de divulgação), ações como feiras e olimpíadas de ciências e o ambiente formal de ensino, em

		especial as escolas públicas. No demais, cabe informar que os resultados alcançados em 2015 são positivos e permitiram cumprir as metas estipuladas para a LOA/2015

2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	0500 - Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social.	O presente objetivo está subdividido em cinco iniciativas principais, cujas metas refletem a grande necessidade de apoiar o desenvolvimento social e inclusão de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. As metas desse objetivo visam gerar uma integração entre academia e a realidade social em suas diversas facetas. Em relação aos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT), de 2012 a 2015 foram apoiados 129 CVTs. A Rede Nacional de Núcleos de Tecnologia Assistiva tem a finalidade de promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologia Assistiva, por intermédio da interação de núcleos de Tecnologia Assistiva (TA) de universidades, Institutos Federais e Unidades de Pesquisa. A rede originou-se da articulação dos pesquisadores em TA em torno da prospecção de demanda social e das perspectivas de inovação a partir da articulação com o setor produtivo. O foco é potencializar a pesquisa, o desenvolvimento ou inovação voltados para a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência. A Rede iniciou com 29 núcleos, com representação em todas as regiões brasileiras, atuando nas seguintes áreas: comunicação alternativa, órteses e próteses, recursos de acessibilidade ao computador, dispositivos de orientação, acessibilidade na internet, reconhecimento de voz, cadeiras de roda, novos produtos para pessoas com paralisia cerebral e AVC, entre outros. Em 2013 foi lançado o Edital CNPq nº 84/2013 Tecnologia Assistiva, com a finalidade de selecionar propostas para apoio financeiro a projetos para o desenvolvimento de produtos e serviços em tecnologia assistiva. Foram selecionados 63 projetos de instituições de ensino e pesquisa distribuídos em três categorias: Categoria A (núcleo em consolidação), Categoria B (núcleo emergente), Categoria C (núcleo nascente); resultando na ampliação da Rede Nacional de Núcleos. Em 2015 foi realizado um evento em Brasília para monitoramento e acompanhamento das ações dos núcleos. Essas iniciativas resultaram na criação da Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva (NPDTA), composta por 54 instituições. As instituições que compõem a Rede passam a ser orientadas a partir das políticas públicas estabelecidas pelo Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva, coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. As diretrizes para as ações colaborativas e interativas da Rede serão estabelecidas em instrumento específico. stabelecidas em instrumento específico.
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	0501 - Fomentar o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras para cidades sustentáveis.	As metas desse objetivo visam gerar uma integração entre a academia e a realidade social em suas diversas facetas. Foram apoiados em 2015 projetos que articulam e fomentam a discussão científica e a extensão tecnológica como eixos importantes da inclusão social. Da mesma forma, o apoio a evento que procurou discutir e fomentar as experiências relacionadas ao bambu, projeto que vem sendo apoiado pela SECIS, assim como experiências relacionadas ao uso de energias alternativas. São os casos do apoio ao III Seminário do Bambu, realizado na UFG - Universidade Federal do Goiás, o apoio ao projeto de agrobiodiversidade junto à comunidade do Bailique e o Seminário de Políticas Públicas para Cidades Sustentáveis.

2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios	0476 - Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais.	Ao longo do PPA 2012-2015 somente foi possível realizar o monitoramento de desmatamento do bioma Amazônia. A ampliação da área para os demais biomas brasileiros ainda não foi executada devido à falta de aporte de recursos orçamentários adicionais. Há em andamento iniciativas de captação de recursos extra orçamentários para expansão do monitoramento do bioma Cerrado. Em 2013, excepcionalmente, foi possível fazer o mapeamento de cobertura da terra deste bioma, pois recursos extras foram obtidos junto ao GEF-Cerrado, fornecido pelo MMA e realizado em parceria com IBAMA, EMBRAPA e UFG. Cabe salientar que o INPE, junto com o MCTI e o MMA está formulando uma composição de recursos extra orçamentários, conforme sugestão do MCTI, para iniciar o monitoramento dos demais biomas. Com relação ao tema do fogo na vegetação, o monitoramento foi totalmente realizado ao longo dos quatro anos, conforme previsto. Contatos mais estreitos com o PrevFogo/IBAMA (Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais), ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), tiveram impacto positivo no uso efetivo dos dados e no sistema CIMAN (sistema de monitoramento e apoio ao Centro Integrado Multi agências de Coordenação Operacional e Federal em Brasília) gerados pelo INPE.

2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	0173 - Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais.	A intensificação da ação humana no meio ambiente, potencializado pelo crescimento demográfico e pela falta de planejamento urbano acumulado ao longo de décadas, culminou em situações recorrentes de população de regiões vulneráveis suscetíveis aos riscos de desastres naturais. A magnitude e os efeitos do desastre natural ocorridos nos últimos anos demandaram do governo federal a criação de um programa de gestão de risco e desastres naturais com vários objetivos. A criação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN), pelo Decreto nº 7.513 de 1º de julho de 2011, adveio da necessidade de se desenvolver um sistema de previsões de desastres naturais com alto grau de confiabilidade. Tal sistema, por sua vez, depende de um conhecimento adequado da suscetibilidade e vulnerabilidade dos ambientes e dos agentes deflagradores dos riscos naturais gerados pelas organizações parceiras do Programa 2040. Por fim, para o funcionamento de um sistema de previsão de desastres naturais era essencial a implementação de uma vasta rede observacional integrada com vistas a monitorar e emitir alertas diante de eventos geodinâmicos e hidrometeorológicos extremos. O Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais vem, desde 2011, estruturando uma rede observacional com vistas a criar um sistema robusto de suporte a decisões e alertas de desastres naturais que permita o monitoramento de áreas de risco em tempo real. Ao mesmo tempo, o MCTI promoveu a estruturação do CEMADEN em termos de recursos humanos capacitados para o funcionamento de tal sistema, inicialmente com a contratação de funcionários temporários – CTDs – e, posteriormente, com a contratação de funcionários públicos efetivos. A estruturação em ambas as frentes é relatada a seguir. Atualmente o sistema de monitoramento e alerta conta com sensores instalados em todas as regiões do Brasil, sendo 3.653 mil pluviômetros, dos quais 2.619 são pluviômetros automáticos e 1.044 pluviômetros semiautomáticos operados pelas próprias comunidades. Em relação a estes últimos foram oferecidos dezenas de cursos de capacitação comunitária para a sua operação, com a participação, desde 2013, de cerca de 800 pessoas. Além dos pluviômetros, a rede conta com 9 radares meteorológicos; 114 plataformas de coletas de dados hidrológicos para monitoramento de bacias hidrográficas de respostas rápidas, que se somarão a novas 150 que já foram contratadas em 2015 para instalação em 2016; 499 plataformas para monitoramento de chuva e água no solo e 92 plataformas de coletas de dados agrometeorológicos para monitoramento do semiárido brasileiro. A instalação de estações totais robotizadas – ETRs, equipamentos que detectam movimentações em encostas de morros, permitindo, em médio prazo, a melhoria do sistema de monitoramento e alertas para áreas de alto risco suscetíveis a deslizamentos foi contratada em 2015, sendo que a instalação já ocorreu nos municípios de Mauá/SP, Santos/SP, Blumenau/SC e Petrópolis/RJ. Ainda nos primeiros meses de 2016 serão instaladas mais 5 ETRs nas cidades de Nova Friburgo/RJ, Teresópolis/RJ, Angra dos Reis/RJ, Recife/PE e Salvador/BA. Estes municípios, somados a Campos do Jordão/SP, totalizarão 10 cidades com áreas de alto risco de deslizamentos monitoradas pelo CEMADEN/MCTI. Tal rede, em conjunto com aqueles já em operação em diferentes organizações públicas, forma o atual sistema de monitoramento necessário para o envio de alertas de desastres naturais. A estruturação do CEMADEN em termos de recursos humanos ocorreu, inicialmente, por meio da contratação de 75 funcionários temporários em 2011 por meio de processo simplificado. Em 2014 foram providos, por meio de concurso público, 40 cargos de nível superior das carreiras de Desenvolvimento Tecnológico, 15 em Pesquisa em Ciência e Tecnologia e 20 em Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizou, em dezembro de 2015, a chamada de mais 18

		concursados do edital de 2013, sendo um (1) para Pesquisa em Ciência e Tecnologia, um (1) para Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia e dezesseis (16) para Desenvolvimento Tecnológico. A presidência deve autorizar em 2016, mediante decreto, a chamada de mais quatro (4) concursados para Desenvolvimento Tecnológico, o que totalizará um quadro de 97 novos servidores. As metas definidas para o objetivo de promover a estruturação do sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais foram satisfatoriamente atendidas. A implantação do CEMADEN ocorreu por meio da instalação de uma ampla rede observacional e pela estruturação mínima do centro em termos de recursos humanos. A consolidação da rede observacional de monitoramento de desastres vem ocorrendo por meio da instalação contínua de diversas fontes de dados – entre eles, sobre chuva, umidade do solo, movimentação de encostas, nível dos rios – em áreas vulneráveis. Os esforços associados de pesquisas, desenvolvimento tecnológico, inovação, parcerias com estados e municípios, educação e percepção do risco, também vêm contribuindo para o surgimento de um sistema de monitoramento e alerta de desastres naturais no mesmo patamar de excelência daqueles observados nos países mais desenvolvidos. A meta de monitorar 821 municípios críticos previamente definidos foi atendida em mais de 90%, uma vez que a rede alcançou 740 destas áreas. Considerando outras localidades além das prioritárias, o alcance total do monitoramento é de 1.038 municípios. A expectativa para o próximo PPA (2016-2019) é a continuidade da ampliação da rede observacional do CEMADEN por meio de serviços e instalação de equipamentos já contratados em 2015 e que serão concluídos em 2016. Também há a expectativa da contratação de serviços de instalação de outras plataformas de coleta de dados em vários municípios, incluindo 81 prioritários para se alcançar 100% da meta proposta em relação aos 821 municípios críticos. Por outro lado, o alcance atual do monitoramento já alcança 1.038 municípios. Para se completar a estruturação do CEMADEN em termos de recursos humanos, é necessária a realização de um novo concurso para que o centro complete o rol de competências que ele ainda não dispõe até o momento. Por fim, destaca-se a manutenção, no novo PPA 2016 – 2019, da meta de se substituir a sede provisória do CEMADEN por uma sede definitiva que atenda plenamente as necessidades físicas para um melhor funcionamento deste centro.

2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida	0997 - Definir diretrizes básicas de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos e implantar infraestrutura operacional e administrativa para promover o conhecimento científico sobre Oceanos e Clima.	Em termos das diretrizes básicas de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos, está ainda em curso a elaboração de uma Política Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos, após reformulação do Comitê de Ciências do Mar (CCM), órgão de assessoramento ao MCTI, com este mandato. Após ter sido constituída uma Força Tarefa no âmbito do CCM, dando início ao processo de elaboração de tal Política, não foi possível realizar as reuniões presenciais que permitiram negociar seu texto final, por motivos de restrição orçamentária. Ademais, o arcabouço legal que lida com as atividades de C,T&I no país sofreu alterações, que demandam nova revisão da minuta. Ao final de 2015 os trabalhos estavam com um percentual de conclusão de 45%. Assim, não houve avanço em termos de execução da meta, até o presente momento, motivo pelo qual se optou por remover a meta do novo PPA até que se construa o momento político necessário para avançar na elaboração de uma política para a pesquisa nos oceanos. Este objetivo visa atender à Iniciativa 0487 "Elaboração e aprovação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos". No que tange à implantação de infraestrutura operacional e administrativa para promover o conhecimento científico sobre Oceanos e Clima, objeto da Iniciativa 0488 "Criação e implementação do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH) como instrumento para a execução e fomento de uma Política em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos e apoio a projetos de grande envergadura, objetivando o desenvolvimento de pesquisa científica nas Ciências do Mar", ressalta-se que a Associação Civil Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH) foi criada em 2013, como resultado de amplo debate entre Governo, Academia e Setor Privado, iniciado em 2011, e que resultou na definição de que, para a consecução de seus objetivos, o INPOH deveria adotar o modelo de Organização Social, sob a supervisão do MCTI, e contando com a atuação dos Ministérios da Defesa, da Pesca e Aquicultura e a Secretaria de Portos do Governo Federal. Além destes, integrarão o INPOH representantes da Sociedade Civil, do Setor Privado e da Academia, envolvidos com a temática do Instituto. Como decorrência, encontra-se em tramitação a Exposição de Motivos Interministerial e a minuta de Decreto Presidencial que a acompanha, já obtidos os pareceres favoráveis de todas as Pastas envolvidas, estando o processo no Ministério do Planejamento. Mediante a troca dos titulares das Pastas, bem como da reestruturação dos Ministérios, nova pactuação do projeto INPOH se fez necessária, tendo ocorrido em 2015. Ocorre que o resultado do julgamento do STF acerca do modelo de OS altera significativamente os trâmites de contratação e qualificação, ainda em discussão na Casa Civil. Assim, de forma a adequar-se à nova realidade normativa e institucional, no sentido de buscar os meios de implementação do INPOH em futuro próximo, considera-se aguardar a regulamentação da contratação de OS para finalizar o processo de instalação do INPOH, caso adequado. Ressalta-se que há uma minuta de Contrato de Gestão em fase avançada de elaboração, já tendo havido rodada de negociação entre as Pastas. Em paralelo, o MCTI, com uma visão de futuro sobre o macroprojeto do INPOH, instituiu uma equipe de consultores de notório saber, contratados para cada área específica de atuação do INPOH, para, em última análise, elaborar proposta de uma Agenda Científica e de um Plano de Implementação, incluindo um minucioso levantamento do estado da arte de suas áreas, bem como a identificação de lacunas, potencialidades e parcerias estratégicas. O resultado completo destas análises constitui arcabouço técnico-científico de alta qualidade que permitirá a implementação do INPOH assim que for possível atender às normas.

2050 - Mudanças Climáticas	0536 - Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades.	O Modelo Brasileiro do Sistema Terrestre (BESM, anteriormente denominado Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global) tem como objetivo gerar cenários de mudanças climáticas em escala global (em toda a superfície terrestre) e fornecer condições de contorno lateral e da superfície do mar para modelos regionais gerarem cenários de mudanças climáticas regionalizados (sobre um continente ou país – por exemplo, América do Sul e Brasil) decorrentes de ações antrópicas (provocadas pelas ações do homem) e naturais. O projeto do BESM é organizado em torno de um grupo multi-institucional e interdisciplinar de modelagem do sistema climático global (todas as variáveis que determinam o clima do planeta) coordenado pelo INPE, com participação de universidades e centros de pesquisa nacionais, redes estaduais de pesquisa e colaboração internacional. Esse grupo conta com os recursos de supercomputação (supercomputador Tupã, para processamento geração dos cenários) de última geração da Rede CLIMA e Programa FAPESP de Pesquisa em Mudanças Climáticas Globais (PFPMCG), e é responsável por disponibilizar e facilitar o uso dos cenários para a comunidade científica nacional, principalmente para as demais sub-redes da Rede CLIMA e do PFPMCG. O BESM constitui-se, assim, em um projeto transversal, ou seja, que interage com as demais sub-redes temáticas da Rede CLIMA e do PFPMCG, que utilizam seus cenários e projeções para aplicá-los em suas áreas de pesquisa. As pesquisas dos últimos anos têm permitido uma evolução significativa do acoplamento oceano-atmosfera-biosfera globais, com ênfase nos processos relativos à convecção atmosférica sobre a Amazônia e seus impactos na circulação atmosférica global, com atenção ao acoplamento oceano-atmosfera na bacia do Oceano Atlântico Tropical. Foi testada a implementação do modelo de aerossóis Hamburg Aerosol Model (HAM) na componente atmosférica do BESM, i.e., o modelo global atmosférico do INPE/CPTEC. No que tange à modelagem de processos de superfície continental, que engloba a área de agricultura, fogo (queimadas), foi melhorada a representação dos ecossistemas da América do Sul no modelo INLAND, que presentemente é capaz de considerar mapeamentos de usos da terra e, quando acoplado ao modelo BESM, permitirá fazer simulações do clima futuro considerando cenários de usos da terra. A componente de hidrologia continental (modelo THMB) foi acoplada ao modelo INLAND e se encontra em testes de paralelismo no ambiente computacional do INPE, a qual permitirá a assimilação das descargas fluviais pela componente Oceano do modelo. O desenvolvimento do BESM também permitiu a compleição de cenários de mudança climática com a versão BESM2.3, com 7 cenários de 100 anos cada, até 2100, e 50 cenários de 30 anos cada, até 2035. Os cenários globais do BESM foram utilizados como condições de contorno para o modelo Eta para gerar cenários de mudanças climáticas regionais para o clima presente e para o clima futuro, os quais foram utilizados na Terceira Comunicação Nacional de Mudanças Climáticas. Foi também gerada uma nova versão do BESM, utilizando a última versão do modelo atmosférico global do CPTEC acoplado ao modelo global oceânico MOM4p1 (BESM2.5), além da substituição do componente oceânico MOM4p1 pelo MOM5, da qual resultou a mais recente versão do modelo, BESM2.6, ainda em testes. Foram gerados novos cenários de mudanças climáticas globais com a versão BESM2.5, os quais constam de: (i) uma integração de controle com concentração constante de CO2 atmosférico a níveis pré-industriais (i.e. 280 ppmv) de 300 anos de extensão, (ii) uma integração histórica de 1850 a 2005, com níveis observados de concentração de CO2 atmosférico, e três cenários de mudanças climáticas com (iv) quadruplicação da concentração de CO2 atmosférico (que passou a 1200 ppmv) por um período de 150 anos, e (v) integrações

		seguindo o protocolo CMIP5 de concentração de CO2 atmosférico segundo os cenários RCP4.5 e RCP8.5, ambos entre os anos de 2005 e 2100, totalizando 800+ anos de cenários com a versão BESM2.5. A maior interação com outras sub-redes da Rede CLIMA em 2015 continua contribuindo com avanços no desenvolvimento do BESM. Em contribuição sinérgica com as pesquisas da Rede CLIMA, o BESM provê novas simulações e contribui com novos resultados de projeções de mudanças climáticas.

2050 - Mudanças Climáticas	0540 - Gerar e disseminar conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por intermédio de uma rede formada pelas instituições públicas e privadas de pesquisa e ensino (Rede CLIMA).	A Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede CLIMA) foi instituída pelo MCT no final de 2007 e tem como objetivo principal gerar e disseminar conhecimentos para que o Brasil possa responder aos desafios representados pelas causas e efeitos das mudanças climáticas globais. Foi reconhecida pela Lei nº 12.187/2009 como um dos instrumentos institucionais para a atuação da Política Nacional de Mudança do Clima. A Rede congrega aproximadamente 350 pesquisadores de 80 instituições de ensino e pesquisa de todas as regiões brasileiras e é dividida em 15 sub-redes de pesquisa. A Rede CLIMA tinha, até dezembro de 2014, 95 bolsas de pesquisa vigentes e 594 bolsas de pesquisa encerradas. Durante o período de 2012 a 2013, a Rede CLIMA desenvolveu as seguintes atividades: • execução de projetos de pesquisa que resultaram em trabalhos que contribuíram para a elaboração dos relatórios do Painel Brasileiro sobre Mudanças Climáticas e para a contribuição inédita do país ao quinto relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima); • Publicação de artigos científicos, livros e capítulos de livros: o 199 artigos publicados em revistas científicas (127 internacionais e 72 nacionais); o 9 livros e 18 capítulos de livros. • Desenvolvimento da biblioteca digital da Rede CLIMA; • Disseminação de conhecimento através dos relatórios científicos http://redeclima.ccst.inpe.br/index.php/ciencia-para-todos/relatorios-de-atividades/, revista http://climacom.mudancasclimaticas.net/ e em eventos organizados tanto pela academia quanto pela sociedade civil por meio do lançamento de cartilhas e vídeos educativos – "O futuro que queremos: Economia Verde (disponível em http://issuu.com/magnostudio/docs/o_futuro_que_queremos/ ou em http://youtu.be/dr5dueiANhI), Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza" (com versão em língua inglesa); e "Pegada Ecológica: Qual é a Sua?" (disponível em http://issuu.com/magnostudio/docs/pegada-ecologica) acompanhado de um teste online para detectar a pegada ecológica do indivíduo (disponíveis na internet – www.suapegadaecologica.com.br. • Realização da Conferência Nacional de Mudanças Climáticas Globais (Conclima), em setembro de 2013, em São Paulo, quando foram apresentados os resultados das pesquisas da Rede; • Contribuição da Rede CLIMA na elaboração do Primeiro Relatório de Avaliação Nacional do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. • Contribuição para capacitação de pessoas por meio da concessão de 358 bolsas de pesquisa. • Em 13/12/2013, conforme Portaria 1.295 de 16/12/2013, teve início a vigência da nova fase da Rede CLIMA (Rede CLIMA 2). Entretanto, os recursos (parciais) para a operacionalização das atividades só foram liberados em 22/05/2014. Esse atraso prejudicou significativamente a continuidade dos trabalhos planejados para este primeiro semestre. Ainda assim, foi possível realizar algumas atividades previstas e de

		grande repercussão. Em 2014, os principais resultados da Rede CLIMA foram: • Início das atividades de 2 sub-redes (mudanças dos usos da Terra e Divulgação Científica); • Contribuição à elaboração e conclusão do relatório da Terceira Comunicação Nacional; • Conclusão de nova versão do sítio da Rede CLIMA, disponível em http://redeclima.ccst.inpe.br Dentre as ações de disseminação de conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, destacam-se: • Realização da conferência internacional Adaptation Futures, em maio de 2014, em Fortaleza, quando as Rede CLIMA foram apresentadas para a comunidade científica do Brasil e de diversos países do exterior; • Realização do workshop com os coordenadores das sub-redes e representantes do MCTI, para discussão sobre a contribuição da Rede CLIMA para a Terceira Comunicação Nacional à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas; • Lançamento e início das atividades da sub-rede Divulgação Científica e Mudanças Climáticas, cujo marco foi a representação da Rede CLIMA na 66ª Reunião da SBPC (22 a 26 de julho de 2014, Rio Branco, AC). • Reunião do projeto integrativo Dimensões Humanas das Mudanças Climáticas • Desenvolvimento da Biblioteca digital – esta foi concretizada, porém, está suspensa devido a atualização no sistema. Estamos tendo dificuldades na contratação de uma pessoa que possa ficar responsável pela verificação e atualização das publicações. Dentre as ações de disseminação, a Rede CLIMA esteve presente na SBPC em São Carlos e teve participação na elaboração e acompanhamento do projeto FNDCT. Em 2015 houve reuniões dos projetos integrativos: Dimensões Humanas das Mudanças Climáticas e Segurança Hídrica Energética e Alimentar. Um dos produtos será um paper. No caso do PI de Dimensões Humanas, tem como princípios norteadores o teste de práticas adaptativas e a identificação de seus gargalos técnicos institucionais e culturais. Faz-se necessário compreender como a incerteza climática afeta as políticas públicas e as estratégias de adaptação e quais são os princípios conceituais que precisam ser levados em conta para que as escolhas sejam robustas frente à incerteza. No que se refere ao PI de Segurança Hídrica, Energética e Alimentar, o paper abordará a análise dos impactos econômicos da geração de energia elétrica solar no semiárido. No fim do ano de 2015 ocorreu a reunião anual dos Coordenadores, oportunidade em que foi votado o novo Coordenador e Vice Coordenador da Rede CLIMA. Em 2015, conforme previsto e já explanado, houve encontros e reuniões;

		As subredes foram contempladas com bolsas e foram disponibilizados novos recursos para ações em 2016; Não houve publicação de relatório, bem como não houve aquisição de equipamentos para interação. Com relação ao relatório, devido a transição de Coordenação e algumas publicações de paper e artigos estarem pendentes, aguardamos a formalização e finalização destes para que a publicação seja a mais atualizada possível, como este processo burocrático é demorado, em 2016 será publicado o relatório compilando os anos de 2014 e 2015.

2050 - Mudanças Climáticas	0734 - Avaliar os impactos das mudanças climáticas nos sistemas naturais brasileiros por meio do monitoramento de emissões e de observação das manifestações do clima.	1 - ANÁLISE SITUACIONAL DO OBJETIVO: Ao longo da execução do PPA 2012-2015 foram desenvolvidas três linhas de atuação que visaram ao fornecimento/geração de informações sobre os impactos ambientais da mudança do clima especialmente relevantes para o planejamento e a tomada de decisão relacionadas à adoção de medidas de mitigação e de adaptação. a) a) Avanço do conhecimento: Foi concedido apoio financeiro a projetos de pesquisa que buscam a compreensão da dimensão e da natureza da mudança do clima e a geração de dados que possibilitam a avaliação dos impactos da mudança do clima. Foram priorizados projetos em temas como: ciclo de carbono e fluxo de carbono entre a superfície e a atmosfera do planeta; pesquisas ecológicas de longa duração; e observação da zona costeira do país e do Oceano Atlântico tropical. Foi fomentada a revisão do estado da arte das estimativas contemporâneas do balanço de carbono em escala decadal no domínio da América do Sul. Como resultado, a absorção de carbono por processos naturais predominou até a década de 1970. Para a América do Sul, a partir da década de 1980, notou-se balanço continental com perdas de carbono para atmosfera, simultaneamente com o aumento das oscilações associadas ao clima. Na década de 1990, foi observado balanço próximo da neutralidade, por meio da compensação das perdas de carbono para atmosfera oriundas das emissões por queima de combustíveis fósseis e desmatamento, pela absorção de carbono em áreas de florestas primárias. Desde então, houve avanço expressivo no entendimento dos fenômenos de escalas locais e identificação de problemas específicos, especialmente os relacionados aos estoques de carbono nos manejos preconizados pelo Programa Agricultura de Baixo Carbono, ao potencial de mitigação de gases de efeito estufa (GEE) nos sistemas de produção lavoura-pecuária e às estimativas de risco climático para diversas culturas brasileiras. Ainda sobre o estudo de fluxos de CO2 foi apoiado o Workshop para Planejamento da Rede Brasileira de Medições de GEE com o objetivo de elaborar uma estratégia de construção da Rede e definir sua abrangência e estrutura de funcionamento e execução. O workshop contou com a participação de especialistas em medições de gases de feito estufa – GEE dos vários ecossistemas brasileiros e de especialistas estrangeiros que contribuem com a rede mundial (GAW/WMO), seja na gestão de banco de dados públicos e de política de compartilhamento, seja na estrutura de rede de monitoramento regional. O Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração – PELD foi apoiado (de forma complementar) por meio da Chamada MCTI/CNPq/FAPs 34/2012, a qual contratou 30 sítios, dos quais 15 abordam em suas pesquisas o tema mudança do clima. Os ecossistemas estudados são bastante diversos, passando por áreas úmidas e de terra firme na Amazônia, fragmentos de Mata Atlântica, planície de inundação, áreas costeiras, campos de altitude e recifes de coral em Abrolhos. Também foram apoiadas ações que permitiram a instalação de infraestrutura necessária para a realização de pesquisas sobre impactos da mudança do clima na Amazônia e na costa brasileira, tais como: • a instalação da Torra Alta da Amazônia; • a instalação de servidor para a divulgação de informações e publicações resultantes do Programa de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA), disponíveis em http://lba2.inpa.gov.br;

		• a substituição de boias Atlas do Projeto de cooperação multinacional Prediction and Research Moored Array in Tropical Atlantic – PIRATA; • e a aquisição e instalação de boias meteo-oceanográficas e de estações maregráficas na costa brasileira que pertencem ao Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira – SiMCosta. O apoio aos projetos contribuiu, até o momento, para a publicação de mais de uma centena de artigos científicos. Além disso, colaborou para a geração de dados que alimentam sistemas de informações sobre: • clima e saúde humana (Observatório Nacional de Clima e Saúde, disponível em http://www.climasaude.icict.fiocruz.br/extremos); • agricultura (Simulador de Cenários Agrícolas – ScenAgri, informações disponíveis em https://www.embrapa.br/informatica-agropecuaria/busca-de-projetos/-/projeto/21977/simulacao-de-cenarios-agricolas-futuros-a-partir-de-projecoes-de-mudancas-climaticas-regionalizadas); • monitoramento do Oceano Atlântico Tropical (Projeto PIRATA, disponível em http://www.goosbrasil.org/pirata/); e • monitoramento da zona costeira (SiMCosta, disponível em http://www.simcosta.furg.br/). No final de 2015 foram apoiados 26 projetos de pesquisa selecionados pela Chamada MCTI/CNPq/ANA Nº 23/2015 – Pesquisa em Mudança do Clima, que contou também com recursos da Agência Nacional de Águas (ANA), cujos objetivos estão relacionados à previsão e avaliação dos impactos associados à mudança do clima, especialmente na disponibilidade hídrica e de seus reflexos para a segurança alimentar e energética do Brasil, e à análise dos impactos associados à mudança do clima sobre povos e comunidades vulneráveis e em setores como saúde, biodiversidade, cidades e zonas costeiras. b) Formação de recursos humanos: Os projetos apoiados contribuíram para a capacitação e formação de recursos humanos, principalmente em nível de graduação e pós-graduação, por meio da concessão de bolsas. Dessa forma, o desenvolvimento de dissertações de mestrado e teses de doutorado e o fortalecimento de equipes responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos de pesquisa foram apoiados. Projetos de pesquisa da Rede CLIMA foram especialmente contemplados: • Monitoramento de GEE; • Observatórios Ecohidrológicos; • Prejuízos Agrícolas; • Rede Sul Brasileira de Fluxos Superficiais e Mudanças Climáticas (Sulflux); e • Observatório Nacional de Clima e Saúde. A capacitação também foi promovida por meio do apoio, juntamente com o IGBP-Brasil, à realização do curso sobre Acidificação dos Oceanos. O curso buscou preencher a lacuna de conhecimento em relação aos impactos da acidificação grupo de pesquisa colaborativa, o BROA (Brazilian Ocean Acidification Group), uma rede de pesquisadores voltada para o estabelecimento de sistemas de observação a longo prazo que irá possibilitar a compreensão da variabilidade espacial dos parâmetros físicos e biogeoquímicos relacionados ao sistema CO2 na água do mar em diferentes escalas (local, regional, inter-regional). c)Desenvolvimento do sistema

		Foi contratada consultoria do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE para a realização do estudo "Estado da Arte dos Sistemas de Monitoramento de Impacto das Mudanças Climáticas em Países Selecionados" (disponível em http://www.mct.gov.br/upd_blob/0236/236356.pdf), o qual mostrou que a atribuição de causa dos impactos observados nos ecossistemas e sistemas humanos à mudança climática representa um grande desafio a ser vencido, assim como apontou para a importância do desenvolvimento de estudos e de indicadores de vulnerabilidade dos sistemas vivos para o aprimoramento dos indicadores de impactos que, em conjunto, permitirão a proposição de medidas de adaptação. Visando a definição do marco conceitual do Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas – SISMOI foram realizadas diversas reuniões. Inicialmente somente com especialistas pesquisadores da Rede CLIMA; em um segundo momento com especialistas brasileiros e estrangeiros; e finalmente com o envolvimento de possíveis usuários do sistema, outros órgãos do governo e a sociedade. O MCTI, em parceria com a Embaixada Britânica e com o apoio do Projeto Diálogos Setoriais Brasil-União Europeia, realizou em Brasília o Workshop Internacional Challenges for the Monitoring and Observation of the Impacts of Climate Change (informações disponíveis em http://www.youblisher.com/p/1079557-mudancas-climaticas/). O evento reuniu expertos europeus e brasileiros e promoveu a troca de conhecimento e experiências que vieram a auxiliar na definição das fronteiras e características do Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas. Como resultado, foi definido que o sistema deve fornecer dados de fácil acesso e informação simples. Em 2015 foi realizado um segundo workshop para discutir a implementação do SISMOI. Tal evento contou com a participação de 65 especialistas e de instituições nacionais e internacionais que forneceram subsídios científicos e técnicos para que o MCTI possa viabilizar o desenvolvimento do SISMOI. O debate realizado identificou os setores água, agricultura e saúde como áreas de estudo emergentes e o semiárido como região prioritária, visando limitar a complexidade da análise e garantir o custo-efetividade do sistema em curto prazo. A delimitação do semiárido contemplou ainda suas zonas costeiras por sua grande importância econômica e ambiental.

2050 - Mudanças Climáticas	0990 - Expandir a previsão de tempo, de qualidade do ar e do clima em escala regional e global.	Com o objetivo de expandir a previsão do tempo, da qualidade do ar e do clima (2012 a 2015) foi necessário dar continuidade aos desenvolvimentos e refinamentos no sistema de assimilação de dados nas previsões numéricas de tempo e clima, assim como na melhoria dos processos operacionais para a geração e disponibilização de dados e produtos meteorológicos e climáticos. A assimilação de dados visa obter o cenário atual (análise) mais realista possível, permitindo assim que o modelo atmosférico realize a previsão do cenário futuro (previsão) com o menor erro. Em 2015 o sistema de assimilação de dados globais do CPTEC/INPE funcionou em modo de produção operacional e o seu desempenho foi avaliado diariamente. Durante a vigência deste PPA novos modelos numéricos foram implementados com maior resolução espacial e temporal e melhorias na representação dos parâmetros físicos. Neste tópico, é relevante ressaltar a implantação e testes dos modelos de previsão numérica ETA e WRF em resoluções horizontais de até 1 km com saídas horárias e novas versões do modelo de previsão e de química atmosférica BRAMS e CATT-BRAMS, com resolução espacial de 5 km. Em 2015 houve a implementação de um novo modelo global de previsão numérica de tempo com alta-resolução (20 km), e a implementação da previsão climática por conjuntos de vários modelos numéricos (multi-model ensemble). Com relação à parte operacional houve continuidade do aprimoramento dos sistemas de monitoramento da recepção e armazenamento de dados meteorológicos com a elaboração periódica de boletins de acompanhamento e a utilização do sistema MARS (Meteorological Archival and Retrieval System) do ECMWF (European Centre for Medium-Range Weather Forecasts). A partir de 2015, com a nomeação de novos meteorologistas aprovados no concurso de 2014, iniciou-se o trabalho de turnos de 24 horas ininterruptos na sala de previsão e situação meteorológica do CPTEC/INPE, o que permitiu a divulgação antecipada das previsões meteorológicas para a sociedade. Destaca-se que, ao longo do período deste PPA, um dos maiores desafios enfrentados pelo CPTEC foi prover apoio meteorológico e previsões de tempo para a Copa do Mundo de 2014 e preparativos para previsão de ondas e correntes para os jogos olímpicos 2016. Este trabalho foi realizado em conjunto com o CEMADEN e a Marinha do Brasil, e para executá-lo foi preciso montar um esquema especial de trabalho, disponibilizando meteorologistas para atendimentos especiais de monitoramento e avisos meteorológicos. Também foi necessário implementar sistemas de processamento de dados e modelos numéricos específicos para disponibilização de informações para o MCTI e para a Casa Civil.

2055 - Desenvolvimento Produtivo	0853 - Incentivar a implantação de indústrias competitivas de componentes e equipamentos eletrônicos, com ênfase no desenvolvimento local, e promover a produção de software, conteúdos digitais interativos e serviços de TI, para posicionar o País como exportador relevante do setor.	O Governo Federal vem dando atenção à indústria de semicondutores em todas as políticas industriais lançadas desde 2003. No Plano Brasil Maior, atual política industrial, o tema tem sido tratado no âmbito do Comitê Executivo de Tecnologias da Informação e Comunicação e Complexo Eletroeletrônico. Entre as prioridades eleitas está o apoio ao desenvolvimento das indústrias de semicondutores e de displays no país. Nesse contexto, a principal realização foi a publicação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012. Os artigos 57 e 58 do referido documento legal dispõem sobre a evolução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – Padis. Entre os principais avanços está a inserção entre os beneficiários do Padis da pessoa jurídica que investir percentual mínimo em pesquisa e desenvolvimento no país e produzir, de acordo com o respectivo Processo Produtivo Básico (PPB), insumos e equipamentos dedicados e destinados à fabricação de dispositivos eletrônicos semicondutores ou displays. A medida visa facilitar a implantação de unidades fabris no Brasil por meio da desoneração de seus insumos e equipamentos. Em relação ao setor de software e serviços de TI, foi lançado, em meados de 2012, o Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – TI Maior. O programa está alicerçado no Plano Brasil Maior e na Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e tem como diretrizes: o desenvolvimento econômico e social, o posicionamento internacional da indústria nacional, o estímulo ao empreendedorismo e inovação no setor, o aumento da competitividade da indústria nacional e o apoio à pesquisa e desenvolvimento. Neste objetivo destaca-se o Programa CENTROS GLOBAIS DE P&D: Programa de Atração de Centros Globais de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Um edital do CNPq foi lançado em 2013 e 37 proposições foram enviadas ao CNPq. Desse total, 14 propostas foram enquadradas e avaliadas pela banca, resultando num total de 5 propostas recomendadas. O valor aprovado em bolsas foi de R$ 7,7 milhões. Em Setembro foi organizado o Seminário "Centros Globais de P&D em TIC", na Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a presença de 75 participantes. Além do edital, a ação contabiliza 6 centros que estão instalados, ou em instalação no país, e ainda a contrapartida das empresas privadas selecionadas no valor de R$ 21,8 milhões.

2056 - Política Espacial	0397 - Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.	A conquista da capacidade de acesso ao espaço, de forma autônoma, continua sendo um dos principais objetivos estratégicos perseguidos pela política espacial brasileira. Não obstante a prioridade estabelecida, os resultados buscados no presente Objetivo do PPA não vêm atingindo níveis de resultados como desejado, em decorrência das dificuldades de natureza tecnológica, intrínsecas a projetos de desenvolvimento tecnológico, dos óbices de natureza jurídica, das restrições internacionais para a aquisição de partes e materiais, da falta de pessoal nos quadros dos institutos de pesquisa e centros de lançamento do DCTA/MD, bem como da redução de investimentos, fatores estes que vêm contribuindo, nos seus diversos níveis, para o atraso no alcance dos resultados esperados. Os embargos internacionais impõem desafios para a indústria nacional, visto que muitas partes ou subsistemas dos veículos lançadores não estão disponíveis para compra. Em muitos casos, são necessários longos prazos para que a indústria nacional desenvolva e fabrique essas partes, componentes ou subsistemas, que passam necessariamente ainda por etapas de verificação e qualificação, quando não necessários trabalhos de reprojeto. Apesar dessas restrições, podem ser destacados, como principais realizações, os esforços e avanços, desde 2012, nos trabalhos de preparação do VLS XVT-01 (VSISNAV), para o voo que havia sido programado para final de 2014. No período, foi concluída a fabricação de todos os itens mecânicos, os ensaios das antenas das Redes Elétricas de Telemedidas, Telecomando e Respondedor Radar do quarto estágio do VSISNAV, o carregamento dos motores propulsores ativos do primeiro e segundo estágios e a continuidade nos desenvolvimentos de todos os sistemas necessários para a conclusão do Mock-up de Integração de Redes Elétricas (MIR) e do Protótipo de voo VSISNAV, atingindo 79% do estágio de desenvolvimento físico do projeto. Entretanto, para completar a fabricação do foguete e viabilizar o voo do VSISNAV, falta ainda a entrega de equipamentos das redes elétricas embarcadas, que foi contratada na indústria nacional e que se encontra em rescisão contratual. Para superar esta dificuldade, estão sendo estudadas possíveis alternativas de solução para o desenvolvimento dessas redes, envolvendo novos arranjos de empresas nacionais ou estrangeiras. Os estudos de viabilidade para o desenvolvimento do estágio líquido do VLS-Alfa não puderam ser iniciados no período do PPA e o voo de teste tecnológico XVT-02 não poderá ser realizado antes de 2018, se não forem encontradas soluções para as restrições, sobretudo de natureza orçamentário-financeiras. No desenvolvimento do Veículo Lançador de Microssatélites (VLM-1) houve avanços no desenvolvimento estrutural do envelope motor S50, no desenvolvimento de novo propelente, no carregamento do envelope motor com propelente e no desenvolvimento da eletrônica de bordo. Os principais obstáculos para evolução do VLM-1, que residiam no estabelecimento de instrumentos e mecanismos operacionais-administrativos e financeiros para a continuidade no desenvolvimento dos motores do veículo, tanto no que concerne ao desenvolvimento estrutural dos motores quanto ao desenvolvimento propulsivo, além do estudo das soluções da eletrônica de bordo, foram amenizados com a celebração de um novo convênio, estabelecido no final de 2014 entre o IAE e uma fundação de apoio (FUNCATE). A nova agenda do desenvolvimento tecnológico do VLM-1 prevê a realização, em 2018, de um voo, com cargas úteis espaciais ou microssatélites a partir do

		Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Cabe destacar os sucessos nos lançamentos, desde 2012, dos foguetes suborbitais, à exceção da "Operação Scramspace" realizada em 2013, empregando o VS-30/Orion, para realização de experimentos em ambientes de microgravidade, em cooperação com o Programa Europeu de Microgravidade. Também devem ser citados os lançamentos de foguetes de treinamento, cujo objetivo é exercitar as principais funções de comunicação, telemetria, rastreamento e gerenciamento dos procedimentos de segurança e comandos para lançamentos no CLA e CLBI, e fomentar a indústria no desenvolvimento e fabricação desses foguetes. A meta de certificar empresa nacional para produção do VSB-30 não teve evolução, por estar aguardando a realização de estudo sobre a viabilidade econômico-comercial de sua comercialização. As atividades no ano de 2015, relacionadas com as metas do presente Objetivo, resumem-se, de forma geral, à continuidade dos trabalhos de desenvolvimento e integração dos principais sistemas espaciais definidos.

2056 - Política Espacial	0398 - Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS).	A inserção do Brasil no restrito mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites faz parte do conjunto de prioridades da política espacial brasileira. Para dar consequência a esta prioridade, buscou-se pelo presente Objetivo, com base no Tratado firmado, em 21 de outubro de 2003, entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4 no CLA, estabelecer um conjunto de ações de modo a prover, pelo lado brasileiro, a infraestrutura geral necessária para o lançamento de satélites e, pelo lado ucraniano, de prover os foguetes de lançamento Cyclone-4. Para a exploração comercial conjunta dos serviços de lançamento, foi constituída também a empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), à qual coube, além de prover os mencionados foguetes de lançamento, também a responsabilidade pela implantação e manutenção da infraestrutura do sítio específico de lançamento do foguete Cyclone-4. Considerando que, ao longo da execução do Tratado, foi verificada a ocorrência de um desequilíbrio na equação tecnológico-comercial que não mais justificava a constituição da parceria estabelecida, o Governo Brasileiro editou, em 24 de julho de 2015, o Decreto Nº 8.494, denunciando o mencionado Tratado, que interrompeu todas as ações em curso. Não obstante este fato, a prioridade quanto à exploração comercial de produtos e serviços espaciais ainda persiste com a Iniciativa 05H8 - "Estímulo à organização da base industrial e à comercialização de produtos e serviços espaciais por empresas nacionais, em veículos lançadores e serviços de lançamento" do Objetivo 0397 - "Prover a capacidade de acesso ao espaço, por meio de veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial", estabelecida no PPA para o período de 2016-2019.

2056 - Política Espacial	0399 - Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa.	O desenvolvimento e a consolidação de novas competências são de fundamental importância para a sustentabilidade do programa espacial no seu médio e longo prazos. Entre as Metas deste Objetivo, destaca-se a excelente execução da meta relativa à capacitação de especialistas nas áreas de interesse do Programa Nacional de Atividades Espaciais - PNAE, que ultrapassou o desempenho originalmente planejado. Esse sucesso foi obtido devido ao incentivo que se deu ao crescente interesse das instituições de ensino em promover a fabricação, integração, testes e operação de microssatélite com aplicações tecnológicas e, também, a uma suplementação dos recursos ao Edital AEB/MCTI/CNPq Nº 33/2010: "Formação, Qualificação e Capacitação de RH em Áreas Estratégicas do Setor Espacial". Nesse contexto, destaca-se também a capacitação do expressivo contingente de técnicos e engenheiros brasileiros integrantes do Plano de Absorção de Tecnologia do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que se capacitaram na França, por meio de cursos teóricos introdutórios e avançados. Estes profissionais, após familiarização com o projeto do SGDC e seus respectivos requisitos de missão, seguiram treinamentos especializadas envolvendo questões práticas (On-Job training) nos diferentes sistemas e subsistemas do satélite. O grupo deverá ao final estar capacitado para conduzir atividades técnicas e gerenciais de projeto, fabricação, testes e operação deste tipo de satélite. Deu-se continuidade ao Programa Ciência sem Fronteiras Espacial, que implementou diversas bolsas no exterior e formalizou acordo entre a AEB e a Agência Espacial Americana (NASA) para selecionar estudantes que possam fazer estágios na NASA no exercício do próximo PPA (2016-2019). Dentro do contexto do presente objetivo, devem ser destacados também os esforços do programa AEB-Escola na formação dos futuros talentos da área espacial, mediante ações de capacitação de professores e de divulgação científica, voltadas para as instituições de ensino superior, médio e fundamental, buscando despertar nos estudantes a criatividade e o interesse por ciência e tecnologia e pelo programa espacial, objetivando o desenvolvimento de novas vocações para área espacial. Além dos eventos promovidos, relacionados à divulgação da área espacial em todos os níveis de ensino, como olimpíadas e competições de foguetes experimentais e satélites educacionais, foi possível também, no período do PPA 2012-2015, capacitar mais de setecentos professores de ensino fundamental e médio, incluindo escolas técnicas, nas diversas áreas de interesse do programa espacial.

2056 - Política Espacial	0555 - Ampliar o domínio das tecnologias críticas para garantir autonomia no desenvolvimento das atividades espaciais.	A busca do desenvolvimento e domínio das tecnologias críticas constitui um dos principais desafios do programa espacial. No âmbito das metas deste Objetivo, cabe destacar, como importante marco de realização, a conclusão da formulação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia (PATT) do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), conforme o Decreto nº 7.769/2012, que dispõe sobre a gestão do planejamento, da construção e do lançamento do satélite SGDC. O PATT foi formulado e aprovado em 2013 pelo Comitê Diretor do Projeto SGDC. Os requisitos para a Absorção de Tecnologia foram incluídos no contrato de fornecimento do satélite – firmado em dezembro de 2013, enquanto que os da Transferência de Tecnologia foram incluídos no âmbito de um Memorando de Entendimento (MoU), que viria a ser o Acordo de Transferência de Tecnologia Espacial, firmado entre a AEB e a empresa Thales Alenia Space, fornecedora do satélite. A importância do Plano está na estratégia estabelecida para elevar a capacitação do país e o domínio das tecnologias críticas espaciais de satélites, envolvendo sobretudo a indústria nacional, para que obtenha maior qualificação e participação no desenvolvimento dos futuros satélites geoestacionários de comunicação do País. O início da implementação do Plano ocorreu em 2014, encontrando-se atualmente na França um contingente total de 28 técnicos e engenheiros, representantes da AEB, do INPE, do Ministério da Defesa (MD), da Visiona, da Telebras e do Ministério das Comunicações, participando de capacitação tanto em aprendizado técnico-teórico, quanto em atividades práticas, compreendendo as fases de Revisão Preliminar e Revisão Crítica do Projeto do SGDC, sua montagem, integração e testes, até o lançamento e início de sua operação. Neste esforço, destacam-se ainda os projetos de transferência de tecnologia assinados no final de 2015, abrangendo as áreas tecnológicas de propulsão monopropelente para satélites; painéis solares; materiais de interface térmica; painéis de fibra de carbono de alta estabilidade; e tecnologias FPGA e ASIC para aplicações em satélites, e envolvendo cinco empresas brasileiras, que, além de contar com o apoio tecnológico da empresa Thales Alenia Space, contarão também com recursos de subvenção da FINEP. Nos esforços de ampliar o domínio das tecnologias críticas, cabe citar o projeto e a fabricação dos componentes do modelo de desenvolvimento do motor foguete a propelente líquido L75. Dentre eles, a produção e o recebimento da Câmara Capacitiva Curta (CTC) produzida pela indústria nacional, importante componente do modelo de desenvolvimento do motor foguete a propelente líquido, capaz de gerar 75kN de empuxo. Ensaios a frio foram realizados com esta CTC e a continuidade dos ensaios a quente ocorrerá na Alemanha em 2016. Também foram concluídos: o Banco de Ensaios de Bombas Hidráulicas (BTBH) e a adequação do Banco de 20kN para realização dos ensaios à quente do gerador de gás. Também foram realizados os primeiros ensaios

		de qualificação do Modelo de Desenvolvimento do Sistema de Ignição e os ensaios hidráulicos de desenvolvimento da válvula BVO (Oxidante). As demais metas do Objetivo relacionadas com o desenvolvimento tecnológico de produtos/sistemas para aplicação espacial, voltadas para satélites, cargas úteis, veículos lançadores e sistemas de solo, vêm tendo desenvolvimento em ritmo lento e gradual, cabendo destacar que: • Foi desenvolvido o processo de deposição de filmes lubrificantes do tipo DLC sobre peças de interesse para os satélites da série Amazonia. Os filmes confeccionados foram testados com sucesso em diversas peças do satélite Amazonia-1. • No campo do desenvolvimento de plataformas e subsistemas de satélites de pequeno porte foram lançados os satélites universitários AESP-14 e SERPENS (Programa Sistema Espacial para Realização de Pesquisa e Experimentos com Nanossatélites) a partir da Estação Espacial Internacional – ISS e se deu continuidade ao desenvolvimento e testes de componentes do modelo de engenharia do satélite ITASAT. A consecução desses satélites e experimentos capacita e mantém motivados os meios acadêmicos universitários que desenvolvem esses projetos. • O desenvolvimento, pelo Laboratório Associado de Combustão e Propulsão do INPE, de um catalisador para decomposição do propelente hidrazina, empregado em propulsores de satélites, com propriedades e eficiência similares às de catalisador comercial. • Apesar de não ter concluído modelo de engenharia completo, o projeto do motor iônico do INPE desenvolveu os catodos ocos com alta eficiência, realizou as simulações computacionais do sistema de geração de plasma, e confeccionou dispositivo de testes de extração e neutralização do seu feixe iônico. • O esforço do INPE criando uma grande infraestrutura laboratorial para a fabricação de um microgiroscópio de silício. Essa infraestrutura é necessária para tornar plenamente operacional o Reator de Corrosão a Plasma – DRIE, adquirido em 2012. Várias frentes de atuação foram implementadas, a exemplo do projeto do dispositivo micro-eletro-mecânico; a eletrônica associada; os equipamentos e processos de fabricação; e a obtenção de insumos

2056 - Política Espacial	0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.	O presente Objetivo busca consolidar no País uma capacidade própria para projetar, desenvolver e fabricar satélites artificiais de observação da Terra, voltados às aplicações de interesse nacional em áreas como recursos minerais, florestais e hídricos, agricultura, meio ambiente, vigilância territorial e monitoramento de desastres ambientais. Nesse contexto, devem ser destacados os importantes esforços de cooperação com a China, no âmbito do Programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite) para o desenvolvimento e lançamento dos satélites CBERS-3 e 4, bem como o desenvolvimento e fabricação do primeiro satélite da série Amazonia. Tendo em vista a falha ocorrida, em dezembro de 2013, com o veículo lançador chinês Longa-Marcha 4B, que impediu a colocação do satélite CBERS-3 em sua órbita correta, provocando a reentrada do mesmo na atmosfera da Terra, foi estabelecido um cronograma extremamente desafiador, antecipando o lançamento do satélite CBERS-4, de dezembro de 2015 para dezembro de 2014. Todos os esforços foram envidados para superar etapas críticas de montagem, integração e testes do satélite, o que possibilitou o seu lançamento no dia 7 de dezembro de 2014, a partir da base de lançamento de Taiyuan/China. A fase de comissionamento, para que o satélite entre em operação de rotina, está prevista para ser concluída até maio de 2016, o que deve assegurar a qualidade das imagens e cumprir com a expectativa planejada de aprimoramento das atividades de monitoramento de florestas, recursos hídricos, agricultura e outras aplicações. Os projetos de satélites da família CBERS são importantes meios para a capacitação e consolidação da base industrial espacial brasileiro para projetar e fabricar diversos subsistemas de satélites. Entre esses subsistemas, a indústria nacional já domina: suprimento de energia, painéis solares, propulsão de satélites, telecomunicação de bordo, câmeras ópticas imageadoras, gravadores digitais de dados e transmissores de imagens de satélites, e estruturas em matérias aeronáuticos. Essa capacitação industrial inclui competências tecnológicas, infraestrutura, recursos humanos e metodologias gerenciais aplicáveis a outros setores em que estas empresas também atuam. Destacam-se ainda os esforços para a continuidade do programa de cooperação com a China, prosseguindo com o desenvolvimento do satélite CBERS-4A, cujo início ocorrerá após a aprovação pelo Congresso Nacional de Protocolo Complementar firmado pelos dois países para a execução deste projeto de cooperação espacial. Não obstante este fato, foi possível avançar em 2015 com a Revisão Crítica de Projeto (CDR) do CBERS-4A, com previsão de lançamento no segundo semestre de 2018. Nos esforços para o desenvolvimento dos satélites da série Amazonia, importantes avanços foram obtidos na execução do projeto do Satélite Amazonia-1, relativos à sua agenda de desenvolvimento e Plano de Trabalho. Os principais obstáculos deste projeto quanto aos limites orçamentários e financeiros, bem como quanto à contratação dos equipamentos remanescentes, foram superados com recomposição orçamentária ocorrida em fins de 2015, bem como com a celebração de convênio com fundação de apoio para tornar mais céleres os processos administrativos e operacionais de contratações e compras. Com a superação desses obstáculos, sobretudo pelo lado financeiro, espera-se ser possível realizar o lançamento do satélite Amazonia-1 em 2018.

		Outro empreendimento que tem tido sucesso em sua execução é o desenvolvimento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) por empresa francesa, a cargo dos Ministérios das Comunicações e Defesa, com lançamento previsto para 2016. Cabe à AEB a implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia, formulado em 2013 como pré-requisito para a contratação do satélite. Infraestruturas fundamentais e importantes para o País foram mantidas no INPE, destacando-se o Laboratório de Integração e Testes – LIT, que continua desenvolvendo significativos esforços para implantar as capacidades necessárias para realizar as atividades de montagem, integração e testes (AIT) de satélites geoestacionários de grande porte para telecomunicações e meteorologia, bem como satélites de órbita baixa para observação da Terra, científicos e os demais previstos no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) e no Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE). Destaca-se ainda o Centro de Previsão de Clima Espacial, que provê a continuidade da emissão dos boletins de alerta sobre o clima espacial para subsidiar órgãos governamentais, empresas públicas e privadas, na avaliação de riscos aos sistemas tecnológicos brasileiros.

2059 - Política Nuclear	0323 - Aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no país, para ampliar o acesso à medicina nuclear pela população brasileira.	A CNEN vem conseguindo aumentar a produção de radiofármacos anualmente, chegando em 2014 a uma produção 10% superior a meta estabelecida para 2015. Entretanto, em função das dificuldades existentes, principalmente a instabilidade do fornecimento de Mo-99 pelo mercado internacional, a segurança no fornecimento somente será alcançada com a entrada em operação do RMB, prevista para 2021. Com relação à implantação do Empreendimento RMB, as principais realizações alcançadas em 2015 foram as seguintes: 1. Continuação da execução do Convênio Finep/CNEN/Pátria No. 01.13.0389.00, de R$ 25 milhões, para adequação das instalações do CTMSP e do IPEN/CNEN-SP para, respectivamente, realizar a produção de UF6 enriquecido a 20% e a produção dos elementos combustíveis para operação do RMB e dos alvos de urânio para a produção de Mo-99. 2. Obtenção da Licença Prévia do IBAMA. 3. Obtenção da Licença de Local da DRS/CNEN. 4. Obtenção de acordo entre as partes com relação ao valor total de R$ 11 milhões a serem pagos no processo judicial de desapropriação dos terrenos. 5. Definição do escopo técnico do projeto detalhado de engenharia do reator e dos sistemas associados em um total de 454.460 h.h. A desapropriação dos terrenos não foi concluída em função de dificuldades da SDECT/SP para obter os recursos a serem pagos aos desapropriados. Consequentemente as ações previstas referentes à etapa de prospecção do local foram transferidas para 2016. O aumento da cotação do USD frente ao R$, a negociação do escopo técnico do projeto detalhado, e a indisponibilidade de recursos no convênio FINEP/Patria/CNEN 01.14.0240.00 foram fatores que contribuíram para a não contratação do projeto detalhado de engenharia do reator e sistemas associados do RMB. Também não foram elaborados os Planos Ambientais relativos à Licença de Instalação do IBAMA, que foram transferidos para 2016. Consequentemente, o cronograma físico de implantação do empreendimento RMB sofreu atraso. O inicio de operação está agora estimado para 2021. Para 2016, estão previstas as seguintes ações principais: • Contratar o projeto detalhado do reator e sistemas associados e dar início à sua elaboração, uma vez destinados os recursos previstos para o convênio FINEP/Patria/CNEN 01.14.0240.00; • dar andamento à execução das ações do Convênio Finep/Patria/CNEN No. 01.13.0389.00; • efetivar a desapropriação dos terrenos e assim permitir a execução das ações previstas para o local de instalação; • dar continuidade aos processos de licenciamento nuclear e ambiental.

2059 - Política Nuclear	0325 - Expandir e implantar, em escala capaz de suprir a demanda nacional, o ciclo completo para produção do combustível nuclear.	Este Objetivo é integrado por atividades produtivas minero-industriais e por projetos de ampliação e implantação das etapas do Ciclo do Combustível Nuclear, objetivando atender a demanda das usinas núcleo elétricas com produção nacional. As atividades produtivas são realizadas nas unidades minero-industriais já implantadas, à saber: a Mineração, a Reconversão, o Enriquecimento Isotópico, a Fabricação de Pastilhas e a Fabricação e Montagem do Elemento Combustível. A etapa do ciclo ainda não nacionalizada é a de Conversão, sendo que a de Enriquecimento já esta operando com atendimento parcial da demanda. Também são adquiridos no exterior alguns componentes e materiais (grades espaçadoras e tubos de ligas de zircônio, principalmente). Desde 2012 foram produzidos 361 elementos combustíveis, atendendo a demanda das usinas nucleares brasileiras no período, da seguinte forma: 2012 - 62 EC's; 2013 -107 EC's; 2014 - 89 EC's. 2015 – 103 ECs Em relação à atividade de mineração, a dificuldade na obtenção de licenciamento para extração de Urânio em Caetité/BA, tanto na lavra subterrânea da Mina da Cachoeira como na lavra a céu aberto da Mina do Engenho, especialmente o licenciamento nuclear, é um dos obstáculos ao pleno atendimento da demanda de combustível nuclear com produção nacional. Em função disso, foi necessário importar o equivalente a 94 t de Concentrado de Urânio Natural (U3O8) em 2015, perfazendo um acumulado equivalente a 880 t de importação de U3O8 no período 2012-2015. Em relação ao Enriquecimento Isotópico, a implantação da Usina de Enriquecimento em sua primeira etapa é composta por quatro módulos dotados do total de 10 cascatas de ultracentrífugas, e atingiu, em 2015, um progresso físico acumulado de 71,48% e, com a conclusão e comissionamento da cascata 6 (2ª cascata do Módulo 2), sua capacidade nominal instalada alcançou cerca de 35.000 kgUTS/ano, o que corresponde à aproximadamente 34% de uma recarga da Central Nuclear de Angra 1, atingindo-se, desta forma, praticamente a Meta de 35% fixada no PPA 2012-2015. Ao final da implantação da 1ª etapa, a capacidade de produção irá atender 100% da demanda de Angra 1 e 20% de Angra 2. Em relação à implantação da Usina de Enriquecimento, estão previstas para o próximo período a manutenção de um certo fluxo financeiro no contrato com o CTMSP, bem como, dar continuidade a outras contrações em andamento e aos processos de aquisição de itens e serviços que impactam diretamente na instalação das ultracentrífugas já entregues, além da contratação dos serviços para conclusão dos Módulos 3 e 4. Outro projeto voltado para a complementação do ciclo do combustível nuclear, é a implantação da Usina de Conversão, que atingiu um progresso físico de 1% em 2015, com um acumulado de 9% no período do PPA 2012-2015, frente à meta de atingir 40%. Outro importante ponto em direção à autonomia estratégica do ciclo do combustível refere-se à geração de conhecimento e expertise em tecnologia própria e nacionalização de componentes. A INB vem desenvolvendo projeto de capacitação em engenharia de projeto de combustíveis nucleares e na nacionalização dos componentes importados, efetuando o desenvolvimento e a qualificação da própria INB e de fornecedores nacionais. As principais dificuldades para um avanço mais significativo dos projetos em escala industrial, voltados para

		a nacionalização do ciclo do combustível nuclear capazes de suprir a demanda nacional, estão relacionadas às restrições orçamentárias e financeiras, bem como, à elevada complexidade tecnológica para atendimento das normas nucleares, de segurança industrial e de proteção ao meio ambiente, com soluções de engenharia integradas, como no caso da Usina de Conversão de Urânio. Para o próximo exercício estão programadas as seguintes atividades produtivas relacionadas à fabricação de combustível nuclear: - Produção de 60t U308 na Unidade de Concentrado de Urânio - URA em Caetité/BA - lavra a céu aberto - Mina do Engenho; - Produção de 6.384 kg de U enriquecido a 4,15 %, em peso de U235; - Fabricação de 32 ECs, com enriquecimento de 4,15 %, em peso de U235, para a 22ª Recarga de Angra 1 (projeto 16NGF); -Fabricação de 52 EC's, com enriquecimento de 4,25 %, em peso de U235, para a 13ª Recarga de Angra 2 (projeto HTP-I com filtros anti-debris); -Fabricação de 44 EC's, com enriquecimento de 2,6 %, em peso de U235, para a 28 Região do Núcleo de Angra 3 - (projeto HTP-I com filtros anti-debris).

2059 - Política Nuclear	0326 - Implantar programa de formação especializada do setor nuclear, envolvendo universidades e centros tecnológicos, voltados para os segmentos de pesquisa avançada, desenvolvimento tecnológico e indústria nuclear.	O objetivo de implantar e manter um programa de formação especializada para o setor nuclear vem sendo cumprido pela CNEN. Sua implementação se dá por intermédio da concessão de bolsas de mestrado e doutorado para cursos de pós-graduação realizados no âmbito das unidades de pesquisa da CNEN, além de parcerias com instituições de ensino em áreas de interesse do setor nuclear. Em 2015, a CNEN concedeu 19 bolsas de mestrado e 5 bolsas de doutorado por meio de edital público de âmbito nacional. Além disso, foram concedidas 14 bolsas novas de mestrado e 4 bolsas novas de doutorado em cotas para alunos dos cursos de pós-graduação mantidos pelas Unidades da própria CNEN. A esses bolsistas somam-se os que iniciaram seus cursos em anos anteriores, perfazendo um total de 101 beneficiados com bolsas de mestrado e 74 com bolsas de doutorado, em 2015. Ainda dentro do escopo dessa ação, a CNEN mantém com o CNPq um Termo de Cooperação por intermédio do qual são concedidas bolsas de iniciação científica para estudantes de graduação em áreas de interesse do setor nuclear.
2059 - Política Nuclear	0327 - Fortalecer o sistema de regulação nuclear para garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear e das radiações ionizantes no país.	A ação Segurança Nuclear, Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radiativas, tem em parte transcorrido conforme a programação, observadas as dificuldades de cumprimento de muitas dessas demandas devido aos preparativos para a participação da DRS nos jogos olímpicos e uma redução do quadro funcional, pelas aposentadorias ocorridas.
2059 - Política Nuclear	0328 - Desenvolver a tecnologia nuclear e suas aplicações para atender aos diversos usos na área civil.	O objetivo 328 inclui duas Ações Orçamentárias que tiveram resultados distintos em relação às metas previstas. Com relação à Ação Orçamentária para Implantação do Laboratório de Fusão Nuclear (LFN), o percentual de execução alcançado no ano e o acumulado ao fim do atual ciclo PPA 2012-2015 está muito abaixo do originalmente previsto. Este resultado foi devido aos escassos recursos orçamentários liberados para a Ação ao longo de todo este ciclo PPA. Como alternativa buscou-se, com sucesso, a celebração de um convênio com a FINEP para contratação dos projetos de engenharia básico e executivo do futuro LFN da CNEN. Concluído o projeto executivo será necessário um aporte expressivo de recursos para que a meta de 80% de implantação do LFN possa ser cumprida, conforme previsto no novo ciclo PPA 2016-2019. Com relação à Ação Orçamentária de P&D em C&T Nucleares e em Aplicações das Radiações Ionizantes, a meta anual de 450 projetos de pesquisa apoiados foi alcançada, apesar dos poucos recursos orçamentários disponibilizados ao longo deste período e à significativa perda de servidores por aposentadoria. A destacar a importante contribuição dos recursos de fomento obtidos para complementar os recursos orçamentários disponíveis. Para o próximo ciclo PPA 2016-2019 espera-se um maior aporte de recursos orçamentários e a realização de concursos públicos que permitam a reposição dos servidores recentemente aposentados e em vias de se aposentar.

2059 - Política Nuclear	0329 - Identificar e definir soluções para a deposição definitiva dos rejeitos radioativos de média e baixa atividade, visando a proteção da população e do meio ambiente.	O terreno para construir o Repositório foi selecionado e cedido à CNEN através de Acordo de Cooperação com a União, assinado em 2013. Em 2015 foi realizado o levantamento planialtimétrico, a sondagem e o levantamento geológico do local selecionado através da empresa DSoares, contratada para este fim, tendo sido comprovada a sua adequação técnica pelo relatório da equipe do projeto RBMN. • Durante o ano foi contratada a empresa internacional (ANDRA – Agência Francesa de Rejeitos Radioativos) suporte técnico ao Projeto • Esta empresa já emitiu parecer preliminar sobre as características do local selecionado e já enviou as informações técnicas do repositório escolhido como projeto de referência do RBMN. • No âmbito do Licenciamento Ambiental, foi emitido, pelo IBAMA, o Termo de Referência para contratação do Estudo de Impacto Ambiental, EIA/RIMA. • Foram preparados os editais para a licitação do EIA/RIMA e do Projeto Básico que poderão ser contratados no curso de 2016. • No âmbito da Cooperação com o DOE/NNSA/GTRI(Global Threat Reduction Initiative) que tem a finalidade de repatriar as fontes radioativas em desuso, após a assinatura do Memorando de Entendimento (MOU) entre as Partes DOE(LANS)/DFAIT/CNEN, realizada em 2015, foi discutido e assinado o Contrato (Implementation Agreement) da CNEN com o DOE e DEFAIT para a repatriação de fontes e assinado os contratos entre o DOE e DEFAIT com a NECSA, empresa que efetuaria o desmonte dos cabeçotes. • Foram recolhidos rejeitos radioativos nos 4 depósitos intermediários da CNEN, durante o ano de 2015, perfazendo um total de 97,2 TBq de atividade. • Está em progresso a certificação dos depósitos intermediários de rejeitos das unidades da CNEN (UTCs), estando a certificação dos depósitos do IPEN e CDTN em sua fase final. • Neste ano foi pago ao município de Abadia de Goiás um total de R$ 236 mil como compensação financeira devido à armazenagem de rejeitos no depósito de rejeitos do acidente radiológico do Césio 137.
2059 - Política Nuclear	0573 - Aprimorar as atividades de proteção ao programa nuclear e o atendimento a emergências radiológicas e nucleares.	O objetivo foi cumprido parcialmente por meio da execução das metas “Aprimorar a metodologia e aumentar a frequência dos exercícios de emergência de forma a manter o elevado grau de segurança das instalações nucleares do país" e "Modernizar o Centro Nacional para o Gerenciamento de uma Situação de Emergência Nuclear (CNAGEN)". O que contribuiu para a sua execução foi a grande motivação das equipes dos órgãos componentes do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro. O principal obstáculo foi a falta de recursos para completar a modernização do Centro Nacional para o Gerenciamento de Emergência Nuclear (CNAGEN).

4.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

4.3.2.1 Ações do OFSS

Quadros - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

4.3.2.1.1 Secretaria Executiva – SEXEC/MCTI

Identificação da Ação						
Código	20US Tipo: Atividade					
Título	Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores					
Iniciativa	Fomento a projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e a projetos voltados à geração e disseminação de conhecimento, novas tecnologias, produtos e processos inovadores					
Objetivo	Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade. Código: 0004					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação Código: 2021 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
82.782.155	86.782.155	10.962.180	6.785.856	6.435.906	349.950	4.176.325
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projetos apoiados		Unidade				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
8.873.983	9.244.605	(-106.392)	**		-	-

Fonte: SIOP

A Dotação Orçamentária Inicial incluiu os valores da Emenda do Relator Geral (PTRES: 099701) R$ 60.000.000,00, que foi contingenciada; o Plano Orçamentário 0004 de responsabilidade da Secretaria-Executiva (UG 240112) e o Plano Orçamentário 0005 de responsabilidade da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (UG 240119) no valor de R$ 262.115,00, o Plano Orçamentário 0006 de responsabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (UG 240101), além de 05 emendas parlamentares, das quais 04 foram contingenciadas. (PTRES: 099730, 099710, 099744, 099722, 099702).

Identificação da Ação							
Código	2463 Tipo: Temática						
Título	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear						
Iniciativa	Pesquisa, desenvolvimento e inovação em tecnologia nuclear e suas aplicações						
Objetivo	Desenvolver a tecnologia nuclear e suas aplicações para atender aos diversos usos na área civil. Código: 0328						
Programa	Política Nuclear Código: 2059 Tipo:						
Unidade Orçamentária	24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados	
3.000.000	3.000.000	1.522.547	1.357.697	1.080.697	277.000	164.850	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada	Realizada		
Projeto apoiado		Unidade	1	-	1		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
516.799	516.031	(-768)	**		-	-	

Fonte: SIOP

Análise crítica

A Dotação Orçamentária da Ação foi de R$ 3.000.000,00. Devido a cortes no Orçamento da União, foi solicitada a devolução de créditos no valor de R$ 1.477.315,26. Dessa forma, foram empenhados R$ 1.522.547,00. As Metas para 2015, com seus respectivos resultados foram:

- Desenvolvimento dos processos de síntese de combustíveis nucleares metálicos avançados com cernes das ligas U-Zr-Nb e U-Mo e com revestimento em Aço Inoxidável Austenítico TP 348.

Foram produzidas 6(seis) placas de combustível nuclear metálico, meta 100% atingida.

- Desenvolvimento qualificação e produção de combustíveis nucleares cerâmicos: meta prejudicada pelo corte de recursos. Foi cancelada a contratação da fabricação de equipamentos cujo projeto já havia sido homologado. Sua execução ficou em 50%.

- Aquisição de equipamentos para a Unidade piloto de Hexafluoreto de Urânio - USEXA, Laboratório de Materiais Cerâmicos e Nucleares LABMAT e Laboratório de Desenvolvimento de Instrumentação de Combustíveis Nucleares - LADCON e aperfeiçoamento da infraestrutura dessas unidades: Foram executadas atividades de manutenção e atualização da infraestrutura, necessárias à segurança das instalações, pois diversos materiais e produtos químicos envolvidos nos processos, destacando-se o hexafluoreto de urânio, requerem rigorosas precauções de segurança e manutenção tempestiva dos equipamentos, de modo a que sejam evitados vazamentos ou acidentes.

A eficiência na execução, apesar da complexidade dos materiais adquiridos e serviços contratados, só foi possível devido à antecipação do CTMSP na preparação de editais, projetos básicos e especificações pertinentes. Por se tratar de um Programa que se desenvolve há vários anos, concorreu também a experiência adquirida na condução desses processos licitatórios específicos.

Caso não ocorressem os cortes orçamentários, que atuaram como condicionantes externas, pode-se inferir que todos os recursos seriam empenhados e que as metas previstas no PA estariam em vias de ser concluídas.

Análise Situacional

No âmbito da Ação 20US foram apoiados diversos projetos que focavam a adequação da infraestrutura e aparelhamento de Institutos de Pesquisa, a realização e desenvolvimento de pesquisas e metodologias em diversas áreas, eventos de popularização e divulgação da ciência, dentre tantos outros. Tais projetos visaram o fortalecimento da capacidade científica e tecnológica, conforme estabelecido no plano de ação, o alcance de prioridades estratégicas.

A Meta Física da ação não foi alcançada pois para estabelecer a Meta do exercício de 2015 foi considerado o número de projetos apoiados na Ação/PO nos exercícios anteriores. Os recursos foram descentralizados às Instituições de Pesquisa, Universidades, ao CNPq através de Termos de Descentralização de Créditos Orçamentários, Convênios e ou Termos de Parcerias. Deve-se considerar ainda o contingenciamento orçamentário imposto ao Ministério que estabeleceu o limite de empenho para a ação e, com isso, reduziu o número de projetos apoiados.

O objetivo geral da Ação 2463 do Programa 2059 do PPA 2012-2015 é: "Promover o desenvolvimento nacional de tecnologia nuclear". No contexto amplo do PPA 2012-2015, esse objetivo se materializou na produção de combustíveis nucleares avançados, na modernização das plantas de hexafluoreto de urânio do CTMSP, na aquisição de equipamentos para pesquisa, na modernização e construção de laboratórios e na qualificação de pessoal e de processos.

Análise Crítica – Política Nuclear – Ação 2463

A aplicação de recursos obedeceu ao preconizado na Ação e os resultados e produtos obtidos corresponderam aos objetivos estabelecidos.

O desenvolvimento nacional de tecnologia nuclear confere ao Brasil vantagem competitiva no uso dessa forma de geração de energia, que, além de economicamente vantajosa em relação às outras formas de geração que não dependem de fatores climáticos(chuva, vento ou sol), apresenta significativas vantagens ambientais em relação a tantas outras opções de geração de energia elétrica, pois ocupa áreas muito menores (em média 500 vezes menor que uma hidrelétrica e 100 vezes menor que um parque eólico de mesma potência) e não gera gases que contribuem para o "efeito estufa".

A continuidade do investimento na pesquisa e desenvolvimento dessas tecnologias é indispensável para a manutenção e dessa vantagem e fruição dos seus dividendos, pois as certificações que acompanham todas as etapas do desenvolvimento também garantem a segurança das instalações. Além disso, é um tipo de conhecimento cuja difusão é bastante restrita no ambiente internacional.

Análise Situacional – Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal

As atividades da Secretaria Executiva do CONCEA são de apoio técnico-administrativo às deliberações do Colegiado. Para tanto, as atividades foram organizadas na forma de Macroprocessos de Apoio, em que os servidores responsáveis acompanham o desenvolvimento das atividades desde sua concepção (início) até a sua finalização (resultado prático alcançado). Dentre essas, podemos listar:

a) Programação das reuniões: reserva de espaço físico, elaboração das Pautas, organização de pastas e *prints*, emissão de passagens e diárias para os membros do CONCEA participarem das reuniões;

b) Organização das agendas de visitas técnicas e da vistoria, e emissão de passagens e diárias para os membros e servidores; 13

c) Publicação no D.O.U. dos atos do Conselho, a saber: 72 Extratos de Pareceres do CONCEA; 09 Editais – consultas públicas; 08 Resoluções Normativas; 03 Orientações Técnicas; 10 Portarias MCTI: indicação e recondução de membros do CONCEA;

d) 122 Análise e emissão de Notas Técnicas dos processos de solicitação de credenciamento, pós credenciamento, dentre outros assuntos inerentes ao Conselho;

e) Emissão e expedição de 72 Comprovantes de Registro de Credenciamento, encaminhados por meio de Ofício da Secretaria Executiva do CONCEA;

f) Publicação no site do CONCEA: a página do CONCEA sempre demanda da equipe técnica da Secretaria Executiva do CONCEA atualização constante, cujos atos do CONCEA são dados publicidade: 04 pautas tentativas; 04 Sínteses das deliberações; 08 Resoluções Normativas; 03 Orientações Técnicas; Comunicados, avisos e notas, Extratos de Credenciamento, Pareceres da Consultoria Jurídica do MCTI, Editais de Consulta Pública, dentre outros;

g) Atendimento a pedidos de acesso à informação por intermédio do Sistema de Acesso a Informação do Cidadão (SIC): 08 respostas a pedidos de informação;

h) 15 respostas a Ministérios Públicos Federais, Procuradorias Estaduais, Ouvidoria, Conselhos de Classe Profissionais do País;

i) 1.430, aproximadamente, atendimentos às solicitações requeridas por meio do fale-conosco do CONCEA (e-mail institucional concea@mcti.gov.br para atendimento à comunidade civil e científica);

j) Elaboração, registro, arquivo e expedição: 245 Ofícios SE-CONCEA 192 Ofícios CONCEA 10 Ofícios-Circulares CONCEA 369 Memorandos 122 Notas Técnicas 94 Pareceres do Coordenador do CONCEA 31 Pareceres dos Conselheiros do CONCEA (relatores).

k) Registro e acompanhamento de 60 Cartas Consultas (dúvidas da sociedade ao CONCEA);

l) Registro e acompanhamento de 25 processos de apuração de infração administrativa;

m) Acompanhamento e controle das demandas enviadas aos Membros para relatoria;

n) Acompanhamento e Controle de frequência dos Conselheiros nas reuniões;

o) Acompanhamento e Controle do mandato dos Conselheiros;

p) Atendimento às demandas outras advindas para o Conselho e do Conselho;

q) Registro e acompanhamento das solicitações de diligências formuladas às instituições que solicitaram credenciamento;

r) Acompanhamento, identificação e levantamento no CIUCA das instituições que solicitaram credenciamento, durante todo o ano de 2015;

s) Publicações de avisos, comunicados, notas e outros no site do CONCEA; e

t) Atualização da relação das instituições credenciadas pelo CONCEA e publicação no site.

A fim de operacionalizar todas as atividades acima descritas, a Secretaria Executiva do CONCEA contava no ano de 2015 com apenas 6 (seis) servidores, dentre eles, a Secretária-Executiva do CONCEA, a Secretária-Executiva substituta, dois tecnologistas e dois assistentes. Além dos servidores, a Secretaria dispunha de uma equipe de secretariado, composta por uma secretária-executiva, uma secretária-técnica, e um estagiário. Deve-se mencionar que às ações acima citadas (em curso) se dá pelo esforço, empenho, apoio e colaboração do Gabinete do Ministro – Presidente do CONCEA, bem como da Secretaria Executiva do MCTI.

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO DA UNIDADE

Ressalta-se que o CONCEA ainda não possui Plano Orçamentário próprio. O CONCEA possui a Ação 19.571.2106.213K – Funcionamento do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONCEA, dentro do Programa 2106 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. A execução da referida ação baseou-se no custeio das atividades do CONCEA, que no ano de 2015, restringiram-se ao pagamento de passagens e diárias para a realização das seguintes atividades de âmbito nacional:

a) Diárias e passagens aos membros do Colegiado para participarem das 04 (quatro) reuniões ordinárias do CONCEA, realizadas em FEVEREIRO, MAIO, AGOSTO e NOVEMBRO de 2015, totalizando o montante de R$193.923,78, divididos entre: custeios com passagens aéreas (R$80.035,25) e custeios com diárias (R$113.888,53);

b) Atividades do Coordenador do CONCEA em Brasília, dentre elas, audiências com o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação; reuniões com a Secretária-Executiva do MCTI; reuniões com o Chefe de Gabinete do Ministro; participações do CONCEA em eventos, mesas redondas, congressos; reuniões com a Secretaria Executiva do CONCEA para decisão e despachos, no montante de R$14.374,48, divididos entre passagens (R$11.780,83) e diárias (R$2.593,65);

c) participação dos Conselheiros do CONCEA em reuniões externas e eventos em nome do Colegiado, totalizando R$10.572,53, divididos entre passagens R$8.347,08 e diárias R$2.225,45;

d) convites a pesquisadores e palestrantes ao II Simpósio CONCEA – 2015, bem como às reuniões ordinárias do CONCEA, previstas em lei, totalizando R$12.029,43, divididos entre passagens R$6.971,98 e diárias R$5.057,45; e

e) acompanhamento de servidor da Secretaria Executiva do CONCEA, à reunião do grupo de trabalho do acordo de cooperação técnica MCTI e CFMV no dia 07 de outubro de 2015 em São Paulo/SP, no valor de R$1.804,52, divididos entre passagens R$1.620,27 e diária R$184,25.

Por todo o exposto, os custos que o MCTI teve com o CONCEA durante o ano de 2015, a fim de que as atividades do Colegiados pudessem ser cumpridas, totalizaram o valor de R$232.704,74 (duzentos e trinta e dois mil, setecentos e quatro reais e setenta e quatro centavos). 15

PLANEJAMENTO PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Para o ano de 2016, foram estabelecidas como metas Institucionais para o CONCEA e sua Secretaria Executiva:

a) Organizar e realizar as 4 reuniões ordinárias e das 5 câmaras permanentes do CONCEA, com 3 (três) dias consecutivos de duração;

b) Remodelagem do novo Sistema CIUCA para entrar em funcionamento no segundo semestre de 2016;

c) Continuar na elaboração e deliberar os Capítulos que comporão o "Guia Brasileiro de Produção, Manutenção ou Utilização de Animais em Atividades de Ensino ou Pesquisa Científica";

d) Iniciar os processos de Licenciamento das instituições credenciadas no CONCEA;

e) Emitir as Licenças, conforme Portaria MCTI nº 1332, de 3 de dezembro de 2014;

f) Atuar para que a fiscalização das instituições se institucionalize por meio da publicação de uma Portaria Interministerial;

g) Ampliação do efetivo técnico de servidores da Secretaria Executiva do CONCEA, de 6 para, no mínimo, 8 de nível superior e 4 de nível médio; e

h) Mudança para novo espaço físico da Secretaria Executiva do CONCEA, no intuito de receber servidores para atuar no CONCEA. III.

DIFICULDADES Diante de todo o exposto neste Relatório, percebe-se a extrema necessidade de ampliação e fortalecimento da Secretaria Executiva do CONCEA. Deve-se, ainda, ressaltar:

a) O número de processos a serem analisados é muito superior ao número de servidores que compõem a Secretaria Executiva do CONCEA, sendo visível a necessidade de agregar mais servidores à equipe existente;

b) O volume de entrada de novos processos é contínuo e crescente, à medida que se intensificarão com as novas solicitações de credenciamento e as de licenciamento para o ano de 2016 (3000 instalações animais no CIUCA), tornando assim, extremamente vital a ampliação da força de trabalho da Secretaria Executiva do CONCEA;

c) Demanda crescente de processos de infração administrativa no CONCEA, bem como as atividades decorrentes da fiscalização, que aguardam regulamentação e implementação (Portaria Interministerial), o que impactará ainda mais a equipe atualmente constituída; e

d) Enquanto a nova plataforma do Sistema CIUCA não se encontrar disponibilizada com todas as ferramentas em pleno funcionamento, todo o processo de credenciamento e licenciamento continuará sendo realizado de forma não informatizada, o que compromete o resgate de pronto atendimento das informações e a transparência em tempo real do sistema de controle do CONCEA.

4.3.2.1.1.1 Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa

Identificação do Programa de Governo	
Código Programa	2021
Título	Ciência, Tecnologia Inovação

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R$ 1,00)			
Esfera	Global PPA 2012-2015	Acumulado Dotações/Posições 2012, 2013 e 2014	Dotação/ Posição - 2015
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	23.025.298.419	17.183.531.404	5.841.767.015
Orçamento de Investimentos – OI			
Outras Fontes	25.028.518.462	16.801.407.693	8.227.110.769
Total	48.053.816.881	33.984.939.097	14.068.877.784

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2015					(Em R$ 1,00)
Lei Orçamentária 2015					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a pagar (inscrição 2015)		i) Despesa Realizada
			Processados	Não processados	
4.246.212.095,64	2.785.548.653,34	2.415.991.625,09	369.557.028,25	1.460.663.442,30	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	Posição em 1/01/2015	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a pagar
Não processados	2.066.629.513,69	1.467.213.527,31	1.191.855.012,00	41.901.313,10	1.078.655.863,76
Processados	765.169.707,56	-	392.403.634,24	14.130.039,53	358.636.033,79
0					

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2015					
Dotação OFSS	5.837.157.315,00	Dotação OI	-	Outras Fontes	8.227.110.769,00

Fonte: SIOP

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Fortalecer as instituições científicas e tecnológicas da Amazônia para desconcentrar a produção científica e tecnológica do país					
Código	0401	Órgão	MCTI			
Programa	Ciência, Tecnologia Inovação			Código	2021	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	Prevista 2015	Realizada em 2015	Realizada até 2015	% Realização (c/a)
1	Aumentar de 113 para 200 o número de bolsas especializadas em inovação em curso no Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) (Responsável pela apuração: SUFRAMA)	Bolsas Especializadas	200,00		33,00	16,50
2	Aumentar para 4% a contribuição da Região Amazônica para o	%	4,00		13,00	325,00

	número de publicações brasileiras *no Essential Science Indicators,* Thomson Reuters (Responsável pela apuração: INPA)					
3	Implementar 50 bolsas especializadas em tecnologia e inovação no Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus - CTPIM (Responsável pela apuração: FAPs Região Norte)	Bolsas especializadas em tecnologia e inovação	50,00		0,00	0,00

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	Prevista 2015	Realizada em 2015	Realizada até 2015	% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
	Regionalização da Meta	Unidade medida	Prevista 2015	Realizada em 2015	Realizada até 2015	% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	**Descrição da Meta**
4	Concluir a ampliação e modernização da infraestrutura do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) para estudo da biodiversidade, inovação tecnológica e sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às mudanças globais (Responsável pela apuração: INPA)

Fonte: SIOP

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
Descrição	Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCT e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.				
Código	403	Órgão	MCTI		
Programa	Ciência, Tecnologia Inovação			Código	2021

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	Prevista 2015	Realizada em 2015	Realizada até 2015	% Realização (c/a)
1	Ampliar o Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos nas Unidades de Pesquisa do MCTI (PcTD) de 0,83 para 0,95 (Responsável pela apuração: MCTI)	Índices de Processos e Técnicas	0,95		1,74	183,16
2	Ampliar para 117 o número anual de depósitos de patentes, registros de software ou outros títulos de Propriedade Intelectual das criações desenvolvidas nas Unidades de Pesquisa do MCTI (Responsável pela apuração: MCTI e INPI	Depósitos de patentes, registros de software ou outros títulos	117,00		68,00	58,12
3	Aumentar o Índice Geral de Publicações (IGPUB) nas Unidades de Pesquisa do MCTI de 1,85 para 2,20 (Responsável pela apuração: MCTI	Índice Geral de Publicaçõe s (IGPUB)	2,20		2,06	93,64

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	Prevista 2015	Realizada em 2015	Realizada até 2015	% Realização (c/a)
4	Conectar 41 campi em municípios médios a 1 Gbps e 681 campi em municípios pequenos a 100 Mbps (Responsável pela apuração: RNP)	Campi	722,00		350,00	48,48
5	Criar 05 Laboratórios Multiusuários no País	Laboratórios Multiusuários	5,00		19,00	380,00
	Regionalização da Meta	Unidade medida	Prevista 2015	Realizada em 2015	Realizada até 2015	% Realização (c/a)
4.1	Região Nordeste	Unidade	216,00		94,00	43,52
4.2	Região Centro-Oeste	Unidade	71,00		27,00	38,03
4.3	Região Norte	Unidade	111,00		42,00	37,84
4.4	Região Sudeste	Unidade	186,00		62,00	33,33
4.5	Região Sul	Unidade	138,00		63,00	45,65
5.1	Região Sudeste	Unidade	5,00		10,00	200,00
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
-	-	-	-	-	-	-

Análise Situacional – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa

A execução das ações relacionadas as metas detalhadas nos quadros anteriores, referente aos objetivos 0401 (fortalecer as instituições científicas e tecnológicas da Amazônia para desconcentrar a produção científica e tecnológica do país) e 0403 (realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCT e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso), alcançaram o cumprimento de suas metas, através do fortalecimento às instituições científicas e tecnológicas, na realização de pesquisas, expansão e modernização da infraestrutura C,T&I, promovendo o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos. Observa-se que não ocorreram eventos significativos que tenham prejudicado o desenvolvimento dos objetivos e iniciativas, bem como, dos restos a pagar.

Ações de responsabilidade da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa

Identificação da Ação	
Código	**19.571.2021.20V7.0001** **Tipo: Atividade**
Título	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Unidades de Pesquisa do MCTI
Iniciativa	**182** – Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas Unidades de Pesquisa e nas Organizações Sociais do MCTI
Objetivo	Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas Unidades de Pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso **Código: 0403**
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação **Código: 2021** **Tipo:**

Unidade Orçamentária	**240113** – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa-SCUP						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação			Despesa			Restos a pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga		Processados	Não processados
11.833.926	20.174.649	18.310.367	10.717.926	9717.926		1.000.000	7.592.441
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado		Realizado	
Projeto Apoiado		Unidade	39	-		39	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**				
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida		Realizada
4.415.968	5.393.575	-150.847	Projeto Apoiado		Unidade		-

Fonte: SIOP

Identificação da Ação							
Código	**19.571.2021.212H.0001** **Tipo: Atividade**						
Título	Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais						
Iniciativa	**182** – Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas Unidades de Pesquisa e nas Organizações Sociais do MCTI						
Objetivo	Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas Unidades de Pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso **Código: 0403**						
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação **Código: 2021** **Tipo:**						
Unidade Orçamentária	**240113** – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa-SCUP						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação			Despesa			Restos a pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga		Processados	Não processados
1.000.000	425.665.876	308.731.627	53.185.776	53.185.776		0	255.545.851
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado		Realizado	
Serviço Prestado		Unidade	7	-		7	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**				

Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
25.848.609	25.848.609	0	Serviço Prestado	-	-

Fonte: SIOP

Identificação da Ação						
Código	**19.571.2021.14XT.0001** **Tipo: Atividade**					
Título	Expansão das Instalações Física e Laboratorial do LNNano pelo Centro Nacional de Pesquisas em Energia e Materiais – CNPEM - OS					
Iniciativa	Expansão das Instalações Física e Laboratorial do LNNano pelo Centro Nacional de Pesquisas em Energia e Materiais – CNPEM - OS					
Objetivo	Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas Unidades de Pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso **Código: 0403**					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação **Código: 2021** **Tipo:**					
Unidade Orçamentária	**240113** – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa-SCUP					
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
10.946.100	10.836.639	8.227.178	1.000.000	1.000.00	0	7.277.178
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Instalação Ampliada		% de execução	8	-	6	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
9.800.000	9.800.000	0	Instalação Ampliada		% de execução	-

Fonte: SIOP

Identificação da Ação	
Código	**19.571.2021.13CL.0001** **Tipo: Atividade**
Título	Construção de uma Fonte de Luz Síncrotron de 3ª Geração – SIRIUS pelo Centro Nacional em Energia e Materiais – CNPEM - OS
Iniciativa	Construção de uma Fonte de Luz Síncrotron de 3ª Geração
Objetivo	Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas Unidades de Pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso **Código: 0403**
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação **Código: 2021** **Tipo:**
Unidade Orçamentária	**240113** – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa-SCUP

Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
260.530.000	257.924.700	240.619.400	44.000.000	44.000.000	0	196.619.400

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Unidade Implantada	% de execução	20	-	12

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
29.000.000	29.000.000	0	Unidade implantada	% de execução	

Fonte: SIOP

Identificação da Ação	
Código	**19.573.2021.6702.0001.0003** **Tipo: Atividade**
Título	Apoio a Projetos e Eventos de Educação, divulgação e Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação
Iniciativa	Fomento a projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e a projetos voltados à geração e disseminação de conhecimento, novas tecnologias, produtos e processos inovadores
Objetivo	Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivos e com a sociedade **Código: 0400**
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação **Código: 2021** **Tipo:**
Unidade Orçamentária	**240113** – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa-SCUP
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
23.720.000	23.070.000	18.076.160	12.044.520	7.171.278	4.873.242	6.031.640

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Evento Realizado	Unidade	7	-	76

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores	
Execução Orçamentária e Financeira	**Execução Física - Metas**

Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
14.980.908	7.156.867	-6.630.943	Evento Realizado	Unidade	-

Fonte: SIOP

4.3.2.1.1.2 Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Identificação da Ação					
Código	**19.572.2056.0B18.0001**			**Tipo:**	Operações Especiais
Título	Participação da União no capital Alcântara *Cyclone Space* - ACS				
Iniciativa	016L - Exploração dos serviços comerciais de lançamento pela Alcântara *Cyclone Space*				
Objetivo	0398 - Promover a inserção do País no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites				
Programa	Política espacial	**Código**	2056	**Tipo:**	Temático
Unidade Orçamentária	24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI				
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				

Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
22.418.150,00	418.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Não consta meta				

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
40.000.000,00	40.000.000,00	0,00	Ação não requer produto		

Fonte: Tesouro Gerencial. Consulta realizada em 11/02/2016.

Análise crítica:

O Decreto nº 8.494, de 24 de julho de 2015, tornou pública a denúncia, pela República Federativa do Brasil, do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara, firmado em Brasília, em 21 de outubro de 2003.

Com a publicação do decreto de denúncia, o MCTI suspendeu a execução orçamentária e financeira dos recursos alocados na Lei Orçamentária Anual para 2015 (LOA/2015), programação 19.572.2056.0B18 - Participação da União no Capital - Alcântara Cyclone Space - ACS, no montante de R$ 22.418.150,00. Consequentemente, não foi empenhado em 2015 o valor integral da dotação. A execução financeira efetuada pelo MCTI, repetindo o procedimento adotado em 2014, restringiu-se ao pagamento de parte dos Restos a Pagar de R$ 50.000.000,00, inscritos no final do exercício de 2013. Em função da reinscrição no final do exercício de 2014 do valor de R$ 40.000.000,00, foi pago em 2015 R$ 20.464.040,29.

No final de 2015, a integralização de capital efetuada por ambas as partes apresentava a seguinte situação:

País	**Subscrito**	**%**	**Integralizado**	**%**	**A integralizar**	**%**
Brasil	962.677,214	100	472.083,300	49	490.593,914	51
Ucrânia	962.677,214	100	461.505,196	48	501.172,018	52
Total	**1.925.354,428**	**100**	**933.588,496**	**48**	**991.765,932**	**52**
Dif. Ucrânia x Brasil			(10.578,105)		10.578,105	

Identificação da Ação					
Código	**19.572.2021.00LY.0001**			**Tipo:**	Operações Especiais
Título	Participação da União no Capital - Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP				
Iniciativa	Apoio à inovação nas empresas				
Objetivo	Estimular a ampliação de inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação.				
Programa	Política espacial	**Código**	2021	**Tipo:**	Temático
Unidade Orçamentária	24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI				
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				

Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
6.059.775,00	6.059.775,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Não consta meta				

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	Ação não requer produto		

Fonte: Tesouro Gerencial. Consulta realizada em 11/02/2016.

Análise Crítica

Devido à restrição orçamentária e financeira no exercício de 2015, não foi possível realizar aporte de capital na FINEP.

Identificação da Ação					
Código	**19.571.2021.20US.0001/0006**			**Tipo:**	Atividade
Título	Fomento à pesquisa voltada para a geração de conhecimentos, novas tecnologias, produtos e processos inovadores				
Iniciativa	Fomento a projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e a projetos voltados à geração e disseminação de conhecimentos, novas tecnologias, produtos e processos inovadores				
Objetivo	Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e cm a sociedade				
Programa	Política espacial	**Código**	2021	**Tipo:**	Temático
Unidade Orçamentária	24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI				
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				

Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
2.000.000,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Não consta meta				

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0	0	0,00	Ação não requer produto		

Fonte: Tesouro Gerencial. Consulta realizada em 11/02/2016.

Análise Crítica

A ação de fomento não foi executada em 2015 em função da restrição orçamentária e financeira porque passa o Ministério e, tendo sido os seus recursos realocados no orçamento do MCTI. O descritor da ação não cita um projeto específico.

4.3.2.1.2 Gabinete do Ministro

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Identificação da Ação e subtítulos: 2015							
Código	4641 Tipo:						
Título	Publicidade de Utilidade Pública						
Iniciativa	Ação sem iniciativa						
Objetivo	Ação sem objetivo Código:						
Programa	Gestão e Manutenção do MCTI Código: 2106 Tipo: Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	24101-MCTI						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	8.630.895,76	8.332.867,63		1.369.104,24	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada	Realizada		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
	2.047.692,67	1.043.167,96					

4.3.2.1.3 Assessoria de Assuntos Internacionais - ASSIN

Identificação da Ação			
Código	19212202161470001		Tipo: Atividade
Título	Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação		
Iniciativa	Cooperação nacional e internacional em ciência, tecnologia e inovação		
Objetivo	Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.		Código: 0400
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação Código: 2021 Tipo:		
Unidade Orçamentária	24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras		
Lei Orçamentária do exercício			
Execução Orçamentária e Financeira			
Dotação	Despesa	Restos a Pagar do exercício	

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.412.447,00	3.412.447,00	2.010.726,54	787.989,34		787.989,34	1.222.737,20

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
		Prevista	Reprogramada	Realizada
Cooperação Internacional realizada	Unidade	12		3

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
2.593.703,29	1.935.103,25				

Análise Situacional

- **Execução das metas:**

Em 2015, a Assessoria de Assuntos Internacionais do MCTI (ASSIN), de modo a aumentar o impacto de suas ações, optou por apoiar projetos de cooperação internacional de maior envergadura, os quais demandaram, individualmente, maior aporte de recursos financeiros. Nesse sentido, houve uma concentração das ações, com diminuição sensível no número de projetos/programas patrocinados. Os projetos envolvem temas prioritários da cooperação internacional em Ciência e Tecnologia, como Nanotecnologia, Inovação, Segurança Alimentar, Saúde, Desenvolvimento Agrícola e Pecuário, Inclusão Social e Mudanças Climáticas e Eventos extremos, em regiões estratégicas da Europa e África.

- **Fatores intervenientes:**

Em 2015, em vista do limite orçamentário imposto à Unidade Gestora (ASSIN) referente à Ação 6147, estabelecida em aproximadamente 2,3 milhões de reais, a possibilidade de apoiar projetos adicionais foi prejudicada. Entretanto, o valor empenhado, da ordem de R$ 2.010.726,54, corresponde a quase 90% do valor disponível na Ação, considerando o referido limite.

- **Restos a pagar:**

Em 2015 houve significativa inscrição de valores em restos a pagar, o que se explica pelo fato de a execução orçamentária ser feita, majoritariamente, via CNPq ou Institutos do MCTI por meio de Termos de Execução Descentralizada (TEDs). Dessa forma é necessário que os projetos sejam implementados por aquelas instituições, para que ocorra o pagamento.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Em 2015, houve uma execução satisfatória do orçamento da ASSIN, considerado os fatores intervenientes, tendo sido empenhada quase 90% da totalidade do limite estabelecido na dotação existente.

4.3.2.2 Ações/Subtítulos – OFSS

Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa

Quadro - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação do Plano Orçamentário							
Código	19.571.2021.20V7.0001.000A Tipo: Atividade						
Descrição	Modernização das Infraestrutura Física e Laboratorial das Unidades de Pesquisa do MCTI						
Iniciativa	182 – Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas Unidades de Pesquisa e nas Organizações Sociais do MCTI						
Objetivo	Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas Unidades de Pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso Código: 0403						
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação Código: 2021 Tipo:						
Unidade Orçamentária	240113 – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa-SCUP						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
000A	2.500.000	2.500.000	2.491.923	1.411.863	1.411.863	-	1.080.060,38

Execução Física da Ação - Metas					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
000000000A 0	Unidade Apoiada	Unidade	7	-	11

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0--	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP

Identificação do Plano Orçamentário	
Código	19.571.2021.20V7.0001.000V Tipo: Atividade
Descrição	Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa e Inovação nos Institutos de Pesquisa do MCTI
Iniciativa	182 – Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas Unidades de Pesquisa e nas Organizações Sociais do MCTI
Objetivo	Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas Unidades de Pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas

	instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso Código: 0403
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação Código: 2021 Tipo:
Unidade Orçamentária	240113 – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa-SCUP
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
000V	6.556.290	14.897.013	13.477.733	7.477.115	7.477.115	-	6.000.618

Execução Física da Ação - Metas			Montante		
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
000000000V0	Projeto Apoiado	Unidade	31	-	50

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0--	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP

Identificação do Plano Orçamentário	
Código	19.571.2021.20V7.0001.000W Tipo: Atividade
Descrição	Gestão Integrada dos Acervos de Informação Científica e Tecnológica
Iniciativa	182 – Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas Unidades de Pesquisa e nas Organizações Sociais do MCTI
Objetivo	Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas Unidades de Pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso Código: 0403
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação Código: 2021 Tipo:
Unidade Orçamentária	240113 – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa-SCUP
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
000W	1.300.000	1.300.000	1.300.000	1.000.000		1.000.000	300.000

Execução Física da Ação - Metas						
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
000000000W0	Título Mantido			Unidade	2.705	-	2.705
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0--	-	-	-	-		-	-

Fonte: SIOP

Identificação do Plano Orçamentário							
Código	19.571.2021.20V7.0001.000Y Tipo: Atividade						
Descrição	Expansão e Aperfeiçoamento do Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas nas Unidades de Pesquisa do MCTI						
Iniciativa	182 – Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas Unidades de Pesquisa e nas Organizações Sociais do MCTI						
Objetivo	Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas Unidades de Pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso Código: 0403						
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação Código: 2021 Tipo:						
Unidade Orçamentária	240113 – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa-SCUP						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
000Y	1.040.710	1.040.710	1.040.710	828.948	828.947	-	211.762

Execução Física da Ação - Metas					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
00000000000Y	Sistema Aperfeiçoada	Unidade	5	-	5

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0--	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP

Identificação do Plano Orçamentário							
Código	19.573.2021.6702.0001.0003 Tipo: Atividade						
Descrição	Difusão de Conhecimentos Científicos e Tecnológicos nas Unidades de Pesquisa						
Iniciativa	182 – Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas Unidades de Pesquisa e nas Organizações Sociais do MCTI						
Objetivo	Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas Unidades de Pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso Código: 0403						
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação Código: 2021 Tipo:						
Unidade Orçamentária	240113 – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa-SCUP						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
0003	500.000	500.000	489.037,52	431.758	431.758	-	57.279,63

Execução Física da Ação - Metas					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
000000003000	Evento Apoiado	Unidade	7	-	6

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0--	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP

Identificação do Plano Orçamentário	
Código	19.122.2106.008A.0001 Tipo: Atividade
Descrição	Contribuição a Organismo e/ou Entidade Nacional – Academia Brasileira de Ciências - ABC
Iniciativa	-
Objetivo	- Código: -
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MCTI Código: 2106 Tipo:
Unidade Orçamentária	240113 – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa-SCUP
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
008A	4.400.700	4.400.700	4.400.700	4.400.700	4.400.700	-	-

Execução Física da Ação - Metas					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
00000-0000000	-	-	-	-	-

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0--	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP

Identificação do Plano Orçamentário	
Código	19.122.2106.0002.0001 Tipo: Atividade
Descrição	Contribuição à Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica - ABIPTI
Iniciativa	-
Objetivo	- Código: -
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MCTI Código: 2106 Tipo:
Unidade Orçamentária	240113 – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa-SCUP
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
0002	814.400	1.114.400	814.400	814.400	814.400	-	-

Execução Física da Ação - Metas					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
000000000000	-	-	-	-	-

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores	
	Execução Orçamentária e Financeira	Execução Física - Metas

Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0--	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP

Identificação do Plano Orçamentário							
Código	19.122.2106.00F8.0001 Tipo: Atividade						
Descrição	Contribuição à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC						
Iniciativa	-						
Objetivo	- Código: -						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MCTI Código: 2106 Tipo:						
Unidade Orçamentária	240113 – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa-SCUP						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
00F8	3.124.800	3.124.800	3.124.800	3.124.800	3.124.800	-	-

Execução Física da Ação - Metas					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
000000000000	-	-	-	-	-

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0--	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP

Identificação do Plano Orçamentário	
Código	19.571.2021.212H.0001.0001 Tipo: Atividade
Descrição	Pesquisa, Desenvolvimento e Disseminação da Matemática na Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA - OS
Iniciativa	182 – Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas Unidades de Pesquisa e nas Organizações Sociais do MCTI
Objetivo	Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas Unidades de Pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação

	nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso Código: 0403
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação Código: 2021 Tipo:
Unidade Orçamentária	240113 – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa-SCUP
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
0001	74.025.034	31.571.379	31.263.067	30.548.562	30.548.562	-	714.505

Execução Física da Ação - Metas					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
000000000000	Artigo Científico Publicado	Unidade	24	-	90

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0--	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP

Identificação do Plano Orçamentário	
Código	19.571.2021.212H.0001.0002 Tipo: Atividade
Descrição	Pesquisa e Desenvolvimento em Florestas Alagadas e Não-Alagadas da Amazônia no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM - OS
Iniciativa	182 – Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas Unidades de Pesquisa e nas Organizações Sociais do MCTI
Objetivo	Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas Unidades de Pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso Código: 0403
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação Código: 2021 Tipo:
Unidade Orçamentária	240113 – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa-SCUP
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados

0002	18.286.167	12.516.922	10.516.922	8.016.922	8.016.922	-	2.500.000

Execução Física da Ação - Metas					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
000000000000	Pesquisa Realizada	Unidade	23	-	23

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0--	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP

Identificação do Plano Orçamentário	
Código	19.571.2021.212H.0001.0006 Tipo: Atividade
Descrição	Promoção do Desenvolvimento Tecnológico e Inovação Voltados a Setores Industriais na Associação Brasileira de Pesquisas e Inovação - EMBRAPII
Iniciativa	182 – Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas Unidades de Pesquisa e nas Organizações Sociais do MCTI
Objetivo	Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas Unidades de Pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso Código: 0403
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação Código: 2021 Tipo:
Unidade Orçamentária	240113 – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa-SCUP
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
0006	156.203.979	126.941.939	89.579.899	9.000.000	9.000.000	-	80.579.899

Execução Física da Ação - Metas					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
000000000000	Projeto Apoiado	Unidade	5	-	5

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores	
	Execução Orçamentária e Financeira	Execução Física - Metas

Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0--	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP

Identificação do Plano Orçamentário							
Código	19.571.2021.212H.0001.0007 Tipo: Atividade						
Descrição	Pesquisa e Desenvolvimento Nacional de Pesquisas Oceanográficas e Hidroviárias - INPOH						
Iniciativa	182 – Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas Unidades de Pesquisa e nas Organizações Sociais do MCTI						
Objetivo	Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas Unidades de Pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso Código: 0403						
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação Código: 2021 Tipo:						
Unidade Orçamentária	240113 – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa-SCUP						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
0007	10.200.000	102.000	-	102.000	-	-	-

Execução Física da Ação - Metas					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
000000000000	Pesquisa Realizada	Unidade	10	-	0

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0--	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP

Identificação do Plano Orçamentário	
Código	19.571.2021.212H.0001.0005 Tipo: Atividade
Descrição	Operação e Desenvolvimento da Internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP - OS

Iniciativa	182 – Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas Unidades de Pesquisa e nas Organizações Sociais do MCTI
Objetivo	Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas Unidades de Pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso Código: 0403
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação Código: 2021 Tipo:
Unidade Orçamentária	240113 – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa-SCUP
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
0005	76.300.000	75.887.000	68.878.000	10.763.000	10.763.000	-	68.878.000

Execução Física da Ação - Metas					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
000000000000	Serviço Implantado	Unidade	10	-	14

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0--	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP

Identificação do Plano Orçamentário	
Código	19.571.2021.212H.0001.0004 Tipo: Atividade
Descrição	Desenvolvimento de Estudos e Prospecção e Gestão Estratégica no Centro de Gestão de Estudos Estratégicos – CGEE - OS
Iniciativa	182 – Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas Unidades de Pesquisa e nas Organizações Sociais do MCTI
Objetivo	Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas Unidades de Pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso Código: 0403
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação Código: 2021 Tipo:
Unidade Orçamentária	240113 – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa-SCUP
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras
Lei Orçamentária Anual - 2015	

Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
0004	33.641.850	33.305.431	8.000.000	336.419		-	8.000.000

Execução Física da Ação - Metas					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
000000000000	Estudo Realizado	Unidade	7	-	7

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0--	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP

Identificação do Plano Orçamentário	
Código	19.571.2021.212H.0001.0003 Tipo: Atividade
Descrição	Pesquisa, Desenvolvimento e Aplicação da Luz Síncrotron sob a Coordenação do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM - OS
Iniciativa	182 – Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas Unidades de Pesquisa e nas Organizações Sociais do MCTI
Objetivo	Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas Unidades de Pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso Código: 0403
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação Código: 2021 Tipo:
Unidade Orçamentária	240113 – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa-SCUP
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
0003	65.556.525	92.600.959	92.600.000	36.100.000	36.100.000	-	56.500.000

Execução Física da Ação - Metas					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado

000000000000	Pesquisa Realizada			Unidade	800	-	991
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0--	-	-	-	-		-	-

Fonte: SIOP

Análise Situacional – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa

A execução das ações relacionadas as metas detalhadas nos quadros anteriores, referente aos objetivos 0401 (fortalecer as instituições científicas e tecnológicas da Amazônia para desconcentrar a produção científica e tecnológica do país) e 0403 (realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCT e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso), alcançaram o cumprimento de suas metas, através do fortalecimento às instituições científicas e tecnológicas, na realização de pesquisas, expansão e modernização da infraestrutura C,T&I, promovendo o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos. Observa-se que não ocorreram eventos significativos que tenham prejudicado o desenvolvimento dos objetivos e iniciativas, bem como, dos restos a pagar.

4.3.2.3 Ações não Previstas na LOA do exercício – Restos a Pagar não Processados – OFSS

Quadro - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código	19.122.2106.2000.0001/PO 0007			**Tipo:**	Atividade
Título	Controle de Bens Sensíveis				
Iniciativa	Ação sem iniciativa				
Objetivo	Ação sem objetivo	**Código**			
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MCTI	**Código**	2106	**Tipo:**	
Unidade Orçamentária					
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
87.556,28	6.322,22	81.234,06			

Fonte: Tesouro Gerencial

A Ação 2000 PO 0007, hoje denominada Ação 2495 – Controle de Bens Sensíveis, é um Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Identificação da Ação					
Código	19.122.2106.2000.0001/ PO 0005			**Tipo:**	Atividade
Título	Formulação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia				
Iniciativa	Ação sem iniciativa				
Objetivo	Ação sem objetivo	**Código**			
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MCTI	**Código**	2106	**Tipo:**	
Unidade Orçamentária					
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
488.741,22	184.681,12	58,07			

Fonte: Tesouro Gerencial

A Ação 2000 PO 0005, hoje denominada Ação 4210 - Formulação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia, é um Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Identificação da Ação						
Código	19.122.2106.2000.0001/ PO 0004			**Tipo:**	Atividade	
Título	Funcionamento da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBIO					
Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo	**Código**				
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MCTI	**Código**	2106	**Tipo:**		
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
163.587,31	7.692,30	153.899,17				

Fonte: Tesouro Gerencial

A Ação 2000 PO 0004, hoje denominada Ação 213J - Funcionamento da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, é um Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Identificação da Ação						
Código	19.122.2106.2000.0001/ PO 0017			**Tipo:**	Atividade	
Título	Funcionamento do Concelho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA					
Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo	**Código**				
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MCTI	**Código**	2106	**Tipo:**		
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
66.663,80	0,00	66.663,80				

Fonte: Tesouro Gerencial

A Ação 2000 PO 0017, hoje denominada Ação 213K - Funcionamento do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, é um Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Identificação da Ação						
Código	19.571.0461.6995.0001			**Tipo:**		
Título	Fomento a Projetos de Fortalecimento da Capacidade Conhecimento Tecnológico					

Iniciativa	Ação sem iniciativa				
Objetivo	Ação sem objetivo	**Código**			
Programa	Programa de Pesquisa e do Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico	**Código**	00461	**Tipo:**	
Unidade Orçamentária					
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
456.779,39	75.335,70	0,00			

Fonte: Tesouro Gerencial

A Ação 6995 - Fomento a Projetos de Fortalecimento da Capacidade Científica e Tecnológica, tinha como finalidade fortalecer a capacidade científica e tecnológica no país, especialmente em áreas novas e/ou estratégicas, com vistas ao constante aprimoramento da qualidade dos produtos ofertados, proporcionando maior competitividade à indústria nacional e estímulo ao crescimento e desenvolvimento da base científica e tecnológica do país. Em 2012, a referida ação recebeu nova codificação: Ação Orçamentária 20US - Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores, Plano Orçamentário 0004 – Fomento a Projetos de Fortalecimento da Capacidade Científica e Tecnológica.

Após consulta ao SIAFI, foi identificado o saldo, no valor de R$ 381.443,69, em 31 de dezembro de 2015 na Ação 6995 reinscritos em restos a pagar não processados. O montante refere-se ao recurso descentralizado por esta SEXEC para apoio ao projeto de Realização de Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação em Eletricidade Solar que se encontra em execução

Identificação da Ação					
Código	19.571.2021.12C9.0001			**Tipo:**	Projeto
Título	Recuperação da Infraestrutura Física das Unidades de Pesquisas				
Iniciativa	Ação sem iniciativa				
Objetivo	Ação sem objetivo	**Código**			
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação	**Código**	2021	**Tipo:**	
Unidade Orçamentária					
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
100.000,00	100.000,00	0,00	Unidade Recuperada	Unidade	

Fonte: Tesouro Gerencial

Ação 12C9, hoje denominada Ação 20V7 PO 000A – Modernização da Infraestrutura Física e Laboratorial das Unidades de Pesquisas do MCTI, e tem como objetivo realizar pesquisa científica

e desenvolvimento tecnológico nas Unidades de Pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.

Identificação da Ação						
Código	19.571.0461.4661.0001			**Tipo:**		
Título	Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa nas Unidades Cientificas e Tecnológicas					
Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo	**Código**				
Programa	Programa de Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	**Código**	0461	**Tipo:**		
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
93,10	93,10	0,00	Projeto apoiado		Unidade	

Fonte: Tesouro Gerencial

Ação 4661, hoje denominada Ação 20V7 PO 000V - Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa e Inovação nos Institutos de Pesquisa do MCTI, e tem como objetivo realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas Unidades de Pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.

Identificação da Ação						
Código	19.122.2106.2000.0001/ PO 0009			**Tipo:**	Atividade	
Título	Expansão e Aperfeiçoamento do Sistema de Informação					
Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo	**Código**				
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MCTI	**Código**	2106	**Tipo:**		
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
57.847,05	0,00	57.847,05				

Fonte: Tesouro Gerencial

Ação 2000 PO 0009, hoje denominada Ação 20V7 PO 000Y - Expansão e Aperfeiçoamento do Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas nas Unidades de Pesquisa do MCTI, e tem

como objetivo realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas Unidades de Pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.

4.3.2.4 Ações - Orçamento de Investimento - OI

Não se Aplica.

4.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Análise Crítica

Não há registro de fatores relevantes que interviram no desempenho orçamentário.

4.3.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não se aplica.

4.3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores

SECRETARIA-EXECUTIVA - Consolidado

Quadro - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Valores em R$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento/Processado	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	**13.046.055,35**	**10.717.101,75**	**1.264.425,90**	**1.064.527,70**
2013	1.241.886,86	579.095,11	106.523,07	556.268,68
2012	456.779,39	75.335,70	0,00	381.443,69
2011	0,00		0,00	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	**2.270.018,61**	**2.147.506,53**	**67.356,43**	**55.155,65**
2013	6.550,89	0,00	0,00	6.550,89
2012	169.624,13	0,00	136.124,13	33.500,00
2011	710.884,67	0,00	395.201,00	315.683,67
2010	861.300,00	0,00	861.300,00	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise Crítica – Secretaria-Executiva

Considerável parte dos recursos da Secretaria-Executiva foram descentralizados a Instituições Federais. Diante disso, o prazo para tramitação de processos em algumas instituições que receberam os recursos é o que justifica o valor inscrito em restos a pagar.

Análise Crítica – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Do montante apresentado, ressalta-se que R$ 19.535.959,71 referem-se à reinscrição de restos a pagar processados da ação relativa à participação da União no capital da empresa binacional Alcântara *Cyclone Space*, cuja execução foi comprometida em função da atual crise política na Ucrânia, o que tem gerado grandes incertezas e prejudicado a interlocução em curso.

Com base nos normativos que regem o tema, a SPOA/MCTI tem feito a gerência da evolução dos Restos a Pagar, objetivando a efetivação da liquidação e pagamento ou cancelamento dos saldos existentes em caso de não comprovação da obrigação de pagamento.

A inscrição de Restos a Pagar ocorreu em conformidade com o Decreto nº 7.654, de 23 de dezembro de 2012, o qual, em seu art. 2º, traz que os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição.

Análise Crítica – Assessoria de Assuntos Internacionais

Apesar de os restos a pagar de anos anteriores terem sido significativos em relação à dotação disponível em 2015, houve pouco impacto na gestão financeira da ASSIN decorrente de pagamento de RP de anos anteriores.

Os restos a pagar referentes a 2014 dizem respeito a projetos que, majoritariamente, são executados via CNPq ou Institutos do MCTI por meio de Termos de Execução Descentralizada (TEDs). Dessa forma é necessário que os projetos, que podem durar de um a dois anos, sejam implementados por aquelas instituições, para que ocorra o pagamento.

4.3.6 Execução descentralizada com transferência de recursos

4.3.6.1 Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos

Quadro - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Secretaria-Executiva					
UG/GESTÃO:	24101/0001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	1	2	1	4.861.934,02	26.899.714,05	3.453.422,02
Termo de Cooperação	83	98	130	37.520.315,34	45.506.566,81	42.918.902,80
Totais	**84**	**100**	**131**	**42.382.249,36**	**72.406.280,86**	**46.372.324,82**

Fonte: SIAFI/SICONV. Consulta realizada em 06/01/2016

Os valores informados em Montantes repassados na modalidade "Termo de Cooperação" são valores orçamentários, conforme disposto na Portaria MCTI nº 682, de 07 de julho de 2014, "Art. 2º *O repasse do recurso financeiro pactuado no cronograma de desembolso, constante no Termo de Execução Descentralizada, ficará condicionado à liquidação da despesa, pela unidade executora,*

ressalvadas as situações em que os gastos exijam imediato pagamento, devidamente justificadas e autorizadas. ”

4.3.6.2 Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores

Quadro - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria-Executiva					
UG/GESTÃO: 24101/0001					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	Termo de Cooperação
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	78
		Montante Repassado	0	0	20.475.670,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	0	6
		Montante Repassado	43.312.394,53	0	799.000
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	4
		Montante Repassado	0	0	798.222,65
Fonte: SIAFI Gerencial / SICONV / Controles Internos SEXEC, SCUP e SPOA					

Na modalidade “Termo de Cooperação” foram considerados a data limite de término do prazo para prestação de contas, conforme disposto na Portaria MCTI nº 682, de 07 de julho de 2014, *“Art. 7º A unidade recebedora dos recursos deverá encaminhar à unidade descentralizadora, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o fim da vigência do Termo de Execução Descentralizada, o Relatório de Cumprimento do Objeto pactuado e documentos complementares, quando couber. ”*

4.3.6.3 Visão gerencial da análise das contas prestadas

4.3.6.3.1 Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Quadro - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Secretaria-Executiva				
UG/GESTÃO: 24101/0001				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	Termo de Cooperação
Contas analisadas	Quantidade aprovada	1		6
	Quantidade reprovada	0		0

	Quantidade de TCE instauradas	0		
	Montante repassado (R$)	2.515.000,00		4.131.687,00
Contas NÃO analisadas	Quantidade	20		3
	Montante repassado (R$)	42.797.394,53		2.100.000,00
Fonte: SIAFI Gerencial / SICONV / Controles Internos SEXEC, SCUP e SPOA				

4.3.6.3.2 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Quadro - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria-Executiva					
UG/GESTÃO: 24101/0001					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	6	3	2	4	5
Contratos de repasse	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	4	0	0	0	3
Fonte: SIAFI Gerencial / SICONV / Controles Internos SEXEC, SCUP e SPOA					

Conforme Portaria n° 314/2008, a SEXEC necessita de apoio técnico específico para execução das ações e programas de sua responsabilidade, dessa forma, as secretarias temáticas ficam responsáveis por analisar os projetos apresentados bem como o cumprimento do objeto, após a finalização da execução do mesmo.

Nesse contexto, no âmbito dos Termos de Execução Descentralizada, a SEXEC acompanha a vigência dos projetos por meio de planilha interna de controle. Como medida adotada para sanear as transferências de prestação de contas inadimplentes, 60 dias antes do término da vigência, a SEXEC envia, por meio de Ofício, comunicado ao parceiro recebedor do recurso sobre a finalização da vigência do projeto e a necessidade de apresentação do Relatório de Cumprimento do Objeto, bem como da possibilidade de solicitação de prorrogação do prazo. Caso o projeto não apresente o Relatório de Cumprimento de Objeto, são enviados novos Ofícios de reiteração da apresentação do mesmo.

4.3.6.4 Análise Crítica

Secretaria Executiva – SEXEC/MCTI

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

A Unidade Gestora – UG 240101 – CGRL possui algumas situações de Inadimplência Efetiva, devidamente registradas no SICONV, as quais estão recebendo tratamento adequado, estando algumas em processo de abertura de Tomada de Conta Especial - TCE e outras judicializadas.

A UG 240101 não firma mais Convênios ou Termos de Parcerias cujas responsabilidades dos objetos conveniados recaem sobre as Secretarias temáticas. Isso ocorre desde a edição da Portaria MCTI nº 1.059, de 14 de outubro de 2013, publicada no DOU de 15 de outubro de 2013.

Além do passivo de Prestações de Contas – PCs (269), estavam vigentes 86 transferências voluntárias em 1º de janeiro de 2015, das quais 21 apresentaram suas análises financeiras, conforme quadro seguinte:

Estoque de transferências com Prestações de Contas aguardando análise em 31/12/2014 (A)	Prestações de Contas apresentadas em 2015 (B)	Prestações de Contas analisadas em 2015 (C)	Prestações de Contas aprovadas em 2015 (D)	Prestações de Contas rejeitadas em 2015 (E)	Estoque de transferências com Prestações de Contas em 31/12/2015 (F) = (A) + (B) – (C)
269	21	110	91	19	180

Fonte: Planilhas de controle da Divisão de Convênios – DCON.

A Divisão de Convênios, vinculada à SPOA, realizou, em 2015, 22 fiscalizações de transferências voluntárias em execução que, em termos de recursos, somaram R$ 242.871.465,91 (duzentos e quarenta e dois milhões, oitocentos e setenta e um mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e noventa e um centavos).

Complementarmente, como forma de controle para mitigação dos riscos, foi formalizada a Portaria MCTI n° 946, de 13 de novembro de 2015, publicada no DOU de 16 de novembro de 2015, que dispõe sobre Parcelamento Administrativo de Débitos oriundos de recursos repassados pelo MCTI por meio de instrumentos de transferências voluntárias.

Assessoria de Assuntos Internacionais - ASSIN

Não houve oscilações significativas no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios, contudo, em 2015, ASSIN/MCTI, de modo a aumentar o impacto de suas ações, optou por apoiar projetos de cooperação internacional de maior envergadura. Nesse sentido, houve uma concentração das ações, com diminuição sensível no número de projetos/programas patrocinados, que, por sua vez, demandaram individualmente maior aporte relativo de recursos financeiros.

De maneira geral, os prazos para as prestações de conta estão sendo cumpridos. Há casos pontuais de prorrogação dos projetos, solicitados pelos pesquisadores e devidamente justificado aos órgãos executores da ação.

O baixo número relativo das transferências não enseja maiores complicações no processo de análise dos projetos e das prestações de conta. A ASSIN, no entanto, passou a contar recentemente com servidor dedicado a executar atividades de acompanhamento e avaliação das transferências.

Apesar do montante pequeno de transferências realizadas a ASSIN busca implementar estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências.

As transferências como instrumento de execução descentralizada têm se mostrado o meio mais efetivo para o apoio a projetos concretos de cooperação internacional em C,T&I. Os recursos repassados aos pesquisadores para custeio contribuem diretamente para a melhoria da ciência brasileira e fortalecem a articulação de pesquisadores brasileiros com especialistas de centros de excelência mundial.

4.3.6.5 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

No tocante à gestão das transferências voluntárias na SPOA/MCTI, cabe destacar que a partir da edição da Portaria MCTI nº 1.059, de 14 de outubro de 2013, publicada no DOU de 15 de outubro de 2013, delegou-se às Secretarias temáticas as atividades pertinentes à celebração e aos demais procedimentos administrativos afetos aos convênios, contratos de repasse, acordos de cooperação técnica, termos de cooperação e instrumentos congêneres, inclusive a análise de prestações de contas no âmbito técnico e financeiro. Portanto, à Divisão de Convênios – DCON/CGRL/SPOA compete ainda a responsabilidade pela análise financeira dos convênios e instrumentos firmados antes da publicação da referida portaria.

A estrutura de pessoal da Divisão de Convênios é assim composta: 2 cargos em comissão DAS níveis 2 e 1, ocupados por dois analistas, 13 servidores efetivos, sendo 6 analistas e 7 assistentes de nível médio, 3 terceirizados e 3 estagiários.

A DCON utiliza planilhas eletrônicas como sistema de controle e acompanhamento, que são atualizadas quinzenalmente com as informações do SICONV e SIAFI, assim como o sistema de tramitação de documentos do Ministério, o Sistema PRÓTON.

4.3.7 Informações sobre a execução das despesas

4.3.7.1 Despesas totais por modalidade de contratação

Quadro - Despesas por modalidade de contratação

Unidade orçamentária: Secretaria-Executiva		Código UO:240112		
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	57.693.704,68	55.519.406,46	55.185.363,80	53.653.774,37
a) Convite	0,00		0,00	
b) Tomada de Preços	0,00	44.420,00	0,00	44.420,00
c) Concorrência	22.097.694,01	11.112.753,44	21.038.158,41	10.160.132,51
d) Pregão	44.226.906,43	44.362.233,02	42.480.073,02	43.449.221,86
e) Concurso	0,00		0,00	
f) Consulta	0,00		0,00	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00		0,00	
2. Contratações Diretas (h+i)	17.882.775,00	17.038.016,75	16.982.946,78	15.792.821,91
h) Dispensa	12.371.227,45	13.623.369,73	11.549.894,35	12.381.933,31
i) Inexigibilidade	5.511.547,55	3.414.647,02	5.433.052,43	3.410.888,60
3. Regime de Execução Especial	0,00		0,00	
j) Suprimento de Fundos	0,00		0,00	

4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.031.203.115,99	981.981.325,65	1.031.178.523,67	970.482.939,14
k) Pagamento em Folha	1.029.546.992,63	980.223.034,22	1.029.522.400,31	968.724.647,71
l) Diárias	1.656.123,36	1.758.291,43	1.656.123,36	1.758.291,43
5. Outros	157.099.916,14	330.039.029,40	156.270.411,16	326.369.721,40
6. Total (1+2+3+4+5)	1.272.510.407,57	1.384.577.778,26	1.267.950.113,04	1.366.299.256,82

4.3.7.2 Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro - Despesas por grupo e elemento de despesa								
Unidade Orçamentária: Secretaria-Executiva								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
1. Despesas de Pessoal	**1.030.503.341,10**	**968.609.153,07**	**1.029.546.992,63**	**966.135.959,15**	**956.348,47**	**2.473.193,92**	**1.029.522.400,31**	**954.637.572,64**
11 - Venc. e Vantagens Fixa Pessoal Civil	584.277.999,71	563.274.097,18	584.013.174,02	563.178.470,08	264.825,69	95.627,10	583.988.581,70	563.052.427,67
01 – Aposentadoria RPPS Reserv. Remuner. e Reform Militar	283.526.319,45	246.938.673,80	283.526.319,45	246.938.673,80	-	-	283.526.319,45	235.803.983,05
13 - Obrigações Patronais	113.406.223,20	113.419.493,49	113.394.270,39	111.877.191,78	11.952,81	1.542.301,71	113.394.270,39	111.639.538,43
Demais elementos do grupo	49.292.798,74	44.976.888,60	48.613.228,77	44.141.623,49	679.569,97	835.265,11	48.613.228,77	44.141.623,49
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes	**1.407.903.586,69**	**395.673.934,58**	**463.499.929,74**	**166.394.641,88**	**979.323.929,98**	**69.232.435,48**	**450.865.756,47**	**163.987.991,81**
39 – Outros Serviços de Terceiros	614.009.726,96	218.468.887,32	135.706.871,45	15.873.464,42	478.302.855,51	8.415.126,80	134.353.107,47	15.865.363,35

37 – Locação de Mão de Obra	27.416.815,30	21.816.026,04	25.091.339,08	21.719.226,51	2.325.476,22	96.799,53	23.238.959,59	21.719.226,51
46 - Auxilio Alimentação	18.580.000,00	18.537.407,28	17.722.415,61	16.579.812,58	857.584,39	1.775.592,32	17.722.415,61	15.732.947,48
Demais elementos do grupo	83.554.551,78	43.058.163,25	104.275.504,93	35.025.790,72	15.044.794,47	8.032.372,53	100.339.625,86	33.664.057,72
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
4. Investimentos	**18.401.177,89**	**33.085.506,75**	**13.462.128,47**	**21.406.096,87**	**4.939.049,42**	**9.517.164,58**	**11.508.404,05**	**20.381.893,77**
39 – Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	6.521.669,15	6.117.675,77	5.462.418,95	3.992.764,81	1.059.250,20	2.124.910,96	5.462.418,95	3.794.764,81
41 – Contribuições	3.388.230,57	1.324.737,67	2.000.000,00	243.615,02	1.388.230,57	-	2.000.000,00	243.615,02
52 – Equipamento e Material Permanente	1.851.661,59	11.125.426,79	1.299.992,55	7.802.698,78	551.669,04	3.322.728,01	1.022.992,55	6.979.534,73
Demais elementos do grupo	699.862,21	3.097.234,48	699.862,21	1.689.163,40	-	1.408.071,08	-	1.689.163,40
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								
Fonte: SIAFI Gerencial								

4.3.7.3 Análise crítica da realização da despesa

ASSESSORIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS - ASSIN

Alterações significativas ocorridas no exercício:

Não houve alterações significativas ocorridas no exercício.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade:

As contratações com base na dispensa não implicaram em volumes significativos.

Contingenciamento no exercício:

Em 2015, houve limite orçamentário imposto à Unidade Gestora (ASSIN) referente à Ação 6147, estabelecida em aproximadamente 2,3 milhões de reais, o que correspondeu a cerca de 30% do valor da sua dotação.

Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária:

Em 2015, a execução orçamentária da ASSIN ocorreu, principalmente, no segundo semestre, o que ocasionou a inscrição de um montante significativo dos recursos em restos a pagar.

4.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

A excepcionalidade da concessão de suprimento de fundos é devidamente observada por esta Administração, não havendo, no exercício de 2015, utilização de tal modalidade de pagamento, tendo sido encontrados outros meios legais para a solução de ocorrências.

4.4 Renúncia de receitas

4.4.1 Informações sobre renúncia de receitas no âmbito do MCTI

As ações da Secretaria-Executiva relacionadas a renúncias de receitas, no exercício de 2015, voltaram-se ao cumprimento do Plano de Trabalho decorrente do Acórdão nº 3.695/2013-TCU/Plenário, conforme delineado no Ofício nº 350/2014-SEXEC/MCTI.

Nesse sentido, foi constituído Grupo de Trabalho (GT) pela Portaria nº 25/2014-SEXEC, com representantes da Secretaria-Executiva, da Secretaria de Política de Informática (SEPIN) e da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (SETEC), com o objetivo de: a) propor elementos das políticas de renúncias tributárias a serem incorporados ao Planejamento Estratégico do MCTI; e b) elaborar minuta de portaria para regulamentar competências, atribuições e responsabilidades relacionadas com as políticas de renúncia fiscal do Ministério. O relatório final das atividades do mencionado GT foi concluído em outubro de 2015 e encaminhado à Secretaria-Executiva. Entre os documentos produzidos pelo GT destaca-se: a) minuta de portaria que *regulamenta as competências, atribuições e responsabilidades relativas à gestão das políticas públicas de renúncias tributárias, objeto das Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 (Lei de Informática), nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (Lei do Bem); nº 11.484, de 31 de maio de 2007 (PADIS e PATVD) e nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 (Inovar-Auto), no que cabe ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;* e b) Recomendações do Grupo de Trabalho quanto aos elementos

de políticas de renúncia tributária que poderão ser incorporados ao próximo Planejamento Estratégico do MCTI.

A minuta de portaria foi submetida à análise da Consultoria Jurídica do MCTI (CONJUR/MCTI). Em dezembro de 2015, a CONJUR/MCTI restituiu o processo à Secretaria-Executiva, solicitando elementos adicionais para análise da matéria. Cumpre ainda informar que o andamento do processo, a partir desse ponto, foi impactado pela discussão acerca da reestruturação administrativa do MCTI, em razão de previsão de criação de nova Secretaria resultante da fusão da SETEC com a SEPIN. A questão será retomada no exercício de 2016, tão logo haja definição quanto à nova estrutura administrativa do MCTI.

No que respeita às recomendações dirigidas à SEPIN e à SETEC, constantes do Acórdão nº 3.695/2013-TCU/Plenário, a Secretaria-Executiva, respeitando as competências regimentais daquelas unidades, consultou a respeito das medidas tomadas. Nesse sentido, já no exercício de 2014, por meio dos Memorandos nº 213 e 214/2014-SEXEC, foi solicitada a apresentação de propostas para dar cumprimento às citadas recomendações. As respostas foram encaminhadas pelos Memorandos nº 270/2014-SETEC e nº 433/2014-SEPIN. Já em 2015, foram encaminhados os Memorandos nº 370 e 371/2015-SEXEC, que solicitam a apresentação de informações acerca das medidas já tomadas ou em andamento para pleno cumprimento do Acórdão nº 3.695/2013-TCU/Plenário, bem como plano de ação para aqueles itens ainda não integralmente cumpridos. As áreas demandadas se manifestaram por meio dos Memorandos nº 257/2015-SETEC e nº 548/2015-SEPIN. Essa documentação foi remetida ao TCU por meio do Ofício nº 478/2015-SEXEC/MCTI.

Quanto ao item 9.12 do Acórdão nº 3.695/2013-TCU/Plenário, cumpre informar que o ponto ali mencionado não foi integralmente equacionado. No entanto, a questão será priorizada no exercício de 2016, em articulação com os demais Ministérios envolvidos.

Por derradeiro, não foram identificadas recomendações atinentes ao MCTI nos itens 9.1 e 9.3 do Acórdão nº 454/2014-TCU/Plenário.

4.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

4.5.1 Secretaria-Executiva – SEXEC/MCTI

Quadro – Indicadores de Desempenho

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Dar resposta às demandas do Secretário-Executivo referentes a levantamento, análise e consolidação de informações de CTI.	100%	100%	100%	1º de Março de 2015 a 28 de fevereiro de 2016	Qtde respostas/ Qtde demandada
Dar resposta aos textos e outros materiais correlatos demandados a esta Secretaria-Executiva necessários à formulação, implementação e difusão de políticas de CTI	100%	100%	100%	1º de Março de 2015 a 28 de fevereiro de 2016	Qde de respostas elaboradas/Qde demandas
Garantir as respostas dentro do prazo a questionamentos com prazo definido em leis, regulamentos, portarias, memorandos e outros instrumentos congêneres.	100%	80%	90%	1º de Março de 2015 a 28 de fevereiro de 2016	Qde de respostas emitidas dentro do prazo estabelecido/Qde questionamentos com prazo definido
Promover o registro, a análise e o acompanhamento dos processos de afastamento do país.	100%	100%	100%	1º de Março de 2015 a 28 de fevereiro de 2016	Nº de processos registrados/nº de processos demandados
Receber e tratar os documentos endereçados à Secretaria-Executiva.	100%	100%	100%	1º de Março de 2015 a 28 de fevereiro de 2016	Qtde de documentos tratados/Qtde de documentos recebidos

Promover o registro, o tratamento e o acompanhamento das requisições dos órgãos de controle direcionadas à Secretaria-Executiva	100%	100%	100%	1º de Março de 2015 a 28 de fevereiro de 2016	Nº de requisições registradas/nº de requisições recebidas

4.5.1.1 Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Realizar o levantamento das demandas dos projetos de P&D,I, definir prioridades em função dos recursos alocados no PO, realizar a descentralização orçamentária/financeiras às UPs selecionadas e acompanhar a execução das metas estabelecidas, referente ao desenvolvimento de novas linhas de pesquisa nas Unidades de Pesquisa do MCTI	31	31	31	Ano	Quantidade de projeto demandado/quantidade de projetos apoiados
Realizar o levantamento das demandas de Gestão Integrada dos Acervos de Informação Científica e Tecnológica das Unidades de Pesquisa do MCTI, definir prioridades em função dos recursos alocados no PO, realizar a descentralização orçamentária/financeiras a CAPES e às UPs selecionadas e acompanhar a execução das metas estabelecidas	2.705	2.705	2.705	Ano	Título apoiado/Título previsto
Apoiar, planejar, organizar e participar de eventos demandados pelo MCTI e relacionados as atividades dos seus Institutos de Pesquisa	7	7	7	Ano	Evento apoiado/ eventos demandados
Atestar 100% da conformidade de registro de gestão no SIAFI e acompanhar 100% da execução orçamentária e financeira das ações e planos orçamentários sob responsabilidade da SCUP e Institutos de Pesquisa do MCTI	100%	100%	100%	Quinzenal e mensal	Execução e conformidade acompanhada/ Execução e conformidade prevista
Planejar e acompanhar a fase qualitativa e lançar 100% dos dados no SIOP da fase quantitativa do PPA e PLOA das ações e planos orçamentários sob responsabilidade da SCUP e Institutos de Pesquisa do MCTI	100%	100%	100%	Ano	Qtde dados lançados no SIOP/ Qtde dados previstos para lançamento no SIOP
Levantar mensalmente as necessidades financeiras dos Institutos de Pesquisa sob responsabilidade da SCUP e acompanhar o cronograma de desembolso	12	12	12	Mensal	Levantamento Realizado/Levantamento Previsto
Elaborar 40 Pareceres Técnicos para os Termos de Execução Descentralizada - TED	40	40	40	Ano	Pareceres elaborados/Pareceres previstos

Levantar e acompanhar 100% dos créditos suplementares da SCUP e Institutos de Pesquisa do MCTI	100%	100%	100%	Ano	Créditos suplementares acompanhado/créditos suplementares disponibilizados
Promover a execução orçamentária e financeira da Unidade Gestora Executora nº 240113 - Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	100%	100%	100%	Ano	Execução Orçamentária e Financeira realizada/ Execução Orçamentária e Financeira prevista
Realizar o levantamento de demandas de comunicação dos Institutos de Pesquisa do MCTI	48	48	48	Semestral	Levantamento Realizado/Levantamento Previsto
Publicar/divulgar boletins para divulgação das ações dos Institutos de Pesquisa do MCTI	6	6	6	Ano	Boletins publicados/Boletim previstos
Disponibilizar, por meio dos Institutos de Pesquisa do MCTI, publicações de interesse público no âmbito da Ciência, Tecnologia e Inovação	24	24	24	Ano	Publicações em C&T,I realizados/publicações em C&T,I previstas
Elaborar relatórios estatísticos de Recursos Humanos dos Institutos de Pesquisa do MCTI	2	2	2	Ano	Relatórios Elaborados/Relatórios Previstos
Elaborar relatórios estatísticos referente a indicadores pactuados pelos Termos de Compromisso de Gestão - TCGs das Unidades de Pesquisa do MCTI	8	8	8	Ano	Planilhas e Relatórios Elaborados e acompanhados/planilhas e relatórios previstos
Elaborar relatórios estatísticos referente a execução orçamentária e financeira das ações e planos orçamentários sob responsabilidade da SCUP e Institutos de Pesquisa do MCTI	6	6	6	Ano	Relatórios Estatísticos elaborados/relatórios estatísticos previstos
Receber, promover o registro, o tratamento e acompanhamento de 100% dos documentos endereçados à SCUP	100%	100%	100%	Diário	Documentos registrados e acompanhados/documentos recebidos
Implantar os indicadores pactuados nos Termos de Compromisso de Gestão - TCG e visitas técnicas de reforço no treinamento do SIGTEC em 11 Unidades de Pesquisa do MCTI (LNCC, CETENE, INSA, MAST, ON, LNA, INPA, CETEM, CTI, INT e MPEG) e no IAE (Instituição de Pesquisa)	100%	100%	100%	Ano	Indicadores implantados/indicadores previstos (12)
Desenvolvimento de um Sistema de Informações Gerenciais para ser utilizado a partir da SCUP, que agregue informações de cada Unidade de Pesquisa a partir das bases de dados do SIGTEC	1	1	1	Ano	Sistema desenvolvido/sistema previsto
Pactuar, acompanhar e avaliar a execução dos Termos de Compromisso de Gestão (TCG) das 13 (treze) Unidades de Pesquisa (CBPF, CTI, CETEM, INT, IBICT, INPA, INSA, INPE, LNCC, LNA, MAST,MPEG e ON)	100%	100%	100%	Ano	Execuções pactuadas, acompanhadas e avaliadas/execuções previstas (13)

Realizar o levantamento das demandas referentes a expansão, modernização e manutenção das instalações físicas (prediais e laboratoriais), bem como dos equipamentos das Unidades de Pesquisa, definir prioridades em função dos recursos alocados no PO, realizar a descentralização orçamentária/financeiras às UPs selecionadas e acompanhar a execução das metas estabelecidas	100%	100%	100%	Ano	Levantamento realizado/levantamento previsto
Acompanhar anualmente a concessão de 700 bolsas do Programa de Capacitação Institucional, distribuídas em 20 projetos institucionais a saber: CNPEM, CBPF, CETEM, CETENE, CNEN, CTI, GEOMA, IBICT, IDSM, IMPA, INMA, INPA, INPE, INSA, INT, LNA, LNCC, MAST, MPEG e ON)	100%	100%	100%	Ano	Concessões acompanhadas/concessões previstas (700)
Acompanhar e analisar o processo das contribuições a organismos e/ou entidades nacionais (ABC, SBPC e ABPTI)	100%	100%	100%	Ano	Processos acompanhados e analisados/processos previstos
Celebração de pelo menos um Termo Aditivo por Contrato de Gestão	6	6	6	Ano	Nº de Termo Aditivos celebrados/nº de termos aditivos previstos (6)
Realizar a avaliação anual e o acompanhamento semestral dos Contratos de Gestão	12	12	12	Ano	Nº de avaliações realizadas/nº avaliações previstas (12)
Iniciar a avaliação do ciclo plurianual com vistas à renovação dos Contratos de Gestão das 5 Organizações Sociais (CGEE, CNPEM, IDSM, IMPA e RNP)	5	5	5	Ano	Nº de avaliações iniciadas/nº de avaliações previstas (5)
Colocar em execução 100% as recomendações das Comissões de Avaliação (CA) dos Contratos de Gestão, ou ter as justificativas para a impossibilidade de cumprimento definido pela mesma CA	100%	100%	100%	Ano	Recomendações atendidas + justificadas/total de recomendações
Dar resposta a 100% das solicitações de informação via SIC que disserem respeito aos contratos de gestão	100%	100%	100%	Ano	Solicitações atendidas no prazo/total de solicitações

Fonte: CGRH/MCTI - Metas Institucionais SCUP (Portaria GAB/MCTI nº 1.384, de 19.12.2014 - período de 01 de março de 2014 a 28 de fevereiro de 2015), publicado no Boletim de Serviço nº 23 de 22/12/2014 - Suplementar

4.5.1.2 Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA

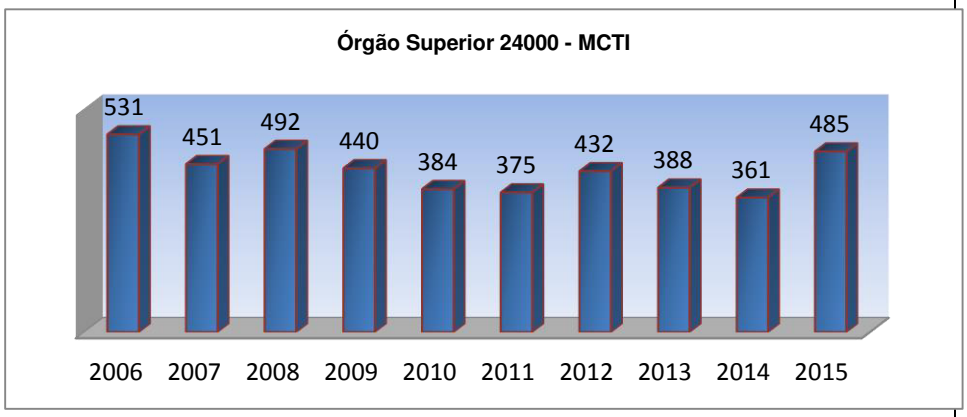
INDICADORES DE DESEMPENHO

<table>
<tr><td>Nome do Indicador</td><td>Índice de Restrições registradas na Conformidade Contábil de Órgão Superior no período</td></tr>
<tr><td>Unidade de Medida</td><td>Percentual</td></tr>
<tr><td>Descrição do Indicador</td><td>A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pela Administração Direta e Entidades Vinculadas ao MCTI consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, de competência de contabilista devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com suas obrigações profissionais, lotado em unidade gestora setorial contábil e credenciado no SIAFI para este fim, podendo ser registrada da seguinte forma: “sem restrição” quando não houver quaisquer irregularidades que comprometa a qualidade da informação contábil, considerando os esclarecimentos constantes de manuais de análise disponibilizados no Manual SIAFI e demais instrumentos que o responsável pelo registro da conformidade contábil julgar necessário para subsidiar a análise e “com restrição” quando houver quaisquer inconsistências que comprometam a qualidade das informações contábeis.</td></tr>
<tr><td>Tipo de Indicador</td><td>Eficácia</td></tr>
<tr><td>Fórmula de Cálculo</td><td>RGE X 100
RGEA

RGE = Quantidade de Restrições Registradas no Exercício
RGEA = Quantidade de Restrições Registradas no Exercício Anterior</td></tr>
<tr><td>Justificativa</td><td>O indicador permite que a Setorial de Contabilidade de Órgão Superior deste Ministério acompanhe, avalie e compare mensalmente e/ou anualmente o quantitativo de restrições contábeis registradas na conformidade contábil de órgão Superior ao longo do período, tendo como base o percentual de aumento ou diminuição, buscando alcançar as metas anuais instituídas com vistas a reduzir o número de irregularidades contábeis apresentadas. No tocante à fórmula de cálculo, foi considerada a sua utilidade e mensurabilidade no sentido de avaliar o desempenho da Setorial de Contabilidade, buscando melhoria na qualidade de uma de suas competências que é a de prestar assistência, orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais responda, procurando sanar as impropriedades detectadas dentro do próprio exercício financeiro para que no mês de dezembro a conformidade contábil do Órgão não apresente restrições contábeis nas contas do Gestor.</td></tr>
<tr><td>Série Histórica</td><td>Restrições Contábeis – Comparativo 2006 a 2015
<table>
<tr><th>UNIDADE</th><th>2006</th><th>2007</th><th>2008</th><th>2009</th><th>2010</th><th>2011</th><th>2012</th><th>2013</th><th>2014</th><th>2015</th></tr>
<tr><td>MCTI (24000)</td><td>107</td><td>84</td><td>84</td><td>80</td><td>82</td><td>63</td><td>88</td><td>97</td><td>128</td><td>139</td></tr>
<tr><td>FINEP (20502)</td><td>108</td><td>90</td><td>114</td><td>102</td><td>84</td><td>76</td><td>87</td><td>90</td><td>85</td><td>0</td></tr>
<tr><td>CNPq</td><td>54</td><td>59</td><td>49</td><td>65</td><td>53</td><td>31</td><td>32</td><td>27</td><td>35</td><td>55</td></tr>
</table></td></tr>
</table>

	(20501)										
	CNEN (20301)	25	32	47	37	33	40	63	51	21	52
	AEB (20402)	28	32	18	7	12	25	15	14	15	17
	INB (20303)	115	84	77	61	47	65	71	17	1	5
	NUCLEP (20302)	33	24	37	40	35	32	29	30	35	44
	CEITEC (24209)	0	0	0	8	9	14	16	24	11	121
	FNDCT (24901)	61	46	66	40	29	29	31	38	30	52
	Total:	**531**	**451**	**492**	**440**	**384**	**375**	**432**	**388**	**361**	**485**

Gráfico



Análise do Indicador

Em 2015, a Setorial de Contabilidade de Órgão Superior, com base nos Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, na Tabela de Eventos, no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, na Conformidade dos Registros de Gestão, nos auditores contábeis (CONDESAUD), nas Demonstrações Contábeis e em outros instrumentos que subsidiaram o processo de análise realizada pelo responsável, registrou em média 40 (quarenta) restrições contábeis mensais, totalizando 485 (quatrocentos e oitenta e cinco) restrições anuais.

Analisando-se a série histórica contida no gráfico, observa-se um decréscimo de registros entre 2006 a 2011, o que era esperado na época, visto que no quadriênio 2008-2011 a setorial contábil ministrou dezenas de cursos práticos de execução orçamentária e financeira e ajustes contábeis direcionados aos técnicos das áreas específicas junto às Unidades Gestoras Executoras do MCTI. Comparando 2011 com 2012, observa-se um acréscimo de 15% no quantitativo de restrições registradas, cuja causa principal foi a inserção do Novo Contas a Pagar e a Receber pela Secretaria do Tesouro Nacional, em nova plataforma, a partir de janeiro de 2012, bem como a limitação nos gastos com diárias e passagens impostos pelo Decreto nº 7.689/2012, o que impossibilitou a equipe da setorial contábil de realizar visitas técnicas de orientação e de ministrar treinamentos práticos aos técnicos das Unidades Gestoras Executoras, a maioria delas localizadas fora do Distrito Federal. Entre 2012 e 2014, observa-se um decréscimo em torno de 16% no quantitativo de restrições registradas, cuja causa principal foi decorrente da renovação

	da equipe técnica da setorial contábil, ou seja, substituição de empregados terceirizados por servidores concursados (procedentes do concurso público realizado em 2012), empossados em fevereiro de 2013, o que agregou qualidade ao trabalho da setorial contábil. Contudo, em meados de 2014, ocorreu a exoneração, por posse em outros órgãos em cargos inacumuláveis, de três servidores empossados no ano anterior e a cessão por parte do MCTI de mais dois servidores para órgão do Poder Judiciário. Esses fatos, aliados às diversas mudanças ocorridas na contabilidade pública em 2015, tais como a implantação do Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, com a consequente alteração de toda a tabela de eventos e situações utilizadas quando do registro orçamentário e contábil no SIAFI, bem como a implantação das demais inovações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 5ª e 6ª edição, contribuíram para o aumento de 34% no registro das restrições contábeis no ano de 2015 (os técnicos das áreas orçamentária, contábil e financeira das unidades gestoras executoras depararam-se com inúmeros problemas relacionados aos novos procedimentos, o que demandou certo tempo para adequação às novas rotinas). A Coordenação de Contabilidade do Tesouro Nacional vem envidando esforços no sentido de sanar todas as inconsistências apresentadas e, para 2016, comprometeu-se a atualizar o Manual SIAFI Web. Cabe ressaltar que a Setorial de Contabilidade de órgão superior não considerou restrição contábil para a unidade 20502 - FINEP (empresa pública não dependente de recursos do Tesouro Nacional), visto que em 2015 a empresa passou a utilizar sistema informatizado próprio, ou seja, apenas as aplicações financeiras são realizadas na conta única do Tesouro Nacional, devidamente autorizado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Nome do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo	Considerações
Índice de Acessibilidade Virtual de Documentos	89%	100%	86,02%	Mensal	Quantidade de documentos digitalizados no sistema de protocolo (Sistema Próton) dividido pelo quantitativo de documentos registrados.	86,02% dos documentos registrados no Próton estão em forma digital, configurando índice razoável de digitalização. Entretanto, o índice ainda pode ser melhorado, posto que o ideal seja contar com 100% dos documentos em forma digital.
Índice de Processamento de Documentos Recebidos	81%	100%	83,27%	Mensal	Quantidade de documentos processados (via Próton) dividido pela quantidade de documentos recebidos.	83,27% dos documentos recebidos pelo Serviço de Protocolo Geral foram registrados no Próton, configurando índice razoável de processamento. Entretanto, o índice ainda pode ser melhorado, posto que o ideal seja aproximar o índice de 100%, ainda que algumas classes de documentos, como propaganda, não tenham prioridade de registro.
Tempo Médio de Realização de Procedimento Licitatório – TMRPL (Dias)	107	126	125	Anual	TMRPL = S (Prazos de realização dos processos licitatórios, desde a abertura do processo administrativo até a homologação do certame) / Número de procedimentos licitatórios realizados no período.	
Tempo Médio de Dispensa de Licitação – TMDL (Dias)	65	57	50	Anual	TMDL = S (Prazos de realização dos processos de dispensa de licitação) / Número de dispensas de licitação	

					realizadas no período	
Tempo Médio de Inexigibilidade de Licitação – TMIL (Dias)	35	66	51,28	Anual	TMIL = S (Prazos de realização dos processos de inexigibilidade de licitação) / Número de dispensas de licitação realizadas no período	
Índice de republicação de editais – IRE (%)	27%	15%	6,25%	Anual	IRE = (Nº de licitações republicadas) x 100 / (Nº total de licitações realizadas)	
Observações: Índice de referência - última medição em janeiro de 2014. Índice previsto - referência na média da série histórica dos exercícios de 2012 a 2014						

4.5.1.3 Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas – ASCAV

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
ASSESSORIA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS-ASCAV					
Publicar/divulgar 3 três Boletins " ASCAV Express" para circulação no MCTI	100%	100%	100%	1º de Março de 2015 a 28 de fevereiro de 2016	Quantidade de boletins publicados/3
Produção de 2 (duas) Notas Técnicas relativas a estudos ou documentos de gestão	100%	100%	100%	1º de Março de 2015 a 28 de fevereiro de 2016	Quantidade de Notas Técnicas/2
Produção de 2 (duas) Notas Técnicas relativas à execução e atualização do PAMA 2013/2014	100%	100%	100%	1º de Março de 2015 a 28 de fevereiro de 2016	Quantidade de Notas Técnicas/2
Produção do Relatório Anual de Atividades de Monitoramento e Avaliação	100%	100%	100%	1º de Março de 2015 a 28 de fevereiro de 2016	Quantidade de relatórios publicados /1

COORDENAÇÃO-GERAL DE INDICADORES – CGIN					
Realizar levantamento das informações dos dispêndios em ciência e tecnologia do governo federal para o ano de 2014	2106	Carlos Roberto Colares Gonsalves	90	1º de Março de 2015 a 28 de fevereiro de 2016	Levantamento realizado / 1
Realizar levantamento das informações dos dispêndios em ciência e tecnologia dos governos estaduais para o ano de 2014	2106	Carlos Roberto Colares Gonsalves	80	1º de Março de 2015 a 28 de fevereiro de 2016	Levantamento realizado / 1
Atualizar e publicar os indicadores anuais de patentes	2106	Carlos Roberto Colares Gonsalves	100	1º de Março de 2015 a 28 de fevereiro de 2016	Levantamento realizado / 1
COORDENAÇÃO-GERAL DE PROGRAMAS – CGPR					
Monitorar o cumprimento das metas de gestão do Plano Plurianual do MCTI (PPA).	100%	100%	100%	1º de Março de 2015 a 28 de fevereiro de 2016	Nº de monitoramentos / 1
Elaboração de documento institucional para a Mensagem Presidencial	100%	100%	100%	1º de Março de 2015 a 28 de fevereiro de 2016	Nº de documentos elaborados / 1
Realizar pelo menos 2 (duas) exportações de dados/informações de acompanhamento da LOA 2014 do SIGMCT para o SIOP	100%	100%	100%	1º de Março de 2015 a 28 de fevereiro de 2016	Nº de exportações realizadas / 2

4.5.1.4 Assessoria de Captação de Recursos – ASCAP

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto (A)	Índice Observado (B)	Periodicidade	Fórmula de Cálculo (C)
Apresentar relatórios referentes à arrecadação mensal do FNDCT.	12	12	12	Mensal	(B/A) x 100

Apresentar proposta com a previsão orçamentária dos Fundos Setoriais para composição do Orçamento anual do FNDCT.	01	01	01	Anual	(B/A) x 100
Apresentar estudos com propostas para revisão de receitas dos Fundos Setoriais/FNDCT existentes.	04	03	04	Anual	(B/A) x 100
Apresentar propostas de novas formas de fomento às atividades de CT&I.	03	05	06	Anual	(B/A) x 100
Subsidiar a SEXEC em negociações com Governos, Entidades e Comunidades de CT&I para revisão de marco regulatório de CT&I.	02	04	05	Anual	(B/A) x 100
Atualizar base de dados de fontes de recursos internacionais para apoio a C,T&I.	01	01	01	Anual	(B/A) x 100
Assessorar as Secretarias Finalísticas do MCTI para elaboração de plano estratégico com temas prioritários para captação de recursos internacionais.	*1	01	01	Anual	(B/A) x 100
Participar de negociações para captação de recursos internacionais com Organismos Multilaterais / Agências de Desenvolvimento / Cooperação Bilateral.	03	03	03	Anual	(B/A) x 100
Articular ações no âmbito de Organismos Multilaterais, bem como Acordos Bilaterais para a defesa das Políticas e Fontes Nacionais.	04	02	02	Anual	(B/A) x 100

*Obs.: *1 – Trata-se de atividade relacionada ao planejamento e estratégia para utilização dos recursos do GEF, que não ocorreu em anos anteriores. A utilização dos recursos do Fundo é planejada a cada 4 anos, e a ultimo planejamento ocorrido foi no ano de 2010/11.*

4.4.1.5 Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais – ASCOF

Meta	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista (A)	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 175	Apoiar reuniões dos Comitês Gestores e Colegiados dos Fundos Setoriais.	2106	Nº de reuniões apoiadas/Nº de reuniões demandadas	9 reuniões apoiadas/9 reuniões demandadas: 100%
Meta 176	Acompanhar a elaboração e a implementação dos termos de referência das ações verticais e transversais.	2106	Nº TRs enviados /nº TRs autorizados	7 TRs enviados/7 TRs autorizados: 100%
Meta 177	Elaborar 15 relatórios anuais de execução dos FS.	2106	Nº relatórios elaborados/ Nº de relatórios previstos (15)	15 relatórios elaborados/15 relatórios previstos: 100%

Meta 178	Manter os Escritórios Virtuais no SIGFS atualizados.	2106	Nº de Escritórios Virtuais no SIGFS atualizados/ Nº de Escritórios Virtuais no SIGFS	15 Escritórios Virtuais no SIGFS atualizados/15 escritórios virtuais no SIGFS: 100%
Meta 179	Dar resposta a 100% das demandas de informações sobre os Fundos Setoriais encaminhados à ASCOF.	2106	Nº de respostas elaboradas/ Nº de demandas de informações encaminhadas à ASCOF	156 respostas elaboradas/156 demandas de informações encaminhadas â ASCOF: 100%

4.5.2 Gabinete do Ministro

Coordenação-Geral de Administração - CGAD

COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CGAD					
	Descrição das Metas Intermediárias	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 5	Receber, processar e distribuir 100 % das demandas advindas do Gabinete do Ministro do MCTI, e de outras Unidades da Federação.	2106	Conceição Aparecida da Silva	Nº de demandas recebidas, processadas e distribuídas/Nº de demandas recebidas	100%
Meta 6	Acompanhar 100% dos processos de afastamentos do País.	2106	Conceição Aparecida da Silva	Nº de processos acompanhados/Nº de processos recebidos para acompanhamento	100%
Meta 7	Providenciar 100 % os pedidos de emissão de passaporte oficial.	2106	Conceição Aparecida da Silva	Nº de pedidos emitidos/Nº de pedidos recebidos	100%
Meta 8	Redigir e revisar 100% dos documentos oficiais.	2106	Conceição Aparecida da Silva	Nº de documentos oficiais redigidos e revisado/Nº de documentos oficiais recebidos	100%

Coordenação-Geral do Cerimonial – CGCE

Denominação	**Índice de Referência***	**Índice Previsto**	**Índice Observado**	**Fórmula de Cálculo**
Processar e responder, em tempo hábil, 90% dos convites direcionados ao Ministro e recebidos pela CGCE.	98,4%	90%	100%	Convites respondidos a tempo / Convites recebidos
Acompanhar o Ministro em 90% de suas atividades oficiais fora do Ministério e que exijam protocolo.	91%	90%	100%	Atividades acompanhadas / Atividades oficiais

Elaborar roteiros prévios de participação do Ministro em 100% dos eventos internos e externos que exijam protocolo.	100%	100%	100%	Roteiros elaborados / Nº de Eventos
Preparar e/ou acompanhar 90% das reuniões internas do Ministro com autoridades nacionais e internacionais que exijam protocolo.	100%	90%	100%	Reuniões preparadas e/ou acompanhadas / Reuniões realizadas
Planejar, organizar, realizar e/ou apoiar a logística de 90% dos eventos demandados pelo Gabinete do Ministro e pelas Secretarias que necessitem de participação da CGCE.	90%	90%	100%	Demandas atendidas / Demandas recebidas

Assessoria Parlamentar - ASPAR

1. Acompanhar a tramitação de 100% dos Requerimentos de Audiência Pública que envolvem autoridades do MCTI;
2. Acompanhar a tramitação legislativa de 100% dos Requerimentos de Informação para o MCTI;
3. Encaminhar e acompanhar 100% de respostas aos Requerimentos de Informação para o MCTI dentro do prazo;
4. Acompanhar e informar sobre 100% da tramitação e execução de emendas parlamentares solicitadas pelos Congressistas;
5. Encaminhar 100% das demandas parlamentares à área competente no MCTI; e
6. Dar retorno a 100% das ligações recebidas (Parlamentares e seus assessores).

Coordenação-Geral da Secretaria do Conselho Nacional de C&T – CCT

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Fórmula de Cálculo
Planejar e organizar as atividades para a realização da reunião do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia	100%	100%	100%	Reunião realizada/Reunião prevista.
Planejar e Coordenar 4 (quatro) reuniões das Comissões Temáticas que compõem o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.	100%	4 reuniões = 100%	4 reuniões realizadas = 100%	Reuniões realizadas/Reuniões previstas.
Processar e responder em tempo hábil 100% das demandas encaminhadas à Secretaria Executiva do CCT.	100%	100%	100%	Demandas respondidas/demandas recebidas.

Assessoria de Comunicação – ASCOM

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Fórmula de Cálculo

Indicação da meta	Índice atingido no exercício de 2013	Índice previsto	Índice atingido	Forma de aferição do alcance da Meta.
Viabilizar a divulgação da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) junto às 27 coordenações estaduais da SNCT.		118	110	Divulgação realizada/Divulgação prevista 110/118
Realizar 3 (três) campanhas que deem publicidade aos programas e políticas públicas do MCTI, que possuam grande potencial e sejam significativas para a sociedade, ao abordarem temas que se referem em importantes benefícios para os cidadãos, mesmo que direcionados a seguimentos sociais.		3	8	Campanhas realizadas/Campanhas previstas 8/3
Analisar 100% das demandas anual apresentada a esta ASCOM, para divulgação das ações e programas do MCTI.		84	84	Demandas analisadas/Demandas previstas 84/84
Viabilizar a criação e produção de 100% das demandas aprovadas, relativas à divulgação das ações dos programas do CTI por meio do contrato de serviços de publicidade.		127	117	Criação e produção realizada/Criação e produção prevista 117/127
Destinar 50% dos recursos de manutenção de canais de acesso e visibilidade às informações dos programas e ações realizadas pelo MCTI e suas Unidades de forma integrada em veículos e espaço de grande apelo e público aos temas desta pasta ministerial.		50%	74%	Destinação realizada/Destinação prevista 74%/50%

Coordenação-Geral da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança- CTNBio

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Indicação da meta	Índice atingido no exercício de 2015	Índice previsto	Índice atingido	1º de março de 2015 a 29 de fevereiro de 2016	Forma de aferição do alcance da Meta.
Organizar 10 reuniões ordinárias da CTNBio, 10 reuniões setoriais da área da Saúde Humana e Animal e 10 reuniões da Setorial Vegetal e Ambiental	100%	30 reuniões realizadas	100%	Anual	N° de reuniões realizadas/N° de reuniões previstas
Realizar 20 (vinte) visitas técnicas anuais às Instituições com Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB)	100%	20	100%	Mensal	N° de visitas técnicas realizadas/N° de visitas técnicas previstas

Emitir 50 (cinqüenta) pareceres técnicos	100%	50	100%	mensal	N° de pareceres emitidos/N° de pareceres previsto
Revisar 1 (uma) norma	100%	1	100%	Anual	Nº de normas revisadas

4.5.3 Consultoria Jurídica – CONJUR/MCTI

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Meta 1 – Receber, cadastrar, incluir e despachar as demandas de processos administrativos e judiciais do MCTI, suas entidades vinculadas e OS's, com a meta de atingir 95% das solicitações pelo Sistema SAPIENS/AGU	100%	100%	100%	Anual. Período de 01.03.2015 a 28.02.2016.	Quantidade Docs. Saída / Quantidade Docs. Entrada
Meta 2 – Implementar, executar e difundir os projetos estratégicos demandados pelo novo Sistema GPWeb/AGU.	100%	100%	100%	Anual. Período de 01.03.2015 a 28.02.2016.	Quantidade Realizada / Quantidade Prevista
Meta 3 – Dar continuidade à transposição da legislação para o novo Portal do MCTI.	100%	100%	15% (*)	Anual. Período de 01.03.2015 a 28.02.2016.	Quantidade Realizada / Quantidade Prevista

(*) Aguardando disponibilidade de recurso financeiro para dar continuidade à realização da transposição da legislação para o novo portal do MCTI.

4.5.4 Assessoria de Assuntos Internacionais – ASSIN

Denominação	Índice de Referência*	Índice Previsto	Índice Observado*	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Notas Técnicas elaboradas	100%	100%	100%	Anual	(Nº realizado/nº previsto) x 100

Atos internacionais assinados	100%	100%	100%	Anual	(Nº realizado/nº previsto) x 100
Reuniões e missões internacionais organizadas	100%	100%	100%	Anual	(Nº realizado/nº previsto) x 100
Organismos internacionais apoiados	100%	100%	100%	Anual	(Nº realizado/nº previsto) x 100
Pareceres sobre transferências de bens sensíveis emitidos	100%	100%	100%	Anual	(Nº realizado/nº previsto) x 100

*Medição dos indicadores: 29/02/2016.

5 GOVERNANÇA

5.1 Descrição das estruturas de governança

5.1.1 Secretaria-Executiva – SEXEC/MCTI

5.1.1.1 Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP

A Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP se relaciona em maior ou menor grau, dentro de seu sistema de governança organizacional, com órgãos colegiados, de caráter deliberativo ou consultivo, criados com o propósito de contribuir para o processo decisório institucional de condução de políticas públicas, na área de ciência, tecnologia e inovação. Tais instâncias foram instituídas para atender a dispositivos legais (Leis e Decretos). Dentre eles estão:

Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão

Descrição:

As Comissões de Avaliação (CA) são colegiados constituídos por previsão na Lei das OS, para assessorar o órgão supervisor do Contrato de Gestão. As CA são necessariamente constituídas por especialistas de notória capacidade nos campos de atuação das OS e são nomeados por meio de Portaria do Ministro da pasta após indicação por análise curricular da SCUP.

A CGOS/SCUP secretaria as reuniões regulares (anual de avaliação e semestral de acompanhamento) e extraordinárias, dando suporte técnico e operacional para a produção de relatórios ao MCTI quanto ao acompanhamento e a avaliação de desempenho, bem como sugerindo o desenvolvimento dos instrumentos de avaliação como a sistemática, os indicadores e as metas, e de providências para a melhor obtenção de resultados. Os resultados relatados (preliminares e finais) pela OS são analisados, calculados e ponderados pela CA, que exprime seu parecer subsidiando a tomada de decisão do Ministro da Ciência, e Tecnologia e Inovação, mediante prévia análise técnica que ampara, explica e posiciona a autoridade sobre o andamento da execução do Contrato de Gestão de cada OS. Tanto a Portaria MCTI 967/2011 e suas alterações, quanto as portarias que nomeiam os integrantes das Comissões, normatizam as atribuições das Comissões.

Legislação:

Lei nº 9.637, de 15/05/1998 (Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicitação, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências).

Decreto nº 4.724, de 09/05/2003 (Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências).

Portaria MCTI nº 967, de 21/12/2011 (Disciplina as atividades de promoção, acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com organizações sociais e dá outras providências).

Portaria MCTI nº 777, de 31/10/2012 – "Altera a Portaria MCTI nº 967, de 21/12/2011, que disciplina as atividades de promoção acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com organizações sociais".

Portaria MCTI nº 1.123, de 11/12/2015 – "Altera a Portaria MCTI nº 967, de 21/12/2011, que disciplina as atividades de promoção acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com organizações sociais".

Portaria MCTI nº 261, de 14/03/2014 (Institui Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE).

Portaria MCTI nº 761, de 25/06/2014 (Altera membros da Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE).

Portaria MCTI nº 180, de 13/02/2014 (Institui Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM).

Portaria MCTI nº 262, de 14/03/2014 (Institui Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPII).

Portaria MCTI nº 173, de 11/02/2014 (Institui Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM).

Portaria MCTI nº 1.092, de 21/10/2013 (Institui Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com a Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA).

Portaria MCTI nº 1.233, de 29/11/2013 (Institui Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com a Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP).

Portaria MCTI nº 245, de 11/03/2014 (Altera membros da Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com a Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP).

Portaria MCTI nº 428, de 19/06/2015 (Altera membros da Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE).

Portaria MCTI nº 386, de 10/06/2015 (Altera membros da Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM).

Portaria MCTI nº 387, de 11/06/2015 (Altera membros da Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com a Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA).

Portaria MCTI nº 928, de 04/11/2015 (Altera membros da Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com a Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA).

Competências:

I - analisar os relatórios de gestão e avaliar os resultados e metas alcançados pela OS, à luz dos objetivos do contrato de gestão, bem como as justificativas que porventura vierem a ser apresentadas em caso de não-consecução de metas e resultados;

II - propor, se for o caso, a revisão de indicadores e metas, bem como recomendar ações corretivas ou incrementais na sistemática de avaliação, no plano de ação, no cronograma de desembolso, dispositivos contratuais e nos relatórios de gestão;

III - emitir relatório de acompanhamento semestral, apresentando o monitoramento da execução das atividades do Plano de Ação e do potencial de cumprimento das metas anuais e indicadores pactuados, com análise dos problemas e gargalos e proposição de sugestões e recomendações para subsidiar correções de rumo;

IV - emitir relatório anual conclusivo de avaliação dos resultados, de que trata o §2º do art. 8º da Lei nº 9.637, considerando, quando for o caso, as recomendações do acompanhamento semestral bem como a análise de subsídios e de suportes prestados aos trabalhos da CA; e

V - emitir relatório de avaliação do ciclo plurianual do contrato de gestão, a ser encaminhado à Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa SCUP, analisando conclusivamente os resultados e impactos das linhas de ação e, quando for o caso, as recomendações e os laudos técnicos emitidos por especialistas e consultores.

5.1.1.2 Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA

Apesar de a estrutura de governança da Unidade Prestadora de Contas - UPC abranger outras unidades de governança, deve-se registrar que a Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação – CGTI/SPOA mantém dois comitês consultivos vinculados à Secretaria-Executiva para tratar da governança de TI, são eles:

a) Comitê Executivo de Tecnologia da Informação - CETI

O Comitê Executivo de Tecnologia da Informação – CETI, de natureza consultiva, vinculado à Secretaria-Executiva, instituído pela Portaria MCT nº 383, de 30 de maio de 2012, tem a finalidade de tratar sobre políticas, diretrizes, planejamento e demais ações relativas à Tecnologia da Informação – TI no âmbito dos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado; dos órgãos específicos singulares e das unidades descentralizadas, constantes da estrutura organizacional do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI. Referência: http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/339415.html.

b) Comitê de Segurança da Informação e Comunicações - CSIC

O Comitê de Segurança da Informação e Comunicações – CSIC, de natureza consultiva, vinculado à Secretaria-Executiva, instituído pela Portaria MCT nº 384, de 30 de maio de 2012, tem a finalidade de tratar sobre políticas, diretrizes, planejamento e demais ações relativas à Segurança da Informação e Comunicações – SIC no âmbito dos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado; dos órgãos específicos singulares e das unidades descentralizadas, constantes da estrutura organizacional do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI. Referência: http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/339416.html.

5.1.2 Gabinete do Ministro

Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia - CMCH

A CMCH é composta da seguinte estrutura:

I - Plenário;

II - Comitê-Executivo; e

III - Câmaras Técnicas.

A Presidência da CMCH compete ao Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCTI. A vice-presidência cabe ao Diretor do Instituto Nacional de Meteorologia – INMET, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A Secretaria Executiva da CMCH compete à Coordenação-Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia, da SEPED/MCTI.

O plenário da CMCH é composto por vinte e duas instituições, de diversos segmentos, governo, sociedade civil organizada, setor industrial e de serviços.

5.1.3 Representação Regional no Nordeste – RENE

O Campus MCTI-NE é composto por um conjunto de instituições vinculadas ao MCTI, que já atuam na Região Nordeste em atividades consonantes com aquelas estabelecidas em suas respectivas missões. Posteriormente, também poderão ser partes integrantes do Campus entidades consideradas de interesse estratégico para a Região, bem como congregará instituições associadas, constituídas por unidades de pesquisa e inovação tecnológica situadas fora dos seus limites.

Além da ReNE, o Campus MCTI-NE é atualmente constituído por outras duas instituições de pesquisa e desenvolvimento, a saber: i) o Cetene – Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste; e ii) o CRCN – Centro Regional de Ciências Nucleares.

A Comissão de Administração do Campus (CAC) é composta pelo Coordenador-Geral da ReNE, que a preside, e o Coordenador de Administração, que exerce a função de Secretário-Executivo; pelos dirigentes das Unidades de Pesquisa sediadas no Campus MCTI-NE; por um representante dos servidores técnicos/administrativos lotados nas referidas Unidades e por um representante da UFPE.

O Conselho Consultivo da Representação Nordeste do MCTI (CC-ReNE/MCTI), órgão presidido pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, e secretariado pelo Coordenador-Geral da ReNE/MCTI, é constituído por 17 membros de órgãos, instituições e entidades públicas e privadas que atuam na promoção, gestão e fomento de atividades de pesquisa, de desenvolvimento de novas tecnologias e inovação; de entidades da sociedade civil consideradas relevantes para o progresso científico e tecnológico do Nordeste, bem como de representantes de colegiados do Poder Legislativo.

O Conselho Consultivo tem, dentre as suas competências, propor políticas, programas e ações de interesse estratégico, no campo de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), para o desenvolvimento da região Nordeste a serem implementadas por agências de fomento nas esferas federais, estaduais e municipais. Para isso, buscar-se-á associar as potencialidades das unidades de pesquisa do MCTI não situadas no Nordeste e, no que couber, identificando atividades de cooperação com as unidades de pesquisa instaladas no Campus MCTI-NE.

Outro papel do Conselho Consultivo é o de subsidiar o MCTI na identificação de instituições atuantes no campo de CT&I, sediadas na região, com reais potencialidades de participação no Programa de Entidades Associadas às Unidades de Pesquisa do MCTI, disciplinado pelas Portarias Ministeriais, nº 510, de 12 de agosto de 2008 e nº 613, de 23 de julho de 2009.

5.2 Informações sobre a comissão de avaliação do contrato de gestão

Quadro - Relação dos membros da comissão de avaliação

Relação dos membros da Comissão de Avaliação – CGEE

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	Centro Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE					
CNPJ	04.724.690/0001-82					
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação						
Nome	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
CRISTINA FÁTIMA DO RIO FERNANDES (suplente)	743.583.837-34	Graduação: Ciências Biológicas – Universidade Gama Filho	Técnica de Análise e Projetos; Suplente do Comitê de Meio Ambiente; Substituta da Assessoria da Diretoria Operativa II, Membro do Comitê de Normalização; Atividades de Assessoramento na Superintendência Social e na Diretoria Executiva; Membro suplente do Comitê Gerencial (FINEP). Representante da FINEP junto ao MCTI no processo de transição governamental em 2003; suplente na CA do CGEE.	Portaria MCTI 261/2014	14/03/14	Vigente
ROGÉRIO AMAURY DE MEDEIROS	606.822.217-91	Mestrado: Ecologia – Universidade de Brasília - UnB Especialização (interrompida): Ecologia da Paisagem – Technische Universitaet Muenchen - TUM – Alemanha Graduação: Ciências Biológicas – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	Chefe de Departamento de Acompanhamento, Avaliação e Gestão da Informação; Superintendente da área de planejamento, Secretário Técnico de Petróleo e Gás Natural, Secretário Técnico de Recursos Minerais, Coordenador Setorial de Petróleo, Gás e Petroquímica, Chefe do Departamento de Fundos Setoriais; Chefe do Departamento de Planejamento e Avaliação Financeira, Gestor de infra-estrutura básica do FNDCT, coordenador de meio ambiente, chefe da divisão de infra-estrutura em ciência e tecnologia, técnico em projetos e programas (FINEP).	Portaria MCTI nº 261/2014	14/03/14	Vigente
ODILON MARCUZZO DO CANTO	103.569.830-72	Mestrado e Doutorado: Engenharia. Nuclear – University of California – Berkeley Graduação: Engenharia. Civil – Universidade	Possui graduação em Eng. Civil pela Universidade Federal de Santa Maria (1968), mestrado em Eng. Nuclear pela University of California- Berkeley (1979) e doutorado em Eng. Nuclear pela University of California- Berkeley (1984). Atualmente é Presidente do Fundação de Ciência e Tecnologia. Atuando	Portaria MCTI nº 261/2014	14/03/14	Vigente

		Federal de Santa Maria – UFSM	principalmente nos seguintes temas: Cromo, Metabolismo do Cromo, Modelo de Compartimentos.			
JOSÉ EDUARDO AZEVEDO FIATES	112.159.298-89	Doutorado: Engenharia e Gestão do Conhecimento – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (em andamento) Mestrado: Engenharia de Produção e Sistemas – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC Especialização: Administração de Recursos Humanos – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC Graduação: Engenharia Mecânica – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	Participou de vários treinamentos em Gestão da Inovação Tecnológica nos Estados Unidos na Inglaterra. Foi Diretor Executivo do Centro para Laboração de Tecnologias Avançadas CELTA e Superintendente de Inovação da Fundação CERTI. Foi por 2 mandatos Vice-presidente e mais 2 mandatos Presidente da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores ANPROTEC. É Diretor Executivo da Sapiens Parque S.A., complexo que reúne empreendimentos de ciência e tecnologia, educação e cultura, saúde e biotecnologia, esporte e lazer, turismo, comércio e entretenimento; Diretor Geral da CVentures Empreendimentos Inovadores e Participações S.A. e Diretor Executivo do Projeto Sapiens Parque e pela área de Inovação na Fundação CERTI. Foi Presidente da Divisão Latino-Americana da International Association of Science Parks - IASP (2009/2011). Faz parte dos conselhos superiores de diversas instituições, entre elas o Conselho Deliberativo Nacional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/SC) e do Conselho Consultivo da ANPROTEC e já fez parte do Conselho Deliberativo da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Tem experiência na área de Administração, atuando principalmente nas áreas, nos temas: de incubadoras de empresas, parques tecnológicos, empreender e inovador em tecnologia, capital venture, inovação em negócios e outros.	Portaria MCTI nº 261/2014	14/03/14	Vigente
REGINA LUNA SANTOS DE SOUZA	418.037.011-53	Doutorado: comunicação – Universidade de Brasília – UnB Mestrado: ciência política – Universidade de Brasília – UnB Graduação: relações internacionais – Universidade de Brasília – UnB	Desde 1996, faz parte da Carreira de EPPGG. Foi professora substituta na UnB, Departamento de Relações Internacionais e Ciência Política. Atualmente, exerce o magistério, como professora do Ensino Superior do Instituto Superior Fátima. É, também, tutora a distância em curso de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) em Gestão Pública, desenvolvido em parceria entre a Universidade Aberta do Brasil e o Departamento de Administração da UnB. Em atividades de Direção e Administração, atuou no Centro de Estudos Estratégicos, foi Coordenadora de Estudos e Pesquisas - INEP/MEC, Coordenadora de Cursos na ENAP, Assistente no Programa Nacional de Informática na Educação, Diretora do Departamento de Análise e Monitoramento da Força de	Portaria MCTI nº 261/2014	14/03/14	30/09/2015

			Trabalho no MP, Assessora Especial do MME, Assessora do Secretário-Executivo do MP. Atualmente, atua como Gerente de Projetos no Departamento de Articulação e Inovação Institucional da SEGEP/MP.			
ALEXANDRE KALIL PIRES	414.998.320-87	Mestrado: Planejamento e Gestão de Ciência e Tecnologia – PPGA/ UFRGS Especialização: Políticas Públicas e Gestão Governamental – ENAP Graduação: Administração de Empresas/ Público - UFRGS	Diretor do Departamento de Articulação e Inovação Institucional, Gerente de Projeto, Secretário de Gestão Adjunto, Coordenador Geral de Dimensionamento da Força de Trabalho e Assessor da Secretaria Executiva (SEGEP/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).	Portaria MCTI nº 261/2014	14/03/14	30/09/2015
MARCELO DOUGLAS DE FIGUEIREDO TORRES	540.380.496-04	Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e Bacharel em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental desde 1997. Atualmente é Coordenador-Geral de Gestão por Resultados do Departamento de Desenvolvimento e Desempenho Institucional do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Trabalhou na Assessoria da Presidência da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP em Brasília/DF. Possui Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental na Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.	Portaria MCTI nº 828/2015	30/09/2015	Vigente
LILIA SOARES RAMOS FERREIRA (suplente)	309.846.531-04	Tem Licenciatura em Pedagogia pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal – AEUDF e MBA em Gestão da Qualidade em Serviços pela Fundação Getúlio Vargas	Técnica em Assuntos Educacionais da Secretária de Gestão Pública – SEGEP do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e já atua como membro de 02 (dois) Comitês de Avaliação: Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada – IMPA e Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP. Foi coordenadora do Projeto Carta ao Cidadão – Programa Gespública – Departamento de Programas de Gestão do MPOG..	Portaria MCTI nº 828/2015	30/09/2015	Vigente
LUIZ FERNANDO FAUTH	731.330.600-82	Graduado em Direito pela UFRGS e em	Atuou como Analista de Controle Externo do TCU, Consultor Legislativo do Senado. Atualmente é Secretário-Executivo Substituto do MCTI	Portaria MCTI nº 428/2015	19/06/2015	Vigente

		Economia pela PUC-RS,				

Fonte: MCTI/CGOS, Plataforma Lattes.

Relação dos membros da Comissão de Avaliação – CNPEM

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM					
CNPJ	01.576.817/0001-75					
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação						
Nome	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
AMILTON SINATORA	746.984.358-20	Doutorado e Mestrado: engenharia mecânica – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP Graduação: Engenharia Metalúrgica – Escola Politécnica – Universidade de São Paulo – USP	Livre Docente (1996) e Professor Titular da Escola Politécnica da USP (2005). Foi gerente de Inovação e Tecnologia da Villares Rolls, empresa produtora de cilindros para laminação (2008). Pesquisa desgaste e atrito em componentes mecânicos bem como as formas de controlá-los. Nestes temas e em temas correlatos orientou 16 dissertações de mestrado e 11 teses de doutorado, bem como trabalhos de iniciação científica e de conclusão de curso. Tem experiência na transferência e implantação de tecnologia em empresas, tendo participado ou coordenado projetos acadêmicos ou tecnológicos. Tem interesse em educação e divulgação científica.	Portaria MCTI nº 180/2014	13/02/14	Vigente
CÉLIO PASQUINI	016.719.268-03	Pós-Doutorado: King´s College - Inglaterra Doutorado e Mestrado: Química - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP Graduação: química – Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	Atualmente é professor titular da Universidade Estadual de Campinas. Coordena o Instituto Nacional de Ciências e Tecnologias Analíticas Avançadas (INCTAA). Atua na área de Química, com ênfase em Química Analítica, principalmente nos seguintes temas: análise por injeção em fluxo, análise em fluxo monossegmentado, análise multivariada, espectroscopia no infravermelho próximo (NIR), espectroscopia de emissão em plasma induzido por laser (LIBS), espectroscopia terahertz no domínio do tempo (THz-TD) e desenvolvimento de instrumentação analítica.	Portaria MCTI nº 180/2014	13/02/14	Vigente

LÚCIA CARVALHO PINTO DE MELO	148.545.544-87	Mestrado: Energia e Meio Ambiente – Universidade da Califórnia, Santa Bárbara; Física - universidade Federal de Pernambuco – UFPE Pós-graduação: Tecnology and Policy Program do MIT. Graduação: Engenharia Química – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE	É Pesquisadora titular da Fundação Joaquim Nabuco. É membro da Comissão de Avaliação do CNEM; Conselheira membro do do IASS Alemanha. De 1990 a 1991 assumiu a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco, também foi Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Pernambuco (FACEPE) de 1995 a 1998 . De 2000 a 2001, Titular da Secretaria Executiva Adjunta do MCT. Foi Diretora e Presidenta do CGEE. É Conselheira da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), foi representante do MCT no Conselho de Administração da então ABTLuS, membro do Conselho Editorial da Revista do Servidor Público (ENAP) e da Revista RAUSP, membro do Comitê de Coordenação dos Programas do MCT com a finalidade de coordenar os processos de gestão para alcance dos objetivos setoriais, membro do Conselho Científico Brasil-Índia, membro da Comissão de Coordenação do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) e Membro do Comitê de Coordenação do Programa Institutos Nacionais de Ciência tecnologia e Inovação (INCT). Em 2002 agraciada com a Medalha da Ordem Nacional do Mérito Científico no grau de Comendadora e em 2008 promovida para o Grau Grã Cruz. Sua atuação tem ênfase na área de Planejamento e Política de Ciência, Tecnologia e Inovação.	Portaria MCTI nº 180/2014	13/02/14	Vigente
MARIA BEATRIZ MACHADO BONACELLI	137.680.608-88	Doutorado: Ciências Econômicas – Université des Sciences Sociales de Toulouse, França. Mestrado: Política Científica e Tecnológica – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP Especialização: economia do sistema agroalimentar-CeFAS, Viterbo, Itália Graduação: ciências econômicas Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP	É professora Livre-docente do DPCT/IG/UNICAMP, atual Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Política Científica e Tecnológica e Pesquisadora Associada do Grupo de Estudos sobre Organização da Pesquisa e da Inovação (GEOPI/DPCT). As principais linhas e temas de pesquisa em que atua são: economia da tecnologia; reorganização institucional; planejamento e gestão da C,T&I; dinâmica setorial da inovação.	Portaria MCTI no 180/14	13/02/14	Vigente

RICARDO MAGNUS OSORIO GALVÃO	340.597.848-34	Doutorado: Física de Plasmas Aplicada – Massachuchets Institute of Technology – MIT Mestrado: Engenharia Elétrica Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP Graduação: Engenharia de Telecomunicacões – Universidade Federal Fluminense – UFF	Livre-Docência em Física Experimental pela USP (1983). Tem experiência na área de Física, com ênfase em Física dos Fluídos, Física de Plasmas e Descargas Elétricas, atuando principalmente nos seguintes temas: física de tokamaks, ondas e instabilidades em plasmas, ondas de Alfven, transporte em plasmas termonucleares, descargas com elétrons fugitivos e aplicações tecnológicas de plasmas. É membro titular da ABC. Foi pesquisador do INPE e Diretor-Geral do CBPF.	Portaria MCTI no 180/14	13/02/14	Vigente
ALEXANDRE KALIL PIRES (suplente)	414.998.320-87	Mestrado: Planejamento e Gestão de Ciência e Tecnologia – PPGA/ UFRGS Especialização: Políticas Públicas e Gestão Governamental – ENAP Graduação: Administração de Empresas/ Público - UFRGS	Diretor do Departamento de Articulação e Inovação Institucional, Gerente de Projeto, Secretário de Gestão Adjunto, Coordenador Geral de Dimensionamento da Força de Trabalho e Assessor da Secretaria Executiva (SEGEP/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).	Portaria MCTI no 180/14	13/02/14	30/09/2015
LUIZ CAMARGO DE MIRANDA	115.491.368-60	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	Representante da Secretaria de Gestão Pública, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.	Portaria MCTI no 180/14	13/02/14	30/09/2015
MARCELO DOUGLAS DE FIGUEIREDO TORRES (suplente)	540.380.496-04	Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e Bacharel em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental desde 1997. Atualmente é Coordenador-Geral de Gestão por Resultados do Departamento de Desenvolvimento e Desempenho Institucional do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Trabalhou na Assessoria da Presidência da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP em Brasília/DF. Possui Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental na Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.	Portaria MCTI nº 827/2015	30/09/2015	Vigente

LILIA SOARES RAMOS FERREIRA	309.846.531-04	Tem Licenciatura em Pedagogia pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal – AEUDF e MBA em Gestão da Qualidade em Serviços pela Fundação Getúlio Vargas	Técnica em Assuntos Educacionais da Secretária de Gestão Pública – SEGEP do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e já atua como membro de 02 (dois) Comitês de Avaliação: Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada – IMPA e Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP. Foi coordenadora do Projeto Carta ao Cidadão – Programa Gespública – Departamento de Programas de Gestão do MPOG..	Portaria MCTI nº 827/2015	30/09/2015	Vigente
MARIA FATIMA GROSSI DE SÁ	151.364.691-53	Bacharel em Ciências Biológicas - modalidade biomedicina pela Universidade de Brasília (1979), mestrado em Ciências Biológicas (Biologia Molecular) pela Universidade de Brasília (1982), doutorado (Doctorat Es Sciences) em Biologia Molecular pela Université Paris VII - França (1987), e pós-doutorado na Plant Genetic System-Ghent-Belgium (1988) e na University of California of San Diego (1995-1996).	Atualmente, é pesquisadora Líder de Grupo de Pesquisas do EMBRAPA Recursos Genéticos e Biotecnologia (desde 1989) e professora da Universidade Católica de Brasília (desde 2004). É bolsista de produtividade do CNPq (nível 1A), Membro do Comitê Assessor Internacional da CAPES (desde 2007), membro titular (Ciências Agrárias) da Academia Brasileira de Ciências (eleita em 2011) e membro da World Academy of Science -TWAS (eleita em 2014). Foi presidente da Sociedade Brasileira de Biotecnologia- SBBIOTEC (2008-2013). Entre outros Prêmios, recebeu o Prêmio Scopus 2010 (Elsevier/Capes) e exerceu as funções de Coordenador da Área de Biotecnologia da CAPES e Membro Suplente do CTC-ES (2007-2014). Foi presidente da Sociedade Brasileira de Biotecnologia- SBBIOTEC (2008-2013) Tem experiência na área de Biologia molecular, com ênfase em Engenharia genética vegetal e Biologia molecular de plantas, atuando nos temas: proteinas de defesa vegetal (inibidores de proteinases, inibidores de alfa-amilases, lectinas, defensinas, osmotinas), proteínas inseticidas, interação molecular planta-praga, Desenvolvimento de Plantas GM para resistência a estresse biótico e tolerância a estresse abiótico e Desenvolvimento de biofármacos.	Portaria MCTI nº 386/2015	12/06/2015	Vigente

Fonte: MCTI/CGOS, Plataforma Lattes.

Relação dos membros da Comissão de Avaliação – EMBRAPII

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPII
CNPJ	18.234.613/0001-59
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação	

Nome	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
ADALBERTO FAZZIO	098.449.371-91	Doutorado: Física – Universidade de São Paulo – USP. Mestrado: Física – Universidade de Brasília – UnB.	Foi pesquisador visitante no National Renewable Energy Laboratory (EUA) e no Fritz-Häber-Institut (Berlim, Alemanha). Como docente, tem ministrado várias disciplinas, tais como: Estado Sólido, Física Molecular, Teoria de Grupos e Semicondutores. É pesquisador I-A do CNPq. Sua área de atuação sempre esteve voltada para a Física da Matéria Condensada, dirigida primordialmente no entendimento de propriedades estruturais e eletrônicas de sólidos e aglomerados moleculares. Entretanto, recentemente, seu campo de trabalho foi expandido para a pesquisa em Simulação Computacional em Materiais, com enfoque em materiais nanoestruturados.	Portaria MCTI Nº 262/2014	14/03/2014	16/11/2015
DAVID KUPFER	483.325.427-15	Doutorado: Economia – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Mestrado: Economia da Industria e da Tecnologia – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.	É Professor Associado do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde também coordena o grupo de pesquisa em Indústria e Competitividade (GIC-IE/UFRJ) e Editor da Revista de Economia Contemporânea. Atualmente, encontra-se cedido ao BNDES onde é Assessor da Presidência. Tem experiência na área de Economia, Economia Industrial, atuando principalmente nos seguintes temas: Competitividade, Política Industrial, Indústria Brasileira, Estratégias Empresariais e Padrões de Desenvolvimento Econômico.	Portaria MCTI Nº 262/2014	14/03/2014	Vigente
FRANCILENE PROCOPIO GARCIA	305.246.523-68	Doutorado: Engenharia Elétrica pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrado: Ciência da Computação – Universidade Federal da Paraíba Graduação: Ciências da Computação – Universidade Federal da Paraíba	Pesquisadora visitante no período de 1996 a 1999 na Tsinghua University, Beijing, China. Atua como professora/pesquisadora da Universidade Federal de Campina Grande desde 1989. Atualmente desenvolve atividades junto à Fundação Parque Tecnológico da Paraíba - Diretora Geral, junto ao Governo do Estado da Paraíba - Secretária Executiva de CT&I e cumpre mandato como Presidente da ANPROTEC. Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Processos de Desenvolvimento de Produtos de Software, atuando principalmente nos seguintes temas: engenharia de software, internacionalização de produtos e serviços de software, e sistemas de apoio à decisão. Atua ainda na gestão de programas de CT&I, com ênfase em: gestão do impacto da TI em APLs, planejamento e gestão de empreendimentos inovadores, e planejamento e avaliação de políticas públicas em CT&I.	Portaria MCTI Nº 262/2014	14/03/2014	16/11/2015

GUILHERME MARCO DE LIMA	030.729.359-98	Graduação: Engenharia Sanitária – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.	Tem experiência na área de Engenharia Sanitária, com ênfase em Saneamento Ambiental.	Portaria MCTI Nº 262/2014	14/03/2014	Vigente
JORGE MARIO CAMPAGNOLO	311.320.300-72	Doutorado: Engenharia Elétrica – COPPE-UFRJ. Mestrado: Engenharia Elétrica – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Graduação: Engenharia Elétrica – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.	Possui graduação em Engenharia Elétrica pela UFRGS (1979), mestrado em Engenharia Elétrica pela UFSC (1984) e doutorado em Engenharia Elétrica pela COPPE-UFRJ (1994). Atualmente é Prof. Associado III da Universidade Federal de Santa Catarina com atuação na graduação e pós-graduação. Pesquisador na área de Planejamento e Operação de Sistemas de Elétricos de Potência, Conservação de Energia e Computação de Alto Desempenho Aplicada à Engenharia Elétrica. Atuação na gestão da pesquisa. Foi diretor de Pesquisa da UFSC por oito anos. Atuação no Conselho Superior da FAPESC por oito anos. Atuação nas relações universidade-empresa. Representante da UFSC no Conselho Deliberativo do IEL - SC. Membro da Câmara de Assuntos de Energia do Sistema FIESC por três anos. Foi representante da UFSC no Conselho do Centro Empresarial de Tecnologias Avançadas - CELTA/CERTI por oito anos. Representante da UFSC no Conselho Científico do Sapiens Park. Coordenou a elaboração da legislação que normatiza o processo de incubação de empresas na UFSC. Vice-presidente do Comitê Gestor de Incubadoras da UFSC por três anos. Auxiliou na implantação do Departamento de Inovação Tecnológica (DIT) da UFSC. Consultor do DIT/UFSC para registro de novas patentes. Coordenou a elaboração da legislação que normatiza as relações da UFSC com suas fundações de apoio. Coordenou por oito anos os projetos de implantação de infraestrutura de pesquisa na UFSC. Coordenou a implantação do Laboratório Central de Microscopia Eletrônica e do Laboratório Central de Biologia Molecular Estrutural da UFSC. Coordenou a elaboração da legislação que normatiza a utilização de recursos de renúncia fiscal em projetos de pesquisa na UFSC. Palestrante nos assuntos: engenharia elétrica, curso e atuação profissional; ciência, tecnologia e inovação, fontes de financiamento; renúncia fiscal. Atualmente é coordenador geral de serviços tecnológicos da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCTI.	Portaria MCTI Nº 262/2014	14/03/2014	Vigente

MARGARIDA AFONSO COSTA BAPTISTA	053.811.278-63	Mestrado e Doutorado: Economia – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Graduação: Ciências Econômicas	Banco Mundial e Associações empresariais nas áreas de economia e política industrial e tecnologia. Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, Clearing da BOVESPA.	Portaria MCTI Nº 262/2014	14/03/2014	Vigente
LUCIANO DE OLIVEIRA TOLEDO		Doutorado: Agronomia – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ Mestrado: Ciências Ambientais e Florestais – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ Graduação: Engenharia Florestal – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ	Luciano de Oliveira Toledo graduou-se em Engenharia Florestal (2000), concluiu o mestrado em Ciências Ambientais e Florestais (Conservação da Natureza, 2003) e o doutorado em Agronomia (Ciência do Solo, 2007), todos pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. É professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Campus Santa Teresa. Atuou como Pró-reitor de Pesquisa e Inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília entre 2011 e 2012. No Ministério da Educação exerceu cargos de Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão, Coordenador-Geral de Desenvolvimento de Pessoas e de Chefe de Gabinete na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - SETEC/MEC (cedido). Concluiu o seu estágio pós-doutoral no Niagara College, ON, Canadá, onde estudou o modelo canadense de gestão da inovação. Tem experiência na área de Recursos Florestais e Engenharia Florestal, com ênfase em Produção Florestal Sustentável e Conservação de Áreas Silvestres, atuando principalmente nos seguintes temas: composição e estrutura em florestas tropicais, capacidade de suporte de ecossistemas florestais, sustentabilidade de florestas plantadas, ciclagem de nutrientes, solos florestais e etnoecologia. Recentemente tem adquirido experiência em gestão pública e gestão da inovação.	Portaria MCTI No 1.400/2014	24/12/14	Vigente
REGINA LUNA SANTOS DE SOUZA	418.037.011-53	Doutorado: Comunicação –Universidade de Brasília – UnB Mestrado: Ciência Política – Universidade de Brasília – UnB Graduação: Relações Internacionais –	Desde 1996, faz parte da Carreira de EPPGG. Foi professora substituta na UnB, Departamento de Relações Internacionais e Ciência Política. Atualmente, exerce o magistério, como professora do Ensino Superior do Instituto Superior Fátima. É, também, tutora a distância em curso de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) em Gestão Pública, desenvolvido em parceria entre a Universidade Aberta do Brasil e o Departamento de Administração da UnB. Em atividades de Direção e Administração, atuou no Centro de Estudos Estratégicos, foi	Portaria MCTI Nº 262/2014	14/03/2014	06/10/2015

		Universidade de Brasília – UnB	Coordenadora de Estudos e Pesquisas - INEP/MEC, Coordenadora de Cursos na ENAP, Assistente no Programa Nacional de Informática na Educação, Diretora do Departamento de Análise e Monitoramento da Força de Trabalho no MP, Assessora Especial do MME, Assessora do Secretário-Executivo do MP. Atualmente, atua como Gerente de Projetos no Departamento de Articulação e Inovação Institucional da SEGEP/MP.			
ALEXANDRE KALIL PIRES	414.998.320-87	Mestrado: Planejamento e Gestão de Ciência e Tecnologia – PPGA/ UFRGS Especialização: Políticas Públicas e Gestão Governamental – ENAP Graduação: Administração de Empresas/ Público - UFRGS	Diretor do Departamento de Articulação e Inovação Institucional, Gerente de Projeto, Secretário de Gestão Adjunto, Coordenador Geral de Dimensionamento da Força de Trabalho e Assessor da Secretaria Executiva (SEGEP/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).	Portaria MCTI Nº 262/2014	14/03/2014	06/10/2015
MARCELO DOUGLAS DE FIGUEIREDO TORRES	540.380.496-04	Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e Bacharel em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental desde 1997. Atualmente é Coordenador-Geral de Gestão por Resultados do Departamento de Desenvolvimento e Desempenho Institucional do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Trabalhou na Assessoria da Presidência da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP em Brasília/DF. Possui Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental na Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.	Portaria MCTI nº 881/2015	06/10/2015	Vigente
LILIA SOARES RAMOS FERREIRA (suplente)	309.846.531-04	Tem Licenciatura em Pedagogia pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal – AEUDF e MBA em Gestão da Qualidade em Serviços pela Fundação Getúlio Vargas	Técnica em Assuntos Educacionais da Secretária de Gestão Pública – SEGEP do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e já atua como membro de 02 (dois) Comitês de Avaliação: Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada – IMPA e Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP. Foi coordenadora do Projeto Carta ao Cidadão – Programa Gespública – Departamento de Programas de Gestão do MPOG..	Portaria MCTI nº 881/2015	06/10/2015	Vigente

ABÍLIO AFONSO BAETA NEVES	097.419.090-04	Diretor-presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (Fapergs).	Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFRGS, secretário de Educação Superior do Ministério da Educação e presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)	Portaria MCTI nº 943/2015	16/11/2015	Vigente
FERNANDO GALEMBECK	004.132.758-68	Professor da Universidade Estadual de Campinas	Foi Professor Titular da Universidade Estadual de Campinas, aposentando-se em 2011 quando se tornou Professor onvidado. Diretor do Laboratório Nacional de Nanotecnologia, no Centro Nacional de Pesquisas em Energia e Materiais - CNPEM Exerceu funções dirigentes na Unicamp, MCTI, CNPq, ABC, SBQ, SBPC e SBMM, de assessoria e planejamento na Fapesp, MCTI, CNPq e Capes Participou da concepção, elaboração e implementação do PADCT, como coordenador do grupo de Química e Engenharia Química.	Portaria MCTI nº 943/2015	16/11/2015	Vigente

Fonte: CGOS/MCTI, Plataforma Lattes.

Relação dos membros da Comissão de Avaliação – IDSM

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM					
CNPJ	03.119.820/0001-95					
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação						
Nome	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
ARIANE LUNA PEIXOTO	298.179.607-06	Doutorado: Biologia Vegetal – Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP Mestrado: Ciências Biológicas (Botânica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	É professora titular aposentada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde lecionou junto ao Departamento de Botânica e foi Decana de Pesquisa e Pós-Graduação. No Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) foi coordenadora de pós-graduação, vice-diretora e diretora da Escola Nacional de Botânica Tropical. Atualmente é pesquisadora associada do JBRJ. Tem, como linhas de pesquisa, Morfologia e Sistemática Vegetal, concentradas principalmente nos seguintes temas:	Portaria MCTI Nº 173/2014	11/02/14	Vigente

		Graduação: História Natural – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	taxonomia de fanerógamos e flora do Brasil, especialmente com a família Monimiaceae, inventários florísticos, conservação e etnobotânica. Foi agraciada com a Ordem do Mérito Científico, na classe de Comendador, e oito espécies da flora brasileira foram denominadas em sua homenagem.			
CHARLES ROLAND CLEMENT	075. 64-802.97	Doutorado: Horticultura- University of Hawaii. Mestrado: Biologia com ênfase em genética – Universidade Costa Rica. Graduação: Biologia - University of Connecticut	Atualmente é pesquisador titular do INPA e professor colaborador da UFAM e da UFSC. Tem experiência na área de Genética, com ênfase em Recursos Genéticos, atuando principalmente nos seguintes temas: Pupunha (Bactris gasipaes), origem e domesticação de cultivos amazônicos, ecologia histórica, recursos genéticos amazônicos e fruteiras amazônicas.	Portaria MCTI Nº 173/2014	11/02/14	Vigente
NELSON MOURA BRASIL DO AMARAL SOBRINHO	509.422.127-20	Doutorado: Agronomia (solos e nutrição de plantas) - Universidade Federal de Viçosa – UFV Mestrado: Agronomia (Ciências do Solo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ Graduação:Aagronomia – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	Professor Titular do Departamento de Solos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Atualmente, é Coordenador da Área de Ciências Agrárias da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), ex membro do Comitê Assessor de Agronomia do CNPq (até 12/2010), membro do Comitê Assessor Externo da Embrapa Solos, membro da comissão de acompanhamento de projetos financiados pela AECID junto a Universidade Estatal de Bolívar, Guaranda-Equador e ex Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Agronomia Ciência do Solo da UFRRJ . Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Poluição do Solo, atuando principalmente nos seguintes temas: metais pesados, resíduos industriais, contaminação ambiental por metais pesados, remediação de áreas contaminadas e fitorremediação.	Portaria MCTI Nº 173/2014	11/02/14	Vigente
REGINA LUNA SANTOS DE SOUZA	418.037.011-53	Doutorado: comunicação – Universidade de Brasília – UnB Mestrado: ciência política – Universidade de Brasília – UnB Graduação: relações internacionais –	Desde 1996, faz parte da Carreira de EPPGG. Foi professora substituta na UnB, Departamento de Relações Internacionais e Ciência Política. Atualmente, exerce o magistério, como professora do Ensino Superior do Instituto Superior Fátima. É, também, tutora a distância em curso de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) em Gestão Pública, desenvolvido em parceria entre a Universidade Aberta do Brasil e o Departamento de Administração da UnB. Em atividades	Portaria MCTI Nº 173/2014	11/02/14	30/09/2015

		Universidade de Brasília – UnB	de Direção e Administração, atuou no Centro de Estudos Estratégicos, foi Coordenadora de Estudos e Pesquisas - INEP/MEC, Coordenadora de Cursos na ENAP, Assistente no Programa Nacional de Informática na Educação, Diretora do Departamento de Análise e Monitoramento da Força de Trabalho no MP, Assessora Especial do MME, Assessora do Secretário-Executivo do MP. Atualmente, atua como Gerente de Projetos no Departamento de Articulação e Inovação Institucional da SEGEP/MP.			
SONIA SENA ALFAIA	068.572.132-91	Doutorado:Sciences Agronomiques – Institut National Polytechinique de Lorraine Mestrado: Agronomia pela Universidade Federal de Lavras – UFLA Graduação: agronomia – universidade Federal do Amazonas – UFAM	Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em manejo e conservação de solos tropicais, atuando principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar, sistemas agroflorestais, agricultura indígena e agroecologia. É pesquisadora titular do INPA, professora dos cursos de pós-graduação do INPA em Agricultura no Trópico Úmido e Ciências de Florestas Tropicais, onde coordena as disciplinas "Características e Manejo de Solos Tropicais" e "Sistemas Agroflorestais". Atualmente ocupa o cargo de Secretária Executiva Adjunta de Planejamento e Projetos da Secretaria de Estado da Produção Rural do Estado do Amazonas/SEPROR, onde é responsável pela elaboração e coordenação de inúmeros projetos de desenvolvimento para o interior do estado.	Portaria MCTI Nº 173/2014	11/02/14	Vigente
ALEXANDRE KALIL PIRES (suplente)	414.998.320-87	Mestrado: Planejamento e Gestão de Ciência e Tecnologia – PPGA/ UFRGS Especialização: Políticas Públicas e Gestão Governamental – ENAP Graduação: Administração de Empresas/ Público - UFRGS	Diretor do Departamento de Articulação e Inovação Institucional, Gerente de Projeto, Secretário de Gestão Adjunto, Coordenador Geral de Dimensionamento da Força de Trabalho e Assessor da Secretaria Executiva (SEGEP/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).	Portaria MCTI Nº 173/2014	11/02/14	30/09/2015
ANA LÚCIA DELGADO ASSAD	185.188.181-68	Doutorado: Política Científica e Tecnológica –	Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Brasília (1980) e doutorado em Política Científica e Tecnológica pela Universidade	Portaria MCTI Nº 173/2014	11/02/14	Vigente

		Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP Graduação: Ciências Econômicas – Universidade Católica de Brasília	Estadual de Campinas (2000). Coordenou a área de Biotecnologia e Saúde do Ministério da Ciência e Tecnologia nos períodos de 1991 a 1996 e de 2000 a julho de 2004. Foi Coordenadora Geral de Cooperação Nacional da Diretoria de Cooperação Institucional do CNPq, de 2009 a fevereiro de 2012. É professora convidada do curso de Mestrado e Doutorado em Biotecnologia da Universidade Federal do Amazonas. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia da Inovação, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas, biotecnologia, biodiversidade, gestão de projetos e política de ciência e tecnologia. É analista de Ciência e Tecnologia do CNPq. Participa de Comissões e Comitês de avaliação institucional e de projetos relacionados a biotecnologia, uso da biodiversidade, fitoterápicos, gestão da inovação.			
MARCELO DOUGLAS DE FIGUEIREDO TORRES	540.380.496-04	Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e Bacharel em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental desde 1997. Atualmente é Coordenador-Geral de Gestão por Resultados do Departamento de Desenvolvimento e Desempenho Institucional do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Trabalhou na Assessoria da Presidência da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP em Brasília/DF. Possui Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental na Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.	Portaria MCTI nº 832/2015	30/09/2015	Vigente
LILIA SOARES RAMOS FERREIRA (suplente)	309.846.531-04	Tem Licenciatura em Pedagogia pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal – AEUDF e MBA em Gestão da Qualidade em Serviços pela Fundação Getúlio Vargas	Técnica em Assuntos Educacionais da Secretária de Gestão Pública – SEGEP do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e já atua como membro de 02 (dois) Comitês de Avaliação: Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada – IMPA e Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP. Foi coordenadora do Projeto Carta ao Cidadão – Programa Gespública – Departamento de Programas de Gestão do MPOG..	Portaria MCTI nº 832/2015	30/09/2015	Vigente

Fonte: MCTI/CGOS, Platorma Lattes.

Relação dos membros da Comissão de Avaliação – IMPA

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA					
CNPJ	03.447.568/0001-43					
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação						
Nome	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
ROBERTO RIBEIRO PATERLINI	350.766.317-15	Doutorado: Matemática – Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA Mestrado: Matemática – Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA Graduação: Matemática – Universidade Estadual de São Paulo – UNESP	Atualmente é professor associado da UFSCar e atua na graduação e na pós-graduação. Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Ensino da Matemática, Teoria dos Números e Geometria Elementar, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino da matemática através de problemas, metodologia investigação, história da matemática, divulgação da matemática.	Portaria MCTI Nº 1092/2013	21/10/2013	11/06/2015
NELSON DELFINO D'ÁVILA MASCARENHAS	075.040.124-914	Doutorado: Engenharia Elétrica - University of Southern California. Mestrado: Engenharia Eletrônica – Instituto Tecnológica da Aeronáutica – ITA. Graduação: Engenharia Eletrônica Instituto Tecnológica da Aeronáutica – ITA.	Foi Professor Adjunto do ITA e Pesquisador Titular do INPE, onde foi Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Computação Aplicada de dezembro de 1981 a setembro de 1983 e o primeiro Chefe do Departamento (atualmente Divisão) de Processamento de Imagens de setembro de 1984 a agosto de 1985. Atualmente é Professor Associado III da UFSCar, e Orientador de Pós-Graduação da USP, Campus de São Carlos. Foi Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação da UFSCar de maio de 1997 a abril de 1999, Foi Membro do Comitê de Assessoramento em Ciência da Computação do CNPq (mandato de setembro de 2003 a agosto de 2006). Recebeu o PACIS (Pan American Association of Computational Interdisciplinary Sciences) Scientific Computing Prize 2010. Atualmente, é Associate Editor de IEEE Geoscience and Remote Sensing Letters e Journal of the Brazilian Computer Society. Tem experiência na área de Ciência da Computação e Engenharia Elétrica, com ênfase em Processamento Gráfico (Graphics), atuando principalmente nos	Portaria MCTI Nº 1092/2013	21/10/2013	11/06/2015

			seguintes temas: Processamento Digital de Imagens e Reconhecimento de Padrões.			
LÍLIA SOARES RAMOS FERREIRA (suplente)	309.846.531-04	Tem Licenciatura em Pedagogia pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal – AEUDF e MBA em Gestão da Qualidade em Serviços pela Fundação Getúlio Vargas	Técnica em Assuntos Educacionais da Secretária de Gestão Pública – SEGEP do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e já atua como membro de 02 (dois) Comitês de Avaliação: Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada – IMPA e Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP. Foi coordenadora do Projeto Carta ao Cidadão – Programa Gespública – Departamento de Programas de Gestão do MPOG..	Portaria MCTI Nº 1092/2013	21/10/2013	Vigente
MÁRCIO GOMES SOARES	200.008.806-63	Doutorado: Matemática – University of Liverpool - Inglaterra Mestrado: Matemática – Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG Graduação: Matemática – Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	É professor titular da UFMG desde 1991, Presidente da Sociedade Brasileira de Matemática de 1993 a 1997, reviewer - American Mathematical Society, consultor ad-hoc do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, consultor ad-hoc da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, representante da área de Matemática/Probabilidade e Estatística da CAPES pelo trienio 2005/2007, membro do Conselho Técnico Científico da CAPES pelo triênio 2005/2007, coordenador adjunto da área de Matemática/Probabilidade e Estatística junto à CAPES, triênio 2007-2010; membro do CA-Matemática CNPq, triênio 2010-2013; membro do conselho científico - Union Matematica de America Latina y Caribe 2009/2012, consultor ad-hoc do Ministério da Ciência e Tecnologia, membro da Câmara de Ciências Exatas e dos Materiais da FAPEMIG pelo biênio 2006/2007, consultor da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Teoria das Singularidades e Aspectos Geométricos de Folheações Holomorfas. Membro titular da Academia Brasileira de Ciências (2000) e da TWAS (2011). Orientador da tese agraciada com o Prêmio Capes de Tese 2011 na área de	Portaria MCTI Nº 1.092/2013	21/10/13	Vigente

			Matemática/Probabilidade e Estatística. Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico, Presidência da República (2002). Prêmio FUNDEP-UFMG na área de Ciências Exatas e da Terra (2005). Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico, Presidência da República (2010). Medalha da Inconfidência, Governo de Minas Gerais (2012).			
NÉLSON MACULAN FILHO	245.720.987-00	Doutorado: Engenharia de Produção – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ Mestrado: Matemática Estatística – Universite de Paris VI Graduação: Engenharia de Minas e Metalurgia – Universidade Federal de Ouro preto - OFOP	É livre docente da UFRJ desde 1988. Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Matemática da Computação, atuando principalmente nos seguintes temas: otimização combinatória, programação inteira, programação linear, geração de colunas e otimização global.	Portaria MCTI Nº 1.092/2013	21/10/13	Vigente
SHEILA MARIA REIS RIBEIRO	237.142.983-04	Mestrado: Sociologia – Universidade de Brasília - UnB Especialização: População e Desenvolvimento Econômico - Programa Global ELADE/ CEPAL das Nações Unidas, Chile. Graduação: Bacharelado em Filosofia e Licenciatura em Serviço Social – Universidade de Brasília – UnB	É servidora pública federal e exerce atividades técnicas na concepção de novas metodologias de gestão pública, na SEGEP/MP.	Portaria MCTI Nº 1092/2013	21/10/2013	Vigente
YUAN JIN YUN	016.740.337-02	Doutorado: Matemática Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA Graduação: Matematica - Nanjing Institute of Technology.	Atualmente é professor titular da UFPR, editor associado da Applied Mathematics and Computation, editor do Computational and Applied Mathematics, membro de corpo editorial de Journal of Applied Mathematics, Americal Journal of Computational Mathematics, Matemática Universitária, coordenador do projeto de	Portaria MCTI Nº 1092/2013	21/10/2013	Vigente

			pesquisa da Companhia Paranaense de Energia desde 2000, coordenador regional da OBMEP, consultor e secretário regional da Sociedade Brasileira de Matemática. Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Matemática, atuando principalmente nos seguintes temas: convergence, least squares problems, preconditioned conjugate gradient method, generalized least squares problems e moment method, análise numérica, matemática industrial. Foi vice-presidente da Sociedade Brasileira de Matemática Aplicada e Computacional em 2008-2010. Atual diretor do Instituto de Matemática Industrial - FIEP/UFPR, membro da ABC, Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico.			
LUIZ EDUARDO RODRIGUES ALVES	351.954.281-15	Mestra do: Administração – Políticas e Estratégias Empresariais – Universidade de Brasília – UnB Graduação: Administração de Empresas – Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal – AEUDF Especialização Analises de Sistemas	É servidor público federal (especialista em políticas públicas e gestão governamental) e representante do Ministério da Educação.	Portaria MCTI nº 928/2015	05/11/2015	Vigente
JAQUELINE RIBEIRO SILVA	699.452.921-53	Graduação: Comunicação Social, com habilitação em jornalismo – Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB	Representante do Ministério da Educação.	Portaria MCTI nº 928/2015	05/11/2015	Vigente
ALBERTO HENRIQUE FRADE LAENDER	144.029.126-87	Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais (1974), mestre em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Minas Gerais (1979) e doutor em Computação pela	Em 1997 foi pesquisador visitante no HP Labs em Palo Alto, Califórnia. Atualmente é Professor Titular do Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais, onde coordena o LBD - Laboratório de Bancos de Dados. Na UFMG, foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação (1987-1989, 1993-1996), membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (2002-2005,	Portaria MCTI nº 387/2015	11/06/2015	Vigente

		University of East Anglia, Inglaterra (1984).	2010-2013) e chefe do Departamento de Ciência da Computação (2005-2006). Foi membro do Comitê Assessor de Ciência da Computação do CNPq em três oportunidades (1989-1990, 2003-2006, 2009-2012), tendo exercido a sua coordenação de setembro de 2010 a novembro de 2012. Foi também membro da Câmara de Assessoramento de Ciências Exatas e da Terra da FAPEMIG (1998-2000) e da Comissão de Avaliação Trienal da Área de Ciência da Computação da CAPES em 2007, 2010 e 2013. Desde 2008, vem atuando como assessor da Coordenação da Área de Ciência da Computação da CAPES. Foi um dos criadores do Journal of Information and Data Management, publicação oficial da Comissão Especial de Bancos de Dados da SBC, e o seu primeiro Editor-Chefe. É membro do corpo editorial do Journal of Computing Science and Engineering editado pelo Korean Institute of Information Scientists and Engineers e da Revista de Informática Teórica e Aplicada editada pelo Instituto de Informática da UFRGS. Tem atuado também como membro do comitê de programa de importantes conferências internacionais nas áreas de bancos de dados, bibliotecas digitais e Web, sendo atualmente membro do Steering Committee da International Conference on Conceptual Modeling (ER), da ACM International Conference on Information and Knowledge Management (CIKM) e do Alberto Mendelzon International Workshop on Foundations on Data Management (AMW). Serviu ainda como membro do ACM SIGMOD Advisory Board (2005-2010) e do ACM SIGMOD Jim Gray Doctoral Dissertation Award Committee (2008-2011). É sócio-fundador da Sociedade Brasileira de Computação. Em 2010 foi eleito Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências e agraciado com a Ordem Nacional do Mérito Científico na classe Comendador. Além de sua atuação acadêmica, possui experiência como empreendedor, sendo sócio-fundador e membro do Conselho de Tecnologia da Zunnit Technologies, empresa especializada em sistemas de recomendação. Foi também um dos fundadores da Akwan Information Technologies, empresa de			

			tecnologia de busca na Web adquirida pela Google Inc. em julho de 2005. Suas principais áreas de atuação são bancos de dados, gerência de dados da Web, bibliotecas digitais e sistemas de informação para a Web.			
JOSÉ DAVID MANGABEIRA VIANNA	102.263.461-53	Possui graduação em Fisica pela Universidade de São Paulo (1966), mestrado em Física pela Universidade de Brasília(1969), doutorado em Física pela Université de Genève(1973) e pós-doutorado pela Université de Genève(1973).	Atualmente é Pesquisador Associado da Universidade de Brasília e professor titular da Universidade Federal da Bahia. Tem experiência na área de Física, com ênfase em Física Atômica e Molecular.	Portaria MCTI nº 387/2015	11/06/2015	Vigente

Fonte: MCTI/CGOS, Plataforma Lattes.

Relação dos membros da Comissão de Avaliação – RNP

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP					
CNPJ	05.508.097/0001-36					
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação						
Nome	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
ANTÔNIO JORGE GOMES ABELÉM	306.235.022-91	Doutorado: Informática – Pontifícia Universidade Católica do Rio de janeiro – PUC-RJ Mestrado: Engenharia Elétrica – Pontifícia Universidade Católica do Rio de janeiro – PUC-RJ Graduação: Engenharia Elétrica – Universidade Federal do Pará - UFPA	É professor efetivo, nível associado, da UFPA. Faz parte do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação desta instituição desde a criação do mesmo. Ocupou o cargo de Diretor do Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação (CTIC) da UFPA no período de janeiro de 2007 a julho de 2010. Atualmente ocupa o cargo de diretor do Parque de Ciência e Tecnologia Guamá, parceria da UFPA com o Governo do Estado. É membro do corpo editorial da Revista Brasileira de Redes de Computadores e Sistemas Distribuídos, que é publicação conjunta do LARC (Laboratório Nacional de Redes de Computadores) e da SBC. Atua como membro do comitê do programa e revisor de conferências, workshops e periódicos nacionais e	Portaria MCTI Nº 1233/2013	29/11/13	Vigente

			internacionais. É membro do IEEE, da SBC e representante da UFPA junto ao LARC. Atuou como membro do corpo editorial da Revista Horizontes da SBC no período de dezembro/2008 a dezembro/2011 e como coordenador da Comissão Especial de Redes de Computadores e Sistemas Distribuídos da Sociedade Brasileira de Computação (SBC) e representante da SBC no Conselho de Administração da RNP no período de março/2007 a março/2009. Coordena um grupo de pesquisa em redes de computadores e comunicação multimídia – GERCOM -, a partir do qual coordena e participa de diversos projetos de pesquisa de âmbito regional, nacional e internacional. Foi um dos mentores e coordenador técnico do projeto da Rede Metropolitana de Belém (MetroBel). Atua na área de Ciência da Computação, com ênfase em Redes de Computadores, atuando principalmente nos seguintes temas: internet do futuro, redes ópticas, redes sem fio ad-hoc, comunicação multicast, arquitetura TCP/IP, Qualidade de Serviço (QoS), qualidade de experiência (QoE) e segurança.			
EDMUNDO ALBUQUERQUE DE SOUZA E SILVA	442.649.767-15	Pós-doutorado: Watson Research Center (1985) e pela University Of California Los Angeles Doutorado: Ciência da Computação – University of California Los Angeles Mestrado: Engenharia Elétrica – Pontifícia Universidade Católica do Rio de janeiro – PUC-RJ Graduação: Engenharia Elétrica – Pontifícia Universidade Católica do Rio de janeiro – PUC-RJ	Atualmente é professor titular da UFRJ. Membro de corpo editorial da Journal of Internet Services and Applications e Membro de corpo editorial da Journal of the Brazilian Computer Society (Impresso). Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Sistemas de Computação. Atuando principalmente nos seguintes temas: Availability, Confiabilidade, Desempenho, Performance, Queueing Networks e Reliability.	Portaria MCTI Nº 1233/2013	29/11/2013	Vigente
FLÁVIO RECH WAGNER	221.074.010-04	Doutorado: Informática – Universidade de Kaiserslautern, Alemanha.	Atualmente é Professor Titular do Instituto de Informática da UFRGS, ocupando o cargo de Diretor do Parque Científico e Tecnológico daquela Universidade. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Computação e ocupou	Portaria MCTI Nº 1233/2013	29/11/13	Vigente

		Mestrado: Ciência da Computação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS Graduação: Engenharia Elétrica computação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.	diversas outras funções em sua diretoria. Foi membro do comitê da área de Computação na CAPES e, por dois mandatos, do comitê assessor de Ciência da Computação no CNPq. Desde 2008 é conselheiro titular do Comitê Gestor da Internet - CGI.br. Foi coordenador do Grupo de Trabalho 10.5 da IFIP - International Federation for Information Processing, entre 2001 e 2007. Desenvolve pesquisa na área de Engenharia da Computação, atuando principalmente no projeto de hardware e software de sistemas eletrônicos embarcados.			
LÍLIA SOARES RAMOS FERREIRA (suplente)	309.846.531-04		É servidora pública e representante da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.	Portaria MCTI No 1233/2013	29/11/13	Vigente
MARCELO ANDRÉ DE BARROS OLIVEIRA	667.928.947-53	Mestrado: Ciências do Comportamento – Universidade de Brasília – UnB Graduação: Enegenharia Elétrica de Telecominucações – Faculdades Reunidas Nuno Lisboa	Tecnologista em Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação Possui experiência profissional nas áreas telefonia, sitio de antenas, chip, rede de dados, de controle de qualidade, avaliação de projetos de engenharia e acompanhamento e gestão publica. Desde 1983 suas experiências profissionais incluem estudos, pareceres e propostas de ações e programas de estímulo à pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológicas em empresas.	Portaria MCTI No 1.233/2013	29/11/13	Vigente
MARCELO KNÖRICH ZUFFO	016.740.337-02	Mestrado e Doutorado: Engenharia Elétrica – Universidade de São Paulo – USP Graduação: Engenharia Elétrica – Escola Politécnica – Universidade de São Paulo – USP	Engenheiro Eletricista pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1989), mestre em Engenharia Elétrica (1993), doutor em Engenharia Elétrica (1997) e livre-docência na especialidade Meios Eletrônicos Interativos pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (2001). É Professor Titular (2006) junto ao Departamento de Engenharia de Sistemas Eletrônicos da Escola Politécnica da USP. Tem atuado junto ao Laboratório de Sistemas Integráveis (LSI) coordenando pesquisas e desenvolvimentos na área de Meios Eletrônicos Interativos, com foco nos seguintes temas: engenharia de meios interativos, saúde digital, computação de alto desempenho, realidade virtual, computação gráfica, e visualização. Em 2001 desenvolveu o primeiro sistema de realidade virtual totalmente imersivo no Brasil denominada CAVERNA Digital. É coordenador da rede de telemedicina onconet. É coordenador científico do LEA (Laboratório de Ensaios e	Portaria MCTI Nº 1233/2013	29/11/13	Vigente

			Auditoria) da ICP Brasil. Tem participado ativamente na definição do Sistema Brasileiro de TV digital SBTVD. Foi agraciado com o Prêmio Personalidade em Inovação Tecnológica pelo Sindicato de Engenheiros do Estado de São Paulo em 2006. Foi agraciado com a Medalha Mérito Tamandaré pela Marinha Brasileira em 2008 e Medalha da Vitória pelo Ministério da Defesa em 2009. Faz parte do Fórum do Sistema Brasileiro de Televisão Digital desde 2007, compondo o Conselho Deliberativo e o Módulo Técnico, coordenando a norma de Segurança para TV Digital.			
SHEILA MARIA REIS RIBEIRO	237.142.983-04	Mestrado: Sociologia – Universidade de Brasília – UnB Especialização: População e Desenvolvimento Econômico - Programa Global ELADE/ CEPAL das Nações Unidas, Chile. Graduação: Bacharelado em Filosofia e Licenciatura em Serviço Social –UnB.	É servidora pública federal e exerce atividades técnicas na concepção de novas metodologias de gestão pública, na SEGEP/MP.	Portaria MCT Nº 1233/2013	29/11/13	Vigente
LUIZ EDUARDO RODRIGUES ALVES	351.954.281-15	Mestrado: Administração – Políticas e Estratégias Empresariais – Universidade de Brasília – UnB Graduação: Administração de Empresas – Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal – AEUDF Especialização Analises de Sistemas	É servidor público federal (especialista em políticas públicas e gestão governamental) e representante do Ministério da Educação.	Portaria MCT Nº 1245/2014	12/03/2014	Vigente
JAQUELINE RIBEIRO SILVA (suplente)	699.452.921-53	Graduação: Comunicação Social, com habilitação em jornalismo – Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB	Representante do Ministério da Educação.	Portaria MCT Nº 1245/2014	12/03/2014	Vigente

Fonte: MCTI/CGOS, Plataforma Lattes.

Conselho de Administração das Organizações Sociais

As Organizações Sociais são moldadas sob a ótica da gestão pública gerencial, e seu controle se embasa no suporte a estruturas de governança como conselhos, comissões e auditorias. Esse modelo foi instituído pela Lei 9.637/98 – Lei das OS – e, por força dela, cabe a este MCTI indicar para as Organizações Sociais que supervisiona nomes para compor esses colegiados que, por sua vez, exercem o controle social da instituição privada sem fins lucrativos.

Os Conselhos de Administração são conselhos diretores com previsão legal na Lei nº 9637/08, que contam com participação de membros indicados do poder público e da sociedade civil em faixas de porcentagem determinadas pelo normativo. Suas funções visam a estabelecer as grandes diretrizes da entidade a que fazem parte, bem como aprovar os contratos de gestão, programa de trabalhos e suas alterações (Termos Aditivos), os principais regulamentos (interno, compras, recursos humanos), fiscalizar, aprovar a prestação de contas (relatórios de Gestão), bem como constituir e destituir a diretoria da Organização Social. Esses Conselhos realizam reuniões regulares organizadas pela Diretoria-Geral das OS, onde seus membros deliberam apoiados por relatórios e pareceres da própria entidade da qual o Conselho faz parte, de auditorias externas e de suas organizações de origem.

Os membros indicados pelo MCTI têm o apoio técnico por meio de reuniões ou de notas e correspondências emitidas pela SCUP, que os atualizam com informações que servirão de subsídio para o seu posicionamento nas reuniões que participam. Dentre suas atribuições está a de aprovar o plano para a Auditora Externa contratada pela OS. Em normativos internos - Portaria MCTI nº 967/2011 e alterações - são reguladas as atribuições da participação dos representantes do poder público indicados pelo MCTI nesses Conselhos. Em 2015, avançou-se na elaboração de um manual que dê subsídios à atuação dos conselheiros apontados pelo Poder Público e, no início de 2016, tal peça já se encontrava em revisão na Secretaria-Executiva do MCTI.

As auditorias externas também cumprem as disposições estabelecidas na Lei nº 9637/98; seu plano é proposto pela direção da OS e aprovado pelo Conselho de Administração; visam a investigar e apurar a regularidade das contas apresentando um relatório de auditoria ao Conselho de Administração da entidade, documento que compõe a prestação de Contas do Contrato de Gestão a este MCTI e subsidia a tomada de decisão dos Conselhos sobre as contas anuais das OSs. Em 2015, visando a atender recomendação do Controle Interno, a fim de aprimorar a estrutura de governança das OS, o MCTI previu um escopo mínimo de análise a ser verificado no trabalho da auditoria externa (art. 34 da Portaria nº 1123/2015, que alterou a Portaria n.º 967/2011).

Comissão de Coordenação do Programa de Capacitação Institucional - PCI

Descrição:

O PCI é um programa do MCTI coordenado pela Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP, gerenciado pela Coordenação-Geral das Unidades de Pesquisa - CGUP e operacionalizado pelo CNPq, com recursos do orçamento de bolsas de fomento tecnológico.

O PCI apoiará projetos nos Subprogramas de Capacitação Institucional desenvolvidos nas Unidades de Pesquisa subordinadas, vinculadas e supervisionadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, envolvendo tanto a participação de técnicos pertencentes aos seus quadros, quanto de especialistas externos necessários à condução e execução de projetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico , além de estudantes universitários, de ensino médio e de curso profissionalizante.

Legislação:

Portaria nº 745, de 22/09/2011 (Aprova o Documento Básico do Programa de Capacitação Institucional do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - PCI/MCTI, de acordo com a Resolução Normativa

nº 27, de 21 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, que estabelece normas gerais e específicas para as Bolsas do Programa de Capacitação Institucional - PCI do MCTI/CNPq).

Competências:

I - estabelecer a estratégia do Programa;

II - propor ao Secretário-Executivo do MCTI o orçamento anual para o Programa;

III - aprovar os subprogramas propostos pelas Unidades;

IV - aprovar as cotas e respectivos tetos máximos mensais de bolsas para as Unidades;

V - apreciar e aprovar os relatórios de desenvolvimento do Programa;

VI - aprovar modificações nos documentos normativos do Programa; e

VII - resolver casos omissos nos Documentos Normativos.

Comissão de Enquadramento do Programa de Capacitação Institucional - PCI

Descrição:

A Comissão tem por finalidade analisar as solicitações de bolsas de fomento tecnológico e extensão inovadora, efetuando o enquadramento de acordo com os níveis estabelecidos em ato normativo. As bolsas do PCI, exclusivas deste programa, são destinadas à formação e capacitação de recursos humanos e à agregação de especialistas, que contribuam para a execução de projetos de pesquisa ou de desenvolvimento tecnológico.

Legislação:

Portaria nº 745, de 22/09/2011 (Aprova o Documento Básico do Programa de Capacitação Institucional do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - PCI/MCTI, de acordo com a Resolução Normativa nº 27, de 21 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, que estabelece normas gerais e específicas para as Bolsas do Programa de Capacitação Institucional - PCI do MCTI/CNPq).

Competências:

I - analisar as propostas de bolsistas apresentadas pelas Unidades e seu enquadramento dentro das modalidades previstas em regulamento; e

II - adotar as eventuais medidas corretivas às propostas formuladas pelas Unidades, visando ao fiel cumprimento das normas e instruções sobre o PCI e às determinações dos órgãos de controle interno e externo ao MCTI.

Comitê de Coordenação do Programa Entidades Associadas das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação:

Descrição:

O Programa Entidades Associadas das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação visa dinamizar o desenvolvimento científico e tecnológico no País.

Entidades Associadas são Institutos, Laboratórios, Centros, Núcleos ou Departamentos de instituições universitárias ou de pesquisa científica ou tecnológica, que desenvolvem programas de interesse estratégico para o País, para os quais a associação formal com uma ou mais Unidades de Pesquisa do MCTI seja de interesse mútuo e promova a consolidação de ações e projetos avançados de maior amplitude científica, tecnológica e de inovação.

A solicitação de credenciamento de Entidade Associada deverá ser apresentada ao MCTI pelo dirigente da Unidade de Pesquisa interessada, depois de estabelecidos acordo prévio e planejamento do programa de colaboração com a instituição proposta, este devidamente justificado e em sintonia com as linhas e programas estabelecidos nos eixos estratégicos pelo MCTI.

O credenciamento de Entidades Associadas será feito por portaria ministerial, atendendo a recomendação circunstanciada da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP, e com elas serão assinados convênios pelo MCTI, para realização de projetos ou atividades específicas com prazos definidos de execução, aprovados pelo Conselho Técnico-Científico da respectiva Unidade de Pesquisa e pela autoridade máxima da instituição que abriga a Entidade Associada proposta.

Legislação:

Portaria nº 510, de 12/08/2008 (Institui o Programa Entidades Associadas das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia, visando dinamizar o desenvolvimento científico e tecnológico no País).

Portaria nº 613, de 23/07/2009 (Disciplina a implementação e o funcionamento do Programa Entidades Associadas das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia).

Competências:

I - acompanhar e avaliar o alcance das metas de desempenho acordadas no Termo de Parceria;

II - avaliar a necessidade e propor ao PARCEIRO PÚBLICO e à OSCIP a renegociação do Termo de Parceria, se necessária, principalmente no que diz respeito a metas e indicadores; e

III - analisar e emitir parecer ao PARCEIRO PÚBLICO sobre os resultados atingidos e a oportunidade de renovação do Termo de Parceria ao fim do prazo de sua vigência.

5.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

O sistema de correição do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI encontra-se sob a responsabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, mais especificamente por sua Assessoria de Procedimentos Disciplinares – APDIS, sendo suas atividades regidas pelos normativos a seguir elencados:

- Decreto nº 5.480, de 30/06/2005, que dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, e dá outras providências (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D548-9.htm);
- Portaria CGU nº 1.043, de 24/07/2007, que estabelece a obrigatoriedade de uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD para o gerenciamento das informações sobre processos disciplinares no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal e dá outras providências (http://www10.dataprev.gov.br/sislex/paginas/63/CGU/2007/1043.htm);
- Portaria MCTI nº 111, de 07/03/2008, que trata da implementação da Política de Uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, no âmbito do MCTI (http://www.cgu.gov.br/Correicao/CguPad/arquivos/portaria_111_2008.pdf);
- Portaria MCTI nº 80, de 18/11/2009, que padroniza o fluxo dos procedimentos disciplinares, no âmbito da Administração Central do MCTI.

Em 2015, foi concluído o processo de implantação do arquivo próprio, recomendação feita pela Corregedoria-Geral da União - CGU em seu Relatório de Inspeção Correcional (Processo nº 00190.50220/2012-54), passando desde então a centralizar e controlar todos os procedimentos disciplinares instaurados no âmbito do Ministério.

Adicionalmente, a Unidade passou a contar com um terceiro servidor em sua força efetiva de trabalho e capacitou sete novos servidores em cursos presenciais e virtuais oferecidos tanto pela CGU como pela Advocacia-Geral da União – AGU, de forma assim a auxiliar o Ministério em suas demandas.

As informações pertinentes ao relatório da área de correição constam do item 17 desta prestação de contas.

5.4 Gestão de riscos e controles internos

5.4.1 Secretaria-Executiva – SEXEC/MCTI

Quadro – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					**X**
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			**X**		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				**X**	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				**X**	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				**X**	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				**X**	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				**X**	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				**X**	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					**X**
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					**X**
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		**X**			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		**X**			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		**X**			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		**X**			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		**X**			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				**X**	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					**X**
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					**X**
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		**X**			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				**X**	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			**X**		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				**X**	
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					**X**

24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise crítica e comentários relevantes:					
Escala de valores da Avaliação: **(1) Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ. **(2) Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**. **(3) Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. **(4) Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**. **(5) Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.					

5.4.1.1 Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA

Atualmente, é possível identificar diferentes níveis de riscos na Administração Pública, envolvendo as categorias ambientais, sociais, econômicas, geopolíticas e tecnológicas. Essa nova realidade exige cotidianamente que as organizações desenvolvam a capacidade de identificar os diferentes riscos, analisá-los e avaliá-los, planejar as respostas aos riscos e implementar, bem como monitorar e controlar, os riscos identificados. Assim sendo, o gerenciamento de riscos é fundamental para o sucesso no cumprimento da missão institucional em entregar serviços de qualidade para o cidadão.

Dessa forma, em 2015, foi realizado como projeto-piloto na Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL/SPOA, um diagnóstico de riscos atrelados às atividades ligadas a licitações e contratos do MCTI. O trabalho desenvolvido, fruto de uma Recomendação feita pela CGU em 2014, avaliou os riscos a partir dos processos existentes, identificando suas causas, impactos e efeitos (longo e médio prazo), apresentou propostas de tratamento aos riscos identificados, bem como os mecanismos de controle. Cabe esclarecer que o trabalho desenvolvido, no âmbito da área de licitações, foi um projeto-piloto, o qual se pretende estender às demais áreas da SPOA.

RESP.	NOME DO PROCESSO	OBJETIVO DO PROCESSO	MATERIALIDADE (RELACIONADA AO IMPACTO)	RISCOS	CAUSAS	EFEITOS	MECANISMOS DE CONTROLE	PROPOSTAS	RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2015
DCON	Análise de prestações de contas quanto ao aspecto financeiro dos Convênios e Termos de Parceria.	Dar quitação aos convênios e termos de parceria firmados pela 240101 - CGRL	Alta	Não proceder com as análises nos prazos fixados em lei.	Falta de recursos humanos; passivo processual numeroso.	Não dar quitação tempestiva aos convênios e termos de parceria, podendo impedir os convenentes e ou	Manter um quantitativo de recursos humanos adequado à demanda de análises; treinamento; gerenciamento interno com	Aumento do números de servidores permanentes na DCON; prorrogação da Força Tarefa ora em serviço na DCON.	Houve aumento em termos qualitativos da equipe que analisa as Prestações de Contas - PC na Divisão de Convênios, considerando que foram

RESP.	NOME DO PROCESSO	OBJETIVO DO PROCESSO	MATERIALIDADE (RELACIONADA AO IMPACTO)	RISCOS	CAUSAS	EFEITOS	MECANISMOS DE CONTROLE	PROPOSTAS	RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2015
						parceiros de terem acesso a novos recursos.	acompanhamento da produção de análises de Prestação de Contas.		recebidos 3 (três) Analistas de C&T. Quanto à força tarefa, não foi prorrogada, mas destaca-se a atuação da equipe com desempenho acima do satisfatório, tendo como resultado a análise de 110 (cento e dez) prestações de contas. As planilhas de controle sofreram ajustes com a finalidade de melhorar o acompanhamento do estoque das PC's.
DILC	Contratação de serviços e aquisição de bens	Efetivar e acompanhar os contratos com os fornecedores vencedores dos certames ou oriundos das dispensas e inexigibilidade	Crítica	Perder prazos; contratar empresa inidônea; deixar de contratar; contratar além do previsto em ata ou no próprio contrato.	Falta de recursos humanos capacitados e comprometidos; problemas oriundos de falhas no processo licitatório; falha no acompanhamento do contrato por parte dos gestores e fiscais; controle ineficiente dos contratos.	Interrupção na prestação de serviços e/ou entrega de materiais necessários à execução das atividades do Ministério; responsabilização dos envolvidos (gestores, servidores); o Ministério responder judicialmente por inobservância de direitos dos contratados.	Planilha de planejamento de compras; painel de cronograma de execução de Licitações; planilha de Dispensa e Inexigibilidades.	Reforço na equipe de servidores da área de Contratos; aperfeiçoar a planilha de controle de processos da DILC; reforço na equipe de apoio responsável pela tramitação dos processos; desenvolver mecanismos de controle mais efetivos; conscientização das áreas demandantes para respeito de prazos e da necessidade de atenção na instrução processual; buscar maior conscientização das áreas responsáveis	A equipe da área de contratos foi acrescida de atores que deram um suporte qualificado às atividades rotineiras. A Planilha de Controle de Contratos foi aperfeiçoada com novos indicadores, o que não impediu o início das tratativas da implantação de sistema visando ao controle do fluxo das compras governamentais. Foram desenvolvidas ações de melhoria no encaminhamento de dados solicitados as áreas demandantes. Também foi implantada a sistemática de orientar as áreas demandantes -

RESP.	NOME DO PROCESSO	OBJETIVO DO PROCESSO	MATERIALIDADE (RELACIONADA AO IMPACTO)	RISCOS	CAUSAS	EFEITOS	MECANISMOS DE CONTROLE	PROPOSTAS	RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2015
								pelo encaminhamento dos processos para a CGRL e posterior envio à DILC com maior antecedência, priorizando o planejamento das ações.	quando na última prorrogação de um contrato - a iniciar a efetivação de novo Termo de Referência logo após a ratificação do último termo de prorrogação de vigência contratual, de modo que o planejamento da contratação e as rotinas administrativas da área de licitações possam ser equalizadas de forma regular.
SAP	Controle Patrimonial e do Almoxarifado (Administração de Materiais).	Controlar o estoque de material de consumo e os materiais permanentes do MCTI.	Alta	Danos, desaparecimento dos Bens; ruptura do estoque.	Ineficiência no controle da administração de materiais; sistema ineficaz e ultrapassado tecnologicamente, sem manutenção preventiva e corretiva.	Impossibilidade de atender às áreas demandantes do órgão; incapacidade de controlar os materiais permanentes do MCTI e o estoque.	Planilhas de Consumo Médio por material e por área demandante e Planilha de Controle do Quantitativo de cada material; Inventário anual dos bens; Controle de movimentação de bens.	Planejamento eficiente de compras dos materiais; definição de prazos e ponto crítico de estoque; proposta de aquisição de solução integrada de gestão operacional.	Estudo e planejamento em fases avançadas para a implantação de um novo sistema de controle de Patrimônio e Almoxarifado. Foi dada maior atenção ao estoque com o objetivo de manter maior controle, utilizando-se de inventários semanais. Com relação aos materiais de consumo, foi feito um planejamento mais eficiente de compras de materiais de consumo, levando em consideração fatores como: quantidade máxima necessária para atendimento das demandas do órgão; pesquisas de preços oriundas do sistema COMPRASNet

RESP.	NOME DO PROCESSO	OBJETIVO DO PROCESSO	MATERIALIDADE (RELACIONADA AO IMPACTO)	RISCOS	CAUSAS	EFEITOS	MECANISMOS DE CONTROLE	PROPOSTAS	RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2015
									(preços praticados pela Administração Pública); definição de ponto crítico/de ressuprimento de materiais considerando o prazo de solicitação e recebimento dos materiais. Foi definido o prazo de preparação da documentação necessária para o processo licitatório para o 1º trimestre de cada ano, prevendo o recebimento da primeira remessa dos materiais até o mês de maio.
SAP	Desfazimento de Bens Públicos	Doar bens públicos inservíveis.	Média	Falta de espaço para guarda dos bens inservíveis; destinação dos bens inservíveis para fins diversos aos legalmente permitidos.	Não conclusão do processo de desfazimento; análise ineficiente do provável beneficiário da doação; má-fé do beneficiário.	Não utilização dos bens recebidos em doação em atividades de Interesse Social; custo da Administração para guarda dos bens inservíveis.	Sistema de Administração Patrimonial (Sistema Asi); Processos de Doação de Bens.	Aperfeiçoamento no processo de seleção das instituições beneficiárias, tornando mais eficiente a análise da escolha da instituição donatária; melhorias no processo de planejamento do desfazimento de bens, considerando o processo de novas aquisições.	Após análise pormenorizada da documentação e da situação de cada instituição candidata a donatária, foram realizadas doações de todos os bens classificados como inservíveis, localizados no depósito do MCTI, para mais de 30 instituições privadas e públicas, possibilitando o esvaziamento e a organização do depósito.
DISG	Gestão e Fiscalização de Contratos de Terceirização de Serviços	Monitorar a prestação e a qualidade dos serviços a fim de garantir que sejam prestados de forma eficiente ao usuário final. Analisar	Crítica	Descontinuidade na prestação dos serviços terceirizados; Pagamentos em desconformidade com os serviços prestados.	Descontinuidade dos contratos por parte das empresas; descumprimento de obrigações trabalhistas; falta de documentos comprobatórios de conformidade.	Inoperância dos serviços ou funcionamento parcial; prejuízo ao erário.	Fiscalização diária; monitoramento da conta vinculada; reuniões periódicas com os prepostos das empresas para a	Adoção das recomendações do Acórdão TCU Nº 1214 nos editais das licitações, a exemplo da qualificação econômico-financeira	As propostas foram colocadas em prática em 2015, primeiramente na escrita dos termos de referência contendo as recomendações do Acórdão TCU nº 1214 e, em

RESP.	NOME DO PROCESSO	OBJETIVO DO PROCESSO	MATERIALIDADE (RELACIONADA AO IMPACTO)	RISCOS	CAUSAS	EFEITOS	MECANISMOS DE CONTROLE	PROPOSTAS	RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2015
		documentos comprobatórios de regularidade fiscal e cumprimento das obrigações trabalhistas.					obtenção de *feedbacks*, discutir as ocorrências e corrigir as falhas apontadas.	para a contratação dos serviços; estreitamento da relação e troca de ideias com as empresas prestadoras de serviços, para a obtenção de informações quanto à gestão das referidas empresas, com intuito de facilitar ações proativas defensivas por parte da Administração.	segundo lugar, como resultado do estreitamento da relação contratante/contratado, obtendo o MCTI sucesso na mitigação dos riscos e manutenção da continuidade dos serviços.
DIOE	Instalações prediais elétrica, hidráulica, incêndio e elevadores.	Manutenção preventiva, preditiva e corretiva, verificando a qualidade dos materiais aplicados, a fim de evitar o comprometimento das instalações	Crítica	Vazamentos, curto circuito, *blackout*, incêndio; danos em equipamentos elétrico e eletrônicos.	Baixa qualidade da mão de obra, uso de material de baixa qualidade e falta de fiscalização na execução dos serviços.	Responsabilização da autoridade demandada, danos sérios materiais e humanos.	Fiscalização diária, cronograma de manutenções preventivas e corretiva diárias, semanais, mensais e semestrais, relatórios gerenciais, testes periódicos.	Efetivo acompanhamento das ações.	Os objetivos foram alcançados com o aprimoramento do cronograma de atividades e rotinas de manutenção e o efetivo acompanhamento e fiscalização das ações estabelecidas no cronograma.
DIOF	Liquidação e Pagamento (execução orçamentária e financeira)	Liquidar e pagar os processos recebidos que façam parte do rol de competências da CGRL, dentro do prazos legais.	Crítica	Perda de prazos; maior dispêndio de recursos; prejuízo na condução das atividades meio do Ministério; inviabilização na prestação de serviços continuados.	Falta de recursos humanos; dificuldades no controle na tramitação processual, devido ao grande volume de processos.	Responsabilização da autoridade demandada; interrupção na prestação de serviços e/ou entrega de materiais necessários à execução das atividades do Ministério; maior dispêndio de recursos com multa e juros.	Uso efetivo do PRÓTON; controle por meio de planilhas eletrônicas.	Reforço na equipe de servidores da execução orçamentária e financeira; aperfeiçoamento da planilha de controle de processos da DIOF; reforço na equipe de apoio responsável pela tramitação dos processos; desenvolvimento de	No que tange ao processo de Liquidação e Pagamento (execução orçamentária e financeira), todos os objetivos foram alcançados conforme as exigências, quais sejam: dentro dos prazos legais, sem que houvesse maior dispêndio de recursos e nem prejuízo na condução das atividades meio do Ministério ou

RESP.	NOME DO PROCESSO	OBJETIVO DO PROCESSO	MATERIALIDADE (RELACIONADA AO IMPACTO)	RISCOS	CAUSAS	EFEITOS	MECANISMOS DE CONTROLE	PROPOSTAS	RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2015
								mecanismos de controle mais efetivos; conscientização das áreas demandantes para respeito de prazos e da necessidade de atenção na instrução processual. busca de maior conscientização das áreas responsáveis pelo encaminhamento dos processos para a CGRL e posterior envio à DIOF com maior antecedência, priorizando o planejamento das ações.	a inviabilização na prestação de serviços continuados, graças às melhorias implantadas no processo. Ressalva-se que, apesar de não ter havido reforço na equipe de servidores e equipe de apoio da Execução Orçamentária e Financeira, atingiu-se todos os objetivos em virtude do esforço, dedicação, além de um integrado trabalho em equipe, aliado, ainda, ao constante desenvolvimento da conscientização das áreas demandantes com relação ao respeito aos prazos e à necessária atenção na instrução processual, resultando em trâmite processual mais ágil, permitindo priorizar o planejamento e a execução das ações necessárias.
DIOF	Passagens	Adquirir Passagens Aéreas para as viagens de servidores e colaboradores.	Alta	Perda de prazos; maior dispêndio de recursos; prejuízo na condução das atividades meio do Ministério; inviabilização de viagens.	Falta de recursos humanos; grande número de solicitações cadastradas com menos de 10 dias da viagem.	Necessidades de horas extras da equipe responsável; aquisições de passagens com preços mais elevados; impossibilidade de atendimento de	SCDP; Relatórios Gerenciais; Memorandos para às Secretarias e Unidades Solicitantes.	Reforço da equipe de Diárias e Passagens; ajuste no horário da equipe permitindo a cobertura de um período superior ao do horário comercial, para abarcar	Os objetivos foram alcançados conforme as exigências, quais sejam: cumprimento de prazos, sem maior dispêndio de recursos, sem prejuízo na condução das atividades meio do Ministério ou

RESP.	NOME DO PROCESSO	OBJETIVO DO PROCESSO	MATERIALIDADE (RELACIONADA AO IMPACTO)	RISCOS	CAUSAS	EFEITOS	MECANISMOS DE CONTROLE	PROPOSTAS	RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2015
						solicitações; inviabilização de viagens e consequente prejuízo às atividades institucionais do Ministério.		as solicitações cadastradas no fim do expediente; encaminhamento de relatórios periódicos às autoridades superiores; busca de maior conscientização das áreas demandantes para encaminhamento das propostas de concessão de diárias e passagens com maior antecedência, priorizando o planejamento das ações.	inviabilização de viagens, graças às melhorias implantadas no processo. Registra-se que, apesar de não ter havido reforço na equipe, atingiu-se os objetivos por meio de ações, tais como: ajuste no horário de trabalho da equipe, permitindo a cobertura de um período superior ao do horário comercial, de modo a abarcar as solicitações cadastradas no fim do expediente, encaminhamento de relatórios periódicos às autoridades superiores; busca de maior conscientização das áreas demandantes para encaminhamento das propostas de concessão de diárias e passagens com maior antecedência, permitindo o planejamento e a priorização na execução das ações.
DILC	Processos licitatórios e de compras diretas.	Execução dos processos licitatórios e de compras por dispensa de licitação ou inexigibilidade.	Crítica	Perder prazos; inobservar o edital e concluir o processo de forma ilegal; dispender recursos além dos previstos.	Falta de recursos humanos capacitados e comprometidos; termos de referência elaborados de forma incompleta/incorreta; demasiado número de demandas	Não realização do procedimento licitatório; responsabilização dos envolvidos (gestores, pregoeiros); interrupção na prestação de serviços e/ou entrega de materiais	Planilha de planejamento de compras; painel de cronograma de execução de licitações; planilha de dispensa e inexigibilidades.	Reforço na equipe de servidores da área de Licitação e Compras; aperfeiçoamento da planilha de controle de processos da DILC; reforço na equipe de	Apesar de a equipe dos Serviços de Licitações e de Compras não terem sido expandidas, conseguiu-se alcançar melhorias nos processos frente ao esforço pessoal de cada um e

RESP.	NOME DO PROCESSO	OBJETIVO DO PROCESSO	MATERIALIDADE (RELACIONADA AO IMPACTO)	RISCOS	CAUSAS	EFEITOS	MECANISMOS DE CONTROLE	PROPOSTAS	RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2015
					encaminhadas com urgência, sem planejamento; falta de comunicação entre as áreas; constantes alterações nas legislações que regem o tema, muitas vezes conflitando entre si.	necessários à execução das atividades do ministério; menor tempo para planejamento e elaboração de edital de licitações ou processos de dispensa e inexigibilidades, gerando grande número de questionamentos e tentativas de impugnações de edital; desencadear efeito cascata para outros órgãos quando da contratação por registro de preços.		apoio responsável pela tramitação dos processos; desenvolvimento de mecanismos de controle mais efetivos; conscientização das áreas demandantes para respeito de prazos e da necessidade de atenção na instrução processual. busca de maior conscientização das áreas responsáveis pelo encaminhamento dos processos à CGRL e posterior envio à DILC com maior antecedência, priorizando o planejamento das ações.	conjuntamente. Embora seja essencialmente uma área de execução, as planilhas de controle foram aprimoradas com a finalidade de acompanhar os processos, visando a agilizá-los, sem detrimento da observação estrita da legalidade. Foram desenvolvidos mecanismos de comunicação com as áreas finalísticas e com as áreas demandantes para estreitamento das relações e atendimento aos pedidos com as urgências de cada caso. Houve atuação conjunta com as áreas demandantes para pesquisa de preços, elaboração dos documentos que instruem os processos de compras e de licitação e para assegurar a continuidade dos serviços. Houve um trabalho conjunto para sensibilização quanto ao atendimento de prazos de envio de documentos e solicitações. *Checklists* foram aprimorados para cumprir todos os normativos vigentes.

RESP.	NOME DO PROCESSO	OBJETIVO DO PROCESSO	MATERIALIDADE (RELACIONADA AO IMPACTO)	RISCOS	CAUSAS	EFEITOS	MECANISMOS DE CONTROLE	PROPOSTAS	RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2015
GAB/CGRL	Respostas a demandas de Órgãos de Controle interno e externo.	Responder tempestivamente às demandas.	Alta	Perda de prazo.	Deficiência de gerenciamento; morosidade nos trâmites internos.	Responsabilização da autoridade demandada.	Uso efetivo do PRÓTON; controle por meio de planilhas eletrônicas.	Intensificar gerenciamento.	A CGRL designou um servidor responsável pelo monitoramento das recomendações dos Órgãos de Controle, de forma que a demanda seja solucionada de maneira rápida e definitiva. Dessa forma, a CGRL acompanha constantemente as áreas que apresentam maiores riscos, a fim de se evitar que os alertas desses órgãos se concretizem em efetivas recomendações. Além disso, o controle interno da Coordenação-Geral inclui uma planilha para acompanhar os prazos de todos os processos de responsabilidade da unidade, independente de recomendações do TCU ou CGU, para que ações prévias mitiguem futuros riscos.

6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

6.1 Canais de acesso do cidadão

6.1.1 Ouvidoria

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação possui diversos canais para que o cidadão possa se manifestar ou solicitar informações. Todas as Secretarias do ministério e os colegiados vinculados possuem um e-mail institucional.

Os canais formais à disposição do cidadão e que possuem links no portal eletrônico são três: o serviço Fale Conosco, a Ouvidoria-Geral e o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC.

O **Fale Conosco** é administrado pela Assessoria de Comunicação – Ascom, e destina-se primordialmente para o encaminhamento de dúvidas e sugestões que tratem exclusivamente do portal eletrônico oficial (www.mcti.gov.br). A sua página informa que críticas, denúncias, elogios, reclamações ou sugestões sobre os serviços prestados pelo MCTI podem ser encaminhados à Ouvidoria. Eventuais demandas postadas no Fale conosco que não sigam as referidas instruções da página são redirecionadas para a Ouvidoria.

A **Ouvidoria-Geral do MCTI** foi instituída por meio da Portaria MCT 220, publicada no diário Oficial da União de 14/04/2008, Seção 1, pág. 11, reporta-se à Secretaria-Executiva e foi concebida para trabalhar exclusivamente com arquivos digitais, eliminando a tramitação e o arquivo físico de documentos em papel.

De acordo com seu Regimento Interno, à Ouvidoria-Geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, órgão setorial da Controladoria-Geral da União no tocante às atividades de ouvidoria, compete:

I - Planejar, coordenar, acompanhar, supervisionar e elaborar normas e procedimentos padrões, para as atividades da Ouvidoria-Geral, no âmbito do Ministério;

II - Receber, organizar, examinar, interpretar e dar encaminhamento a reclamações, elogios, críticas, sugestões e denúncias referentes a procedimentos e ações de agentes e órgãos, no âmbito do Ministério, agilizando o trâmite das manifestações apresentadas pelo cidadão e a solução dos pleitos delas decorrente, se for o caso;

III - Facilitar o acesso do cidadão à Ouvidoria-Geral, simplificando seus procedimentos internos e promovendo a divulgação sistemática de sua missão institucional, bem como dos serviços oferecidos;

IV - Requisitar informações e documentos e, sendo o caso, recomendar a instauração de procedimentos administrativos para o exame das questões;

V - Registrar e disseminar informações e conhecimentos;

VI - Propor medidas para a correção e a prevenção de falhas ou omissões que possam ser identificadas na prestação do serviço público pelo Ministério;

VII – Promover, de forma permanente e sistemática, a articulação com os órgãos do Ministério; e

VIII - Produzir indicativos quantificados do nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados no âmbito do MCT.

A Ouvidoria-Geral está instalada no edifício sede do MCTI, em espaço e estrutura compartilhados com o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC). O quadro de recursos humanos

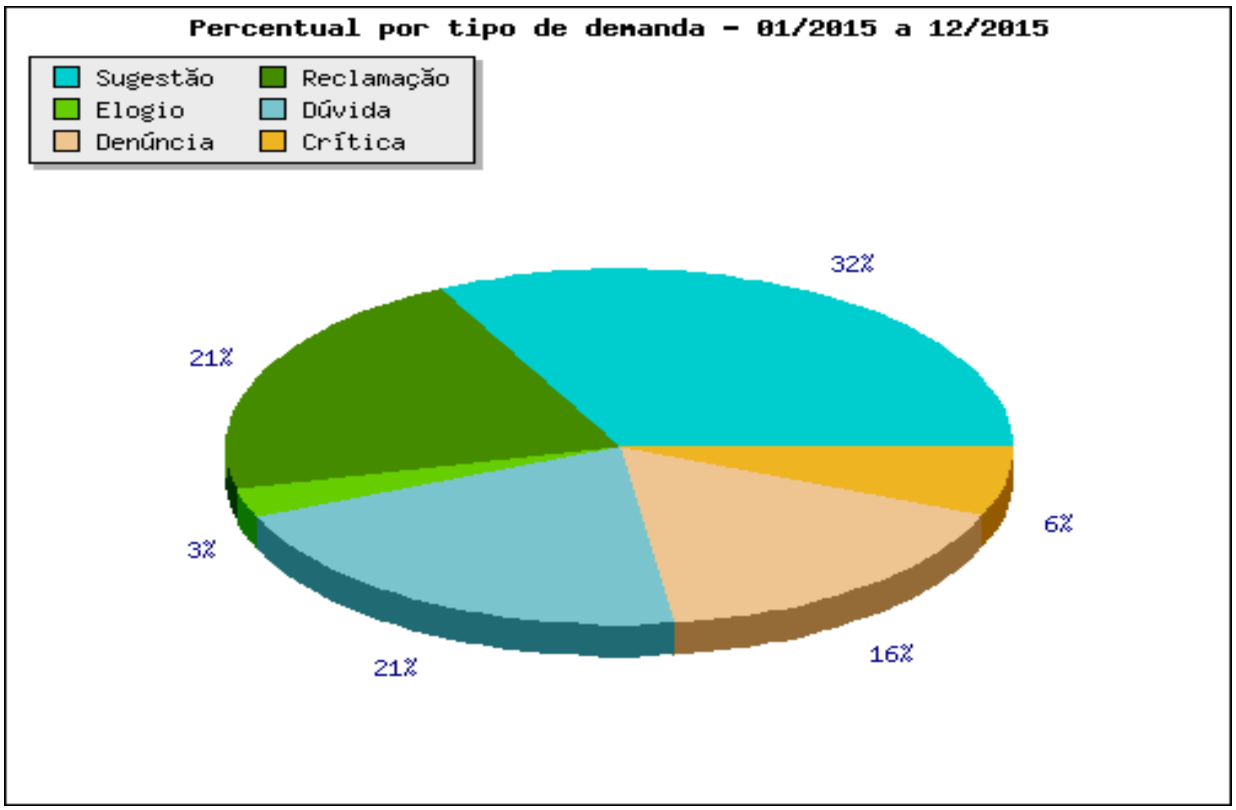
(compartilhado com o SIC) consiste de 1 (um) Analista em Ciência e Tecnologia, uma secretária e quatro estagiários, sendo dois pela manhã e dois à tarde.

A seguir, são apresentadas as principais estatísticas do desempenho da Ouvidoria-Geral do MCTI referentes ao ano de 2014.

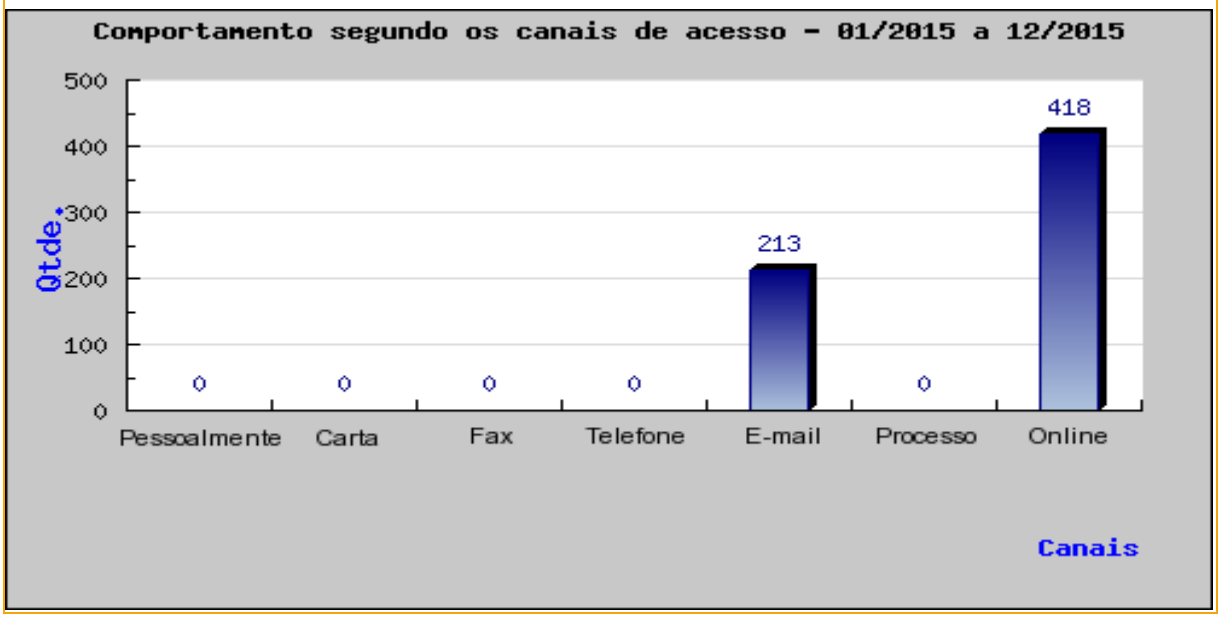
Tipologia das manifestações recebidas		
Tipo	**Mês de referência: 01/2015 a 12/2015**	
	Quantidade	**Percentual**
SUGESTÃO	205	32%
RECLAMAÇÃO	135	21%
ELOGIO	16	3%
DÚVIDA	131	21%
DENÚNCIA	104	16%
CRÍTICA	40	6%
TOTAL	**631**	**100%**

Comportamento segundo os canais de acesso		
Canais	**Mês de referência: 01/2015 a 12/2015**	
	Quantidade	**Percentual**
PESSOALMENTE	0	0%
CARTA	0	0%
FAX	0	0%
TELEFONE	0	0%
E-MAIL	213	34%
PROCESSO	0	0%
ONLINE	418	66%
TOTAL	**631**	**100%**

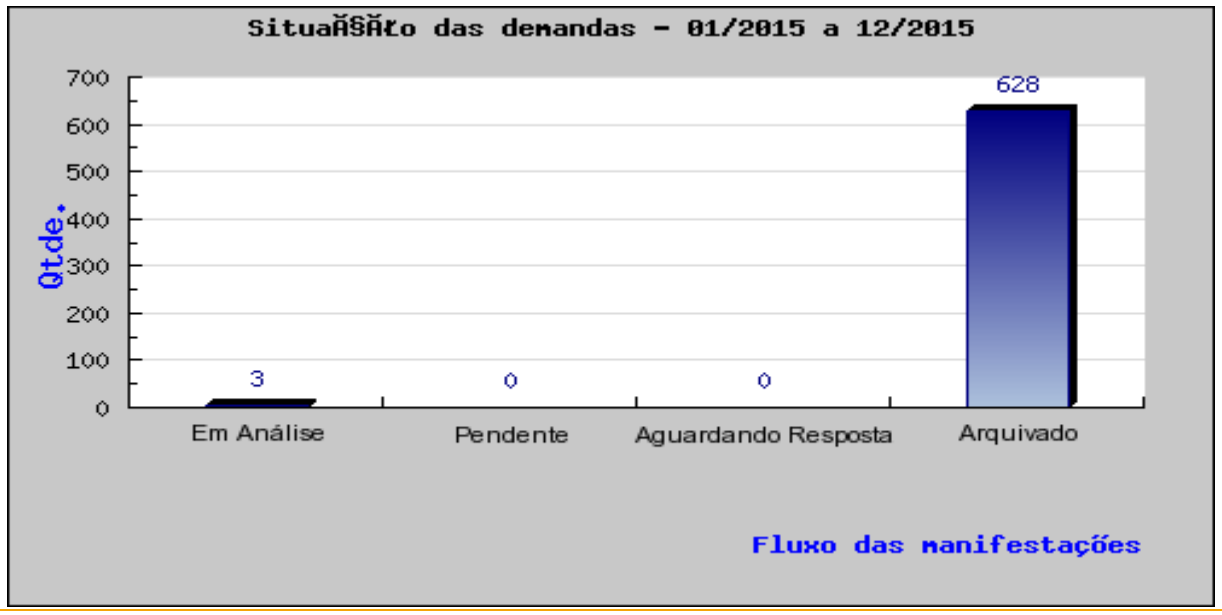
Situação das demandas		
Fluxo das manifestações	**Mês de referência: 01/2015 a 12/2015**	
	Quantidade	**Percentual**
EM ANÁLISE	3	0,48%
PENDENTE	0	0%
AGUARDANDO RESPOSTA	0	0%
ARQUIVADO	628	99,52%
TOTAL	**631**	**100%**



Comportamento segundo os canais de acesso



Situação das demandas



Esclarecimentos sobre as estatísticas:

(a) as demandas classificadas como "e-mail" são aquelas enviadas diretamente à Ouvidoria na forma de e-mail, ou então repassadas pelo serviço Fale Conosco igualmente na forma de e-mail, e as demandas "online" são as cadastradas diretamente no sistema eletrônico da Ouvidoria;

(b) o tipo de demanda (sugestão, crítica, etc.) é selecionado pelo próprio usuário, exceto quando se trata de e-mail transposto para o sistema eletrônico. Assim, há que se considerar que pode haver distorções nessa classificação, pois os usuários podem marcar a demanda como "denúncia" apenas para chamar a atenção ao que é exposto na mensagem, ou como "elogio" com a intenção de garantir que a mensagem seja lida; e

(c) por características do sistema eletrônico de registro e compilação dos dados, o termo "arquivado" deve ser entendido como "concluído".

6.1.2 Serviço de Informação ao Cidadão – SIC

O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) é a unidade física existente no MCTI criada pela Portaria MCTI nº 149, de 28.02.2012 para atender o cidadão que deseja solicitar o acesso à informação pública, em obediência ao disposto no art. 9º da Lei nº 12.527/2011, e tem os seguintes objetivos:

I - atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;

II - receber documentos e requerimentos de acesso a informações;

III - analisar as demandas e encaminhá-las às respectivas unidades competentes;

IV - monitorar os procedimentos de coleta da informação nas unidades competentes;

V - informar sobre a tramitação de documentos nas respectivas unidades;

VI - receber as respostas às perguntas encaminhadas;

VII - analisar a qualidade das respostas recebidas e adequá-las, se for o caso; e

VIII - encaminhar as respostas aos requerentes.

O SIC/MCTI é vinculado à Secretaria-Executiva e está instalado no edifício sede do MCTI, em espaço e estrutura compartilhados com a Ouvidoria-Geral. O quadro de recursos humanos (compartilhado com a Ouvidoria-Geral) consiste de 1 (um) Analista em Ciência e Tecnologia, uma secretária e quatro estagiários, sendo dois pela manhã e dois à tarde.

Para acesso à informação desejada, o cidadão pode utilizar-se dos seguintes meios: sistema eletrônico e-SIC, desenvolvido pela CGU; e-mail para o sic do MCTI, ou comparecendo pessoalmente nas instalações do SIC.

Em 2012, ano de implantação da LAI, foram recebidas 121 Solicitações de Acesso à Informação (média de 15,13 pedidos por mês). O tempo médio de resposta foi de 17,36 dias.

Em 2013 foram recebidas 377 Solicitações de Acesso (média de 31,42 pedidos por mês). O tempo médio de resposta foi de 15,35 dias.

Em 2014 foram recebidas 233 Solicitações de Acesso (média de 19,42 Pedidos por mês). O tempo médio de resposta foi de 14,7 dias.

Em 2015 foram recebidas 248 Solicitações de Acesso (média de 20,67 Pedidos por mês). O tempo médio de resposta foi de 16,3 dias.

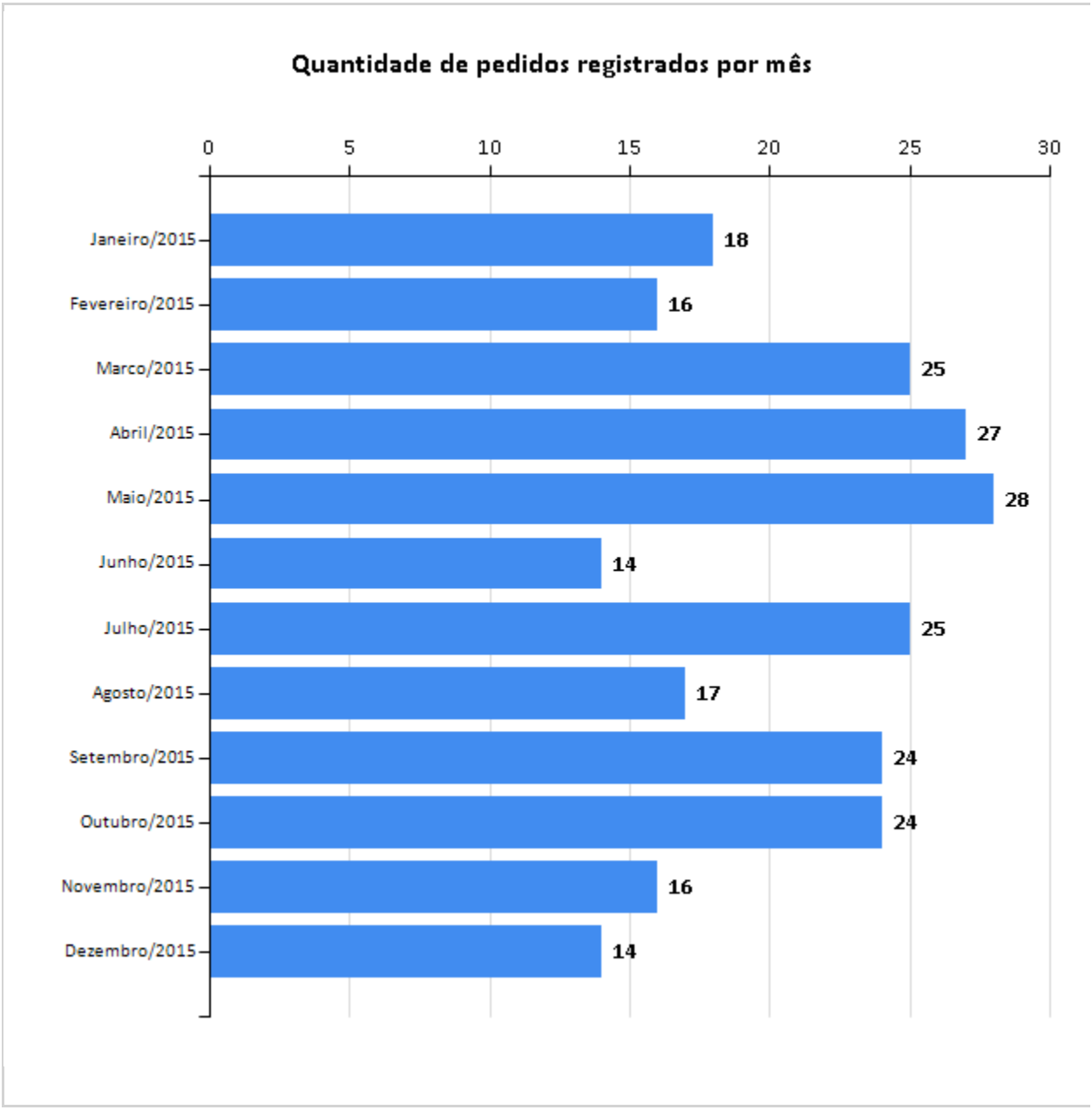
Relatórios estatísticos completos podem ser obtidos por meio do link http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/site/relatorios_estatisticos.html

A seguir são apresentados os principais dados estatísticos do SIC/MCTI referentes ao exercício de 2015:

Relatório de Pedidos de Acesso à Informação e Solicitantes

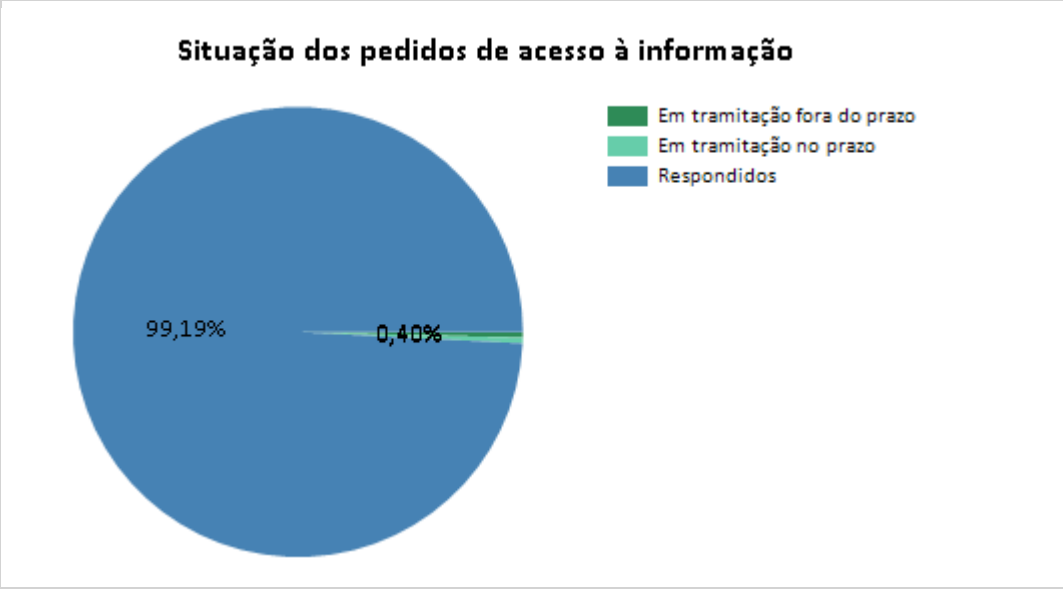
Quantidade de pedidos de acesso à informação

Quantidade de Pedidos: 248 **Média mensal de pedidos:** 20,67


Quantidade de pedidos registrados por mês
0
5
10
15
20
25
30
Janeiro/2015
18
Fevereiro/2015
16
Marco/2015
25
Abril/2015
27
Maio/2015
28
Junho/2015
14
Julho/2015
25
Agosto/2015
17
Setembro/2015
24
Outubro/2015
24
Novembro/2015
16
Dezembro/2015
14

Situação e características dos pedidos de acesso à informação

Status do pedido	Quantidade
Respondidos	246
Em tramitação fora do prazo	1
Em tramitação no prazo	1

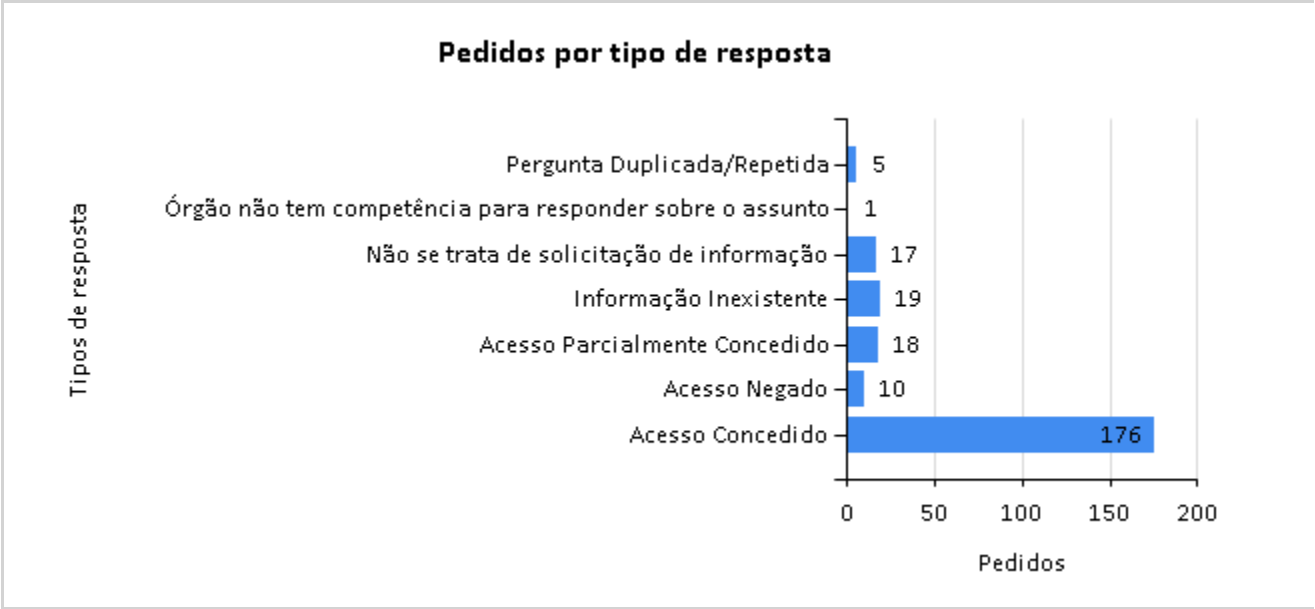


Características dos pedidos de acesso à informação			
Total de perguntas:	696	**Total de solicitantes:**	186
Perguntas por pedido:	2,91	**Maior número de pedidos feitos por um solicitante:**	12
		Solicitantes com um único pedido:	155

Resposta aos pedidos de acesso à informação

Tempo médio de resposta: 16,30 dias

Prorrogações:	Quantidade	% dos pedidos
	68	27,42%



Razões da negativa de acesso			
Descrição	**Quantidade**	**%**	**% de pedidos**
Pedido incompreensível	3	30,000%	1,21%
Informação sigilosa de acordo com legislação específica	2	20,000%	0,81%
Pedido exige tratamento adicional de dados	2	20,000%	0,81%
Dados pessoais	1	10,000%	0,40%
Pedido genérico	1	10,000%	0,40%
Processo decisório em curso	1	10,000%	0,40%
TOTAL:	10	100,000%	4,03%

Perfil dos solicitantes

Tipos de solicitante		
Pessoa Física	162	87,10%
Pessoa Jurídica	24	12,90%

Localização dos solicitantes			
Estado	**Nº de solicitantes**	**% dos solicitantes**	**Nº de pedidos**
AL	1	0,62%	2
AM	2	1,23%	2
BA	4	2,47%	4
CE	2	1,23%	2
DF	46	28,40%	56
ES	2	1,23%	2
GO	7	4,32%	8
MG	9	5,56%	13
MT	2	1,23%	2
PB	4	2,47%	5
PE	6	3,70%	8
PR	8	4,94%	16
RJ	15	9,26%	18
RS	6	3,70%	7
SC	3	1,85%	4
SE	1	0,62%	1
SP	53	32,72%	82
TO	1	0,62%	1
Outros países	1	0,62%	1
Não Informado	13	8,02%	14

Perfil dos solicitantes pessoa física

Gênero	
M	60,49%
F	32,72%
Não Informado	6,79%

Escolaridade	
Ensino Superior	36,42%
Mestrado/Doutorado	31,48%
Pós-graduação	15,43%
Não Informado	11,73%
Ensino Médio	4,94%

Profissão	
Não Informado	16,67%
Servidor público federal	18,52%
Estudante	14,20%
Pesquisador	12,96%
Jornalista	8,64%
Empregado - setor privado	4,94%
Outra	6,17%
Profis. Liberal/autônomo	5,56%
Professor	4,94%
Servidor público estadual	3,09%
Empresário/empreendedor	3,09%
Membro de ONG internacional	0,62%
Servidor público municipal	0,62%

Perfil dos solicitantes pessoa jurídica

Tipo de pessoa jurídica	
Empresa - grande porte	20,83%
Org. Não Governamental	25,00%
Empresa - PME	20,83%
Não Informado	12,50%
Instituição de ensino e/ou pesquisa	8,33%
Veículo de comunicação	4,17%
Outro	4,17%
Órgão público municipal	4,17%

Relatório de Recursos e Reclamações:

Quadro geral dos recursos

Pedidos	Recurso ao chefe hierárquico	Recursos à autoridade máxima	Recursos à CGU	Recursos à CMRI
248	10	4	2	0

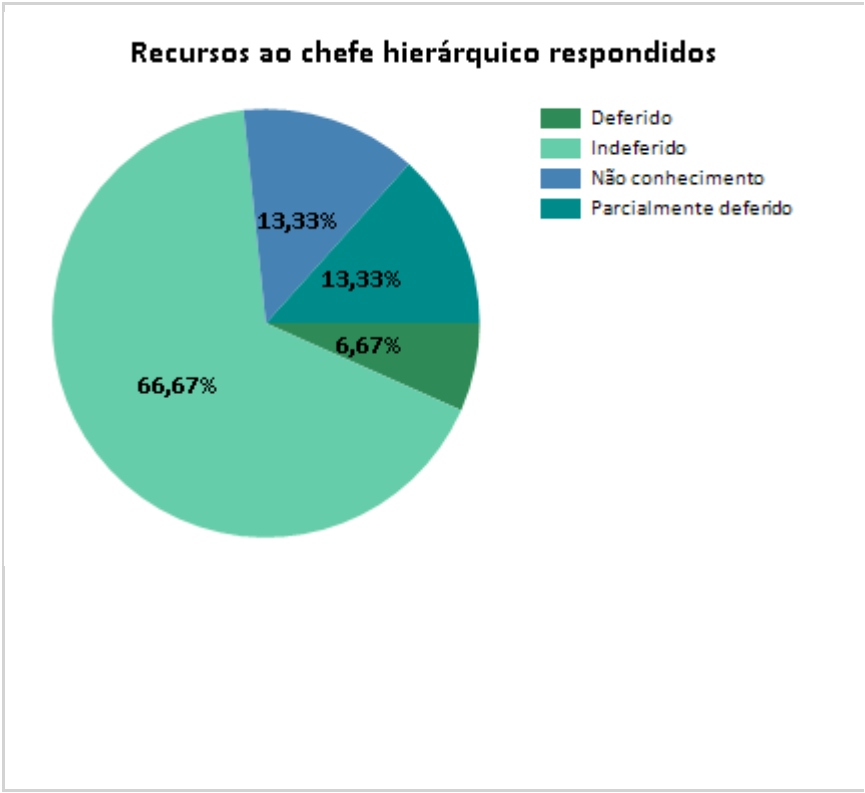
Recursos ao chefe hierárquico

% de pedidos respondidos que geraram recursos ao chefe hierárquico: 4,07%

Recursos recebidos no período: 10

Recursos ao chefe hierárquico respondidos		
Total de recursos respondidos	10	100%
Deferido	1	10%

Indeferido	6	60%
Não conhecimento	1	10%
Parcialmente deferido	2	20%



Motivos para interposição de recursos		
Motivo	**Quantidade**	**%**
Informação incompleta	3	30%
Informação recebida não corresponde à solicitada	3	30%
Outros	2	20%
Ausência de justificativa legal para classificação	2	20%
TOTAL	**10**	

Visão geral por mês						
Mês	**Pedidos**	**Recursos Relativos aos Pedidos**	**Deferido**	**Indeferido**	**Não conhecimento**	**Parcialmente deferido**
Fevereiro/2015	16	2	0(0%)	1(50%)	1(50%)	0(0%)

Abril/2015	27	2	0(0%)	2(100%)	0(0%)	0(0%)
Maio/2015	28	2	1(50%)	1(50%)	0(0%)	0(0%)
Agosto/2015	17	2	0(0%)	1(50%)	0(0%)	1(50%)
Setembro/2015	24	1	0(0%)	0(0%)	0(0%)	1(100%)
Outubro/2015	24	1	0(0%)	1(100%)	0(0%)	0(0%)
TOTAL		**10**	**1**	**6**	**1**	**2**

Recursos à autoridade máxima

% de pedidos respondidos que geraram recursos à autoridade máxima:	1,63%
% de recursos ao chefe superior que geraram recursos à autoridade máxima	40%
Recursos recebidos no período:	4

Recursos à autoridade máxima respondidos		
Total Respondidas:	4	100%
Indeferido	4	100%

Motivos para interposição de recursos à autoridade máxima

Motivo	Quantidade	%
Outros	2	50%
Informação incompleta	1	25%
Informação recebida não corresponde à solicitada	1	25%
TOTAL	**4**	

Visão geral por mês

Mês	Pedidos	Recursos Relativos aos Pedidos	Indeferido
Fevereiro/2015	16	1	1(100%)
Maio/2015	28	1	1(100%)
Agosto/2015	17	1	1(100%)
Outubro/2015	24	1	1(100%)

TOTAL		**4**	**4**

Recursos à CGU

Recursos recebidos no período:	2
% de pedidos respondidos que geraram recursos à CGU:	0,81%
% de recursos ao chefe hierárquico que geraram recursos à CGU:	20%
% de recursos à autoridade máxima que geraram recursos à CGU:	50%

Recursos à CGU respondidos		
Total Respondidas:	1	50%
Não conhecimento	1	100%

Motivos para interposições de recursos à CGU		
Motivo	**Quantidade**	**%**
Outros	1	50%
Informação recebida não corresponde à solicitada	1	50%
TOTAL	**2**	

Visão geral por	**por mês**			
Mês	**Pedidos**	**Recursos Relativos aos**	**Em tramitação/Não respondido**	**Não conhecimento**
Maio/2015	28	1	1(100%)	0(0%)
Agosto/2015	17	1	0(0%)	1(100%)
TOTAL		**2**	**1**	**1**

Recursos à Comissão Mista de Reavaliação de Informações

Recursos recebidos no período: 0

Reclamações

Reclamações recebidas no período: 0

6.1.3 Gabinete do Ministro

Coordenação-Geral da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio

A CTNBio publica, os extratos dos pleitos no Diário Oficial da União, previamente à análise, e também publica a Pauta das Reuniões em seu site na internet, possibilitando que a população conheça os assuntos que serão discutidos nas reuniões com antecedência. As reuniões de deliberação são públicas, sendo franqueado o seu acesso aos cidadãos. As decisões também são públicas, sendo que os extratos dos pareceres técnicos são publicados no Diário Oficial da União e tanto a Pauta com as deliberações, quanto as atas são publicadas no site da CTNBio, que também divulga as demais informações sobre as atividades da Comissão e os processos em trâmite.

Está previsto para 2016 a migração do atual portal da CTNBio para novo site com novos recursos de busca e nova interface mais amigável a navegação.

Dúvidas, sugestões e reclamações podem ser encaminhadas para a Coordenação-Geral da CTNBio por meio do e-mail secretariactnbio@mcti.gov.br. No ano de 2015, foram recebidos e respondidos 46 e-mails de cidadãos por meio desse canal. Também é possível entrar em contato com a Coordenação-Geral pelo telefone 61 3411 5516.

Por outro lado, solicitações e/ou denúncias podem ser protocoladas ou enviadas por correio para o endereço da Coordenação-Geral da CTNBio, SPO – Área 05 – Quadra 03 - Bloco B - Sala 08 – Térreo, CEP 70610- 200, Brasília- DF.

Ainda, ressalvadas as informações sigilosas, de interesse comercial, apontadas pelos proponentes e assim consideradas pela CTNBio, as informações contidas nos processos analisados pela CTNBio podem ser solicitadas por meio do Serviço de Informações ao Cidadão, SIC, que foi estruturado após a vigência da Lei de Acesso à Informação – Lei n° 12.527/2011. Esse sistema está disponível no Portal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação no endereço:

http://www.mcti.gov.br/index.php/content/view/336744/Servico_de_Informacoes_ao_Cidadao___SIC.html.

No ano de 2015, foram atendidas 67 solicitações de acesso à informação. Além disso, em novembro de 2015, a CTNBio realizou em Brasília o VII Encontro Nacional de Comissões Internas de Biossegurança, que discutiu a Revisão de Normas de Biossegurança em curso na Comissão e Novas Biotecnologias aplicadas a Vegetais e Animais, com 93 inscritos. A Coordenação Geral da CTNBio estipulou mecanismos de inscrições prévias de interessados em participar como ouvintes nas reuniões da Comissão a partir da reunião de abril de 2015.

6.1.4 Representação Regional no Nordeste – RENE

O canal de acesso ao cidadão utilizado pela ReNE é o site <http://rene.mct.gov.br/index.php/content/view/21.html>, através da guia Fale Conosco, onde são disponibilizados os dados como endereço, e-mail e telefone, além de um formulário onde o usuário pode preencher sua mensagem ou demanda e enviar à Representação. Por meio desse canal o solicitante pode enviar denúncias, reclamações, sugestões e consultas por demanda de informação e tem sua solicitação

respondida em até 5 dias úteis, dependendo da natureza e mais tempo na hipótese de demandar garimpagem computacional.

6.2 Carta de Serviços ao Cidadão (Não se Aplica)

Conforme Ofício n° 18990/2014/DICIT/DI/SFC/CGU-PR, de 31 de julho de 2014, o qual considera a recomendação relativa à Carta de Serviços ao Cidadão atendida, o item não se aplica uma vez que:

O Guia para Elaboração da Carta de Serviços ao Cidadão, (disponível no endereço eletrônico http://www.governoeletronico.gov.br/anexos/ apresentacao-carta-de-servicos-ao-cidadao), em sua página 12, item 6 – Quem deve implantar a Carta de Serviços, explicita que deve implantar a Carta "*qualquer órgão e entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal que presta serviços diretamente ao cidadão*". Em sua página 15, traz orientações sobre o Processo de Elaboração e Implementação da Carta de Serviços, que se verifica ser bastante complexo e envolver toda a organização pública interessada em implantar a Carta.

O processo começa com a constituição de uma equipe de trabalho assaz qualificada que elaborará um plano de ação (etapa 2). Na página 16 encontra-se o Detalhamento das Ações desse plano, e a primeira ação a ser empreendida é: *identificar os setores da organização que deverão estar envolvidos no projeto*. *E o texto que elucida essa ação diz: é o início do processo de identificação dos setores da organização* ***que prestam atendimento direto ao cidadão*** *e que deverão estar envolvidos na elaboração da Carta de Serviços* (grifo nosso).

A segunda ação é: identificar os serviços oferecidos pela organização. O texto explicativo sobre essa ação diz: ... *Para facilitar a execução dessa ação, a equipe de trabalho deverá reunir todos os coordenadores das áreas* ***que prestam serviço de atendimento direto ao cidadão****, bem como representantes de outras áreas que possam sofrer ou exercer influência sobre o atendimento ao cidadão* (grifo nosso).

Assim, verifica-se que, já no início das orientações, torna-se claro que a Carta de Serviços ao Cidadão deve ser elaborada pelas organizações públicas que prestam atendimento direto ao cidadão.

Esse não é o caso do MCTI, que não presta atendimento direto ao cidadão. Uma exceção seriam as demandas da LAI - Lei de Acesso à Informação, mas cuja divulgação já é bastante acentuada e sistematizada, igual para todos os Ministérios, de modo que não justificaria, per se, uma empreitada complexa e onerosa como a prevista no Guia aqui examinado, a qual não se revela, portanto, necessária, oportuna, ou conveniente.

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

6.3.1 Ouvidoria

O sistema eletrônico em uso na Ouvidoria-Geral do MCTI não contempla a realização de pesquisa de satisfação entre seus usuários. A Ouvidoria-Geral do MCTI teve uma movimentação média mensal em torno de 52.

6.3.2 Serviço de Informação ao Cidadão – SIC

A CGU disponibilizou no Sistema e-Sic mecanismo de pesquisa de satisfação de seus usuários, após o recebimento da resposta às demandas apresentadas.

Conforme consta do Relatório Estatístico de Pedidos, em 2015 foram apresentadas ao SIC/MCTI 248 pedidos de informações.

De acordo com relatório da CGU, dos 248 pedidos respondidos, 54 (21,77%) contém respostas à pesquisa de satisfação. Desses, 15 registraram comentários com críticas (6), sugestões (2), elogios (4) ou simples agradecimentos (3).

O resultado da pesquisa de satisfação, extraído do sistema e-Sic pela CGU, é o seguinte:

Pesquisa de Satisfação - Ministério da Ciência e Tecnologia (Respostas)						TOTAL
Pergunta	**1 Não atendeu**	**2**	**3**	**4**	**5 Atendeu Plenamente**	
A justificativa para o não fornecimento da informação foi satisfatório?	9 (16,65%)	1 (1,85%)	1 (1,85%)	7 (13%)	36 (66,65%	**54 (100%)**
Pergunta	**1 Difícil compreensão**	**2**	**3**	**4**	**5 Fácil Compreensão**	
A justificativa para a negativa do acesso é de fácil compreensão?	5 (9,2%0	0 (0,00%)	6 (11,1%)	2 (3,7%)	41 (76%)	**54**

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

http://www.mcti.gov.br/

http://www.mcti.gov.br/institucional

http://www.mcti.gov.br/ouvidoria

http://www.mcti.gov.br/perguntas-frequentes

http://www.mcti.gov.br/auditorias

http://aquarius.mcti.gov.br/app/home/

http://www.mcti.gov.br/servico-de-informacao-ao-cidadao

http://www.mcti.gov.br/termo-de-execucao-descentralizada-ted-

http://www.mcti.gov.br/despesas

http://www.mcti.gov.br/licitacoes-e-contratos

http://www.mcti.gov.br/servidores

http://www.mcti.gov.br/informacoes-classificadas

http://www.mcti.gov.br/dados-abertos

6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Em relação à garantia de acessibilidade às instalações do MCTI, foi realizada em 2015 a reforma do *hall* e do acesso à garagem e ao elevador de carga, bem como adaptação do banheiro no 4º pavimento, de forma a atender à NBR-9050.

7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A depreciação é a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil, ou seja, o registro da redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

A amortização consiste na alocação sistemática do valor amortizável de ativo intangível ao longo da sua vida útil, ou seja, o reconhecimento da perda do valor do ativo ao longo do tempo.

Exaustão é a redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais ou florestais.

As normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCASP) introduziu o registro da depreciação, amortização e exaustão, bem como avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público. As Resoluções nº 1.136 e 1.137/2008 editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) instituíram as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica 16.9 e 16.10 (NBC T 16.9 e 16.10) com o objetivo de estabelecer os critérios e procedimentos para a adoção da prática da depreciação, amortização e exaustão, assim como a avaliação e mensuração dos elementos patrimoniais nas entidades do setor público, garantindo a correta evidenciação do patrimônio público.

Com o intuito de padronizar e orientar as Unidades Gestoras da administração pública direta da união, suas autarquias e fundações a Secretaria do Tesouro Nacional definiu no Manual SIAFI Web os procedimentos para o registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão por meio da Macrofunção 02.03.30, ficando estabelecida a aplicação da mudança de critério contábil a partir do exercício contábil de 2010.

Assim, durante o exercício de 2010, a Unidade Gestora Executora 240101-Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, da Secretaria Executiva – SEXEC, responsável pelo controle patrimonial da Administração Central deste ministério, iniciou o procedimento de depreciação pelos bens adquiridos, incorporados e/ou colocados em utilização a partir de janeiro de 2010, uma vez que os mesmos já apresentavam uma base monetária inicial confiável, não necessitando ser submetidos previamente ao procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável. Para os bens adquiridos em exercícios anteriores ficou estabelecido um cronograma limite por conta contábil devidamente acatado pela Unidade, conforme abaixo:

Conta	Título	Prazo Máximo
14.212.02.00	AERONAVES	2011
14.212.20.00	EMBARCAÇÕES	2011
14.212.35.00	EQUIPAMENTOS DE PROCESS. DE DADOS	2011
14.212.52.00	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	2011
14.212.06.00	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNCAÇÃO	2012
14.212.28.00	MÁQUINAS E EQUIP. DE NATUREZA INDUSTRIAL	2012
14.212.08.00	APAR., EQUIP. E UTENS. MÉD.ODONT., LAB. E HOSP.	2013
14.212.42.00	MOBILIÁRIO EM GERAL	2013
DEMAIS	A CRITÉRIO DE CADA UNIDADE	EM ABERTO

Com referência a metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do bem se utilizou o critério padrão de vida útil, devido às limitações operacionais dos sistemas, compreensão da informação e representatividade. Pelo mesmo motivo, o valor residual dos bens também foi padronizado, conforme especificado na tabela abaixo:

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual
14.212.02.00	AERONAVES	-	-
14.212.04.00	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	10%
14.212.06.00	APARELHOS E EQUIP. DE COMUNICAÇÃO	10	20%
14.212.08.00	APAR.EQUIP.UTENS.MÉD.ODONT.LABOR E HOSP.	15	20%
14.212.10.00	APARELHOS E EQUIP. P/ ESPORTES E DIVERSÕES	10	10%
14.212.12.00	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10%
14.212.13.00	ARMAZÉNS ESTRUTURAIS-COBERT. DE LONA	10	10%
14.212.14.00	ARMAMENTOS	20	15%
14.212.16.00	BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	-	-
14.212.18.00	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10	0%
14.212.19.00	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	10%
14.212.20.00	EMBARCAÇÕES	-	-
14.212.22.00	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAM.	20	10%
14.212.24.00	EQUIP. DE PROTEÇÃO, SEGUR. E SOCORRO	10	10%
14.212.26.00	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	20	10%
14.212.28.00	MAQUINAS E EQUIP. DE NATUREZA INDUSTR.	20	10%
14.212.30.00	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10%
14.212.32.00	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	10%
14.212.33.00	EQUIPAMENTOS P/ AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10%
14.212.34.00	MÁQUINAS, UTENS. E EQUIP. DIVERSOS	10	10%
14.212.35.00	EQUIPAMENTOS DE PROCESS. DE DADOS	5	10%
14.212.36.00	MÁQUINAS, INSTAL. E UTENS. DE ESCRITÓRIO	10	10%
14.212.38.00	MÁQUINAS, FERRAM. E UTENS. DE OFICINA	10	10%
14.212.39.00	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10%
14.212.40.00	MÁQ.EQUIP.UTENS.AGRIC.AGROP. E RODOV.	10	10%
14.212.42.00	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10%
14.212.44.00	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	-	-
14.212.46.00	SEMOVENTES E EQUIP. DE MONTARIA	10	10%
14.212.48.00	VEÍCULOS DIVERSOS	15	10%
14.212.49.00	EQUIP.E MATERIAL SIGILOSO E RESERVADO	10	10%
14.212.50.00	VEÍCULOS FERROVIÁRIOS	30	10%
14.212.51.00	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	10%

14.212.52.00	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	15	10%
14.212.53.00	CARROS DE COMBATE	30	10%
14.212.54.00	EQUIP., PEÇAS E ACESS. AERONÁUTICOS	30	10%
14.212.56.00	EQUIP., PEÇAS E ACESS. DE PROTEÇÃO AO VOO	30	10%
14.212.57.00	ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	5	10%
14.212.58.00	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	15	10%
14.212.60.00	EQUIP., PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS	15	10%
14.212.83.00	EQUIP.E SISTEMA DE PROT. VIG. AMBIENTAL	10	10%

Cabe ressaltar que as contas 14.212.02.00, 14.212.16.00 e 14.212.20.00 não possuem valores estipulados porque são bens muito específicos, sendo assim, a definição da vida útil e valor residual ficou a critério dos órgãos que possuem tais bens. Já a conta 14.212.44.00 não possui valores estipulados porque obras de arte e peças em exposição são bens que não sofrem depreciação.

Com a implantação, em 2015, do Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público padronizado para as três esferas de governo, para fins de consolidação das contas públicas em atendimento ao art. 50, §2º, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), as contas contábeis foram devidamente alteradas, conforme abaixo:

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual
12.311.05.05	AERONAVES	-	-
12.311.0101	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	10%
12.311.01.02	APARELHOS E EQUIP. DE COMUNICAÇÃO	10	20%
12.311.01.03	EQUIP./UTENS.MÉD.ODONT.LABOR E HOSP.	15	20%
12.311.01.04	APARELHOS E EQUIP. P/ ESPORTES E DIVERSÕES	10	10%
12.311.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10%
12.311.99.04	ARMAZÉNS ESTRUTURAIS-COBERT. DE LONA	10	10%
12.311.09.00	ARMAMENTOS	20	15%
12.311.04.02	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10	0%
12.311.04.03	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	10%
12.311.05.06	EMBARCAÇÕES	-	-
12.311.01.18	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAM.	20	10%
12.311.01.05	EQUIP. DE PROTEÇÃO, SEGUR. E SOCORRO	10	10%
12.311.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	20	10%
12.311.01.06	MAQUINAS E EQUIP. INDUSTRIAIS.	20	10%
12.311.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10%
12.311.01.08	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	10%
12.311.04.15	EQUIPAMENTOS P/ AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10%
12.311.01.25	MÁQUINAS, UTENS. E EQUIP. DIVERSOS	10	10%
12.311.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESS. DE DADOS	5	10%
12.311.03.02	MÁQUINAS, INSTAL. E UTENS. DE ESCRITÓRIO	10	10%

12.311.01.09	MÁQUINAS, FERRAM. E UTENS. DE OFICINA	10	10%
12.311.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10%
12.311.01.20	MÁQ.EQUIP.UTENS. AGROP. E RODOV.	10	10%
12.311.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10%
12.311.04.06	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	-	-
12.311.01.10	EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	5	10%
12.311.10.00	SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10	10%
12.311.05.01	VEÍCULOS EM GERAL	15	10%
12.311.01.11	EQUIP.E MATERIAL SIGILOSO E RESERVADO	10	10%
12.311.05.02	VEÍCULOS FERROVIÁRIOS	30	10%
12.311.99.09	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	10%
12.311.05.03	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	15	10%
12.311.05.04	CARROS DE COMBATE	30	10%
12.311.01.14	EQUIP., PEÇAS E ACESS. AERONÁUTICOS	30	10%
12.311.01.15	EQUIP., PEÇAS E ACESS. DE PROTEÇÃO AO VOO	30	10%
12.311.01.12	EQUIP. PEÇAS E CESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	5	10%
12.311.01.16	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	15	10%
12.311.01.13	EQUIP., PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS	15	10%
12.311.01.19	EQUIP. DE PROT. VIG. AMBIENTAL	10	10%
12.311.01.23	MÁQUINAS E EQUIP. – CONSTRUÇÃO CIVIL	20	10%
12.311.01.24	MÁQUINAS E EQUIP. ELETRO-ELETRONICOS	10	10%
12.311.01.99	OUTRAS MÁQ., EQUIP. E FERRAMENTAS	10	10%
12.311.03.04	UTENSÍLIOS EM GERAL	10	10%
12.311.04.07	MÁQUINAS E EQUIP. P/ FINS DIDÁTICOS	10	10%
12.311.04.99	OUTROS MATERIAIS CULT., EDUC. E DE COM.	10	10%

Os métodos de depreciação, amortização e exaustão são compatíveis com a vida útil econômica do ativo e aplicado uniformemente. Com referência ao método de cálculo dos encargos de depreciação indicado para utilização no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional foi o das quotas constantes, já que a informação deverá ser consistente e comparável, devendo constar em Notas Explicativas.

A depreciação é iniciada no mês seguinte à aquisição, incorporação e/ou sua efetiva utilização, não havendo depreciação em fração menor que um mês, sendo reconhecidas até que o valor líquido contábil do ativo se iguale ao valor residual.

As taxas utilizadas para os cálculos são aplicadas com base no período de vida útil padrão, levando-se em conta o valor residual a fim de se obter a taxa anual de depreciação, sendo que os cálculos e registros são realizados mensalmente.

$$\text{Quota de Depreciação Periódica (anual ou mensal)} = \frac{\text{Custo – Valor Residual}}{\text{nº de períodos de vida útil estimada (em anos ou meses)}}$$

A metodologia adotada pela comissão designada para realizar o procedimento de avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado e do intangível envolveu uma ampla pesquisa de preços no mercado, levando-se em consideração todas as condições físicas dos bens, por meio de consulta a endereços eletrônicos especializados em cotação de produtos, bem como empresas especializadas em comercialização de móveis usados, através de pesquisas via internet, fac-simile, mensagens eletrônicas e, em algumas situações especiais foi utilizado o próprio método da depreciação, tendo como referência o valor de um bem novo similar no mercado.

No que se refere à depreciação dos bens imóveis cadastrados no SPIUNET, o registro da depreciação ocorreu no mês de dezembro de 2015, através da Coordenação de Contabilidade do Tesouro Nacional, mediante Planilha encaminhada pela Secretaria de Patrimônio da União em 07/12/2015 e 05/01/2016.

Conforme dispõe o Art. 104 da Lei nº 4.320/64: "a demonstração das variações patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício". Para Kohama (2009, p. 178) a variação patrimonial está definida como: A alteração de valor, de qualquer elemento do patrimônio público, por alienação, aquisição, dívida contraída, dívida liquidada, depreciação ou valorização, amortização, superveniência, insubsistência, efeitos da execução orçamentária e resultado do exercício financeiro (KOHAMA, 2009).

Pode-se deduzir que a forma como a avaliação do bem é executada e a maneira como a depreciação é calculada definirão o impacto no patrimônio do órgão. O viés sugerido à comissão que realizou tais procedimentos pode desvirtuar os resultados finais obtidos, não evidenciando corretamente o patrimônio. O princípio da essência sobre a forma sugere uma quantia de subjetividade, que pode ser elevada e prejudicial, no processo de julgamento.

Contudo, não é pretensão da administração pública trazer a valor presente uma situação patrimonial 100% correta, mesmo porque na área de ciência, tecnologia e inovação o quantitativo de máquinas e equipamentos importados é grande e muitos já são ultrapassados, mas continuam sendo utilizados.

> Em análise aos resultados obtidos a partir de 2010, estes demonstram que o balanço patrimonial, o fluxo de caixa indireto, a demonstração da variação patrimonial e a demonstração do resultado econômico sofreram reduções com o cálculo da depreciação. Em contrapartida, a reavaliação e/ou redução a valor recuperável sobre os valores históricos, em sua maioria, elevou a variação patrimonial ativa.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, art. 104, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP):

- Evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício;
- Variações Quantitativas: alteram o valor do patrimônio (causam aumentou ou diminuição deste); e
- Variações Qualitativas: alteram itens patrimoniais, sem afetar o valor do patrimônio.

Cabe ressaltar que até 2014, o modelo válido considerava como Resultado Patrimonial a diferença entre as Variações Patrimoniais Ativas e as Passivas que representava as alterações patrimoniais do exercício, afetadas pelos fatos orçamentários e extraorçamentários.

A partir de 2015, com a implantação das novas demonstrações (Portaria STN nº 665 que alterou os anexos da Lei nº 4.320/1964 e Portaria STN nº 406/2011 que aprovou a parte V dos Demonstrativos Contábeis – DCASP do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público), o novo modelo considera como resultado patrimonial as Variações Patrimoniais Quantitativas (Variações Patrimoniais

Aumentativas – Variações Patrimoniais Diminutivas). Demonstrando em quadro complementar as Variações Patrimoniais Qualitativas (Incorporação de Ativo, Desincorporação de Passivo, Incorporação de Passivo e Desincorporação de Ativo).

DETALHAMENTO DO RESULTADO PATRIMONIAL – COMPARATIVO 2009 A 2015						
2009	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**
318.672.821,60	(48.384.071,62)	76.310.774,34	152.004.841,51	99.168.822,79	25.505.216,95	88.263.938,35

Traçando um comparativo entre 2009 a 2015, observa-se um decréscimo no resultado patrimonial em torno de 72% não decorrente de reconhecimento da depreciação e/ou reavaliação de bens, fato que pouco altera o patrimônio líquido. Essa realidade decorre do próprio perfil do patrimônio dos entes públicos, onde o total do ativo imobilizado possui pouca relevância em relação aos demais componentes patrimonial.

EXERCÍCIO	VLR. BENS MOV. ACUM.	VLR. DEPREC. ACUMUL.
2009	36.085.784,24	0,00
2010	27.987.428,97	131.567,77
2011	27.088.448,37	411.700,15
2012	38.273.692,75	1.921.090,55
2013	49.222.740,62	4.713.559,28
2014	69.430.256,18	7.681.036,93
2015	70.607.229,59	10.671.453,01

Em se tratando de patrimônio líquido, houve um acréscimo significativo entre os exercícios de 2009 a 2015, passando de R$ 461.918.033,52 para R$ 1.139.339.143,61, o equivalente a 147% de aumento.

PATRIMÕNIO LÍQUIDO						
2009	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**
461.918.033,52	413.533.961,90	486.619.537,27	637.964.558,15	733.487.712,27	1.051.075.205,26	1.139.339.143,61

De acordo com o calendário oferecido pela Secretaria do Tesouro Nacional, a área patrimonial da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos praticamente concluiu todos os procedimentos contidos no Manual SIAFI Web, restando apenas o registro da amortização do intangível, bem como alguns ajustes pertinentes.

Pode-se afirmar que a adoção da depreciação no âmbito do setor público veio consolidar a mudança do enfoque estritamente orçamentário para o enfoque patrimonial da contabilidade pública, que visa à evidenciação do patrimônio público e que se constitui seu principal objeto.

Esse fato reforça a premissa da responsabilidade social dos demonstrativos e relatórios contábeis, com vista à importância dessa ciência enquanto ferramenta de controle e transparência da gestão pública.

7.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC foi desenvolvido com a finalidade de permitir a efetiva mensuração de custos sob a óptica administrativa, a partir dos órgãos centrais de planejamento, orçamento, contabilidade e finanças. A Portaria STN nº 157, de 9 de março de 2011, instituiu o Sistema de Custos do Governo Federal, tendo como objetivo identificar custos específicos de programas e das unidades da Administração Pública Federal.

Dessa forma, foi publicada a Portaria SEXEC/MCTI nº 6, de 30 de maio de 2012, instituindo de forma provisória a Unidade de Informações de Custos no âmbito deste Órgão, indicando como responsável pelas competências a SPOA.

Em relação ao exercício de 2015, foi solicitado pela Casa Civil e pela CGU, a fim de compor a Prestação de Contas do Presidente da República – PCPR, os dados de custos relativos ao Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação, Objetivos 400 e 497, divididos em três anexos:

I – Demonstrativo de Custo por Programa e Objetivo;

II – Demonstrativo de Custo por Programa, Objetivo e Grupo de Natureza da Despesa;

III – Demonstrativo de Custo por Programa, Objetivo e Ação com Execução Física.

Conscientes da importância da apuração, avaliação e divulgação dos custos dos projetos e atividades do Órgão, este Ministério permanece envidando esforços no sentido de buscar alternativas com o intuito de estruturar de forma permanente a Setorial de Custos.

7.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

7.3.1 Secretaria-Executiva – SEXEC/MCTI

7.3.1.1 Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240113 - SUBSECRET. DE COORD. DAS UNIDADES DE PESQUISA
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	16/02/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
Receitas Orçamentárias	**-**	**-**	**Despesas Orçamentárias**	**617.816.780,62**	**-**
Ordinárias	**-**	**-**	**Ordinárias**	**614.016.780,62**	**-**
Vinculadas	**-**	**-**	**Vinculadas**	**3.800.000,00**	**-**
Educação		-	Educação		-
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	3.000.000,00	-
Operação de Crédito		-	Operação de Crédito		-
Alienação de Bens e Direitos		-	Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais		-	Transferências Constitucionais e Legais		-
Previdência Social (RGPS)		-	Previdência Social (RGPS)		-
Doações		-	Doações		-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	800.000,00	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos		-	Outros Recursos Vinculados a Fundos		-
Demais Recursos		-	Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	**271.843.925,27**	**-**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**151.534,00**	**-**
Resultantes da Execução Orçamentária	153.374.429,27	-	Resultantes da Execução Orçamentária	26.734,00	-
Cota Recebida		-	Cota Concedida		-
Repasse Recebido	31.586.383,27	-	Repasse Concedido	26.734,00	-
Sub-repasse Recebido	121.788.046,00	-	Sub-repasse Concedido		-
Recursos Arrecadados - Recebidos		-	Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa		-	Valores Diferidos - Baixa		-

Valores Diferidos - Inscrição		-	Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos		-	Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida		-	Cota Devolvida		-
Repasse Devolvido		-	Repasse Devolvido		-
Sub-repasse Devolvido		-	Sub-repasse Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	118.469.496,00	-	Independentes da Execução Orçamentária	124.800,00	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	118.469.496,00	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	124.800,00	-
Demais Transferências Recebidas		-	Demais Transferências Concedidas		-
Movimentação de Saldos Patrimoniais		-	Movimento de Saldos Patrimoniais		-
Movimentações para Incorporação de Saldos		-	Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	**475.904.721,35**	**-**	**Despesas Extraorçamentárias**	**123.955.496,00**	**-**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	2.000.000,00	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	475.904.721,35	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	121.955.496,00	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-
Restituições a Pagar		-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-
Arrecadação de Outra Unidade		-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-	Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos		-			
Saldo do Exercício Anterior	**-**	**-**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**5.824.836,00**	**-**
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.824.836,00	-
TOTAL	**747.748.646,62**	**-**	**TOTAL**	**747.748.646,62**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240113 - SUBSECRET. DE COORD. DAS UNIDADES DE PESQUISA
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	16/02/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**-**	**-**	**-**	**-**
Receitas Tributárias	**-**	**-**	**-**	**-**
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	**-**	**-**	**-**	**-**
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**-**	**-**	**-**	**-**
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências Correntes	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	**-**	**-**	**-**	**-**
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito	**-**	**-**	**-**	**-**

Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	**-**	**-**	**-**	**-**
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DE RECEITAS	**-**	**-**	**-**	**-**
REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Externas	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**
DÉFICIT			**617.816.780,62**	**617.816.780,62**
TOTAL	**-**	**-**	**617.816.780,62**	**617.816.780,62**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	**-**	**-**	**-**	**-**
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**-**	**-**	**617.816.780,62**	**141.912.059,27**	**141.912.059,27**	**-617.816.780,62**

Pessoal e Encargos Sociais	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**-**	**-**	**617.816.780,62**	**141.912.059,27**	**141.912.059,27**	**-617.816.780,62**
DESPESAS DE CAPITAL	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Investimentos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
RESERVA DO RPPS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**-**	**-**	**617.816.780,62**	**141.912.059,27**	**141.912.059,27**	**-617.816.780,62**
AMORTIZAÇAO DA DIVIDA / REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida Interna	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**617.816.780,62**	**141.912.059,27**	**141.912.059,27**	**-617.816.780,62**
TOTAL	**-**	**-**	**617.816.780,62**	**141.912.059,27**	**141.912.059,27**	**-617.816.780,62**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**-**	**121.955.496,00**	**121.955.496,00**	**121.955.496,00**	**-**	**-**
Pessoal e Encargos Sociais	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**-**	**121.955.496,00**	**121.955.496,00**	**121.955.496,00**	**-**	**-**
DESPESAS DE CAPITAL	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Investimentos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**-**	**121.955.496,00**	**121.955.496,00**	**121.955.496,00**	**-**	**-**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**-**	**2.000.000,00**	**2.000.000,00**	**-**	**-**
Pessoal e Encargos Sociais	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**-**	**2.000.000,00**	**2.000.000,00**	**-**	**-**

DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	2.000.000,00	2.000.000,00	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240113 - SUBSECRET. DE COORD. DAS UNIDADES DE PESQUISA
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	29/02/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	5.824.836,00	89.515.179,00	**PASSIVO CIRCULANTE**	-	2.000.000,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.824.836,00	-	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	-	-
Créditos Tributários a Receber		-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	-	-
Clientes		-	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	-	-
Créditos de Transferências a Receber		-	**Obrigações de Repartição a Outros Entes**	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	**Provisões de Curto Prazo**	-	-
Dívida Ativa Tributária		-	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	-	2.000.000,00
Dívida Ativa Não Tributária		-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo		-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	89.515.179,00			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo**	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		-	**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	-	-
Estoques		-	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	**Provisões de Longo Prazo**	-	-
Investimentos	-	-	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	-	-
Participações Permanentes	-	-	**Resultado Diferido**	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		-	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	-	2.000.000,00

Participações Avaliadas pelo Método de Custo		-	-		
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes		-			
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Propriedades para Investimento	-	-	**Patrimônio Social e Capital Social**	**-**	**-**
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	**-**	**-**
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	**Reservas de Capital**	**-**	**-**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	**-**	**-**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**Reservas de Lucros**	**-**	**-**
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	**Demais Reservas**	**-**	**-**
Demais Investimentos Permanentes	-	-	**Resultados Acumulados**	**5.824.836,00**	**87.515.179,00**
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultado do Exercício	-81.690.343,00	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	87.515.179,00	87.515.179,00
Imobilizado	**-**	**-**	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	**-**	**-**
Bens Móveis	-	-	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**5.824.836,00**	**87.515.179,00**
Bens Móveis	-	-			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	**-**	**-**			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	**-**	**-**			
Diferido		-			
(-) Amortização Acumulada		-			
TOTAL DO ATIVO	**5.824.836,00**	**89.515.179,00**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**5.824.836,00**	**89.515.179,00**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	**5.824.836,00**	**123.955.496,00**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**475.904.721,35**	**245.910.992,00**
ATIVO PERMANENTE	**-**	**-34.440.317,00**	**PASSIVO PERMANENTE**	**-**	**-121.955.496,00**
SALDO PATRIMONIAL	**470.079.885,35**	**34.440.317,00**	**SALDO PATRIMONIAL**		**-**

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015	2014
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**4.214.506,00**	**89.515.180,00**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**118.299.398,38**	**118.350.797,04**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	4.214.506,00	89.515.180,00	Execução dos Atos Potenciais Passivos	118.299.398,38	118.350.797,04
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	4.214.506,00	89.515.180,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	144.601,38	196.000,04
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	118.154.797,00	118.154.797,00
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**4.214.506,00**	**89.515.180,00**	**TOTAL**	**118.299.398,38**	**118.350.797,04**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-466.279.885,35**
Recursos Vinculados	**-3.800.000,00**
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-3.000.000,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-800.000,00
TOTAL	**-470.079.885,35**

SUBTITULO 240113 - SUBSECRET. DE COORD. DAS UNIDADES DE PESQUISA

ORGÃO SUPERIOR 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

EXERCíCIO 2015

PERíODO Anual

EMISSÃO 16/02/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**5.824.836,00**	**-**
INGRESSOS	**271.843.925,27**	**-**
Receitas Derivadas e Originárias	**-**	**-**
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial		-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	**-**	**-**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	**271.843.925,27**	**-**
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Restituições a Pagar		-
Passivos Transferidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-
Transferências Financeiras Recebidas	271.843.925,27	-
Arrecadação de Outra Unidade		-
Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-
Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Recebimentos		-
DESEMBOLSOS	**-266.019.089,27**	**-**
Pessoal e Demais Despesas	**-**	**-**
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-

Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	**-265.867.555,27**	**-**
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-265.867.555,27	-
Outros Desembolsos das Operações	**-151.534,00**	**-**
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Pagamento de Passivos Recebidos		-
Transferências Financeiras Concedidas	-151.534,00	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-
Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Pagamentos		-

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-**	**-**
INGRESSOS	**-**	**-**
Alienação de Bens	**-**	**-**
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	**-**	**-**
Outros Ingressos de Investimentos	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-**	**-**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-**	**-**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-**	**-**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-**	**-**
INGRESSOS	**-**	**-**
Operações de Crédito	**-**	**-**
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	**-**	**-**
Transferências de Capital Recebidas	**-**	**-**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-**	**-**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Financiamento	**-**	**-**
GERAÇAO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**5.824.836,00**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**-**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**5.824.836,00**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240113 - SUBSECRET. DE COORD. DAS UNIDADES DE PESQUISA
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	16/02/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	**2014**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**271.843.925,27**	**-**

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**-**	**-**
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	**-**	**-**
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**-**	**-**
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**-**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**271.843.925,27**	**-**
Transferências Intragovernamentais	271.843.925,27	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**-**	**-**
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**-**	**-**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**353.534.268,27**	**-**

Pessoal e Encargos	**-**	**-**
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**-**	**-**
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**-**	**-**
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**-**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	**264.019.089,27**	**-**
Transferências Intragovernamentais	151.534,00	-
Transferências Intergovernamentais	5.325.150,00	-
Transferências a Instituições Privadas	258.542.405,27	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**89.515.179,00**	**-**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	89.515.179,00	-
Tributárias	**-**	**-**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	**-**	**-**
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**-**	**-**

Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**-81.690.343,00**	**-**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	**2014**

7.3.1.2 Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA

Coordenação Geral de Orcamento e Financas

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240102 - COORDENACAO GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MCT
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	16/02/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
Receitas Orçamentárias	**27.167.213,19**	**-**	**Despesas Orçamentárias**	**-**	**-**
Ordinárias	**24.406.066,51**	**-**	**Ordinárias**	**-**	**-**
Vinculadas	**3.585.181,63**	**-**	**Vinculadas**	**-**	**-**
Educação		-	Educação		-
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-	Seguridade Social (Exceto RGPS)		-
Operação de Crédito		-	Operação de Crédito		-
Alienação de Bens e Direitos		-	Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais		-	Transferências Constitucionais e Legais		-
Previdência Social (RGPS)		-	Previdência Social (RGPS)		-
Doações		-	Doações		-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.585.181,63	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		-
Outros Recursos Vinculados a Fundos		-	Outros Recursos Vinculados a Fundos		-
Demais Recursos		-	Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-824.034,95	-			
Transferências Financeiras Recebidas	**7.368.493.838,84**	**-**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**7.405.572.221,15**	**-**
Resultantes da Execução Orçamentária	6.315.354.757,20	-	Resultantes da Execução Orçamentária	6.091.920.474,69	-
Cota Recebida	6.314.363.480,72	-	Cota Concedida		-
Repasse Recebido		-	Repasse Concedido	4.611.379.733,22	-
Sub-repasse Recebido	3.439,88	-	Sub-repasse Concedido	1.479.626.812,46	-
Recursos Arrecadados - Recebidos		-	Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa	987.836,60	-	Valores Diferidos - Baixa	913.929,01	-
Valores Diferidos - Inscrição		-	Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos		-	Correspondências de Créditos		-

Cota Devolvida		-	Cota Devolvida		-
Repasse Devolvido		-	Repasse Devolvido		-
Sub-repasse Devolvido		-	Sub-repasse Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	1.053.139.081,64	-	Independentes da Execução Orçamentária	1.313.651.746,46	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	845.785.031,50	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.106.279.883,09	-
Demais Transferências Recebidas	207.354.050,14	-	Demais Transferências Concedidas	207.354.050,14	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais		-	Movimento de Saldos Patrimoniais	17.813,23	-
Movimentações para Incorporação de Saldos		-	Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	**6.146,82**	**-**	**Despesas Extraorçamentárias**	**77.866.941,43**	**-**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	6.146,82	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	77.866.941,43	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-
Restituições a Pagar		-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	50.717.541,47	-
Arrecadação de Outra Unidade		-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	27.149.399,96	-
Variação Cambial		-	Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	6.146,82	-			
Saldo do Exercício Anterior	**154.742.817,30**	**-**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**66.970.853,57**	**-**
Caixa e Equivalentes de Caixa	154.742.817,30	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	66.970.853,57	-
TOTAL	**7.550.410.016,15**	**-**	**TOTAL**	**7.550.410.016,15**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240102 - COORDENACAO GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MCT
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	16/02/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**3.599.718,00**	**3.599.718,00**	**27.155.354,79**	**23.555.636,79**
Receitas Tributárias	**-**	**-**	**-**	**-**
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	**-**	**-**	**-**	**-**
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**121.200,00**	**121.200,00**	**685.924,77**	**564.724,77**
Receitas Imobiliárias	121.200,00	121.200,00	552.982,97	431.782,97
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	132.941,80	132.941,80
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	**3.348.518,00**	**3.348.518,00**	**2.767.675,68**	**-580.842,32**
Transferências Correntes	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	**130.000,00**	**130.000,00**	**23.701.754,34**	**23.571.754,34**
Multas e Juros de Mora	-	-	402.585,34	402.585,34
Indenizações e Restituições	-	-	23.022.329,24	23.022.329,24
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	130.000,00	130.000,00	276.839,76	146.839,76
RECEITAS DE CAPITAL	**20.000,00**	**20.000,00**	**11.858,40**	**-8.141,60**
Operações de Crédito	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-

Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	**20.000,00**	**20.000,00**	**-**	**-20.000,00**
Alienação de Bens Móveis	20.000,00	20.000,00	-	-20.000,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	**-**	**-**	**11.858,40**	**11.858,40**
Transferências de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DE RECEITAS	**3.619.718,00**	**3.619.718,00**	**27.167.213,19**	**23.547.495,19**
REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Externas	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**3.619.718,00**	**3.619.718,00**	**27.167.213,19**	**23.547.495,19**
TOTAL	**3.619.718,00**	**3.619.718,00**	**27.167.213,19**	**23.547.495,19**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	**-**	**-**	**-**	**-**
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**1.479.175.865,00**	**2.277.422.538,00**	**-**	**-**	**-**	**2.277.422.538,00**
Pessoal e Encargos Sociais	**967.887.270,00**	**1.035.717.427,00**	**-**	**-**	**-**	**1.035.717.427,00**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Outras Despesas Correntes	**511.288.595,00**	**1.241.705.111,00**	**-**	**-**	**-**	**1.241.705.111,00**
DESPESAS DE CAPITAL	**288.176.627,00**	**230.828.688,00**	**-**	**-**	**-**	**230.828.688,00**
Investimentos	**259.698.702,00**	**224.350.763,00**	**-**	**-**	**-**	**224.350.763,00**
Inversões Financeiras	**28.477.925,00**	**6.477.925,00**	**-**	**-**	**-**	**6.477.925,00**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
RESERVA DO RPPS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**1.767.352.492,00**	**2.508.251.226,00**	**-**	**-**	**-**	**2.508.251.226,00**
AMORTIZAÇAO DA DIVIDA / REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida Interna	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**1.767.352.492,00**	**2.508.251.226,00**	**-**	**-**	**-**	**2.508.251.226,00**
SUPERAVIT			**27.167.213,19**			**-27.167.213,19**
TOTAL	**1.767.352.492,00**	**2.508.251.226,00**	**27.167.213,19**	**-**	**-**	**2.481.084.012,81**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Pessoal e Encargos Sociais	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
DESPESAS DE CAPITAL	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Investimentos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Pessoal e Encargos Sociais	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
DESPESAS DE CAPITAL	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240102 - COORDENACAO GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MCT
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	29/02/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
ATIVO CIRCULANTE	**121.663.418,13**	**336.872.170,85**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**238.582.535,24**	**2.848.123,84**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**66.970.853,57**	**154.742.817,30**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	**-**	**-**
Créditos a Curto Prazo	**-**	**-**	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	**-**	**-**
Créditos Tributários a Receber		-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	**-**	**-**
Clientes		-	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	**-**	**-**
Créditos de Transferências a Receber		-	**Obrigações de Repartição a Outros Entes**	**-**	**-**
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	**Provisões de Curto Prazo**	**-**	**-**
Dívida Ativa Tributária		-	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	**238.582.535,24**	**2.848.123,84**
Dívida Ativa Não Tributária		-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo		-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	**54.692.564,56**	**182.129.353,55**			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	**-**	**-**			
Estoques	**-**	**-**			
VPDs Pagas Antecipadamente	**-**	**-**			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**-**	**-**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**-**	**-**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**-**	**-**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo**	**-**	**-**
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		-	**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	**-**	**-**
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	**-**	**-**
Estoques		-	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	**-**	**-**
VPDs Pagas Antecipadamente		-	**Provisões de Longo Prazo**	**-**	**-**
Investimentos	**-**	**-**	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	**-**	**-**
Participações Permanentes	-	-	**Resultado Diferido**	**-**	**-**
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		-	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**238.582.535,24**	**2.848.123,84**
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes		-			

Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Propriedades para Investimento	-	-	**Patrimônio Social e Capital Social**	**-**	**-**
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	**-**	**-**
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	**Reservas de Capital**	**-**	**-**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	**-**	**-**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**Reservas de Lucros**	**-**	**-**
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	**Demais Reservas**	**-**	**-**
Demais Investimentos Permanentes	-	-	**Resultados Acumulados**	**-116.919.117,11**	**334.024.047,01**
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultado do Exercício	-450.943.164,12	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	334.024.047,01	334.024.047,01
Imobilizado	**-**	**-**	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	**-**	**-**
Bens Móveis	-	-	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**-116.919.117,11**	**334.024.047,01**
Bens Móveis	-	-			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	**-**	**-**			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	**-**	**-**			
Diferido		-			
(-) Amortização Acumulada		-			
TOTAL DO ATIVO	**121.663.418,13**	**336.872.170,85**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**121.663.418,13**	**336.872.170,85**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
ATIVO FINANCEIRO	**121.663.418,13**	**1.699.989.902,61**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**238.582.535,24**	**2.911.177.441,68**
ATIVO PERMANENTE	**-**	**-1.363.117.731,76**	**PASSIVO PERMANENTE**	**-**	**-2.908.329.317,84**
SALDO PATRIMONIAL	**116.919.117,11**	**-**	**SALDO PATRIMONIAL**		**334.024.047,01**

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	**2015**	**2014**
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**-**	**-**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**-**	**-**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**-**	**-**	**TOTAL**	**-**	**-**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-213.000.145,08**
Recursos Vinculados	**96.081.027,97**
Educação	326.396,57
Seguridade Social (Exceto RGPS)	16.150.969,37
Operação de Crédito	-3.986.111,36
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	57.789.095,01
Outros Recursos Vinculados a Fundos	25.800.678,38
TOTAL	**-116.919.117,11**

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240102 - COORDENACAO GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MCT
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	16/02/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**-87.783.822,13**	**-**
INGRESSOS	**7.395.655.340,45**	**-**
Receitas Derivadas e Originárias	**27.155.354,79**	**-**
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	552.982,97	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	2.767.675,68	-
Remuneração das Disponibilidades	132.941,80	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	23.701.754,34	-
Transferências Correntes Recebidas	**-**	**-**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	**7.368.499.985,66**	**-**
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Restituições a Pagar		-
Passivos Transferidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-
Transferências Financeiras Recebidas	7.368.493.838,84	-
Arrecadação de Outra Unidade		-
Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-
Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Recebimentos	6.146,82	-
DESEMBOLSOS	**-7.483.439.162,58**	**-**
Pessoal e Demais Despesas	**-**	**-**
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-

Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	**-**	**-**
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	**-7.483.439.162,58**	**-**
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Pagamento de Passivos Recebidos		-
Transferências Financeiras Concedidas	-7.405.572.221,15	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-50.717.541,47	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-27.149.399,96	-
Variação Cambial		-
Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-

Demais Pagamentos		-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**11.858,40**	**-**
INGRESSOS	**11.858,40**	**-**
Alienação de Bens	**-**	**-**
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	**11.858,40**	**-**
Outros Ingressos de Investimentos	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-**	**-**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-**	**-**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-**	**-**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-**	**-**
INGRESSOS	**-**	**-**
Operações de Crédito	**-**	**-**
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	**-**	**-**
Transferências de Capital Recebidas	**-**	**-**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-**	**-**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Financiamento	**-**	**-**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**-87.771.963,73**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**154.742.817,30**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**66.970.853,57**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240102 - COORDENACAO GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MCT
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	16/02/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	**2014**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**7.478.587.011,87**	**-**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**-**	**-**
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	**-**	**-**
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**-**	**-**
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**-**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**7.368.493.838,84**	**-**
Transferências Intragovernamentais	7.368.493.838,84	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**110.075.359,80**	**-**
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	110.075.359,80	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**17.813,23**	**-**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	17.813,23	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**7.929.530.175,99**	**-**
Pessoal e Encargos	**-**	**-**
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**-**	**-**
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**-**	**-**
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**-**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	**7.405.572.221,15**	**-**
Transferências Intragovernamentais	7.405.572.221,15	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**523.957.954,84**	**-**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	518.076.475,06	-
Desincorporação de Ativos	5.881.479,78	-
Tributárias	**-**	**-**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	**-**	**-**
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**-**	**-**
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**-450.943.164,12**	**-**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	**2014**

Coordenação-Geral de Recursos Logisticos

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240101 - COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	16/02/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
Receitas Orçamentárias	**-**	**-**	**Despesas Orçamentárias**	**62.771.486,75**	**-**
Ordinárias	**-**	**-**	**Ordinárias**	**62.771.486,75**	**-**
Vinculadas	**-**	**-**	**Vinculadas**	**-**	**-**
Educação		-	Educação		-
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-	Seguridade Social (Exceto RGPS)		-
Operação de Crédito		-	Operação de Crédito		-
Alienação de Bens e Direitos		-	Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais		-	Transferências Constitucionais e Legais		-
Previdência Social (RGPS)		-	Previdência Social (RGPS)		-
Doações		-	Doações		-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		-
Outros Recursos Vinculados a Fundos		-	Outros Recursos Vinculados a Fundos		-
Demais Recursos		-	Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	**149.739.406,16**	**-**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**37.870.184,97**	**-**
Resultantes da Execução Orçamentária	77.063.974,11	-	Resultantes da Execução Orçamentária	15.641.841,83	-
Cota Recebida		-	Cota Concedida		-
Repasse Recebido	1.960.524,45	-	Repasse Concedido	15.641.841,83	-
Sub-repasse Recebido	75.103.449,66	-	Sub-repasse Concedido		-
Recursos Arrecadados - Recebidos		-	Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa		-	Valores Diferidos - Baixa		-
Valores Diferidos - Inscrição		-	Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos		-	Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida		-	Cota Devolvida		-
Repasse Devolvido		-	Repasse Devolvido		-
Sub-repasse Devolvido		-	Sub-repasse Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	72.675.432,05	-	Independentes da Execução Orçamentária	22.228.343,14	-

Transferências Recebidas para Pagamento de RP	72.390.399,26	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	5.777.205,72	-
Demais Transferências Recebidas	167.525,69	-	Demais Transferências Concedidas		-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	117.507,10	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	16.451.137,42	-
Movimentações para Incorporação de Saldos		-	Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	**30.752.470,62**	**-**	**Despesas Extraorçamentárias**	**78.689.163,01**	**-**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2.775.777,44	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	47.581.585,45	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	11.534.760,47	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	30.906.015,55	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-225.977,74	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	201.562,01	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	16.667.910,45	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-
Restituições a Pagar		-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-
Arrecadação de Outra Unidade	16.240.370,70	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-	Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	427.539,75	-			
Saldo do Exercício Anterior	**5.652.380,41**	**-**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**6.813.422,46**	**-**
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.652.380,41	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.813.422,46	-
TOTAL	**186.144.257,19**	**-**	**TOTAL**	**186.144.257,19**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240101 - COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	16/02/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**-**	**-**	**-**	**-**
Receitas Tributárias	**-**	**-**	**-**	**-**

Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	**-**	**-**	**-**	**-**
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**-**	**-**	**-**	**-**
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências Correntes	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	**-**	**-**	**-**	**-**
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	**-**	**-**	**-**	**-**
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-

Amortização de Empréstimos	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DE RECEITAS	**-**	**-**	**-**	**-**
REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Externas	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**
DEFICIT			**62.771.486,75**	**62.771.486,75**
TOTAL	**-**	**-**	**62.771.486,75**	**62.771.486,75**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	**-**	**-**	**-**	**-**
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**-**	**-**	**59.089.935,14**	**49.215.881,92**	**46.440.104,48**	**-59.089.935,14**
Pessoal e Encargos Sociais	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**-**	**-**	**59.089.935,14**	**49.215.881,92**	**46.440.104,48**	**-59.089.935,14**
DESPESAS DE CAPITAL	**-**	**-**	**3.681.551,61**	**2.020.844,36**	**2.020.844,36**	**-3.681.551,61**
Investimentos	**-**	**-**	**3.681.551,61**	**2.020.844,36**	**2.020.844,36**	**-3.681.551,61**

Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	62.771.486,75	51.236.726,28	48.460.948,84	-62.771.486,75
AMORTIZAÇAO DA DIVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	62.771.486,75	51.236.726,28	48.460.948,84	-62.771.486,75
TOTAL	-	-	62.771.486,75	51.236.726,28	48.460.948,84	-62.771.486,75

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	923.950,42	11.159.907,64	5.599.008,74	5.114.249,24	6.450.789,27	518.819,55
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	923.950,42	11.159.907,64	5.599.008,74	5.114.249,24	6.450.789,27	518.819,55
DESPESAS DE CAPITAL	43.673.201,66	4.818.570,43	47.839.799,07	25.791.766,31	458.489,79	22.241.515,99
Investimentos	3.673.201,66	4.818.570,43	7.839.799,07	5.327.726,02	458.489,79	2.705.556,28
Inversões Financeiras	40.000.000,00	-	40.000.000,00	20.464.040,29	-	19.535.959,71
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	44.597.152,08	15.978.478,07	53.438.807,81	30.906.015,55	6.909.279,06	22.760.335,54

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	51.180.987,07	1.868.784,57	47.578.546,40	410.968,02	5.060.257,22
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	51.180.987,07	1.868.784,57	47.578.546,40	410.968,02	5.060.257,22
DESPESAS DE CAPITAL	32.823.718,05	3.039,05	3.039,05	26.878.309,00	5.945.409,05
Investimentos	32.823.718,05	3.039,05	3.039,05	26.878.309,00	5.945.409,05
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	84.004.705,12	1.871.823,62	47.581.585,45	27.289.277,02	11.005.666,27

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240101 - COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	29/02/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	**771.098.303,31**	**836.712.554,30**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**36.840.676,66**	**105.728.256,14**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**6.813.422,46**	**5.652.380,41**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	**-**	**-**
Créditos a Curto Prazo	**-**	**-**	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	**-**	**-**
Créditos Tributários a Receber		-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	**3.006.663,67**	**1.871.823,62**
Clientes		-	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	**-**	**-**
Créditos de Transferências a Receber		-	**Obrigações de Repartição a Outros Entes**	**-**	**-**
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	**Provisões de Curto Prazo**	**-**	**-**
Dívida Ativa Tributária		-	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	**33.834.012,99**	**103.856.432,52**
Dívida Ativa Não Tributária		-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo		-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	**763.738.388,47**	**830.584.098,43**			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	**-**	**-**			
Estoques	**546.492,38**	**476.075,46**			
VPDs Pagas Antecipadamente	**-**	**-**			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**405.081.516,96**	**320.090.907,10**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**-**	**-**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**-**	**-**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo**	**-**	**-**
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		-	**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	**-**	**-**
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	**-**	**-**
Estoques		-	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	**-**	**-**
VPDs Pagas Antecipadamente		-	**Provisões de Longo Prazo**	**-**	**-**
Investimentos	**2.105,64**	**2.105,64**	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	**-**	**-**
Participações Permanentes	-	-	**Resultado Diferido**	**-**	**-**
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		-	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**36.840.676,66**	**105.728.256,14**
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes		-			
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			

-

ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Patrimônio Social e Capital Social	**-**	**-**
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	**-**	**-**

(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	**Reservas de Capital**	**-**	**-**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	**-**	**-**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**Reservas de Lucros**	**-**	**-**
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	**Demais Reservas**	**-**	**-**
Demais Investimentos Permanentes	2.105,64	2.105,64	**Resultados Acumulados**	**1.139.339.143,61**	**1.051.075.205,26**
Demais Investimentos Permanentes	2.105,64	2.105,64	Resultado do Exercício	88.263.938,35	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	1.051.075.205,26	1.051.075.205,26
Imobilizado	**402.881.985,02**	**317.891.375,16**	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	**-**	**-**
Bens Móveis	59.800.133,19	61.749.219,25	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**1.139.339.143,61**	**1.051.075.205,26**
Bens Móveis	70.607.229,59	69.430.256,18			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-10.671.453,01	-7.681.036,93			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-135.643,39	-			
Bens Imóveis	343.081.851,83	256.142.155,91			
Bens Imóveis	343.113.588,61	256.142.155,91			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-31.736,78	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	**2.197.426,30**	**2.197.426,30**			
Softwares	2.192.795,63	2.192.795,63			
Softwares	2.192.795,63	2.192.795,63			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	4.630,67	4.630,67			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	4.630,67	4.630,67			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	**-**	**-**			
Diferido		-			
(-) Amortização Acumulada		-			
TOTAL DO ATIVO	**1.176.179.820,27**	**1.156.803.461,40**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**1.176.179.820,27**	**1.156.803.461,40**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	**6.813.422,46**	**166.303.886,29**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**48.504.079,47**	**226.879.516,44**
ATIVO PERMANENTE	**1.169.366.397,81**	**990.499.575,11**	**PASSIVO PERMANENTE**	**-**	**-60.575.630,15**
SALDO PATRIMONIAL		**-**	**SALDO PATRIMONIAL**	**1.127.675.740,80**	**990.499.575,11**

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015	2014
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**24.284.367,87**	**50.625.403,79**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**141.736.071,43**	**167.385.367,56**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	24.284.367,87	50.625.403,79	Execução dos Atos Potenciais Passivos	141.736.071,43	167.385.367,56
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	9.332.680,59	6.249.086,51	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	11.643.947,12	41.068.577,12	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	77.916.993,13	120.504.356,06
Direitos Contratuais a Executar	3.307.740,16	3.307.740,16	Obrigações Contratuais a Executar	63.819.078,30	46.881.011,50
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**24.284.367,87**	**50.625.403,79**	**TOTAL**	**141.736.071,43**	**167.385.367,56**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-36.670.977,70**
Recursos Vinculados	**-5.019.679,31**
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-5.019.679,31
TOTAL	**-41.690.657,01**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240101 - COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	16/02/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**24.463.135,51**	**-**
INGRESSOS	**166.181.338,87**	**-**
Receitas Derivadas e Originárias	**-**	**-**
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial		-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	**-**	**-**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	**166.181.338,87**	**-**
Ingressos Extraorçamentários	-225.977,74	-
Restituições a Pagar		-
Passivos Transferidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-
Transferências Financeiras Recebidas	149.739.406,16	-
Arrecadação de Outra Unidade	16.240.370,70	-
Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-
Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Recebimentos	427.539,75	-
DESEMBOLSOS	**-141.718.203,36**	**-**
Pessoal e Demais Despesas	**-51.053.230,69**	**-**
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-4.088.894,23	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-69.246,91	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-

Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-46.895.089,55	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	**-52.593.225,69**	**-**
Intergovernamentais	-5.249.865,02	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-2.448.017,26	-
A Municípios	-2.801.847,76	-
Intragovernamentais	-1.345.415,63	-
Outras Transferências Concedidas	-45.997.945,04	-
Outros Desembolsos das Operações	**-38.071.746,98**	**-**
Dispêndios Extraorçamentários	-201.562,01	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Pagamento de Passivos Recebidos		-
Transferências Financeiras Concedidas	-37.870.184,97	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-
Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Pagamentos		-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-23.302.093,46**	**-**
INGRESSOS	**-**	**-**
Alienação de Bens	**-**	**-**
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	**-**	**-**
Outros Ingressos de Investimentos	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-23.302.093,46**	**-**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-23.215.187,40**	**-**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	**-**	**-**

Outros Desembolsos de Investimentos	**-86.906,06**	**-**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-**	**-**
INGRESSOS	**-**	**-**
Operações de Crédito	**-**	**-**
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	**-**	**-**
Transferências de Capital Recebidas	**-**	**-**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-**	**-**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Financiamento	**-**	**-**
GERAÇAO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**1.161.042,05**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**5.652.380,41**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**6.813.422,46**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240101 - COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	16/02/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	**2014**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**280.314.336,14**	**-**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**-**	**-**
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	**-**	**-**
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**223.543,71**	**-**

Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	223.543,71	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**4.970.977,14**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	145.108,06	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	4.825.869,08	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**236.812.259,76**	**-**
Transferências Intragovernamentais	149.926.207,62	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	86.886.052,14	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**19.479.105,80**	**-**
Reavaliação de Ativos	23.950,13	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	19.455.155,67	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**18.828.449,73**	**-**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	18.828.449,73	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**192.050.397,79**	**-**
Pessoal e Encargos	**-**	**-**
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**-**	**-**
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-

Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**57.506.460,68**	**-**
Uso de Material de Consumo	1.593.343,64	-
Serviços	52.890.964,18	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	3.022.152,86	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**1.713,92**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	497,38	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	1.216,54	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	**53.549.228,36**	**-**
Transferências Intragovernamentais	37.870.184,97	-
Transferências Intergovernamentais	14.881.511,40	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	386.249,04	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	411.282,95	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**80.484.408,08**	**-**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	135.643,39	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	15.876,00	-
Incorporação de Passivos	309.264,20	-
Desincorporação de Ativos	80.023.624,49	-
Tributárias	**10.575,59**	**-**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	854,00	-
Contribuições	9.721,59	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	**-**	**-**
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**498.011,16**	**-**
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	498.011,16	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**88.263.938,35**	**-**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	**2014**

Coordenação-Geral de Recursos Humanos

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240133 - COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	16/02/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
Receitas Orçamentárias	**-**	**-**	**Despesas Orçamentárias**	**1.067.116.322,80**	**-**
Ordinárias	**-**	**-**	**Ordinárias**	**255.262.578,39**	**-**
Vinculadas	**-**	**-**	**Vinculadas**	**811.853.744,41**	**-**
Educação		-	Educação	1.473,79	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	178.131.722,61	-
Operação de Crédito		-	Operação de Crédito	633.513.793,78	-
Alienação de Bens e Direitos		-	Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais		-	Transferências Constitucionais e Legais		-
Previdência Social (RGPS)		-	Previdência Social (RGPS)		-
Doações		-	Doações		-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	206.754,23	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos		-	Outros Recursos Vinculados a Fundos		-
Demais Recursos		-	Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	**1.075.842.218,48**	**-**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**1.503.919,32**	**-**
Resultantes da Execução Orçamentária	1.075.842.218,48	-	Resultantes da Execução Orçamentária	83.836,66	-
Cota Recebida		-	Cota Concedida		-
Repasse Recebido		-	Repasse Concedido	83.836,66	-
Sub-repasse Recebido	1.075.842.218,48	-	Sub-repasse Concedido		-
Recursos Arrecadados - Recebidos		-	Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa		-	Valores Diferidos - Baixa		-
Valores Diferidos - Inscrição		-	Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos		-	Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida		-	Cota Devolvida		-
Repasse Devolvido		-	Repasse Devolvido		-
Sub-repasse Devolvido		-	Sub-repasse Devolvido		-

Independentes da Execução Orçamentária	-	-	Independentes da Execução Orçamentária	1.420.082,66	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	990.877,79	-
Demais Transferências Recebidas		-	Demais Transferências Concedidas		-
Movimentação de Saldos Patrimoniais		-	Movimento de Saldos Patrimoniais	429.204,87	-
Movimentações para Incorporação de Saldos		-	Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	**3.411.778,09**	**-**	**Despesas Extraorçamentárias**	**12.675.778,40**	**-**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	30.850,32	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	11.504.718,55	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	2.420.779,43	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	640.116,38	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	530.943,47	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	530.943,47	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	429.204,87	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-
Restituições a Pagar		-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-
Arrecadação de Outra Unidade	429.204,87	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-	Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos		-			
Saldo do Exercício Anterior	**3.545.645,43**	**-**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**1.503.621,48**	**-**
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.545.645,43	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.503.621,48	-
TOTAL	**1.082.799.642,00**	**-**	**TOTAL**	**1.082.799.642,00**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240133 - COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	16/02/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**-**	**-**	**-**	**-**

Receitas Tributárias	**-**	**-**	**-**	**-**
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	**-**	**-**	**-**	**-**
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**-**	**-**	**-**	**-**
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências Correntes	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	**-**	**-**	**-**	**-**
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	**-**	**-**	**-**	**-**
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-

Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DE RECEITAS	**-**	**-**	**-**	**-**
REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Externas	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**
DÉFICIT			**1.067.116.322,80**	**1.067.116.322,80**
TOTAL	**-**	**-**	**1.067.116.322,80**	**1.067.116.322,80**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	**-**	**-**	**-**	**-**
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**-**	**-**	**1.067.116.322,80**	**1.064.695.543,37**	**1.064.664.693,05**	**-1.067.116.322,80**
Pessoal e Encargos Sociais	**-**	**-**	**1.026.234.118,89**	**1.025.910.758,83**	**1.025.886.166,51**	**-1.026.234.118,89**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**-**	**-**	**40.882.203,91**	**38.784.784,54**	**38.778.526,54**	**-40.882.203,91**
DESPESAS DE CAPITAL	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	**1.067.116.322,80**	**1.064.695.543,37**	**1.064.664.693,05**	**-1.067.116.322,80**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	**1.067.116.322,80**	**1.064.695.543,37**	**1.064.664.693,05**	**-1.067.116.322,80**
TOTAL	-	-	**1.067.116.322,80**	**1.064.695.543,37**	**1.064.664.693,05**	**-1.067.116.322,80**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	**3.188.075,44**	**640.116,38**	**640.116,38**	**2.344.792,45**	**203.166,61**
Pessoal e Encargos Sociais	-	**1.606.232,79**	**196.091,93**	**196.091,93**	**1.410.140,86**	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	**1.581.842,65**	**444.024,45**	**444.024,45**	**934.651,59**	**203.166,61**
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	**3.188.075,44**	**640.116,38**	**640.116,38**	**2.344.792,45**	**203.166,61**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	**11.504.718,55**	**11.504.718,55**	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	**11.498.386,51**	**11.498.386,51**	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	**6.332,04**	**6.332,04**	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-

TOTAL	**-**	**11.504.718,55**	**11.504.718,55**	**-**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240133 - COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	29/02/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
ATIVO CIRCULANTE	**11.336.234,52**	**12.684.402,86**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**4.690.677,42**	**16.224.867,53**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.503.621,48**	**3.545.645,43**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	**3.927.771,78**	**4.237.653,35**
Créditos a Curto Prazo	**-**	**-**	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	**-**	**-**
Créditos Tributários a Receber		-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	**6.258,00**	**6.332,04**
Clientes		-	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	**-**	**-**
Créditos de Transferências a Receber		-	**Obrigações de Repartição a Outros Entes**	**-**	**-**
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	**Provisões de Curto Prazo**	**-**	**-**
Dívida Ativa Tributária		-	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	**756.647,64**	**11.980.882,14**
Dívida Ativa Não Tributária		-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo		-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	**9.832.613,04**	**9.138.757,43**			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	**-**	**-**			
Estoques	**-**	**-**			
VPDs Pagas Antecipadamente	**-**	**-**			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**-**	**-**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**-**	**-**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**-**	**-**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo**	**-**	**-**
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		-	**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	**-**	**-**
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	**-**	**-**
Estoques		-	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	**-**	**-**
VPDs Pagas Antecipadamente		-	**Provisões de Longo Prazo**	**-**	**-**
Investimentos	**-**	**-**	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	**-**	**-**
Participações Permanentes	-	-	**Resultado Diferido**	**-**	**-**
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		-	**TOTAL DO PASSIVO EXIGIVEL**	**4.690.677,42**	**16.224.867,53**
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes		-	-		
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Propriedades para Investimento	-	-	**Patrimônio Social e Capital Social**	**-**	**-**

(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	**-**	**-**
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	**Reservas de Capital**	**-**	**-**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	**-**	**-**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**Reservas de Lucros**	**-**	**-**
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	**Demais Reservas**	**-**	**-**
Demais Investimentos Permanentes	-	-	**Resultados Acumulados**	**6.645.557,10**	**-3.540.464,67**
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultado do Exercício	11.033.372,72	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	-3.540.464,67	-3.540.464,67
Imobilizado	**-**	**-**	Ajustes de Exercícios Anteriores	-847.350,95	-
Bens Móveis	-	-	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	**-**	**-**
Bens Móveis	-	-	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**6.645.557,10**	**-3.540.464,67**
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	**-**	**-**			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	**-**	**-**			
Diferido		-			
(-) Amortização Acumulada		-			
TOTAL DO ATIVO	**11.336.234,52**	**12.684.402,86**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**11.336.234,52**	**12.684.402,86**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	**1.503.621,48**	**15.408.071,76**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**3.386.851,68**	**18.601.018,41**
ATIVO PERMANENTE	**9.832.613,04**	**-2.723.668,90**	**PASSIVO PERMANENTE**	**3.927.771,78**	**811.924,56**
SALDO PATRIMONIAL		**6.728.540,11**	**SALDO PATRIMONIAL**	**4.021.611,06**	**-**

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015	2014
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**-**	**-**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**896.330,17**	**853.866,01**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	896.330,17	853.866,01
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	81.273,00	137.500,00
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	815.057,17	716.366,01
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**-**	**-**	**TOTAL**	**896.330,17**	**853.866,01**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-1.918.037,50**
Recursos Vinculados	**34.807,30**
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	34.807,30
TOTAL	**-1.883.230,20**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240133 - COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	16/02/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**-2.042.023,95**	**-**
INGRESSOS	**1.076.802.366,82**	**-**
Receitas Derivadas e Originárias	**-**	**-**
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial		-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	**-**	**-**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	**1.076.802.366,82**	**-**
Ingressos Extraorçamentários	530.943,47	-
Restituições a Pagar		-
Passivos Transferidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-
Transferências Financeiras Recebidas	1.075.842.218,48	-
Arrecadação de Outra Unidade	429.204,87	-
Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-
Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Recebimentos		-
DESEMBOLSOS	**-1.078.844.390,77**	**-**
Pessoal e Demais Despesas	**-963.797.569,34**	**-**
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-336.723.723,23	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-1.773,79	-
Cultura	-	-

Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-627.072.072,32	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	**-113.011.958,64**	**-**
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-113.011.958,64	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	**-2.034.862,79**	**-**
Dispêndios Extraorçamentários	-530.943,47	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Pagamento de Passivos Recebidos		-
Transferências Financeiras Concedidas	-1.503.919,32	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-
Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Pagamentos		-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-**	**-**
INGRESSOS	**-**	**-**
Alienação de Bens	**-**	**-**
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	**-**	**-**
Outros Ingressos de Investimentos	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-**	**-**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-**	**-**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	**-**	**-**

Outros Desembolsos de Investimentos	**-**	**-**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-**	**-**
INGRESSOS	**-**	**-**
Operações de Crédito	**-**	**-**
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	**-**	**-**
Transferências de Capital Recebidas	**-**	**-**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-**	**-**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Financiamento	**-**	**-**
GERAÇAO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**-2.042.023,95**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**3.545.645,43**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**1.503.621,48**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240133 - COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	16/02/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	**2014**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**1.077.085.581,61**	**-**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**-**	**-**
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	**-**	**-**
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-

Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**29.321,86**	**-**
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	29.321,86	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**-**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**1.075.842.218,48**	**-**
Transferências Intragovernamentais	1.075.842.218,48	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**720.148,98**	**-**
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	720.148,98	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**493.892,29**	**-**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	493.892,29	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**1.066.052.208,89**	**-**
Pessoal e Encargos	**732.471.756,88**	**-**
Remuneração a Pessoal	588.265.368,39	-
Encargos Patronais	114.479.364,22	-
Benefícios a Pessoal	29.727.024,27	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**325.802.631,60**	**-**
Aposentadorias e Reformas	283.238.138,52	-
Pensões	42.487.745,00	-

Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	76.748,08	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**5.384.895,22**	**-**
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	5.384.895,22	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**-**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	**1.503.919,32**	**-**
Transferências Intragovernamentais	1.503.919,32	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**735.165,19**	**-**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	732.087,33	-
Desincorporação de Ativos	3.077,86	-
Tributárias	**1.275,00**	**-**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	1.275,00	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	**-**	**-**
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**152.565,68**	**-**
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	152.565,68	-

RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**11.033.372,72**	**-**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	**2014**

Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240219 - COORDEN.-GERAL DE GESTAO DA TECNOL.DA INFORMA
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	16/02/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
Receitas Orçamentárias	**-**	**-**	**Despesas Orçamentárias**	**21.748.684,66**	**-**
Ordinárias	**-**	**-**	**Ordinárias**	**21.748.684,66**	**-**
Vinculadas	**-**	**-**	**Vinculadas**	**-**	**-**
Educação		-	Educação		-
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-	Seguridade Social (Exceto RGPS)		-
Operação de Crédito		-	Operação de Crédito		-
Alienação de Bens e Direitos		-	Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais		-	Transferências Constitucionais e Legais		-
Previdência Social (RGPS)		-	Previdência Social (RGPS)		-
Doações		-	Doações		-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		-
Outros Recursos Vinculados a Fundos		-	Outros Recursos Vinculados a Fundos		-
Demais Recursos		-	Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	**20.738.046,41**	**-**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**-**	**-**
Resultantes da Execução Orçamentária	15.065.052,81	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida		-	Cota Concedida		-
Repasse Recebido		-	Repasse Concedido		-
Sub-repasse Recebido	15.065.052,81	-	Sub-repasse Concedido		-
Recursos Arrecadados - Recebidos		-	Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa		-	Valores Diferidos - Baixa		-
Valores Diferidos - Inscrição		-	Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos		-	Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida		-	Cota Devolvida		-
Repasse Devolvido		-	Repasse Devolvido		-
Sub-repasse Devolvido		-	Sub-repasse Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	5.672.993,60	-	Independentes da Execução Orçamentária	-	-

Transferências Recebidas para Pagamento de RP	5.672.993,60	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		-
Demais Transferências Recebidas		-	Demais Transferências Concedidas		-
Movimentação de Saldos Patrimoniais		-	Movimento de Saldos Patrimoniais		-
Movimentações para Incorporação de Saldos		-	Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	**7.797.768,91**	**-**	**Despesas Extraorçamentárias**	**6.634.552,03**	**-**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	7.797.768,91	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	6.634.552,03	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-
Restituições a Pagar		-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-
Arrecadação de Outra Unidade		-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-	Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos		-			
Saldo do Exercício Anterior	**158.935,54**	**-**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**311.514,17**	**-**
Caixa e Equivalentes de Caixa	158.935,54	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	311.514,17	-
TOTAL	**28.694.750,86**	**-**	**TOTAL**	**28.694.750,86**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240219 - COORDEN.-GERAL DE GESTAO DA TECNOL.DA INFORMA
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	16/02/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**-**	**-**	**-**	**-**
Receitas Tributárias	**-**	**-**	**-**	**-**

Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	**-**	**-**	**-**	**-**
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**-**	**-**	**-**	**-**
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências Correntes	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	**-**	**-**	**-**	**-**
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	**-**	**-**	**-**	**-**
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-

Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT			**21.748.684,66**	**21.748.684,66**
TOTAL	-	-	**21.748.684,66**	**21.748.684,66**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	**14.781.024,20**	**8.152.604,44**	**8.152.604,44**	**-14.781.024,20**
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	**14.781.024,20**	**8.152.604,44**	**8.152.604,44**	**-14.781.024,20**
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	**6.967.660,46**	**5.798.311,31**	**5.798.311,31**	**-6.967.660,46**
Investimentos	-	-	**6.967.660,46**	**5.798.311,31**	**5.798.311,31**	**-6.967.660,46**

Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	**21.748.684,66**	**13.950.915,75**	**13.950.915,75**	**-21.748.684,66**
AMORTIZAÇAO DA DIVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	**21.748.684,66**	**13.950.915,75**	**13.950.915,75**	**-21.748.684,66**
TOTAL	-	-	**21.748.684,66**	**13.950.915,75**	**13.950.915,75**	**-21.748.684,66**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	**4.850.921,75**	**3.432.032,55**	**3.432.032,55**	**318.000,00**	**1.100.889,20**
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	**4.850.921,75**	**3.432.032,55**	**3.432.032,55**	**318.000,00**	**1.100.889,20**
DESPESAS DE CAPITAL	-	**4.262.872,61**	**3.202.519,48**	**3.202.519,48**	-	**1.060.353,13**
Investimentos	-	**4.262.872,61**	**3.202.519,48**	**3.202.519,48**	-	**1.060.353,13**
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	**9.113.794,36**	**6.634.552,03**	**6.634.552,03**	**318.000,00**	**2.161.242,33**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240219 - COORDEN.-GERAL DE GESTAO DA TECNOL.DA INFORMA
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	29/02/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	**358.618,17**	**206.039,54**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**-**	**-**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**311.514,17**	**158.935,54**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	**-**	**-**
Créditos a Curto Prazo	**-**	**-**	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	**-**	**-**
Créditos Tributários a Receber		-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	**-**	**-**
Clientes		-	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	**-**	**-**
Créditos de Transferências a Receber		-	**Obrigações de Repartição a Outros Entes**	**-**	**-**
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	**Provisões de Curto Prazo**	**-**	**-**
Dívida Ativa Tributária		-	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	**-**	**-**
Dívida Ativa Não Tributária		-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo		-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	**-**	**-**			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	**-**	**-**			
Estoques	**47.104,00**	**47.104,00**			
VPDs Pagas Antecipadamente	**-**	**-**			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**17.907.354,60**	**9.375.577,53**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**-**	**-**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**-**	**-**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo**	**-**	**-**
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		-	**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	**-**	**-**
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	**-**	**-**
Estoques		-	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	**-**	**-**
VPDs Pagas Antecipadamente		-	**Provisões de Longo Prazo**	**-**	**-**
Investimentos	**-**	**-**	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	**-**	**-**
Participações Permanentes	-	-	**Resultado Diferido**	**-**	**-**
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		-	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**-**	**-**
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes		-	-		
			ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Propriedades para Investimento	-	-	**Patrimônio Social e Capital Social**	**-**	**-**
Propriedades para Investimento	-	-	**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	**-**	**-**
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	**Reservas de Capital**	**-**	**-**
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	**-**	**-**

Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**Reservas de Lucros**	**-**	**-**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**Demais Reservas**	**-**	**-**
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	**Resultados Acumulados**	**18.265.972,77**	**9.581.617,07**
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultado do Exercício	8.684.355,70	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	9.581.617,07	9.581.617,07
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	**-**	**-**
Imobilizado	**8.364.791,11**	**6.241.046,44**	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**18.265.972,77**	**9.581.617,07**
Bens Móveis	8.364.791,11	6.241.046,44			
Bens Móveis	9.064.416,07	6.471.617,68			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-699.624,96	-230.571,24			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	**9.542.563,49**	**3.134.531,09**			
Softwares	9.542.563,49	3.134.531,09			
Softwares	9.542.563,49	3.134.531,09			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	**-**	**-**			
Diferido		-			
(-) Amortização Acumulada		-			
TOTAL DO ATIVO	**18.265.972,77**	**9.581.617,07**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**18.265.972,77**	**9.581.617,07**

ATIVO	PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	**311.514,17**	**9.113.794,36**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**9.959.011,24**	**18.227.588,72**
ATIVO PERMANENTE	**17.954.458,60**	**467.822,71**	**PASSIVO PERMANENTE**	**-**	**-9.113.794,36**
SALDO PATRIMONIAL		**-**	**SALDO PATRIMONIAL**	**8.306.961,53**	**467.822,71**

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015	2014
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**551.442,58**	**224.795,00**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**5.963.598,17**	**3.014.151,74**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	551.442,58	224.795,00	Execução dos Atos Potenciais Passivos	5.963.598,17	3.014.151,74
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	551.442,58	224.795,00	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	5.963.598,17	3.014.151,74
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**551.442,58**	**224.795,00**	**TOTAL**	**5.963.598,17**	**3.014.151,74**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-9.647.497,07**
Recursos Vinculados	**-**
TOTAL	**-9.647.497,07**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240219 - COORDEN.-GERAL DE GESTAO DA TECNOL.DA INFORMA
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	16/02/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇOES	**9.153.409,42**	**-**

INGRESSOS	**20.738.046,41**	**-**
Receitas Derivadas e Originárias	**-**	**-**
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial		-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	**-**	**-**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	**20.738.046,41**	**-**
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Restituições a Pagar		-
Passivos Transferidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-
Transferências Financeiras Recebidas	20.738.046,41	-
Arrecadação de Outra Unidade		-
Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-
Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Recebimentos		-
DESEMBOLSOS	**-11.584.636,99**	**-**
Pessoal e Demais Despesas	**-11.584.636,99**	**-**
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-

Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-11.584.636,99	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	**-**	**-**
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	**-**	**-**
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Pagamento de Passivos Recebidos		-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-
Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Pagamentos		-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-9.000.830,79**	**-**
INGRESSOS	**-**	**-**
Alienação de Bens	**-**	**-**
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	**-**	**-**
Outros Ingressos de Investimentos	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-9.000.830,79**	**-**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-2.592.798,39**	**-**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-6.408.032,40**	**-**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-**	**-**

INGRESSOS	**-**	**-**
Operações de Crédito	**-**	**-**
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	**-**	**-**
Transferências de Capital Recebidas	**-**	**-**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-**	**-**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Financiamento	**-**	**-**
GERAÇAO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**152.578,63**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**158.935,54**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**311.514,17**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240219 - COORDEN.-GERAL DE GESTAO DA TECNOL.DA INFORMA
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	16/02/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	**2014**
VARIAÇOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**20.738.046,41**	**-**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**-**	**-**
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	**-**	**-**
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-

Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**-**	**-**
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**-**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**20.738.046,41**	**-**
Transferências Intragovernamentais	20.738.046,41	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**-**	**-**
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**-**	**-**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**12.053.690,71**	**-**
Pessoal e Encargos	**-**	**-**
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**-**	**-**
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-

Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**12.052.520,35**	**-**
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	11.583.466,63	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	469.053,72	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**-**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	**-**	**-**
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**1.170,36**	**-**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	1.170,36	-
Desincorporação de Ativos	-	-
Tributárias	**-**	**-**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	**-**	**-**
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**-**	**-**
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-

RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**8.684.355,70**	**-**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	**2014**

7.3.1.3Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240139 - ASSESSORIA DE COORDEN. DOS FUNDOS SETORIAIS
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	29/02/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	-	-	**PASSIVO CIRCULANTE**	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	-	-
Créditos Tributários a Receber		-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	-	-
Clientes		-	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	-	-
Créditos de Transferências a Receber		-	**Obrigações de Repartição a Outros Entes**	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	**Provisões de Curto Prazo**	-	-
Dívida Ativa Tributária		-	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	-	-
Dívida Ativa Não Tributária		-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo		-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	-			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NAO CIRCULANTE	-	-	**PASSIVO NAO CIRCULANTE**	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo**	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		-	**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	-	-
Estoques		-	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	**Provisões de Longo Prazo**	-	-
Investimentos	-	-	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	-	-
Participações Permanentes	-	-	**Resultado Diferido**	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		-	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	-	-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes		-	-		
			ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Propriedades para Investimento	-	-			

Propriedades para Investimento	-	-	**Patrimônio Social e Capital Social**	**-**	**-**
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	**-**	**-**
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	**Reservas de Capital**	**-**	**-**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	**-**	**-**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**Reservas de Lucros**	**-**	**-**
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	**Demais Reservas**	**-**	**-**
Demais Investimentos Permanentes	-	-	**Resultados Acumulados**	**-**	**-**
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores		-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Outros Resultados		-
Imobilizado	**-**	**-**	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	**-**	**-**
Bens Móveis	-	-	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**-**	**-**
Bens Móveis	61.502,42	61.502,42			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-61.502,42	-61.502,42			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	**-**	**-**			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	**-**	**-**			
Diferido		-			
(-) Amortização Acumulada		-			
TOTAL DO ATIVO	**-**	**-**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**-**	**-**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
ATIVO FINANCEIRO	**-**	**-**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**-**	**-**
ATIVO PERMANENTE	**-**	**-**	**PASSIVO PERMANENTE**	**-**	**-**
SALDO PATRIMONIAL		**-**	**SALDO PATRIMONIAL**		**-**

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**1.094.555,57**	**1.094.555,57**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**-**	**-**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	1.094.555,57	1.094.555,57	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	1.094.555,57	1.094.555,57	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**1.094.555,57**	**1.094.555,57**	**TOTAL**	**-**	**-**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-**
Recursos Vinculados	**-**
TOTAL	**-**

7.3.2 Representação Regional do MCTI no Nordeste

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240140 - REPRESENTACAO REGIONAL DO MCT NO NORDESTE
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	16/02/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
Receitas Orçamentárias	**-**	**-**	**Despesas Orçamentárias**	**281.330,17**	**-**
Ordinárias	**-**	**-**	**Ordinárias**	**281.330,17**	**-**
Vinculadas	**-**	**-**	**Vinculadas**	**-**	**-**
Educação		-	Educação		-
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-	Seguridade Social (Exceto RGPS)		-
Operação de Crédito		-	Operação de Crédito		-
Alienação de Bens e Direitos		-	Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais		-	Transferências Constitucionais e Legais		-
Previdência Social (RGPS)		-	Previdência Social (RGPS)		-
Doações		-	Doações		-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		-
Outros Recursos Vinculados a Fundos		-	Outros Recursos Vinculados a Fundos		-
Demais Recursos		-	Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	**1.044.300,00**	**-**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**679.904,09**	**-**
Resultantes da Execução Orçamentária	950.000,00	-	Resultantes da Execução Orçamentária	679.904,09	-
Cota Recebida		-	Cota Concedida		-
Repasse Recebido		-	Repasse Concedido	679.904,09	-
Sub-repasse Recebido	950.000,00	-	Sub-repasse Concedido		-
Recursos Arrecadados - Recebidos		-	Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa		-	Valores Diferidos - Baixa		-
Valores Diferidos - Inscrição		-	Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos		-	Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida		-	Cota Devolvida		-

Repasse Devolvido		-	Repasse Devolvido		-
Sub-repasse Devolvido		-	Sub-repasse Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	94.300,00	-	Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	94.300,00	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		-
Demais Transferências Recebidas		-	Demais Transferências Concedidas		-
Movimentação de Saldos Patrimoniais		-	Movimento de Saldos Patrimoniais		-
Movimentações para Incorporação de Saldos		-	Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	**81.004,59**	**-**	**Despesas Extraorçamentárias**	**151.296,37**	**-**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	80.402,76	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	150.694,54	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	601,83	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	601,83	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-
Restituições a Pagar		-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-
Arrecadação de Outra Unidade		-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-	Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos		-			
Saldo do Exercício Anterior	**4.646,31**	**-**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**17.420,27**	**-**
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.646,31	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	17.420,27	-
TOTAL	**1.129.950,90**	**-**	**TOTAL**	**1.129.950,90**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240140 - REPRESENTACAO REGIONAL DO MCT NO NORDESTE
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	16/02/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**-**	**-**	**-**	**-**

Receitas Tributárias	**-**	**-**	**-**	**-**
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	**-**	**-**	**-**	**-**
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**-**	**-**	**-**	**-**
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências Correntes	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	**-**	**-**	**-**	**-**
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	**-**	**-**	**-**	**-**
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-

Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DE RECEITAS	**-**	**-**	**-**	**-**
REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Externas	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**
DÉFICIT			**281.330,17**	**281.330,17**
TOTAL	**-**	**-**	**281.330,17**	**281.330,17**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	**-**	**-**	**-**	**-**
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**-**	**-**	**281.330,17**	**200.927,41**	**200.927,41**	**-281.330,17**
Pessoal e Encargos Sociais	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**-**	**-**	**281.330,17**	**200.927,41**	**200.927,41**	**-281.330,17**
DESPESAS DE CAPITAL	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	281.330,17	200.927,41	200.927,41	-281.330,17
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	281.330,17	200.927,41	200.927,41	-281.330,17
TOTAL	-	-	281.330,17	200.927,41	200.927,41	-281.330,17

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	196.831,54	136.494,54	136.494,54	-	60.337,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	196.831,54	136.494,54	136.494,54	-	60.337,00
DESPESAS DE CAPITAL	-	20.200,00	14.200,00	14.200,00	-	6.000,00
Investimentos	-	20.200,00	14.200,00	14.200,00	-	6.000,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	217.031,54	150.694,54	150.694,54	-	66.337,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-

TOTAL	-	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240140 - REPRESENTACAO REGIONAL DO MCT NO NORDESTE
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	29/02/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
ATIVO CIRCULANTE	**29.713,86**	**16.939,90**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**-**	**-**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**17.420,27**	**4.646,31**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	**-**	**-**
Créditos a Curto Prazo	**-**	**-**	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	**-**	**-**
Créditos Tributários a Receber		-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	**-**	**-**
Clientes		-	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	**-**	**-**
Créditos de Transferências a Receber		-	**Obrigações de Repartição a Outros Entes**	**-**	**-**
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	**Provisões de Curto Prazo**	**-**	**-**
Dívida Ativa Tributária		-	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	**-**	**-**
Dívida Ativa Não Tributária		-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo		-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	**-**	**-**			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	**-**	**-**			
Estoques	**12.293,59**	**12.293,59**			
VPDs Pagas Antecipadamente	**-**	**-**			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**899.796,87**	**903.373,03**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**-**	**-**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**-**	**-**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo**	**-**	**-**
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		-	**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	**-**	**-**
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	**-**	**-**
Estoques		-	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	**-**	**-**
VPDs Pagas Antecipadamente		-	**Provisões de Longo Prazo**	**-**	**-**
Investimentos	**-**	**-**	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	**-**	**-**
Participações Permanentes	-	-	**Resultado Diferido**	**-**	**-**
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		-	**TOTAL DO PASSIVO EXIGIVEL**	**-**	**-**
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes		-	-		
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Propriedades para Investimento	-	-	**Patrimônio Social e Capital Social**	**-**	**-**

(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	**-**	**-**
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	**Reservas de Capital**	**-**	**-**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	**-**	**-**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**Reservas de Lucros**	**-**	**-**
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	**Demais Reservas**	**-**	**-**
Demais Investimentos Permanentes	-	-	**Resultados Acumulados**	**929.510,73**	**920.312,93**
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultado do Exercício	9.197,80	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	920.312,93	920.312,93
Imobilizado	**899.796,87**	**903.373,03**	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	**-**	**-**
Bens Móveis	258.088,57	275.864,73	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**929.510,73**	**920.312,93**
Bens Móveis	351.047,05	351.047,05			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-92.958,48	-75.182,32			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	641.708,30	627.508,30			
Bens Imóveis	641.708,30	627.508,30			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	**-**	**-**			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	**-**	**-**			
Diferido		-			
(-) Amortização Acumulada		-			
TOTAL DO ATIVO	**929.510,73**	**920.312,93**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**929.510,73**	**920.312,93**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	**17.420,27**	**217.031,54**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**146.739,76**	**434.063,08**
ATIVO PERMANENTE	**912.090,46**	**703.281,39**	**PASSIVO PERMANENTE**	**-**	**-217.031,54**
SALDO PATRIMONIAL		**-**	**SALDO PATRIMONIAL**	**782.770,97**	**703.281,39**

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015	2014
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**-**	**-**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**264.826,66**	**264.826,66**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	264.826,66	264.826,66
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	264.826,66	264.826,66
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**-**	**-**	**TOTAL**	**264.826,66**	**264.826,66**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-129.319,49**
Recursos Vinculados	**-**
TOTAL	**-129.319,49**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240140 - REPRESENTACAO REGIONAL DO MCT NO NORDESTE
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	16/02/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**26.973,96**	**-**
INGRESSOS	**1.044.901,83**	**-**
Receitas Derivadas e Originárias	**-**	**-**
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial		-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	**-**	**-**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	**1.044.901,83**	**-**
Ingressos Extraorçamentários	601,83	-
Restituições a Pagar		-
Passivos Transferidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-
Transferências Financeiras Recebidas	1.044.300,00	-
Arrecadação de Outra Unidade		-
Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-
Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Recebimentos		-
DESEMBOLSOS	**-1.017.927,87**	**-**
Pessoal e Demais Despesas	**-336.825,29**	**-**
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-

Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-336.825,29	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	**-596,66**	**-**
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-596,66	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	**-680.505,92**	**-**
Dispêndios Extraorçamentários	-601,83	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Pagamento de Passivos Recebidos		-
Transferências Financeiras Concedidas	-679.904,09	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-
Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Pagamentos		-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-14.200,00**	**-**
INGRESSOS	**-**	**-**
Alienação de Bens	**-**	**-**
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	**-**	**-**
Outros Ingressos de Investimentos	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-14.200,00**	**-**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-14.200,00**	**-**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	**-**	**-**

Outros Desembolsos de Investimentos	**-**	**-**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-**	**-**
INGRESSOS	**-**	**-**
Operações de Crédito	**-**	**-**
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	**-**	**-**
Transferências de Capital Recebidas	**-**	**-**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-**	**-**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Financiamento	**-**	**-**
GERAÇAO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**12.773,96**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**4.646,31**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**17.420,27**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240140 - REPRESENTACAO REGIONAL DO MCT NO NORDESTE
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
EXERCíCIO	2015
PERíODO	Anual
EMISSÃO	16/02/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**1.044.300,00**	**-**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**-**	**-**
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	**-**	**-**
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-

Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**-**	**-**
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**-**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**1.044.300,00**	**-**
Transferências Intragovernamentais	1.044.300,00	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**-**	**-**
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**-**	**-**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**1.035.102,20**	**-**
Pessoal e Encargos	**-**	**-**
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**-**	**-**
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-

Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**355.198,11**	**-**
Uso de Material de Consumo	17.981,12	-
Serviços	319.440,83	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	17.776,16	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**-**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	**679.904,09**	**-**
Transferências Intragovernamentais	679.904,09	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**-**	**-**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-
Tributárias	**-**	**-**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	**-**	**-**
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**-**	**-**
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-

RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**9.197,80**	**-**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	**2014**

8 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 Gestão de pessoas

8.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Secretaria-Executiva – SEXEC/MCTI (SEXEC, SCUP, SPOA, ASCAV, ASCOF, ASCAP)

Quadro - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	372	58	94
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	2	2	2
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	370	54	91
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	325	40	68
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	18	2	5
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	27	13	19
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	46	19	9
4. Empregados Públicos	0	72	4	11
5. Total de Servidores (1+2+3+4)	0	490	77	113

Fonte: CGRH - SIAPE – Situação apurada em 12/15

Quadro - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	345	26
1.1. Membros de poder e agentes políticos	1	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	335	26
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	303	22
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	17	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	24	3
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0

3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	46	0
4. Empregados Públicos	66	6
5. Total de Servidores (1+2+3+4)	457	32

Fonte: CGRH - SIAPE – Situação apurada em 12/15

Quadro - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão		147	49	60
1.1. Cargos Natureza Especial		2	2	2
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		145	47	58
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		62	15	22
1.2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		8	2	6
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		26	12	18
1.2.4. Sem Vínculo		32	17	10
1.2.5. Aposentados		4	2	1
1.2.6. Empregados Públicos		3	0	1
2. Funções Gratificadas		33	8	9
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		29	7	8
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		180	58	69

Fonte: CGRH - SIAPE Extrator de Dados - Situação 12/15

Análise Crítica

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA

A força de trabalho de 238 servidores lotados na SPOA é composta por 70 servidores de nível superior (29,4%) e 168 servidores de nível médio (70,6%), sendo em sua maioria servidores da carreira de Ciência e Tecnologia – C&T e empregados públicos. Atualmente, considera-se a força de trabalho insuficiente, sobretudo por haver carência na área de TI, em que se registra falta de servidores de nível superior com formação em Tecnologia da Informação. A Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças conta com um quantitativo suficiente para as suas atividades, porém a área tem buscado agregar a sua força de trabalho um contador, perfil desejável para as competências da Unidade.

Entre ingressos e egressos no exercício de 2015, houve um déficit de seis servidores em razão de vacâncias e exonerações. Com relação à estrutura de cargos em comissão, destaca-se que a SPOA conta com 22,8% da força de trabalho da Administração Central e 27% dos cargos de direção e assessoramento. Considerando a composição das suas atividades, que se mostram bastante diversificadas, indo desde a manutenção da infraestrutura até a execução financeira e de licitações, esta composição é considerada adequada.

Por fim, destacamos que a SPOA conta com 46 empregados públicos anistiados, o que corresponde a cerca de 20% da sua força de trabalho. O MCTI tem articulado junto ao Ministério do Planejamento,

Orçamento e Gestão a fim de que se realize um novo concurso, com o objetivo de mitigar sua grave carência de pessoal, o qual aguarda autorização do MP desde 2014 (Aviso nº 075/2014 MCTI).

Assessoria de Assuntos Internacionais – ASSIN

- A quantidade de servidores disponíveis frente as necessidades da unidade, no que concerne às Coordenações-Gerais de Cooperação Internacional e de Assuntos Espaciais, tem se mostrado deficitária, incorrente no adiamento de atividades não prioritárias. Esta situação se agravou no último ano por meio do ingresso de apenas um servidor de carreira vinculada ao órgão, enquanto que os egressos foram quatro servidores, ou seja, a ASSIN perdeu três servidores de carreira vinculada ao órgão no exercício de 2015;
- A distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim, nota-se que a totalidade dos servidores desempenham atividades da área meio, em virtude das competências das própria unidade;
- A distribuição do número de servidores em cargos comissionados (13) frente aos não comissionados (18) apresenta uma proporção de quase dois comissionados para três não comissionados, ou seja um índice muito baixo, que incorre na sobrecarga de atividades, conforme mencionado anteriormente; e
- Não houve impactos de aposentadorias e afastamentos no exercício de 2015.

8.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro - Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	**2015**										
	2014										
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	**2015**	23.069.312,52		23.849.584,44	1.311.412,20		826.885,00				
	2014	21.719.696,62		18.827.117,12	1.381.235,60		714.428,52				
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	**2015**	2.977.427,76				156.860,24					
	2014	7.664.274,91				248.756,64					
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	**2015**	1.987.263,48									
	2014	1.420.708,28									
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	**2015**	478.158,59									
	2014	105.870,44									
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	**2015**	3.479.464,62									
	2014	1.830.855,60									

Fonte: CGRH

8.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Permanentemente, é feito o acompanhamento da evolução dos desligamentos e vacâncias ocorridos, a fim de dimensionar os riscos relacionados à gestão de pessoas no âmbito do MCTI. A seguir é apresentado no quadro abaixo, que trata das vacâncias ocorridas desde o último concurso (ingressos em março de 2013).

Quadro - Vacâncias na Adm. Central do MCTI, desde 04/03/2013

PESQUISADOR	1
TECNOLOGISTA	16
TÉCNICO EM C&T	1
ANALISTA EM C&T	13
ASSISTENTE EM C&T	61
AUXILIAR EM C&T	3
TOTAL	**94**

Fonte: SIAPE, em 31/12/2015

Ao considerarmos que a força de trabalho do MCTI, ao final de 2013, era de 1.386 servidores, verifica-se que a saída de 94 servidores significou a perda de 6,78% em dois anos. Se considerado, ainda, apenas o Ativo Permanente (cargos efetivos) em atividade na Administração Central, que totalizava 649 servidores, em 2013, esta perda atingiu o patamar de 14,5%.

Apresenta-se, a seguir, a previsão de aposentadorias, estimada pela quantidade de servidores com mais de 27 anos de exercício no MCTI, no caso das mulheres, e 32 anos no caso dos homens, inclusive aqueles que já recebem abono permanência:

Quadro – Previsão de aposentadorias (MCTI-Administração Central)

Mulheres com 27 anos ou mais de MCTI	**86**
Homens com 32 anos ou mais de MCTI	**70**
Estimativa Total de servidores que podem se aposentar nos próximos três anos	**156**
Servidores com abono permanência (em condições de se aposentar)	**39**

Fonte: SIAPE, em 31/12/2015

A partir do Quadro – Previsão de aposentadorias (MCTI-Administração Central), verifica-se que há hoje em atividade na Administração Central do MCTI 39 servidores que podem se aposentar a qualquer momento, ou seja 6,3% do total do seu atual contingente de ativo permanente em atividade, que é de 619 servidores. Considerando os próximos três anos, se não houver aporte de novos quadros, as vacâncias por aposentadoria poderão atingir 156 servidores, que correspondem a 25,2% deste contingente. Caso consideremos as vacâncias ocorridas desde 2013 na Administração Central, no total de 94, a situação se agrava, representando risco para o cumprimento da missão institucional deste Ministério.

Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal

Como forma de mitigar os efeitos dos riscos anteriormente descritos, o MCTI enviou, ainda em 2014, o Aviso 075/MCTI ao Ministério do Planejamento – MP, no qual demonstrou a necessidade de realização de novo concurso público para o aporte de 1.053 novos servidores para o Ministério e suas

Unidades de Pesquisa. Tal solicitação ainda não obteve autorização daquele Ministério, sendo que gestões neste sentido são permanentemente efetuadas.

Além disso, foram revistos os critérios para concessão de afastamentos e cessões de servidores efetivos, nos casos em que o MCTI possui discricionariedade para decidir.

Adicionalmente, opera-se uma reestruturação administrativa na qual se procura, além de uma maior efetividade na gestão (melhoria de processos), uma melhor alocação dos recursos humanos e de TI. Tal reestruturação aguarda autorização final do MP. Entretanto, as iniciativas em curso não serão suficientes, caso não se realize novo concurso público para o ingresso de servidores efetivos.

8.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

A contratação de mão-de-obra no âmbito do MCTI é regulada pelo Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, em que o § 1º, art. 1º permite a execução indireta das atividades acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do Órgão, *in verbis*:

> "Art. 1º No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do Órgão ou Entidade.
>
> § 1º As atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta."

8.1.4.1 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: **Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL**						
UG/Gestão: 240101						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	**Objeto**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados**	**Sit.**
			Início	Fim		
2014	Locação de veículos	Investcar Veículos Ltda.	01/03/2014	01/03/2016	Nível Médio	Ativo
2015	Vigilância armada ostensiva	SITRAN – Empresa de Segurança Ltda.	02/06/2015	02/06/2016	Nível Médio	Ativo
2010	Carga Manual	Visão Administração e Serviços Gerais Ltda.	13/05/2015	13/05/2016	Nível Médio	Ativo
2015	Manutenção Predial Preditiva e Corretiva	Atlântico Engenharia	03/08/2015	03/08/2016	Nível Fundamental	Ativo
2014	Apoio Operacional	WORKS Construção & Serviços	27/10/2011	27/10/2016	Nível Médio	Ativo

2014	Secretariado	Cidades Serviços e Mão de Obra Especializada	01/01/2015	01/01/2017	Nível Médio Técnico	Ativo
2015	Brigadistas	City Service Segurança Ltda.	02/04/2015	02/04/2016	Nível Médio	Ativo
2013	Copeiragem	Real JG	05/05/2014	05/05/2016	Nível Fundamental	Ativo

Fonte: Siasg e editais de processos licitatórios.

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Geral de Recursos Humanos - CGRH						
UG/Gestão: 240133						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Contratação do Agente de Integração, público ou privado, para apoiar o planejamento, a execução e a avaliação do Programa de Estágio da Administração Central do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, bem como das suas Unidades de Pesquisa – UPs.	61.600.839/0001-55	10/05/2015	10/05/2016	Ensino Médio	Ativo Normal

Fonte: Processo nº 01200.000897/2015-72

8.1.4.2 Contratação de Estagiários

Nível de escolaridade	**Quantitativo de contratos de estágio vigentes**				**Despesa no exercício**
	1º Trimestre	**2º Trimestre**	**3º Trimestre**	**4º Trimestre**	(em R$ 1,00)
1. Nível superior	**4,00**	**6,00**	**7,00**	**7,00**	**28.159,66**
1.1 Área Fim	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1.2 Área Meio	**35**	**43**	**44**	**36**	**208.262,27**
2. Nível Médio	**2**	**2**	**2**	**1**	**6.282,15**
2.1Área Fim	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
2.2 Área Meio	**8,00**	**7,00**	**8,00**	**7,00**	**18.325,68**
3. Total (1+2)	**43,00**	**50,00**	**52,00**	**43,00**	**261.029,76**

Análise Crítica

Realizou-se a contratação do agente de integração, Centro de Integração Empresa - Escola -CIEE, para apoiar o planejamento, a execução e a avaliação do Programa de Estágio Supervisionado da Administração Central do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, bem como das suas Unidades de Pesquisa – UP's. Nessa nova contratação, além da modalidade de estágio não obrigatório, adicionamos a modalidade de estágio obrigatório.

A estrutura do MCTI inviabiliza a realização de convênios diretos com instituições de ensino em todo o País. Dessa forma, é fundamental a contratação de agente de integração que assuma a responsabilidade de prestar todo o suporte operacional para a execução do Programa de Estágio Supervisionado, de modo a realizar convênios com as instituições de ensino, verificar e garantir o cumprimento pelo estudante de todos os requisitos previstos na legislação sobre o assunto e contratar o seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário, em conformidade com o que dispõe a Orientação Normativa MP nº 4/2014.

Sobre o percentual de 20% do quantitativo máximo de estagiários que o MCTI poderá contratar, aplicam-se os seguintes percentuais: I - 50% para estagiários de nível superior, reservando-se 10% para os estagiários com deficiência; II - 25% para estagiários de nível médio, reservando-se 10% para os estagiários com deficiência; III - 25% para os estudantes de educação profissional e dos anos finais do ensino fundamental na modalidade de jovens, com idade igual ou superior a 14 anos e adultos, reservando-se 10% para os estagiários com deficiência.

O percentual de 10% reservado em cada modalidade de estágio será destinado ao estudante cuja deficiência seja compatível com o estágio a ser realizado. Como este Ministério possui Unidades de Pesquisa em alguns estados, os quantitativos previstos no *caput* foram aplicados a cada uma delas.

O valor da bolsa - auxílio é de R$ 364,00 (trezentos e sessenta e quatro reais) para o nível superior no período de 20 horas semanais e R$ 520,00 (quinhentos e vinte reais) para as 30 horas semanais e de nível médio no valor de R$ 203,00 (duzentos e três reais) para 20 horas e R$ 290,00 (duzentos e noventa reais) para 30 horas semanais, e auxílio-transporte diário no valor de R$ 6,00 (seis reais).

Resultados observados: O objetivo do Programa de Estágio é de desenvolver, preparar e orientar o estudante/estagiário para a vida profissional e identificar potenciais que renovem e fortaleçam a estrutura organizacional. Muitos ex-estagiários hoje são servidores ou terceirizados do MCTI e ou de suas Unidades de Pesquisas.

8.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

As informações sobre a contratação de consultores (pessoas físicas) na modalidade "Produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais constam nos quadros abaixo.

Quadro – Consultores Contratados na Modalidade "Produto" no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Valores em R$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil	914BRZ2018
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"	

Código do Contrato: SA-26792014

Objetivo da Consultoria: Serviços para colaboração em Gerenciamento de Projetos e Portfólio, adequação ao Microsoft *Project* EPM e transferência de conhecimento. Consolidar dados dos projetos de desenvolvimento de *software* conforme metodologia de Gerenciamento de Projetos e Portfolios alinhando-a com a tecnologia Microsoft EPM. Configurar e adequar, conforme o Microsoft *Project* EPM, um método baseado nas melhores práticas focando o monitoramento/utilização dos cronogramas, viabilizando fluxo de trabalho colaborativo.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto no Contrato**	**Total Previsto no Exercício**	**Total pago no Exercício**	**Total pago até o Final do Exercício**
31/07/2014	15/09/2014	R$ 96.000,00	R$ 58.000,00	R$ 58.000,00	R$ 58.000,00

Visão Geral

Essa modalidade de contratação é muito importante para a consecução da missão e negócio da Unidade da CGTI, pois foi possível estruturar uma ferramenta de suporte ao gerenciamento de projetos capaz de apoiar os servidores no desenvolvimento das suas atividades internas.

Para escolha do consultor, foi realizado um Processo Seletivo Simplificado por meio de análise curricular e entrevista baseado em critérios estabelecidos no Termo de Referência. O objetivo foi selecionar um consultor com vasta experiência acadêmica e profissional no objeto da contratação.

Para escolha do projeto, a CGTI priorizou as demandas mais urgentes que fossem capazes de entregar valor para o negócio do MCTI. Nessa direção, este projeto de estruturação e apoio aos gerentes de projetos da unidade foi contemplado e assim priorizado frente aos demais.

A condução dos projetos no MCTI segue o padrão definido no Processo de Gerenciamento Projetos - PGP (http://pgp.mcti.gov.br), que visa, dentre outras áreas de conhecimento, gerenciar os riscos dos projetos durante o seu ciclo de vida. Além disso, através do PGP é possível manter um padrão de gerenciamento capaz de apoiar o controle interno e governança corporativa.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Diagnóstico Situacional (Relatório de Entrevistas e Diagnóstico de situação atual)	10/08/2014	14.000,00
Produto 2 – Consultoria Suporte ao Gerenciamento de Projetos e Portfólio de base tecnológica (Proposta de modelo de intervenção de PPM a ser adotado no Microsoft EPM 2010)	20/08/2014	24.000,00
Produto 3 – Serviços no Microsoft EPM (Ferramenta configurada e parametrizada e Documentação técnica do trabalho realizado)	29/08/2014	38.400,00
Produto 4 – Transferência de Conhecimento	15/09/2014	19.600,00

Consultor Contratado

Nome do Consultor: CARLOS EDUARDO FREIRE GURGEL	**CPF:** 63849062368
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Na primeira quinzena de agosto/2014, o consultor contratado realizou, nas dependências do MCTI, o levantamento de informações inerentes à situação atual das ferramentas e práticas existentes em gerenciamento de projetos. O levantamento foi realizado através de entrevistas e reuniões com os servidores da Coordenação do Desenvolvimento de Sistemas – CODS, e análise de documentação existente.

O consultor compilou o resultado destas atividades no documento denominado Produto 1 – Diagnóstico Situacional em EPM do MCTI. O produto foi entregue em 25/08/2014 e, após uma análise técnica do produto, verificou-se que o mesmo atendia aos requisitos constantes no Edital e às expectativas da CGTI.

Em seguida, o consultor procedeu com o desenvolvimento do Produto 2 - Proposta de PPM (*Project and Portfolio Management*), alinhando os conceitos, processos e melhores práticas à plataforma Microsoft EPM 2010. Da mesma forma, foi realizada a análise e a avaliação do produto, verificando que o mesmo atendia aos requisitos constantes no Edital e às expectativas da CGTI.

Com base na proposta que foi desenvolvida no Produto 2, o consultor seguiu com as customizações da plataforma Microsoft EPM de acordo com as especificações que foram definidas em conjunto com a CGTI. Em virtude de

problemas de infraestrutura, configuração no ambiente do *Enterprise Project Management* (EPM)/Microsoft existente no MCTI e alterações na estrutura dos produtos 2 e 3, ocorreu uma série de ajustes nos prazos de entrega dos produtos. Com isso, não foi possível cumprir com os prazos inicialmente acordados. Salientamos que todos os esforços foram envidados para que as atividades inerentes às entregas dos produtos fossem cumpridas

Nesse contexto, visando agilizar o restante das entregas, nos dias 15 e 16 de dezembro de 2014, o consultor realizou capacitação específica para transmissão do conhecimento gerado ao longo da execução do projeto, definida no edital como Produto 4. A capacitação foi ministrada de forma satisfatória para 8 (oito) servidores da CODS/CGTI, cumprindo com o objetivo que foi inicialmente definido. O encaminhamento da ficha de recebimento para a área responsável foi realizado em 16/12/2014.

Em 10/02/2015 foi verificado que o Produto 03 - Implementação da plataforma Microsoft EPM 2013 foi desenvolvido em conformidade com o Termo de Referência – TR. Esta entrega foi avaliada com o suporte e apoio de servidores e técnicos lotados na Coordenação de Gerência de Redes – COGR da CGTI, no que se refere às atividades de infraestrutura de TI. Após a análise, verificou-se que o Produto 3 atendia aos requisitos constantes no Edital e às expectativas da CGTI. Dessa forma, foi sugerido que o produto fosse aceito pelo Órgão e desse prosseguimento à finalização do processo de pagamento.

Por fim, os produtos 1, 2 e 3 foram entregues em 2014, mas somente os produtos 1 e 2 foram pagos no durante o exercício de 2014, sendo que o produto 3 foi pago em 2015. O produto 4 foi entregue e pago 2015.

Análise crítica:

A adoção deste mecanismo de aquisição de conhecimento especializado no âmbito dos projetos de cooperação técnica com Organismos Internacionais executados na UJ agregou grande valor às atividades desenvolvidas na CGTI, pois a inclusão de um profissional com experiência e visão de mercado para trabalhar em conjunto com a equipe da CGTI levou ao aprimoramento dos processos e ferramentas alinhado às melhores práticas de mercado.

8.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

8.2.1 Gestão da frota de veículos

Secretaria-Executiva – SEXEC/MCTI

Legislação Reguladora:

- Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008;
- Instrução Normativa da SLTI/MPOG nº 03, de 23 de julho de 2008; e
- Portaria MCTI nº 19, de 23 de julho de 2008.

O MCTI, em virtude de suas competências, participa ativamente de reuniões, fóruns, conferências, entre outros eventos, para os quais são necessários deslocamentos de autoridades e servidores. Esses trabalhos realizados fora das dependências do Ministério são essenciais para o cumprimento de seus objetivos institucionais.

Como o MCTI não possui frota própria de veículos em quantidade que supra a demanda e nem profissionais em seu quadro para atendimento do serviço, optou-se pela terceirização da frota (estudos de economicidade apresentados no Relatório de Gestão de 2013).

Foi realizado o Pregão nº 02/2014 e firmado o Contrato nº 02.0010.00/2014 com a Empresa Investcar Veículos Ltda. – ME, CNPJ nº 01.615.224./0001-70, no valor inicial de R$ 2.808.744,00 (dois milhões, oitocentos e oito mil e setecentos e quarenta e quatro reais). O contrato foi prorrogado e reajustado no exercício de 2015, estando no valor de R$ 3.025.066,44 (três milhões, vinte e cinco mil e sessenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), com prorrogação da vigência por mais 12 (doze) meses, a partir de 1º de março de 2015.

Há duas exceções a essa terceirização:

a) aquisição dos veículos de representação, responsáveis pelo transporte do Senhor Ministro e do Senhor Secretário-Executivo. Esses veículos não podem ser objeto de contratação por terceirização pois, sendo terceirizados, não poderiam fazer uso da placa especial de identificação do cargo de Ministro e, no caso do Senhor Secretário-Executivo, não poderia utilizar a referida placa quando em substituição do Senhor Ministro, essencial quando do comparecimento a reuniões e a eventos específicos para a autoridade de Ministro; e

b) compra de quatro veículos de carga leve, dois por meio de Adesão a Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico SRP n° 40/2009, promovido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, e dois por meio da Dispensa de Licitação realizada por licitação fracassada. A justificativa dessas aquisições provém das atribuições do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN na cidade de Cachoeira Paulista – SP, as quais exigem a manutenção de vigilância constante em áreas de risco, sendo necessário que aquele Centro disponha de veículos 24h, sem depender de terceiros.

Quanto ao controle, o MCTI possui um sistema para monitorar todas as requisições de uso dos veículos, em que se efetua uma segunda triagem das viagens, com ênfase nos roteiros, a fim de identificar possíveis desvios de locais não permitidos pela legislação concernente. Além desse sistema, os despachantes, que são servidores da Unidade, executam uma primeira triagem nas requisições e não aceitam requisições com trajetos e locais não permitidos pela legislação.

Referente ao plano de substituição da frota, considerando que houve aquisição de novos veículos no exercício de 2013, não houve em 2014 estudos nesse sentido.

O veículo de serviço comum de propriedade do Órgão (marca GM, modelo Corsa Classic, placa JJE 1877 DF) identificado no Relatório de Gestão de 2014, foi devidamente baixado do patrimônio do MCTI, por perda total devido a um acidente, conforme instrução do Processo nº 01200.004904/2015-13, não fazendo mais parte da frota do MCTI a partir do mês de novembro de 2015. Ainda assim, durante todo o exercício houve custos de manutenção, tendo em vista que o automóvel estava em pleno uso anteriormente. Cumpre destacar que o valor total do veículo foi ressarcido pelo responsável pelo acidente.

a) Veículos de propriedade do órgão:

Propriedade do Órgão												
Grupo	**Quant.**	**Idade Média**	**Km Rodados (anual)**	**Km Rodados (média)**	**Custo R$**							
Tipo de Veículo					**Manutenção**	**Combustível**	**Óleo**	**Lavagem**	**Seguro**	**Impostos**	**Placa de Bronze**	**Revisão**
Representação	01	7-anos	10.614	1.524	R$ 6.562,58	R$ 6.012,36	107,88	R 1.410,00	R$ 875,00	R$ 105,25	R$ 130,00	-
Institucional	02	3-anos	14.376	1.198	-	R 5.527,02	-	R$ 1.215,00	R$ 875,00	R$ 105,25	R$ 130,00	R$ 1.252,65
			22.782	1.898,5		R$ 9.013,98		R$ 1.470,00	R$ 875,00	R$ 105,25	R$ 130,00	R$ 1.252,65
Serviço comum	01	9-anos	15.939	1.771	R$ 1.874,41	R$2.902,62	107,88	R$ 510,00	R$ 450,00	R$ 105,25		-
Transporte coletivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carga leve	04	3-anos	1.104	92	R$ 0,00	R$ 163,31			R$ 2.843,00	R$ 109,96		-
			2003	166,91	R$ 0,00	R$ 678,43			R$ 2.910,00	R$ 109,96		
			14.760	1.230	R$ 1.157,63	R$ 3.873,64			R$ 2.843,00	R$ 109,96		
			27.648	2.304	R$ 1.122,60	R$ 7.796,16			R$ 2.910,00	R$ 109,96		
Carga pesada	-	-	-	-	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total de veículos	**08**											

Total Custo contratual	**R$ 147.633,52**	R$ 38.010,00	R$ 81.073,44	R$ 9.169,08	R$ 4.800,00	R$ 14.581,00			
Total Custo efetivo	**R$ 39.574,82**	R$ 8.436,99	R$ 11.951,83	R$ 0,00	R$ 4.605,00	R$ 14.581,00	R$ 860,84	R$ 390,00	R$ 2.505,30

b) Veículos Contratados (Serviços Terceirizados):

Grupo	Quantidade	Idade Média	Km Rodados (efetivo)	Km Rodados (média)	Custo Contrato	Custo Efetivo
Veículo Institucional (Executivo)	06	3 anos	191.771	15,981	R$ 1.289.189,95	R$ 976.824,24
Veículo de serviço comum (Passeio)	20	3 anos	260.056	21.671	R$ 1.227.799,95	R$ 1.059.935,31
Veículo de serviço Transporte coletivo (utilitário Van)	02	3 anos	7.489	624	R$ 299.789,98	R$ 155.840,52
Veículo de carga	01	3 anos	3.465	288,75	R$ 208.286,57	R$ 149.630,25
Total de veículos	29				**R$ 3.025.066,44**	**R$ 2.342.230,32**

Representação Regional no Nordeste – RENE

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte:

Como parte da missão da ReNE, destaca-se a execução do planejamento das atividades do MCTI no Nordeste, contando para isso com uma infraestrutura mínima para atendimento aos servidores e autoridades em visita ao Estado. Foi realizada uma pesquisa de preços através dos sistemas de licitação governamentais e constatou-se a economia na prestação de serviço de locação de veículos, comparando-se à aquisição de uma frota própria. Foram levados em consideração os custos de manutenção anuais, seguro do veículo, depreciação, entre outros. Optou-se pela terceirização da frota, com todos os custos (exceto combustíveis) já previstos no contrato original, tornando mais simples a gestão dos contratos e as obrigações das contratadas.

b) Nome e CNPJ das empresas contratadas para a prestação do serviço de transporte:

- S&B Locações de Veículos Eireli – EPP – CNPJ 01.838.726/0001-60

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão:

- S&B Locações de Veículos Eireli – EPP

  - Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços

  - Nº do Contrato: 04/2014 – ReNE/MCTI

  - Vigência do Contrato: 30/12/2014 a 30/12/2015

  - Valor contratado: R$ 69.600,00

  - Valores pagos no exercício: R$ 63.800,00

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:
A utilização da frota de veículos terceirizada é amparada pela IN-MPOG nº 03 de 15 de Maio de 2008, a qual dispõe sobre o uso dos veículos oficiais.

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:
Atualmente a frota de veículos da ReNE atende às necessidades da Unidade no transporte de servidores que precisam desempenhar as suas funções fora do escritório da Representação. Os veículos são utilizados em atividades de transporte institucional, incluindo o deslocamento para outros órgãos governamentais e deslocamento para eventos onde a representação do MCTI é requerida.

f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos:

Atualmente, a frota de veículos da unidade resume-se a um Ford Focus S AT 2.0S, ano 2014. A classificação do veículo é de Transporte Institucional.

g) Média anual de quilômetros rodados:

Baseado nos relatórios de fiscalização do Contrato nº 01/2013, a média mensal é de 400 KM rodados.

h) Idade média anual, por grupo de veículos:

A idade média dos veículos locados é de 3 anos de uso.

i) Custos associados à manutenção da frota:
Os custos relativos à manutenção do veículo, seguro, documentação e revisões periódicas encontra-se previsto no contrato original de locação. As despesas decorrentes do fornecimento de combustível estão

previstas no Contrato nº 03/2014, celebrado entre e ReNE e a empresa NUTRICASH SERVIÇOS LTDA. (CNPJ 42.194.191/0001-10).

8.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Os veículos de propriedade do MCTI são considerados inservíveis a partir da decisão da Comissão instituída pelo órgão para a avaliação de bens móveis com essas características, ou seja, de bens que não estão sendo utilizados pela instituição ou que não tenham condições de uso, conforme a legislação vigente (Decreto nº 99.658/1990; Lei nº 8666/1993).

Ao ser considerado inservível pelo MCTI, o veículo é incluído na relação de bens disponíveis para doação por meio do processo de desfazimento de bens móveis anuais e pode ser doado para instituições públicas ou privadas, por meio de processos de doação. Os veículos considerados ociosos, ou seja, aqueles que estão em condições de uso, mas não estão sendo utilizados, são doados prioritariamente a instituições públicas.

No ano de 2015, não houve veículos em condições de inservíveis (ocioso, irrecuperável, recuperável e antieconômico) e, consequentemente, não houve doação desses bens.

8.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ
		EXERCÍCIO 2015
BRASIL	**Rio Grande do Sul - RS**	**1**
	PORTO ALEGRE	1
	Rio de Janeiro - RJ	1
	RIO DE JANEIRO	1
Total Brasil		**2**

Fonte: SAP – Serviço de Almoxarifado e Patrimônio.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel
				Valor Histórico (R$)
240101	8801.00628.500-0	21	3	8.024.366,70
240101	6001.04799.500-0	21	3	86.886.052,14
Total				

Fonte: SPIUnet

O imóvel do Rio de Janeiro foi transferido para a Unidade Gestora 240101 do MCTI em 2015 por meio do Termo de Entrega registrado no Livro nº 3 – Destinação - SPU/RJ - fls. nº 143 a 145 - 2º Traslado, tendo como outorgante a Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro e como outorgado o MCTI, para uso da unidade de pesquisa denominada Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA, conforme Processo Administrativo nº 01200.007651/2007-11.

A gestão desses dois imóveis é executada pelo MCTI por intermédio do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União – SPIUnet, com o auxílio de arquivos pertencentes aos imóveis. As informações inseridas no referido Sistema provêm de documentos públicos oficiais, cuja confiabilidade, fidedignidade e completude são incontestáveis. Em relação à manutenção dos imóveis, compete às unidades usuárias tal reponsabilidade.

8.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

São três os Termos de Cessão de Uso Oneroso firmados com as entidades a seguir declaradas para a utilização de espaços físicos do MCTI, cuja finalidade é o atendimento bancário aos servidores e colaboradores do órgão em decorrência das relações financeiras firmadas pelos servidores com as instituições bancárias oficiais. Cumpre esclarecer que os valores relativos ao uso são recolhidos pelos Cessionários por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, para a conta única do Tesouro Nacional.

- Processo nº 01200.003346/2009-12: cessão de uso de espaço para alocar caixas de autoatendimento, celebrado com a Caixa Econômica Federal, em área localizada na portaria principal do Bloco E, Esplanada dos Ministérios, Brasília – DF, com 3m (três metros) x 3,66 m (três vírgula sessenta e seis metros). Vigência: 60 meses. Início: 21/09/2015. Contrapartida a favor da União: R$ 1.275,04 (mil duzentos e setenta e cinco reais e quatro centavos) mensais. Inexigibilidade de Licitação, exegese do Parecer nº 502/2015/CONJUR-MCTI/CGU/AGU (mudança de entendimento jurídico);

- Processo nº 01200.004794/2011-58: cessão de uso de espaço para agência do Banco do Brasil S/A, cuja área está localizada no SIA/SO, Área Especial, Conjunto 5, Parte de Setores Complementares, em Brasília/DF, com 377,86 m² (trezentos e setenta e sete vírgula oitenta e seis metros quadrados). Vigência: 23/02/2016 (3º Termo Aditivo). Contrapartida a favor da União: R$ 15.420,92 (quinze mil, quatrocentos e vinte reais e noventa e dois centavos) mensais. Dispensa de Licitação, exegese do Parecer nº 385/2011/CONJUR-MCTI/CGU/AGU/MHSP (entendimento jurídico anterior); e

- Processo nº 01200.004791/2011-14: cessão de uso de espaço para agência do Banco do Brasil S/A, cuja área está localizada no Térreo do Edifício Sede do MCTI, em Brasília/DF, com 95 m² (noventa e cinco metros quadrados). Vigência: 23/02/2016 (3º Termo Aditivo). Contrapartida a favor da União: R$ 4.377,32 (quatro mil, trezentos e setenta e sete reais e trinta e dois centavos). Dispensa de Licitação, exegese do Parecer nº 385/2011/CONJUR-MCTI/CGU/AGU/MHSP (entendimento jurídico anterior).

As despesas de água, energia elétrica, manutenção predial, conservação e vigilância são rateadas incluindo as cessionárias, cujos valores são ressarcidos proporcionalmente à metragem de uso.

8.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Não há registros de imóveis locados.

8.3 Gestão da tecnologia da informação

A Gestão da Tecnologia da Informação é competência da CGTI, unidade vinculada à SPOA. Adiante estão detalhadas as principais informações e resultados desenvolvidos ao longo de 2015.

8.3.1 Principais sistemas de informações

Sistema	Descrição	Criticidade
Cadastro das Instituições de Uso Científico de Animais – CIUCA	Registra informações de todas as instituições de direito público ou privado que criam ou utilizam animais com fins científicos e de suas respectivas Comissões de Ética no Uso de Animais – CEUAs e Biotérios, conforme estabelecido na Lei nº 11.794, de 08 de outubro de 2008, e em seu decreto regulamentador.	Alta
Fundo Setorial da Tecnologia da Informação - CT-Info/FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia	Permite a geração de boletos para pagamentos relativos às obrigações decorrentes da Lei de Informática (Lei nº 8.248/91 e suas revisões posteriores) referentes aos recolhimentos para o fundo CTInfo/FNDCT da contrapartida de empresas habilitadas à fruição dos benefícios fiscais da Lei de Informática	Alta
Sistema de Controle de Incentivos a Pesquisa e Desenvolvimento – FORMPD	Coleta, controla e acompanha as informações enviadas anualmente pelas pessoas jurídicas, referentes às atividades dos seus programas de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica realizadas no exercício fiscal de cada ano, nos termos do Capítulo III da Lei nº 11.196, de 2005, do Decreto n° 5.798, de 2006, e conforme Portaria MCTI nº 327, de 29.04.2010.	Alta
Sistema de Gestão da Lei de Informática – SIGPlani - Módulo CATEC	Mantém atualizadas informações básicas de entidades que realizam, no Brasil, projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D em Informática, para auxiliar a Secretaria de Política de Informática - SEPIN nas análises dos projetos que realizam sob a Lei de Informática, a fim de tornar essas informações mais transparentes, como também divulga a capacitação brasileira em geração de tecnologia em TICs.	Baixa
Sistema de Gestão da Lei de Informática - SIGPlani - Módulo Modelos	Permite que as empresas fabricantes de bens de informática e automação solicitem aprovação de novos modelos de produtos já habilitados e relacionados nas portarias conjuntas de reconhecimento do direito à fruição da isenção/redução do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.	Baixa
Sistema de Gestão da Lei de Informática – SIGPlani - Módulo P&D	Permite a captura de dados sobre objetivos, áreas de atuação e recursos investidos das empresas em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e auxilia os técnicos da Secretaria de Política de Informática - SEPIN quanto à análise e ao julgamento dos pleitos de produtos.	Alta
Sistema de Gestão da Lei de Informática – SIGPlani - Módulo Parecer RDA	Permite à Secretaria de Política de Informática - SEPIN avaliar e julgar o conteúdo das informações do relatório demonstrativo enviadas pelas empresas fabricantes de bens de informática incentivadas, relativos ao Relatório Demonstrativo Anual.	Alta

Sistema	Descrição	Criticidade
Sistema de Gestão da Lei de Informática – SIGPlani - Módulo Produtos	Coleta dados referente a pleitos para concessão dos incentivos de que trata a Lei de Informática. Aplica-se a todas as empresas e objetiva a publicação da Portaria Interministerial em caso de aprovação, ou de Ofício do MCTI/SEPIN em caso de arquivamento (Regulamentação: Portaria Interministerial MCTI/MDIC 501, de 30 de junho de 2010).	Alta
Sistema de Gestão da Lei de Informática – SIGPlani - Módulo RDA	Coleta dados referentes aos compromissos decorrentes da fruição dos incentivos fiscais da Lei de Informática. Aplica-se a todas as empresas e objetiva a emissão pelo MCTI/SEPIN de Notificação, positiva ou negativa, de quitação desses compromissos legais. (Relatório Demonstrativo Anual).	Alta
Sistema de Gestão da Lei de Informática – SIGPlani - Módulo Inadimplentes	Coleta dados, de anos anteriores, referentes aos compromissos decorrentes da fruição dos incentivos fiscais da Lei de Informática. Aplica-se a todas as empresas e objetiva a emissão pelo MCTI/SEPIN de Notificação, positiva ou negativa, de quitação desses compromissos legais. (Relatório Demonstrativo Anual).	Alta
Sistema de Gestão da Lei de Informática – SIGPlani - Módulo Tecnologia Nacional	Coleta dados referente a pleitos de reconhecimento da condição de bens e serviços de informática ou automação com tecnologia desenvolvida no País	Alta
Sistema de Gestão da Lei de Informática – SIGPlani - Módulo CADASTRO	Mantém informações cadastrais de pessoas físicas e jurídicas vinculadas aos módulos do sistema SIGPLANI	Média
Sistema de Informações Gerenciais de Ciência, Tecnologia e Inovação – SIGCTI	Acompanha a execução de todos os níveis do Plano de Ação de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Nacional (PACTI 2007-2010). Permite o acesso às informações sobre a execução do conjunto de ações e programas do PACTI, as atividades realizadas, os documentos publicados, as metas e os resultados, a execução financeira e os termos de referências publicados. Permite também controlar o fluxo das demandas, desde a demanda bruta até o plano de investimento, por meio de escritórios virtuais que dão suporte aos trabalhos de cada fundo setorial.	Média
Sistema de Informações Gerenciais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – SIGMCT	Disponibiliza aos dirigentes do MCTI um fluxo de informações atualizadas, com vistas à tomada de decisões e à avaliação do andamento e dos resultados das Ações e dos Programas do Plano Plurianual (PPA) do MCTI.	Média

Sistema	Descrição	Criticidade
Sistema de Informações sobre Política de Propriedade Intelectual – FORMICT	Coleta, controla e acompanha as informações enviadas, anualmente, pelos Institutos de Ciência e Tecnologia - ICT, referentes à política de propriedade intelectual da instituição, às criações desenvolvidas no âmbito da instituição, às proteções requeridas e concedidas e aos contratos de licenciamento ou transferência de tecnologia firmados, conforme estabelecido na Portaria MCTI n.º 942, de 08 de dezembro de 2006.	Alta
Sistema de Programas e Projetos de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SPMP	Controla e acompanha as informações enviadas, anualmente, pelos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal atuantes em pesquisa, desenvolvimento ou capacitação tecnológica, bem como os órgãos congêneres ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, estaduais e municipais, referentes aos recursos destinados à inovação alocados às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme Portaria MCTI n.º 407, de 09 de julho de 2008.	Alta

8.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI

O PETI foi elaborado durante o segundo semestre de 2015 e contou com a participação de mais de 30 (trinta) servidores de diversas áreas do MCTI, todos requisitantes de soluções de TI, que participaram de Oficinas de Construção do PETI, discutiram e desenvolveram seu conteúdo.

O PETI, com horizonte temporal de quatro anos (2016 a 2019), já aderente à Estratégia de Governança Digital do Governo Federal – EGD, objetiva fornecer as diretrizes para a realização de sua missão e o alcance de sua visão de futuro, por intermédio de objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas a serem colocados em prática, de acordo com o ordenamento legal vigente.

Alinhamento do PETI com o Planejamento Estratégico Institucional

Encontra-se em elaboração o Plano Estratégico Institucional do MCTI, que estabelecerá a visão de futuro do órgão, com base em sua missão e em seus valores. A "Etapa 1" dos trabalhos de diagnóstico da Gestão Estratégica, "Análise Ambiental e Formulação da Estratégia", conforme orientação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Ofício n° 70/ASEGE/GM-MP, de 20 de junho de 2013) está em fase de conclusão, estando sob avaliação os resultados obtidos e o Relatório Analítico apresentado. Após a conclusão da análise dos documentos apresentados, as próximas etapas propostas são: "Etapa 2 – Tradução da Estratégia", "Etapa 3 – Alinhamento" e "Etapa 4 – Monitoramento da Gestão Estratégica".

Enquanto não se conclui o Plano Estratégico do Ministério, a orientação estratégica para o MCTI provém das estratégias do negócio do Ministério, materializadas atualmente no Plano Plurianual 2016-2019.

Nesse contexto, o PETI do MCTI, elaborado para o período de 2016 a 2019, foi desenvolvido considerando as principais políticas e planos governamentais, em particular com a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação - EGTIC 2014/2015, publicada no segundo semestre de 2014, e com a Estratégia de Governança Digital - EGD, bem como com as estratégias do negócio do MCTI, contidas no PPA 2016-2019.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI

A primeira versão do PDTI do MCTI foi elaborada em 2009, dando início às ações estruturadas de governança e gestão de TI no órgão. À época, o Ministério seguia o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2010 e, a partir de 2012, as diretrizes institucionais passaram a ser definidas pela Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2012-2015).

A elaboração do PDTI do MCTI, para o período de 2013 a 2015, baseou-se na metodologia proposta no Guia de Elaboração de PDTI do SISP – versão 1.0. O documento foi elaborado seguindo cada fase do processo, a saber: preparação, diagnóstico e planejamento; visando à efetiva utilização da informação e da tecnologia como suporte aos objetivos institucionais.

O PDTI foi revisado em 2015 e foram atualizadas, principalmente, informações orçamentárias, *status* e prazos de ações, bem como foram atendidas sugestões de melhoria identificadas na análise técnica preliminar realizada pela Coordenação-Geral de Gestão e Governança de TI, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em atendimento à demanda registrada na Central de Serviços e Suporte do SISP (C3S).

O PDTI 2013-2015 foi estruturado com base no Guia de Elaboração de PDTI do SISP – versão 1.0, e contém as seguintes seções: termos e abreviações, metodologia utilizada para sua elaboração, documentos de referência, princípios e diretrizes para a área de TI, estrutura organizacional da tecnologia da informação, referencial estratégico, inventário de necessidades, informações de apoio ao planejamento, plano de ações, ações de sustentabilidade, projeto Aquarius, gestão de pessoas, modelo de gestão de riscos, proposta orçamentária de TI e processo de revisão do PDTI.

No segundo semestre de 2015, o MCTI iniciou o projeto de elaboração do PDTI para o período de 2016 a 2018.

Alinhamento do PDTI com o Planejamento Estratégico Institucional – PEI

O PDTI do MCTI, elaborado para o período de 2016 a 2018, foi desenvolvido respeitando-se o alinhamento ao PETI do MCTI, elaborado para o período de 2016 a 2019, que, por sua vez, foi elaborado considerando-se as principais políticas e planos governamentais, em particular com a EGTIC 2014/2015, publicada no segundo semestre de 2014, e com a EGD, bem como com as estratégias do negócio do MCTI, contidas no PPA 2016-2019.

Comitê Executivo de Tecnologia da Informação – CETI

Instituído pela Portaria MCT nº 383, de 30 de maio de 2012, compete ao CETI:

a) propor minuta de Portaria da Política de Informação do MCTI;
b) propor o alinhamento entre as ações da TI, as estratégias de negócio e a Política de Informação do MCTI;
c) apoiar a supervisão da implementação de ações de TI;
d) sugerir a formulação, implementação, monitoramento e avaliação da gestão da Política de Tecnologia da Informação;

e) recomendar a aprovação das políticas e diretrizes para o Plano Diretor de Tecnologia de Informação - PDTI do Ministério;
f) minutar a elaboração e sugerir a aprovação do PDTI do Ministério;
g) sugerir prioridades na formulação e execução de planos e projetos relacionados à TI para o Ministério;
h) recomendar a priorização de investimentos em TI;
i) apresentar sugestões à proposta orçamentária específica para as ações de TI;
j) sugerir políticas, diretrizes, planos e normas de TI para o Ministério;
k) recomendar a aprovação de decisões técnicas de arquitetura e infraestrutura vinculadas à TI;
l) instituir Grupos de Trabalho, em caráter permanente ou temporário, para tratar de temas específicos relacionados à TI e à Política de Informação, englobadas aqui as decisões sobre formas de comunicação com a sociedade que envolvam aspectos tecnológicos;
m) elaborar e aprovar seu Regimento Interno no prazo de 180 dias;
n) emitir atos relativos à matéria de sua competência;
o) exercer outras competências que lhe forem atribuídas em regimento interno; e
p) otimizar os recursos disponíveis e reduzir o desperdício.

Composição do CETI

O CETI é composto por um representante dos seguintes órgãos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação:

- Gabinete do Ministro;
- Secretaria-Executiva;
- Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social;
- Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação;
- Secretaria de Política de Informática;
- Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento;
- Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa;
- Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração;
- Assessoria de Assuntos Internacionais;
- Consultoria Jurídica;
- Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação; e
- Coordenação-Geral de Gestão e Inovação.

Número de reuniões do CETI ocorridas em 2015

Tipo de Reunião	Datas das Reuniões	Número de Reuniões
Reuniões ordinárias:	02/04/15; 27/07/15,	2
Reuniões extraordinárias:	11/12/15	1
	Total:	3

Principais decisões do CETI:

- homologação da revisão do PDTI 2013-2015;
- aprovação da metodologia de desenvolvimento do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação para o período de 2016-2018;

- aprovação das contratações transversais de TI; e
- aprovação da nova versão da Política de Segurança da Informação e Comunicações (Posic).

Plano de Capacitação de Tecnologia da Informação – PACTI

O Plano de Capacitação de Tecnologia da Informação – PACTI 2014-2015 foi publicado por meio da Portaria SPOA nº 75, de 21 de maio de 2014, no Boletim de Serviço MCTI nº 10, de 30 de maio de 2014.

A área de Tecnologia da Informação teve sua primeira versão do Plano de Capacitação em 2012, dando início às ações estruturadas de capacitação específica em TI no órgão. Entretanto, com a publicação da EGTI 2013-2015 e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2013-2015, identificou-se a necessidade de uma releitura do PACTI e de sua reestruturação.

Assim, as ações propostas no PACTI 2014-2015 visavam à capacitação, principalmente, para o alinhamento dos conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores de TI às diretrizes postas pela EGTI 2013-2015, às diretrizes governamentais para as áreas de Tecnologia da Informação da Administração Pública Federal e Segurança da Informação e Comunicações, ao PDTI MCTI 2013-2105; ao Plano de Logística Sustentável do MCTI; e às demandas dos órgãos de controle interno e externo, visando ao seu desenvolvimento contínuo.

No exercício de 2015, por incidência da redução de gastos na administração pública, iminente reforma administrativa no âmbito do Ministério e mudança na linha de comando interna e externa à Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação, não foi possível realizar nenhum dos treinamentos constantes no PACTI 2015. No entanto, foram realizados *workshops* internos e alguns treinamentos vinculados aos contratos assinados entre o Ministério e empresas prestadoras de serviços de tecnologia da informação, a saber:

- *workshops* internos realizados pelo Escritório de Projetos de Tecnologia da Informação do Ministério, referente aos seguintes processos: Processo de Gerenciamento de Projetos; Processo de Gerenciamento de Demandas; Processo de Software e Processo de Desenvolvimento de Portais.
- *treinamentos vinculados a contratos: Curso de Switching HP e Curso de Segurança Forense.*

8.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

8.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

O MCTI tem incluído em suas licitações critérios de sustentabilidade ambiental que levam em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas. O MCTI dispõe, em seus editais, critérios elencados nos incisos I, II, III, IV e V do art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI/MPOG, bem como os critérios previstos no art. 33 da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010). A aquisição de produtos é feita dando preferência a aqueles fabricados por fonte não poluidora, bem como por materiais que não prejudiquem a natureza.

Nos procedimentos licitatórios, além da orientação para que sejam observadas e respeitadas as Normas Brasileiras – NBR, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT sobre resíduos sólidos, são consideradas também as seguintes certificações ambientais:

- Certificação do INMETRO sobre produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

- ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, certificações da constituição de bens, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável; e
- ROHS, concentração de substâncias perigosas acima da recomendada.

No último exercício, deu-se continuidade aos procedimentos que colaboram para o menor consumo de energia e de água tratada, quais sejam:

- substituição dos aparelhos de ar-condicionado de janela por aparelhos SPLIT;
- redução da quantidade de luminárias mantidas acesas nas áreas comuns do Edifício Sede; e
- substituição de bacias sanitárias por modelo com caixa de descarga acoplada e sistema duplo de acionamento do fluxo de água.

O MCTI participa da Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P e possui Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS conforme o art. 16 do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, cuja Comissão gestora está constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG nº 10, de 12 de novembro de 2012.

As informações referentes ao consumo de água e energia elétrica são disponibilizadas no sítio do Sistema Esplanada Sustentável – SisPES. O Ministério informa ao sistema de controle de gastos do Projeto Esplanada Sustentável, gerenciado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP desde o ano de 2012, como requisito do PLS. Segue *link* do sítio: http://www.orcamentofederal.gov.br/projeto-esplanada-sustentavel/sispes.

Ademais, foi instituída a Coleta Seletiva no órgão por meio de Termo de Parceria assinado em 10/07/2015 com cooperativa de reciclagem ambiental devidamente indicada por consenso, cujas informações constam do Processo nº 01200.001878/2015-63, tendo seguido toda a orientação trazida pelo Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Além disso, ainda se efetua a coleta de lixo eletrônico (pilhas, baterias e celulares), os quais são entregues ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU/DF.

8.5 Gestão de fundos e de programas

8.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

Não se aplica.

9 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

9.1.1 Secretaria-Executiva – SEXEC/MCTI

Quadro – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

O quadro a seguir apresenta de forma resumida as deliberações, sejam determinações ou recomendações, feitas pelo TCU à Secretaria-Executiva no ano de 2015.

Acórdão	RE	DE	RE Imp.	DE Cump.	Pendentes	Percentual de Atend/Cump
2529/2015		1			1	62,50
2516/2011 e 213/2016		1		1		
1942/2015		2			2	
1317/2015		1		1		
3226/2014		1		1		
3490/2015		1		1		
9814/2015		1		1		
Total		**8**		**5**	**3**	

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
007.488/2015-7	2529/2015-TCU-Plenário	9.1	Ofício 797/2015-TCU/SeinfraUrbana	03/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (SEXEC)				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1. com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, determinar ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e ao Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) que, antes da publicação do edital de concorrência para contratação de empresa para execução das obras/serviços de engenharia para construção do complexo técnico/administrativo do Cemaden, no parque tecnológico de São José dos Campos/SP, promovam as correções das seguintes impropriedades: 9.1.1. insuficiência de justificativas técnicas para o parcelamento do objeto por especialidades, em dissonância com o art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993 (item 3.1 do relatório); 9.1.2. existência de diversas inconsistências na planilha orçamentária, em afronta à Lei 8.666/1993, art. 6º, inciso IX, alínea "f" (item 3.2 do relatório): 9.1.2.1. presença de 217 itens com preços diferentes para serviços idênticos, conforme tabela constante à peça 19 destes autos;				

9.1.2.2. presença de itens com código de referência diferente da descrição, a exemplo do item concreto usinado bombeado fck = 30MPa, cujo código sinapi é 74138/4, que aparece, em algumas das planilhas orçamentárias, com o código 74138/3, que corresponde a um concreto de menor resistência (fck=25MPa);

9.1.2.3. ausência de pesquisa de mercado adequada para definição dos custos de todos os serviços não referenciados em sistemas oficiais, a exemplo dos no-breaks e dos quadros elétricos;

9.1.3. retirada completa do item "administração local" do orçamento da obra, em afronta ao disposto no Acórdão 2.622/2013-TCU-Plenário (item 3.2 do relatório);

9.1.4. retirada dos itens "edifício do supercomputador" e "sistema de segurança" do orçamento da obra sem garantias de manutenção da funcionalidade e adequação do interesse público do empreendimento, em afronta ao art. 12, inciso II da Lei 8.666/1993 (item 3.2 do relatório);

9.1.5. adoção de critérios inadequados de habilitação (item 3.3 do relatório):

9.1.5.1. exigência de comprovação de itens pouco relevantes financeiramente, inferiores a 1% do valor global da obra, para fins de demonstração de capacidade técnico-operacional, em afronta ao art. 30 da Lei 8.666/1993 e à Súmula 263/2011 do TCU, a exemplo dos itens "impermeabilização com manta asfáltica", "estrutura metálica para cobertura", "pele de vidros" e "esquadrias";

9.1.5.2. exigência de comprovação de execução de serviço (cobertura com telhas metálicas) que, apesar de constar em projeto, não integra a planilha orçamentária, além de não se mostrar técnica e financeiramente relevante, em afronta ao art. 30 da Lei 8.666/1993 e à Súmula 263/2011 do TCU;

9.1.5.3. exigência de quantitativo superior a 50% do volume a ser executado (esquadrias), para fins de demonstração de capacidade técnico-operacional, em afronta aos art. 3º, § 1º, inciso I, e 30, inciso II, da Lei 8.666/1993, e à jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 2.171/2013 e 2.666/2013, do Plenário;

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Em 08 de janeiro de 2016, foi remetido ao TCU o Ofício 2/2016/DIR/CEMADEN, informando que as correções solicitadas serão contempladas no Edital quando da sua publicação. Contudo, por não existência de orçamento na LOA de 2015, bem como de não previsão de orçamento na PLOA 2016 para o complexo do CEMADEN, não se vislumbra a publicação de tal edital no corrente ano.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
011.713/2015-1	1942/2015-TCU-Plenário	9.7 e 9.8	402/2015-TCU/SecexAmbiental	26/08/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (SEXEC)				
Descrição da determinação/recomendação				
9.7. determinar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, combinado com art. 250, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ministério da Justiça, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Ministério da Integração Nacional e suas unidades vinculadas que, em obediência ao artigo 1º, da Lei 5.868/1972 (alterado pela Lei 10.267/2001) e regulamentada pelo artigo 7º, do Decreto 4.449/2002, informem aos órgãos gestores do CNIR as necessidades para integração de seus cadastros ao CNIR ou, caso não seja possível, que informem a este Tribunal os motivos da não realização da integração (parágrafos 116-125). 9.8. determinar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, combinado com art. 250, inciso II, do Regimento Interno				

do Tribunal de Contas da União, à Presidência da República, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao Ministério da Justiça, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, ao Ministério da Integração Nacional, à Secretaria da Receita Federal, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e ao Conselho Deliberativo a que se refere o Decreto 8.414/2015, que apresentem, conforme parágrafos 196,197 e 202 ao 207 do Manual Anop, aprovado pela Portaria Segecex 4/2010, no prazo de 120 dias, plano de providências para às determinações e às recomendações do relatório de Auditoria Operacional de Governança de Solos Não Urbanos (parágrafos 18-125).
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Foi remetido ao TCU o Ofício 26/2016/SEXEC/MCTI, de 27 de janeiro de 2016, contendo Plano de Providências indicando medidas a serem implementadas para o cumprimento das determinações acima.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
003.661/2015-6	2259/2015-TCU-Segunda Câmara	1.10	1146/2015-TCU/SECEX-PB	06/08/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (SEXEC)				
Descrição da determinação/recomendação				
1.10. Comunicar ao Ministério da Ciência e Tecnologia as irregularidades detectadas no Convênio 24010157200800034 (Siafi 650974) celebrado com a Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo-PB, objetivando a Construção do Centro Vocacional de Tecnologia - CVT, anexando cópia dos autos, para que adote em 90 dias a contar da notificação, as medidas cabíveis, inclusive, se for o caso, a instauração de tomada de contas especial.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Em 06.11.2015, foi remetido o Ofício 541/2015/SEXEC-MCTI, informado, em síntese, que o Prefeito de Pedras de Fogo/PB deveria restituir valores e que até momento do envio do expediente não havia tido resposta do Município e este estaria sendo inscrito como inadimplente no SIAFI e que após os prazos legais, o processo seria encaminhado para instauração de Tomada de Contas Especial.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
003.046/2015-0	1317/2015-TCU-2ª Câmara	1.7.1	311/2015-TCU/SECEX-PE	28/04/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (SEXEC)				
Descrição da determinação/recomendação				
1.7.1. ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que ultime, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a análise da prestação de contas final alusiva ao Convênio nº 01.0060.00/2007, encaminhando ao TCU, ao final do prazo ora fixado, parecer conclusivo sobre a regularidade ou não do referido ajuste;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

O Ofício 29/2016/SEXEC-MCTI, de 28 de janeiro de 2016, informa, em síntese, que em virtude de terem sido esgotadas todas as medidas administrativas, a Divisão de Convênios deste Ministério realizou a análise financeira do convênio e concluiu pela instauração de Tomada de Contas Especial devido aos prejuízos causados à União.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
003.046/2015-0	3226/2014-TCU-Plenário	9.1	Oficio 160/2015-TCU/SECEX-SP	06/02/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (SEXEC)				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1. recomendar ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que, em conjunto com a Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), promova: 9.1.1. a inclusão, na cesta de indicadores pactuada, de indicadores de desempenho que tenham por finalidade analisar a eficiência na relação entre os resultados gerados e os insumos ou recursos consumidos, buscando avaliar a economicidade do contrato de gestão, nos termos do art. 27, parágrafo único, inciso III, do Anexo I da Portaria MCTI nº 967, de 21 de dezembro de 2011; 9.1.2. o aprimoramento da sistemática de avaliação de efetividade, de modo a torná-la mais vigorosa para aferir o desempenho da RNP nas suas diversas áreas de atuação, relacionadas com os objetivos estratégicos do contrato de gestão, inclusive, caso verificada a conveniência e oportunidade, por meio da inclusão de novos indicadores de efetividade na cesta de indicadores pactuada, consoante o art. 27, parágrafo único, inciso II, do Anexo I da Portaria MCTI nº 967/2011; 9.1.3. a reformulação dos indicadores de desempenho "número de iniciativas estruturantes de desenvolvimento tecnológico", "número de serviços em produção" e "número de comunidades de interesse atendidas", a fim de que passem a fornecer informações de maior utilidade para o monitoramento e a tomada de decisões, de acordo com os parâmetros estabelecidos no art. 27, parágrafo único, do Anexo I da Portaria MCTI nº 967/2011;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A Coordenação-Geral de Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais deste Ministério tratará a revisão dos indicadores e a sistemática de avaliações, tanto constantes neste Acórdão, quanto em outros Acórdãos, nas discussões do próximo ciclo dos contratos de gestão que vencerão em 2016, dentre eles, o firmado com a RNP.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
028.996/2011-9	3490/2015-TCU-1ª Câmara	1.7	800/2015-TCU/SECEX-SE	26/06/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (SEXEC)				
Descrição da determinação/recomendação				
1.7. Determinar ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que apresente a este Tribunal, no prazo de trinta dias, plano de ação, discriminando as medidas adicionais a serem adotadas, os responsáveis por essas medidas, e os respectivos prazos, para que seja finalizado e encaminhado a esta Corte de Contas o Relatório Final de Avaliação do Termo				

de Parceria 13.0004.00/2005, indicando, conclusivamente, os casos que deverão ensejar a instauração de tomada de contas especial, com identificação dos responsáveis e quantificação do débito, levando em consideração, nesta análise, os fatos irregulares apontados nos Relatórios da CGU que não foram devidamente sanados.
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Em julho de 2015, foi remetido ao TCU o Ofício 352/2015/SEXEC-MCTI, enviando Plano de Ação contendo as medidas adicionais a serem adotadas para finalização e encaminhamento ao Tribunal do Relatório Final de Avaliação do Termo de Parceria 13.0004.00/2005. A prestação de contas final do termo de parceria 13.0004.00/2005 foi aprovada parcialmente, no valor de R$ 6.178.254,86. Tendo a recolher à Conta da União os valores de R$ 3.915,60; R$ 8.207,02; e R$ 17.622,52, no total de R$ 29.745,14. Foi firmado o Termo de Parcelamento nº 002/2015 no valor de R$ 47.342,36, corrigido até 16 de outubro de 2015, que será pago em 36 parcelas mensais e sucessivas, com valores nominais de R$ 1.315,06.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.226/2014-4	9814/2015-TCU-2ª Câmara	9.1	751/2015-TCU/SecexDesenvol-vimento	25/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (SEXEC)				
Descrição da determinação/recomendação				
Acórdão com confidencialidade restrita				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Encaminhado Ofício 631/2015-SEXEC, de 28 de dezembro de 2015, atualizando o Tribunal sobre as medidas adotadas para cumprimento da determinação contida no item 9.1.				

9.1.1.1 Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP

Deliberações do TCU atendidas no exercício

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
2	022.908/2010-2	2.274/2013-2ª Câmara (prazo prorrogado pelo Acórdão 5.690/2013-2ª Câmara e pelo Acórdão 142/2014-2ª Câmara)	1.7	DE	Ofício nº 0195/2013-TCU/SecexDesen

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	**Código SIORG**
Secretaria Executiva do MCTI	3234

Descrição da Deliberação

1.7. Determinar à Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – SE/MCTI que:

1.7.1. proceda à reanálise, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, das despesas que o 13º Termo Aditivo reconheceu como realizadas com os excedentes financeiros do contrato de gestão celebrado com o CGEE, durante os exercícios de 2002 a 2004, devendo a reanálise contemplar, no mínimo, a verificação de aderência entre:

1.7.1.1. as justificativas, finalidades e/ou motivos de cada despesa, contidos nas solicitações de serviço e/ou termos de referência, com a descrição, os objetivos e os produtos da respectiva meta do CG, contidos no relatório de gestão; e

1.7.1.2. as datas de realização das despesas com as datas dos eventos que as amparam e as datas da conclusão da respectiva meta do contrato de gestão, expressas no relatório de gestão;

1.7.2. inclua na normatização relativa à análise da prestação de contas do contrato de gestão firmado com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, como etapa do processo e condicionante para o ato de aprovação, a realização de rigorosa verificação da pertinência entre as despesas apresentadas pelo Centro com as metas e ações previstas no contrato de gestão, impugnando quaisquer aplicações de recursos realizadas não exclusivamente na consecução dos objetivos, produtos e metas previstos no instrumento, de forma a cumprir o objetivo insculpido na Cláusula Segunda, alínea "g", do contrato, comprovando a este Tribunal as medidas adotadas no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186

Síntese da Providência Adotada

Posicionamento encaminhado pelo Ofício nº 287/2014 – SEXEC/MCTI, de 04 de junho de 2014, e Nota Técnica CGOS/SCUP nº 15/2014.

Síntese dos Resultados Obtidos

A ausência de formalização de boa parte da análise que havia sido feita em 2008/2009 foi talvez o fator mais prejudicial para os pedidos de prorrogação. Além disso, o CGEE esteve em mudança de sede durante parte de ambos os períodos iniciais. Outros fatores de prejuízo da análise foram a ausência de competência especializada, dentro da carreira de C&T – e sobretudo dentro da SCUP/CGOS –, na realização de auditoria; o período em reanálise (2002 a 2004) dificultou aos novos servidores e ao Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – EPPGG – compreenderem totalmente a dimensão da problemática e procederem à reanálise. Tampouco foi desprezível o prazo que o CGEE levou – compreensivelmente – para encaminhar ao MCTI a documentação que havia sido solicitada. Esta, por sua vez, consistiu de estimativamente 2000 folhas. No exercício de 2014, as dificuldades se sucederam na medida em que houve três trocas de subsecretários SCUP e duas trocas de SEXEC.

O Centro, sempre a postos a sanar dúvidas e a encaminhar documentos, foi um fator facilitador da adoção de providências, não obstante seu impacto final não ter sido tão relevante. Outro fator positivo relevante foi a postura do TCU, que razoavelmente acatou os pleitos de prorrogação.

Em outubro de 2015 a CGOS/SCUP foi informada da publicação do Acórdão 8683/2015 – TCU – 2ª Câmara, que considerou cumprida a determinação contida no item 1.7.1 e tornou insubsistente a determinação contida no item 1.7.2 do Acórdão 2.274/2013-TCU-2ª Câmara.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

-

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
3	046.814/2012-4	Acórdão 450/2014 – Primeira Câmara	1.7.1.	DE	Ofício 0084/2014-TCU/SecexDesen, de 14/02/2014

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	**Código SIORG**
Secretaria Executiva do MCTI	3234

Descrição da Deliberação

1.7.1 determinar à Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que no prazo de 60 (sessenta) dias, se ainda não o fez, adote as medidas visando ao ressarcimento ao erário dos recursos indevidamente aportados na subação Apoio à Consolidação do Planejamento Estratégico da Finep, incluída no 17º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão firmado entre o MCTI e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos em 24/2/2010, por não se coadunarem com o disposto no art. 13 da Lei 11.540/2007, informando a este Tribunal os resultados das medidas então adotadas.

Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186

Síntese da Providência Adotada

Conforme pactuado no PPP de 2012, referente ao ano de 2011, a SCUP enviou à SEXEC o Memorando nº 020/2013-SCUP (a providência a ser adotada era: "Envio de Memo. solicitando informações sobre o posicionamento da SEXEC"). Posteriormente, recebeu por intermédio da SEXEC, cópia do Ofício 002307 da FINEP. Nele a Empresa Pública se manifestou pela não devolução dos recursos, além da impossibilidade de realocação de recursos de exercícios anteriores. A SCUP entende que não tem competência para obrigar Empresa Pública a devolver recursos ou a realocá-los internamente, especialmente se tratando de recursos de exercícios anteriores.

O Ofício n° 164/2015 - SEXEC, enviado à Finep em 14 de abril de 2015, solicitou à Empresa Pública que efetuasse o ressarcimento ao erário. Em 15 de junho de 2015 a Finep oficiou o MCTI (005630), informando que a Empresa Pública havia recolhido à conta única do Tesouro o montante de R$ 351.775,00. A SEXEC comunicou à CGU as providências tomadas por meio do Ofício n° 308/2015 - SEXEC/MCTI e ao TCU por meio do Ofício n° 307/2015 - SEXEC/MCTI.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Deliberações Expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	007.680/2014-7	Acórdão 3.304/2014 – Plenário	9.1.1.	DE	Ofício 0852/2014-TCU/SecexDesen, de 02/12/2014

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
Secretaria Executiva do MCTI	3234

Descrição da Deliberação

9.1.1. exija das organizações sociais que ainda não tenham elaborado seu plano diretor que apresentem sua proposta preliminarmente à próxima repactuação de metas ou antes da celebração de novo contrato de gestão, nos termos do art. 6º, inciso V, do Anexo I da Portaria MCTI nº 967, de 21 de dezembro de 2011;

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186

Síntese da Providência Adotada

Primeiramente, o Acórdão foi exarado ao final do exercício, o que em tese deixaria poucos dias para que fossem tomadas providências. Mas, com relação a esta determinação, ainda não é esse o caso.

Em segundo lugar, apesar de a Lei 9.637/1998 não mencionar explicitamente a necessidade de que a OS fomentada apresente plano diretor (ou, para todos os efeitos, um plano estratégico) para firmar contrato de gestão, o Relatório do TCU apontou que o Caderno Mare preconiza para a OS um rol de definições estratégicas, dentre as quais, argumenta-se, constaria o planejamento estratégico.

Tanto este é o entendimento ministerial, que a Portaria 967/2011 previu – a partir de sua assinatura em 21/12/2011 – como requisito para a celebração de Contratos de Gestão o Plano Diretor da OS.

O fato é que os atuais contratos de gestão foram assinados em 2010 e a Portaria, em 2011. Logo, não se exigiu, em 2010, a apresentação de Planos Diretores. Assim, entendeu-se que não havia irregularidade, uma vez que os contratos de gestão antecedem a Portaria 967/2011. Exceção a este caso é o contrato da Embrapii. Em 2013 a OS não possuía Plano Diretor mas, como se tratava de uma ação prioritária para a gestão de então, aceitou-se o Estatuto da Associação como Plano Diretor.

Finalmente, quando da renovação contratual, em 2016, as OS devem apresentar ao MCTI a proposta de Plano Diretor, em conformidade com a Portaria MCTI nº 967/2011:

> Art. 6º Após a qualificação da entidade como OS, a elaboração do contrato de gestão atenderá ao disposto na legislação regente.
>
> Parágrafo único. O processo de celebração dos contratos de gestão deverá ser instruído, no mínimo, com os seguintes documentos:
>
> (...)
>
> V – proposta de plano diretor da OS, colimado com as diretrizes e objetivos estratégicos do MCTI para o novo ciclo do contrato de gestão;

Cumpre-nos fazer a seguinte observação: o comando do Acórdão fala em exigir *das organizações sociais que ainda não tenham elaborado seu plano diretor que apresentem sua proposta preliminarmente à próxima repactuação de metas ou antes da celebração de novo contrato de gestão.* Ou seja, o momento de se requerer os Planos Diretores seria ou na próxima repactuação de metas, ou na celebração de novo contrato.

Essa redação deixou dúvidas, uma vez que a próxima repactuação de metas seria já em 2015, ao passo que a celebração de novos contratos seria apenas em 2016. Porém, observando-se que o texto da determinação faz menção explícita ao artigo da Portaria que trata especificamente **da celebração de novos contratos** e que a redação deixa margem para discricionariedade do gestor (quando utiliza a conjunção "ou", que indica alternativa e opcionalidade entre as duas ações) decidiu-se que os Planos Diretores deverão ser apresentados quando da celebração de novos contratos, em 2016.

Sublinha-se que a SCUP já vem promovendo tratativas internas para que a temática dos Planos Diretores entre em cena ainda em 2015 – dada a aproximação do novo ciclo contratual, a iniciar-se em 2016 –, uma vez que o Ministério precisa, primeiramente, estabelecer um documento de diretrizes ministeriais para o contrato de gestão, sobre o qual as OS debruçar-se-ão para constituírem seus Planos. Ou seja, para os Planos estarem aptos a serem levados ao novo contrato em 2016, já há necessidade de atuação ministerial ainda em 2015.

Registra-se, ainda, que não havia determinação nem recomendação anteriores sobre a ausência de Planos Diretores quando da celebração de contratos, até pela novidade que passou a representar a Portaria e a exigência de planos diretores para a celebração de contratos de gestão; e que a elaboração de tais planos não é tarefa simples, uma vez que exige, na maioria dos casos, a contratação de consultoria especializada para conduzir um processo complexo que demanda o envolvimento de toda instituição (desde o nível estratégico até o operacional). Deve se ressaltar que durante o exercício de 2015, quando da celebração do 5º termo aditivo, a Embrapii apresentou seu Plano Diretor. Situação semelhante ocorreu no 9º termo aditivo ao contrato de gestão do CGEE, quando o Centro apresentou uma atualização do seu Plano Diretor. As demais OS – CNPEM, EMBRAPII, IDSM, IMPA e RNP – possuíam Plano Diretor ao cabo do exercício de 2015.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
-

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
5	007.680/2014-7	Acórdão 3.304/2014 – Plenário	9.1.4.	DE	Ofício 0852/2014-TCU/SecexDesen, de 02/12/2014

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	**Código SIORG**
Secretaria Executiva do MCTI	3234

Descrição da Deliberação
9.1.4. apresente, em 180 (cento e oitenta) dias a contar da ciência desta deliberação, plano de ação contendo medidas para o aperfeiçoamento dos controles internos relativos aos eventos de risco 5, 10, 16, 18, 19, 20 e 24, evidenciados na presente auditoria (v. itens 4.2 e 4.6 do Relatório precedente), bem como os respectivos responsáveis e os prazos de conclusão;

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186

Síntese da Providência Adotada
Item respondido em 09 de setembro de 2015 por meio do Ofício n° 439/2015/SEXEC-MCTI, que encaminhou ao Tribunal a Nota Técnica nº 26/2015 – CGOS/SCUP.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
6	007.680/2014-7	Acórdão 3.304/2014 – Plenário	9.2.	DE	Ofício 0852/2014-TCU/SecexDesen, de 02/12/2014

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	**Código SIORG**
Secretaria Executiva do MCTI	3234

Descrição da Deliberação
9.2. determinar ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que apresentem, em 180 (cento e oitenta) dias a contar da ciência desta deliberação, plano de ação com medidas para estruturar, de forma sustentável, os recursos humanos e materiais (incluindo sistemas de informação) necessários à

consecução das atividades de pactuação de resultados, supervisão e avaliação dos contratos de gestão com organizações sociais;
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento
Setor Responsável pela Implementação / **Código SIORG**
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI / 75186
Síntese da Providência Adotada
Item respondido em 09 de setembro de 2015 por meio do Ofício n° 439/2015/SEXEC-MCTI, que encaminhou ao Tribunal a Nota Técnica nº 26/2015 – CGOS/SCUP.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
7	013.270/2015-0	Acórdão 8.683/2015 – 2ª Câmara	9.2.	DE	Ofício 0639/2015-TCU/SecexDesen, de 21/10/2015
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SEXEC/MCTI					3234
Descrição da Deliberação					
9.2. determinar à Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que, no prazo de 90 dias, inclua, na normatização interna que disciplina as atividades de promoção, acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com organizações sociais, regra para que os representantes do poder público nos conselhos de administração dessas organizações assegurem-se, antes da aprovação e envio da prestação de contas e dos relatórios de execução do contrato para o órgão supervisor, de que tenha havido conferência da pertinência entre as despesas apresentadas pela organização social e as metas e ações previstas no contrato de gestão, impugnando despesas realizadas não exclusivamente na consecução dos objetivos, produtos e metas previstos no instrumento, nos termos do art. 4º, X, da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, e do art. 13 da Portaria-MCTI nº 967, de 21 de dezembro de 2011;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação / **Código SIORG**					
SEXEC/MCTI / 3234					
Síntese da Providência Adotada:					
Em 17 de dezembro de 2015, a SEXEC encaminhou, por meio do Ofício nº 618/2015-SEXEC/MCTI, a portaria MCTI nº 1.123/2015, que promove alterações na Portaria 967/2011 com o fito de atender à determinação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
8	TC 020.217/2007-3	Acórdão 710/2011 – Segunda Câmara	9.2.3	DE	Ofício nº 116/2011-TCU/SECEX-6, de 11/02/2011

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
SEXEC/MCTI	3234

Descrição da Deliberação

9.2. determinar à Secretaria Executiva do Ministério da Ciência e Tecnologia (SE/MCT) que adote as seguintes providências, informando e comprovando o resultado ao Tribunal no prazo de 120 dias contados a partir da ciência:

9.2.3. inclua na normatização relativa à celebração de termos aditivos ao contrato de gestão firmado com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, como etapa do processo e condicionante para o ato de celebração, a realização de análise técnica e a respectiva aprovação das planilhas de custos relativas à aplicação dos recursos públicos a serem transferidos, de forma a dar cumprimento integral à determinação exarada no item 1.2 do Acórdão 2.742/2004 - 1ª Câmara e atender ao disposto no art. 7º da Lei das OS;

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186

Síntese da Providência Adotada:

Esta SCUP entende, à luz do regime jurídico inovador trazido pela Lei nº 9.637/1998, que o exame ordinário e habitual da pertinência entre as despesas apresentadas pela OS com as metas e ações previstas no contrato de gestão é tarefa que deve ser realizada pelo Conselho de Administração da entidade[1], sem prejuízo da atuação corretiva – quando necessário e em caráter subsidiário – do órgão público supervisor, especialmente se houver indícios de uso indevido dos recursos do contrato de gestão. Isto significa que o exame da pertinência não deve ser feito mecanicamente pelo órgão supervisor relativamente a todo e qualquer gasto implementado pela OS, sob pena de inversão da lógica do controle social e, também, de afastar o MCTI do controle da gestão dos recursos públicos com foco nos resultados.

Nesse passo a Portaria MCTI nº 967/2011 autoriza a conclusão de que compete ao Conselho de Administração realizar a análise de pertinência objeto de preocupação do TCU, especialmente em face do disposto em seu art. 34, §1º, inciso VI.

Ademais, as premissas e valores subjacentes ao comando remetem a processos análogos, senão idênticos, às análises realizadas em instrumentos como os convênios e as licitações. O fato é que a análise prévia de "planilhas detalhadas de custos estimados", tal como determinada pelo Tribunal, inviabilizaria em pouco tempo a pactuação de desempenho. Nesse paradigma, não apenas a CGOS/SCUP não tem corpo funcional para desempenhar tais atribuições, como a própria carreira de C&T não possui profissionais capacitados para essas tarefas. Sobretudo, a interpretação ministerial do que vem a ser o controle finalístico que permeia a Lei Nº 9.637/1998 não dá margem para que sejam incorporados instrumentos de controle processualísticos já existentes em outros acordos (licitações, no caso), o que oneraria sobremaneira o processo de pactuação de resultados.

Conforme se verá adiante, o Relatório que subsidia o Acórdão 3.304/2014 abre espaço para que a economicidade dos gastos seja aferida por meio de indicadores, o que vai ao encontro do espírito do modelo OS.

O 9º Termo Aditivo do contrato de gestão com o CGEE pactuou dois indicadores de economicidade: o "Custo relativo do trabalho técnico especializado", aferido pela razão entre o total de despesas na remuneração de técnicos especializados e o total de horas trabalhadas pelos técnicos especializados do CGEE; e o "Custo de manutenção administrativa", que é a razão entre o total de despesas na manutenção administrativa (aluguel, energia, telefone, água, veículos) e o total de dispêndios do CGEE.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A publicação do Acórdão 8683/2015 – TCU – 2ª Câmara, tornou insubsistente determinação contida no item 1.7.2 do Acórdão 2.274/2013-TCU-2ª Câmara, que versava justamente sobre a necessidade de se incluir *na normatização relativa à análise da prestação de contas do contrato de gestão firmado com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE,*

[1] Frise-se, uma vez mais, que o Conselho de Administração das OS é composto por representantes do Poder Público e de entidades da sociedade civil, por pessoas de notória capacidade profissional na área de atuação da OS e reconhecida idoneidade moral, além de outros membros indicados ou eleitos nas proporções fixadas pelo inciso I do art. 3º da Lei nº 9.637/1998. Assim, a administração pública, de certa forma, fará o exame da pertinência de gastos, mas não por meio do órgão supervisor, e sim do conselho de administração composto de 20 a 40% de representantes do Poder Público.

como etapa do processo e condicionante para o ato de aprovação, a realização de rigorosa verificação da pertinência entre as despesas apresentadas pelo Centro com as metas e ações previstas no contrato de gestão, impugnando quaisquer aplicações de recursos realizadas não exclusivamente na consecução dos objetivos, produtos e metas previstos no instrumento.

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
9	021.892/2006-7	2.080/2008 – 2ª Câmara, ratificado pelo Acórdão 3136/2012-2ª Câmara	1.3	DE	Ofício nº 1887/2008-TCU/SECEX-RJ-DT3

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	**Código SIORG**
SEXEC/MCTI	3234

Descrição da Deliberação

"... 1.3 determinar ao MCT que, objetivando otimizar a alocação dos recursos no orçamento da União, passe a incluir, no relatório anual de acompanhamento e avaliação do Contrato de Gestão firmado com a RNP, tópico com a análise da execução financeira do contrato, com ênfase na aferição da compatibilidade entre o montante de recursos repassados pelo órgão supervisor e as metas fixadas para a Associação no exercício, com vistas a identificar a necessidade de eventuais ajustes nos valores envolvidos e/ou nas metas pactuadas, de modo a minimizar a ocorrência de excedentes financeiros."

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186

Síntese da Providência Adotada:

Preliminarmente, deve se esclarecer que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, por intermédio do Ofício nº 94-SE-MP/2009, de 09/03/2009, responde ao Ofício no. 342/SEXEC/MCT e encaminha documento da Secretaria de Gestão – SEGES/MP, intitulado "RECOMENDAÇÕES PARA A AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRESTAÇÃO DE CONTAS". Diante de tal documento, a CGOS/SCUP encaminhou ofício para as Comissões de Avaliação informando a determinação do TCU disposta no subitem 1.3 do Acórdão TCU nº 2080/2008 - 2ª. Câmara. Nesta comunicação, solicitou-se para a reunião e Relatório da Comissão, a elaboração da análise financeira da execução do Contrato de Gestão.

Diante dos questionamentos suscitados sobre o papel da Comissão, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação formalizou o Ofício acima referido a respeito dos seguintes pontos:

a) esclarecimento à respeito das competências das comissões de acompanhamento e avaliação dos contratos de gestão firmados com as organizações sociais à luz da Lei nº 9.637/98;

b) procedimentos aplicáveis à prestação de contas de que trata o §1º do art. 8º da Lei nº 9.637/98.

Posteriormente, a representante do MCTI que acompanhou a reunião da Comissão de Avaliação da RNP informou a seus membros que, no Relatório de Auditoria Anual de Contas do exercício de 2009 (nº. 245318), a CGU recomendou ao MCTI que "a SCUP adotasse as providências visando à realização da análise financeira da execução dos recursos do Contrato de Gestão conforme o disposto no Acórdão 2080/2008-2ª Câmara e na Lei 9.637." Com relação a esta solicitação do Órgão Supervisor, a Comissão recomendou, no Relatório Semestral de 2010, à RNP, que apresentasse ao MCTI, no Relatório Anual de 2010, as informações contidas no referido ofício à CA, de modo a atender ao Acórdão 2080/2008 e à recomendação da CGU, prestando informações referentes ao resultado institucional da Associação.

O MCTI passou a adotar uma série de providências para institucionalizar o procedimento indicado no Acórdão 2080/2008-TCU. Dentre as providências, promoveu reuniões internas e externas com a participação de representantes do MPOG, culminando com a edição da Portaria MCT nº 157/2010, que disciplinou dispositivos e procedimentos para a realização da análise financeira das OS. Considerando este normativo, a CGOS/SCUP encaminhou ofício para as Comissões de Avaliação com o seguinte conteúdo: "Considerando o disposto I) na recomendação da CGU ao MCT no Relatório de Auditoria Anual de Contas do exercício de 2009 (nº 245318), II) no subitem 1.3 do Acórdão TCU nº 2080/2008 - 2ª. Câmara e III) nas alíneas "a" a "g", do § 1º , do art. 11, da Portaria MCT nº 157, de 26/02/2010, um dos tópicos que deverá ser

abordado na reunião e no Relatório da Comissão, é a preparação para a análise financeira da execução dos recursos do Contrato de Gestão".

As Comissões de Avaliação não apresentaram tópico com a análise da execução financeira do Contrato de Gestão nos Relatórios Anuais 2010 e recomendaram que as OSs encaminhassem os dados ao Órgão Supervisor até o prazo limite do Relatório Semestral de 2011. Sendo que as CAs da ABTLUS, do CGEE e da RNP também recomendaram que o Órgão Supervisor gestionasse junto ao TCU a revisão do entendimento do Acórdão 2080/2008, posição que foi reforçada com a revogação da Portaria 157 em 28/12/2010.

Com a instalação de um Grupo de Trabalho em janeiro de 2011 para projetar um novo marco normativo, abriu-se espaço para rever os dispositivos da Portaria 157 e melhorar sua aplicação. O novo normativo de regulamentação dos procedimentos técnico-operacionais dos contratos de gestão (Portaria 967, de 21/12/2011) buscou, além de outros avanços, instituir mecanismos que mitigassem deficiências que embasaram as preocupações dos Órgãos de Controle e resultaram nas determinações e recomendações acima referidas, as quais se destinavam a minimizar a ocorrência de excedentes financeiros.

Tais mecanismos se traduzem em dispositivos concretos a serem observados pelos vários atores do processo de contratualização nas fases de promoção, aditivação ou renovação, bem como nas de acompanhamento, avaliação e fiscalização de sua execução, dentre os quais destacam-se:

"...

CAPÍTULO II - DA PROMOÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO, Seção I – Dos procedimentos para a celebração de novos contratos

Art. 6º Após a qualificação da entidade como OS, a elaboração do contrato de gestão atenderá ao disposto na legislação regente.

Parágrafo único. O processo de celebração dos contratos de gestão deverá ser instruído, no mínimo, com os seguintes documentos:

...

VI - proposta de programa de trabalho plurianual, contendo o plano de ação, o quadro de indicadores e metas com memória de cálculo, sistemática de avaliação, **orçamento estimativo e cronograma de desembolso**, mencionados no inciso I do art. 7º da Lei No- 9.637, de 1998;

Seção II - Dos procedimentos para a celebração de termos aditivos

...

Art. 10. A OS deverá apresentar à CGOS, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do encontro de trabalho, a proposta de planejamento anual de ações contendo, no mínimo, os documentos que irão compor o novo programa de trabalho:

I - atualização do plano de ação abrangendo diretrizes, objetivos, ações e **custos estimados por linha de ação**;

...

III - **orçamento estimativo e proposta de cronograma de desembolso**, com base nas informações contidas no relatório anual apresentado pela OS;

...

Art. 11. O plano de ação deverá incluir a descrição das ações e atividades a serem desenvolvidas, agregadas segundo diretrizes, objetivos estratégicos e linhas de ação, assim como a **estimativa de custos e os resultados pretendidos**.

...

§ 2º O orçamento estimativo deverá se basear em referências e ser apresentado com detalhamento suficiente para demonstrar a razoabilidade dos valores definidos para as linhas de ação e suas atividades. *(§ 2º com redação dada pela Portaria MCTI nº 777, de 31.10.2012)*

...

Art. 12. **Os saldos financeiros do contrato de gestão, apurados em 31 de dezembro de cada exercício anual e devidamente demonstrados pela OS, serão reprogramados no primeiro termo aditivo do exercício subseqüente**.

§ 1º Os saldos financeiros do contrato de gestão deverão ser apresentados em demonstrativo específico e detalhado, assinado pelo contador da OS, e incorporado ao relatório anual de gestão, bem como à publicação no Diário Oficial da União.

§ 2º A reserva técnica financeira será constituída na reprogramação dos saldos financeiros para compor os recursos provisionados para o exercício, nas condições e montante definidos no contrato de gestão.

...

Art. 15. As propostas de secretarias e unidades da estrutura do MCTI ou a ele vinculados, e também de outros órgãos ou entidades da administração pública federal, que visem inserir ações ou projetos nos contratos de gestão, deverão ser elaboradas em conjunto com a OS, podendo ser apresentadas a qualquer tempo. *(Art. 15 com redação dada pela Portaria MCTI nº 777, de 31.10.2012)*

III - plano de ação, orçamento estimativo detalhado que demonstre a razoabilidade dos valores definidos, e proposta de cronograma de desembolso para a ação ou projeto;

IV- cancelado

Art. 18. Além dos documentos previstos no art. 10, o processo de renovação dos contratos de gestão deverá ser instruído com:

...

CAPÍTULO III - DO ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO

...

Seção III - Da Avaliação

...

Art. 27. No desenvolvimento de suas atribuições, a CA observará a sistemática de avaliação e os indicadores de desempenho pactuados no contrato de gestão.

Parágrafo único. A sistemática de avaliação de resultados do contrato de gestão deve considerar os seguintes parâmetros de análise de desempenho:

II - efetividade da ação ou produto para os usuários do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, buscando avaliar a capacidade dos resultados em gerar impacto no contexto; *(Inciso II com redação dada pela Portaria MCTI nº 1.123, de 11.12.2015)*

...

Art. 29. A avaliação realizada no final do ciclo do contrato de gestão deve conter a análise da evolução anual do programa de trabalho pactuado, bem como incluir tópicos relativos a:

...

II - **grau de desafio das metas pactuadas para o crescimento e desenvolvimento da OS e sua gestão, observando o atendimento da comunidade científica e da sociedade por meio das metas e ações implementadas**;

...

Seção IV - Da Fiscalização

Art. 31. Com base no disposto no inciso X do art. 4º da Lei No- 9.637, de 1998, incumbe ao Conselho de Administração da OS fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas no contrato de gestão, aprovar os relatórios de execução do contrato de gestão, bem como os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa.

...

Art. 32. São objetos principais da fiscalização da execução dos contratos de gestão, podendo ser auditados a qualquer tempo pelo órgão supervisor, os itens de remuneração dos dirigentes e empregados, de patrimônio, procedimentos de alienação e de contratação de obras, serviços e compras da OS, bem como os saldos e excedentes financeiros do contrato de gestão.

...

Art. 33. A OS, por meio de seus relatórios anuais de gestão, deverá prestar contas dos recursos recebidos de maneira segregada de outras fontes de recursos da instituição, respeitando-se as demais condicionantes estabelecidas na legislação específica e regulamentações pertinentes, fazendo constar, ainda, os seguintes itens:

...

V - evolução da receita do contrato de gestão, dos saldos financeiros, incluindo as aplicações financeiras, e sua reprogramação no exercício seguinte; e

VI - contabilização da reserva técnica, sua utilização e adequação.

Art. 34. **Com referência ao disposto no art. 31, cabe ao representante do MCTI nas reuniões do Conselho de Administração da OS enfatizar a fiscalização do contrato de gestão e a aprovação dos relatórios de execução do contrato de gestão e prestação de contas**.

§ 1º Os seguintes itens de fiscalização da execução do contrato de gestão devem ser destacados e analisados pela auditoria externa, além da regularidade dos demonstrativos de resultados financeiros e do balanço patrimonial da entidade, mediante análise de documentação comprobatória: *(§ 1º com redação dada pela Portaria MCTI nº 1.123, de 11.12.2015)*

...

V - contabilização da reserva técnica e sua utilização/adequação;

...

§ 3º O órgão supervisor, por decisão motivada, poderá solicitar ao Conselho de Administração a realização de análises da situação financeira da entidade, referenciadas nos relatórios de auditoria externa, demonstrativos financeiros e de resultado do exercício, balanço patrimonial, incluindo eventuais saldos financeiros inscritos no patrimônio líquido.

...

Seção V - Da Nota Técnica Anual de Supervisão de Contrato de Gestão

Art. 36. **De posse do relatório do contrato de gestão, dos relatórios de acompanhamento e o de avaliação da CA, a CGOS/SCUP elaborará nota técnica sobre a execução do programa de trabalho no exercício anual, com ênfase na avaliação do cumprimento das metas pactuadas e resultados alcançados nas diretrizes e objetivos estratégicos do contrato de gestão, com vistas a instruir a conformidade processual e a gestão do contrato com a OS.**

Com a revogação da Portaria 157, houve a revisão e aperfeiçoamento dos dispositivos na Portaria 967, introduzindo mecanismos que permitem regular dispositivos que evidenciem os excedentes financeiros na prestação de contas da execução, em relação ao planejado na pactuação.

Contudo, ainda não se pode dizer que a determinação foi atendida devido à sua natureza, a premissas e valores subjacentes ao comando. O fato é que a "análise da execução financeira", tal como determinada, remete a processos análogos, senão idênticos, às análises realizadas em instrumentos como os convênios. Nesse paradigma, não apenas a CGOS/SCUP não tem corpo funcional para desempenhar tais atribuições, como a própria carreira de C&T não possui profissionais capacitados para essas tarefas. Sobretudo, a interpretação ministerial do que vem a ser o controle finalístico que permeia a Lei Nº 9.637/1998 não dá margem para que sejam incorporados instrumentos de controle processualísticos já existentes em outros acordos (convênios, no caso), o que oneraria sobremaneira o processo de pactuação de resultados.

Conforme se verá adiante, o Relatório que subsidia o Acórdão 3.304/2014 abre espaço para que a economicidade dos gastos seja aferida por meio de indicadores, o que vai ao encontro do espírito do modelo OS.

Novas informações - 2015

Em atendimento ao Item 9.1.3 do Acórdão TCU n° 3.304/2014 que determina a SEXEC-MCTI que só celebrasse termos aditivos em 2015 após serem definidos e especificados indicadores, critérios e demais instrumentos para as quatro dimensões (eficiência, eficácia, efetividade e economicidade), a Comissão de Avaliação, o MCTI, MEC e a Direção da

RNP trabalharam na construção de dois indicadores operacionais de economicidade para serem testados em caráter experimental, a saber:

i) Gasto médio do Mb/s em rede própria;

ii) Gasto médio do Mb/s em redes de terceiros;

Adicionalmente, dois indicadores operacionais de eficiência foram propostos para testes em 2015:

iii) Gasto médio em engenharia e operação de redes por capacidade; e

iv) Gasto médio em engenharia e operação de redes por campo.

Para tanto, o MCTI executará o acompanhamento desses novos indicadores, usando-os de forma experimental em 2016, para encaminhar, na reunião de pactuação das metas do novo ciclo contratual com vigência a partir de 2017, os indicadores propostos à Comissão de Avaliação e às partes interessadas para aprovar sua inclusão no futuro Quadro de Indicadores e Metas do Contrato de Gestão.

Além disso, em outubro de 2015 a CGOS/SCUP foi informada da publicação do Acórdão 8683/2015 – TCU – 2ª Câmara, que tornou insubsistente determinação contida no item 1.7.2 do Acórdão 2.274/2013-TCU-2ª Câmara, que versava justamente sobre a necessidade de se incluir *na normatização relativa à análise da prestação de contas do contrato de gestão firmado com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, como etapa do processo e condicionante para o ato de aprovação, a realização de rigorosa verificação da pertinência entre as despesas apresentadas pelo Centro com as metas e ações previstas no contrato de gestão, impugnando quaisquer aplicações de recursos realizadas não exclusivamente na consecução dos objetivos, produtos e metas previstos no instrumento*.

O mesmo Acórdão 8683/2015 – TCU – 2ª Câmara ainda traz determinação ao MCTI, como se verá adiante.

Preferiu-se manter a determinação como "Pendente" para que ela seja mais bem controlada e aprimorada ao longo do próximo exercício. Nesse sentido, a CGOS/SCUP já vem exigindo um maior detalhamento dos custos, buscando-se um denominador comum entre o entendimento da Corte de Contas e o entendimento ministerial, de modo que se possa fazer uma análise prévia da razoabilidade dos custos pactuados.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Muitos foram os esforços envidados pela CGOS/SCUP no sentido de atender as proposições dos do Acordão TCU nº 2080/2008. Foi consultada a SEGES/MPOG, que respondeu com orientações que nortearam a regulamentação da Portaria 157 implementando dispositivos para o tema. Também se oficiou às CA informando a recomendação do TCU disposta no subitem 1.3 do Acórdão TCU nº 2080/2008, que prontamente reagiram com base em suas atribuições legais.

As OS também foram instadas a dar subsídios às CAs; a RNP prontamente encaminhou para a CGOS, em abril de 2011, as informações solicitadas para compor o Relatório da Comissão de Avaliação. Também visando desenvolver o processo a SCUP/CGOS providenciou a contratação de consultor para prover estudos de metodologia e análise da implementação do Acórdão 2080/2008 (Contrato de Consultoria por produto, nos termos do Edital nº 012/2010 - Contrato nº AS-3814/2010 – Controle UNESCO nº 69.117, no período de janeiro a maio de 2011). No entanto, mesmo que contribuintes, tais iniciativas não obtiveram sucesso em dar segurança para a consideração da execução financeira do contrato nos relatórios anuais em relação à consecução das metas e dos indicadores objetos da análise das Comissões de Avaliação dos Contratos de Gestão. A CA somente poderia identificar a necessidade de eventuais ajustes nas metas pactuadas, com base em sistemática de acompanhamento da execução físico financeira a ser implementada por este MCTI de modo a identificar possíveis excedentes financeiros nos valores envolvidos pactuados por macroprocessos e explicitados sua execução, de modo a regular as metas a serem tão desafiadoras que incitem o máximo dispêndio nas atividades contratadas de forma a minimizar a ocorrência de excedentes financeiros anuais na execução das OS.

Fonte: CGOS/SCUP.

Deliberações do TCU pendentes de atendimento no exercício

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
1	TC 010.668/2004-6	Acórdão 2640/2008 – Primeira Câmara	9.4.1.	DE	-

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	**Código SIORG**
MCTI	3234

Descrição da Deliberação	
9.4. determinar ao Ministério da Ciência e Tecnologia que: 9.4.1. exija, quando da celebração de termos aditivos ao contrato de gestão firmado com o CGEE, para aprovação de eventuais alterações orçamentárias, que venham a ser propostas, as planilhas detalhadas de custos estimados, nos termos dos itens 9.3.2 e 9.3.3 do subitem anterior;	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186
Síntese da Providência Adotada	
Esta SCUP entende, à luz do regime jurídico inovador trazido pela Lei nº 9.637/1998, que o exame ordinário e habitual da pertinência entre as despesas apresentadas pela OS com as metas e ações previstas no contrato de gestão é tarefa que deve ser realizada pelo Conselho de Administração da entidade[2], sem prejuízo da atuação corretiva – quando necessário e em caráter subsidiário – do órgão público supervisor, especialmente se houver indícios de uso indevido dos recursos do contrato de gestão. Isto significa que o exame da pertinência não deve ser feito mecanicamente pelo órgão supervisor relativamente a todo e qualquer gasto implementado pela OS, sob pena de inversão da lógica do controle social e, também, de afastar o MCTI do controle da gestão dos recursos públicos com foco nos resultados. Nesse sentido, o Acórdão 8683/2015 – TCU – 2ª Câmara acabou por reconhecer a relevância da atuação dos conselheiros representantes do Poder Público nos Conselhos de Administração das OS. Nesse passo a Portaria MCTI nº 967/2011 autoriza a conclusão de que compete ao Conselho de Administração realizar a análise de pertinência objeto de preocupação do TCU, especialmente em face do disposto em seu art. 34, §1º, inciso VI. Ademais, as premissas e valores subjacentes ao comando remetem a processos análogos, senão idênticos, às análises realizadas em instrumentos como os convênios e as licitações. O fato é que a análise prévia de "planilhas detalhadas de custos estimados", tal como determinada pelo Tribunal, poderia inviabilizar a pactuação de desempenho. Nesse paradigma, não apenas a CGOS/SCUP não tem corpo funcional para desempenhar tais atribuições, como a própria carreira de C&T não possui profissionais capacitados para essas tarefas. Sobretudo, a interpretação ministerial do que vem a ser o controle finalístico que permeia a Lei Nº 9.637/1998 não daria margem para que sejam incorporados instrumentos de controle processualísticos já existentes em outros acordos (licitações e convênios, no caso), o que oneraria sobremaneira o processo de pactuação de resultados. Conforme se verá adiante, o Relatório que subsidia o Acórdão 3.304/2014 abre espaço para que a economicidade dos gastos seja aferida por meio de indicadores, o que vai ao encontro do espírito do modelo OS.	
Por fim, o 9º Termo Aditivo do contrato de gestão com o CGEE pactuou dois indicadores de economicidade: o "Custo relativo do trabalho técnico especializado", aferido pela razão entre o total de despesas na remuneração de técnicos especializados e o total de horas trabalhadas pelos técnicos especializados do CGEE; e o "Custo de manutenção administrativa", que é a razão entre o total de despesas na manutenção administrativa (aluguel, energia, telefone, água, veículos) e o total de dispêndios do CGEE. Preferiu-se manter a determinação como "Pendente" para que ela seja mais bem controlada e aprimorada ao longo do próximo exercício. Nesse sentido, a CGOS/SCUP já vem exigindo um maior detalhamento dos custos, buscando-se um denominador comum entre o entendimento da Corte de Contas e o entendimento ministerial, de modo que se possa fazer uma análise prévia da razoabilidade dos custos pactuados.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A publicação do Acórdão 8683/2015 – TCU – 2ª Câmara representou um marco no modelo das Organizações Sociais.	

[2] Frise-se que o Conselho de Administração das OS é composto por representantes do Poder Público e de entidades da sociedade civil, por pessoas de notória capacidade profissional na área de atuação da OS e reconhecida idoneidade moral, além de outros membros indicados ou eleitos nas proporções fixadas pelo inciso I do art. 3º da Lei nº 9.637/1998. Assim, a administração pública, de certa forma, fará o exame da pertinência de gastos, mas não por meio do órgão supervisor, e sim do conselho de administração composto de 20 a 40% de representantes do Poder Público.

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
2	TC 010.668/2004-6	Acórdão 2640/2008 – Primeira Câmara	9.4.2.	DE	-

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	**Código SIORG**
MCTI	3234

Descrição da Deliberação

9.4. determinar ao Ministério da Ciência e Tecnologia que:

9.4.2. ao firmar contratos de gestão, estipule as metas a serem alcançadas, com as respectivas previsões de gastos incorridos, especificando, detalhadamente, todos os custos atinentes às ações que estão sendo consideradas;

Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186

Síntese da Providência Adotada

Esta SCUP entende, à luz do regime jurídico inovador trazido pela Lei nº 9.637/1998, que o exame ordinário e habitual da pertinência entre as despesas apresentadas pela OS com as metas e ações previstas no contrato de gestão é tarefa que deve ser realizada pelo Conselho de Administração da entidade, sem prejuízo da atuação corretiva – quando necessário e em caráter subsidiário – do órgão público supervisor, especialmente se houver indícios de uso indevido dos recursos do contrato de gestão. Isto significa que o exame da pertinência não deve ser feito mecanicamente pelo órgão supervisor relativamente a todo e qualquer gasto implementado pela OS, sob pena de inversão da lógica do controle social e, também, de afastar o MCTI do controle da gestão dos recursos públicos com foco nos resultados.

Nesse passo a Portaria MCTI nº 967/2011 autoriza a conclusão de que compete ao Conselho de Administração realizar a análise de pertinência objeto de preocupação do TCU, especialmente em face do disposto em seu art. 34, §1º, inciso VI.

Ademais, as premissas e valores subjacentes ao comando remetem a processos análogos, senão idênticos, às análises realizadas em instrumentos como os convênios e as licitações. O fato é que a análise prévia de "previsões de gastos incorridos, especificando, detalhadamente, todos os custos atinentes às ações", tal como determinada pelo Tribunal, inviabilizaria em pouco tempo a pactuação de desempenho. Nesse paradigma, não apenas a CGOS/SCUP não tem corpo funcional para desempenhar tais atribuições, como a própria carreira de C&T não possui profissionais capacitados para essas tarefas. Sobretudo, a interpretação ministerial do que vem a ser o controle finalístico que permeia a Lei Nº 9.637/1998 não dá margem para que sejam incorporados instrumentos de controle processualísticos já existentes em outros acordos (licitações, no caso), o que oneraria sobremaneira o processo de pactuação de resultados.

Conforme se verá adiante, o Relatório que subsidia o Acórdão 3.304/2014 abre espaço para que a economicidade dos gastos seja aferida por meio de indicadores, o que vai ao encontro do espírito do modelo OS.

Em 2015 foram pactuados indicadores de economicidade em todos os termos aditivos firmados com as OS. A tendência é que eles sejam melhorados e tenham mais representatividade no novo ciclo contratual, a partir de 2016.

Ademais, em outubro de 2015 a CGOS/SCUP foi informada da publicação do Acórdão 8683/2015 – TCU – 2ª Câmara, que tornou insubsistente determinação contida no item 1.7.2 do Acórdão 2.274/2013-TCU-2ª Câmara, que versava justamente sobre a necessidade de se incluir *na normatização relativa à análise da prestação de contas do contrato de gestão firmado com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, como etapa do processo e condicionante para o ato de aprovação, a realização de rigorosa verificação da pertinência entre as despesas apresentadas pelo Centro com as metas e ações previstas no contrato de gestão, impugnando quaisquer aplicações de recursos realizadas não exclusivamente na consecução dos objetivos, produtos e metas previstos no instrumento*.

O mesmo Acórdão 8683/2015 – TCU – 2ª Câmara ainda traz determinação ao MCTI, como se verá adiante.

Preferiu-se manter a determinação como "Pendente" para que ela seja mais bem controlada e aprimorada ao longo do próximo exercício. Nesse sentido, a CGOS/SCUP já vem exigindo um maior detalhamento dos custos, buscando-se um denominador comum entre o entendimento da Corte de Contas e o entendimento ministerial, de modo que se possa fazer uma análise prévia da razoabilidade dos custos pactuados.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A publicação do Acórdão 8683/2015 – TCU – 2ª Câmara representou um marco no modelo das Organizações Sociais.

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
3	TC 011.015/2003-6	Acórdão 2742/2004 – Primeira Câmara	1.2	DE	-

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
MCTI	3234

Descrição da Deliberação

1.2. ao Ministério da Ciência e Tecnologia que somente celebre termos aditivos ao contrato de gestão firmado com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos quando houver as planilhas de custos relativas à aplicação de recursos eventualmente suplementados, de forma a permitir a transparência nos gastos relacionados com as metas pactuadas.

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186

Síntese da Providência Adotada

Esta SCUP entende, à luz do regime jurídico inovador trazido pela Lei nº 9.637/1998, que o exame ordinário e habitual da pertinência entre as despesas apresentadas pela OS com as metas e ações previstas no contrato de gestão é tarefa que deve ser realizada pelo Conselho de Administração da entidade[3], sem prejuízo da atuação corretiva – quando necessário e em caráter subsidiário – do órgão público supervisor, especialmente se houver indícios de uso indevido dos recursos do contrato de gestão. Isto significa que o exame da pertinência não deve ser feito mecanicamente pelo órgão supervisor relativamente a todo e qualquer gasto implementado pela OS, sob pena de inversão da lógica do controle social e, também, de afastar o MCTI do controle da gestão dos recursos públicos com foco nos resultados.

Nesse passo a Portaria MCTI nº 967/2011 autoriza a conclusão de que compete ao Conselho de Administração realizar a análise de pertinência objeto de preocupação do TCU, especialmente em face do disposto em seu art. 34, §1º, inciso VI.

Ademais, as premissas e valores subjacentes ao comando remetem a processos análogos, senão idênticos, às análises realizadas em instrumentos como os convênios e as licitações. O fato é que a análise prévia de "previsões de gastos incorridos, especificando, detalhadamente, todos os custos atinentes às ações", tal como determinada pelo Tribunal, inviabilizaria em pouco tempo a pactuação de desempenho. Nesse paradigma, não apenas a CGOS/SCUP não tem corpo funcional para desempenhar tais atribuições, como a própria carreira de C&T não possui profissionais capacitados para essas tarefas. Sobretudo, a interpretação ministerial do que vem a ser o controle finalístico que permeia a Lei Nº 9.637/1998 não dá margem para que sejam incorporados instrumentos de controle processualísticos já existentes em outros acordos (licitações, no caso), o que oneraria sobremaneira o processo de pactuação de resultados.

Conforme se verá adiante, o Relatório que subsidia o Acórdão 3.304/2014 abre espaço para que a economicidade dos gastos seja aferida por meio de indicadores, o que vai ao encontro do espírito do modelo OS.

O 9º Termo Aditivo do contrato de gestão com o CGEE pactuou dois indicadores de economicidade: o "Custo relativo do trabalho técnico especializado", aferido pela razão entre o total de despesas na remuneração de técnicos especializados e o total de horas trabalhadas pelos técnicos especializados do CGEE; e o "Custo de manutenção administrativa", que é a

[3] Frise-se, uma vez mais, que o Conselho de Administração das OS é composto por representantes do Poder Público e de entidades da sociedade civil, por pessoas de notória capacidade profissional na área de atuação da OS e reconhecida idoneidade moral, além de outros membros indicados ou eleitos nas proporções fixadas pelo inciso I do art. 3º da Lei nº 9.637/1998. Assim, a administração pública, de certa forma, fará o exame da pertinência de gastos, mas não por meio do órgão supervisor, e sim do conselho de administração composto de 20 a 40% de representantes do Poder Público.

razão entre o total de despesas na manutenção administrativa (aluguel, energia, telefone, água, veículos) e o total de dispêndios do CGEE.

Ademais, em outubro de 2015 a CGOS/SCUP foi informada da publicação do Acórdão 8683/2015 – TCU – 2ª Câmara, que tornou insubsistente determinação contida no item 1.7.2 do Acórdão 2.274/2013-TCU-2ª Câmara, que versava justamente sobre a necessidade de se incluir *na normatização relativa à análise da prestação de contas do contrato de gestão firmado com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, como etapa do processo e condicionante para o ato de aprovação, a realização de rigorosa verificação da pertinência entre as despesas apresentadas pelo Centro com as metas e ações previstas no contrato de gestão, impugnando quaisquer aplicações de recursos realizadas não exclusivamente na consecução dos objetivos, produtos e metas previstos no instrumento*.

O mesmo Acórdão 8683/2015 – TCU – 2ª Câmara ainda traz determinação ao MCTI, como se verá adiante.

Preferiu-se manter a determinação como "Pendente" para que ela seja mais bem controlada e aprimorada ao longo do próximo exercício. Nesse sentido, a CGOS/SCUP já vem exigindo um maior detalhamento dos custos, buscando-se um denominador comum entre o entendimento da Corte de Contas e o entendimento ministerial, de modo que se possa fazer uma análise prévia da razoabilidade dos custos pactuados. No caso específico do CGEE, com a maior exigência da CGOS/SCUP, observou-se evolução considerável no detalhamento da planilha de custos do Centro (a qual não trazia anteriormente valores de referência e quantidades estimadas dos itens previstos em suas contratações, mas apenas o valor total agregado).

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A publicação do Acórdão 8683/2015 – TCU – 2ª Câmara representou um marco no modelo das Organizações Sociais.

Deliberações do TCU

Deliberações Expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	020.653/2006-3	2569/2011 - 2ª Câmara	9.5	DE	Ofício nº 595/2011-TCU/SECEX-6

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
Secretaria Executiva do MCTI	3234

Descrição da Deliberação

"...9.4. considerar inapropriadas as despesas que se seguem, no valor total de R$ 524.825,12, executadas indevidamente pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, no exercício de 2005, com recursos recebidos do MCT por meio do contrato de gestão:

9.4.1. R$ 32.913,35, referentes aos valores reconhecidos indevidamente pelo 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, o qual promoveu repactuação dos excedentes financeiros;

9.4.2. R$ 289.812,00, referentes à realização de banquetes na 3º Conferência Nacional de CT&I;

9.4.3. R$ 179.545,41, referentes à apropriação, à conta do CG, de despesas de depreciação e amortização dos bens e direitos adquiridos com recursos públicos;

9.4.4. R$ 22.554,36, referentes à diferença entre os valores de rendimentos das aplicações financeiras demonstrados na prestação de contas e os efetivamente auferidos e demonstrados nos extratos bancários;

9.5. determinar à Secretaria Executiva do Ministério da Ciência e Tecnologia que desconte o valor de R$ 524.825,12 dos próximos repasses a serem feitos ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos ou, alternativamente, inclua, no âmbito do CG, tantas metas/ações quantas forem necessárias para que, comprovadamente, o mencionado valor seja alcançado, informando a este Tribunal as providências adotadas, no prazo de 90 (noventa) dias; ..."

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186

Síntese da Providência Adotada
Do montante de R$ 32.913,35: - R$ 2.236,42 foi compensado no 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão para o período de 2002 a 2010 – assinado em 23/06/2009 (Nota Técnica 008/2009, 15/06/2009 - Assessoria Financeiro e Contábil); - R$ 14.884,35 foi compensado no 3º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão para o período de 2010 a 2016; - R$ 15.792,58, serão pactuados no primeiro termo aditivo de 2016 ou no próximo contrato de gestão. **Do montante de R$ 289.812,00:** serão pactuados no primeiro termo aditivo de 2016 ou no próximo contrato de gestão. **Do montante de R$ 179.545,41:** O oitavo Termo Aditivo reincorporou ao contrato de gestão os valores acumulados de todas as despesas de depreciação e amortização desde 2002. **Do montante de R$ R$ 22.554,36:** Foi compensado no 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão para o período de 2002 a 2010, assinado em 23/06/2009 (Nota Técnica 008/09, 15/06/09, Assessoria Financeira e Contábil).
Síntese dos Resultados Obtidos
Considera-se positivo o fato do TCU ter deliberado em relação aos recursos utilizados pelo CGEE, fato que muito auxilia o MCTI no controle e na forma correta de execução dos recursos públicos de sua coordenação, ao tempo em que promove mais transparência nos gastos públicos.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
-

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
5	007.680/2014-7	Acórdão 3.304/2014 – Plenário	9.1.2.	DE	Ofício 0852/2014-TCU/SecexDesen, de 02/12/2014

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
Secretaria Executiva do MCTI	3234

Descrição da Deliberação
9.1.2. somente aprove planos de ação relativos aos contratos de gestão celebrados com organizações sociais quando os produtos ou serviços estiverem claramente definidos e vinculados aos objetivos do mencionado ajuste e às diretrizes da política de CT&I, nos termos exigidos pelos arts. 6º, inciso IX, e 17, inciso VII, do Anexo I da Portaria MCTI nº 967/2011, vedando a inclusão de metas que não guardam estrita correlação com as finalidades indicadas na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, e no contrato de gestão, além de garantir que estejam amparados em estimativas de custos, nos moldes definidos no Acórdão 710/2011-TCU-2ª Câmara;

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186

Justificativa para o seu não Cumprimento:
Esta determinação pode ser mais adequadamente abordada separando-a em duas partes. Primeira parte: que a SEXEC *somente aprove planos de ação relativos aos contratos de gestão celebrados com organizações sociais quando os produtos ou serviços estiverem claramente definidos e vinculados aos objetivos do mencionado ajuste e às diretrizes da política de CT&I, nos termos exigidos pelos arts. 6º, inciso IX, e 17, inciso VII, do Anexo I da Portaria MCTI nº 967/2011, vedando a inclusão de metas que não guardam estrita correlação com as finalidades indicadas na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, e no contrato de gestão*. Durante o exercício de 2015, foi construído e aprimorado um checklist para a análise dos termos aditivos. Este checklist contempla todos os pontos-chave

de pactuação previstos na Portaria MCTI nº 967/2011 e no Acórdão 3304/2014, inclusive a verificação de adequação de aderência dos produtos e serviços aos objetivos e metas do contrato de gestão. Assim, nenhuma análise que contenha qualquer tipo de pendência pode encaminhar adiante os termos aditivos. Todos os pontos-chave de análise devem estar saneados ou, caso não estejam, essa observação constará da Nota Técnica da CGOS que analisa o termo aditivo.

A CGOS/SCUP vem contando igualmente com a valorosa ajuda da Conjur/MCTI também no sentido de identificar mais precisamente eventuais casos em que possa ocorrer prestação de serviço – via artigo 15 da Portaria MCTI nº 967/2011 – que mais corretamente enquadrar-se-iam em casos de dispensa de licitação (art. 24, XXIV, da Lei nº 8666/1993).

Ainda, em outubro de 2015 a CGOS/SCUP foi informada da publicação do Acórdão 8683/2015 – TCU – 2ª Câmara. Este prevê notificação aos Conselhos de Administração das OS sobre a *interpretação ampla dos normativos vigentes sobre o modelo de organizações sociais, o exercício de suas atribuições, em relação aos recursos públicos geridos em virtude de contratos de gestão celebrados com o poder público federal, exige que procedam à verificação da pertinência entre as despesas realizadas pela organização e as metas e ações previstas no contrato, como condição prévia para aprovação dos relatórios de execução do ajuste e da prestação de contas da entidade, podendo, em caso de malversação dos recursos públicos federais recebidos pela OS, com aprovação do Conselho de Administração, serem responsabilizados pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 70 da CF/88 c/c art. 5º, inc. I e II, da Lei 8.443, de 1992.*

O mesmo Acórdão 8683/2015 – TCU – 2ª Câmara ainda traz determinação diretamente ao MCTI: *que, no prazo de 90 dias, inclua, na normatização interna que disciplina as atividades de promoção, acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com organizações sociais, regra para que os representantes do poder público nos conselhos de administração dessas organizações assegurem-se, antes da aprovação e envio da prestação de contas e dos relatórios de execução do contrato para o órgão supervisor, de que tenha havido conferência da pertinência entre as despesas apresentadas pela organização social e as metas e ações previstas no contrato de gestão, impugnando despesas realizadas não exclusivamente na consecução dos objetivos, produtos e metas previstos no instrumento, nos termos do art. 4º, X, da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, e do art. 13 da Portaria-MCTI nº 967, de 21 de dezembro de 2011*. Em 17 de dezembro de 2015, a SEXEC encaminhou, por meio do Ofício nº 618/2015-SEXEC/MCTI, a portaria MCTI nº 1.123/2015, que promove alterações na Portaria 967/2011 com o fito de atender à determinação.

Segunda parte: (...) *garantir que estejam amparados em estimativas de custos, nos moldes definidos no Acórdão 710/2011-TCU-2ª Câmara*. Idem entendimento anterior relativo à Ordem 8 das determinações consideradas atendidas.

Preferiu-se manter a determinação como "Pendente" para que ela seja mais bem controlada e aprimorada ao longo do próximo exercício, mas no que se refere à primeira parte considera-se que a determinação está atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
6	007.680/2014-7	Acórdão 3.304/2014 – Plenário	9.1.3.	DE	Ofício 0852/2014-TCU/SecexDesen, de 02/12/2014

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	**Código SIORG**
Secretaria Executiva do MCTI	3234

Descrição da Deliberação

9.1.3. somente pactue novos contratos de gestão ou termos aditivos aos contratos já firmados com as organizações sociais a partir do exercício de 2015, após serem definidos e especificados indicadores, critérios e demais instrumentos necessários a subsidiar a avaliação dos resultados pactuados, nos moldes definidos no art. 7º da Lei 9.637/1998 c/c os arts. 2º, 23, 27, 28 e 30 do Anexo I da Portaria MCTI nº 967/2011, considerando, na elaboração e na revisão dessa sistemática, as recomendações já emanadas das comissões de avaliação dos contratos de gestão, da Controladoria-Geral da União (CGU) e deste Tribunal, em especial, quanto à necessidade de avaliar a eficácia e a qualidade dos resultados, a eficiência e a economicidade na alocação dos recursos e a efetividade ou o impacto real ou potencial para o Sistema Nacional de CT&I;

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**

CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
Em atendimento ao Item 9.1.3 do Acórdão TCU n° 3.304/2014 que determina a SEXEC-MCTI que só celebrasse termos aditivos em 2015 após serem definidos e especificados indicadores, critérios e demais instrumentos para as quatro dimensões (eficiência, eficácia, efetividade e economicidade), a primeira providência foi pactuar, para todos os contratos vigentes, indicadores de economicidade – a única das dimensões que não estava realmente incluída na avaliação de todos os contratos. Ou seja, o MCTI executou e continuará executando o acompanhamento desses novos indicadores, usando-os de forma experimental em 2015 e 2016, para encaminhar, na reunião de pactuação das metas do novo ciclo contratual com vigência integral a partir de 2017, os indicadores propostos às Comissões de Avaliação e às partes interessadas para aprovar sua inclusão no futuro Quadro de Indicadores e Metas dos Contratos de Gestão. No caso específico do CGEE, onde outras dimensões (eficiência e efetividade) não estavam sendo avaliadas na prática (já que desde 2011 há uma suspensão contratual da avaliação da dimensão qualitativa), a CGOS/SCUP, durante o exercício de 2015, apresentou à Comissão de Avaliação e ao Centro uma lista de 29 indicadores de desempenho, contemplando as quatro dimensões. Essa lista movimentou as engrenagens, dando início às discussões sobre sua adequabilidade/exequibilidade/confiabilidade (dentre outros critérios de seleção de indicador) e, como consequência, o CGEE propôs, , na minuta do termo aditivo, um Quadro de Indicadores e Metas – QIM – para 2015 contendo 8 indicadores com todas as dimensões. Essa proposta, por sua vez, foi levada pelo MCTI à Comissão de Avaliação – CA –, que se pronunciou pela pactuação, neste primeiro momento, de 12 indicadores (as conclusões da CA estão expressas no Relatório da Reunião Extraordinária da CA que ocorreu em 1º de outubro de 2015). Ressalta-se que a CA orientou o MCTI pela inclusão imediata de 4 indicadores propostos pela CGOS/SCUP, e mais 4 para serem inclusos no próximo ciclo contratual. Além disso, o próprio CGEE, em sua proposta inicial de 8 indicadores, já incluíra 2 oriundos da proposta da CGOS/SCUP. Preferiu-se manter a determinação como "Pendente" para que ela seja mais bem controlada e aprimorada ao longo do próximo exercício.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Fonte: CGOS/SCUP.

9.1.1.2 Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA

O quadro a seguir apresenta de forma resumida as deliberações, sejam determinações ou recomendações, feitas pelo TCU à SPOA e suas coordenações-gerais. Esclarece-se que as deliberações sob a responsabilidade dessa unidade são acompanhadas pelas coordenações-gerais afetas aos temas tratados e reportadas periodicamente à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração acerca das providências adotadas e *status* de atendimento.

Acórdão	RE	DE	RE Imp.	DE Cump.	Pendentes	Percentual de Atend/Cump
1325/2015		1		1		**74,07%**
3398/2012		1		1		
6447/2014		1		1		
1180/2014		1		1		
935/2015		1		1		
1317/2015		1			1	
408/2015		1			1	
380/2011	13	13	12	11*	3	
7571/2012	3	5	1	3**	4	
6681/2013	0	3	0	3	0	
1221/2014	2	7	1	3	5	
2139/2015	0	1	0	1	0	
Total	**18**	**36**	**14**	**26**	**14**	

* a determinação 9.2.2 do Acórdão 380/2011 foi computada como não finalizada neste Acórdão, considerando que se referia ao antigo Comitê e que foi reiterada por meio da DETERMINAÇÃO 9.3.1.2 do Acórdão 1221/2014 para os novos Comitês.

** a determinação 9.4.2 do Acórdão 7571/2012 foi computada como finalizada neste Acórdão considerando que o Acórdão nº 6681/2013 – TCU – 2ª Câmara a apontou como "perda de objeto" (referia-se a renovação do contrato com a módulo e foi informada no Relatório de Gestão de 2015, exercício de 2014)

Legenda: RE = Recomendação; DE = Determinação; RE Imp. = Recomendação implementada; DE Cump. = Determinação cumprida.

A seguir estão apresentadas as deliberações e providências adotadas por cada uma das Coordenações-Gerais no âmbito da SPOA.

Quadros - Cumprimento das deliberações atendidas no exercício

a) Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU				
Processo	**Acórdão**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 015.357/2012-0		Diligência	Ofício 3348/2015-TCU/SEFIP, de 18/3/2015	30/03/2015
Órgão/Entidade Objeto da Diligência				**Código SIORG**
Secretaria-Executiva				1988
Descrição da Deliberação				
01 - "manifeste-se à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP/TCU), no prazo de 15 (quinze) dias, quanto aos fundamentos autorizadores de pagamentos acima do teto constitucional à(s) pessoa(s) relacionada(s) na tabela em anexo".				
Síntese da Providência Adotada				
01 – Informações prestadas pelo Ofício nº 176/2015/SEXEC-MCTI, de 27 de abril de 2015. Em síntese: "4. Diante da apuração constatada por esse Tribunal de Contas das União, este Ministério, visando sanar a irregularidade, solicitou aos servidores mencionados a apresentação dos comprovantes de rendimentos, os quais foram cadastrados no sistema SIGEPE. 5. Da mesma forma, todos os demais servidores, ativos e aposentados, desta Pasta estão sendo convocados a apresentarem os documentos comprobatórios de eventuais remunerações recebidas de outras fontes, bem como estabelecida rotina de controle visando dar continuidade ao integral teor da Portaria Normativa nº 2, de 8 de novembro de 2011"				

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU				
Processo	**Acórdão**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 002.850/2011-7		Diligência	Ofício 5710/2015-TCU/SEFIP, de 18 de maio de 2015	
Órgão/Entidade Objeto da Diligência				**Código SIORG**
Secretaria-Executiva				1988
Descrição da Deliberação				
01 - "Esclarecer inconsistência verificada no ato de admissão 108005613-01-2010-00050-4 da servidora, uma vez que a data de posse da servidora no cargo é posterior ao prazo máximo de 30 dias contados do provimento (dado pela Lei 8.112/90"				
Síntese da Providência Adotada				
01 – Informações prestadas pelo Ofício nº 340/2015/CGRH, de 2 de junho de 2015. Em síntese: "2. Quanto a posse da servidora em questão, esta ocorreu dentro do prazo de 30 (trinta dias), sendo que a nomeação foi publicada no Diário Oficial da União em 27 de setembro de 2010 e sua posse ocorreu em 27 de outubro de 2010. Encaminho para comprovação cópia da Portaria de nomeação nº 752, de 24 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. nº 185, de 27 de setembro de 2015, do termo de posse e do registro dos dados individuais no registro do SIAPE. 3. Constatou-se, portanto, equívoco desta Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH no que se refere ao registro do Sistema de Apreciação dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC, onde foi utilizado a data da portaria de nomeação, ou seja, 24 de setembro de 2010, e não a de sua publicação no Diário Oficial da União."				

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU				
Processo	**Acórdão**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 008.747/2008-7	3847/2007	DE	Ofício 8215/2015-TCU/SEFIP, de 07 de julho de 2015	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação				**Código SIORG**
Secretaria-Executiva				1988
Descrição da Deliberação				

01 – "por fim , considero que as determinações constantes do Acórdão 3847/2007 – 1º Câmara, ora monitorado, foram cumpridas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, exceto quanto ao não encaminhamento de novo ato da aposentadoria de Luiz Bevilácqua, o que torna imperativo reiterar determinação ao órgão de origem para levar a termo essa providência" **02** – Foi enviado também, o Aviso nº 65-Seses-TCU-1º Câmara, de 24 de junho de 2015, e que foi prontamente respondido pelo Ofício nº379/2015-CGRH.
Síntese da Providência Adotada
01 – **Informações prestadas pelo Ofício nº 054/2015-SRH, de 20 de julho de 2015.** Em síntese: "4.Anexamos, também, cópia do dossiê do RH extraído do Sistema SIAPE, simulação da Aposentadoria pelo sistema SIMULERH e Certidão Tempo de Contribuição, onde V.Sªs. poderão comprovar que o servidor atende aos requisitos para aposentadoria que lhe foi declarada por este Órgão, Anexo3. 5. Finalmente, anexamos cópia do novo Ato Concessório emitido por meio do Sistema SISAC, Anexo 4." O Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC atendeu à demanda e inseriu um novo Ato Concessório do aposentado Luiz Bevilácqua em 20/07/2015.

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU				
Processo	**Acórdão**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 003.993/2014-0	2.515/2011 - Plenário	Informe	Ofício 15603/2015-TCU/SEFIP, de 19 de outubro de 2015	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação				**Código SIORG**
Secretaria-Executiva				1988
Descrição da Deliberação				
01 – "9.3 lembrar aos interessados a possibilidade de Pedido de Reexame referente aos atos de pensão emitidos até a data da publicação da Medida Provisória 664, que tinham sido julgados ilegais por este Tribunal, com fundamento no Acórdão TCU 2.515/2011-Plenário, mediante a reabertura de prazo de 180 dias, com base nos arts. 285 e 286 do Regimento Interno desta Corte;"				
Síntese da Providência Adotada				
01 – O Ofício 15603/2015-TCU/SEFIP, de 19 de outubro de 2015, foi encaminhado a todas as Unidades de Pesquisas vinculadas a este Ministério. Em 08 de janeiro de 2016, encaminhamos o Ofício nº 5/CGRH ao Tribunal de Contas da União com as respostas destas Unidades Pesquisas.				

b) Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
034.965/2014-9	1325/2015 – TCU – 2º Câmara	1.7.1	DE	Oficio 199/2015 – TCU/Selog de 20/02/2015 Oficio 200/2015 – TCU/Selog de 20/02/2015	23/02/2015
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
"Determinar à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (CGRL/MCTI) que, caso seja realizado novo certame com o mesmo objeto no Pregão Eletrônico nº 23/2014, encaminhe cópia do edital ao Tribunal de Contas da União (TCU)."					
Síntese da Providência Adotada					

No âmbito da Administração Central do MCTI, não foi realizado novo certame com o mesmo objeto do Pregão Eletrônico nº 23/2014, mas destaca-se a ciência da equipe responsável pelas licitações quanto ao cumprimento da determinação.

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
014.178/2015-0	3751/2015 – TCU – 2ª Câmara	1.7.1	Orienta-ção	Oficio 1426/2015 – TCU/Selog de 23/07/2015	30/07/2015
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
"Dar ciência ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação de que a exigência de prova de registro ou inscrição na entidade profissional competente deve constar como requisito de qualificação técnica, conforme art. 30, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, e não como documentação para habilitação jurídica, conforme exigido no Pregão Eletrônico n. 11/2015 – MCTI."					
Síntese da Providência Adotada					
A equipe responsável pelas licitações, no âmbito da Administração Central do MCTI, vem cumprindo a determinação do TCU e observando as exigências documentais para cobrá-las conforme a legislação vigente.					

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
020.735/2007-9	3398/2012-Plenário	9.5.3	DE	Ofício 004/2013-TCU/SECEX/DEcon, de 18/1/2013	30/1/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
"9.5.3. informe, no próximo Relatório de Gestão a ser encaminhado ao TCU, a situação da cobrança da dívida junto à empresa PWA - Agência de Viagens e Turismo Ltda., objeto do Processo 01200.001177/2007-14, remetido à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional por meio do Ofício 13/2008, de 22/02/2008, expedido pela Consultoria Jurídica do Ministério."					
Síntese da Providência Adotada					
O Processo continua a cargo da PGFN. Foi encaminhado documento solicitando atualizações das informações. Aguardando resposta.					

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
031.548/2011-3	6447/2014-TCU - 2° Câmara	1.8.2	DE	Ofício 1408/2014-TCU/SECEX-SE	28/11/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
"1.8.2. determinar ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI que ultime, no prazo de 60 (sessenta) dias, a análise da prestação de contas, referente aos recursos repassados pelo Termo de Parceria TP Siafi n° 589941, sem prejuízo de instaurar, se for o caso, a devida tomada de contas especial, informando o TCU ao final desse mesmo prazo sobre o resultado das medidas adotadas."					

Síntese da Providência Adotada
A prestação de contas final do termo de parceria 13.0013.00/2006 foi aprovada com ressalva, no valor de R$ 6.407.181,07. Considerando as conclusões da Comissão de Acompanhamento e Avaliação - CAA expressas no Relatório Final de Avaliação do Termo de Parceria, na Nota Técnica Complementar - MCTI/SECIS/CGAP nº 02/2014, e nas Notas Técnicas nº 13 e nº 14/2015/SECIS/CGAP/CAA, e as sugestões constantes nos Pareceres Financeiros n.º 002/2015, 073/2015, 099/2015 e 210/2015, da Divisão de Convênios.

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
028.996/2011-9	1180/2014 - 1° Câmara	9.1	DE	Memo-circular nº 510/2014-SEXEC, DE 4/11/2014	19/3/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
"9.1. fixar o prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias para que o MCTI encaminhe a esta Corte o Relatório Final de Avaliação do Termo de Parceria 13.0004.00/2005, indicando, conclusivamente, os casos que deverão ensejar a instauração de tomada de contas especial, com identificação dos responsáveis e quantificação do débito, levando em consideração, nesta análise, os fatos irregulares apontados nos relatórios da CGU que não foram devidamente sanados."					
Síntese da Providência Adotada					
A prestação de contas final do termo de parceria 13.0004.00/2005 foi aprovada parcialmente, no valor de R$ 6.178.254,86. Tendo a recolher à Conta da União os valores de R$ 3.915,60; R$ 8.207,02; e R$ 17.622,52, no total de R$ 29.745,14. Foi firmado o Termo de Parcelamento nº 002/2015 no valor de R$ 47.342,36, corrigido até 16 de outubro de 2015, que será pago em 36 parcelas mensais e sucessivas, com valores nominais de R$ 1.315,06.					

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
001.260/2014-6	935/2015 - TCU - 2ª Câmara	Caput	DE	Ofício 0213/2015-TCU/SECEX-PE	31/3/2015
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
"Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em determinar, desde logo, por economia processual, nos termos do art. 93 da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso VI, e art. 213 do Regimento Interno/TCU, além dos arts. 6º, inciso I, e 19 da IN/TCU n. 71/2012, o arquivamento do presente processo, sem o cancelamento da dívida, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor, para que lhe possa ser dada quitação, sem prejuízo de dar ciência desta deliberação e do parecer do Ministério Público/TCU ao responsável e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, de acordo com o parecer do MP/TCU:"					
Síntese da Providência Adotada					
A prestação de contas final do termo de convênio 01.0142.00/2007 foi aprovada parcialmente e com ressalva, no valor de R$ 24.707,84. Considerando as conclusões da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social e as apresentadas no Parecer Financeiro nº 217/2015, pela Divisão de Convênios. Foi firmado o Termo de Parcelamento nº 007/2015, no valor de R$ 19.607,06 corrigido até 25 de novembro de 2015, que será pago em 19 parcelas mensais e sucessivas, com valores nominais de R$ 1.031,96.					

c) Coordenação-Geral de Tecnoligia da Informação – CGTI

O quadro abaixo apresenta a situação, em termos numéricos, das deliberações do TCU de responsabilidade da CGTI.

Acórdão	RE	DE	Total	RE Imp.	DE Cump.	Total (finalizada)	Pendentes	Percentual de Atend/Cump
380/2011	13	13	26	12	11*	23	3	88,46
7571/2012	3	5	8	1	3**	4	4	50,00
6681/2013	0	3	3	0	3	3	0	100,00
1221/2014	2	7	9	1	3	4	5	44,44
2139/2015	0	1	1	0	1	1	0	100,00
Total			**47**	14	21	35	7	74,47

* a determinações 9.2.2 do Acórdão 380/2011 foi computada como não finalizada neste Acórdão considerando que se referia ao antigo Comitê e que foi reiterada por meio da DETERMINAÇÃO 9.3.1.2 do Acórdão 1221/2014 para os novos Comitês.

** a determinação 9.4.2 do Acórdão 7571/2012 foi computada como finalizada neste Acórdão considerando que o Acórdão nº 6681/2013 – TCU – 2ª Câmara a apontou como "perda de objeto" (referia-se a renovação do contrato com a módulo e foi informada no Relatório de Gestão de 2015, exercício de 2014)

Legenda: RE = Recomendação; DE = Determinação; RE Imp. = Recomendação implementada; DE Cump. = Determinação cumprida.

Acompanhamento das Deliberações

As deliberações expedidas pelo TCU, sob a responsabilidade da CGTI, são acompanhadas por meio de planilha e apresentadas, periodicamente, ao Comitê Executivo de Tecnologia da Informação – CETI, em sua totalidade, e ao Comitê de Segurança da Informação e Comunicações – CSIC, somente aquelas referentes à segurança da informação.

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 029.120/2010-1	6681/2013 – TCU – 2ª Câmara	1.8.1.1	DE	0780/2013 – TCU/Sefti	02/12/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
Autue processo administrativo visando apurar se a conduta da empresa Módulo *Security Solutions* S.A., ao entregar, em desconformidade ao exigido no edital, os produtos referidos no item 2 do anexo I do termo de referência do Edital 34/2008, violou o disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002					
Síntese da Providência Adotada					
Determinação cumprida conforme análise dos esclarecimentos prestados às deliberações do Acórdão 6681/2013 proferida por meio do Acórdão 4724/2015-2ª Câmara.					

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 029.120/2010-1	6681/2013 – TCU – 2ª Câmara	1.8.1.2	DE	0780/2013 – TCU/Sefti	02/12/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988

Descrição da Deliberação
Encaminhe a esta Corte, no prazo de 90 (noventa) dias, a comprovação da autuação do processo administrativo a que se refere o subitem precedente, bem como os resultados alcançados, inclusive com a justificativa da decisão de apenar ou não a empresa.
Síntese da Providência Adotada
Determinação cumprida conforme análise dos esclarecimentos prestados às deliberações do Acórdão 6681/2013 proferida por meio do Acórdão 4724/2015-2ª Câmara.

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 029.120/2010-1	6681/2013 – TCU – 2ª Câmara	1.8.1.3	DE	0780/2013 – TCU/Sefti	02/12/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
Oriente formalmente seus gestores e pregoeiros sobre a obrigação de autuarem processos administrativos contra as empresas que praticarem atos ilegais previstos no art. 7º da Lei 10.520/2002, alertando-os de que a omissão do dever, sem justificativa, poderá ensejar a aplicação de sanções, conforme previsão do art. 82 da Lei 8.666/1993, bem como representação por parte do Tribunal de Contas da União, com fulcro no art. 71, inciso XI, da Constituição Federal c/c o art. 1º, inciso VIII, da Lei 8.443/1992.					
Síntese da Providência Adotada					
Determinação cumprida conforme análise dos esclarecimentos prestados às deliberações do Acórdão 6681/2013 proferida por meio do Acórdão 4724/2015-2ª Câmara.					

Deliberações consideradas atendidas pelo MCTI no exercício de 2015, mas que aguardam o parecer do TCU

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU	9.1.2	RE	Ofício 97/2011-TCU/Sefti	28/02/2011
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
Em atenção ao Decreto 5.707/2006, art. 1º, inciso III, elabore estudo técnico de avaliação qualitativa e quantitativa do quadro da área de TI, com vistas a fundamentar futuros pleitos de ampliação e preenchimento de vagas de servidores efetivos devidamente qualificados, com o objetivo de melhor atender às necessidades institucionais, à semelhança das orientações contidas no Cobit 4.1, PO4.12 – Pessoal de TI.					
Síntese da Providência Adotada					
O estudo técnico de avaliação qualitativa e quantitativa do quadro da área de TI foi finalizado em 13 de março de 2015 e teve como objetivo analisar da forma objetiva a relação entre as demandas existentes e presumíveis de atividades da Coordenação Geral de Gestão da Tecnologia da Informação – CGTI e sua capacidade de execução. A metodologia adotada foi composta de 5 etapas: qualificar demanda, quantificar demanda, determinar as equipes mínima e máxima, qualificar e quantificar a equipe atual da CGTI e calcular a necessidade de complementação da equipe da CGTI.					

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU	9.2.13	DE	Ofício 97/2011-TCU/Sefti	28/02/2011
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
Planeje contratações de soluções de tecnologia da informação com uso do processo previsto na IN SLTI/MPOG 4/2010, com observância da sequência lógico-temporal entre as tarefas e os ritos de aprovação dos artefatos produzidos ao longo do processo.					
Síntese da Providência Adotada					
O Grupo de Trabalho (GT) responsável pela elaboração dos *templates* para os artefatos previstos na IN nº 04/2014 da SLTI/MP, bem como pela proposição de modelos de documentos complementares (listas de verificação, memorandos, ofícios, dentre outros) e de procedimentos concernentes à contratação de Soluções de Tecnologia da Informação à luz da referida IN e das observações registradas pelos órgãos de acompanhamento e controle, instituído por intermédio da portaria CGTI nº 31, de 19 de dezembro de 2014, concluiu suas atividades em 13 de março de 2015, produzindo as listas de verificação (*checklists*) que auxiliarão tanto a equipe de planejamento da contratação de soluções de TI na avaliação de conformidade de artefatos quanto a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos de TI em relação as recomendações da IN SLTI n° 4/2014. As contratações de soluções de tecnologia da informação do Ministério observam o processo previsto na IN desde a sua primeira versão (IN SLTI nº 4/2008) e para garantir a observância da sequência lógico-temporal entre as tarefas e ritos de aprovação dos artefatos produzidos ao longo do processo (agora definido pela IN SLTI nº 4/2014) o GT criou algumas listas de verificação (*checklists*). Essas listas integram o arquivo intitulado "Checklist Conformidade da Contratação em relação a IN 4/2014" e estão publicadas na Intranet deste Ministério no endereço Institucional -> Estratégias para Gestão de Tecnologia da Informação -> Contratação de Soluções de TI – IN 4/2014 – SLTI/MP. Dentre as mencionadas listas de verificação, destacamos uma chamada "Vedações Legais e Administrativas", a qual apresenta como item de verificação a observância desta Determinação do TCU, assim descrita: As aprovações dos documentos produzidos durante o planejamento da contratação foram realizadas em datas distintas, observando a sequência lógico-temporal entre as tarefas e os ritos de aprovação dos artefatos produzidos ao longo do processo (Acórdão 380/2011). Ainda visando ao cumprimento desta Determinação, foi efetuado o desmembramento das assinaturas de cada artefato e criado o tópico "Histórico de Atualização de Versões" que deve ser preenchido de acordo com o acontecimento de cada etapa do processo. Esse tópico é mantido nas versões dos documentos e eliminado na versão final. Reforça-se que todos os artefatos produzidos pelo mencionado GT foram revisados com a colaboração do Consultoria Jurídica e ratificados pelo Coordenador-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação.					

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 009.763/2013-9	1.221/2014-TCU	9.4.2	RE	Ofício 0566/2014-TCU/Sefti	30/05/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
Em atenção à Portaria MCTI/SPOA 100/2012, elabore listas de verificação para auxiliar os fiscais de contrato na verificação de conformidade da prestação dos serviços contratados, considerando as atividades previstas em seu processo de gerenciamento de contratos de soluções de TI (peça 366, p. 47, parágrafo 385)					
Síntese da Providência Adotada					
O Grupo de Trabalho (GT), responsável pela elaboração dos *templates* para os artefatos previstos na IN nº 04/2014 da SLTI/MP, bem como pela proposição de modelos de documentos complementares (listas de verificação, memorandos, ofícios, dentre outros) e de procedimentos concernentes à contratação de Soluções de Tecnologia da Informação à luz da referida IN e das observações registradas pelos órgãos de acompanhamento e controle, instituído por intermédio da					

portaria CGTI nº 31, de 19 de dezembro de 2014, concluiu suas atividades em 13 de março de 2015, produzindo as listas de verificação (*checklists*) que auxiliarão tanto a equipe de planejamento da contratação de soluções de TI na avaliação de conformidade de artefatos, quanto a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos de TI em relação as recomendações da IN SLTI n° 4/2014.

Reforça-se que todos os artefatos produzidos pelo mencionado GT foram revisados com a colaboração do Consultoria Jurídica, ratificados pelo Coordenador Geral de Gestão da Tecnologia da Informação e publicados na Intranet deste Ministério no endereço Institucional -> Estratégias para Gestão de Tecnologia da Informação -> Contratação de Soluções de TI – IN 4/2014 – SLTI/MP.

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 009.763/2013-9	2139/2015-TCU	9.1	DE	Ofício 0295/2015-TCU/Sefti	8/9/2015
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
Determinar à Secretaria-Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com fulcro no art. 43 , inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de 30 dias improrrogáveis a contar da ciência do decisum, apresente documentos que comprovem o cumprimento integral dos itens 9.2.8 e 9.2.11 do Acórdão 380/2011-TCU-Plenário					
Síntese da Providência Adotada					
Foi encaminhado à Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti) - TCU o Ofício nº 507/2015-SEXEC, de 8/10/2015, por meio do qual é encaminhado o Memorando nº 133/2015 CGTI, onde a Coordenação Geral de Gestão da Tecnologia da Informação se manifesta acerca do cumprimento dos itens 9.2.8 e 9.2.11 do Acórdão 380/2011-TCU-Plenário, a saber: 9.2.8 do Acórdão 380/2011-TCU-P - Determinação integralmente cumprida 9.2.11 do Acórdão 380/2011-TCU-P - Determinação em cumprimento					

Deliberações atendidas em exercícios anteriores a 2015 pela CGTI e que aguardam o parecer do TCU

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU	9.1.6	RE	Ofício 97/2011-TCU/Sefti	28/02/2011
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
Implemente processo de gestão de incidentes de serviços de tecnologia da informação, à semelhança das orientações contidas no Cobit 4.1, processo DS8 – Gerenciar a central de serviços e incidentes e de outras boas práticas de mercado, como a NBR ISO/IEC 20.000 e a NBR 27.002.					
Síntese da Providência Adotada					
O processo de gestão de incidentes de serviços de tecnologia da informação do Ministério está definido, documentado e em execução.					

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU	9.1.7	RE	Ofício 97/2011-TCU/Sefti	28/02/2011
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988

Descrição da Deliberação
Implemente processo de gestão de configuração de serviços de tecnologia da informação, à semelhança das orientações contidas no Cobit 4.1, processo DS9 – Gerenciar configuração e de outras boas práticas de mercado, como a NBR ISO/IEC 20.000.
Síntese da Providência Adotada
O processo de gestão de gestão de configuração de serviços de tecnologia da informação do Ministério está definido, documentado e em execução.

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU	9.1.8	RE	Ofício 97/2011-TCU/Sefti	28/02/2011
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
Estabeleça procedimentos formais de gestão de mudanças, de acordo com o previsto no item 12.5.1 da NBR ISO/IEC 27.002, à semelhança das orientações contidas no Cobit 4.1, processo AI6 – Gerenciar mudanças e de outras boas práticas de mercado, como a NBR ISO/IEC 20.000.					
Síntese da Providência Adotada					
O processo de gestão de mudanças do Ministério está definido, documentado e em execução.					

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU	9.2.1	DE	Ofício 97/2011-TCU/Sefti	28/02/2011
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
Em atenção ao previsto na Instrução Normativa SLTI/MPOG 4/2010, art. 4º, elabore e aprove plano diretor de tecnologia da informação – PDTI, com observância das diretrizes constantes da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação – EGTI em vigor e à semelhança das orientações contidas no Cobit 4.1, processo PO1 – Planejamento Estratégico de TI.					
Síntese da Providência Adotada					
Considerando que, por um erro material, a íntegra da minuta do PDTI-MCTI 2013-2015 não foi encaminhada para o TCU e que, por causa desse fato, de acordo com o Relatório de Auditoria que acompanhou o Acórdão nº 1221/2014 – TCU, a avaliação por parte da equipe de fiscalização, baseou-se no PDTI vigente à época da execução do monitoramento, ou seja, PDTI-MCTI 2011-2012, apresentam-se as seguintes informações: Esta Determinação foi reiterada, conforme o mencionado Relatório de Auditoria, para que o MCTI: i) aperfeiçoe o processo de elaboração do planejamento estratégico de TI do Ministério de modo que, em atenção ao previsto no art. 4º da Instrução Normativa – SLTI/MP 4/2010, as ações definidas em seu PDTI sejam explicitamente alinhadas ao seu plano estratégico institucional; e ii) institua um processo formal de planejamento de TI para assegurar que seu PDTI seja aderente ao modelo de referência do Guia de Elaboração de PDTI do Sisp. Dessa forma, esclarece-se que o PDTI do Ministério, desde o ano de 2010, inclui, em seu conteúdo, item específico que define sua Metodologia de elaboração e, desde essa versão, é elaborado por um Grupo de Trabalho pré-definido, o qual, a partir de 2012, passou a ser instituído por meio de Portaria, assinada pelo Presidente do Comitê Executivo de Tecnologia da Informação – CETI. Esse fato foi relatado para esclarecer que a metodologia de elaboração do PDTI do Ministério existe desde sua versão de 2010 e esta vem sendo seguida e revisada a cada ciclo de elaboração/revisão do PDTI com o objetivo de aprimorar o processo de elaboração do Planejamento das Ações de TI do Ministério. Ademais, o Ministério observa os modelos de referência do PDTI disponibilizados pelo SISP desde a versão de 2011 do seu PDTI. No entanto, sempre destaca em sua apresentação que se baseia "principalmente" nesse modelo, dado que o modelo de referência, hoje chamado de Guia de Elaboração de PDTI do SISP, versão 1.0,					

(endereço:http://www.sisp.gov.br/guiapdti/wiki/download/file/Guia_de_Elabora%C3%A7%C3%A3o_de_PDTI_v1.0_-_versao_digital_com_capa.pdf. Acessado em: 05/02/2016) informa em sua introdução:

(...) *Ressalta-se que os conteúdos abordados, bem como as estratégias e táticas sugeridas são referências, ou seja, este documento não estabelece uma metodologia obrigatória de elaboração de PDTI para os órgãos membros do SISP. Dessa forma, os órgãos têm a faculdade de somá-lo a outros modelos de mercado, adaptá-lo às necessidades e ao nível de maturidade de governança de sua instituição, ou ainda, adotar outra metodologia que considerem apropriada para a construção de seus planos.*

Deve-se observar ainda que as entradas, saídas e artefatos indicados para os processos são ilustrativos e não representam uma informação exaustiva: fornecem um conhecimento a partir do qual cada organização deve selecionar o que se aplica a sua realidade de maneira eficiente, considerando-se a estratégia, os objetivos e as políticas da organização.(...) *(grifo nosso).*

[Obs.: essas informações foram mantidas no Guia de PDTI do SISP-versão 2.0]

Adicionalmente, esclarece-se que o PDTI 2013-2015 foi elaborado com base no levantamento das necessidades corporativas identificadas pelo Grupo de Trabalho instituído pelo CETI e composto por servidores que representam as áreas abrangidas pelo PDTI, bem como o enviou à SLTI/MP para verificação de sua aderência ao modelo de referência. Esse procedimento integra a metodologia de elaboração do PDTI do Ministério.

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU	9.2.8	DE	Ofício 97/2011-TCU/Sefti	28/02/2011
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
Em atenção ao disposto na Instrução Normativa – GSI/PR 1/2008, art. 5º, V, institua equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais, com observância das práticas contidas na Norma Complementar 05/IN01/DSIC/GSIPR.					
Síntese da Providência Adotada					
Durante a 1ª Reunião Extraordinária do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações do Ministério, ocorrida em 18 de julho de 2014, a minuta da Portaria de instituição da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (ETIR) no Ministério foi apreciada e aprovada pelos representantes do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC) e posteriormente submetida à apreciação e aprovação do Sr. Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração. Dessa forma, a ETIR do MCTI foi instituída por meio da Portaria SPOA nº 129, de 6 de agosto de 2014, publicada no Boletim de Serviço nº 14 - Suplementar, de 6 de agosto de 2014. Ato contínuo, a Portaria CSIC nº 1, de 20 de agosto de 2014, que designa os integrantes da ETIR do Ministério, foi publicada no Boletim de Serviço nº 16, de 29 de agosto de 2014.					

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU	9.2.9	DE	Ofício 97/2011-TCU/Sefti	28/02/2011
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
Em atenção ao disposto no Decreto 4.553/2002, art. 6º, § 2º, inciso II, e art. 67, crie critérios de classificação das informações, a fim de que possam ter tratamento diferenciado conforme seu grau de importância, criticidade e sensibilidade, com observância das práticas contidas no item 7.2 da NBR ISO/IEC 27.002.					
Síntese da Providência Adotada					
A Norma de Tratamento de Informações Institucionais sob Restrição de Acesso do MCTI, aprovada na 3ª Reunião do CSIC foi publicada por meio da Portaria MCTI nº 181, de 13 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 19 de fevereiro de 2014.					

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU	9.2.10	DE	Ofício 97/2011-TCU/Sefti	28/02/2011
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
Em atenção ao disposto na Instrução Normativa – GSI/PR 1/2008, art. 5º, VII, c/c a Norma Complementar 04/IN01/DSIC/GSIPR, item 5.2.1, estabeleça procedimento de inventário de ativos de informação, de maneira a que todos os ativos de informação sejam inventariados e tenham um proprietário responsável, com observância das práticas contidas no item 7.1 da NBR ISO/IEC 27.002.					
Síntese da Providência Adotada					
Determinação em cumprimento, com prazo expirado, de acordo com o ACÓRDÃO nº 1221/2014 – TCU – Plenário (Relatório TC 009.763/2013-9). Determinação reiterada por meio da Determinação 9.3.1.5 do Acórdão nº 1221/2014-TCU. Atualização do status desta Determinação: vide Determinação 9.3.1.5 do Acórdão nº 1221/2014-TCU.					

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU	9.2.11	DE	Ofício 97/2011-TCU/Sefti	28/02/2011
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
Em atenção ao disposto na Instrução Normativa – GSI/PR 1/2008, art. 5º, VII, implemente processo de gestão de riscos de segurança da informação, com observância das práticas contidas na Norma Complementar 04/IN01/DSIC/GSIPR.					
Síntese da Providência Adotada					
Determinação não cumprida de acordo com o ACÓRDÃO nº 1221/2014 – TCU – Plenário (Relatório TC 009.763/2013-9). Determinação reiterada por meio da Determinação 9.3.2.1 do Acórdão nº 1221/2014-TCU. Atualização do status desta Determinação: vide Determinação 9.3.2.1 do Acórdão nº 1221/2014-TCU.					

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 029.120/2010-1	7571/2011 – TCU – 2ª Câmara	9.3.2	RE	Ofício 701/2012 – TCU/Sefti	31/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
Estabeleça uma política de segurança da informação clara, alinhada com os objetivos do negócio e que envolva a alta direção, segundo estabelecido no subitem 5.1.1 da NBR ISO/IEC 27002:2005.					
Síntese da Providência Adotada					
No Relatório de Auditoria do Acórdão nº 6681/2013 – TCU – 2ª Câmara, consta que em atendimento ao item 9.4.5 do Acórdão 7571/2012-TCU-2ª Câmara, o Ministério estabeleceu, para cada uma das três recomendações (itens 9.3.1 a 9.3.3 do Acórdão 7571/2012-TCU-2ª Câmara) as ações, os respectivos prazos e as unidades responsáveis pelas implementações.					

No Relatório de Gestão do Ministério, referente ao exercício de 2013, foi informado que o MCTI, por meio do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações, elaborou e aprovou, em sua 3ª Reunião Ordinária, realizada em 2 de julho de 2013, a Política de Segurança da Informação e Comunicações (Posic). A Posic foi publicada no Diário Oficial da União, em 6 de setembro de 2013, por meio da Portaria MCTI nº 853/2013.

Considerando que a Posic do Ministério prevê, em seu artigo 74, que sua revisão seja efetuada de forma periódica ou sempre que se fizer necessário não excedendo o período máximo de dois anos, fato que ocorreu em setembro de 2015, foi aprovada no âmbito do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações – CSIC e do Comitê Executivo de Tecnologia da Informação – CETI a primeira revisão da Posic/MCTI, a qual foi encaminhada para apreciação do Senhor Ministro.

Não obstante, está em curso, no Ministério, projeto junto à Rede Nacional de Pesquisa – RNP, cujo objetivo principal será proporcionar um direcionamento estratégico para a segurança da informação de forma a apoiar as estratégias corporativas e tecnológicas, proteger a instituição contra ameaças de segurança e comunicar a importância do tema para todos os níveis organizacionais. Integra o escopo desse projeto a avaliação e propostas de melhoria da Posic/MCTI.

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 029.120/2010-1	7571/2011 – TCU – 2ª Câmara	9.4.1	DE	Ofício 701/2012 – TCU/Sefti	31/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988

Descrição da Deliberação

No prazo de 15 (quinze) dias, apresente planilha de formação de custos que relacione, para cada um dos produtos listados no subitem 2.4 do anexo I do termo de referência do edital do pregão 34/2008 (relacionados à análise de riscos): o percentual correspondente em relação ao total estabelecido para a execução do item 2 do Anexo I do Termo de Referência.

Síntese da Providência Adotada

Na intenção de atender a determinação, o Ministério enviou correspondência à empresa solicitando o envio da planilha em três ocasiões, porém não obteve resposta, fato esse que consta, inclusive, no Relatório de Auditoria do Acórdão nº 6681/2013 – TCU – 2ª Câmara, a saber:

(...) 48. Ademais, a despeito do mencionado acórdão, além de ter punido os dois responsáveis, ter determinado ao Ministério que enviasse a esta Corte a planilha de formação de custos relativa ao contrato 3/2009 (item 9.4.1 do acórdão), para fins de subsidiar apuração do débito decorrente do item 3.3 do relatório de auditoria e do achado 4.3 (peça 46, p: 13-16 e 25-30), a referida planilha não foi encaminhada pela pasta, em que pese esta tê-la solicitado à empresa Módulo Security Solutions S.A. em três ocasiões.

(...)

50. Além disso, como se trata de dano ao erário já observado na auditoria realizada anteriormente, cuja quantificação carece de evidências adicionais e requer procedimento apropriado, deverá ser proposta, no momento oportuno, a conversão destes autos em Tomada de Contas Especial, com fulcro no art. 47 da Lei 8.443/1992 c/c art. 252 do Regimento Interno do TCU. Destaque-se que a TCE aqui mencionada não envolve responsáveis por contas- ordinárias, o que afasta a necessidade da medida prevista na parte final art. 206 do RITCU.

51. Destaque-se, ainda, que se considera, como alternativa viável para solucionar a falta da planilha de custos detalhada por produto, a utilização de métodos de cálculo aproximados, com fulcro no art. 210, § 1º, inciso II, do Regimento Interno do TCU, tendo em vista o imperativo da recuperação dos valores pagos indevidamente.

52. Com relação à materialidade, destaque-se que somente no ano de 2009 os valores pagos pelo Ministério no âmbito do Contrato 3/2009 totalizaram R$ 1.585.800,00 (peça 8, p. 256). Relativamente à execução do item 2 do termo de referência, a equipe de auditoria havia verificado que a contratada encaminhara ao MCTI nota fiscal no valor de R$ 187.000,00 (Análise de Risco, peça 8, p.74-85), a qual foi aceita em 24/6/2009 e paga na sequência.

53 . Todavia, o despacho do Ministro-Relator que determinou a suspensão cautelar da execução do contrato 3/2009 foi proferido em 26/1/201 l (TC 022 .815/201.0-4, principal, fl. 27), de modo que é necessário apurar o valor total pago à empresa a título do item 2 do termo de referência, para viabilizar o cálculo do débito total. Assim, propõe-se, também, determinar à Sefti que realize as diligências e inspeções que se fizerem necessárias para a quantificação do débito.

54. Por oportuno, ressalte-se que, como não há elementos para permitir o cálculo do valor do dano, não se pode concluir, neste momento, quanto ao atingimento do limite mínimo para conversão em TCE, a que se refere o art. 213 do Regimento Interno do TCU.(...) (Grifos nosso).

Considerando as informações apresentadas e o fato de que o Ministério não conseguiu, apesar das tentativas, obter a planilha de custo junto à empresa para envio ao Tribunal, não foi possível atender à Determinação.

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 009.763/2013-9	1.221/2014-TCU	9.3.1.3	DE	Ofício 0566/2014-TCU/Sefti	30/05/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
Institua equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais, em atenção ao disposto na Instrução Normativa – GSI/PR 1/2008, art. 5º, V, com observância das práticas contidas na Norma Complementar 05/IN01/DSIC/GSIPR (peça 366, p. 17, parágrafo 115).					
Síntese da Providência Adotada					
Durante a 1ª Reunião Extraordinária do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações do Ministério, ocorrida em 18 de julho de 2014, a minuta da Portaria de instituição da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais – ETIR no Ministério foi apreciada e aprovada pelos representantes do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações – CSIC e posteriormente submetida à apreciação e aprovação do Sr. Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração. Dessa forma, a ETIR do MCTI foi instituída por meio da Portaria SPOA nº 129, de 6 de agosto de 2014, publicada no Boletim de Serviço nº 14 - Suplementar, de 6 de agosto de 2014. Ato contínuo, a Portaria CSIC nº 1, de 20 de agosto de 2014, que designa os integrantes da ETIR do Ministério, foi publicada no Boletim de Serviço nº 16, de 29 de agosto de 2014.					

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 009.763/2013-9	1.221/2014-TCU	9.3.1.4	DE	Ofício 0566/2014-TCU/Sefti	30/05/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
Elabore e publique formalmente processo para classificação e tratamento das informações no âmbito do Ministério, em atenção aos arts. 27 a 29 da Lei 12.527/2011 e aos arts. 31 a 34 do Decreto 7.724/2012, considerando as recomendações do item 7.2 da Norma Técnica ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 (peça 366, p. 19, parágrafo 137)					
Síntese da Providência Adotada					
A Norma de Tratamento de Informações Institucionais sob Restrição de Acesso do MCTI, aprovada na 3ª Reunião do CSIC foi publicada por meio da Portaria MCTI nº 181, de 13 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 19 de fevereiro de 2014.					

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 009.763/2013-9	1.221/2014-TCU	9.3.1.5	DE	Ofício 0566/2014-TCU/Sefti	30/05/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
Estabeleça procedimento de inventário de ativos de informação, em atenção à Instrução Normativa – GSI/PR 1/2008, art. 5º, inciso VII, c/c Norma Complementar 04/IN01/DSIC/GSIPR, item 6.2.1, de maneira que todos os ativos de informação sejam inventariados e tenham um proprietário responsável, observando as diretrizes da Norma Complementar					

10/IN01/DSIC/GSIPR e as recomendações do item 7.1 da Norma Técnica ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 (peça 366, p. 21, parágrafo 152)
Síntese da Providência Adotada
Na intenção de disciplinar o processo de inventário e mapeamento de todos os ativos de informação, os quais não se resumem apenas a levantamento de máquinas e sistemas, o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações – CSIC, deste Ministério, durante sua 4ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 11 de novembro de 2014, apreciou a minuta da Norma de Inventário e Mapeamento de Ativos de Informação do MCTI, a qual, após revisão, foi aprovada e encaminhada para apreciação do Senhor Secretário-Executivo. Essa Norma foi assinada pelo Secretário-Executivo em 9 de fevereiro de 2015 e publicada no Boletim de Serviço nº 3, de 13 de fevereiro de 2015.

Deliberações que permanecem pendentes de cumprimento/atendimento

QUADROS – DELIBERAÇÕES QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO/ATENDIMENTO

a) Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
008.574/2011-1	408/2015 - TCU - Plenário	1.6.1	DE	Ofício nº 0438/2015-TCU/SECEX-MG	31/03/2015
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
"determinar ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação que, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, a contar da ciência desta deliberação, promova o exame dos serviços prestados no âmbito dos Contratos 49/2005, firmado com a FUNDEP, e 04/2006, 17/2006, 36/2006 e 37/2006, celebrados com a Fundação Renato Azevedo, todos destinados à execução do Convênio SIAFI 530.534, com vistas a apurar se houve dano ao erário decorrente da coincidência dos objetos pactuados e da contratação de consultoria (Contrato 36/2006), quantifique os prejuízos porventura apurados e identifique os respectivos responsáveis, informando ao Tribunal sobre as providências adotadas, inclusive no que diz respeito à instauração da competente tomada de contas especial, se for o caso;"					
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas					
Resposta encaminhada por meio do ofício nº 294/2015/SEXEC/MCTI, de 25 de junho de 2015. Por meio do Ofício nº 568/2015-CGRL, de 20 de outubro de 2015, o convenente foi notificado, com direito ao contraditório e a ampla defesa, a devolver aos cofres públicos R$ 4.781.299,50; R$ 1.979.180,92; R$ 41.690,78 e R$ 12.780,00 conforme PARECER TÉCNICO N° 20/2015/SECIS/CGAP/GTPC-PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL. O convenente apresentou defesa por meio do OF. SECTES.GAB nº 371/2015, de 2 de dezembro de 2015. Análise em curso. A análise financeira do Termo de Parceria em tela está seguindo o trâmite processual e estima-se que o prazo será cumprido. Foi necessário realizar novas notificações oferecendo assim o direito constitucional de contraditório e ampla defesa.					

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
003.046/2015-0	1317/2015 - TCU - 2ª Câmara	1.7.1	DE	Ofício 0311/2015-TCU/SECEX-PE	30/4/2015
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					

"ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que ultime, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a análise da prestação de contas final alusiva ao Convênio nº 01.0060.00/2007, encaminhando ao TCU, ao final do prazo ora fixado, parecer conclusivo sobre a regularidade ou não do referido ajuste:"
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
O ex-prefeito do Município de Lagoa de Itaenga (PE), Sr. Jackson José da Silva, foi notificado por meio do Ofício n.º 652/2015-CGRL, de 25 de novembro de 2015, a devolver à Conta Única da União o valor de R$ 491.745,99, referente ao dano à União com a não execução total do Convênio, que devidamente atualizado monetariamente e acrescidos dos juros legais de 01/07/2008 a 24/11/2015, resultou no valor de R$ 1.116.643,25, conforme metodologia do TCU, ou no exercício da defesa, que exerça a defesa. A defesa não foi apresentada. Análise em curso, o processo será encaminhado para TCE. A análise financeira do Termo de Parceria em tela está seguindo o trâmite processual e estima-se que o prazo será cumprido. Foi necessário realizar novas notificações oferecendo, assim, o direito constitucional de contraditório e ampla defesa.

b) Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU	9.1.10	RE	Ofício 97/2011-TCU/Sefti	28/02/2011
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
Estabeleça processo de avaliação da gestão de TI, à semelhança das orientações contidas no Cobit 4.1, itens ME1.4 – Avaliação de desempenho, ME1.5 – Relatórios gerenciais, ME1.6 – Ações corretivas e ME2 – Monitorar e avaliar os controles internos.					
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas					
Recomendação convertida para a determinação 9.3.2.2 do ACÓRDÃO nº 1221/2014 – TCU – Plenário (Relatório TC 009.763/2013-9). Atualização do *status* desta Recomendação: vide DETERMINAÇÃO 9.3.2.2. do ACÓRDÃO nº 1221/2014 – TCU – Plenário.					

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU	9.2.2	DE	Ofício 97/2011-TCU/Sefti	28/02/2011
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
Em atenção à Portaria MCT 114/2010, monitore o funcionamento do Comitê Gestor de Segurança e Tecnologia da Informação – CSTI de maneira a que este exerça suas atribuições.					
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas					
O CSTI foi extinto com a criação dos atuais Comitês, ocorrida em 1º de junho de 2012, a saber: Comitê Executivo de Tecnologia da Informação – CETI e Comitê de Segurança da Informação e Comunicações – CSIC. Considerando a extinção do CSTI, o Acórdão nº 1221/2014 expediu deliberações similares para os atuais Comitês (CETI e CSIC). Vide DETERMINAÇÃO 9.3.1.2 do ACÓRDÃO nº 1221/2014 – TCU – Plenário (Relatório TC 009.763/2013-9).					

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 029.120/2010-1	7571/2011 – TCU – 2ª Câmara	9.3.1	RE	Ofício 701/2012 – TCU/Sefti	31/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988

Descrição da Deliberação
Identifique as reais ameaças a seus ativos de tecnologia, relacionando as vulnerabilidades que podem ser exploradas, abstendo-se de utilizar recomendações genéricas que não se apliquem ao seu ambiente tecnológico, em atenção ao disposto no subitem 4.2.1, alínea d, da NBR ISO/IEC 27001:2006.
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Atualização do status desta Recomendação: vide DETERMINAÇÕES 9.3.1.5 e 9.3.2.1 do ACÓRDÃO nº 1221/2014 – TCU – Plenário (Relatório TC 009.763/2013-9)

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 029.120/2010-1	7571/2011 – TCU – 2ª Câmara	9.3.3	RE	Ofício 701/2012 – TCU/Sefti	31/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
Atribua as devidas responsabilidades pela Gestão da Continuidade de Negócios no âmbito do Ministério, a exemplo do que prevê o item 5 da NBR ISO/IEC 15999- 1:2007					
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas					
Está em curso, no Ministério, projeto junto a Rede Nacional de Pesquisa – RNP cujo objetivo é subsidiar o direcionamento estratégico da segurança da informação no MCTI, provendo apoio à implementação de controles que possam atender, principalmente, as recomendações e deliberações apontadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU bem como os apontamentos realizados pela Controladoria Geral da União – CGU. Em que pese o quadro de pessoal reduzido da CGTI dificultar a aquisição de competências necessárias para a gestão da segurança da informação nos níveis de exigência requeridos frente às necessidades operacionais do Ministério a execução do mencionado projeto auxiliará, além da criação e implantação de instrumentos de gestão, na aquisição de competências técnicas específicas, tendo como consequência a elevação da maturidade em análise de riscos e gestão de segurança da informação, necessárias à gestão de continuidade de negócios. Estima-se que esse projeto seja concluído em 2016.					

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 029.120/2010-1	7571/2011 – TCU – 2ª Câmara	9.4.3	DE	Ofício 701/2012 – TCU/Sefti	31/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
No prazo de 90 (noventa) dias, apresente plano de ação para aplicação dos controles sugeridos na execução dos itens 2 e 16 do anexo I do termo de referência do edital do pregão 34/2008, de modo a mitigar riscos em ativos de TI do Ministério.					
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas					
Atualização do status desta Recomendação: vide DETERMINAÇÕES 9.3.1.5 e 9.3.2.1 do ACÓRDÃO nº 1221/2014 – TCU – Plenário (Relatório TC 009.763/2013-9).					

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**

TC 029.120/2010-1	7571/2011 – TCU – 2ª Câmara	9.4.4	DE	Ofício 701/2012 – TCU/Sefti	31/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
Em atendimento ao disposto no art. 5º c/c o art. 3º da Instrução Normativa GSI 1/2008, estabeleça normas definindo os requisitos metodológicos para a implementação da Gestão de Segurança da Informação e Comunicações.					
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas					
Atualização do status desta Determinação: vide as DETERMINAÇÕES 9.3.1.5 e 9.3.2.1 do ACÓRDÃO nº 1221/2014 – TCU – Plenário (Relatório TC 009.763/2013-9).					

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 009.763/2013-9	1.221/2014-TCU	9.3.1.1	DE	Ofício 0566/2014-TCU/Sefti	30/05/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
Institua processo formal de planejamento de TI para assegurar que seu PDTI seja aderente ao modelo de referência do Guia de Elaboração de PDTI, do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – Sisp, especialmente ao contemplar ações explicitamente alinhadas ao seu plano estratégico institucional, nos moldes do que estabelecem a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação – EGTI 2013/2015 e o art. 4º da Instrução Normativa – SLTI/MP 4/2010, observando ainda as práticas contidas no Cobit 4.1, Processo PO1 – Planejamento Estratégico de TI (peça 366, p. 6, parágrafo 22)					
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas					
À época do monitoramento, o MCTI informou ao TCU que o PDTI 2013-2015 fora aprovado pelo Comitê Executivo de Tecnologia da Informação – CETI, porém a análise da equipe de fiscalização foi efetuada com base no PDTI 2011-2012, considerando que o TCU não recebeu a íntegra do novo PDTI 2013-2015, fatos esses que constam na análise do Relatório de Auditoria do Acórdão 1221/2014-Plenário, item A.1.3. Com base nesses fatos, informamos que o PDTI 2013-2015 fora submetido à apreciação do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – Sisp, por meio de abertura de chamado junto a Central de Serviços de Suporte do Sisp (C3S), para validação quanto a sua aderência ao modelo de referência do Guia de Elaboração de PDTI daquele órgão, conforme consta no item "16 Processo de Avaliação e Revisão do PDTI", a saber: "A fim de se obter uma avaliação independente, após cada revisão do PDTI MCTI, o documento será encaminhado à SLTI/MP para avaliação de conformidade com a metodologia proposta pelo Guia de Elaboração de PDTI do SISP." Em resposta ao chamado apresentado ao C3S, o Sisp encaminhou ao Ministério documento intitulado "Análise Preliminar de PDTI", por meio do qual foi apresentada a análise técnica preliminar do PDTI do Ministério realizada pela Coordenação Geral de Gestão e Governança de TI, daquele órgão. Essa análise preliminar baseou-se no Modelo de Referência de PDTI do SISP, integrante do Guia de Elaboração de PDTI do Sisp versão 1.0, 2012. Considerando que o próprio PDTI prevê sua revisão a cada ano, as oportunidades de melhorias destacadas na análise preliminar efetuada pelo Sisp puderam ser avaliadas para incorporação na nova versão do PDTI, juntamente com as alterações oriundas da revisão. O processo de planejamento de TI integra o próprio PDTI desde sua versão de 2010 e está descrito no item "3 Metodologia" do PDTI 2013-2015, o qual está em execução novamente (revisão do PDTI) então, o processo de planejamento de TI está formalizado e prevê a análise de sua aderência ao modelo de referência do Guia de Elaboração de PDTI, por meio de submissão a avaliação do próprio Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp). Vale destacar que o Ministério observa os modelos de referência do PDTI disponibilizados pelo SISP desde a versão de 2011 do seu PDTI. No entanto, sempre destaca em sua apresentação que se baseia "principalmente" nesse modelo, dado que o modelo de referência, hoje chamado de Guia de Elaboração de PDTI do SISP, versão 1.0, (endereço:http://www.sisp.gov.br/guiapdti/wiki/download/file/Guia_de_Elabora%C3%A7%C3%A3o_de_PDTI_v1.0_-_versao_digital_com_capa.pdf Acessado em: 05/02/2016) informa em sua introdução: (...) *Ressalta-se que os conteúdos abordados, bem como as estratégias e táticas sugeridas são referências, ou seja, <u>este documento não estabelece uma metodologia obrigatória de elaboração de PDTI</u> para os órgãos membros do SISP. Dessa*					

forma, os órgãos têm a faculdade de somá-lo a outros modelos de mercado, adaptá-lo às necessidades e ao nível de maturidade de governança de sua instituição, ou ainda, adotar outra metodologia que considerem apropriada para a construção de seus planos.

Deve-se observar ainda que as entradas, saídas e artefatos indicados para os processos são ilustrativos e não representam uma informação exaustiva: fornecem um conhecimento a partir do qual cada organização deve selecionar o que se aplica a sua realidade de maneira eficiente, considerando-se a estratégia, os objetivos e as políticas da organização.(...) (grifo nosso)

[Obs.: essas informações foram mantidas no Guia de PDTI do SISP-versão 2.0]

Apresentados esses fatos, há de se ressaltar que o Ministério não identificou riscos quanto à aprovação do seu PDTI sem a prévia análise de aderência ao modelo de PDTI emitido pela SLTI/MP.

No que diz respeito ao alinhamento com o planejamento estratégico institucional, esclarece-se que o PDTI 2013-2015 foi elaborado com base no levantamento das necessidades corporativas identificadas pelo Grupo de Trabalho instituído pelo CETI e composto por servidores que representam as áreas abrangidas pelo PDTI, bem como, desde 2011, a aprovação da proposta orçamentária de TI da unidade está condicionada ao seu alinhamento com o PDTI, obrigatoriamente, por força da publicação da Portaria SPOA n° 138, de 20 de dezembro de 2011, publicada no DOU n° 244, de 21 de dezembro de 2011 (posteriormente, atualizada por meio da Portaria SPOA nº 3, de 14 de janeiro de 2013, publicada no DOU nº 10, de 15 de janeiro de 2013), que aprova no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação as normas do processo de elaboração do orçamento de Tecnologia da Informação para as unidades da administração direta, autárquica e fundacional e os procedimentos para controle da execução orçamentária das despesas com Tecnologia da Informação pelas unidades da administração direta.

Ainda no que diz respeito ao alinhamento com o planejamento estratégico institucional, em sua análise, o Sisp considerou esse alinhamento parcial, porém, sobre esse ponto, visando nivelar as informações prestadas ao TCU e a CGU sobre o planejamento estratégico do MCTI, abaixo transcrevemos a resposta enviada à CGU (Ofício nº 60/2013-SPOA):

"O Acórdão nº 380/2011 - TCU - Plenário, publicado no DOU de 23 de fevereiro de 2011, em seu item 9.1.1, recomendou ao MCTI que, em atenção ao Decreto-Lei nº 200/1967, arts. 6º, inciso I, e 7º, elaborasse plano estratégico institucional, considerando o previsto no critério de avaliação 2 do Gespública. Para tanto, este MCTI coordenou a elaboração da "Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - ENCTI 2012-2015", aprovada pelo Conselho Nacional de C&T, em dezembro de 2011. Assim, no entendimento desta Pasta, tal documento estabelece as diretrizes que irão orientar as ações nacionais e regionais que serão desenvolvidas sob a coordenação do MCTI no período de 2012 a 2015. Destarte, a ENCTI dá continuidade e aprofundamento o Plano de Ação em C&T 2007 - 2010 (PACTI) e na sua elaboração foram contempladas as recomendações do Livro Azul, que consubstanciou as sugestões de vários atores do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, por ocasião da IV Conferência Nacional de C&T, realizada em 2010, que, por sua vez, foi precedida de conferências regionais e estaduais.

Porém, considerando os reiterados registros da CGU que cobram a elaboração de plano estratégico institucional pelo MCTI, uma vez que não reconhece que a ENCTI atende ao disposto no Acórdão nº 380/2011, este Ministério, em complementação à ENCTI e no escopo da Agenda de Modernização e Melhoria da Gestão Pública, externou, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, por meio do Ofício nº 299/2013-SEXEC, de 3 de julho de 2013, cópia anexa, seu interesse em participar da contratação de serviços relacionados ao planejamento e à gestão estratégica, além da melhoria de processos, por meio de adesões prévias às Intenções de Registro de Preços daquele Ministério.

Cumpre-me ressaltar que as ações efetivas de implantação do Planejamento Institucional demandarão certo tempo, pois irão envolver todas as secretarias e algumas outras unidades. Assim, as atividades que serão realizadas em curto prazo ainda se apresentarão da maneira usual, porém com o compromisso de importantes mudanças ao longo de todo o processo."

Adicionalmente, esclarece-se que, conforme orientação daquele Ministério (Ofício n° 70/ASEGE/GM-MP de 20 de junho de 2013), deflagrou-se o processo de contratação da Etapa 1 dos trabalhos de diagnóstico da Gestão Estratégica, "Análise Ambiental e Formulação da Estratégia". Essa etapa está em fase de conclusão da análise dos resultados obtidos e do Relatório Analítico apresentado. Após a conclusão da análise dos documentos apresentados, as próximas etapas propostas são: Etapa 2 – "Tradução da Estratégia", Etapa 3 – "Alinhamento" e Etapa 4 – "Monitoramento da Gestão Estratégica".

Ainda assim, até a conclusão das atividades em parceria com o MP, que concluirão pela elaboração do Planejamento Estratégico do Ministério como um todo, a orientação estratégica para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação é dada pela Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015 (ENCTI 2012-2015). Este documento orienta as ações empreendidas pelo MCTI bem como sua interface com outros atores, tanto na dimensão estratégica da Política quanto na dimensão de gestão institucional.

No entanto, as ações descritas no PDTI do Ministério continuarão sendo norteadas por meio do levantamento "*in loco*" das necessidades corporativas de cada uma das unidades integrantes da estrutura do Ministério, abrangidas por aquele instrumento, que conta com elementos de um Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação, mas que também se traduz no plano operacional das ações de TI.

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 009.763/2013-9	1.221/2014-TCU	9.3.1.2	DE	Ofício 0566/2014-TCU/Sefti	30/05/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
Institua formalmente procedimento de monitoramento do Comitê Executivo de Tecnologia da Informação – CETI – e do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações – CSIC, em atenção às Portarias MCTI 383/2012 e MCTI 384/2012, de modo a assegurar que esses comitês exerçam de fato suas atribuições (peça 366, p. 8, parágrafo 38)					
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas					
O procedimento de monitoramento será formalizado por meio da inserção de pauta mínima obrigatória quando da convocação da reunião de ambos os Comitês. Na pauta constará a conferência e o acompanhamento das deliberações da reunião anterior, bem como dos prazos, seus responsáveis e pontos de controle, todos adequadamente registrados em ata, sempre que necessário. Como informação complementar, entende-se que a criação de mais um mecanismo formal de monitoramento sobrecarregaria ainda mais as secretarias administrativas dos Comitês, atualmente constituídas de dois servidores, que conduzem, conjuntamente com as atividades de assessoramento ao CETI e CSIC, o assessoramento das atividades da CGTI. Entende-se, também, que o objetivo primário da Egrégia Corte ao consignar o comando é o efetivo cumprimento das competências regimentais dos Comitês e a realização de seu papel no quadro de governança corporativa e de TI do MCTI. Nesse sentido, importa ressaltar que a referida efetividade tem-se materializado a contento da Alta Administração. A título de exemplo, no âmbito do CSIC, que cabe "assessorar na implementação das ações de segurança da informação e comunicações do Ministério", houve a aprovação da Portaria de instituição da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais – ETIR, bem como da Portaria de designação de seus membros; foi também publicado o procedimento para levantamento dos ativos de informação e realizado o levantamento dos ativos de TI da CGTI. Já, no âmbito do CETI, cuja finalidade é "tratar sobre políticas, diretrizes, planejamento e demais ações relativas à Tecnologia da Informação", houve um debate a respeito da nova plataforma de mensageria eletrônica do Ministério, na esteira das ações fomentadas pelo Decreto nº 8.135/13 conjuntamente com a Portaria Interministerial MP/MC/MD nº 141/14. A escolha da nova plataforma de correio eletrônico do MCTI foi fruto deste debate. Destaque-se que, em 2015, foi aprovado, no âmbito do CSIC, projeto junto à Rede Nacional de Pesquisa, cujo objetivo é subsidiar o direcionamento estratégico da segurança da informação no MCTI, provendo apoio à implementação de controles que possam atender, principalmente, as recomendações e deliberações apontadas pelo Tribunal de Contas da União, bem como os apontamentos realizados pela Controladoria-Geral da União e, no âmbito do CETI, foi aprovada a criação de um Grupo de Trabalho que iria auxiliar a Coordenação Geral de Gestão da Tecnologia da Informação na elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI. Busca-se, então, demonstrar por meio da exposição casuística, os impactos e a relevância das decisões dos respectivos Comitês no ambiente corporativo do Ministério.					

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 009.763/2013-9	1.221/2014-TCU	9.3.2.1	DE	Ofício 0566/2014-TCU/Sefti	30/05/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
Implemente processo de gestão de riscos de segurança da informação e comunicações, em atenção ao disposto na Instrução Normativa – GSI/PR 1/2008, art. 5º, VII, com observância das práticas contidas na Norma Complementar 04/IN01/DSIC/GSIPR (peça 366, p. 23, parágrafo 168)					
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas					
Desde 8 de abril de 2014 a Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação vem envidando esforços no sentido de realizar seu inventário de ativos e implementação de um processo de gerenciamento de riscos de segurança da informação, tendo nesta data finalizada a primeira versão do levantamento de ativos sob sua custódia. Ao longo do período decorrido, mudanças na cadeia de comando das secretarias do MCTI impactaram diretamente na consecução do intento. Dada a importância desse tema, frisa-se que foram tomadas iniciativas para mitigar os impactos destas mudanças,					

obtendo-se, ainda que de forma preliminar, uma listagem dos ativos mais críticos que se encontram sobre a custódia da CGTI.

Atualmente, cita-se que está em andamento projeto junto à Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, cujo escopo abrange o desenho e implantação de um processo formal de gestão de riscos de segurança da informação, com base nos resultados preliminares obtidos.

O histórico e as evidências das ações tomadas em relação a esta determinação constam no Ofício nº 507/2015-SEXEC encaminhado em 8 de outubro de 2015 para o Senhor Márcio Rodrigo Braz, Secretário Substituto da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação.

CARACTERIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO TCU					
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 009.763/2013-9	1.221/2014-TCU	9.3.2.2	DE	Ofício 0566/2014-TCU/Sefti	30/05/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					1988
Descrição da Deliberação					
Estabeleça processo de avaliação da gestão de TI, em consonância com o princípio constitucional da eficiência e com a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação – EGTI 2013/2015, à semelhança do Cobit 4.1, itens ME1.4 – Avaliação de desempenho, ME1.5 – Relatórios gerenciais, ME1.6 – Ações corretivas e ME2 – Monitorar e avaliar os controles internos (peça 366, p. 41, parágrafo 340)					
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas					
Considerando que o objetivo decorrente da determinação é a avaliação da qualidade da gestão da TI como um todo, a ser realizada em nível estratégico, a CGTI deu enfoque na estruturação e no planejamento de processos que comporão o processo de avaliação da gestão da TI, a saber: elaboração e formalização (publicação no Boletim de Serviço nº 4, de 27 de fevereiro de 2015) dos Processos de Gestão de Demandas (PGD) e de Gestão de Projetos (PGP), bem como o aprimoramento do Processo de *Software* do MCTI (PS-MCTI), instrumentos que constituem a base de execução do Escritório de Projetos de TI do MCTI (EPTI); instituição de Grupo de Trabalho responsável pela elaboração dos *templates* para os artefatos previstos na IN nº 04/2014 da SLTI/MP, bem como pela proposição de modelos de documentos complementares (listas de verificação, memorandos, ofícios, dentre outros) e de procedimentos concernentes à contratação de Soluções de Tecnologia da Informação à luz da referida IN e das observações registradas pelos órgãos de acompanhamento e controle; início do projeto de implementação do processo de gestão de segurança da informação, cujo objetivo principal será proporcionar um direcionamento estratégico para a segurança da informação de forma a apoiar as estratégias corporativas e tecnológicas do Ministério e a elaboração do Processo de Desenvolvimento de Portais – PDP. É importante ressaltar a elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI – 2016-2019, com vigência de quatro anos, o qual está aderente à Estratégia de Governança Digital do Governo Federal – EGD, que substituiu a EGTI, e cuja elaboração contou com a participação de mais de 30 (trinta) servidores das diversas unidades que integram a Administração Central do MCTI. Esses servidores participaram das Oficinas de Construção do PETI, onde foi possível discutir e elaborar o conteúdo do documento. Essas ações evidenciam que o Ministério, mesmo não contando com um quadro ideal de servidores, vem atuando de forma efetiva na estruturação e no planejamento de processos que subsidiarão o processo de avaliação da gestão da TI.					

9.1.1.3 Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais – ASCOF

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
015.995/2012-7	3440/2013	9.2, 9.3, 9.4, 9.5, 9.6, 9.7 e 9.8	Ofício 0548/2013 - TCU/SecexDesn	16/12/2013
012.779/2014-8	0500/2015	9.1 e 9.2	Aviso 149/2015 SESES TCU Plenário	16/03/2015
015.995/2012-7	0065/2015	9.1 e 9.2	Ofício 0025/2015 TCU/SecexDesn	06/02/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria Executiva/MCTI				

Descrição da determinação/recomendação
Acórdão 3440/2013-Plenário 9.2. determinar ao Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) que, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, publique as políticas e diretrizes para a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), nos termos do art. 5ª, III, da Lei 11.540/2007; 9.3. Determinar ao Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) que, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, desenvolvam e divulguem o modelo de avaliação global do FNDCT, que contemple os métodos, os indicadores e as informações para avaliar os resultados de cada modalidade de investimento dos recursos do fundo, considerando ser medida imprescindível ao pleno cumprimento do art. 9º, IX, da Lei 11.540/2007; 9.4. Determinar à Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que somente envie para execução nas agências de fomento termos de referência de ações transversais que hajam sido aprovados em reuniões do Comitê de Coordenação Executiva do FNDCT, cujos encontros e deliberações hajam sido devidamente registrados, e que estejam em consonância com as políticas e diretrizes do fundo, consoante dispõe o § 1º do art. 14 da Lei 11.540/2007 e o arts. 15 e 17 da IN CDFNDCT 3/2010; 9.5. Determinar à Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, juntamente com os Comitês Gestores dos Fundos Setoriais e a Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais (Ascof), formule e atualize os documentos de diretrizes estratégicas para todos os fundos setoriais, em consonância com as políticas e diretrizes estabelecidas especificamente para o FNDCT, de modo a permitir a realização das avaliações de resultado previstas nos arts. 5º, VII, alínea "a", e VIII, e 9º, V, da Lei 11.540/2007; 9.6. determinar ao Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) que, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, defina as prioridades e as metas a serem alcançadas com os investimentos do FNDCT, a fim de dar maior objetividade às políticas e diretrizes a serem elaboradas com base na determinação objeto do item II acima, contribuir para a focalização de investimentos com recursos e facilitar a realização de avaliações de resultados do FNDCT; 9.7. Determinar ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) que, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, agrupem e organizem, em um de seus endereços na internet ou em portal específico para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), todas as informações disponíveis sobre o fundo, a exemplo de gastos com administração e despesas operacionais, arrecadação dos fundos setoriais, execução orçamentária e financeira, totais investidos por modalidades (reembolsável, não reembolsável e aporte de capital), bolsas e auxílios apoiados, quantidades de projetos contratados por fundo setorial (ações verticais e transversais), por meio de subvenção econômica e por eixos das políticas nacionais de Indústria e de Ciência, Tecnologia e Inovação, relatórios de avaliações já realizadas, entre outras existentes nos sistemas informatizados de órgãos e entidades do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação, e 9.8. Determinar ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência deste acórdão, apresentem, individualmente, plano de ação, contendo o cronograma detalhado de providências a serem adotadas para o cumprimento das determinações e recomendações acima, identificando prazos para etapas intermediárias e respectivos responsáveis. Acórdão 0500/2015-Plenário 9.1. determinar, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, ao Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) que, no prazo de 90 (noventa) dias, inclua - no documento elaborado com base na deliberação constante do item 9.6 do Acórdão 3.440/2013-TCU-Plenário - as modalidades de bolsas de estudo que poderão ser financiadas com recursos do fundo, de forma a permitir clareza e efetividade no custeio de ações de capacitação de recursos humanos que venham a ser financiadas por meio do FNDCT, com base no art. 5º, inciso III, c/c o art. 11 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007; 9.2. determinar, com base no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que, nas futuras propostas orçamentárias da UO 24901, somente sejam incluídas ações para custear despesas vinculadas a contratos de gestão quando estas se referirem a projetos ou programas específicos de desenvolvimento científico e tecnológico, claramente identificados no título da ação respectiva, estiverem previamente aprovadas pelo Conselho Diretor do FNDCT e puderem ser direta e inequivocamente enquadradas nas modalidades de investimento previstas no art. 12 da Lei nº 11.540, de 2007; Acórdão 0065/2015-Plenário 9.1. considerar atendido o item 9.8 do Acórdão 3440/2013 - TCU - Plenário, no que se refere à apresentação do plano de ação para o cumprimento das determinações e recomendações efetuadas pelo Tribunal; 9.2. prorrogar, para até 31 de agosto de 2015, o prazo para o cumprimento das determinações constantes dos itens 9.2, 9.3, 9.5, 9.6 e 9.7 do Acórdão 3440/2013 - TCU - Plenário, em atendimento à solicitação do MCTI e da Finep;

Medidas adotadas

Acórdão 3440/2013-Plenário

Com vistas ao atendimento das determinações do Acórdão 3440/2013-Plenário, um Grupo de Trabalho – GT composto por representantes da Finep, do CNPq e do MCTI foi criado e, desde então, 13 (treze) reuniões foram realizadas, sendo que 10 delas ocorreram no ano de 2014. No decorrer do período foram necessários pedidos de prorrogação de prazo por meio dos ofícios nº 11/2014/SEXEC/MCTI, ofício nº 553/2014/SEXEC-MCTI.

A formação do GT permitiu o atendimento imediato das determinações 9.4 e 9.8 já no início do ano de 2014. Em seguida, o contínuo trabalho do GT possibilitou o atendimento das determinações 9.5 e 9.7 e resultou em propostas de documentos e encaminhamentos das determinações 9.2, 9.3 e 9.6 do Acórdão, restando a apreciação do Conselho Diretor do FNDCT a respeito dos documentos e minutas de resoluções produzidas, fato ocorrido em 27/10/2015 em reunião realizada pelo Conselho Diretor do FNDCT na sede do MCTI. Nessa reunião, houve as seguintes deliberações:

Aprovada a Proposta de Resolução 03 de 2015 que dispõe sobre as Políticas e Diretrizes orientadoras da aplicação dos recursos do FNDCT. (Atendendo determinação 9.2 do Acórdão TCU 3440/2013);

Aprovada a Proposta de Resolução 04 de 2015 que dispõe sobre o Modelo Integrado de Avaliação Global do FNDCT. (Atendendo determinação 9.3 do Acórdão TCU 3440/2013);

Aprovada a Proposta de Resolução 05 de 2015 que estabelece as Prioridades e Metas a serem alcançadas em 2015 com aplicação dos recursos do FNDCT. (Atendendo determinação 9.6 do Acórdão TCU 3440/2013);

Desta forma, todos os itens foram considerados respondidos pela Unidade, conforme correspondência contida nos Ofícios SEXEC-MCTI de número 548 e 553 ainda no exercício de 2014 e de número 483 e 598 de 2015 enviadas ao TCU. Na presente fase, aguarda-se a averiguação do cumprimento das determinações por parte do Tribunal.

Acórdão 0500/2015-Plenário

9.1. Determinaçao atendida ao atender a determinaçao 9.6 do Acordão 3440/2013, conforme dercrito anteriormente.

9.2. Na LOA 2015 do FNDCT, UO 24901, já não estão incluídas ações para custear despesas vinculadas a contratos de gestão. Portanto, considera-se atendida a determinação em comento.

Acórdão 0065/2015-Plenário

O referido acórdão julgou atendido a determinação 9.8 do Acórdão 3440/2015 (Elaboração de plano de ação, contendo o cronograma detalhado de providências a serem adotadas para o cumprimento das determinações e recomendações do Acórdão 3440/2015. Foi também prorrogado o prazo de atendimento dos itens 9.2, 9.3, 9.5, 9.6 e 9.7 do Acórdão 3440/2013 para 31 de Agosto de 2015.

9.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

9.2.1 Secretaria-Executiva – SEXEC/MCTI

Por meio do Sistema Monitor Web a CGU disponibiliza dados sobre a situação das recomendações emitidas para as unidades jurisdicionadas. Durante o período de 01/01/2015 a 31/12/2015, a Secretaria-Executiva registrou dez novas recomendações da Controladoria-Geral da União, sendo todas elas relativas às Organizações Sociais, conforme tabelas a seguir, extraídas diretamente do Sistema Monitor.

Recomendações na Situação Monitorando - Quantidade: 5

Documento	Identificação	Recomendação
OS: 201503413 Constatacao: 18	153490 (24/05/2016)	Que a SEXEC inclua na Portaria MCTI nº 967/2011, a obrigação de, no período compreendido entre o fim de cada exercício financeiro e a Reunião do Conselho de Administração de cada OS que tratará da aprovação das contas da Entidade, a SEXEC, com o auxílio da CGOS, aponte itens específicos (como, por exemplo, despesas, contratos, licitações ou outras sugestões de customização de escopo) aos membros do Poder Público nos Conselhos de Administração das OS, os quais deverão ser objeto de avaliação da auditoria externa sob os aspectos da eficiência na gestão dos recursos públicos, especificamente quanto à economicidade, à necessidade das contratações e à vinculação das contratações aos objetivos dos CG
OS: 201503413 Constatacao: 18	153492 (19/03/2016)	Que a SEXEC, em conjunto com os membros das Comissões de Avaliação de cada CG e a CGU, apresente o Manual de Orientação aos membros dos Conselhos de Administração das Organizações Sociais
OS: 201503413 Constatacao: 20	153497 (19/03/2016)	Que a SEXEC, em caráter complementar, também divulgue estas informações no sítio eletrônico do MCTI, de forma centralizada e de fácil acesso à sociedade.
OS: 201503413 Constatacao: 20	153498 (19/03/2016)	Que a SEXEC publique no sítio eletrônico do MCTI, em local

		centralizado e de fácil acesso à sociedade, todos os Relatórios das CAs.
OS: 201503413 Constatacao: 20	153500 (20/04/2016)	Que a SEXEC, com base na opinião exarada no Parecer nº 05/2015/DECOR/CGU/AGU e no atendimento aos princípios do controle social (Lei nº 9.637/98), da razoabilidade (Lei nº 9.784/99), da moralidade (CF/88), da impessoalidade (CF/88), da importância da transparência como elemento intrínseco da boa governança (Referencial Básico de Governança do TCU), inclua em todos os Contratos de Gestão e respectivos Termos Aditivos firmados no âmbito do MCTI cláusula expressa que obrigue as Organizações Sociais a dar publicidade aos gastos realizados com recursos dos CGs, publicando-se, no sítio de cada OS, no mínimo, os seguintes itens: a. o Contrato de Gestão e seus aditivos; b. os Relatórios semestral e anual da Comissão de Avaliação e respectivas medidas adotadas em relação às Recomendações emanadas pela Comissão; c. o seu regulamento de contratação de bens serviços, bem como outros regulamentos que discorrem sobre atos que podem gerar despesa, como, por exemplo, o regulamento que trata da concessão de diárias e passagens; d. todos os termos de referência, projetos básicos, pré-projetos ou instrumentos similares que serviram como pressupostos de fato às contratações; e. todos os contratos que tenha assinado; f. seus registros contábeis, balanços e balancetes e demais demonstrativos contábeis, mensais e anuais; g. os relatórios mensais e anuais de suas ações e atividades decorrentes das obrigações do CG; h. as atas de suas reuniões, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, e de qualquer outro órgão da OS,

		colegiado ou não, que tenha poderes decisórios relacionados às obrigações do CG; i. o regulamento de contratação de pessoal; j. o chamamento público, com critérios técnicos e objetivos, para recrutamento e seleção de seus empregados; k. o resultado dos processos seletivos, no qual contenha, explicita e objetivamente, os pressupostos de fato e de direito que fundamentaram a contratação; l. a relação mensal dos servidores públicos federais, estaduais ou municipais cedidos; m. a relação mensal dos servidores públicos federais, estaduais ou municipais que inicialmente estavam cedidos e retornaram aos seus cargos de origem; n. a relação mensal e anual de todos os funcionários que compõem a força de trabalho da OS, independentemente do regime jurídico do contrato de trabalho e do fato de ser temporário ou permanente, contendo no mínimo, nome completo, CPF, cargo e data de início no cargo; o. a relação mensal e anual analítica de todos aqueles que foram beneficiados por diárias e passagens pagos com recursos do CG, , contendo, no mínimo, nome completo, CPF, cargo, data de início da viagem, data final da viagem, motivação, vinculação com o contrato de gestão, valor total das diárias, valor total das passagens e outros valores pagos em decorrência da viagem; p. a relação mensal analítica de todos os pagamentos realizados com recursos do CG, contendo, no mínimo, CPF/CNPJ do beneficiário do pagamento, Nome/Razão Social, data do pagamento, valor, descrição do pagamento, vinculação com o contrato de gestão; q. os pareceres técnicos e jurídicos sobre qualquer assunto, ação ou atividade que tenham sido emitidos e que afetam,

		direta ou indiretamente, a gestão dos recursos públicos aportados via CG.

Recomendações na Situação Atendida - Quantidade: 4

Documento	Identificação	Recomendação
OS: 201503413 Constatacao: 18	153488	Que a SEXEC inclua na Portaria MCTI nº 967/2011, como requisito para aprovação das metas e obrigações do Contrato de Gestão, que se avalie a gestão das Organizações Sociais sob aspectos de economicidade, de necessidade das contratações e da vinculação das contratações aos objetivos dos CG
OS: 201503413 Constatacao: 18	153491	Que a SEXEC atualize a Portaria MCTI nº 967/2011 prevendo a obrigatoriedade de a OS observar a rotatividade na contratação das empresas de auditoria externa, nos moldes da IN CVM nº 308/1999
OS: 201503413 Constatacao: 19	153496	Que a SEXEC inclua na Portaria MCTI nº 967/2011 a proibição da indicação de membro a compor Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão quando este indicado possuir vínculo trabalhista ou funcional nos últimos dois anos com a respectiva OS a ser avaliada.
OS: 201503413 Constatacao: 20	153499	Que a SEXEC, com base na opinião exarada no Parecer nº 05/2015/DECOR/CGU/AGU e no atendimento aos princípios do controle social (Lei nº 9.637/98), da razoabilidade (Lei nº 9.784/99), da moralidade (CF/88), da impessoalidade (CF/88), da importância da transparência como elemento intrínseco da boa governança (Referencial Básico de Governança do TCU), inclua em todos os Contratos de Gestão e respectivos Termos Aditivos firmados no âmbito do MCTI cláusula expressa que obrigue as Organizações Sociais a dar publicidade aos produtos desenvolvidos com recursos dos CGs.

Recomendações na Situação Cancelada - Quantidade: 1

Documento	Identificação	Recomendação
OS: 201503413 Constatacao: 22	153501	Que a SEXEC apresente à CGU, no prazo de trinta dias, um Plano de Ação que ficará sob responsabilidade da SEXEC, o qual será monitorado trimestralmente, que contenha no mínimo os seguintes elementos: as etapas necessárias para o atendimento da recomendação, os artefatos que serão produzidos pelo MCTI que darão atendimento às Recomendações, a(s) pessoa(s) responsável(is) pela execução de tais etapas e artefatos e o prazo para execução de cada uma delas.

Verifica-se que dentre as dez, quatro já foram consideradas atendidas e uma consta como cancelada. Em relação às cinco que estão em monitoramento, todas estão dentro do prazo para manifestação.

Destaca-se a publicação da Portaria MCTI nº 1.123, de 11.12.2015, que além de demonstrar a preocupação do MCTI em relação ao recurso público que adentra às organizações sociais, via contrato de gestão, atendeu a várias recomendações da CGU e, em acréscimo, ao Acórdão TCU nº 2.274/2013-2ª Câmara.

O quadro abaixo demonstra quantitativos baseados em dados coletados do Sistema Monitor da CGU e, posteriormente, foi realizada pesquisa por unidade jurisdicionada em 23.02.2016. Em relação ao primeiro quadrimestre de 2015 houve uma redução quantitativa de 74 recomendações que equivalem a 53,24%. Em relação a dezembro de 2015, houve uma redução de 53 recomendações que equivalem a 55,08%.

SECRETARIA EXECUTIVA – MCTI					
UG	**UNIDADE**	**QTD DE RECOMENDAÇÕES ATIVAS**			
		JAN/ABR-2015	**MAI/AGO-2015**	**SET/DEZ-2015**	**23FEV2016**
240112	SEXEC	25	20	28	20
240113	SCUP	21	20	24	8
240225	SPOA	4	4	4	1
240101	CGRL	48	52	47	21
240133	CGRH	1	1	1	1

240219	CGTI	40	14	14	14
240237	CGGI	0	0	0	0
240102	CGOF	0	0	0	0
TOTAL SEXEC		**139**	**111**	**118**	**65**

Por fim, cabe ressaltar que atualmente a Secretaria-Executiva do Ministério da Ciência e Tecnologia conta com dois servidores que cuidam exclusivamente de demandas de órgãos de controle. Para melhor monitoramento de prazos e ações a serem implementadas foi instituído um Sistema de Cadastro e Acompanhamento das Demandas de Órgão de Controle. Esse Sistema permite que os prazos sejam monitorados e que haja um melhor controle do histórico das demandas.

9.2.1.1 Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP

Recomendações na Situação Atendida - Quantidade: 32

Documento	Identificação	Recomendação
OS: 201108876 Constatação: 21	34337	Que a SCUP/MCT só receba as Prestações de Contas das Organizações Sociais com as Atas de seus respectivos Conselhos de Administração assinadas por todos representantes legalmente constituídos, que tenham estado presentes às respectivas reuniões dos conselhos.
OS: 201108876 Constatação: 22	34338	Que a SCUP/MCT identifique e obtenha junto as unidades demandantes das metas/subações supracitadas dos produtos recebidos com pronunciamento quanto a adequação desses produtos.
OS: 201203584 Constatação: 12	47612	Que a SCUP avalie a conveniência e oportunidade de adotar indicadores institucionais para aferição de sua gestão; que permitam mensurar adequadamente a eficiência, a eficácia e a efetividade de sua atuação, contendo a descrição, o tipo, a fórmula de cálculo e o método de medição de cada indicador.
OS: 201203584 Constatação: 22	47615	Que a SCUP reveja sua posição e estabeleça procedimentos de análise técnica para verificar a razoabilidade e a necessidade de cada subação a ser pactuada em todos os termos aditivos aos Contratos de Gestão e que defina os responsáveis pela execução dessas análises.
OS: 201203584 Constatação: 25	72243	Que a SCUP defina modelo de declaração que comprove o recebimento e a qualidade dos produtos recebidos e que defina, em normativo, os responsáveis por essa declaração.
OS: 201203584 Constatação: 38	72403	Que a SCUP atue junto à FINEP e à SEXEC/MCTI visando a regularização da alocação dos recursos indevidamente aportados da Subação Apoio à Consolidação do Planejamento Estratégico da FINEP, com o estabelecimento de objetivos e prazos.

OS: 237557 Constatação: 2	85475	Que a ABTLuS se abstenha de promover alterações contratuais com fulcro no artigo 65 da Lei 8.666/93 para acrescer obras, serviços ou compras não contemplados no objeto inicialmente contratado.
OS: 237557 Constatação: 3	85476	A ABTLuS deve providenciar doravante, quando da realização de aditamentos contratuais que importem aumento de quantitativos de serviços ou inclusão de serviços inicialmente não previstos, que os mesmos somente sejam executados após a formalização do termo aditivo, tendo em vista o disposto no art. 60, parágrafo único, da Lei 8.666/93.
OS: 237557 Constatação: 4	85477	Que a ABTLuS proceda de modo a garantir que não sejam executados pela contratada serviços não previstos no contrato.
OS: 237557 Constatação: 4	85478	Que a ABTLuS realize processo de contratação conforme as atividades a serem contratadas, observando a modalidade de licitação cabível em cada situação.
OS: 237557 Constatação: 5	85479	Faça constar dos termos aditivos aos contratos os anexos devidamente identificados e assinados pelas partes contratantes, de modo que fiquem demonstradas e quantificadas as alterações que deram causa aos aditamentos.
OS: 237557 Constatação: 7	85480	Que a ABTLUs evite efetuar pagamentos antecipados, buscando atender a legislação vigente.
OS: 237557 Constatação: 8	85481	Que os responsáveis pelos julgamentos dos processos licitatórios da entidade atentem para o fiel cumprimento das normas editalícias.
OS: 237557 Constatação: 9	85482	Que constem dos processos licitatórios as justificas técnicas para a indicação de marcas e que, quando tal indicação seja expressamente indicativa da qualidade do material a ser adquirido, que a descrição do item seja acrescida de expressões como: ou similar, ou equivalente, ou de melhor qualidade.

OS: 237557 Constatação: 11	85483	Que a ABTLuS cumpra o disposto nas Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/05 em seus procedimentos de compras, obras e serviços.
OS: 237557 Constatação: 13	85484	Que a entidade abstenha-se de formalizar contratos com cláusulas que prevejam pagamento antecipado à contratada, excetuando-se casos em que comprovadamente tal condição se faça necessária e desde que sejam atendidas as condições previstas pelo TCU para aceitação de tais pagamentos.
OS: 237557 Constatação: 15	85485	Que a entidade aprimore a elaboração dos procedimentos necessários à formalização dos processos licitatórios consoante as exigências da Lei 8.666/93.
OS: 237557 Constatação: 16	85486	Que a entidade abstenha-se de contratar serviços sem a promoção do devido certame licitatório conforme preconiza o artigo 2º da Lei 8.666/93.
OS: 237557 Constatação: 16	85487	Que doravante os contratos firmados pela entidade contenham cláusulas que estabeleçam critérios de reajustamento contratual, conforme disposto nos artigos 40 e 55 da Lei de Licitações.
OS: 237557 Constatação: 19	85644	Que a ABTLuS instrua os processos de contratação com parecer técnico ou jurídico sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade.
OS: 237557 Constatação: 19	85645	Que a ABTLuS se abstenha de celebrar contratos contendo cláusula de prorrogação automática de sua vigência e somente realize as prorrogações contratuais que se façam necessárias e após justificativa por escrito para o não cumprimento dos prazos pactuados e autorização da autoridade competente para celebrar o contrato.
OS: 237557 Constatação: 19	85646	Que a ABTLuS se abstenha de elebrar contratos contendo cláusula com previsão de aditamento do valor contratual acima do limite máximo permitido de 25% sobre o valor do contrato original.

OS: 237557 Constatação: 20	85647	Que a ABTLuS se abstenha de celebrar contratos que não permitam a definição de seus prazos de execução e dos valores exatos a serem despendidos.
OS: 237557 Constatação: 20	85648	Que a ABTLuS realize processos de contratação conforme as atividades a serem contratadas, observando a modalidade de licitação cabível em cada situação.
OS: 237557 Constatação: 22	85649	Que a ABTLuS se abstenha de iniciar obras sem a devida regularização perante os órgãos competentes.
OS: 237557 Constatação: 22	85650	Que a ABTLuS providencie a regularização das obras referentes ao CTBE.
OS: 237557 Constatação: 23	85651	Que somente sejam realizadas contratações por inexigibilidade de licitação com base no inciso II do art. 25 da Lei 8.666/93 quando preenchidos os três requisitos legais para tanto, quais sejam: - enquadramento dos serviços no rol exaustivo do art. 13 da Lei 8.666/93 (serviço especializado); - qualificações pessoais do profissional (notória especialização); - singularidade do serviço a ser contratado.
OS: 237557 Constatação: 24	85652	Que nos próximos contratos os produtos previstos no cronograma de execução das etapas tenham prazos de início, de conclusão, de entrega, conforme o definido no Inciso IV, Art. 55 da Lei n.º 8.666/93, atrelando os pagamentos a aceitação do produto contratado.
OS: 237557 Constatação: 24	85653	Que a ABTLuS se pronuncie quanto as atividades não previstas no Termo de Referência ao Contrato, descritas nos Relatórios de Atividade, informado as medidas adotadas pela instituição.
OS: 237557 Constatação: 25	85654	Elaborar o demonstrativo específico, contabilizando as receitas e despesas do Contrato de Gestão que deverá se apresentado na próxima prestação de contas conforme previsto na letra "f", inciso I, art.2º da Lei n.º 9.637/98 e Cláusula 8ª - Da Prestação de Contas, do Contrato de Gestão.

OS: 245318 Constatação: 9	87343	Que a SCUP/SE/MCT faça constar, dos relatórios pertinentes à execução dos contratos de gestão encaminhados pelas organizações sociais, tópico específico contendo a demonstração da utilização dos recursos da reserva técnica, manifestando-se conclusivamente quanto ao uso desses recursos.
OS: 245318 Constatação: 11	87348	Que a SCUP/MCT só receba as Prestações de Contas das Organizações Sociais com as Atas de seus respectivos Conselho de Administração assinadas por todos representantes legalmente constituído.

Total de Recomendações: 32

Recomendações na Situação Monitorando - Quantidade: 8

Documento	Identificação	Recomendação
OS: 201108876 Constatação: 16	34330 (15/12/2016)	Rever a sistemática de avaliação do Contrato de Gestão do CGEE, de forma que sejam contempladas na análise qualitativa as ações/subações concluídas no exercício fiscalizado.
OS: 201203584 Constatação: 20	47614 (20/04/2016)	Que a SCUP estabeleça procedimentos, normatizando-os, se necessário, com a finalidade de possibilitar: a mensuração, a detecção, a prevenção e a avaliação de riscos que possam afetar o atingimento dos seus objetivos e metas.
OS: 201203584 Constatação: 25	72242 (16/12/2016)	Que a SEXEC, como condicionante da renovação do terceiro ciclo do Contrato de Gestão do CGEE, implemente os controles internos relativos às atividades de solicitação e homologação de produtos demandados ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE nos moldes da minuta da Portaria que está em edição pelo MCTI.
OS: 201203584 Constatação: 43	72404 (23/01/2016)	Definir os responsáveis para realizar análises técnicas e financeiras das subações propostas e aprimorar os

		mecanismos e ferramentas utilizados para essa análise técnica.
OS: 201503413 Constatacao: 18	153489 (13/06/2016)	Que a SCUP elabore um Manual de Orientação aos membros dos Conselhos de Administração das Organizações Sociais, nos moldes, por exemplo, do Manual de Orientação do Conselheiro de Administração Representante da Eletrobrás e que agregue em seu maior espectro possível as Recomendações constantes no Caderno de Boas Práticas para Reuniões do Conselho de Administração publicado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
OS: 201503413 Constatacao: 18	153493 (01/10/2016)	Que a SCUP atualize o modelo de Nota Técnica constante no art. 36 da Portaria MCTI nº 967/2011, incluindo item específico que faça análise da extensão e da profundidade dos trabalhos da auditoria externa, nos termos da Recomendação 1
OS: 201503413 Constatacao: 18	153494 (01/10/2016)	Que a SCUP atualize o modelo de Nota Técnica constante no art. 36 da Portaria MCTI nº 967/2011, incluindo item específico que analise a observação contida na Recomendação 5
OS: 201503413 Constatacao: 19	153495 (06/03/2016)	Que a CGOS verifique se os atuais membros das Comissões de Avaliação os quais foram indicados nos últimos dois anos possuíram vínculo trabalhista ou funcional com a respectiva OS a ser avaliada.

Total de Recomendações: 8

Recomendações na Situação Cancelada - Quantidade: 9

Documento	Identificação	Recomendação

OS: 201108876 Constatação: 19	34335	Que a SCUP/MCT adote providências visando a realização da análise financeira da execução dos recursos dos contratos de gestão.
OS: 201203584 Constatação: 23	47616	Que a SCUP formalize rotina e defina as respectivas responsabilidades com a finalidade de acompanhar os prazos de atendimento às determinações e recomendações dos órgãos de controle.
OS: 201203584 Constatação: 26	47617	Definir competências, responsabilidades e prazos para cada etapa relacionada ao acompanhamento dos Contratos de Gestão firmado com as Organizações Sociais.
OS: 201203584 Constatação: 20	72239	Que a SCUP normatize procedimentos de controle interno, com a previsão de ferramentas para informação, comunicação e monitoramento dos controles institucionalizados pela Subsecretaria.
OS: 201203584 Constatação: 51	72406	Que a SCUP busque o ateste, junto aos órgãos e unidades demandantes das 26 novas subações pactuadas no 3º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão do CGEE, declaração de que os produtos foram recebidos e em condição de qualidade satisfatória.
OS: 224621 Constatação: 12	75895	Que o Órgão Supervisor demonstre, por meio de análise técnica, a vinculação de cada meta e ação pactuadas nos 11º, 12º, 13º e 14º termos aditivos aos objetivos do Contrato de Gestão firmado com o CGEE, previstos na cláusula segunda do mencionado Contrato.
OS: 245318 Constatação: 10	87347	Que a SCUP/MCT adote providências visando a realização da análise financeira da execução dos recursos do contrato de gestão conforme o disposto no Acórdão 2080/2008 - 2ª Câmara e na Lei 9.637/98.

OS: 245381 Constatação: 8	87455	Não será emitida em função de se estar aguardando pronunciamento do Tribunal de Contas da União - TCU em função do Pedido de Reconsideração à Decisão nº 4374/2009 - 1ª Câmara, solicitado pelo Subsecretário-Executivo substituto do Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT, por intermédio do Ofício n.º 372/2009, de 25/09/2009.
OS: 201405618 Constatacao: 1	128716	Que a SCUP inclua, caso já não exista, nos Contratos de Gestão firmados no âmbito do MCTI a previsão de indicadores de qualidade na sistemática de avaliação de desempenho, conforme prescrito pelo art. 7º, I da Lei nº 9.637/1998 e pelo art. 28 da Portaria MCTI nº 967/2011.

Total de Recomendações: 9

9.2.1.2 Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA

Durante o período de 31/12/2014 a 31/12/2015, o Ministério registrou seis novas recomendações da Controladoria-Geral, sendo quatro delas referentes ao Termo de Parceria estabelecido com o Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingó e outras duas foram canceladas pela própria CGU, conforme tabelas a seguir, extraídas diretamente do Sistema Monitor.

Recomendações na Situação Monitorando - Quantidade: 4

Documento	Identificação	Recomendação
OS: 217840 Constatação: 4	104302 (20/05/2016)	O Ministério de Ciência e Tecnologia deverá notificar o convenente com vistas a providenciar a adoção de medidas efetivas para o imediato funcionamento dos bens, estabelecendo uma data limite, sob pena de solicitar a devolução dos bens ao concedente.
OS: 217840 Constatação: 5	104303 (20/05/2016)	O Ministério de Ciência e Tecnologia deverá exigir do convenente a apresentação/localização do bem, sob pena de glosar tais valores.
OS: 217840 Constatação: 6	104304 (20/05/2016)	O Ministério de Ciência e Tecnologia deverá notificar o convenente, solicitando a apresentação dos comprovantes ou devolução dos recursos.
OS: 217840 Constatação: 7	104305 (20/05/2016)	O Ministério de Ciência e Tecnologia deverá notificar o convenente, solicitando a apresentação do processo do convênio, contendo todas as informações e documentos relacionados à execução da avença, ou devolução dos recursos.

Recomendações na Situação Cancelada - Quantidade: 2

Documento	Identificação	Recomendação
OS: 187337 Constatação: 2	52792	Adequação de instalações sanitárias, e desvinculação política do centro.
OS: 187340 Constatação: 2	52793	Empenho do gestor quanto a inclusão orçamentária e financeira para efetuar as adaptações necessárias. Maior divulgação do Centro para a comunidade.

Total de Recomendações: 6

Posição do Sistema Monitor em 19/02/2016 às 10:27h.

O termo de parceria com Instituto Xingó objetiva *"Apoiar e desenvolver Arranjos Produtivos Locais – APL, no semiárido nordestino, visando à difusão de tecnologia por meio da instalação de centros tecnológicos temáticos e capacitação técnica, proporcionando a melhoria da qualidade e crescimento gradativo da produção existente, melhorando a renda dos habitantes da região"*.

Esse termo compõe-se de dois processos: (i) Processo 01200.002867/2005-29, o qual foi aprovado parcialmente, com saldo para ressarcimento, e (ii) Processo 01200.005018/2006-16, Termo de Parceria n° 013/2006, que foi aprovado integralmente.

Ainda sobre o saldo remanescente, o devedor responsável solicitou o parcelamento do débito com União, o qual foi aceito por este Ministério, conforme o Termo de Parcelamento nº 002/2015. O saldo total devido, no valor de R$ 47.342,36 (quarenta e sete mil, trezentos e quarenta e dois reais e trinta e seis centavos), foi parcelado em 36 parcelas mensais e sucessivas, com valores nominais de R$ 1.315,06 (mil trezentos e quinze reais e seis centavos). Devido ao parcelamento, a situação do convênio no SIAFI encontra-se como Inadimplência Suspensa.

Por fim, o MCTI solicitou baixa das recomendações referentes ao Termo de Parceria, tendo em vista o encerramento do convênio e a devolução do valor aos cofres públicos de maneira parcelada. Dessa maneira, o Ministério aguarda a análise da CGU para que sejam consideradas como atendidas.

Há, ainda, algumas recomendações da CGU feitas às coordenações-gerais de tecnologia da informação e de recursos humanos, conforme apresentadas a seguir.

a) Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação – CGTI

O quadro abaixo demonstra de forma resumida o atual estado de todas as recomendações da CGU de responsabilidade da CGTI.

ID. RG. CGU	Total de Recomendaçõe s	Atendidas	Monitorando	Canceladas	Percentual de Atendidas
201306007	38	26	12	0	68,42
201405617	2	0	2	0	0
Total	40	26	14	0	65

Acompanhamento das Deliberações

As recomendações expedidas pela CGU, sob a responsabilidade da CGTI, são acompanhadas por meio de planilha e apresentadas, periodicamente, ao Comitê Executivo de Tecnologia da Informação – CETI, em sua totalidade, e ao Comitê de Segurança da Informação e Comunicações – CSIC, somente aquelas referentes à segurança da informação.

Adicionalmente, a partir do final de 2015, a CGTI começou a utilizar também o Sistema Monitor, disponibilizado por aquela Controladoria-Geral, o qual deverá ser utilizado para inserção e atualização das recomendações CGU. Esse sistema será utilizado tanto pela CGU quanto pela CGTI para o monitoramento das deliberações.

b) Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH

Foram formalizadas duas recomendações da CGU ao MCTI, sob responsabilidade da CGRH/SPOA, as quais tiveram providências adotadas conforme quadros a seguir.

Recomendações Expedidas pela CGU	
Comunicação Expedida	Ofício nº 21495/DPPCE/DP/SFC/CGU-PR, de 15/09/15
Descrição da Recomendação	
Ofício 21495: "3. Os atos listados no anexo II estão sendo devolvidos para que sejam sanadas as inconsistências apontadas no preenchimento do Sisac, ou conforme o caso, proceder às alterações no SIAPE, devendo a unidade encaminhar a esta CGU, os processos referente aos atos diligenciados, em caráter excepcional, no prazo de 30 dias a contar da data do recebimento deste ofício, para conclusão da análise e a remessa dos dados ao TCU." Prazo de resposta da diligência prorrogado pelo Ofício nº 28482/ DPPCE/DP/SFC/CGU-PR, de 09/12/15: "concedo o prazo, improrrogável, até o dia 18/12/2015, para que sejam atendidas e sanadas as impropriedades/irregularidades apontadas."	
Providências Adotadas	
Síntese da Providência Adotada	
Resposta pelo Oficio nº 553/2015-CGRH, de 18 de dezembro de 2015: "2...foram sanadas as inconsistências dos atos listados no anexo II do Ofício... 3. Por oportuno, informo ainda que os esclarecimentos sobre as impropriedades apontadas de cada servidor encontram-se em anexo, bem como, quando devido, foram informados no campo esclarecimentos do gestor de pessoal no ato encaminhamento eletronicamente."	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Correção dos atos registrados no SISAC.	

Recomendações Expedidas pela CGU	
Comunicação Expedida	Ofício nº 24368/2015 /DICIT/DI/SFC/CGU-PR, de 20 de outubro de 2015
Descrição da Recomendação	
"1. Informo que a partir de pesquisas realizadas nos sistemas corporativos da Controladoria-Geral da União – CGU foram identificados vínculos entre pessoas jurídicas e servidores das Unidades do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, cujos resultados estão consolidados no Anexo I a este expediente, que evidencia a necessidade de verificação dos registros de pessoal e a situação dos vínculos citados no documento. 2. É do entendimento da CGU que os servidores públicos não podem figurar como representantes de empresas. Quanto à possibilidade de os servidores públicos desempenharem papel de contadores, entende-se que há ressalvas conforme detalhado no Anexo II. 3. Solicito que as unidades do MCTI sejam alertadas da necessidade de implantação de mecanismos de verificação, por parte dos respectivos departamentos de Recursos Humanos, e de identificação das ocorrências de vínculos entre pessoas jurídicas e servidores de todas as Unidades do MCTI, inclusive as supervisionadas pelo Ministério. 4. A CGU irá monitorar as medidas corretivas e preventivas adotadas pelas Unidades, razão pela qual solicito que os desdobramentos decorrentes da atuação do MCTI e de suas unidades vinculadas nos sema comunicados."	
Providências Adotadas	
Síntese da Providência Adotada	
Cópias do Ofício nº 24368, da CGU foram enviadas a todas as Unidades vinculadas ao MCTI (AEB, CBPF, CETEM, CNEN, CNPq, CTI, IBICT, INPA, INPE, INSA, INT, LNA, LNCC, MAST, MPEG e ON) por meio dos Memos nº 581 a 596/2015-CGRH, de 13/11/2015 com as solicitações pertinentes e prazo de resposta até o dia 31 de janeiro de 2016. Na mesma data foram enviados Ofícios aos senhores Renato José de Souza, Jorge Luiz de Carvalho Lescura e Flávio Gay da Cunha, apontados no citado Ofício como tendo seus CPFs ligados a empresas particulares, solicitando esclarecimentos para serem enviados à CGU. O Ofício do Senhor Renato José de Souza foi reiterado uma vez que não foi recebida resposta daquele.	
Síntese dos Resultados Obtidos	

Todos os resultados serão enviados à CGU.

Recomendações da CGU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

O ano de 2015 iniciou com 17 recomendações pendentes de anos anteriores, sendo duas delas ainda sobre o Termo de Parceria com Instituto Xingó.

Ao longo do ano, mais quatro novas recomendações do referido Instituto foram apresentadas ao MCTI. Do total de 21 recomendações pendentes ao final do exercício, seis são relativas ao Xingó, sendo que o Ministério já solicitou baixa dessas recomendações, por se tratar de um convênio encerrado e com o processo de devolução de recursos em andamento.

Assim, ressalta-se que o Ministério tratou todas as recomendações apontadas pela CGU na busca da solução para as pendências, destacando que durante todo o processo foram priorizadas as análises daquelas que envolviam recursos de maiores vultos. Além disso, cumpre esclarecer que, ainda que constassem recomendações pendentes de atendimento ao final do exercício, todas estavam dentro do prazo para adoção das providências cabíveis, sendo que sete delas já se encontravam em fase de análise pela CGU.

9.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

9.3.1 Tomada de Contas Especial – TCE

Quadro – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao erário - Tomada de Contas Especial (TCE)

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R$ 75.000		
	2			1				12

Dos nove Processos de Tomada de Contas Especial – TCE instaurados em 2015 e enviados à Controladoria-Geral da União, 5 foram auditados, receberam o pronunciamento ministerial e foram encaminhados ao Tribunal de Contas da União para julgamento. O mesmo ocorreu com 1 processo de 2011 e 6 processos de 2014, que receberam o pronunciamento ministerial e foram encaminhados ao TCU em 2015, totalizando 12 processos encaminhados ao TCU em 2015.

No exercício de 2015, foram registrados onze processos de dano ao erário. Dois, com valores abaixo de R$ 75.000,00, foram registrados em Diversos Responsáveis pela Setorial de Contabilidade e, no CADIN, pelo Ordenador de Despesas da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos. Nove tiveram os relatórios de Tomada de Contas Especiais emitidos, registrados em Diversos Responsáveis pela Setorial de Contabilidade, autuados e encaminhados à CGU pela SPOA. Desses nove, cinco foram auditados pela CGU, receberam o Pronunciamento Ministerial e foram encaminhados para julgamento do TCU, ainda em 2015. Por fim, no decorrer de 2015, um processo instaurado em 2011 e seis instaurados em 2014, também auditados pela CGU, receberam o Pronunciamento Ministerial e foram devidamente encaminhados para julgamento do Tribunal de Contas da União.

A seguir está apresentado o detalhamento dos processos de Tomada de Contas Especiais.

a) Processos com débito inferior a R$ 75.000,00, sem instauração de Tomada de Contas Especial – TCE:

- *Centro Ativo de Programas Sociais - SEMEAR*

  Responsável: Celia Maria da Cunha Souza Ribeiro

  CPF nº 954.018.657-91

  Responsável: Centro Ativo de Programas Sociais

  CNPJ nº 03.638.124/0001-95

  Processo nº 01200.001963/2007-11

  Convênio nº 01.0058.00/2007 – SIAFI nº 625706

  Motivo: Não aprovação da prestação de contas

  Obs.: A prestação de contas foi apresentada em juízo e aprovada pela Divisão de Convênios em outubro de 2015, porém não solicitaram a baixa contábil dos responsáveis e nem efetuaram a baixa no CADIN, ou seja, as baixas só serão realizadas em 2016.

- *Município de Riacho das Almas/PE*
  Responsável: Mario Mota Limeira Filho
  CPF nº 397.091.324-15
  Responsável: Dioclécio Rosendo de Lima
  CPF nº 019.228.314-68
  Processo nº 01200.007172/2007-03
  Convênio nº 01.0142.00/2007 – SIAFI nº 627574
  Motivo: Aprovação parcial da prestação de contas

b) Processos instaurados com Tomada de Contas Especial – TCE:

- *Relatório TCE nº 1/2015 – Município de Boa Vista/RR*
  Responsável: Iradilson Sampaio de Souza
  CPF nº 052.605.312-72
  Processo nº 01200.004218/2009-96
  Convênio nº 01.0194.00/2009 - SICONV nº 724664
  Processo TCE nº 01200.000806/2015-07
  Motivo: Inexecução total do objeto

- *Relatório TCE nº 2/2015 – Município de Petrolina/PE*
  Responsável: Fernando Bezerra de Souza Coelho
  CPF nº 010.778.878-09
  Responsável: Odacy Amorim de Souza
  CPF nº 774.793.514-53
  Processo nº 01200.006645/2005-85
  Convênio nº 01.249.00/2005 – SIAFI nº 537203
  Processo TCE nº 01200.000882/2015-12
  Motivo: Aprovação parcial da prestação de contas

- *Relatório TCE nº 3/2015 – Academia de Educação para o Desenvolvimento - AEDES*
  Responsável: Alexandre Henrique de Lemos Marinho
  CPF nº 440.112.884-20
  Responsável: Academia de Educação para o Desenvolvimento
  CNPJ nº 10.278.089/0001-06
  Processo nº 01200.004004/2009-10
  Convênio nº 01.0078.00/2009 - SICONV nº 713307
  Processo TCE nº 01200.001620/2015-67
  Motivo: Omissão no dever de prestar contas

- *Relatório TCE nº 4/2015 – Município de Boa Vista/RR*
  Responsável: Iradilson Sampaio de Souza
  CPF nº 052.605.312-72
  Processo nº 01200.004007/2009-53

Convênio nº 01.0067.00/2009 - SICONV nº 708732
Processo TCE nº 01200.002011/2015-25
Motivo: Inexecução total do objeto

- *Relatório TCE nº 5/2015 – Município de Sant'ana do Livramento/RS*
  Responsável: Município de Sant'ana do Livramento
  CNPJ nº 88.124.961/0001-59
  Processo nº 01200.002885/2005-19
  Convênio nº 01.0071.00/2005 – SIAFI nº 538074
  Processo TCE nº 01200.002366/2015-14
  Motivo: Ausência do aporte de contrapartida

- *Relatório TCE nº 6/2015 – Associação Pequenos Passos/DF*
  Responsável: Paulo Cesar Pinto da Fonseca
  CPF nº 805.147.311-68
  Responsável: Associação Pequenos Passos/DF
  CNPJ nº 05.814.565/0001-06
  Processo nº 01200.002475/2009-93
  Termo de Parceria nº 13.0020.00/2009 – SIAFI nº 657423
  Processo TCE nº 01200.002479/2015-10
  Motivo: Impugnação de despesas

- *Relatório TCE nº 7/2015 – Município de Sant'ana do Livramento/RS*
  Responsável: Wainer Viana Machado
  CPF nº 204.872.310-15
  Responsável: Município de Sant'ana do Livramento
  CNPJ nº 88.124.961/0001-59
  Processo nº 01200.002274/2005-62
  Convênio nº 01.0034.00/2005 – SIAFI nº 524051
  Processo TCE nº 01200.002753/2015-51
  Motivo: Ausência do aporte de contrapartida e impugnação de despesas.

- Relatório TCE nº 8/2015 – Município de Santa Filomena/PE
  Responsável: Pedro Gildevan Coelho Melo
  CPF nº 549.791.454-34
  Responsável: Ivaneide Antonia de Melo
  CPF nº 845.124.154-91
  Processo nº 01200.002139/2006-06
  Convênio nº 01.0024.00/2006 - SIAFI nº 568279
  Processo TCE nº 01200.003583/2015-21
  Motivo: Não consecução dos objetivos

- *Relatório TCE Complementar nº 1/2015 – Município de Tracunhaém/PE*

  Responsável: Maria das Graças Carneiro da Cunha Pinto Lapa.
  CPF nº 055.484.034-00
  Processo nº 01200.002930/2004-46
  Convênio nº 01.0042.00/2004 - SIAFI nº 504367
  Processo TCE nº 01200.006501/2006-18
  Motivo: Não aprovação da prestação de contas

c) Processos de TCE instaurados em exercícios diversos e encaminhados ao TCU em 2015:

- *Relatório TCE nº 001/2011 – Luiz Augusto Cardoso Pinto*

  Responsável: Luiz Augusto Cardoso Pinto
  Processo nº 01200.001453/2005-82
  Processo TCE nº 01200.001792/2011-15
  Motivo: Uso indevido de veículos terceirizados pelo MCTI
  Encaminhado ao TCU no dia 06 de agosto de 2015, através do Ofício 61/2015-AECI.

- *Relatório TCE nº 01/2014 – Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Educação do Distrito Federal – COOPEDUC*

  Responsável: Alberto Carlos Bicca
  Processo nº 01200.000676/2009-56
  Convênio nº 01.0056.00/2009 - SICONV nº 706713
  Processo TCE nº 01200.001268/2014-89
  Encaminhado ao TCU no dia 01 de abril de 2015, através do Ofício 38/2015-AECI.

- *Relatório TCE nº 03/2014 – Município de Belém de Maria/PE*

  Responsável: Wilson de Lima e Silva
  Processo nº 01200.006099/2006-63
  Convênio nº 01.0101.00/2006 – SIAFI nº 589547
  Processo TCE nº 01200.003721/2014-91
  Encaminhado ao TCU no dia 26 de junho de 2015, através do Ofício 53/2015-AECI.

- *Relatório TCE nº 04/2014 – Município de Sant'ana do Livramento/RS*

  Responsável: Wainer Viana Machado
  Processo nº 01200.002275/2005-15
  Convênio nº 01.0035.00/2005 – SIAFI nº 524050
  Processo TCE nº 01200.004202/2014-41
  Encaminhado ao TCU no dia 01 de abril de 2015, através do Ofício 39/2015-AECI.

- *Relatório TCE nº 05/2014 – Município de São Vicente/SP*

  Responsável: Tercio Augusto Garcia Junior
  Processo nº 01200.001012/2010-48
  Convênio nº 01.00.47.00/2010 – SICONV nº 746417

Processo TCE nº 01200.004739/2014-19
Encaminhado ao TCU no dia 18 de maio de 2015, através do Ofício 46/2015-AECI.

- *Relatório TCE nº 06/2014 – Município de Limoeiro do Norte/CE*
  Responsável: João Dilmar da Silva
  Processo nº 01200.007448/2005-83
  Convênio nº 01.0294.00/2005 – SIAFI nº 538081
  Processo TCE no 01200.005293/2014-31
  Encaminhado ao TCU no dia 01 de julho de 2015, através do Ofício 56/2015-AECI.

- *Relatório TCE nº 07/2014 - Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Produtivo – IDESP/PE*
  Responsável: Marcus Vinícius Belo dos Anjos
  Processo nº 01200.004851/2009-84
  Convênio nº 01.0198.00/2009
  Convênio nº 01.0198.00/2009 – SICONV nº 728119
  Processo TCE nº 01200.005326/2014-43
  Encaminhado ao TCU no dia 01 de julho de 2015, através do Ofício 57/2015-AECI.

- *Relatório TCE nº 1/2015 – Município de Boa Vista/RR*
  Responsável: Iradilson Sampaio de Souza
  CPF nº 052.605.312-72
  Processo nº 01200.004218/2009-96
  Convênio nº 01.0194.00/2009 - SICONV nº 724664
  Processo TCE nº 01200.000806/2015-07
  Motivo: Inexecução total do objeto
  Encaminhado ao TCU no dia 26 de outubro de 2015, através do Ofício 82/2015-AECI.

- *Relatório TCE nº 2/2015 – Município de Petrolina/PE*
  Responsável: Fernando Bezerra de Souza Coelho
  CPF nº 010.778.878-09
  Responsável: Odacy Amorim de Souza
  CPF nº 774.793.514-53
  Processo nº 01200.006645/2005-85
  Convênio nº 01.249.00/2005 – SIAFI nº 537203
  Processo TCE nº 01200.000882/2015-12
  Motivo: Aprovação parcial da prestação de contas
  Encaminhado ao TCU no dia 19 de agosto de 2015, através do Ofício 65/2015-AECI.

- *Relatório TCE nº 3/2015 – Academia de Educação para o Desenvolvimento - AEDES*
  Responsável: Alexandre Henrique de Lemos Marinho
  CPF nº 440.112.884-20
  Responsável: Academia de Educação para o Desenvolvimento
  CNPJ nº 10.278.089/0001-06

Processo nº 01200.004004/2009-10
Convênio nº 01.0078.00/2009 - SICONV nº 713307
Processo TCE nº 01200.001620/2015-67
Motivo: Omissão no dever de prestar contas
Encaminhado ao TCU no dia 26 de outubro de 2015, através do Ofício 81/2015-AECI.

- *Relatório TCE nº 4/2015 – Município de Boa Vista/RR*
  Responsável: Iradilson Sampaio de Souza
  CPF nº 052.605.312-72
  Processo nº 01200.004007/2009-53
  Convênio nº 01.0067.00/2009 - SICONV nº 708732
  Processo TCE nº 01200.002011/2015-25
  Motivo: Inexecução total do objeto
  Encaminhado ao TCU no dia 26 de outubro de 2015, através do Ofício 80/2015-AECI.

- *Relatório TCE Complementar nº 1/2015 – Município de Tracunhaém/PE*
  Responsável: Maria das Graças Carneiro da Cunha Pinto Lapa.
  CPF nº 055.484.034-00
  Processo nº 01200.002930/2004-46
  Convênio nº 01.0042.00/2004 - SIAFI nº 504367
  Processo TCE nº 01200.006501/2006-18
  Motivo: Não aprovação da prestação de contas
  Encaminhado ao TCU no dia 04 de setembro de 2015, através do Ofício 67/2015-AECI.

d) Parcelamento de Débito em Dívida Ativa

Com referência à inscrição em Dívida Ativa da União sob o nº 40 6 15 015069-03, Processo Administrativo nº 12883.720118/2015-33, constando como devedor Aldo Guedes Álvaro, CPF nº 520.480.044-15, decorrente do débito apurado através do Processo nº 01200.005136/2020-01 (Indenização de Moradia), a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 5ª Região, em 13/10/2015, parcelou em 60 prestações mensais, tendo sido pagas 2 parcelas no valor de R$ 1.538,93 cada, nas datas de 14/10 e 30/11/2015.

9.3.2 Processos de sindicância

No exercício de 2015, o MCTI atuou em 03 Comissões de Sindicância para apuração de eventuais danos ao erário. Destes, o primeiro remete a processo instaurado no exercício de 2014, mas concluído somente no exercício de 2015.

Quadros – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao erário – processos de sindicância

Processo nº 01200.004740/2014-35
Tipo de Procedimento: Sindicância

Objeto: Apurar suposta utilização indevida de veículo de serviço do Ministério para fins particulares, em conformidade com os fatos relatados no memorando nº 129/ASPAR/GABMI e seus anexos.					
Fase atual:	X	Concluído	Registro no Sistema CGU-PAD		06/11/2014
Data Ciência:	04/09/2014	Data Instauração:	15/10/2014	Data Relatório:	23/04/2015
Data Parecer:	25/02/2015		Data do Julgamento:		29/04/2015
Envolvido:		Cargo:	Resultado da Apuração:		
			Arquivado sem aplicação de penalidades.		

Relato:

Processo instaurado pela Portaria nº 200, de 13 de outubro de 2014, por força de denúncia que relata a utilização de veículo de serviço do Ministério, por parte de servidor, para fins particulares, contrariando o que disciplina o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, em seu art. 6º.

Em 12/11/14, após a realização das oitivas das testemunhas arroladas nos autos e do recebimento de memorando da lavra do servidor investigado colocando-se à disposição da comissão para prestar os esclarecimentos necessários, acompanhado da cópia de uma Guia de Recolhimento da União – GRU, no valor de R$ 60,80 (sessenta reais e oitenta centavos), a Comissão, sem ouvir o referido investigado, e ainda, sem abrir prazo para defesa escrita, emite seu Relatório Final, encaminhando-o à autoridade julgadora, recomendando o arquivamento do processo, por entender que se trata de dano de pequena monta, que, por analogia, se enquadra nos casos de Termo Circunstanciado Administrativo, entendimento o qual não colheu provimento em parecer da Consultoria Jurídica do Ministério, acatado pela autoridade julgadora, posto que o Termo Circunstanciado trata de procedimento sumário de apuração de responsabilidade, previsto na Instrução Normativa CGU nº 04/2009, aplicável em caso de "extravio ou dano a bem público de pequeno valor, decorrentes de conduta culposa do agente, sendo expressamente vedada a sua utilização quando do extravio ou dano do bem público" apresentam indícios de conduta dolosa por parte do servidor público (art. 5º). Além do mais, a Comissão foi omissa em relação ao disposto nos art. 116, III, IX e 117, XVI da Lei nº 8.112/90 e no Decreto nº 6.403/2008.

Em 23/01/15, foi então publicada a Portaria nº 6/2015, constituindo nova Comissão, para dar continuidade aos trabalhos iniciados pela Comissão anterior, a qual requereu da Divisão de Serviços Gerais informações de cálculo do deslocamento do veículo utilizado pelo servidor, assim como realizou o devido interrogatório. A Comissão encaminhou seu Relatório Final em 09/02/2015 que, analisado pela Consultoria Jurídica, entendeu a autoridade julgadora por determinar a constituição de nova comissão, haja vista a existência de vício insanável, consistente na violação ao contraditório e à ampla defesa, reconhecendo a necessidade de se promover a anulação parcial dos autos. Em 24/03/15, foi então publicada a Portaria nº 37, de 24/03/15, constituindo nova Comissão, que abriu ao servidor o prazo para apresentação de sua defesa escrita, ato que esse que permitiu a correta instrução processual e consequente emissão do Relatório Final, ocorrido 23/04/15.

Assim, considerando ter o servidor recolhido aos cofres públicos o valor correto do dano promovido por sua conduta indevida, e considerando ainda que o lapso temporal para aplicação de possível penalidade já se encontrava prescrito, foi recomendado o arquivamento do processo, sem aplicação de sanções, que foi acatado pela autoridade julgadora, levando-se em consideração que o procedimento já produzira os efeitos e consequências necessárias ao aprendizado do servidor, aliado ao elevado custo pela instauração das comissões constituídas para apuração do objeto, que em muito supera o valor do dano já restituído aos cofres da União.

Processo nº 01200.003509/2015-13					
Tipo de Procedimento: Sindicância					
Objeto: Apurar eventual dano ao erário por recebimento indevido de remuneração sem contraprestação de serviço, em conformidade com os fatos relatados no Memorando nº 357/2015-CGRH.					
Fase	X	Sobrestado	Registro no Sistema CGU-PAD		19/08/2015
Data Ciência:	13/08/2015	Data Instauração:	18/08/2015	Data Relatório:	-
Data Parecer:				Data do Julgamento:	
Envolvido:		Cargo:		Resultado da Apuração:	
				Processo sobrestado.	

Relato:

Instaurado pela Portaria nº 89, de 18 de agosto de 2015, publicada no Boletim de Serviço nº 15 da mesma data, o processo tem como objetivo apurar eventual dano ao erário por recebimento indevido de remuneração sem contraprestação de serviço, em conformidade com os fatos relatados no Memorando nº 357/105-CGRH.

As informações levadas ao conhecimento do senhor Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração davam conta de que o servidor registrava sua folha de frequência em lugares diferentes de sua unidade de lotação sistematicamente, e que as mesmas eram encaminhadas à Divisão de Recursos Humanos sem o devido "Atesto" de sua chefia imediata.

O processo conta com farta documentação, especialmente atestados médicos, declarações, laudos e outros documentos apresentados pelo servidor. Não obstante, o processo encontra-se sobrestado, por força de férias de membros da Comissão e afastamento para tratamento de saúde do investigado, após o qual a Comissão retomará seus trabalhos para colher depoimento de testemunhas e do próprio servidor e requerer novos documentos, caso este último se torne necessário para a conclusão dos trabalhos.

Processo nº 01200.005127/2015-16					
Tipo de Procedimento: Sindicância					
Objeto: Apurar as responsabilidades quanto aos fatos consignados no item 3.1.1.4 CONSTATAÇÃO: 005 do Relatório da Auditoria nº 231171.					
Fase	X	Sobrestado	Registro no Sistema CGU-PAD		21/12/2015
Data Ciência:	02/12/2015	Data Instauração:	15/12/2015	Data Relatório:	-
Data Parecer:	-			Data do Julgamento:	-
Envolvido:		Cargo:		Resultado da Apuração:	
				Processo sobrestado.	

Relato:

Trata-se de Comissão instituída pela Portaria nº 142, de 15 de dezembro de 2015, publicada no Boletim de Serviço nº 23, da mesma data, em atendimento à Recomendação 001 da CONSTATAÇÃO 005 do Relatório de Auditoria da CGU nº 231171, para apurar responsabilidades quanto à criação do Centro de Tecnologias e Artes em Pedras Graníticas – CTAPG e liberação de recursos a ele destinados.

Segundo o que a equipe de auditoria apurou e fez registrar em seu Relatório, inexiste enquadramento do CTAPG nos objetivos estabelecidos no Projeto 914BRA5065 – Diretrizes e Estratégias para a Ciência e Tecnologia, financiado com recursos orçamentários provenientes do Tesouro Nacional, executado sob a responsabilidade do MCTI, com a participação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e da Agência Brasileira de Cooperação do MRE – ABC/MRE, durante o período de 01/01/2005 a 31/12/2008, prevendo a implantação do Centro. Analisando os aportes financeiros concedidos ao CTAPG, com base no Relatório de Acompanhamento, posição 31/12/2008, constatou-se que o Centro efetuou despesa no montante de R$ 6.037.470,73 (seis milhões, trinta e sete mil, quatrocentos e setenta reais e setenta e três centavos) correspondentes a 31,26% do total executado no Projeto.

A Comissão procedeu à instalação dos seus trabalhos no dia 18 de dezembro de 2015, deliberando as ações que nortearão seus trabalhos, requerendo, entretanto, no dia 23 subsequente, o sobrestamento do mesmo, em face dos recessos de final de ano e férias de seus membros, estabelecendo a 2ª quinzena do mês de janeiro de 2016 para a reabertura dos seus trabalhos.

9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

O MCTI, quando da realização de seus procedimentos licitatórios, observa o disposto no art. 5º, realizando os certames em moeda corrente nacional. Quanto ao pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações e prestação de serviços, este Ministério obedece a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Os procedimentos para efetivação do ressarcimento ao erário em decorrência das regras de desoneração da folha de pagamento foram instrumentalizados por meio do Processo Administrativo nº 0122.001442/2014-93, pelo qual o MCTI buscou atender as determinações do TCU constantes dos Acórdãos nº 2859/2013 e nº 1212/2014.

Contudo, por meio de pedido de reexame com efeito suspensivo em relação aos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2859/2013 – Plenário, nos termos do despacho do Relator, Ministro Raimundo Carreiro (TC 013.515/2013-6), o TCU suspendeu os efeitos desses itens abaixo descritos:

> "9.2. determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público que:
> 9.2.1 nos termos do art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, orientem os órgãos e entidades que lhes estão vinculados a adotarem as medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação;
> 9.2.2 orientem os referidos órgãos e entidades a obterem administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, que foram firmados com empresas beneficiadas

pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo;
9.2.3 no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as medidas adotadas por seus respectivos órgãos e entidades vinculados para cumprimento das determinações acima, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida por cada unidade;
9.3. determinar à Diretoria-Geral do Senado Federal, à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados e à Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União que adotem, no âmbito de seus contratos, a medidas indicadas nos subitens 9.2.1 e 92.2, acima, e que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as providências adotadas, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida;"

Em 1º de abril de 2015, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informou aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional integrantes do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SISG a suspensão do Acórdão e a orientação sobre a necessidade de ter que aguardar o exame final da matéria pelo Tribunal de Contas da União para adotar medidas sobre a desoneração da folha de pagamento.

9.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro – Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal			
Mercadológica			
Utilidade pública	19.131.2106.4641.0001	10.000.000,00	8.332.867,63

Assessoria de Comunicação - ASCOM

O MCTI por meio da Assessoria de Comunicação somente realiza ações de Publicidade de Utilidade Pública a que se objetiva a informar, educar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios individuais ou coletivos e que melhorem a sua qualidade de vida nos âmbitos dos programas de Ciência Tecnologia e Inovação colocados à disposição dos cidadãos. Este Ministério possui relação contratual (nº 02.0028.00/2012) com a empresa – Agência DeBrito Propaganda Ltda., para prestação de serviços de publicidade propaganda, desde sua licitação em 26/11/2012 com vigência até 26/11/2013 (podendo ser prorrogado até 60 meses), se encontrando no momento no 3º Termo Aditivo, assinado em 11/12/2015; tendo sua prorrogação se dado para a realização de campanhas de publicidade em 2015, no valor do contrato R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	**CAMPANHA**

POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA	Despertar o interesse da sociedade brasileira pela ciência, tecnologia e inovação, dando insumos para a melhoria da educação científica e da apropriação social do conhecimento, além de informar sobre eventos, ações, editais e resultados de ações estruturadas para a popularização de temas da ciência. Dentre outras atividades, destaca-se anualmente a ocasião em todo o país da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia-SNCT, tematizada e coordenada pelo MCTI, são previstas atividades de difusão e popularização da ciência (palestras, filmes, exposições interativas e oficinas, dentre outras atividades) o evento pretende chamar atenção para importância da ciência na vida das pessoas. Estabelecida diante da necessidade de ampliar na população a percepção da ciência e tecnologia no Brasil e estimular o interesse de crianças e jovens pelos conteúdos de ciências de forma a contribuir para a cultura da inovação na sociedade, bem como criar condições para que o país conquiste melhores posições no ranking das nações que mais produzem conhecimento. Grandes ações como a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) que objetiva estimular o estudo da matemática e revelar talentos na área têm na comunicação ferramenta para despertar o interesse temático da sociedade brasileira pela matemática.
POPULARIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS	As Tecnologias Assistivas visam estimular projetos de pesquisa e o desenvolvimento de produtos inovadores voltados para à melhorias da qualidade de vida de pessoas com deficiência física ou condições sociais de grande fragilidade. Neste sentido o objetivo da campanha é informar sobre eventos, novos produtos e serviços, a disponibilização de recursos para pesquisas, contribuindo para difundir conhecimento e soluções criativas para a inclusão produtiva e social, a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania. O Brasil tem milhões de cidadãos com necessidades especiais permanentes ou transitórias com pouco ou nenhum acesso a serviços e equipamentos tecnológicos capazes de minimizar os esforços diários e trazer melhor condição de vida. Muitos desses equipamentos são importados, inadaptados e indisponíveis ao cidadão médio, muito porque o país não tem tradição nessas pesquisas e muitas vezes são mercadologicamente pouco interessantes, cabendo ao estado o impulso para a sua apropriação e até a dinamização de um mercado de serviços dessas necessidades especiais individuais e ou regionais. Para além das fronteiras do país, o MCTI coordena a Rede Segurança Alimentar e Nutricional, tema da EXPO terceiro maio evento do planeta e o primeiro em C&T que ocorre em Milão em 2015 com a manutenção de estande nacional em 6 meses de exposição.
DIVULGAÇÃO DAS PESQUISAS EM MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ENERGIAS RENOVÁVEIS	Comunicar à sociedade sobre os avanços e esforços de pesquisa em ciência tecnologia e inovação que elevam a capacidade brasileira de resposta aos desafios e às oportunidades associadas às mudanças climáticas e propagar as novas tecnologias uteis das cadeias biocombustíveis e de outras energias renováveis, com vistas à segurança e eficiência energéticas conjugadas ao desenvolvimento sustentável. Visa dar retorno à sociedade dos investimentos do MCTI no âmbito das pesquisas que visam à adaptação e proteção diante das severas mudanças do clima e das inovações e relatórios providos destas, que subsidiam mecanismos de desenvolvimento limpo na atividade produtiva. Uma vez que se torna essencial a diversificação e preservação de novas formas de produção e distribuição na matriz energética brasileira, concomitantemente ao uso de insumos sustentáveis, paulatinamente menos poluentes, garantindo segurança e eficiência energéticas, se justifica a ampla divulgação de seus avanços.
DIVULGAÇÃO DAS INICIATIVAS BRASILEIRAS EM NANOTECNOLOGIA	Dar publicidade sobre as potencialidades da Nanotecnologia, bem como eventos, editais, resultados e outras ações de interessam para a cadeia produtiva. Promovendo assim a circulação do conhecimento e do desenvolvimento de

	produtos, processos e serviços nanotecnológicos com vistas ao aumento da competitividade da indústria brasileira. Sendo relativamente recente, essa área da fronteira do conhecimento carece de integração das diversas iniciativas para fortalecer o impacto das políticas públicas que as promovam, em especial no desenvolvimento de produtos nanoestruturados que ampliam convergência e transferência de conhecimento entre a academia e as empresas com a consequente ampliação da competitividade da indústria nacional. Seus ganhos podem ser agregados aos manufaturados ou ao processo produtivo, em empresas de todas as escalas e em grande espectro de atuação. Estamos em um momento de aceleração para a fronteira da pesquisa exploratória das propriedades e estruturas dos materiais com o esforço de montar o maior instrumento de pesquisa brasileiro já conhecido no anel de luz síncrotron de quarta geração -Projeto Sirius.
DIVULGAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE INOVAÇÃO EMPRESARIAL	Comunicar de forma articulada para promover a interação entre empresas e centros de pesquisa, sobre linhas de créditos e políticas públicas para inovação no setor produtivo, informando sobre normas, editais, avanços, sistemas, serviços, eventos, cooperação e resultados, entre outros, tanto de mercado com impacto direto, quanto no desenvolvimento da economia de longo prazo. A crescente demanda por inovação se torna questão de sobrevivência da indústria em tempos de globalização, políticas públicas que compartilham riscos e são projetadas como facilitadores da interação entre instituições científicas e tecnológicas devem ser popularizadas e explicadas para que mais empresas consigam aumento significativo da competitividade nos mercados nacional e internacional. O Sibratec sistematiza políticas públicas para facilitar e dinamizar o desenvolvimento tecnológico na indústria e na pesquisa aplicada, em paralelo a FINEP, empresa pública que opera o FNDCT, tem linhas de créditos e financiamento a fundo perdido para desenvolver a inovação tecnológica, com ganhos em produtividade e competitividade em diversos setores da economia. O conjunto de fundos setoriais de C&T com a participação de vários segmentos sociais na definição de prioridades, garantem a estabilidade do financiamento para a CT&I, o estabelecimento de estratégias de longo prazo, para os recursos aplicados que contemplam empresas de todos os portes, dos setores industrial, agrícola e de serviços e com foco nos resultados. E ainda anualmente o MCTI, desde a inclusão da inovação em sua pasta, é partícipe essencial do "Congresso da Inovação da Indústria 6º edição" onde tem obrigação de expor o estado da arte de suas atividades nesse campo.
DIVULGAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE CAPACITAÇÃO EM CT&I	Comunicar à sociedade em geral, em especial estudantes sobre benefícios, resultados, eventos e editais que destinam bolsas de estudo para formação de pesquisadores e profissionais qualificados em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país, ampliando assim o interesse e a adesão à capacitação científica, sua expansão e a internacionalização para inserção brasileira na ciência mundial. O Brasil promove de maneira acelerada a mobilidade internacional docente, discente e de seus pesquisadores, estimulando e contatando a pesquisa brasileira às melhores experiências internacionais. Em outra frente também se faz necessário dar visibilidade de cientistas de renome internacional que visitem e atuem no País, circulando o conhecimento em fluxos de troca. O CNPq, agência vinculada ao MCTI, é responsável pela organização de programas e editais de bolsas de incentivo ao aprendizado da pesquisa científica e tecnológica no Brasil, em especial nos últimos anos o maior programa de bolsas já montado o Ciências Sem Fronteiras, é dividido com o MEC /CAPES em grandes exposições para o alcance vultoso que pretende em sua eficácia e efetividade.
POPULARIZAÇÃO DAS INICIATIVAS EM TIC´s	Manter informados, em especial, empresários e estudantes da área de tecnologia da informação e comunicação sobre as politicas públicas para o desenvolvimento da pesquisa em informática brasileira, seus editais,

	subvenções, regulações, financiamentos e eventos, dando o compasso de informações que este setor tão dinâmico necessita para se manter atualizado. As indústrias de software, hardware e serviços de TI têm forte base na inovação e pesquisa e essenciais para o desenvolvimento econômico e social de uma nação. São também grandes contribuintes para exportação de serviços e bens de alto valor agregado, inovação tecnológica e de métodos de produção, para o empreendedorismo, produção científica, tecnológica e da informação e da elevação da competitividade. Na atividade produtiva dependente de incentivos pode se destacar as Start-Ups, fruto do estimulo ao empreendedorismo, em que se busca com a divulgação a ampliação da visibilidade para as atividades de base tecnológica nacional, contribuindo para a consolidação de ecossistemas digitais e o surgimento de redes de pesquisa para o desenvolvimento de serviços e componentes nacionais em TICs com competividade internacional.
DIVULGAÇÃO DA BIOTECNOLOGIA, FÁRMACOS E COMPLEXO DA SAÚDE	Comunicar sobre ações realizadas para o desenvolvimento de biotecnologias inovadoras que agreguem valor e promovam o uso sustentável da biodiversidade e integrem novas tecnologias, dando a visibilidade necessária para fortalecer e ampliar a indústria nacional produtora de fármacos, outros produtos e equipamentos para a saúde, de modo a contribuir também para o maior acesso da população brasileira às tecnologias de diagnóstico e terapia. A Estratégia Nacional para Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) destaca a importância da ciência, a tecnologia e a inovação (C,T&I) como eixo estruturante do desenvolvimento do País e estabelece diretrizes que irão orientar as ações nacionais e regionais no horizonte temporal de 2012 a 2015. As biotecnologias e a indústria nacional produtora de fármacos e equipamentos são setores de uso intensivo de tecnologias e agreguem valor a conhecimentos naturais além de sua popularização elevar as exigências da população brasileira de uso de novas tecnologias de diagnóstico e terapia, contribuindo para a diminuição da morbidade social.
DIVULGAÇÃO DA PESQUISA MINERAL, PETROLÍFERA E NUCLEAR	Comunicar sobre ações realizadas para o desenvolvimento da atividade mineral e de aplicação pacífica do poder nuclear, visando dar acesso e construir a boa imagem dos esforços de pesquisa para trazer segurança na exploração econômica destes setores sensíveis. O potencial de aplicação nuclear e de exploração mineral/petrolífera, inclusive de elementos de terras raras, precisa de grande suporte científico e tecnológico para trazer segurança social e ambiental nessa promissora atividade econômica. A indústria nacional produtora destes elementos precisa de constante visibilidade construção da imagem positiva para manutenção dos altos investimentos em pesquisa paralelos ao apoio da opinião pública em face da sensibilidade que os termos têm na interface com a manutenção da saúde, segurança e proteção ao meio ambiente. Em especial a construção do Reator Multipropósito Brasileiro ¿ RMB trará exponencial crescimento da atividade de pesquisa da aplicação nuclear com consequente criação de atividades econômicas brasileiras, antes somente acessíveis por importação de grandes centros desenvolvidos. Inclusive tais setores dependentes de intensiva investigação científica e tecnológica, possuem grandes eventos para dinamizar trocas de informação divisões de P&D, com visibilidade internacional, com participação ativa do setor público.
DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PESQUISA AEROESPACIAL E OBSERVAÇÃO DO ESPAÇO	Divulgar as ações e realizações do setor aeroespacial brasileiro visando clarear a importância dos investimentos para o bem público nas pesquisas de transporte aéreo, comunicação por satélite, monitoramento climático, observação da terra e do espaço e dos desdobramentos de novos usos nas cadeias produtivas motivadas pela demanda de intensiva aplicação tecnológica. A área se destaca por prenunciar grandes cooperações técnicas multinacionais com valor estratégico e de desenvolvimento do potencial humano de expansão de usa fronteiras de atuação. O programa CBERs de satélites Sino-Brasileiro de

	sensoriamento, iniciado nos anos 80, já lançou 5 satélites de grande porte com sucesso e trouxe novas capacidades às duas nações bem como desenvolveu áreas atendidas pelas informações prestadas pelos instrumentos em órbita. No plano decenal firmado entre os países consta a proposta de análise da produção de satélites que atendam também a aplicação na área de monitoramento do clima e de prevenção de desastres naturais, entre outros serviços de monitoramento e comunicação. Configurando uma possibilidade real de atendimento para demandas específicas por serviços de satélites de pequeno porte o Sistema Espacial para Realização de Pesquisa e Experimentos com Nanossatélites Serpens, tem seu sucesso nos lançamentos suborbitais e na inusitada colocação em órbita a partir da Estação Espacial Internacional (ISS), em acordo firmado com a Agência Espacial Japonesa (Jaxa). Tais ações demonstram de forma inequívoca que o país tem se inserido no pequeno grupo de países com potencia de exploração dos benefícios da tecnologia aeroespacial, para além do já consolidado segmento do mercado de aeronaves fruto dos esforços de pesquisa centenários na otimização do voo. Na outra ponta a pesquisa de observação do espaço, ganha tempo de observação, nos maiores observatórios do mundo e já coleciona achados, bem como contribui em grandes redes de pesquisa em astrofísica e seus equipamentos óticos.
CONHECIMENTO SOBRE A BIODIVERSIDADE E TÉCNICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Dar visibilidade a pesquisas de conhecimento sobre a biodiversidade brasileira nos diversos ecossistemas constituintes desse país continental, e dos desdobramentos que a informação estruturada dessas potencialidades promovam no desenvolvimento sustentável das populações endêmicas, difundindo manejos que preservem os tesouros naturais para pesquisas futuras. É muito extensa a pesquisa que visa catalogar e dar tratamento científico a usos de recursos naturais nas múltiplas paisagens brasileiras. Além dos esforços de sistematizar tais achados, (Sistema Brasileiro Sobre a Biodiversidade Brasileira - SiBBr), se faz patente a repercussão dos resultados na fronteira da pesquisa de campo onde novas espécies são encontradas e novas evidências de efeitos no equilíbrio ecológico são descritos. Para além da preservação do patrimônio genético brasileiro, a difusão e do uso adequado em manejo controlado, com o aprendizado baseado no respeito para a perpetuação dessa riqueza, são essenciais ao desenvolvimento social de populações tradicionais, que vivem da exploração dos recursos naturais. A visibilidade do o conhecimento científico sobre os ecossistemas brasileiros e a biodiversidade associada, apoia sua preservação por meio do desenvolvimento tecnológico e inovação que agreguem valor aos bens e serviços provenientes do patrimônio cultural na interação com os recursos naturais de cada localidade.
DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GOVERNANÇA DO SNCT&I	Dar visibilidade aos instrumentos de políticas públicas para a execução de megaprojetos visando o crescimento e aprendizado conjunto, colaborativo e independente, ampliando a governança do Sistema Nacional de CT&I e da implantação de práticas de inteligência coletiva, utilizadas na geração de novos produtos, novos processos e novas soluções tecnológicas para o equacionamento dos principais problemas e desafios nacionais. A Comunicação Pública da Ciência - CPC está se tornando menos uma opção e mais parte integrante do metabolismo da tecnociência e da economia do conhecimento, em busca da legitimação e apoio político, para garantir recursos empenhados na continuidade dos projetos. Diante disso, os esforços de publicidade ao Programa Nacional Plataformas do Conhecimento, que constitui de arranjos público-privados tematizados pelo interesse público, permitindo o estreitamento da articulação das competências de institutos de pesquisa e empresas, com base em uma infraestrutura de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) de última geração, se torna essencial ao sucesso de sua implantação. Deve estar clara a inequívoca prevalência dos objetivos sociais no processo de desenvolvimento, fazendo do progresso técnico em um fim em si mesmo e subordina a sociedade a uma corrida tecnológica e científica desenfreada, que não tem como propósito a consecução de uma ordem social mais justa e

	ambientalmente sustentável. A constituição das Plataformas de Conhecimento Científico, que tem como fundamento básico a compreensão de que a educação, ciência, tecnologia e inovação são instrumentos estruturantes centrais para um projeto de desenvolvimento nacional, parte do pressuposto de que as nações que assumiram a liderança econômica e política da ordem mundial também conseguiram, previamente às suas posições hegemônicas no contexto internacional, liderarem o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA Nº 936, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a avaliação de desempenho dos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo da Administração Central do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, com vistas ao pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT.

O MINISTRO DE ESTADO, DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010 e no art. 8º da Portaria Interministerial MP/MCTI nº 428, de 06 de setembro de 2012, resolve:

Art. 1º Estabelecer os critérios, as normas, os procedimentos e os mecanismos específicos da avaliação individual e institucional para efeito de pagamento da Gratificação de Desempenho da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT, instituída pela Medida Provisória nº 2229-43, de 06 de setembro de 2001, devida aos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo da Administração Central do MCTI.

I - DEFINIÇÕES

I - Avaliação de Desempenho: monitoramento sistemático e contínuo da atuação institucional e individual do servidor, integrante da Administração Central do MCTI, tendo como referência as metas individuais, intermediárias e globais.

II - Unidade de Avaliação: unidade organizacional integrante da Administração Central do MCTI onde o servidor tenha permanecido lotado por maior tempo e tenha desempenhado suas atividades funcionais, durante o respectivo ciclo de avaliação.

III - Equipe de Trabalho: conjunto de servidores em exercício na mesma unidade de avaliação, identificados pela chefia dentro do Plano de Trabalho.

IV - Ciclo de Avaliação: período de doze meses considerado para a realização de avaliação de desempenho individual e institucional, com vistas a aferir o desempenho dos servidores da Administração Central do MCTI.

V - Plano de Trabalho: documento em que se registram os dados referentes a cada etapa do ciclo de avaliação.

VI - Meta global: meta que expressa o esforço de toda a organização no alcance de seus resultados.

VII - Meta intermediária: meta definida em consonância com a meta global e segmentada por unidade de avaliação.

VIII - Meta individual: meta de desempenho pactuada entre o servidor e a respectiva chefia, em consonância com as metas intermediárias.

IX - Índice de Final Desempenho Institucional - IFDI: indicador que mensura o desempenho institucional final da Administração Central do MCTI.

X - Índice de Metas Globais - IMGlo: indicador que mensura o desempenho das metas globais da Administração Central do MCTI.

XI - Índice de Metas Intermediárias - IMInt: indicador que mensura o desempenho das metas intermediárias da Administração Central do MCTI.

XII - Índice de Metas de Individuais - IMI: indicador que mensura o desempenho das metas individuais do servidor.

XIII - Índice de Desempenho Individual - IDI: indicador que mensura o desempenho do servidor individualmente.

XIV - Fatores de competência: fatores pontuados e pelos quais se avalia uma parcela da Avaliação de Desempenho Individual do servidor.

XV - Chefia imediata: responsável pela supervisão da avaliação de desempenho dos servidores que compõem a equipe de trabalho.

XVI - Comissão de Acompanhamento de Avaliação de Desempenho - CAD: comissão responsável por acompanhar o processo de avaliação de desempenho e apreciar, em última instância, o recurso do servidor, quando se tratar de avaliação de desempenho individual.

II - DAS UNIDADES DE AVALIAÇÃO

Art. 2º Para os fins desta Portaria, ficam definidas como autoridade competente o Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração desta Pasta e como Unidades de Avaliação - UA, as seguintes unidades organizacionais:

- Órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

a) Gabinete do Ministro - GAB;

b) Secretaria-Executiva - SEXEC:

1. Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP;

2. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA;

3. Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas - ASCAV;

4. Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais - ASCOF; e

5. Assessoria de Captação de Recursos - ASCAP;

c) Assessoria de Assuntos Internacionais - ASSIN; e

d) Consultoria Jurídica - CONJUR;

II - órgãos específicos singulares:

a) Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED;

b) Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social - SECIS;

c) Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - SETEC; e

d) Secretaria de Política de Informática - SEPIN.

Parágrafo único. Os Departamentos e as Coordenações-Gerais serão considerados como unidades de avaliação para fins de avaliação de desempenho.

III - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 3º O processo de avaliação de desempenho, em seus componentes individual e institucional será coordenado pela Unidade de Recursos Humanos do MCTI.

Art. 4º O ciclo de avaliação de desempenho para fins de concessão da GDACT terá a duração de doze meses e corresponderá ao interstício de 1º de março ao último dia do mês de fevereiro de cada ano.

Art. 5º A GDACT será paga observados o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, respeitada a distribuição:

I - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados na avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

§ 1º Os valores a serem pagos a título de GDACT serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos aferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo VIII - B da Lei 11.344, de 08 de setembro de 2006.

§ 2º As avaliações serão processadas no mês subsequente ao término do período avaliativo, sendo que o resultado consolidado da avaliação de desempenho individual e da avaliação de desempenho institucional do ciclo de avaliação gerará efeitos financeiros por doze meses, a partir de 1º de março de cada exercício.

Art. 6º A GDACT não poderá ser paga cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho profissional, individual ou institucional ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo.

IV - DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

Art. 7º A avaliação de desempenho institucional visa aferir ao alcance das metas organizacionais, podendo considerar projetos, atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas.

Art. 8º As metas referentes à avaliação de desempenho institucional serão segmentadas em:

I - metas globais, elaboradas, quando couber, em consonância com o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA; e

II - metas intermediárias, referentes às unidades de avaliação.

§ 1º As metas globais serão fixadas anualmente, em ato do Ministro de Estado ou a quem este delegar e devem ser mensuráveis utilizando-se, como parâmetros, indicadores de desempenho que visem aferir a qualidade dos serviços relacionados a atividades finalísticas do MCTI, levando-se em conta, no momento de sua fixação, os índices alcançados nos exercícios anteriores, quando houver, bem como a observância aos princípios da economicidade e de eficiência.

§ 2º As metas globais deverão ser compatíveis com as diretrizes, políticas e metas governamentais.

§ 3º As metas intermediárias deverão ser elaboradas em consonância com as metas globais, podendo ser segmentadas e definidas a partir dos indicadores de desempenho estabelecidos no Planejamento Estratégico.

Art. 9º As metas globais e intermediárias para cada ciclo de avaliação serão consolidadas pela Unidade de Recursos Humanos, a partir de proposta das áreas técnicas e submetidas à aprovação da autoridade competente.

§ 1º As metas de desempenho institucional serão estabelecidas em ato do Ministro de Estado e publicadas anualmente no Boletim de Serviço e/ou na intranet do MCTI.

§ 2º As metas de desempenho institucional poderão ser revistas, a qualquer tempo, na hipótese de superveniência de fatores que influenciem significativa e diretamente a sua consecução, mediante proposição de uma área técnica para encaminhamento pela Unidade de Recursos Humanos à aprovação da autoridade competente.

Art. 10 O resultado, para cada uma das metas referidas no art. 7º desta Portaria, será aferido mediante a apuração da razão entre as metas atingidas e as metas previstas para o ciclo, multiplicada por cem e até o limite de cem pontos percentuais.

Art. 11 O cálculo da pontuação relativa à Avaliação de Desempenho Institucional, para fins de mensuração da pontuação da GDACT será efetuado pelo Índice Final de Desempenho Institucional - IFDI.

§ 1º O IFDI será obtido pela média aritmética entre o Índice de Metas Globais - IMGlo e o Índice de Metas Intermediárias - IMInt, de acordo com as fórmulas estabelecidas no Anexo I desta Portaria.

§ 2º A correlação entre o percentual de cumprimento da meta de desempenho institucional e a pontuação final da Avaliação de Desempenho Institucional será estabelecida com base na tabela I, a seguir:

Índice Final de Desempenho Institucional - IFDI	Pontuação a ser atribuída
75% < IFDI £ 100%	80
65% < IFDI £ 75%	70
55% < IFDI £ 65%	61
45% < IFDI £ 55%	52
35% < IFDI £ 45%	43
25%< IFDI £ 35%	34
0% < IFDI £ 25%	25

V - DO PLANO DE TRABALHO

Art. 12 O Plano de Trabalho é o documento norteador das metas de desempenho e compromissos individuais pactuados, a ser elaborado pelas unidades de avaliação na forma do Anexo II a esta Portaria, contendo:

I - a indicação da unidade de avaliação, com a informação do gestor da unidade e do gestor do plano de trabalho responsável pelo preenchimento das informações;

II - a identificação das equipes de trabalho existentes na unidade, com as respectivas chefias e avaliadores;

III - a identificação funcional dos servidores que compõem a equipe de trabalho e o compromisso de desempenho individual firmado com a chefia imediata, com as respectivas assinaturas/aceites;

IV - as metas de desempenho pactuadas entre o servidor, a chefia e sua equipe de trabalho, definindo os propósitos firmados, que possibilitarão o acompanhamento do desempenho dos servidores ao longo do ciclo de avaliação;

V - as metas intermediárias de desempenho institucional;

§ 1º A elaboração do Plano de Trabalho deverá ser pactuada entre as chefias e suas equipes de trabalho, sob a orientação do gestor do plano de trabalho e a anuência da autoridade competente da unidade de avaliação.

§ 2º. Caso não haja a pactuação a que se refere o parágrafo anterior, caberá à chefia imediata fixar as metas individuais dos servidores de sua equipe de trabalho, devendo, para isso, considerar a complexidade e a dependência de decisões externas dos assuntos tratados.

§ 3º Caberá a chefia imediata, no decorrer do ciclo de avaliação, identificar dificuldades encontradas pelo servidor para cumprimento do compromisso de desempenho individual e revisar as metas individuais.

§ 4º Em caso de movimentação interna do servidor, a Unidade de Recursos Humanos deverá ser notificada e a chefia imediata de sua nova área de efetivo exercício deverá atualizar a meta individual do servidor.

§ 5º O Plano de Trabalho poderá ser revisado até três meses antes do final do ciclo.

Art. 13 Caberá às Unidades de Avaliação a responsabilidade de:

I - conduzir o processo de elaboração dos respectivos planos de trabalho em consonância com o disposto nesta Portaria;

II - reavaliar, após seis meses do início do ciclo de avaliação, o plano de trabalho, com o intuito de propor ajustes, se necessário, e informar as alterações, quando for o caso, à Unidade de Recursos Humanos da Administração Central do MCTI; e

III - consolidar os resultados alcançados pela unidade.

VI - DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL

Art. 14 A avaliação de desempenho individual será feita com base em metas individuais, critérios e fatores que reflitam as competências do servidor, aferidas no desempenho individual das tarefas e atividades a ele atribuídas e será composta de:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012122100023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - cumprimento de metas de desempenho individual pactuadas entre o servidor, a chefia e sua equipe de trabalho, definidos nos Planos de Trabalhos pactuados, que possibilitarão o acompanhamento do desempenho dos servidores ao longo do ciclo de avaliação, equivalendo o mínimo de 2 (dois) e o máximo de 5 (cinco) pontos a serem atribuídos a cada servidor em função do percentual de cumprimento das respectivas metas, conforme o Índice de Metas Individuais - IMI, em fórmula estabelecida no Anexo I desta Portaria e na tabela II, a seguir:

Índice de Metas Individuais - IMI	Pontuação a ser atribuída
75% < IMI £ 100%	5
50% < IMI £ 75%	4
25% < IMI £ 50%	3
IMI £ 25%	2

II - avaliação dos seguintes fatores de competências:

a) produtividade: capacidade de atender às demandas com qualidade e em quantidade apropriada, considerando-se os fatores tempo, emprego de recursos materiais ou financeiros com planejamento e organização;

b) conhecimento de métodos e técnicas: conhecimento, aprofundamento, atualização, senso crítico e proposição de melhorias dos métodos, técnicas e processos inerentes ao seu trabalho;

c) trabalho em equipe: capacidade de trabalhar levando-se em conta a preservação dos relacionamentos, a colaboração com seus pares, a disseminação do senso de coletividade, a abertura aos debates e a capacidade de agregação;

d) comprometimento com o trabalho: envolvimento com as atividades pelas quais é responsável no sentido de facilitar e contribuir efetivamente para a resolução de problemas e para o alcance das metas institucionais;

e) cumprimento das normas de procedimentos e de conduta no desempenho das atribuições do cargo: capacidade para observar e cumprir normas e regulamentos, bem como de manter um padrão de comportamento adequado à administração pública;

Parágrafo único: cada requisito terá uma pontuação variando de 1 (um) a 5 (cinco) pontos, em que:

I - Superou a expectativa: 5

II - Atendeu à expectativa: 4

III - Atendeu a mais de 50% da expectativa: 3

IV - Atendeu a 50% ou menos da expectativa: 2

V - Não atendeu à expectativa: 1

Art.15 Os servidores serão avaliados na dimensão individual, a partir:

I - dos pontos atribuídos pelo próprio avaliado, na proporção de quinze por cento;

II - dos pontos atribuídos pela chefia imediata, na proporção de sessenta por cento; e

III - da média dos pontos atribuídos pelos integrantes da equipe de trabalho, na proporção de vinte e cinco por cento.

§ 1º. Caso a equipe de trabalho que trata o inciso III do Art. 14 seja constituída por mais de 4 (quatro) servidores, a escolha dos avaliadores poderá ser realizada por meio de sorteio, em um número de 3 (três) servidores para cada servidor avaliado.

§ 2º A soma dos pontos obtidos pelos fatores de competência variará entre 25 (vinte e cinco) e 100 (cem).

Art. 16 - O percentual obtido a partir da soma dos pontos dos fatores de competências, observados os critérios citados no Art.12 e conforme fórmula constante no Anexo I, determinará o Índice de Desempenho Individual - IDI, na tabela III, a seguir:

Índice de Desempenho Individual - IDI	Pontuação a ser atribuída
75% < IDI £ 100%	15
50% < IDI £ 75%	11
25 % < IDI £ 50%	7
IDI £ 25%	3

Art. 17 A mensuração da pontuação final da avaliação de desempenho individual será feita com base na combinação do IMI e do IDI, conforme a tabela IV, a seguir:

. IDI IMI	IDI £ 25%	25% < IDI £ 50%	50% < IDI £ 75%	75% < IDI £ 100%
75% < IMI £ 100%	8 pontos	12 pontos	16 pontos	20 pontos
50% < IMI £ 75%	7 pontos	11 pontos	15 pontos	19 pontos
25% < IMI £ 50%	6 pontos	10 pontos	14 pontos	18 pontos
IMI £ 25%	5 pontos	9 pontos	13 pontos	17 pontos

Art. 18 O servidor fará sua auto-avaliação e será avaliado por sua chefia imediata e por integrantes de sua equipe de trabalho, com base no Plano de Trabalho da Unidade de Avaliação, mediante preenchimento da Ficha de Avaliação de Desempenho Individual - FADI, conforme o Anexo III desta Portaria.

§ 1º A avaliação de desempenho individual será realizada por meio de sistema informatizado, exceto em situações excepcionais, quando poderá ser realizada com aplicação de formulário impresso, conforme orientação da Unidade de Recursos Humanos.

§ 2º Em caso de vacância, afastamento ou impedimento legal da chefia imediata, a avaliação será realizada pelo substituto legal.

Parágrafo único. No caso de o servidor se recusar a tomar ciência do conteúdo da avaliação, o fato será devidamente registrado no campo observação do próprio formulário de avaliação, com a aposição das assinaturas do avaliador e de, pelo menos, uma testemunha.

Art. 19 O servidor que não tiver permanecido em efetivo exercício na mesma unidade de lotação durante todo o período avaliativo será avaliado na unidade de lotação, onde houver permanecido em efetivo exercício por maior tempo.

Parágrafo único. Caso o servidor tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes unidades de lotação, a avaliação será feita na unidade de lotação em que se encontrava no momento do encerramento do ciclo de avaliação.

VII - DOS AFASTAMENTOS OU SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS

Art. 20 Caso o servidor permaneça em exercício nas atividades relacionadas ao Plano de Trabalho por período inferior a dois terços do ciclo avaliativo, será aplicada, para fins de pagamento da GDACT, a pontuação obtida no último ciclo avaliativo realizado para fins de concessão das referidas gratificações.

Art. 21 Em caso de afastamentos e licenças considerados pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção da gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a respectiva gratificação correspondente à última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos casos de cessão.

Art. 22 Em se tratando de afastamento ou licença considerada de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração, não tendo o servidor sido avaliado anteriormente, este perceberá o valor correspondente a oitenta pontos até que seja processada a sua primeira avaliação após o seu retorno.

Art. 23 Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual, que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, ou cessão, ou outros afastamentos, sem direito à percepção da gratificação de desempenho, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

VIII - DOS OCUPANTES DE CARGOS COMISSIONADOS

Art. 24 O titular de cargo efetivo em exercício no MCTI, quando investido em cargo em comissão ou função de confiança fará jus a uma das gratificações de desempenho, nas condições:

I - os investidos em função de confiança ou cargo em comissão do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 1, 2 e 3 ou equivalentes, perceberão a gratificação de desempenho, calculada conforme disposto nos arts.13 a 18 desta Portaria; e

II - os investidos em cargo de Natureza Especial ou cargo em comissão do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 4, 5 e 6 ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho, calculada com base no valor máximo da parcela individual, somado ao resultado da avaliação institucional no período.

Art. 25 Ocorrendo exoneração do cargo em comissão ou função de confiança, o servidor continuará percebendo a respectiva gratificação de desempenho correspondente ao último valor obtido, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração

IX - DOS SERVIDORES REQUISITADOS E CEDIDOS

Art. 26 O servidor que não se encontrar em exercício na Administração Central do MCTI, em decorrência de cessão ou requisição, somente fará jus à gratificação de desempenho, conforme o respectivo cargo ocupado, calculada com base na classe e no padrão em que está posicionado nas seguintes situações:

I - requisitado pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em Lei, situação na qual perceberá a gratificação com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício no MCTI; e

II - cedido para órgãos ou entidades da União, distintos dos indicados no inciso I deste artigo e investido em cargos de Natureza Especial, de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, DAS-6, DAS-5, DAS-4 ou equivalentes, perceberá a gratificação calculada com base no resultado da avaliação institucional do período.

X - DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO - CAD

Art. 27 Conforme disposto no art. 22 do Decreto 7.133 e no art. 23 da Portaria Interministerial 428 fica instituída a Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAD, que participará de todas as etapas do ciclo da avaliação de desempenho, e terá as seguintes atribuições:

I - acompanhar o processo de avaliação de desempenho e propor alterações consideradas necessárias para sua melhor aplicação, especialmente quanto aos critérios e procedimentos estabelecidos para a avaliação de desempenho individual, visando seu aprimoramento;

II - apreciar e julgar, em última instância, o recurso interposto pelo servidor quanto à sua avaliação individual.

Art. 28 A CAD será formada pelos mesmos representantes das Comissões Internas de que trata o § 2° do art. 16 da Lei 8691/1993 do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia, observado o disposto no Parágrafo 4º do Artigo 23 da Portaria Interministerial 428.

§1º A CAD será representada na Administração Central do MCTI e nas Unidades de Pesquisa por subcomissões de acompanhamento.

§2º Caberá às Subcomissões da CAD apreciar e julgar, em primeira instância, o recurso interposto pelo servidor quanto à sua avaliação individual, encaminhando-o à CAD, a pedido do servidor e com parecer recomendativo, para apreciação e julgamento em última instância.

§3º A Subcomissão de Acompanhamento da CAD da Administração Central do MCTI terá a seguinte composição:

a) 1 representante da área de Recursos Humanos, como presidente;

b) 2 representantes ocupantes de função gerencial.

c) 2 representantes dos servidores, não ocupantes de função gerencial.

§4º Os membros da Subcomissão não poderão participar da CAD.

Art. 29 A forma de funcionamento da CAD e suas Subcomissões será definida em regimento interno a ser editado pelo Secretário Executivo do MCTI, obedecendo, no que couber, os termos da Portaria MCT 001/ 2011, que trata do Regimento Interno da Comissão Interna do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia.

XI - DOS PRAZOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 30 O processamento tempestivo das avaliações ficará condicionado à estreita observância dos procedimentos e prazos a seguir especificados, os quais deverão ser cumpridos, sob pena de responsabilidade, nos termos do art. 122 da Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990:

I - a Unidade de Recursos Humanos do MCTI terá até o último dia útil do mês de fevereiro de cada ano para informar sobre os procedimentos e prazos e dar ampla divulgação às unidades de avaliação acerca do início do processo de avaliação; e

II - as Unidades de Avaliação terão até o dia 5º dia útil do mês de março de cada ano, para concluir todos os procedimentos de avaliação e encaminhar o Relatório Consolidado dos Resultados da Avaliação de Desempenho Individual, na forma do Anexo IV, contendo o resultado das avaliações de desempenho individual dos servidores de sua lotação, e as respectivas Fichas de Avaliação de Desempenho Individual - FADI.

XII - DOS RECURSOS

Art. 31 Aos servidores abrangidos por esta Portaria é assegurada ampla participação no processo de avaliação de desempenho, mediante prévio conhecimento dos critérios e instrumentos utilizados, assim como do acompanhamento do processo e da política de avaliação.

Art. 32 O servidor poderá apresentar pedido de reconsideração, devidamente justificado, contra o resultado da avaliação individual, no prazo de dez dias, contados a partir da data de recebimento do resultado da avaliação para ciência, por meio do preenchimento da Ficha de Reconsideração de Avaliação de Desempenho Individual (Anexo V), em sistema informatizado.

§ 1º Na impossibilidade de aplicação do sistema de que trata o caput deste artigo, a apresentação do pedido de reconsideração poderá ser realizada por meio de formulário impresso, conforme orientação da Unidade de Recursos Humanos.

§ 2º O pedido de reconsideração de que trata o caput deste artigo será apresentado à Unidade de Recursos Humanos, que o encaminhará à chefia imediata para apreciação.

§ 3º O pedido de reconsideração será apreciado, pela chefia imediata, no prazo máximo de cinco dias, podendo deferir o pleito, total ou parcialmente, ou indeferi-lo.

§ 4º O recurso deverá ser formulado no modelo constante do Anexo V, quando se tratar de servidor em exercício, os quais serão preenchidos por meio de sistema informatizado a ser disponibilizado para esse fim, contendo:

I - justificativa com parâmetros objetivos, identificando o fator de competência e contestando a pontuação recebida;

II - argumentação clara e consistente; e

III - solicitação de alteração dos pontos atribuídos.

§ 5º A decisão da chefia sobre o pedido de reconsideração deverá ser apresentada, no máximo até o dia seguinte ao de encerramento do prazo para apreciação pelo avaliador, à Unidade de Recursos Humanos que dará ciência ao servidor e à Sub-CAD.

Art. 33 Na hipótese de deferimento parcial ou de indeferimento do pleito, caberá recurso à Sub-CAD, no prazo de dez dias, que o julgará.

Parágrafo Único. Persistindo o indeferimento, o pleito poderá ser encaminhado à CAD para apreciação e julgamento em última instância.

Art. 34 O resultado final do recurso deverá ser publicado no Boletim de Serviço e/ou na intranet do MCTI.

Art. 35 A ausência de resposta por parte da chefia imediata ou da Sub-CAD sem justificativa, nos prazos estabelecidos por esta Portaria, será considerada como concordância ao recurso impetrado pelo servidor.

Art. 36 Para o servidor que estiver em afastamentos legais, o prazo para apresentação de recurso contará a partir da data de retorno ao serviço.

XIII - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

I - Do primeiro ciclo de avaliação

Art. 37 Conforme o Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010 e Art. 24 da Orientação Normativa nº 7, de 31 de agosto de 2011, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, somente no primeiro ciclo de avaliação de desempenho serão admitidas as exceções previstas a seguir:

I - os servidores serão avaliados apenas pela chefia imediata;

II - inexistirá a finalidade da instituição do plano de trabalho;

III - o último percentual apurado em avaliação de desempenho institucional já efetuado no MCTI poderá ser utilizado para o cálculo da parcela atribuída em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional;

IV - Fica definido o primeiro ciclo de avaliação de desempenho do MCTI o período compreendido entre 01/11/2012 a 28/02/2013;

V - as atribuições da CAD ficarão a cargo da Unidade de Recursos Humanos do MCTI, que julgará os recursos em última instância.

Parágrafo Único. O resultado apurado em avaliação de desempenho institucional, conforme disposto no inciso III do caput, será o disposto na Portaria nº 144 de 15 de setembro de 2002.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38 As avaliações de desempenho individual e institucional serão utilizadas como instrumento de gestão, visando a capacitação e ao aperfeiçoamento profissional, bem como o desempenho do órgão em face de seus objetivos e metas institucionais.

Art. 39 O servidor que obtiver um Índice de Desempenho Individual - IDI inferior a cinquenta por cento na avaliação de desempenho individual será imediatamente submetido a processo de análise da adequação funcional e de capacitação, se for o caso.

Parágrafo único. A análise de adequação funcional visa a identificar as causas dos resultados obtidos na avaliação do desempenho e servir de subsídio para a adoção de medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

Art. 40 A Unidade de Recursos Humanos do MCTI será responsável por:

I - guardar os registros referentes à avaliação de desempenho dos servidores da Administração Central do MCTI;

II - atuar junto às Unidades de Avaliação com vistas ao cumprimento dos prazos.

III - providenciar o cálculo e pagamento da GDACT;

IV - identificar os casos de necessidade de adequação funcional, treinamento ou capacitação, conforme dispõe o art. 38 desta Portaria;

V - acompanhar e controlar a aplicação do estabelecido nesta Portaria e na legislação pertinente; e

VI - treinar os usuários do sistema de avaliação.

Art. 41 É facultado ao servidor, a qualquer tempo, a consulta a todos os documentos de seu Processo Administrativo de Avaliação de Desempenho Individual, mediante solicitação, por escrito, à Unidade de Recursos Humanos.

Art. 42 Cada Unidade de Pesquisa, integrante da estrutura básica do MCTI, ficará responsável pela elaboração de suas normas, de seus ciclos de avaliação e dos instrumentos de Desenvolvimento Individual e Institucional da GDACT.

Art. 43 O disposto nesta Portaria aplica-se aos servidores pertencentes ao quadro permanente de servidores do MCTI que recebem a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE.

Parágrafo Único. Os valores a serem pagos a título de GDPGPE serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos aferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante no Anexo I da Portaria 399, de 09 de Setembro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP.

Art. 44 Os casos omissos serão resolvidos pela CAD e, se necessário, submetidos à autoridade competente.

Art. 45 Revoga-se a Portaria MCTI nº 291, de 17 de julho de 2001.

Art. 46 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP

ANEXO I

Fórmula para o cálculo do
Índice de Metas Globais - IMGlo

$$IMGlo\ (\%) = \frac{\sum_{i=1}^{n} (Aai/Api)}{n} \times 100, \text{ onde:}$$

n - Número de Metas do PPA, sob responsabilidade do MCTI, selecionadas para mensuração de desempenho

Api – Meta global Prevista para a ação i

Aai – Meta global Alcançada para a ação i

Fórmula para o cálculo do
Índice de Metas Intermediárias - IMInt

$$IMInt\ (\%) = \frac{\sum_{i=1}^{n} (Bai/Bpi)}{n} \times 100, \text{ onde:}$$

n - Número de Metas Intermediárias em consonância com a meta global e segmentada por unidade de avaliação

Bpi – Meta Intermediária Prevista para a ação i

Bai – Meta Intermediária Alcançada para a ação i

Fórmula para o cálculo do
Índice de Final de Desempenho Institucional - IFDI
(em percentual)

$$IFDI\ (\%) = \frac{IMGlo + IMInt}{2}$$

Tabela de pontos de Avaliação Institucional para pagamento da GDACT

Índice Final de Desempenho Institucional - IFDI	PONTOS
75% < IFDI ≤ 100%	80
65% < IFDI ≤ 75%	70
55% < IFDI ≤ 65%	61
45% < IFDI ≤ 55%	52
35% < IFDI ≤ 45%	43
25%< IFDI ≤ 35%	34
0% < IFDI ≤ 25%	25

Fórmula para o cálculo do
Índice de Metas Individuais - IMI

$$IMI\ (\%) = \frac{\sum_{i=1}^{n} (Cai/Cpi)}{n} \times 100, \text{ onde:}$$

n - Número de Metas Individuais em consonância com as metas intermediárias correspondentes à equipe de trabalho

Cpi – Meta global Prevista para a ação i

Cai – Meta global Alcançada para a ação i

Fórmula para o cálculo do
Índice de Desempenho Individual - IDI

IDI = (A x 0,15) + (B x 0,6) + (C x 0,25), onde:

A - pontos atribuídos pelo próprio avaliado

B - pontos atribuídos pela chefia imediata

C - média dos pontos atribuídos pelos integrantes da equipe de trabalho

Cálculo do IDI obtido (%): total de pontos / 100

Número de pontos dos fatores de competência obtidos pelo servidor

Índice de Desempenho Individual - IDI	PONTOS
75% < IDI ≤ 100%	15
50% < IDI ≤ 75%	11
25 % < IDI ≤ 50%	7
IDI ≤ 25%	3

Tabela para a pontuação final da Avaliação de Desempenho Individual para pagamento da GDACT

IMI \ IDI	IDI ≤ 25%	25% < IDI ≤ 50%	50% < IDI ≤ 75%	75% < IDI ≤ 100%
75% < IMI ≤ 100%	8 pontos	12 pontos	16 pontos	20 pontos
50% < IMI ≤ 75%	7 pontos	11 pontos	15 pontos	19 pontos
25% < IMI ≤ 50%	6 pontos	10 pontos	14 pontos	18 pontos
IMI ≤ 25%	5 pontos	9 pontos	13 pontos	17 pontos

EXEMPLAR DE ASS

ANEXO II

MCTI	SECRETARIA-EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS	PLANO DE TRABALHO METAS INDIVIDUAIS	Período de Avaliação De / / a / /	Página /

Nome da Unidade de Avaliação	Sigla da Unidade de Avaliação– UA	
Nome do Gestor da Unidade de Avaliação	Cargo	SIAPE
Metas Intermediárias da Unidade		
Ações mais representativas da Unidade		
Atividades, projetos e processos da Unidade		

Equipes de Trabalho

NOME DA CHEFIA	CARGO	MATRÍCULA SIAPE

MEMBROS		METAS DE DESEMPENHO PACTUADAS		
MATRÍCULA SIAPE	NOME DO(A) SERVIDOR(A)	COMPROMISSO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	ASSINATURAS	
			SERVIDOR	CHEFIA IMEDIATA

Observações: 1. Se necessária inclusão de outras EQUIPES DE TRABALHO ou complementação de dados, favor reproduzir o mesmo quadro, de maneira a atender à Unidade, numerando as páginas.

2. A apuração final do cumprimento das metas e demais compromissos componentes da avaliação de desempenho será registrada no Relatório Consolidado.

Á autoridade competente desta Unidade de Avaliação.

Local e data: _____/____/____

_____ _____

Carimbo e assinatura do Gestor da Unidade de Avaliação

Carimbo e assinatura da autoridade competente da Unidade de Avaliação

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012122100026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO III

FICHA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL (FADI)

MCTI	SECRETARIA-EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS	FICHA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL (FADI)

Ciclo de Avaliação: De / / a / /			
Unidade de Avaliação		Sigla da Unidade de Avaliação	
Nome completo do avaliado			Matrícula SIAPE
Cargo Efetivo		Função	
Unidade de exercício	Telefone com DDD ( )	Endereço Eletrônico (e-mail):	
Nome da chefia imediata			Matrícula SIAPE
Endereço eletrônico (e-mail):			Telefone com DDD: ( )

Observações:

1. Para que o processo de avaliação de desempenho individual seja efetivo, solicitamos que a chefia preencha os dados abaixo e proceda à avaliação de seu subordinado de acordo com os 5 fatores e seus critérios abaixo especificados;

2. É de responsabilidade dos envolvidos no processo, o cumprimento dos prazos determinados no cronograma, o acompanhamento da evolução do processo e, ao final, o registro e a ciência dos procedimentos.

Superou a expectativa(5) Atendeu à expectativa (4) Atendeu a mais de 50% da expectativa (3) Atendeu à 50% ou a menos de 50% da expectativa (2) Não atendeu à expectativa (1)

☐ Autoavaliação ☐ Chefia Imediata - Servidor ☐ Servidor – Chefia Imediata (até DAS 3) ☐ Membro da equipe (pares)

FATORES DE COMPETÊNCIA	REQUISITOS	PONTOS				
1. **Produtividade**: capacidade de atender às demandas com qualidade e em quantidade apropriada, considerando-se os fatores tempo, emprego de recursos materiais e/ou financeiros com planejamento e organização.	a) Executa as suas atividades de acordo com os padrões de qualidade aceitáveis	1	2	3	4	5
	b) Realiza suas atividades dentro dos prazos estabelecidos	1	2	3	4	5
	c) Realiza volume de trabalho condizente com a demanda, considerando os recursos disponibilizados	1	2	3	4	5
	d) Realiza efetivamente as atividades do cargo que ocupa	1	2	3	4	5
	e) Utiliza com racionalidade os recursos (humanos/materiais/financeiros) colocados à sua disposição	1	2	3	4	5
2. **Conhecimento de Métodos e Técnicas**: conhecimento, aprofundamento, atualização, senso crítico e proposição de mudanças dos métodos, técnicas e processos inerentes ao seu trabalho	a) Planeja e organiza as próprias atividades priorizando a execução das mais importantes	1	2	3	4	5
	b) Executa regularmente seu trabalho, sem necessidade de orientação	1	2	3	4	5
	c) Busca atualizar-se quanto aos métodos e técnicas a serem aplicados no desempenho de suas atribuições	1	2	3	4	5
3. **Trabalho em equipe**: capacidade de trabalhar levando-se em conta a preservação dos relacionamentos, a colaboração com seus pares, a disseminação do senso de coletividade, a abertura aos debates e a capacidade de agregação;	a) Desenvolve relacionamentos positivos com seus pares	1	2	3	4	5
	b) Mostra-se colaborativo com seus pares, ajudando o grupo sempre que possível	1	2	3	4	5
	c) Estimula e reforça ações que favoreçam a união do grupo inibindo aquelas que prejudiquem a coletividade	1	2	3	4	5
	d) É aberto ao debate, respeitando a opinião dos outros e revendo sua opinião, sempre que necessário	1	2	3	4	5
	e) É visto como alguém que traz boas contribuições ao grupo, sendo agregador	1	2	3	4	5
4. **Comprometimento com o trabalho:** envolvimento com as atividades pelas quais é responsável no sentido de facilitar e contribuir efetivamente para a resolução de problemas e para o alcance das metas institucionais;	a) Reconhece o seu papel para o cumprimento da missão do MCTI	1	2	3	4	5
	b) Busca retroalimentação, interessando-se pelo impacto/resultado do seu trabalho	1	2	3	4	5
	c) Demonstra persistência diante de dificuldades inerentes aos processos de trabalho	1	2	3	4	5
5. **Cumprimento das normas de procedimento e de conduta ao desempenho das atribuições do cargo**: capacidade para observar e cumprir normas e regulamentos, bem como de manter um padrão de comportamento adequado à administração pública.	a) Conhece e cumpre as normas e regras do Ministério e de sua unidade de exercício	1	2	3	4	5
	b) Trata com urbanidade e profissionalismo as pessoas no ambiente de trabalho	1	2	3	4	5
	c) Encaminha corretamente os assuntos que fogem do seu poder de decisão	1	2	3	4	5
	d) Mantém a apresentação pessoal de acordo com os padrões estabelecidos pelo Ministério	1	2	3	4	5

TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS ☐ PERCENTUAL (IDI) ☐

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012122100027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO IV

RELATÓRIO CONSOLIDADO

MCTI	SECRETARIA-EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS	SOMATÓRIOS DOS PONTOS OBTIDOS

Nome do Servidor Avaliado:		Matrícula:
Cargo Efetivo:	Lotação:	Período de Avaliação:

Fatores	Pontos Obtidos		
	Chefia Imediata	Membros da Equipe (média)	Autoavaliação
1. Produtividade			
2. Conhecimento de Métodos e Técnicas			
3. Trabalho em equipe			
4. Comprometimento com o trabalho			
5. Cumprimento das normas de procedimento e de conduta ao desempenho das atribuições do cargo			
Total			
Índice de Desempenho Individual – IDI:		**Pontos Obtidos (Tabela III):**	
Índice de Metas Individuais – IMI:		**Pontos Obtidos (Tabela II):**	
		Resultado Final em pontos (Tabela IV):	

Identificação do Avaliador		
Nome:	Matrícula:	Função:
_____ Assinatura/Carimbo	Data: _____ / _____ / _____	

Ciência do Servidor		
( ) Concordo com a avaliação ( ) Discordo da avaliação	_____ Assinatura	Data: _____ / _____ / _____

ANEXO V

FICHA DE RECONSIDERAÇÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL

MCTI	SECRETARIA-EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS	FICHA DE RECURSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL

Período de Avaliação:	Unidade de Avaliação:
Nome completo do servidor avaliado	Matrícula SIAPE
Cargo Efetivo	Função

Avaliação a ser reconsiderada: ( ) Chefia imediata ( ) Membro da equipe: _____

Objeto do Recurso - Fatores de Avaliação	Itens Questionados
1. Produtividade	(a) (b) (c) (d) (e)
2. Conhecimento de Métodos e Técnicas	(a) (b) (c)
3. Trabalho em equipe	(a) (b) (c) (d) (e)
4. Comprometimento com o trabalho	(a) (b) (c)
5. Cumprimento das normas de procedimentos e de conduta ao desempenho das atribuições do cargo	(a) (b) (c) (d)

Objeto do Recurso em caso de discordância quanto à(s) meta(s) individual(is), com a identificação da(s) mesma(s)

Argumentação do Servidor à Chefia Imediata (meta(s) individual(is) e/ou fator(es) de avaliação)
Data: _____/ _____/201_ Assinatura:
Parecer da Chefia Imediata
Data: _____/ _____/201_ Assinatura:
Argumentação do Servidor à Sub-CAD
Data: _____/ _____/201_ Assinatura:
Parecer Final da Sub-CAD
Data: _____/ _____/201_ Assinatura:

ATOS DO GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 302, DE 8 DE MAIO DE 2015

Divulga e homologa o resultado quanto ao alcance das metas de desempenho institucional, aprovadas por meio da Portaria MCTI nº 1.384, de 19 de dezembro de 2014, e sua aferição final, relativo ao período de 1/3/2014 a 28/2/2015, para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia – GDACT, devida aos servidores ocupantes dos cargos efetivos, integrantes das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, de Desenvolvimento Tecnológico e de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia, da Administração Central do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 7º ao 11 da Portaria MCTI nº 936, de 19 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º Divulgar e homologar o resultado quanto ao alcance das metas de desempenho institucional, aprovadas por meio da Portaria MCTI nº 1.384, de 19 de dezembro de 2014, e sua aferição final, relativo ao período de 1/3/2014 a 28/2/2015, cujo Índice Final de Desempenho Institucional - IFDI obtido foi de 98,98% (noventa e oito e

noventa e oito por cento), tabulado com base nos dados informados pelos responsáveis pelas metas propostas para o período, conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO REBELO

ANEXO À PORTARIA MCTI Nº 302, DE 08 DE MAIO DE 2015

MCTI	**METAS INSTITUCIONAIS** **3º CICLO DE AVALIAÇÃO: 1° DE MARÇO DE 2014 A 28 DE FEVEREIRO DE 2015** **Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT**

Portaria MCTI nº 936, de 2012 - Art. 8º **As metas referentes à avaliação de desempenho institucional serão segmentadas em**: I - metas globais, elaboradas, quando couber, em consonância com o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA; e II - metas intermediárias, referentes às unidades de avaliação. § 1º As metas globais serão fixadas anualmente, em ato do Ministro de Estado ou a quem este delegar e devem ser mensuráveis utilizando-se, como parâmetros, indicadores de desempenho que visem aferir a qualidade dos serviços relacionados a atividades finalísticas do MCTI, levando-se em conta, no momento de sua fixação, os índices alcançados nos exercícios anteriores, quando houver, bem como a observância aos princípios da economicidade e de eficiência. § 2º As metas globais deverão ser compatíveis com as diretrizes, políticas e metas governamentais. § 3º As metas intermediárias deverão ser elaboradas em consonância com as metas globais, podendo ser segmentadas e definidas a partir dos indicadores de desempenho estabelecidos no Planejamento Estratégico.

Campo 1	**Meta Global definida para todas as Unidades de Avaliação do MCTI/AC**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado: (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 1	Executar 100% dos limites de empenho autorizados pelo Poder Executivo correspondentes à Lei Orçamentária Anual - LOA de 2014.	Cristian de Oliveira Lima	Orçamento empenhado/limite de empenho autorizado	99,28%
Metas Intermediárias definidas por Unidade de Avaliação				

Portaria MCTI nº 936, de 2012 - Art. 2º Parágrafo único. Os Departamentos e as Coordenações-Gerais serão considerados como unidades de avaliação para fins de avaliação de desempenho.

UNIDADE DE AVALIAÇÃO: GABINETE DO MINISTRO – GABMI

COORDENAÇÃO-GERAL DA AGENDA DO MINISTRO - CGAM					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 1	Receber, processar e distribuir 100% das demandas advindas internamente e externamente do MCTI, e de outras Unidades da Federação relacionadas às solicitações de pedidos de audiências/ reuniões com o Ministro.	2106	Paulo Marcos Castro Rodopiano de Oliveira	Nº de demandas recebidas, processadas e distribuídas/Nº de demandas recebidas	100%
Meta 2	Elaborar, pesquisar e preparar materiais para audiências/ reuniões e eventos internos e externos em 100% com participação do Ministro.	2106	Paulo Marcos Castro Rodopiano de Oliveira	Materiais elaborados/ Materiais a serem elaborados	100%
Meta 3	Publicar e divulgar semanalmente 100% a Agenda do Ministro no site do Ministério.	2106	Paulo Marcos Castro Rodopiano de Oliveira	Agenda publicada/Agenda a ser publicada	100%

Meta 4	Planejar e solicitar pedidos de viagens nacionais e internacionais à Força Aérea Brasileira (FAB)	2106	Paulo Marcos Castro Rodopiano de Oliveira	Pedidos de viagem realizados/Pedidos de viagem planejados e solicitados	100%

COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO – CGAD					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 5	Receber, processar e distribuir 100 % das demandas advindas do Gabinete do Ministro do MCTI, e de outras Unidades da Federação.	2106	Conceição Aparecida da Silva	Nº de demandas recebidas, processadas e distribuídas/Nº de demandas recebidas	100%
Meta 6	Acompanhar 100% dos processos de afastamentos do País.	2106	Conceição Aparecida da Silva	Nº de processos acompanhados/Nº de processos recebidos para acompanhamento	100%

Meta 7	Providenciar 100 % os pedidos de emissão de passaporte oficial.	2106	Conceição Aparecida da Silva	Nº de pedidos emitidos/Nº de pedidos recebidos	100%
Meta 8	Redigir e revisar 100% dos documentos oficiais.	2106	Conceição Aparecida da Silva	Nº de documentos oficiais redigidos e revisado/Nº de documentos oficiais recebidos	100%

COORDENAÇÃO-GERAL DA COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA – CGBio					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 9	Organizar e realizar 10 reuniões ordinárias da CTNBio e 10 reuniões das Subcomissões Setoriais Humana e Animal e 10 Reuniões das Subcomissões Setoriais Vegetal e Ambiental	2106	Tassiana Fronza	N° de reuniões realizadas/N° de reuniões previstas	100%
Meta 10	Realizar 15 (quinze) visitas técnicas anuais às Instituições com Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB)	2106	Tassiana Fronza	N° de visitas técnicas realizadas/N° de visitas técnicas previstas	100%
Meta 11	Emitir 350 (trezentos e cinqüenta) pareceres técnicos	2106	Tassiana Fronza	N° de pareceres emitidos/N° de pareceres previstos	100%
COORDENAÇÃO-GERAL DA SECRETARIA DO CONSELHO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – CGCT					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 12	Planejar e organizar as atividades para a realização da reunião do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia .	2106	Marylin Peixoto da Silva Nogueira	Reunião realizada/Reunião prevista	100%

Meta 13	Planejar e Coordenar 4 (quatro) reuniões das Comissões Temáticas que compõem o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.	2106	Marylin Peixoto da Silva Nogueira	Reuniões realizadas/Reuniões previstas	100%
Meta 14	Processar e responder em tempo hábil 100% das demandas encaminhadas à Secretaria Executiva do CCT.	2106	Marylin Peixoto da Silva Nogueira	Demandas respondidas/Demandas recebidas	100%
Meta 15	Planejar, organizar e processar 100% das demandas decorrentes das Unidades Técnicas viabilizadas por meio do projeto de cooperação técnica MCTI-Unesco.	2106	Marylin Peixoto da Silva Nogueira	Demandas respondidas/Demandas recebidas	100%

COORDENAÇÃO-GERAL DO CERIMONIAL – CGCE					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 16	Processar e responder, em tempo hábil, 90% dos convites direcionados ao Ministro e recebidos pela CGCE.	2106	Simone Santana Franco	Convites respondidos a tempo/Convites recebidos	100%
Meta 17	Acompanhar o Ministro em 90% de suas atividades oficiais fora do Ministério e que exijam protocolo.	2106	Simone Santana Franco	Atividades acompanhadas/Atividades oficiais	100%
Meta 18	Elaborar roteiros prévios de participação do Ministro em 100% dos eventos internos e externos que exijam protocolo.	2106	Simone Santana Franco	Roteiros elaborados/Nº de Eventos	100%

Meta 19	Preparar e/ou acompanhar 90% das reuniões internas do Ministro com autoridades nacionais e internacionais que exijam protocolo.	2106	Simone Santana Franco	Reuniões preparadas e/ou acompanhadas/Reuniões realizadas	100%
Meta 20	Planejar, organizar, realizar e/ou apoiar a logística de 90% dos eventos demandados pelo Gabinete do Ministro e pelas Secretarias que necessitem de participação da CGCE.	2106	Simone Santana Franco	Demandas atendidas/Demandas recebidas	100%

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – ASCOM					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 21	Viabilizar a divulgação da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) junto às 27 coordenações estaduais da SNCT.	2106	Flávio Fonte-Boa	Divulgação realizada/Divulgação prevista	93%
Meta 22	Realizar 3 (três) campanhas que deem publicidade aos programas e políticas públicas do MCTI, que possuam grande potencial e sejam significativas para a sociedade, ao abordarem temas que se referem em importantes benefícios para os cidadãos, mesmo que direcionados a seguimentos sociais.	2106	Flávio Fonte-Boa	Campanhas realizadas/Campanhas previstas	100%
Meta 23	Analisar 100% das demandas anual apresentada a esta ASCOM, para divulgação das ações e programas do MCTI.	2106	Flávio Fonte-Boa	Demandas analisadas/Demandas previstas	100%

Meta 24	Viabilizar a criação e produção de 100% das demandas aprovadas, relativas à divulgação das ações dos programas do CTI por meio do contrato de serviços de publicidade.	2106	Flávio Fonte-Boa	Criação e produção realizada/Criação e produção prevista	92%
Meta 25	Destinar 50% dos recursos de manutenção de canais de acesso e visibilidade às informações dos programas e ações realizadas pelo MCTI e suas Unidades de forma integrada em veículos e espaço de grande apelo e público aos temas desta pasta ministerial.	2106	Flávio Fonte-Boa	Destinação realizada/Destinação prevista	100%

ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO – AECI					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 26	Promover o registro, dar tratamento e acompanhar 100% das demandas relacionadas ao campo de atuação do Assessor Especial de Controle Interno.	2106	Marcos Luiz Manzochi	Nº de demandas registradas e tratadas/Nº de demandas recebidas	100%
ASSESSORIA PARLAMENTAR – ASPAR					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 27	Analisar 100% das pautas de Comissões Prioritárias (Comissões Permanentes e Comissões de temas pertinentes ao MCTI).	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de Pautas analisadas/Quantidade de Pautas previstas	100%

Meta 28	Informar as atividades legislativas, por meio do encaminhamento de 2 informativos semanais, cobrindo pelo menos 85% das semanas com atividade legislativa.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade Informativos encaminhados/ Quantidade Informativos previstos	100%
Meta 29	Encaminhar 100% das informações sobre o andamento legislativo das proposições prioritárias diretamente para o titular das áreas interessadas.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de informações encaminhadas / Quantidade de Informações previstas (Quantidade de projetos prioritários em estágio avançado de tramitação + Quantidade de projetos extrapauta prioritários)	100%
Meta 30	Acompanhar a tramitação de 100% dos requerimentos de audiência pública que envolvem autoridades do MCTI.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de Tramitações acompanhadas/Quantidade de requerimentos apresentados	100%
Meta 31	Acompanhar a autoridade do MCTI em 100% das audiências públicas.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de Audiências acompanhadas/ Quantidade de Audiências com o MCTI realizadas	100%
Meta 32	Realizar breve relato de 100% das audiências acompanhadas.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de Relatórios feitos/ Quantidade de Audiências com o MCTI realizadas	100%
Meta 33	Resolver 50% das pendências do e-SIAL mensalmente.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de solicitações de manifestação feitas pela ASPAR/Qtde. Total de Pendências	100%
Meta 34	Acompanhar a tramitação legislativa de 100% dos RICs para o MCTI.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de RICs acompanhados/Quantidade de RICs apresentados	100%

Meta 35	Acompanhar a tramitação legislativa de 100% dos RICs para o MCTI dentro do Ministério.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de RICs acompanhados/Quantidade de RICs apresentados	100%
Meta 36	Fornecer 100% de respostas a RICs dentro do prazo.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de Respostas dentro do prazo/Quantidade de Total de Respostas	100%
Meta 37	Encaminhar 100% das solicitações de manifestação acerca de matérias em fase de sanção à área competente.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de Encaminhamentos/Quantidade de Solicitações de manifestação	100%
Meta 38	Despachar 100% das solicitações com as autoridades competentes.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de Despachos/ Quantidade de Solicitações de manifestação	100%
Meta 39	Fornecer 100% de respostas às solicitações dentro do prazo.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de Respostas dentro do prazo/Qtde. Total de Respostas	100%
Meta 40	Identificar 70% dos projetos novos apresentados que tenham interface com o MCTI.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de Projetos identificados/Quantidade de Projetos apresentados	100%
Meta 41	Identificar 90% de pronunciamentos de matérias relevantes para o MCTI na mesma semana em que ocorreram.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de pronunciamentos mapeados na mesma semana/ Quantidade total de pronunciamentos	100%
Meta 42	Acompanhar e informar sobre 80% da tramitação da execução de emendas parlamentares solicitadas pelos Congressistas.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de informações fornecidas/Quantidade de informações solicitadas	100%
Meta 43	Encaminhar 100% das demandas parlamentares à área competente no MCTI.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de demandas encaminhadas/ Quantidade de demandas recebidas	100%
Meta 44	Acompanhar 85% das reuniões com parlamentares no MCTI.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de reuniões acompanhadas/ Quantidade de reuniões realizadas	100%

Meta 45	Acompanhar 90% das reuniões de governo concernentes a proposições legislativas de interesse do MCTI.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de reuniões acompanhadas/ Quantidade de reuniões realizadas	100%
Meta 46	Elaborar perfis parlamentares de 75% dos congressistas que são recebidos em reunião no Ministério.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de perfis elaborados/ Quantidade de parlamentares em contato com o Ministério	100%

UNIDADE DE AVALIAÇÃO: SECRETARIA EXECUTIVA – SEXEC

GABINETE – GABEX

Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 47	Dar resposta a 100% das demandas do SecretárioExecutivo referentes a levantamento, análise e consolidação de informações de CTI.	2106	Fábio Donato Soares Larotonda	Qtde respostas/ Qtde demandada	100%
Meta 48	Garantir 100% de respostas aos pedidos de Notas Técnicas, Notas Informativas e Pareceres.	2106	Fábio Donato Soares Larotonda	Qtde de respostas emitidos/Qtde pedidos	100%
Meta 49	Dar resposta a 100% dos textos e outros materiais correlatos demandados a esta Secretaria-Executiva necessários à formulação, implementação e difusão de políticas de CTI.	2106	Fábio Donato Soares Larotonda	Qde de respostas elaboradas/Qde demandas	100%
Meta 50	Garantir 80% das respostas dentro do prazo a questionamentos com prazo definido em leis, regulamentos, portarias, memorandos e outros instrumentos congêneres.	2106	Fábio Donato Soares Larotonda	Qde de respostas emitidas dentro do prazo estabelecido/Qde questionamentos com prazo definido	90%
Meta 51	Garantir participação da Secretaria-Executiva em, no mínimo, 70% das reuniões de comissões, comitês, grupos de trabalho e outras reuniões nas quais tenha assento e para as quais seja oficialmente convocada.	2106	Fábio Donato Soares Larotonda	Qde de participação em reuniões/ total de convocações oficiais	90%

Meta 52	Promover o registro, a análise e o acompanhamento de 100% dos processos de afastamento do país.	2106	Celma Irene Castanheiro	Nº de processos registrados/nº de processos demandados	100%
Meta 53	Receber e tratar 100% dos documentos endereçados à Secretaria-Executiva.	2106	Cláudia Silva Prates França	Qtde de documentos tratados/Qtde de documentos recebidos	100%
Meta 54	Dar resposta a 100% das demandas por atividade de apoio ao Gabinete da Secretaria-Executiva.	2106	Cláudia Silva Prates França	Qtde de resposta /Qtde de demandada	100%
Meta 55	Promover o registro, o tratamento e o acompanhamento de 100% das requisições dos órgãos de controle direcionadas à Secretaria-Executiva.	2106	Cláudia Silva Prates França	Nº de requisições registradas/nº de requisições recebidas	100%
Meta 56	Tratar e acompanhar 100% dos projetos formalmente apresentados à Secretaria-Executiva.	2021	Cláudia Silva Prates França	Nº de projetos tratados/nº de projetos apresentados	100%

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS UNIDADES DE PESQUISA – SCUP

GABINETE					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 57	Realizar o levantamento das demandas dos projetos de P&D,I, definir prioridades em função dos recursos alocados no PO, realizar a descentralização orçamentária/financeiras às UPs selecionadas e acompanhar a execução das metas estabelecidas, referente ao desenvolvimento de novas linhas de pesquisa nas Unidades de Pesquisa do MCTI.	2021	Clébia S. F. Martins	Quantidade de projetos apoiados/quantidade de projetos demandado	100%
Meta 58	Realizar o levantamento das demandas de Gestão Integrada dos Acervos de Informação Científica e Tecnológica das Unidades de Pesquisa do MCTI, definir prioridades em função dos recursos alocados no PO, realizar a descentralização orçamentária/financeiras a CAPES e às UPs selecionadas e acompanhar a execução das metas estabelecidas	2021	Clébia S. F. Martins	Título apoiados/ Título previsto	100%
Meta 59	Apoiar, planejar, organizar e participar de eventos demandados pelo MCTI e relacionados às atividades dos seus Institutos de Pesquisa	2021	Clébia S. F. Martins, Ludmila Brito Ribeiro	Eventos apoiado/eventos demandados	100%
Meta 60	Atestar 100% da conformidade de registro de gestão no SIAFI e acompanhar 100% da execução orçamentária e financeira das ações e planos	2021	Roberta Ribeiro, Nanci Silva, Clébia S.F. Martins Rafael	Execução e conformidade acompanhada/ Execução e conformidade prevista	100%
	orçamentários sob responsabilidade da SCUP e Institutos de Pesquisa do MCTI .		Correia		

Meta 61	Planejar e acompanhar a fase qualitativa e lançar 100% dos dados no SIOP da fase quantitativa do PPA e PLOA das ações e planos orçamentários sob responsabilidade da SCUP e Institutos de Pesquisa do MCTI.	2021	Clébia S. F. Martins	Qtde dados lançados no SIOP/Qtde dados previstos para lançamento no SIOP	100%
Meta 62	Levantar mensalmente as necessidades financeiras dos Institutos de Pesquisa sob responsabilidade da SCUP e acompanhar o cronograma de desembolso	2021	Nanci Silva e Roberta Ribeiro	Levantamento realizado/Levantamento previsto	100%
Meta 63	Elaborar 40 Pareceres Técnicos para os Termos de Execução Descentralizada - TED	2021	Clébia S. F. Martins	Pareceres elaborados/Pareceres previstos	100%
Meta 64	Levantar e acompanhar 100% dos créditos suplementares da SCUP e Institutos de Pesquisa do MCTI.	2021	Clébia S. F. Martins	Créditos suplementares acompanhados/Créditos suplementares disponibilizados	100%
Meta 65	Promover a execução orçamentária e financeira da Unidade Gestora Executora nº 240113 - Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP.	2021	Roberta Ribeiro, Nanci Silva	Execução Orçamentária e Financeira realizada/ Execução Orçamentária e Financeira prevista	100%
Meta 66	Realizar o levantamento de demandas de comunicação dos Institutos de Pesquisa do MCTI.	2021	Ludmila Ribeiro	Levantamento realizado/Levantamento previsto	100%
Meta 67	Publicar/divulgar boletins para divulgação das ações dos Institutos de Pesquisa do MCTI.	2021	Ludmila Ribeiro	Boletins publicados/Boletim previstos	100%
Meta 68	Disponibilizar, por meio dos Institutos de Pesquisa do MCTI, publicações de interesse público no âmbito da Ciência, Tecnologia e Inovação.	2021	Ludmila Ribeiro	Publicações em C&T,I realizados/ Publicações em C&T,I previstos	100%
Meta 69	Elaborar relatórios estatísticos de Recursos Humanos dos Institutos de Pesquisa do MCTI.	2021	Ludmila Ribeiro	Relatórios elaborados/Relatórios previstos	100%

Meta 70	Elaborar relatórios estatísticos referente à execução orçamentária e financeira das ações e planos orçamentários sob responsabilidade da SCUP e Institutos de Pesquisa do MCTI.	2021	Clébia S. F. Martins, Nanci Silva e Roberta Ribeiro	Relatórios Estatísticos elaborados/ Relatórios Estatísticos previstos	100%
Meta 71	Elaborar relatórios estatísticos referente a indicadores pactuados pelos Termos de Compromisso de Gestão - TCGs das Unidades de Pesquisa do MCTI.	2021	Andreia Nascimento	Planilhas e Relatórios elaborados/ Planilhas e Relatórios previstos	100%
Meta 72	Receber, promover o registro, o tratamento e acompanhamento de 100% dos documentos endereçados à SCUP.	2021	Lucrécia Imaculada, Valmiron Mota, Iranize Souza, Sinisia Oliveira, Rogéria Silva e Robério Tomaz	Documentos registrados e acompanhados/documentos recebidos	100%

COORDENAÇÃO-GERAL DE SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS – CGOS					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 73	Celebrar pelo menos um Termo Aditivo por Contrato de Gestão.	2021	Felipe Bellucci	Nº de Termo Aditivos celebrados/Nº de Termos Aditivos Previstos (6)	100%
Meta 74	Realizar a avaliação anual e o acompanhamento semestral dos contratos de gestão.	2021	Felipe Bellucci	Nº de avaliações realizadas/Nº avaliações previstas (12)	100%

Meta 75	Iniciar a avaliação do ciclo plurianual com vistas à renovação dos Contratos de Gestão das 5 Organizações Sociais (CGEE, CNPEM, IDSM, IMPA e RNP).	2021	Felipe Bellucci	Nº de avaliações iniciadas/ Nº de avaliações previstas (5)	100%
Meta 76	Colocar em execução 100% as recomendações das Comissões de Avaliação (CA) dos Contratos de Gestão, ou ter as justificativas para a impossibilidade de cumprimento definido pela mesma CA.	2021	Felipe Bellucci	(Recomendações atendidas + justificativas aceitas)/Total de recomendações	100%
Meta 77	Dar resposta a 100% das solicitações de informação via SIC que disserem respeito aos contratos de gestão.	2021	Felipe Bellucci	Solicitações atendidas no prazo/total de solicitações	100%

COORDENAÇÃO-GERAL DAS UNIDADES DE PESQUISA – CGUP					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 78	Implantar os indicadores pactuados nos Termos de Compromisso de Gestão - TCG e visitas técnicas de reforço no treinamento do SIGTEC em 11 Unidades de Pesquisa do MCTI (LNCC, CETENE, INSA, MAST, ON, LNA, INPA, CETEM, CTI, INT e MPEG) e no IAE (Instituição de Pesquisa).	2106	Isabel Felicidade Aires Campos	Indicadores implantados/Indicadores previstos (12)	100%

Meta 79	Desenvolver um Sistema de Informações Gerenciais para ser utilizado a partir da SCUP, que agregue informações de cada Unidade de Pesquisa a partir das bases de dados do SIGTEC.	2106	Isabel Felicidade Aires Campos	Sistema desenvolvido/Sistema previsto	100%
Meta 80	Pactuar, acompanhar e avaliar a execução dos Termos de Compromisso de Gestão (TCG) das 13 (treze) Unidades de Pesquisa (CBPF, CTI, CETEM, INT, IBICT, INPA, INSA, INPE, LNCC, LNA, MAST,MPEG e ON).	2106	Alex Fabiano de Almeida Borges e David Conway Oren	Execuções pactuadas, acompanhadas e avaliadas/Execuções previstas (13)	100%
Meta 81	Realizar o levantamento das demandas referentes a expansão, modernização e manutenção das instalações fisícas (prediais e laboratoriais), bem como dos equipamentos das Unidades de Pesquisa, definir prioridades em função dos recursos alocados no PO, realizar a descentralização orçamentária/financeiras às UPs selecionadas e acompanhar a execução das metas estabelecidas.	2021	Ana Mari Comini Curi	Levantamento realizado/Levantamento previsto (7)	100%
Meta 82	Acompanhar anualmente a concessão de 700 bolsas do Programa de Capacitação Institucional, distribuídas em 20 projetos institucionais asaber: CNPEM, CBPF, CETEM, CETENE, CNEN, CTI, GEOMA, IBICT, IDSM, IMPA, INMA, INPA, INPE, INSA, INT, LNA, LNCC, MAST, MPEG e ON).	2106	Lucrecia Imaculada Conceição / Ruth Costa Cardoso	Concessões acompanhadas/Concessões previstas (700)	100%
Meta 83	Acompanhar e analisar o processo das contribuições a organismos e/ou entidades nacionais (ABC, SBPC e ABPTI).	2106	César A.R. Carmo	Processos acompanhados e analisados/processos previstos	100%

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

GABINETE					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 84	Processar (do registro à expedição final), acompanhar, tratar, encaminhar, produzir/processar 80% da demanda submetida à SPOA em 48 horas.	2106	Romaly de Carvalho	Demanda executada no prazo/Demanda submetida	100%
Meta 85	Responder 100% das solicitações de Auditoria dos órgãos de controle	2106	Romaly de Carvalho	Solicitações de Auditoria respondidas/Solicitações de Auditoria recebidas	100%

ASSESSORIA DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES – APDIS					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 86	Executar, no prazo legal, 100% das demandas referentes aos Processos Disciplinares recebidos na Unidade, desde a instauração até o Relatório Final.	2106	Hugo Sérgio Ungaretti	Relatórios Finais submetidos à SPOA no prazo legal/Demandas recebidas	100%

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS – CGRL

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 87	Acompanhar e supervisionar a execução de 100% das ações sob responsabilidade das Coordenações (COIN-COEX) da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos.	2106	Domingos Carlos Pereira Rego	Nº de ações acompanhadas e supervisionadas realizadas/Nº de ações acompanhadas e supervisionadas previstas	100%
Meta 88	Acompanhar e supervisionar a execução de 100% das ações sob responsabilidade da Coordenação de Logística e Execução-COEX	2106	Luiz Soares Maia	Nº de ações acompanhadas e supervisionadas realizadas/Nº de ações acompanhadas e supervisionadas previstas	100%
Meta 89	Executar 100% dos processos distribuídos para Execução Orçamentária e Financeira até 15 dias antes do término do período de avaliação, desde que se encontrem com todas as condições para conclusão, excluindo-se os processos devolvidos às unidades demandantes para complementação.	2106	Carlos Eduardo dos Santos e Priscila Ferreira de Queiroz Pinto	Total dos Processos Executados/(Processos Distribuídos - Processos Devolvidos)	100%
Meta 90	Executar 100% dos processos de concessão de diárias e passagens distribuídos até 20 dias antes do término do período de avaliação, desde que se encontrem com todas as condições para conclusão, excluindo-se os processos devolvidos às unidades demandantes para complementação.	2106	Carlos Eduardo dos Santos, Fabrício Cirilo e Priscila Ferreira de Queiroz Pinto	Total dos Processos Executados/(Processos Distribuídos - Processos Devolvidos)	100%
Meta 91	Efetuar pelo menos 100 análises intermediárias em convênios, termos de parcerias e contribuição financeira.	2106	Romana Pessoa Picanco	Análises de CV, TP e CFs realizadas/Análises de CV, TP e CFs previstas.	100%

Meta 92	Finalizar pelo menos 50 convênios, termos de parceria e contribuição financeira.	2106	Romana Pessoa Picanco	CV, TP e CF finalizado/CV, TP e CF previsto	100%
Meta 93	Responder a 100% das demandas de Órgãos externos.	2106	Romana Pessoa Picanco	Demanda atendida/Demanda recebida	100%
Meta 94	Efetuar 100% de Termos Aditivos demandados pelas áreas técnicas referente à Convênios e Termos de Parceria firmados antes da publicação da Portaria MCTI nº 1059.	2106	Romana Pessoa Picanco	Demanda atendida/Demanda recebida	100%
Meta 95	Analisar, ao menos, 80 procedimentos licitatórios para contratação de bens e serviços (pregão, concorrência, dispensa e inexigibilidade).	2106	Paulo Honório Bernardes de Mendonça e Carla Patricia Almeida Rocha Terabe	Nº de procedimentos analisados/Nº de procedimentos a analisar	100%
Meta 96	Analisar, ao menos, 46 pedidos de ajustes nos termos de contratos (reajustes, repactuações, prorrogações, apostilamentos e processos de penalidades administrativas).	2106	Moacir Gonçalves de Oliveira Junior e Carla Patricia Almeida Rocha Terabe	Nº de ajustes analisados/Nº de ajustes a analisar	100%

Meta 97	Atender 100% das solicitações de serviços (requisição, movimentação, devolução e conserto de bens móveis).	2106	Jefferson Monteiro da Silva	Serviços atendidos/Serviços previstos	100%
Meta 98	Atender 100% das requisições de materiais de expediente das áreas demandantes, atentando-se para o consumo médio por área e evitando-se a ruptura do estoque).	2106	Jefferson Monteiro da Silva	Requisições atendidas/Requisições previstas	100%

Meta 99	Adquirir no processo de compras de materiais de consumo do ano 2014, 23 (vinte e três) itens sustentáveis (fabricados em material reciclado).	2106	Jefferson Monteiro da Silva	Materiais adquiridos/Materiais previstos	53%
Meta 100	Analisar quantitativamente e qualitativamente 8 (oito) contratos em execução na DISG.	2106	Sônia Regina da Silva Oliveira	Nº de contratos analisados/Nº de contratos a analisar	100%
Meta 101	Analisar os valores de 8 (oito) contratos em execução na DISG com vistas a economicidade.	2106	Sônia Regina da Silva Oliveira	Nº de contratos analisados/Nº de contratos a analisar	100%
Meta 102	Atender 100% das solicitações de serviços no âmbito do MCTI/SPO (chaveiro, carimbo, telefonia, manutenção predial, limpeza, reserva de auditório e transporte de pessoas)	2106	Tatiana Maria Soares de Araujo	Nº solicitações atendidas/Nº solicitações recebidas	99,69%
Meta 103	Executar 100% do Projeto, Termo de Referência e Instalação de Sinalização de Emergência	2106	Beatriz Cristino Jácomo	Execução realizada/Execução prevista	100%
Meta 104	Executar 100% Projeto, Termo de Referência e Instalação de Iluminação de Emergência	2106	Beatriz Cristino Jácomo	Execução realizada/Execução prevista	100%
Meta 105	Executar 50% da Implantação do Sistema de Telefonia IP	2106	Beatriz Cristino Jácomo	Execução realizada/Execução prevista	100%
Meta 106	Executar 100% Projeto, Execução dos leiautes do 3º,2º, Sobreloja, Sala dos Conselhos, Sala de Telepresença e CGRH.	2106	Beatriz Cristino Jácomo	Execução realizada/Execução prevista	100%
Meta 107	Executar 100% Projeto e Termo de Referência para substituição do Sistema de Ar Condicionado	2106	Beatriz Cristino Jácomo	Execução realizada/Execução prevista	100%
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – CGOF					

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 108	Atender em 100% as demandas feitas pelo Coordenador-Geral referente a prestação de serviços técnicos de análise, orientação e assessoramento relacionados as atribuições da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças .	2106	Antonio Alberto Pinheiro	Nº de demandas atendidas/Nº de demandas solicitadas	100%
Meta 109	Supervisionar e orientar 100% das atividades relacionadas à programação orçamentária e acompanhamento da execução do orçamento.	2106	Marcus Fernandes Stefanini	Nº de atividades realizadas/Nº de atividades apresentadas	100%
Meta 110	Analisar e, se aprovada, enviar à SOF/MP 100% das propostas orçamentárias elaboradas pelas unidades do MCTI.	2106	Carine Cristina de Almeida dos Santos	Nº Propostas orçamentárias enviadas/Nº Propostas Orçamentárias recebidas, analisadas e aprovadas	100%
Meta 111	Analisar e, se aprovada, enviar à SOF/MP 100% das alterações orçamentárias elaboradas pelas unidades do MCTI.	2106	Carine Cristina de Almeida dos Santos	Nº Propostas orçamentárias enviadas/Nº de alterações orçamentárias recebidas, analisadas e aprovadas	100%
Meta 112	Realizar 100% das solicitações de bloqueios de dotação, com vistas a atender às alterações orçamentárias por meio de créditos adicionais.	2106	Carine Cristina de Almeida dos Santos	Nº de notas de bloqueios realizadas/ Nº de pedidos recebidos.	100%
Meta 113	Liberar às unidades do MCTI, 100% do limite de empenho detalhado pelo MCTI.	2106	Regina Ramos da Silva	Valor do limite liberado para as unidades / Valor do limite detalhado pelo MCTI	100%
Meta 114	Elaborar a proposta de distribuição do limite de Movimentação e Empenho para 100% das unidades do MCTI.	2106	Regina Ramos da Silva	Nº de Unidades gestoras com limite elaborado/Nº total de Unidades gestoras do MCTI	100%
Meta 115	Atender 100% das solicitações por relatórios gerenciais sobre execução orçamentária e financeira das unidades do MCTI.	2106	Regina Ramos da Silva	Nº de Solicitações atendidas/Nº de solicitações recebidas.	100%

Meta 116	Elaborar trimestralmente 100% das Notas Explicativas relativas às demonstrações contábeis do órgão superior MCTI, a fim de subsidiar a Secretaria do Tesouro Nacional.	2106	Eliana Yukiko Takenaka	Nº de notas explicativas elaboradas/Nº de Notas Explicativas solicitadas	100%
Meta 117	Registrar mensalmente 100% das restrições contábeis levantadas nas contas das Unidades Gestoras da Administração Direta e Indireta no âmbito do MCTI.	2106	Eliana Yukiko Takenaka	Nº de restrições registradas/Nº de restrições a registrar	100%
Meta 118	Atender 100% das consultas técnicas procedentes das Unidades Gestoras Executoras - Administração Central, Unidades de Pesquisas e Órgãos Vinculados (Comunica SIAFI, e-mails e telefone).	2106	Adriana Samara W. da Silva	Nº de Consultas Atendidas/Nº de Consultas Recebidas	100%
Meta 119	Regularizar 100% das ocorrências levantadas quando da análise das Demonstrações Contábeis do Órgão MCTI e demais órgãos Vinculados.	2106	Adriana Samara W. da Silva	Nº de ocorrências regularizadas/Nº de ocorrências levantadas	100%
Meta 120	Elaborar 100% dos relatórios referentes às Tomadas de Contas Especiais recebidas da Administração Central e Unidades de Pesquisas.	2106	Adriana Samara W. da Silva	Nº de Relatórios Elaborados/Nº de TCE's Recebidas	100%
Meta 121	Elaborar 100% dos relatórios gerenciais relativos à execução orçamentária e financeira solicitados pela Administração Central, Unidades de Pesquisas e Órgãos Vinculados.	2106	Tais Kenia Gonçalves	Nº de Relatórios Elaborados/Nº de Relatórios solicitados	100%
Meta 122	Efetuar o cadastro de 100% das solicitações de senhas para acesso a Rede SERPRO, SIAFI, SIASG, SIAFI Gerencial, SICONV, SISCOMEX e CADIN, procedentes da Administração Central, Unidades de Pesquisas e Órgãos Vinculados.	2106	Tais Kenia Gonçalves	Nº de senhas Cadastradas/Nº de senhas solicitadas	100%
Meta 123	Repassar às unidades do MCTI, 100% da cota financeira recebida da Secretaria do Tesouro Nacional, conforme estabelecido em Portaria do Ministério da Fazenda e detalhamento efetuado pelo MCTI.	2106	José Ericélio Gomes	Valor liberado para as unidades/Valor recebido da STN	99,96%

Meta 124	Atender 100% das consultas técnicas procedentes das Unidades Gestoras Executoras - Administração Central, Unidades de Pesquisas e Órgãos Vinculados relativos a programação financeira.	2106	José Ericélio Gomes	Nº de consultas atendidas/Nº de consultas recebidas	100%
Meta 125	Gerar 100% de relatórios gerenciais para controle e acompanhamento do desempenho dos processos de trabalhos relacionados com a programação financeira do MCTI.	2106	José Ericélio Gomes	Nº de Relatórios gerados /Nº de Relatórios solicitados	100%

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO E INOVAÇÃO - CGGI					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 126	Aperfeiçoar o método de extração dos dados de dispêndios para posterior incorporação no painel de dispêndios da Plataforma Aquarius.	2106	Paulo Henrique de Assis Santana	Aperfeiçoamento realizado/Aperfeiçoamento previsto	100%
Meta 127	Instalar, em ambiente de desenvolvimento, de Barramento Corporativo de Serviços (ESB) e suas ferramentas de governança para futura utilização na Plataforma Aquarius.	2106	Paulo Henrique de Assis Santana	Instalação realizada/Instalação prevista	100%
Meta 128	Implantar piloto de Assinatura Digital.	2106	Rafael Vieira Fernandes de Castro	Implantação realizada/Implantação prevista	100%
Meta 129	Digitalizar no mínimo 90% dos documentos recebidos no Protocolo.	2106	Ronal de Oliveira Guedes	Quantidade de documentos digitalizados/Quantidade de documentos recebidos no Protocolo	99,3%

Meta 130	Integrar, em ambiente de homologação, os protocolos do MCTI e do Museu Paraense Emílio Goeldi no ambiente operacional do Sistema Próton na infraestrutura do MCTI.	2106	Ronal de Oliveira Guedes	Integração realizada/Integração prevista	100%
Meta 131	Atender a 90% das demandas dos usuários do Arquivo Central mediante a disponibilização, em formato digital e via Sistema Próton, do(s) documento(s) objeto(s) de cada demanda.	2106	Sonia Maria Ferreira dos Santos	Quantidade de demandas atendidas via Próton/Quantidade de demandas no período	90%
Meta 132	Fortalecer ações para consolidar o Serviço de Arquivo Central como unidade administrativa representante da SPOA/MCTI , órgão setorial do Arquivo Nacional, objetivando prestar apoio técnico à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério juntamente com as unidades administrativas do órgão.	2106	Sonia Maria Ferreira dos Santos	Fortalecimento de ações realizado/Fortalecimento de ações previsto	100%
Meta 133	Empreender esforços para a aprovação, pela CPAD/MCTI, dos instrumentos de gestão de documentos: o Plano de Classificação de Documentos - CDD e a Tabela de Temporalidade de Documentos - TTD do MCTI, das atividades-fim.	2106	Sonia Maria Ferreira dos Santos	Versão preliminar dos instrumentos de gestão elaborada/ Versão preliminar dos instrumentos de gestão prevista	100%
Meta 134	Atender a 90% das demandas de apoio técnico aos usuários envolvidos com serviços arquivísticos do MCTI.	2106	Sonia Maria Ferreira dos Santos	Quantidade de demandas atendidas/Quantidade de demandas no período	83,3%
Meta 135	Aprovar junto à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD/MCTI a Listagem de Eliminação de Documentos a ser encaminhada ao Arquivo Nacional	2106	Sonia Maria Ferreira dos Santos	Listagem aprovada/Listagem prevista para aprovação	100%
Meta 136	Incluir na base de dados de Legislação da BPC&T, 100% da Legislação do Diário Oficial da União, Seção II, até julho/1991.	2106	Anderson Andreis/Paulo Estevão de Oliveira	Quantidade de legislação incluída/Quantidade de legislação prevista para inclusão	100%

Meta 137	Incluir na base de dados de Legislação da BPC&T, pelo menos, 90% dos Boletins de Serviço publicados em 2014.	2106	Anderson Andreis	Quantidade de Boletins incluídos/Quantidade de Boletins publicados	100%
Meta 138	Avaliar a ferramenta para implantação da Biblioteca Digital do MCTI, e preparar o seu Termo de Referência.	2106	Paulo Estevão de Oliveira	Ferramenta avaliada e Termo de Referência preparado/Avaliação da Ferramenta e preparação do Termo de Referência previstos	100%
Meta 139	Avaliar 100%, descartando e organizando, da coleção de periódicos, no total de 323 títulos.	2106	Silvani Gomes de Oliveira	Quantidade de Títulos avaliados/Quantidade total de Títulos considerados	100%
Meta 140	Incluir na base de dados de Legislação da BPC&T, pelo menos, 85% da legislação superior em ciência e tecnologia, publicada entre o período de 1939 a 2009, de um universo de 2417 itens.	2106	Denise Maria Karl/Silvani Gomes de Oliveira	Quantidade de legislação incluída/Quantidade de legislação total considerada	100%
Meta 141	Incluir na base de dados de Legislação da BPC&T, pelo menos, 90% da Legislação Superior em C&T publicados em 2014.	2106	Denise Maria Karl	Quantidade de legislação incluída/Quantidade de Legislação publicada em 2014	100%
Meta 142	Executar 80% do contrato de aquisição de livro, cujo valor total do contrato perfaz R$ 43.388,00.	2106	Pedro Ivo Queiroz Mariz	Valor executado/Valor do contrato	96,9%
Meta 143	Atender a 90% das solicitações encaminhadas pelos usuários à BPC&T em 2014.	2106	Pedro Ivo Queiroz Mariz	Solicitações atendidas/Solicitações encaminhadas	100%
Meta 144	Incluir na base de dados de monografia, pelo menos, 90% das publicações compradas em 2014.	2106	Elise Silva do Nascimento	Publicações incluídas/Publicações compradas	100%
Meta 145	Acompanhar 100% das atividades realizadas pelos colaboradores.	2106	Elise Silva do Nascimento	Atividades acompanhadas/Atividades realizadas no setor	100%
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH					

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 146	Realizar três reuniões ordinárias da Comissão Interna do Plano de Carreiras - CI e três do Comitê Especial para Gratificação de Qualificação - CE e instruir para implementação todos os processos aprovados.	2106	Flávio Coutinho de Carvalho	Nº de reuniões realizadas com todos os processos aprovados e instruídos p/ implementação/6	100%
Meta 147	Manter atualizada a Tabela Geral da Força de Trabalho do MCTI	2106	Flávio Coutinho de Carvalho	Nº de servidores da amostra de 100 servidores com dados atualizados (corretos)/100 (amostra de100 servidores escolhidos aleatoriamente)	75%
Meta 148	Participar de, no mínimo, quatro eventos de capacitação/atualização na área de governança de empresas estatais	2106	Flávio Coutinho de Carvalho	Nº de participações/ 4	100%
Meta 149	Elaborar 100% das Notas Técnicas e Pareceres demandados à Assessoria da CGRH até 31/01/2015.	2106	Flávio Coutinho de Carvalho	Nº de Notas Técnicas e Pareceres concluídos até 31.01.2015 /Nº de Notas Técnicas e Pareceres demandados até 31.01.2015.	100%
Meta 150	Monitorar 100% dos pedidos oriundos do SIC para a CGRH até a resposta, no prazo legal.	2106	Flávio Coutinho de Carvalho	Nº de respostas feitas no prazo legal/N° de pedidos oriundos do SIC até 31/01/2015.	100%
Meta 151	Instruir todos os processos de movimentação de pessoal (cessão, remoção, redistribuição) no período avaliativo.	2016	Iza Silva de Assis	Nº processos instruídos/Nº processos demandados	100%
Meta 152	Responder a todas as demandas relativas a cumprimento de decisões judiciais, ações dos órgãos de controle e dos servidores do MCTI.	2016	Iza Silva de Assis	Nº de respostas/Nº de demandas	100%
Meta 153	Cadastrar 100% das solicitações de senhas para acesso à Rede SERPRO, e excluir usuários no âmbito da Administração Central e Unidades de Pesquisa.	2016	Iza Silva de Assis	Nº de cadastramento e exclusões realizados/nº de solicitações	100%

Meta 154	Incluir no SIAPE todos os servidores empossados no concurso público para provimento no MCTI.	2106	Otacílio Bonfin Neto	Nº de servidores incluídos no SIAPE/ Nº de servidores empossados	100%
Meta 155	Registrar no SISAC todas as ocorrências que exigem cadastramento neste sistema.	2106	Otacílio Bonfin Neto	Nº de cadastramento no SISAC efetuados/Nº de cadastramento que exigem registro no SISAC	100%
Meta 156	Capacitar, no mínimo, 10 servidores da DCAD para operacionalizar o SIAPE.	2106	Otacílio Bonfin Neto	Nº de servidores capacitados/10	100%
Meta 157	Alterar no SIAPE os níveis de Classe/Padrão de 497 servidores que receberam progressão funcional e promoção.	2106	Otacílio Bonfin Neto	Nº de alterações realizadas/497	100%
Meta 158	Incluir na folha de pagamento os 74 servidores empossadosdo CEMADEN.	2106	José Rodrigues Camelo	Nº servidores do CEMADEN incluídos na folha de pagamento/74	100%
Meta 159	Calcular e pagar a progressão funcional de 497 empossados em 2013.	2106	José Rodrigues Camelo	Nº de cálculos e de pagamento realizados/497	100%
Meta 160	Efetuar 100% dos pagamentos de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, bem como dos auxílios, vantagens e benefícios demandados à DPAG.	2106	José Rodrigues Camelo	Quantidade de pagamento efetivados/quantidade de pagamentos demandados	100%
Meta 161	Elaborar a portaria de normatização, no âmbito da AC/MCTI, do Programa de Capacitação em Língua Estrangeira - PCLE.	2106	Valéria Moreira Neves dos Santos	Portaria elaborada/Elaboração de Portaria prevista	100%
Meta 162	Realizar 100% das ações relacionadas à elaboração do Plano Anual de Capacitação - PAC da AC/MCTI referente ao ano de 2015.	2106	Valéria Moreira Neves dos Santos	Plano Anual de Capacitação - PAC 2015 elaborado/Plano Anual de Capacitação - PAC 2015 previsto	100%

Meta 163	Receber e distribuir 100% das demandas relacionadas aos assuntos de competência da Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos - CODE advindas de servidores e empregados públicos da AC/MCTI e das suas Unidades de Pesquisa, bem como de outros órgãos e instituições da administração pública e de instituições privadas.	2106	Valéria Moreira Neves dos Santos	Demandas para a CODE recebidas e distribuídas/Demandas para a CODE recebidas	100%
Meta 164	Analisar e executar 100% das demandas dos servidores e das UP's referentes às solicitações de Aposentadorias, Pensões e Abonos de Permanência.	2106	Roberta Rodrigues Moreira Branco Paredes	Nº de demandas, analisadas e executadas/Nº de demandas recebidas	100%
Meta 165	Analisar e executar 100% das demandas dos servidores e das UP's referentes às solicitações de concessões dos benefícios de Assistência à Saúde Suplementar e Auxílio Transporte, respeitando a Previsão Orçamentária.	2106	Roberta Rodrigues Moreira Branco Paredes	Nº de demandas, analisadas e executadas/Nº de demandas recebidas	100%
Meta 166	Realizar os Exames Médicos Periódicos em, pelo menos, 50% dos servidores e empregados públicos convocados na Administração Central do MCTI e de suas Unidades de Pesquisa.	2106	Roberta Rodrigues Moreira Branco Paredes	Quantidade de Exames Médicos Periódicos realizados/ Quantidade de Exames Médicos Periódicos previstos	100%
Meta 167	Atender 100% das demandas de Prestação de Contas e Auditorias Internas e Externas.	2106	Roberta Rodrigues Moreira Branco Paredes	Nº de demandas atendidas/Nº de demandas recebidas	100%
Meta 168	Atender 100% das demandas de Comunicação Institucional pertinentes à CGRH.	2107	Roberta Rodrigues Moreira Branco Paredes	Nº de demandas atendidas/Nº de demandas recebidas	100%
Meta 169	Coordenar, acompanhar, monitorar e aplicar 100% das Avaliações de Desempenho com vistas ao pagamento da GDACT, nos moldes da Portaria MCTI 936/2012.	2106	Vera Lucia Maria da Silva	Nº de avaliações de desempenho realizadas/Nº de avaliações previstas	100%
Meta 170	Efetuar o pagamento de Reembolso de mensalidades de capacitação a servidores nos moldes da Portaria MCTI nº 173/2012 e Portaria MCTI nº 21/2014.	2106	Vera Lucia Maria da Silva	Nº de pagamento de reembolsos efetuados/Nº de pagamento de reembolsos previstos	100%

Meta 171	Coordenar o processo de contratação, supervisão e pagamento de 100 % dos estágios não obrigatórios no âmbito da AC/MCTI junto ao CIEE.	2106	Vera Lucia Maria da Silva	Nº de estagiários contratados/Nº de contratações de estagiários previstos	100%
Meta 172	Coordenar100% das ações voltadas ao acompanhamento e avaliação do estágio probatório no âmbito da AC/MCTI.	2106	Vera Lucia Maria da Silva	Nº de ações de acompanhamento e avaliação de estágio realizadas/Nº de Ações de acompanhamento e avaliação de estágio previsto	100%
Meta 173	Ofertar 1.200 (vagas) oportunidades de capacitação, entre temáticas variadas, incentivando, monitorando e avaliando seu preenchimento	2106	Vera Lucia Maria da Silva	Nº de oportunidades (vagas) de capacitação ofertadas/Nº de oportunidades (vagas) de capacitação ofertadas previstas	87,66%
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CGTI					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 174	Executar 70% dos recursos orçamentários da CGTI, com apuração compreendida no período de mar/2014 a fev/2015.	2106	Samih Naif Daibes Júnior	Σ de recursos orçamentários da CGTI executados/Σ dos recursos orçamentários da CGTI previsto	57,35%
Meta 175	Aperfeiçoar 25% dos processos da CODS, com apuração compreendida no período de mar/2014 a fev/2015.	2106	George Hideyuki Kuroki Júnior	Σ de processos da CODS aperfeiçoados /Σ de processos da CODS	60%
Meta 176	Capacitar 80% dos servidores da CODS até fevereiro de 2015.	2106	George Hideyuki Kuroki Júnior	Nº de servidores da CODS que participaram de eventos de capacitação/Nº de servidores da CODS	100%
Meta 177	Aperfeiçoar 25% dos processos da COGR, com apuração compreendida no período de mar/2014 a fev/2015.	2106	Jorge Antônio de Carvalho	Σ de processos da COGR aperfeiçoados/Σ de processos da COGR	66,66%

Meta 178	Capacitar 80% dos servidores da COGR até fevereiro de 2015.	2106	Jorge Antônio de Carvalho	Nº de servidores da COGR que participaram de eventos de capacitação /Nº de servidores da COGR	100%

ASSESSORIA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS – ASCAV

Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 179	Publicar/divulgar 3 três Boletins " ASCAV Express" para circulação no MCTI	2106	Júnia Valéria Quiroga da Cunha	Quantidade de boletins publicados/3	100%
Meta 180	Produção de 2 (duas) Notas Técnicas relativas a estudos ou documentos de gestão	2106	Júnia Valéria Quiroga da Cunha	Quantidade de Notas Técnicas/2	100%
Meta 181	Produção de 2 (duas) Notas Técnicas relativas à execução e atualização do PAMA 2013/2014	2106	Júnia Valéria Quiroga da Cunha	Quantidade de Notas Técnicas/2	100%
Meta 182	Produção do Relatório Anual de Atividades de Monitoramento e Avaliação	2106	Júnia Valéria Quiroga da Cunha	Quantidade de relatórios publicados /1	100%

COORDENAÇÃO-GERAL DE INDICADORES – CGIN					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta183	Realizar uma reunião anual da Rede de Indicadores Estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação (RIECTI)	2106	Renato Baumgratz Viotti	Quantidade de reuniões realizadas/1	100%
Meta 184	Realizar pelo menos um treinamento da Rede de Indicadores Estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação (RIECTI) sobre a mensuração dos dispêndios dos governos estaduais em ciência e tecnologia	2106	Renato Baumgratz Viotti	Quantidade de reuniões realizadas/1	100%
Meta 185	Publicar os dispêndios dos governos estaduais em ciência e tecnologia para o ano de 2013	2106	Renato Baumgratz Viotti	Publicação realizada/1	100%
COORDENAÇÃO-GERAL DE PROGRAMAS – CGPG					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**

Meta 186	Elaboração de documento institucional para Mensagem Presidencial	2106	Sérgio Luiz Doscher da Fonseca	Nº de documentos elaborados/1	100%
Meta 187	Realizar pelo menos 2 (duas) exportações de dados/informações de acompanhamento da LOA 2014 do SIGMCT para o SIOP	2106	Sérgio Luiz Doscher da Fonseca	Nº de exportações realizadas/2	100%

Meta 188	Monitorar o cumprimento das metas de gestão do Plano Plurianual do MCTI (PPA).	2106	Sérgio Luiz Doscher da Fonseca	Nº de monitoramentos/1	100%
Meta 189	Etapa inicial do projeto de Meta-avaliação: levantamento de avaliações de políticas e programas do MCTI	2106	Sérgio Luiz Doscher da Fonseca	Nº de etapas realizadas/1	100%

ASSESSORIA DE COORDENAÇÃO DOS FUNDOS SETORIAIS – ASCOF

ASCOF					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 190	Apoiar reuniões dos Comitês Gestores e Colegiados dos Fundos Setoriais.	2106	Marcos Toscano Siebra Brito	Nº de reuniões apoiadas/Nº de reuniões previsto	100%
Meta 191	Acompanhar a elaboração e a implementação dos termos de referência das ações verticais e transversais.	2106	Marcos Toscano Siebra Brito	Nº TRs enviados/nº TRs autorizados	100%
Meta 192	Elaborar 15 relatórios anuais de execução dos FS.	2106	Marcos Toscano Siebra Brito	Nº relatórios elaborados/ Nº de relatórios previstos	100%

Meta 193	Manter os Escritórios Virtuais no SIGFS atualizados.	2106	Marcos Toscano Siebra Brito	Nº de Escritórios Virtuais no SIGFS atualizados/ Nº de Escritórios Virtuais no SIGFS	100%
Meta 194	Dar resposta a 100% das demandas de informações sobre os Fundos Setoriais encaminhados à ASCOF.	2106	Marcos Toscano Siebra Brito	Nº de respostas elaboradas/ Nº de demandas de informações encaminhadas à ASCOF	100%

ASSESSORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS - ASCAP

ASCAP					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 195	Apresentar 12 relatórios referentes ao acompanhamento mensal do FNDCT.	2106	Adriano Macedo Ramos	Relatório apresentados/Relatórios previstos	100%
Meta 196	Apresentar 01 proposta com a previsão orçamentária dos Fundos Setoriais para composição do Orçamento anual do FNDCT.	2106	Adriano Macedo Ramos	Proposta apresentada/Proposta prevista	100%
Meta 197	Apresentar 03 estudos com propostas para revisão de receitas des Fundos Setorias/FNDCT existentes.	2106	Adriano Macedo Ramos	Estudos apresentados/Estudos previstos	100%
Meta 198	Apresentar 05 novas propostas de novas formas de fomento às atividades de C,T&I identificadas pela ASCAP.	2106	Adriano Macedo Ramos	Propostas apresentadas/Propostas previstas	100%

Meta 199	Subsidiar a SEXEC em 04 negociações com Governos, Entidades e Comunidades de CT&I para revisão de marco regulatório de CT&I.	2106	Adriano Macedo Ramos	Negociações subsidiadas/Subsídios a negociações previstos	100%
Meta 200	Atualizar base de dados de fontes de recursos internacionais para apoio a C,T&I	2106	Adriano Macedo Ramos	Quantidade de Base de dados atualizada/Quantidade de atualização de base de dados prevista	100%
Meta 201	Assessorar as Secretarias Finalísticas do MCTI para elaboração de 01 plano estratégico com temas prioritários para captação de recursos internacionais.	2106	Adriano Macedo Ramos	Assessoramento para elaboração de plano estratégico realizado/ Assessoramento para elaboração de plano estratégico previsto	100%
Meta 202	Participar de 03 negociações para captação de recursos internacionais com Organismos Multilaterais / Agências de Desenvolvimento / Cooperação Bilateral.	2106	Adriano Macedo Ramos	Participação em negociações realizada/ Participação em negociações prevista	100%
Meta 203	Articular 02 ações no âmbito de Organismos Multilaterais, bem como Acordos Bilaterais para a defesa das Políticas e Fontes Nacionais.	2106	Adriano Macedo Ramos	Quantidade de articulações realizadas/ Quantidade articulações previstas	100%

UNIDADE DE AVALIAÇÃO: ASSESSORIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS – ASSIN

COORDENAÇÃO-GERAL DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL - CGCI					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 204	Elaborar 25 Notas Técnicas e Subsídios sobre temas de cooperação internacional multilateral, sobre países e sobre temas específicos.	2021	Bárbara R. de Sant'Anna	N° realizado/25	100%

Meta 205	Preparar e assinar 8 Atos Internacionais (Acordos, Memorandos de Entendimento, Planos de Ação, etc) no âmbito de Organismos Multilaterais e de Foros Internacionais sobre temas específicos de C,T&I.	2021	Bárbara R. de Sant'Anna	N° realizado/8	100%
Meta 206	Organizar 15 reuniões, seminários, workshops e missões internacionais sobre temas de C,T&I, tendo em vista a participação do MCTI em foros internacionais.	2021	Bárbara R. de Sant'Anna	N° realizado/15	100%
Meta 207	Organizar 15 reuniões internacionais do Ministro de Estado e do Secretário-Executivo do MCTI.	2021	Bárbara R. de Sant'Anna	N° realizado/15	100%
Meta 208	Organizar e participar de 10 eventos e reuniões referentes à cooperação internacional.	2021	Bárbara R. de Sant'Anna	N° realizado/10	100%

COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS ESPACIAIS – CGAE					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 209	Elaborar 45 Notas Técnicas sobre a cooperação científica e tecnológica bilateral entre o Brasil e outros países.	2021	Margarida Paranhos	N° realizado /45	100%
Meta 210	Preparar 5 atos internacionais para serem assinados por autoridades do MCTI (Ministro e Secretários).	2021	Margarida Paranhos	N° realizado /5	100%
Meta 211	Organizar 50 reuniões internacionais e missões ao exterior do Ministro de Estado e Secretários do MCTI.	2021	Margarida Paranhos	N° realizado/50	100%

Meta 212	Participar de 10 seminários, workshops e missões internacionais	2021	Margarida Paranhos	N° realizado/10	100%
Meta 213	Apoiar financeiramente 4 projetos de cooperação bilateral	2021	Margarida Paranhos	N° realizado/4	100%

COORDENAÇÃO-GERAL DE BENS SENSÍVEIS – CGBE

Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 214	Analisar e emitir parecer sobre 5000 transferências (importação e exportação) de bens sensíveis, no período de 01/03/2014 a 28/02/2015.	2106	Sérgio Antônio Frazão Araujo	Quantidade de pareceres emitidos/Quantidade de pareceres previstos	100%
Meta 215	Organizar 3 Cursos de Identificação de Bens Sensíveis, no período de 01/03/2014 a 28/02/2015.	2106	Sérgio Antônio Frazão Araujo	Quantidade de cursos realizados/Quantidade de cursos previstos	100%
Meta 216	Elaborar e encaminhar à Organização para Proibição de Armas Químicas (OPAQ) 2 Declarações de Atividades Industriais.	2106	Sérgio Antônio Frazão	Quantidade de Declarações de Atividades Industrias enviadas/ Quantidade de Declarações de Industriais previstas	100%
Meta 217	Participar de 1 Reunião **Regional** das Autoridades Nacionais da Organização para a Proibição das Armas Químicas.	2106	Sérgio Antônio Frazão Araujo	Quantidade de participações realizadas/ Quantidade de participações previstas.	100%

Meta 218	Participar de 1 Reunião das Autoridades Nacionais da Organização para a Proibição das Armas Químicas.	2106	Sérgio Antônio Frazão Araujo	Quantidade de participações realizadas/ Quantidade de participações previstas.	100%
Meta 219	Participar de 1 Reunião de Especialistas da Convenção para a Proibição das Armas Biológicas (CPAB).	2106	Sérgio Antônio Frazão Araujo	Quantidade de participações realizadas/ Quantidade de participações previstas.	100%
Meta 220	Participar de 1 Reunião Plenária Anual do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR).	2106	Sérgio Antônio Frazão Araujo	Quantidade de participações realizadas/ Quantidade de participações previstas.	100%
Meta 221	Participar de 1 Reunião Plenária Anual do Grupo dos Supridores Nucleares (NSG).	2106	Sérgio Antônio Frazão Araujo	Quantidade de participações realizadas/ Quantidade de participações previstas.	100%

UNIDADE DE AVALIAÇÃO: CONSULTORIA JURÍDICA

CONJUR					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**

Meta 222	Assegurar a presteza nas respostas a 95% das demandas formuladas à CONJUR/MCTI pelas demais áreas do Ministério.	2106	Bruno Monteiro Portela	Quantidade de respostas asseguradas com presteza/Quantidade de demandas formuladas à CONJUR	100%
Meta 223	Encaminhar para capacitação 20% dos novos servidores da CONJUR.	2106	Telma Santos Simplício da Silva	Quantidade de servidores da CONJUR encaminhados para capacitação/Quantidade de servidores previstos para serem encaminhados para capacitação	100%
Meta 224	Incluir 100% dos documentos no SISTEMA SAPIENS – AGU.	2106	Telma Santos Simplício da Silva	Quantidade de documentos incluídos no Sistema SAPIENS–AGU /Quantidade de inclusões previstas	100%
Meta 225	Incluir 100% dos documentos da CONJUR no SISCON - AGU.	2106	Silvia Akasaki Machado Nobrega	Quantidade de documentos incluídos no SISCON - AGU/Quantidade de inclusões previstas	100%
Meta 226	Realizar a transposição da legislação para o novo Portal MCTI.	2106	Silvia Akasaki Machado Nobrega	Transposição realizada/Transposição prevista	90%

UNIDADE DE AVALIAÇÃO: SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – SEPED

SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – SEPED

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 227	Receber, analisar e distribuir 100% das demandas advindas do Gabinete do Ministro do MCTI, da SEXEC e de outros órgãos da federação.	2106	Osvaldo Luiz Leal de Medeiros	Nº de demandas recebidas, processadas e distribuídas realizadas/Nº de demandas recebidas, processadas e distribuídas prevista (100%)	100%
Meta 228	Emitir e encaminhar 100% dos Relatórios de viagem a serviço do Gabinete da SEPED.	2106	Osvaldo Luiz Leal de Medeiros	Nº de Relatórios emitidos e encaminhados/Nº de relatórios previstos para emissão e encaminhamento (100%)	100%
Meta 229	Fomentar 2 (dois) sistemas de observação oceânica em apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia do Mar, Oceanos e Clima.	2046	Andrei Polejack	Nº de Sistemas de observação apoiados/Nº de Sistemas de observação previstos (2)	100%
Meta 230	Coordenar o apoio a 20 (vinte) projetos de pesquisa no âmbito do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR.	2046	Andrei Polejack	Nº de Projetos apoiados/Nº de projetos previstos (20)	100%

COORDENAÇÃO-GERAL DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO PARA PESQUISA - CGAA

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 231	Analisar, publicar, transferir e acompanhar 12 (doze) Termos de Execução Descentralizada (TED) celebrados pela SEPED.	2106	Maria do Socoro Fernandes	Nº de Termos de Execução Descentralizada (TED) celebrados/Nº de Termos de Execução Descentralizada (TED) previsto (12)	100%
Meta 232	Publicar no site do MCTI 1 (um) Relatório de Gestão da SEPED	2106	Maria do Socoro Fernandes	Nº de Relatório de Gestão publicado/ Nº de Relatório de Gestão previsto (1)	100%

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS TEMÁTICOS – DEPPT					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 233	Apoiar, avaliar, coordenar e representar o Secretário da SEPED em 100% das atividades demandadas.	2106	Osvaldo Luiz Leal de Medeiros	Nº de atividades realizadas/Nº de atividades prevista (100%)	100%
COORDENAÇÃO-GERAL DE BIOTECNOLOGIA E SAÚDE – CGBS					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 234	Apoiar 3 (três) Projetos da ação 20UU.0001	2021	Luiz Henrique Mourão do Canto Pereira	Nº de projetos apoiados/Nº projetos previstos (3)	100%
Meta 235	Apoiar 2 (dois) Projetos da Ação 20UU.0002	2021	Thiago de Mello Moraes	Nº de projetos apoiados/Nº projetos previstos (2)	100%
Meta 236	Apoiar 1 (um) Projeto da ação 20V7.0005	2021	Vânia Gomes da Silva	Nº de projetos apoiados/Nº projetos previstos (1)	100%
Meta 237	Apoiar 1 (um) Projeto da Ação 20US.0005	2021	Charles Narloch	Nº de projetos apoiados/Nº projetos previstos (1)	100%
COORDENAÇÃO-GERAL DE MUDANÇAS GLOBAIS DE CLIMA - CGMC					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**

Meta 238	Apoiar 2 (dois) projetos de cooperação internacional em mudanças climáticas.	2050	Márcio Rojas da Cruz	Nº de projetos de cooperação internacional geridos/Nº de projetos de cooperação internacional previsto (2)	100%
Meta 239	Apoiar a Rede CLIMA.	2050	Márcio Rojas da Cruz	Apoio realizado/Apoio previsto	100%
Meta 240	Apoiar o funcionamento da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.	2050	Sonia Regina Bittencourt	Apoio realizado/Apoio previsto	100%
Meta 241	Apoiar a realização de 4 atividades para a concepção do Sistema de Monitoramento dos Impactos das Mudanças Climáticas.	2050	Andréa Nascimento de Araújo	Nº de atividades realizadas/Nº de atividades previstas (4)	100%
Meta 242	Elaborar documento com as Estimativas Anuais de Emissão de Gases de Efeito Estufa no Brasil.	2050	Márcio Rojas da Cruz	Documento elaborado/Documento previsto	100%
Meta 243	Apoiar a realização de 5 atividades para o funcionamento da Entidade Nacional Designada para o Mecanismo Tecnológico da CQNUMC.	2050	Sonia Regina Bittencourt	N.º de atividades realizadas/Nº de atividades previstas (5)	100%

COORDENAÇÃO-GERAL METEOROLOGIA, CLIMATOLOGIA E HIDROLOGIA – CGMH

Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 244	Organizar a realização de 1 (uma) reunião da Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CMCH).	2050	Silvestre Rabello de Aguiar Júnior	Nº de reunião realizada/Nº de reunião prevista (1)	100%

Meta 245	Acompanhar a execução de 3 (três) convênios sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CGMH).	2106	Silvestre Rabello de Aguiar Júnior	Nº de convênios acompanhados/Nº convênios previstos (3)	100%

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO E ECOSSISTEMAS - CGEC					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 246	Apoiar 5 (cinco) projetos de pesquisa.	2018	Andrea Ferreira Portela Nunes	Nº de projetos apoiados/Nº de projetos previstos (5)	100%
Meta 247	Apoiar 1 (um) projeto de informatização de dados biológicos.	2018	Andrea Ferreira Portela Nunes	Nº de projetos apoiados/Nº de projeto previsto (1)	100%
Meta 248	Acompanhar e Avaliar 1 (um) Termo de Parceria com OSCIP.	2018	Andrea Ferreira Portela Nunes	Nº de Termo de Parceria acompanhados e avaliados/Nº de Termo de Parceria previsto (1)	100%

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS

CEMADEN					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**

Meta 249	Calibrar modelos geodinâmicos e hidrológicos em 50 áreas críticas, das quais 48 (quarenta e oito) se referem a hidrológicos e 2 (dois) geodinâmicos.	2040	Regina Célia Santos Alvalá	Nº de modelos dinâmicos calibrados em áreas críticas realizado/Nº de modelos dinâmicos calibrados em áreas críticas previsto (50)	100%
Meta 250	Monitorar 821 municípios, sendo 630 com riscos de deslizamentos de massa.	2040	Regina Célia Santos Alvalá	Nº de municípios monitorados/Nº de municípios a serem monitorados (821)	73,9%
Meta 251	Monitorar 821 municípios, sendo 656 com riscos de inundações e enxurradas.	2040	Regina Célia Santos Alvalá	Nº de municípios monitorados/Nº de municípios a serem monitorados (821)	83%

UNIDADE DE AVALIAÇÃO: SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUJSÃO SOCIAL - SECIS

GABINETE					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 252	Promover o registro, a análise e o acompanhamento de 100% dos atendimentos realizados pela Central de Atendimento ao Cidadão (presencial, via e-mail, telefônico).	2021	Valdelice da Silva Souza	N° requisições atendidas/N° de requisições registradas	100%
Meta 253	Captar recursos de pelo menos 3 (três) Instituições para apoiar financeiramente a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal.	2021	Fernanda Gomes Pedrosa	Nº de captações realizada/Nº de captações previstas (3)	100%
Meta 254	Planejar, coordenar e organizar 2 (duas) reuniões de expositores participantes da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal.	2021	Fernanda Gomes Pedrosa	N° de reuniões realizadas / N° de reuniões previstas (2)	100%

Meta 255	Receber, processar, tratar e distribuir 100% das demandas recebidas pelo Gabinete da Secretaria.	2021	Mírian de Fátima Fiuza de Oliveira Freitas	N° de demandas atendidas/N° de demandas recebidas	100%
Meta 256	Abrir e disponibilizar 20 (vinte) Programas de competência da Secretaria no Sistema de Convênios e Contrato de Repasses do Governo Federal – SICONV.	2021	Mírian de Fátima Fiuza de Oliveira Freitas	N° de programas abertos e disponibilizados/N° de programas previstos (20)	70%
Meta 257	Receber, arquivar e encaminhar documentos e correspondências de interesse da Secretaria, mantendo atualizadas as informações sobre a tramitação dos documentos.	2021	Edinalva Luciano da Silva	N° de documentos tratados/N° de documentos recebidos	100%

COORDENAÇÃO-GERAL DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE INCLUSÃO SOCIAL – CGAP

Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 258	Proceder à análise técnica final de 100 processos em situação de prestação de contas.	2021	Marcos Alberto Barbosa de Carvalho	Nº de processos com análise técnica final efetuada/Nº de processos para análise técnica final previstos (100)	94%
Meta 259	Atender 100% das diligências e/ou demandas de Órgãos de Controle.	2021	Marcos Alberto Barbosa de Carvalho	N° de diligências e/ou demandas atendidas/N° de diligências e/ou demandas registradas	98,83%
Meta 260	Realizar 50 visitas "in loco" aos projetos apoiados.	2021	Marcos Alberto Barbosa de Carvalho	Nº de visitas a Projetos realizadas/Nº de visitas a Projetos previstas (50)	90%

Meta 261	Elaborar 10 Notas Técnicas referentes às Consultorias (IICA e UNESCO).	2021	Marcos Alberto Barbosa de Carvalho	Nº Notas Técnicas elaboradas/Nº de Notas Técnicas previstas (10)	83,3%
Meta 262	Realizar o mapeamento mensal da execução orçamentária das emendas parlamentares.	2021	Marcos Alberto Barbosa de Carvalho	Nº de mapeamentos mensais de Emendas realizados/Nº de mapeamentos previstos (12)	100%
Meta 263	Realizar o mapeamento mensal da execução orçamentária dos instrumentos de Transferências Voluntárias.	2021	Marcos Alberto Barbosa de Carvalho	Nº de mapeamentos mensais dos instrumentos realizados/ Nº de mapeamentos previstos (12)	100%

COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CGSA					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 264	Apoiar a realização de 2 seminários da Rede de Soberania e Segurança Alimentar do Brasil.	2021	Osório Coelho Guimarães Neto	Quantidade de seminários apoiados/Quantidade de apoios previstos (2)	100%
Meta 265	Apoiar a 2 Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional.	2021	Osório Coelho Guimarães Neto	Quantidade de projetos apoiados/Quantidade de apoios previstos (2)	100%

DEPARTAMENTO DE POPULARIZAÇÃO E DIFUSÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - DEPDI

DEPDI/SECIS					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 266	Emitir 50 pareceres técnicos	2021	Douglas Falcão Silva	Pareceres emitidos/50	100%

Meta 267	Elaborar 2 Documentos de Referência (DR) para Apresentação de Projetos da Ação 6702.	2021	Douglas Falcão Silva	DRs elaborado/2	100%
Meta 268	Elaborar o texto de 2 editais para chamadas públicas de propostas da Ação 6702 junto ao CNPq.	2021	Douglas Falcão Silva	Textos elaborados/2	100%
Meta 269	Organizar 3 grandes eventos na área de comunicação pública da ciência no período.	2021	Douglas Falcão Silva	Eventos organizados/3	100%
Meta 270	Realizar 10 visitas in loco para acompanhamento de processos vigentes.	2021	Douglas Falcão Silva	Visitas realizadas/10	100%

DEPARTAMENTO DE AÇÕES REGIONAIS PARA INCLUSÃO SOCIAL - DEARE

DEARE/SECIS					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 271	Analisar 19 propostas de projetos de Inclusão Digital vinculados às emendas parlamentares LDO 2014.	2025	Uilliam Rocha da Silva	Quantidade de propostas analisadas/19	100%
Meta 272	Apoiar 4 projetos de Inclusão Digital que fazem parte do Banco de Projetos.	2025	Uilliam Rocha da Silva	Quantidade de projetos apoiados/4	100%
Meta 273	Acompanhar a execução de 94 Convênios de Inclusão Digital	2025	Uilliam Rocha da Silva	Quantidade de convênios acompanhados/94	100%
Meta 274	Realizar visita *"in loco"* em 15 projetos apoiados pela Secretaria	2025	Uilliam Rocha da Silva	Quantidade de visitas realizadas/15	100%

Meta 275	Analisar 7 proposta de projeto de Extensão Tecnológica na temática de Inclusão Digital no âmbito do PROEXT 2014.	2025	Uilliam Rocha da Silva	Quantidade de propostas analisadas/7	100%
Meta 276	Acompanhar a execução de 11 projetos de Tecnologias Assistivas	2025	Sônia da Costa	Quantidade de projetos acompanhados/11	100%
Meta 277	Apoiar 1 projeto de inovação para pessoas com deficiência	2021	Sônia da Costa	Quantidade de projetos apoiados/1	100%
Meta 278	Analisar 5 projetos de Tecnologias Sociais	2021	Ricardo Neves Roncy Pereira	Quantidade de projetos analisados/5	100%
Meta 279	Elaborar 2 editais junto ao CNPq	2021	Osório Coelho Guimarães Neto	Quantidade de editais elaborados/2	100%
Meta 280	Analisar 13 projetos de CVT	2021	Osório Coelho Guimarães Neto	Quantidade de projetos analisados/13	100%
Meta 281	Apoiar 12 projetos de CVT no âmbito do PROEXT	2021	Osório Coelho Guimarães Neto	Quantidade de projetos apoiados/12	100%
Meta 282	Apoiar 1 Projeto à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais	2021	Osório Coelho Guimarães Neto	Quantidade de projetos apoiados/1	100%
Meta 283	Elaborar 1 proposta de Cidades Sustentáveis ao GEF - Global Enviroment Facility, junto à ASCAP	2021	Guilherme Alexandre Wiedman	Quantidade de propostas elaboradas/1	100%
Meta 284	Acompanhar 03 projetos de Cidades Sustentáveis	2021	Guilherme Alexandre Wiedman	Quantidade de projetos acompanhados/3	100%
Meta 285	Acompanhar 2 projetos de Segurança Alimentar e Nutricional	2021	Osório Coelho Guimarães Neto	Quantidade de projetos acompanhados/2	100%

Meta 286	Apoiar a realização de 2 seminários da rede brasileira de SSAN - Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.	2021	Osório Coelho Guimarães Neto	Quantidade de seminários apoiados/2	100%

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO – SETEC

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO – SETEC					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 287	Elaborar 1 Relatório de Gestão da Secretaria.	2021	Armando Zeferino Milioni	Relatório elaborado/1	100%
Meta 288	Promover em até 100% a integração operacional entre o Gabinete da Secretaria, as unidades da Secretaria e outros órgãos e entidades vinculadas ao Ministério.	2021	Armando Zeferino Milioni	% de integração realizada/% integração prevista	100%
Meta 289	Receber e responder 100% das demandas advindas das Unidades do MCTI e de órgãos externos.	2021	Armando Zeferino Milioni	Nº de demandas respondidas/Nº de demandas recebidas	100%
Meta 290	Receber, processar e executar 100% das demandas com passagens e diárias advindas do Gabinete da SETEC e de suas Unidades.	2021	Rozeli Marizete Dragon de Resende	Nº de demandas recebidas, processadas e executadas/Nº de demandas recebidas	100%
Meta 291	Receber, processar e executar 100% das demandas orçamentárias advindas do Gabinete da SETEC e de suas Unidades.	2021	Rozeli Marizete Dragon de Resende	Nº de demandas recebidas, processadas e executadas/Nº de demandas recebidas	100%

Meta 292	Receber, processar e distribuir e arquivar 100% das demandas advindas do Gabinete da SETEC, das Unidades do MCTI e de órgãos externo.	2021	Rozeli Marizete Dragon de Resende	Nº de demandas recebidas, processadas, distribuídas e arquivadas/Nº de demandas recebidas	100%

COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS - CGST					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 293	Apoiar até 6 projetos de parques tecnológicos.	2021	Jorge Mário Campagnolo	Projetos apoiados/6	100%
Meta 294	Apoiar e publicar estudo sobre indicadores de parques tecnológicos.	2021	Jorge Mário Campagnolo	Estudo apoiado e publicado/1	100%
Meta 295	Apoiar a realização do 5º Encontro Técnico RHAE Pesquisador na Empresa.	2021	Jorge Mário Campagnolo	Evento realizado/1	100%
Meta 296	Participar de pelo menos uma reunião da RECYT/MERCOSUL em 2014.	2021	Jorge Mário Campagnolo	Participação em reunião realizada/1	100%

Meta 297	Fomentar e apoiar pelo menos 5 projetos de Promoção da Inovação das Empresas.	2021	Jorge Mário Campagnolo	Projetos fomentados e apoiados/5	100%
Meta 298	Articular e propor ação de cooperação com o SEBRAE para a aproximação dos programas SIBRATEC e SEBRAEtec	2021	Jorge Mário Campagnolo	Ação de cooperação articulada e proposta/1	100%
Meta 299	Criar projeto piloto da rede de laboratórios abertos SIBRATECSHOP com a inauguração de até quatro unidades em sua primeira etapa.	2021	Jorge Mário Campagnolo	Projeto piloto elaborado/1	100%
Meta 300	Analisar até 20 minutas de portarias de processos produtivos básicos para os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus, conforme Decreto nº 288/67.	2021	José Antonio Silverio	Minutas de Portarias analisadas/20	100%

COORDENAÇÃO-GERAL DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – CGIT

Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 301	Realizar levantamento da Política de Propriedade Intelectual e de Inovação das Instituições Científicas e Tecnológicas do Brasil.	2021	Carlos Alberto Lima Neri	Levantamento realizado/1	100%
Meta 302	Implementar procedimentos de análise dos formulários das empresas beneficiárias dos incentivos fiscais do Capítulo III da Lei do Bem.	2021	Carlos Alberto Lima Neri	Procedimentos implementados/1	100%

Meta 303	Realizar levantamento dos investimentos governamentais em inovação nas pequenas e micro empresas.	2021	Carlos Alberto Lima Neri	Levantamento realizado/1	100%
Meta 304	Realizar avaliação dos impactos dos incentivos fiscais do Capítulo III da Lei do Bem sobre a relevância do uso dos incentivos na geração e introdução de inovações nas empresas.	2021	Carlos Alberto Lima Neri	Avaliação realizada/1	100%
Meta 305	Elaborar relatório anual do cumprimento dos investimentos realizados em P&D no âmbito do Programa INOVAR-AUTO.	2021	Carlos Alberto Lima Neri	Relatório elaborado/1	100%
Meta 306	Elaborar relatório anual do cumprimento dos investimentos realizados em P&D no âmbito do Programa Incentivos Regionais.	2021	Carlos Alberto Lima Neri	Relatório elaborado/1	100%
Meta 307	Acompanhar as atividades de cooperação bilateral e multilateral e elaborar relatório com balanço das atividades.	2021	Carlos Alberto Lima Neri	Atividade acompanhada e relatório elaborado/1	100%
Meta 308	Apoiar e acompanhar pelo menos 1 atividade no âmbito do projeto dos diálogos setoriais com a União Europeia na área de propriedade intelectual.	2021	Carlos Alberto Lima Neri	Apoio e acompanhamento realizados/1	100%

COORDENAÇÃO-GERAL DE MICRO E NANOTECNOLOGIAS – CGNT

Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 309	Finalizar o processo de contratação dos 26 laboratórios do SisNANO.	2021	Flávio Plentz Orlando Filho	Processo de Contratação finalizado (Acordos de Cooperação assinados, publicados e projetos contratados)/26	100%
Meta 310	Promover e organizar evento de avaliação das redes de nanotoxicologia e nanoinstrumentação.	2021	Flávio Plentz Orlando Filho	Evento promovido e organizado/1	100%

Meta 311	Realizar até duas reuniões do Comitê Consultivo de Nanotecnologia.	2021	Flávio Plentz Orlando Filho	Reunião realizada/2	100%
Meta 312	Realizar até duas reuniões do Comitê Interministerial de Nanotecnologia.	2021	Flávio Plentz Orlando Filho	Reunião realizada/2	100%
Meta 313	Iniciar o processo de inserção do Brasil no Projeto NanoReg	2021	Flávio Plentz Orlando Filho	Processo iniciado/1	100%
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIAS SETORIAIS – CGTS					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 314	Elaborar e aprovar o documento de diretrizes do Fundo Setorial Mineral (CT-Mineral).	2021	Eduardo Soriano	Documento elaborado e aprovado/1	100%
Meta 315	Apoiar e acompanhar pelo menos 3 (três) estudos setoriais nas áreas de energia e recursos minerais.	2021	Eduardo Soriano	Estudos apoiados e acompanhados/3	100%
Meta 316	Elaborar e descentralizar até 3 (três) Termos de Execução Descentralizada (TED) para apoiar projetos de P,D&I em energia e recursos minerais.	2021	Eduardo Soriano	TED elaborados e descentralizados/3	100%
Meta 317	Apoiar e acompanhar pelo menos 3 (três) atividades no âmbito do projeto dos diálogos setoriais com a União Europeia.	2021	Eduardo Soriano	Atividades apoiadas e acompanhadas/3	100%
Meta 318	Apoiar a realização de 2 (dois) seminários internacionais na área de energia.	2021	Eduardo Soriano	Realização de eventos apoiada/2	100%
Meta 319	Realizar pelo menos 4 (quatro) visitas técnicas de acompanhamento de projetos apoiados pela SETEC na área de energia.	2021	Eduardo Soriano	Visitas realizadas/4	100%

UNIDADE DE AVALIAÇÃO: SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA – SEPIN

SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA – SEPIN					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 320	Contribuir para o trabalho geral e/ou às metas da equipe da Secretaria de Política de Informática - SEPIN / Departamento de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologias da Informação e Comunicação: Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação; Coordenação-Geral de Serviços e Programas de Computador e Coordenação-Geral de Microeletrônica.	2106	Luanna Sant'Anna Roncaratti	Contribuição realizada/Contribuição prevista	100%

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS SETORIAIS EM TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO – DETIC

COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS E PROGRAMAS DE COMPUTADOR - CGPC					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**

Meta 321	Realizar no mínimo 05 (cinco) eventos relacionados à indústria de Software e serviços de TI.	2021	José Henrique de L. C. Dieguez Barreiro	Eventos realizados/5	100%
Meta 322	Avaliar e acompanhar a execução de pelo menos 02 (dois) projetos beneficiários dos recursos dos PPI.	2021	José Henrique de L. C. Dieguez Barreiro	Execução avaliada e acompanhada/2	100%

COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CGTE					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 323	Realizar Seminário com Centros Privados de Pesquisa e Desenvolvimento em TIC, Credenciados pelo CATI.	240116	Adalberto Afonso Barbosa	Seminário realizado/Seminário previsto	100%
Meta 324	Realizar Seminário com Centros de Pesquisa e Desenvolvimento vinculados ao MCTI, credenciados pelo CATI.	240116	Adalberto Afonso Barbosa	Seminário realizado/Seminário previsto	100%
Meta 325	Realizar Seminário com Incubadoras de Base Tecnológica em TIC, credenciadas pelo CATI.	240116	Adalberto Afonso Barbosa	Seminário realizado/Seminário previsto	100%
Meta 326	Elaborar proposta de atualização do Anexo I do Decreto nº 5.906/2006.	240116	Adalberto Afonso Barbosa	Proposta elaborada/Proposta prevista	100%

Meta 327	Analisar 200 Relatórios Demonstrativos das empresas incentivadas pela Lei de Informática - Lei n.º 8.248/1991.	240116	Marcelo Souto Maior Monteiro	Relatórios analisados/200	100%
Meta 328	Acompanhar e avaliar - in loco - 50 Projetos de P&D executados por empresas habilitadas aos incentivos da Lei de Informática - Lei n.º 8.248/1991	240116	Marcelo Souto Maior Monteiro	Projetos acompanhados e avaliados/50	100%
Meta 329	Realizar as inspeções técnicas em 15 empresas no cumprimento do Processo Produtivo Básico - PPB.	240116	Karina Domingues Bressan Vidal	Inspeções realizadas/15	100%
Meta 330	Realizar as análises técnicas de todos os Pleitos de Incentivos protocolados até 30.11.2014 sob governança da DAAV (Processos Ímpares).	240116	Karina Domingues Bressan Vidal	Análises realizadas/Análises previstas	100%
Meta 331	Realizar as análises técnicas (com inspeções quando necessárias in loco) de 50 pleitos de Empresas para Reconhecimento de Bens Desenvolvidos no País.	240116	Karina Domingues Bressan Vidal	Análises realizadas/50	100%
Meta 332	Realizar as análises técnicas de todos Pleitos de Credenciamento de Instituições de P&D junto ao CATI protocolados até 30.11.2014.	240116	Karina Domingues Bressan Vidal	Análises realizadas/Análises previstas	100%

COORDENAÇÃO-GERAL DE MICROELETRÔNICA - CGME

Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 333	Realizar as análises técnicas de todos os projetos do PADIS e do PATVD protocolizados no MCTI até 31.12.2014, sob responsabilidade da CGME.	2021	Henrique de Oliveira Miguel	Nº de análises técnicas realizadas/Nº de pleitos de incentivo protocolados no período	60%
Meta 334	Analisar 8 Relatórios Demonstrativos das empresas incentivadas pela Lei nº 11.484, de 2007 (PADIS e PATVD).	2021	Henrique de Oliveira Miguel	Nº de Relatórios Demonstrativos analisados/Nº de análises de Relatórios Demonstrativos previstas (8)	100%

Meta 335	Acompanhar e avaliar - *in loco* - 3 projetos de P&D realizados por empresas beneficiárias do PADIS e do PATVD em convênio com instituições credenciadas pelo CATI e CAPDA.	2021	Henrique de Oliveira Miguel	Nº de projetos acompanhados e avaliados *in loco*/Nº de projetos previstos para serem acompanhados e avaliados *in loco* (3)	100%

UNIDADE DE AVALIAÇÃO: INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO – INSA

I N S A					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 336	Executar 80% dos objetivos e metas do Termo de Compromisso de Gestão (TCG) assinado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Instituto Nacional do Semiárido,	2021	Ignácio Hernan Salcedo	$ADI = \sum(\frac{Pesos * Nota}{Total\ de\ pesos})$	90,6
Meta 337	Executar 80% dos indicadores: a) físicos operacionais, (b) administrativo-financeiros, (c) recursos humanos e, (d) Indicadores sociais do Termo de Compromisso de Gestão (TCG) assinado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Instituto Nacional do Semiárido.	2021	Ignácio Hernan Salcedo	$ADI = \sum(\frac{Pesos * Nota}{Total\ de\ pesos})$	90,3

ANEXO À PORTARIA MCTI Nº 931, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2015

MCTI	METAS INSTITUCIONAIS 4º CICLO DE AVALIAÇÃO: 1° DE MARÇO DE 2015 A 28 DE FEVEREIRO DE 2016 Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT

Portaria MCTI nº 936, de 2012 - Art. 8º **As metas referentes à avaliação de desempenho institucional serão segmentadas em**: I - metas globais, elaboradas, quando couber, em consonância com o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA; e II - metas intermediárias, referentes às unidades de avaliação. § 1º As metas globais serão fixadas anualmente, em ato do Ministro de Estado ou a quem este delegar, e devem ser mensuráveis utilizando-se, como parâmetros, indicadores de desempenho que visem aferir a qualidade dos serviços relacionados a atividades finalísticas do MCTI, levando-se em conta, no momento de sua fixação, os índices alcançados nos exercícios anteriores, quando houver, bem como a observância aos princípios da economicidade e da eficiência. § 2º As metas globais deverão ser compatíveis com as diretrizes, políticas e metas governamentais. § 3º As metas intermediárias deverão ser elaboradas em consonância com as metas globais, podendo ser segmentadas e definidas a partir dos indicadores de desempenho estabelecidos no Planejamento Estratégico.

Campo 1	Meta Global definida para todas as Unidades de Avaliação do MCTI/AC	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado: (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 1	Executar 100% dos limites de empenho autorizados pelo Poder Executivo correspondentes à Lei Orçamentária Anual - LOA de 2015.	Anderson Lozi da Rocha	Orçamento empenhado/limite de empenho autorizado	

Metas Intermediárias definidas por Unidade de Avaliação

Portaria MCTI nº 936, de 2012 - Art. 2º Parágrafo único. Os Departamentos e as Coordenações-Gerais serão considerados como unidades de avaliação para fins de avaliação de desempenho.

UNIDADE DE AVALIAÇÃO: GABINETE DO MINISTRO – GABMI

COORDENAÇÃO-GERAL DA AGENDA DO MINISTRO - CGAM

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 1	Receber, processar e distribuir 100% das demandas advindas internamente e externamente do MCTI, e de outras Unidades da Federação relacionadas às solicitações de pedidos de audiências/reuniões com o Ministro.	2021	Paulo Marcos Castro Rodopiano de Oliveira	Nº de demandas recebidas, processadas e distribuídas/Nº de demandas previstas	
Meta 2	Pesquisar e elaborar materiais para audiências/reuniões e eventos internos e externos em 100% com participação do Ministro.	2021	Paulo Marcos Castro Rodopiano de Oliveira	Nº de documentos elaborados/Nº de documentos previstos	

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 3	Publicar e divulgar semanalmente 100% a Agenda do Ministro no site do Ministério.	2021	Paulo Marcos Castro Rodopiano de Oliveira	Nº de publicações realizadas/Nº de publicações previstas	
Meta 4	Realizar pedidos de viagens nacionais e internacionais à Força Aérea Brasileira (FAB).	2021	Paulo Marcos Castro Rodopiano de Oliveira	Nº de viagens realizadas /Nº de viagens previstas	
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CGAD					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(B) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 5	Receber, processar e distribuir 100% das demandas advindas do Gabinete do Ministro do MCTI, e de outras Unidades da Federação.	2021	Conceição Aparecida da Silva	Nº de demandas recebidas, processadas e distribuídas/Nº de demandas recebidas	
Meta 6	Acompanhar 100% dos processos de afastamentos do País.	2021	Conceição Aparecida da Silva	Nº de processos acompanhados/Nº de processos recebidos para acompanhamento	
Meta 7	Providenciar 100% dos pedidos de emissão de passaporte oficial.	2021	Conceição Aparecida da Silva	Nº de pedidos emitidos/Nº de pedidos recebidos	
Meta 8	Redigir e revisar 100% dos documentos oficiais.	2021	Conceição Aparecida da Silva	Nº de documentos oficiais redigidos e revisados/Nº de documentos oficiais recebidos	
COORDENAÇÃO-GERAL DA COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA – CGBio					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 9	Organizar e realizar 10 reuniões ordinárias da CTNBio e 10 reuniões das Subcomissões Setoriais Humana e Animal e 10 reuniões das Subcomissão Setorial Vegetal e Ambiental.	2106	Tassiana Fronza	Quantitativo de Reuniões realizadas/30	
Meta 10	Realizar 20 visitas técnicas anuais às unidades de CIBio.	2106	Tassiana Fronza	Quantitativo de Visitas Técnicas realizadas /20	
Meta 11	Emitir cinquenta pareceres técnicos.	2106	Tassiana Fronza	Quantitativo de Pareceres emitidos /50	

Meta 12	Revisar 1 norma.	2106	Tassiana Fronza	Quantitativo de Normas revisadas/01	

COORDENAÇÃO-GERAL DA SECRETARIA DO CONSELHO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CGCT					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 13	Planejar e organizar as atividades para a realização da reunião do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.	2106	Marylin Peixoto da Silva Nogueira	Reunião realizada/Reunião prevista	
Meta 14	Planejar e organizar as reuniões da Comissão de Coordenação do CCT.	2106	Marylin Peixoto da Silva Nogueira	Reuniões realizadas/Reuniões previstas	
Meta 15	Processar e responder em tempo hábil 100% das demandas encaminhadas à Secretaria Executiva do CCT.	2106	Marylin Peixoto da Silva Nogueira	Demandas respondidas/Demandas recebidas	
Meta 16	Planejar, organizar e processar a totalidade das demandas decorrentes das Unidades Técnicas viabilizadas por meio do projeto de cooperação técnica MCTI-Unesco.	2106	Marylin Peixoto da Silva Nogueira	Demandas respondidas/Demandas recebidas	

COORDENAÇÃO-GERAL DO CERIMONIAL - CGCE					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 17	Planejar, organizar, realizar e/ou apoiar a logística de 90% dos eventos demandados pelo Gabinete do Ministro e pelas Secretarias que necessitem de participação da CGCE.	2106	Felipe Augusto Lucena Seabra	Demandas atendidas/Demandas recebidas	
Meta 18	Acompanhar o Ministro em 90% de suas atividades oficiais fora do Ministério e que exijam protocolo.	2106	Felipe Augusto Lucena Seabra	Atividades acompanhadas/atividades previstas	
Meta 19	Elaborar roteiros prévios de participação do Ministro em 100% dos eventos internos e externos que exijam protocolo.	2106	Felipe Augusto Lucena Seabra	Roteiros elaborados/Roteiros previstos	
Meta 20	Preparar e/ou acompanhar de 90% das reuniões internas do Ministro com autoridades nacionais e internacionais que exijam protocolo.	2106	Felipe Augusto Lucena Seabra	Reuniões preparadas e/ou acompanhadas/Reuniões previstas	

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – ASCOM					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 21	Viabilizar 100 peças de divulgação da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) junto às 27 coordenações estaduais da SNCT.	2106	Flávio Fonte-Boa	Divulgação realizada/Divulgação prevista (100 peças)	
Meta 22	Realizar 5 (cinco) campanhas que deem publicidade aos programas e politicas públicas do MCTI, que possuam grande potencial e sejam significativas para a sociedade, ao abordarem temas que se referem em importantes benefícios para os cidadãos, mesmo que direcionados a seguimentos sociais.	2106	Flávio Fonte-Boa	Campanhas realizadas/Campanhas previstas (5 campanhas)	
Meta 23	Analisar 100% das demandas anuais apresentadas a esta ASCOM, para divulgação das ações e programas do MCTI.	2106	Flávio Fonte-Boa	Demandas analisadas/Demandas recebidas	
Meta 24	Viabilizar a criação e produção de 100% das demandas aprovadas, relativas à divulgação das ações dos programas do MCTI por meio do contrato de serviços de publicidade.	2106	Flávio Fonte-Boa	Criação e produção realizada/Criação e produção prevista	
Meta 25	Destinar 50% dos recursos de manutenção de canais de acesso e visibilidade às informações dos programas e ações realizadas pelo MCTI e suas Unidades de forma integrada em veículos e espaço de grande apelo público aos temas desta Pasta Ministerial.	2106	Flávio Fonte-Boa	Destinação realizada/Destinação prevista (50% dos recursos)	
ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO - AECI					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 26	Promover o registro, dar tratamento e acompanhar 100% das demandas relacionadas ao campo de atuação do Assessor Especial de Controle Interno	2106	Marcos Luiz Manzochi	Nº de demandas registradas e tratadas/Nº de demandas recebidas	

ASSESSORIA PARLAMENTAR – ASPAR					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 27	Acompanhar a tramitação de 100% dos requerimentos de Audiência Pública que envolvem autoridades do MCTI.	2106	Andréa Barbosa Andrade de Faria	Quantidade de requerimentos acompanhados/Quantidade de requerimentos apresentados	
Meta 28	Acompanhar a tramitação legislativa de 100% dos Requerimentos de Informação para o MCTI.	2106	Andréa Barbosa Andrade de Faria	Quantidade de requerimentos acompanhados/Quantidade de requerimentos apresentados	
Meta 29	Encaminhar e acompanhar 100% de respostas aos Requerimentos de Informação para o MCTI dentro do prazo.	2106	Andréa Barbosa Andrade de Faria	Quantidade de requerimentos encaminhados e acompanhados/Quantidade de requerimentos apresentados	
Meta 30	Acompanhar e informar sobre 100% da tramitação e execução de emendas parlamentares solicitadas pelos Congressistas.	2106	Andréa Barbosa Andrade de Faria	Quantidade de emendas parlamentares acompanhadas e informadas/Quantidade de emendas parlamentares previstas	
Meta 31	Encaminhar 100% das demandas parlamentares à área competente no MCTI.	2106	Andréa Barbosa Andrade de Faria	Quantidade de emendas parlamentares encaminhadas/Quantidade de demandas parlamentares previstas	
Meta 32	Dar retorno a 100% das ligações recebidas (Parlamentares e seus assessores).	2106	Andréa Barbosa Andrade de Faria	Quantidade de ligações retornadas/Quantidade de ligações recebidas	
CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL - CONCEA					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 33	Organizar e realizar: 1) 04 (quatro) Reuniões Ordinárias do CONCEA (de março de 2015 a fevereiro de 2016), com duração de 03 (três) dias cada; 2) 20 (vinte) Reuniões das Câmaras Permanentes do CONCEA, a saber: a) Câmara Permanente de Produção; b) Câmara Permanente de Pesquisa; c) Câmara Permanente de Ensino; d) Câmara Permanente de Métodos Alternativos e e) Câmara Permanente de Comunicação e Assessoria Parlamentar; e 3) 02 (duas) reuniões de Câmaras Temporárias do CONCEA, a saber: a) Câmara Temporária de Ensino à Distância e b) Câmara Temporária do Simpósio CONCEA 2015.	2106	Sharon Lisauskas Ferraz de Campos	Reuniões organizadas/Reuniões previstas	

UNIDADE DE AVALIAÇÃO: SECRETARIA EXECUTIVA - SEXEC

GABINETE - GABEX					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 34	Promover o registro, a análise e o acompanhamento de 100% dos processos de afastamento do País.	2106	Maria do Socorro Guerra de Araújo Hashimoto	Nº de processos registrados/Nº de processos demandados	
Meta 35	Receber e tratar 100% dos documentos endereçados à Secretaria-Executiva.	2106	Celma Irene Castanheiro	Qde. de documentos tratados/Qde. de documentos recebidos	
Meta 36	Promover o registro, o tratamento e o acompanhamento de 100% das requisições dos órgãos de controle direcionadas à Secretaria-Executiva.	2106	Celma Irene Castanheiro	Nº de requisições registradas/Nº de requisições recebidas	

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS UNIDADES DE PESQUISA – SCUP

GABINETE					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 37	Realizar o levantamento das demandas dos projetos de P&D,I, definir prioridades em função dos recursos alocados no PO, realizar a descentralização orçamentária/financeira às UPs selecionadas e acompanhar a execução das metas estabelecidas, referente ao desenvolvimento de novas linhas de pesquisa nas Unidades de Pesquisa do MCTI.	2021	Clébia S. F. Martins	Quantidade de projetos apoiados/Quantidade de projetos demandado	
Meta 38	Realizar o levantamento das demandas de Gestão Integrada dos Acervos de Informação Científica e Tecnológica das Unidades de Pesquisa do MCTI, definir prioridades em função dos recursos alocados no PO, realizar a descentralização orçamentária/financeira à CAPES e às UPs selecionadas e acompanhar a execução das metas estabelecidas.	2021	Clébia S. F. Martins	Título apoiados/Título previsto	
Meta 39	Apoiar, planejar, organizar e participar de eventos demandados pelo MCTI e relacionados às atividades dos seus Institutos de Pesquisa.	2021	Clébia S. F. Martins, Ludmila Brito Ribeiro	Eventos apoiados/eventos demandados	

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 40	Atestar 100% da conformidade de registro de gestão no SIAFI e acompanhar 100% da execução orçamentária e financeira das ações e planos orçamentários sob responsabilidade da SCUP e Institutos de Pesquisa do MCTI .	2021	Nanci Silva, Clébia S.F. Martins Rafael Correia	Execução e conformidade acompanhada/ Execução e conformidade prevista	
Meta 41	Planejar e acompanhar a fase qualitativa e lançar 100% dos dados no SIOP da fase quantitativa do PPA e PLOA das ações e planos orçamentários sob responsabilidade da SCUP e Institutos de Pesquisa do MCTI.	2021	Clébia S. F. Martins	Qtde dados lançados no SIOP/Qtde dados previstos para lançamento no SIOP	
Meta 42	Levantar mensalmente as necessidades financeiras dos Institutos de Pesquisa sob responsabilidade da SCUP e acompanhar o cronograma de desembolso.	2021	Nanci Silva	Levantamento realizado/Levantamento previsto	
Meta 43	Elaborar 40 Pareceres Técnicos para os Termos de Execução Descentralizada – TED.	2021	Clébia S. F. Martins	Pareceres elaborados/Pareceres previstos	
Meta 44	Levantar e acompanhar 100% dos créditos suplementares da SCUP e Institutos de Pesquisa do MCTI.	2021	Clébia S. F. Martins	Créditos suplementares acompanhados/Créditos suplementares previstos	
Meta 45	Promover a execução orçamentária e financeira da Unidade Gestora Executora nº 240113 - Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP.	2021	Nanci Silva	Execução Orçamentária e Financeira realizada/ Execução Orçamentária e Financeira prevista	
Meta 46	Realizar o levantamento de demandas de comunicação dos Institutos de Pesquisa do MCTI.	2021	Ludmila Ribeiro	Levantamento realizado/Levantamento previsto	
Meta 47	Publicar/divulgar boletins para divulgação das ações dos Institutos de Pesquisa do MCTI.	2021	Ludmila Ribeiro	Boletins publicados/Boletins previstos	
Meta 48	Disponibilizar, por meio dos Institutos de Pesquisa do MCTI, publicações de interesse público no âmbito da Ciência, Tecnologia e Inovação.	2021	Ludmila Ribeiro	Publicações em C&T,I realizados/ Publicações em C&T,I previstos	
Meta 49	Elaborar relatórios estatísticos de Recursos Humanos dos Institutos de Pesquisa do MCTI.	2021	Ludmila Ribeiro	Relatórios elaborados/Relatórios previstos	

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 50	Elaborar relatórios estatísticos referente à execução orçamentária e financeira das ações e planos orçamentários sob responsabilidade da SCUP e Institutos de Pesquisa do MCTI.	2021	Clébia S. F. Martins, Nanci Silva	Relatórios Estatísticos elaborados/Relatórios Estatísticos previstos	
Meta 51	Elaborar relatórios estatísticos referente a indicadores pactuados pelos Termos de Compromisso de Gestão - TCGs das Unidades de Pesquisa do MCTI.	2021	Andreia Nascimento	Planilhas e Relatórios elaborados/ Planilhas e Relatórios previstos	
Meta 52	Receber, promover o registro, o tratamento e acompanhamento de 100% dos documentos endereçados à SCUP.	2021	Lucrécia Imaculada, Valmiron Mota, Iranize Souza, Sinisia Oliveira, Rogéria Silva e Robério Tomaz	Documentos registrados e acompanhados/documentos recebidos	

COORDENAÇÃO-GERAL DE SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS - CGOS

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 53	Celebrar pelo menos um Termo Aditivo por Contrato de Gestão.	2021	Sônia da Costa	Nº de Termo Aditivos celebrados/Nº de Termos Aditivos Previstos (6)	
Meta 54	Realizar a avaliação anual e o acompanhamento semestral dos contratos de gestão.	2021	Sônia da Costa	Nº de avaliações realizadas/Nº avaliações previstas (12)	
Meta 55	Iniciar a avaliação do ciclo plurianual com vistas à renovação dos Contratos de Gestão das 5 Organizações Sociais (CGEE, CNPEM, IDSM, IMPA e RNP).	2021	Sônia da Costa	Nº de avaliações iniciadas/Nº de avaliações previstas (5)	
Meta 56	Colocar em execução 100% as recomendações das Comissões de Avaliação (CA) dos Contratos de Gestão, ou ter as justificativas para a impossibilidade de cumprimento definido pela mesma CA.	2021	Sônia da Costa	(Recomendações atendidas + justificativas aceitas)/Total de recomendações	
Meta 57	Responder às solicitações de informação via SIC relativas aos contratos de gestão.	2021	Sônia da Costa	Solicitações atendidas no prazo/Total de solicitações	

COORDENAÇÃO-GERAL DAS UNIDADES DE PESQUISA - CGUP					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 58	Implantar os indicadores pactuados nos Termos de Compromisso de Gestão - TCG e visitas técnicas de reforço no treinamento do SIGTEC em 11 Unidades de Pesquisa do MCTI (LNCC, CETENE, INSA, MAST, ON, LNA, INPA, CETEM, CTI, INT e MPEG) e no IAE (Instituição de Pesquisa).	2106	Isabel Felicidade Aires Campos	Indicadores implantados/Indicadores previstos (12)	
Meta 59	Desenvolver um Sistema de Informações Gerenciais para ser utilizado a partir da SCUP, que agregue informações de cada Unidade de Pesquisa a partir das bases de dados do SIGTEC.	2106	Isabel Felicidade Aires Campos	Sistema desenvolvido/Sistema previsto (1)	
Meta 60	Pactuar, acompanhar e avaliar a execução dos Termos de Compromisso de Gestão (TCG) das 13 (treze) Unidades de Pesquisa (CBPF, CTI, CETEM, INT, IBICT, INPA, INSA, INPE, LNCC, LNA, MAST,MPEG e ON).	2106	Alex Fabiano de Almeida Borges e David Conway Oren	Execuções pactuadas, acompanhadas e avaliadas/Execuções previstas (13)	
Meta 61	Acompanhar anualmente a concessão de 700 bolsas do Programa de Capacitação Institucional, distribuídas em 20 projetos institucionais a saber: CNPEM, CBPF, CETEM, CETENE, CNEN, CTI, GEOMA, IBICT, IDSM, IMPA, INMA, INPA, INPE, INSA, INT, LNA, LNCC, MAST, MPEG e ON).	2106	Lucrécia Imaculada Conceição/Ruth Costa Cardoso	Concessões acompanhadas/Concessões previstas (700)	
Meta 62	Acompanhar e analisar o processo das contribuições a organismos e/ou entidades nacionais (ABC, SBPC e ABPTI).	2106	César A.R. Carmo	Processos acompanhados e analisados/processos previstos	

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

GABINETE					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 63	Processar (do registro à expedição final), acompanhar, tratar, encaminhar, produzir/processar 80% da demanda submetida à SPOA em 48 horas.	2106	Romaly de Carvalho	Demanda executada no prazo/Demanda submetida	
Meta 64	Responder 100% das solicitações de Auditoria dos órgãos de controle	2106	Romaly de Carvalho	Solicitações de Auditoria respondidas/Solicitações de Auditoria recebidas	
ASSESSORIA DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES - APDIS					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 65	Executar, no prazo legal, 100% das demandas referentes aos Processos Disciplinares recebidos na Unidade, desde a instauração até o Relatório Final.	2106	Hugo Sérgio Ungaretti	Relatórios Finais submetidos à SPOA no prazo legal/Demandas recebidas	
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS – CGRL					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 66	Acompanhar e supervisionar a execução de 100% das ações sob responsabilidade das Coordenações (COIN-COEX) da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos.	2106	Domingos Carlos Pereira Rego	Nº de ações acompanhadas e supervisionadas realizadas/Nº de ações acompanhadas e supervisionadas previstas	
Meta 67	Acompanhar e supervisionar a execução de 100% das ações sob responsabilidade da Coordenação de Logística e Execução-COEX.	2106	Luiz Soares Maia	Nº de ações acompanhadas e supervisionadas realizadas/Nº de ações acompanhadas e supervisionadas previstas	
Meta 68	Acompanhar e supervisionar a execução de 100% das ações sob responsabilidade da Coordenação de infraestrutura-COIN.	2106	Paulo Rocha da Silva	Número de ações acompanhadas e supervisionadas realizadas/Número de ações acompanhadas e supervisionadas previstas	
Meta 69	Executar 100% dos processos distribuídos para Execução Orçamentária e Financeira até 15 dias antes do término do período de avaliação, desde que se encontrem com todas as condições para conclusão, excluindo-se os processos devolvidos às unidades demandantes para complementação.	2106	Priscila Ferreira de Queiroz Pinto	Total dos Processos Executados/(Processos Distribuídos - Processos Devolvidos)	

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 70	Executar 100% dos processos de concessão de diárias e passagens distribuídos até 20 dias antes do término do período de avaliação, desde que se encontrem com todas as condições para conclusão, excluindo-se os processos devolvidos às unidades demandantes para complementação.	2106	Fabrício Cirilo e Priscila Ferreira de Queiroz Pinto	Total dos Processos Executados/(Processos Distribuídos - Processos Devolvidos)	
Meta 71	Efetuar pelo menos 150 análises intermediárias em convênios, termos de parcerias e contribuição financeira.	2106	Romana Pessoa Picanço	Análises de CV, TP e CFs realizadas/Análises de CV e TP previstas.	
Meta 72	Finalizar pelo menos 60 convênios, termos de parceria e contribuição financeira.	2106	Romana Pessoa Picanço	CV, TP e CF realizado/CV e TP previsto	
Meta 73	Responder a 100% das demandas de Órgãos externos.	2106	Romana Pessoa Picanço	demanda atendida/ demanda recebida	
Meta 74	Efetuar 100% de Termos Aditivos demandados pelas áreas técnicas, referente a convênios e Termos de Parceria firmados antes publicação da Portaria MCTI nº 1059.	2106	Romana Pessoa Picanço	demanda a atendida/ demanda recebida	
Meta 75	Analisar ao menos 60 procedimentos para contratação de bens e serviços (pregão, concorrência, dispensa e inexigibilidade).	2106	Paulo Bernardes Honório de Mendonça e Carla Patrícia Almeida Rocha Terabe	Qtde. de procedimentos analisados/Qtde. prevista	
Meta 76	Analisar, ao menos, 35 pedidos de ajuste nos termos de contratos (reajustes, repactuação, prorrogação, apostilamentos e processos de penalidades administrativas).	2106	Moacir Gonçalves de Oliveira Junior e Carla Patrícia Almeida Rocha Terabe	Qtde. de pedidos de ajuste analisados/Qtde. prevista	
Meta 77	Adquirir 100% do quantitativo de materiais de expedientes que são consumidos pelas áreas do MCTI.	2106	Jefferson Monteiro da Silva	Nº de materiais adquiridos/Nº de materiais consumidos	

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 78	Concluir 100% do quantitativo de processos de solicitação de doação de bens públicos oriundos do processo de desfazimento de bens móveis do ano de 2015;	2106	Jefferson Monteiro da Silva	Nº de solicitações atendidas (doações)/Nº de solicitações recebidas (doações)	
Meta 79	Analisar quantitativamente e qualitativamente 11 contratos em execução na DISG.	2106	Sônia Regina da Silva Oliveira	Nº de contratos analisados/Nº de contratos previstos	
Meta 80	Analisar os valores de 11 contratos em execução na DISG com vistas a economicidade.	2106	Sônia Regina da Silva Oliveira	Nº de contratos analisados/Nº de contratos previstos	
Meta 81	Atender 100% das solicitações de serviços no âmbito do MCTI/SPO (chaveiro, carimbo, telefonia, manutenção predial, limpeza, reserva de auditório e transporte de pessoas).	2106	Tatiana Maria Soares de Araújo	Nº solicitações atendidas/Nº solicitações recebidas	
Meta 82	Implantar 50% do restante do Sistema de Telefonia IP	2106	Beatriz Cristino Jácomo	Nº de implantações realizada/Nº de implantações prevista	
Meta 83	Execução 50% dos leiautes do SPO	2106	Beatriz Cristino Jácomo	Execução realizada/Execução prevista	
Meta 84	Substituir 50% do Sistema de Ar Condicionado	2106	Beatriz Cristino Jácomo	Nº de sistemas de ar substituídos/ Nº de sistemas de ar previstos	
Meta 85	Executar 50% do leiautes do auditório MCTI/SEDE	2106	Beatriz Cristino Jácomo	Execução realizada/Execução prevista	
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – CGOF					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 86	Atender em 100% as demandas feitas pelo Subsecretário de Orçamento, Planejamento e Administração, referente a prestação de serviços técnicos de análise, orientação e assessoramento relacionados as atribuições da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças.	2106	Antonio Alberto Pinheiro	Nº de demandas atendidas / nº de demandas solicitadas	
Meta 87	Supervisionar e orientar 100% das atividades relacionadas a programação orçamentária e acompanhamento da execução do orçamento.	2106	Guilherme Augusto Borges Carvalho	Nº de atividades realizadas / Nº de atividades apresentadas	

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 88	Analisar e, se aprovada, enviar à SOF/MP 100% das propostas orçamentárias elaboradas pelas unidades do MCTI.	2106	Carine Cristina de Almeida dos Santos	Nº Propostas Orçamentárias recebidas, analisadas e aprovadas / Nº Propostas orçamentárias enviadas	
Meta 89	Analisar e, se aprovada, enviar à SOF/MP 100% das aletrações orçamentárias elaboradas pelas unidades do MCTI.	2106	Carine Cristina de Almeida dos Santos	Nº de alterações orçamentárias recebidas, analisadas e aprovadas / Nº Propostas orçamentárias enviadas	
Meta 90	Realizar 100% das solicitações de bloqueios de dotação, com vistas a atender às alterações orçamentárias por meio de créditos adicionais.	2106	Carine Cristina de Almeida dos Santos	Nº de notas de bloqueios realizadas / Nº de pedidos recebidos.	
Meta 91	Liberar às unidades do MCTI, 100% do limite de empenho detalhado pelo MCTI.	2106	Regina Ramos da Silva	Valor do limite liberado para as unidades / Valor do limite detalhado pelo MCTI	
Meta 92	Elaborar a proposta de distribuição do limite de Movimentação e Empenho para 100% das unidades do MCTI.	2106	Regina Ramos da Silva	Nº de Unidades gestoras com limite elaborado / Nº total de Unidades gestoras do MCTI	
Meta 93	Atender 100% das solicitações por relatórios gerenciais sobre execução orçamentária e financeira das unidades do MCTI.	2106	Regina Ramos da Silva	Nº de Solicitações atendidas / Nº de solicitações recebidas.	
Meta 94	Elaborar trimestralmente 100% das Notas Explicativas relativas às demonstrações contábeis do órgão superior MCTI, a fim de subsidiar a Secretaria do Tesouro Nacional.	2106	Eliana Yukiko Takenaka	Nº de notas explicativas elaboradas/Nº de Notas Explicativas solicitadas	
Meta 95	Registrar mensalmente 100% das restrições contábeis levantadas nas contas das Unidades Gestoras da Administração Direta e Indireta no âmbito do MCTI.	2106	Eliana Yukiko Takenaka	Nº de restrições registradas/Nº de restrições a registrar	
Meta 96	Atender 100% das consultas técnicas procedentes das Unidades Gestoras Executoras - Administração Central, Unidades de Pesquisas e Órgãos Vinculados (Comunica SIAFI, e-mails e telefone).	2106	Adriana Samara W. da Silva	Nº de Consultas Atendidas/Nº de Consultas Recebidas	
Meta 97	Regularizar 100% das ocorrências levantadas quando da análise das Demonstrações Contábeis do Órgão MCTI e demais Órgãos Vinculados.	2106	Adriana Samara W. da Silva	Nº de ocorrências regularizadas/Nº de ocorrências levantadas	
Meta 98	Elaborar 100% dos relatórios referentes às Tomadas de Contas Especiais recebidas da Administração Central e Unidades de Pesquisas.	2106	Adriana Samara W. da Silva	Nº de Relatórios Elaborados/Nº de TCE's Recebidas	

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 99	Elaborar 100% dos relatórios gerenciais relativos à execução orçamentária e financeira solicitados pela Administração Central, Unidades de Pesquisas e Órgãos Vinculados.	2106	Tais Kenia Gonçalves	Nº de Relatórios Elaborados/Nº de Relatórios solicitados	
Meta 100	Efetuar o cadastro de 100% das solicitações de senhas para acesso a Rede SERPRO, SIAFI, SIASG, SIAFI Gerencial, SICONV, SISCOMEX e CADIN, procedentes da Administração Central, Unidades de Pesquisas e Órgãos Vinculados.	2106	Tais Kenia Gonçalves	Nº de senhas Cadastradas/Nº de senhas solicitadas	
Meta 101	Repassar às Unidades do MCTI, 100% da cota financeira recebida da Secretaria do Tesouro Nacional, conforme estabelecido em Portaria do Ministério da Fazenda e detalhamento efetuado pelo MCTI.	2106	José Ericélio Gomes	Valor liberado para as Unidades/Valor recebido da STN	
Meta 102	Atender 100% das consultas técnicas procedentes das Unidades Gestoras Executoras - Administração Central, Unidades de Pesquisas e Órgãos Vinculados relativos à programação financeira.	2106	José Ericélio Gomes	Nº de consultas atendidas/Nº de consultas recebidas	
Meta 103	Gerar 100% de relatórios gerenciais para controle e acompanhamento do desempenho dos processos de trabalhos relacionados com a programação financeira do MCTI.	2106	José Ericélio Gomes	Nº de Relatórios gerados /Nº de Relatórios solicitados	
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO E INOVAÇÃO - CGGI					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 104	Obter, em conjunto com a CGTI, o código-fonte do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), criado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.	2106	Rafael Vieira Fernandes de Castro	Aperfeiçoamento realizado / Aperfeiçoamento previsto	
Meta 105	Coordenar, do ponto de vista de negócio, a instalação, configuração e manutenção do SEI no MCTI.	2106	Rafael Vieira Fernandes de Castro	Coordenação executada / Coordenação prevista	
Meta 106	Desenvolver protótipo de programa de extração de dados do sistema Próton, a ser utilizado pela CGTI para implementação da integração de dados com o sistema Protocolo Integrado, do MPOG.	2106	Rafael Vieira Fernandes de Castro	Protótipo desenvolvido / Protótipo previsto	

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 107	Gerir e aperfeiçoar o método de extração de dados do SIAFI, para incorporação nos painéis da Plataforma Aquarius.	2106	Rafael Vieira Fernandes de Castro	Gestão e aperfeiçoamento executados / Gestão e aperfeiçoamento previstos	
Meta 108	Realizar prova de conceito de ferramenta de prospecção de dados *(data discovery)*, com vistas ao aprimoramento tecnológico da Plataforma Aquarius.	2106	Rafael Vieira Fernandes de Castro	Prova de conceito realizada / Prova de conceito prevista	
Meta 109	Definir plano de capacitação para usuários do SEI-MCTI.	2106	Rafael Vieira Fernandes de Castro	Plano de capacitação definido / Plano de Capacitação previsto	
Meta 110	Cooperar com o IBICT na estruturação do Projeto BR-Cris (*Current Research Information System* brasileiro) nos moldes dos projetos PT-Cris e Euro-Cris.	2106	Rafael Vieira Fernandes de Castro	Cooperação realizada / Cooperação prevista	
Meta 111	Manifestar-se tecnicamente sobre 100% das demandas recebidas sobre estrutura regimental, regimentos internos e estatutos da Administração Central, unidades de pesquisa e entidades vinculadas.	2106	Rafael Vieira Fernandes de Castro	Notas técnicas emitidas / Número de demandas recebidas	
Meta 112	Emitir parecer sobre a implantação, no MCTI, do Sistema Eletrônico de Informações, criado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.	2106	Rafael Vieira Fernandes de Castro	Parecer realizado/ Parecer previsto	
Meta 113	Realizar estudo acerca das normas necessárias à implantação do SEI no MCTI, valendo-se do apoio técnico das áreas de arquivo e protocolo.	2106	Rafael Vieira Fernandes de Castro	Estudo realizado/Estudo previsto	
Meta 114	Coordenar a parametrização, o cadastramento de informações e os testes realizados no ambiente de homologação do SEI-MCTI.	2106	Rafael Vieira Fernandes de Castro	Coordenação realizada / coordenação prevista	
Meta 115	Manifestar-se tecnicamente, em seu campo de atuação, sobre 100% das demandas por apoio técnico quanto ao tratamento de informações sigilosas ou passíveis de sigilo.	2106	Rafael Vieira Fernandes de Castro	Número de notas técnicas emitidas / Número de demandas recebidas	
Meta 116	Executar 100% do plano de capacitação definido para o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito do MCTI.	2106	Ronal de Oliveira Guedes	Capacitação realizada/Capacitação prevista	

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 117	Parametrizar, realizar o cadastramento de informações e testar o ambiente de homologação do SEI-MCTI.	2106	Ronal de Oliveira Guedes	Parametrização realizada/Parametrização prevista	
Meta 118	Digitalizar pelo menos 90% dos documentos recebidos no Protocolo.	2106	Ronal de Oliveira Guedes	Quantidade de documentos digitalizados/Quantidade de documentos recebidos no Protocolo	
Meta 119	Atender a 90% das demandas dos usuários do Arquivo Central mediante a disponibilização, em formato digital e via Sistema Próton, do(s) documento(s) objeto(s) de cada demanda.	2106	Sonia Maria Ferreira dos Santos	Quantidade de demandas atendidas via Próton / Quantidade de demandas no período	
Meta 120	Fortalecer ações para consolidar o Serviço de Arquivo Central como unidade administrativa representante da SPOA/MCTI , órgão setorial do Arquivo Nacional, objetivando prestar apoio técnico à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério juntamente com as unidades administrativas do órgão.	2106	Sonia Maria Ferreira dos Santos	Ações realizadas/Ações previstas	
Meta 121	Atender a 90% das demandas de apoio técnico aos usuários envolvidos com serviços arquivísticos do MCTI.	2106	Sonia Maria Ferreira dos Santos	Quantidade de demandas atendidas/Quantidade de demandas no período	
Meta 122	Enviar versão preliminar da 3ª Listagem de Eliminação de Documentos ao Arquivo Nacional	2106	Sonia Maria Ferreira dos Santos	Listagem enviada/Listagem prevista para envio	
Meta 123	Incluir na base de dados de Legislação da BPC&T, 100% da Legislação do Diário Oficial da União, Seção II, publicados até julho/1992.	2106	Anderson Andreis/Paulo Estevão de Oliveira	Quantidade de legislação incluída/Quantidade de legislação prevista para inclusão	
Meta 124	Incluir na base de dados de Legislação da BPC&T, pelo menos, 90% dos Boletins de Serviço publicados em 2015.	2106	Anderson Andreis/Paulo Estevão de Oliveira	Quantidade de Boletins incluídos/Quantidade de Boletins publicados	
Meta 125	Incluir na base de dados de Legislação da BPC&T, pelo menos, 100% da legislação superior em ciência e tecnologia, publicada entre o período de 1939 a 2009, de um universo de 2.417 itens.	2106	Denise Maria Karl / Silvani Gomes de Oliveira	Quantidade de legislação incluída/Quantidade de legislação total considerada	
Meta 126	Incluir na base de dados de Legislação da BPC&T, pelo menos, 90% da Legislação Superior em C&T publicados em 2015.	2106	Denise Maria Karl	Quantidade de legislação incluída/Quantidade de Legislação publicada em 2015	
Meta 127	Atender a 90% das solicitações encaminhadas pelos usuários à BPC&T em 2015.	2106	Pedro Ivo Queiroz Mariz	Solicitações atendidas/Solicitações encaminhadas	

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 128	Incluir na base de dados de monografia, pelo menos, 30% do total de itens pré-selecionados para inclusão, universo considerado 2.606 itens, referente a março/2015.	2106	Elise Silva do Nascimento	Publicações incluídas/Publicações pré-selecionadas	
Meta 129	Incluir na base de dados de monografia, pelo menos, 90% das publicações compradas em 2015.	2106	Elise Silva do Nascimento	Publicações incluídas/Publicações compradas	
Meta 130	Acompanhar 100% das atividades realizadas pelos colaboradores.	2106	Elise Silva do Nascimento	Atividades acompanhadas/Atividades realizadas no setor	
Meta 131	Pré-catalogar pelo menos 45% dos itens pré-selecionados para inclusão, de um universo considerado de 2.606 itens, referente a março/2015.	2106	Pedro Ivo Queiroz Mariz/Silvani Gomes de Oliveira	Quantidade pré-catalogada/Quantidade prevista	

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH

Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 132	Realizar três reuniões ordinárias da Comissão Interna do Plano de Carreiras-CI e três do Comitê Especial para Gratificação de Qualificação - CE e instruir para implementação todos os processos aprovados.	2106	Flávio Coutinho	Nº De Reuniões Realizadas Com Todos Os Processos Aprovados Instruídos P/ Implementação/6	
Meta 133	Manter atualizada a Tabela Geral da Força de Trabalho do MCTI	2106	Flávio Coutinho	Nº De Servidores Da Amostra Com Dados Atualizados (Corretos)/50 (Amostra De 50 Servidores Escolhidos Aleatoriamente).	
Meta 134	Participar de, no mínimo, quatro eventos de capacitação/atualização na área de governança de empresas estatais	2106	Flávio Coutinho	Nº De Participações/4	
Meta 135	Elaborar 100% das Notas Técnicas e Pareceres demandados à Assessoria da CGRH.	2106	Flávio Coutinho	Nº De Notas Técnicas E Pareceres Elaborados /Nº De Notas Técnicas E Pareceres Demandados	
Meta 136	Monitorar 100% dos pedidos oriundos do SIC para a CGRH até a resposta no prazo legal.		Flávio Coutinho	Nº De Respostas Elaboradas No Prazo Legal/N° De Pedidos Oriundos Do Sic	

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 137	Responder a todas as demandas relativas a cumprimento de decisões judiciais, ações dos órgãos de controle e dos servidores do MCTI demandas à COAD.	2016	Carlos Eduardo dos Santos	Nº de respostas/Nº de demandas	
Meta 138	Receber e distribuir 100% das demandas relacionadas aos assuntos de competência da Coordenação de Administração de Recursos Humanos – COAD, advindas de servidores e empregados públicos da AC/MCTI e das suas Unidades de Pesquisa, bem como de outros órgãos e instituições da administração pública e de instituições privadas.	2016	Carlos Eduardo dos Santos	Nº de demandas recebidas e distribuídas/ Nº de demandas recebidas	
Meta 139	Implantar o sistema de Férias Web para no mínimo 50 % das Unidades da AC/MCTI.	2016	Carlos Eduardo dos Santos	Nº de Unidade implantadas/Nº total de Unidade	
Meta 140	Incluir no SIAPE todos os servidores aptos à progressão funcional (100%).	2106	Wando Wellinton P. de Sá	Nº de servidores incluídos no Sistema/Nº de servidores	
Meta 141	Incluir no SIAPE todos os servidores aptos à promoção funcional (100%)	2106	Wando Wellinton P. de Sá	Nº de servidores incluídos no Sistema/Nº de servidores	
Meta 142	Providenciar as alterações solicitadas (100%) no SISAC, até 45 dias antes do fechamento do período de avaliação.	2106	Wando Wellinton P. de Sá	Nº de servidores alterados/Nº de servidores solicitados	
Meta 143	Instruir as solicitações do MCTI e Institutos referentes à cessão/prorrogação de cessão/remoção/redistribuição (100%) até 45 dias antes do fechamento do período de avaliação.	2106	Wando Wellinton P. de Sá	Nº de processos instruídos/Nº de solicitações	
Meta 144	Efetuar o pagamento de reembolso dos cursos aos servidores e empregados públicos.	2016	José Rodrigues Camelo	Nº de pagamentos efetuados/Nº de pagamentos solicitados.	
Meta 145	Calcular e pagar a progressão funcional e promoção aos servidores.	2016	José Rodrigues Camelo	Nº de progressões e promoções pagas/Nº de pagamentos previstos	
Meta 146	Pagar as despesas com pessoal ativos, inativos e pensionistas, incluindo, também os auxílios, vantagens e benefícios.	2016	José Rodrigues Camelo	Qtde. de pagamentos solicitados/Qtde. previstos.	

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 147	Elaborar documentos para andamento aos processos de competência dessa Unidade.	2016	José Rodrigues Camelo	Nº de Documentos elaborados/Nº de previstos	
Meta 148	Elaborar a portaria de normatização, no âmbito da AC/MCTI, do Programa de Pós-graduação *lato e stricto sensu.*	2106	Valéria Moreira Neves dos Santos	Portaria elaborada/Elaboração de Portaria prevista	
Meta 149	Realizar as ações relacionadas à elaboração do Plano Anual de Capacitação - PAC da AC/MCTI referente ao ano de 2015.	2106	Valéria Moreira Neves dos Santos	Nº de ações realizadas/Nº de ações previstas	
Meta 150	Receber e distribuir 100% das demandas relacionadas aos assuntos de competência da Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos - CODE advindas de servidores e empregados públicos da AC/MCTI e das suas Unidades de Pesquisa, bem como de outros órgãos e instituições da administração pública e de instituições privadas.	2106	Valéria Moreira Neves dos Santos	Nº de demandas recebidas e distribuídas/Nº de demandas previstas	
Meta 151	Analisar e executar 100% das demandas dos servidores e das UP's referentes às solicitações de Aposentadorias, Pensões e Abonos de Permanência.	2106	Roberta Rodrigues Moreira Branco Paredes	Nº de demandas, analisadas e executadas/Nº de demandas recebidas	
Meta 152	Analisar e executar 100% das demandas dos servidores e das UP's referentes às solicitações de concessões dos benefícios de Assistência à Saúde Suplementar e Auxílio Transporte, respeitando a Previsão Orçamentária.	2106	Roberta Rodrigues Moreira Branco Paredes	Nº de demandas, analisadas e executadas/Nº de demandas recebidas	
Meta 153	Iniciar o Segundo Ciclo dos Exames Médicos Periódicos convocando 100% dos servidores lotados nesta Administração Central e Unidades Regionais (RENE, RESE, INSA, IMPA E CEMADEN).	2106	Roberta Rodrigues Moreira Branco Paredes	Nº de servidores convocados/ Nº de servidores previstos	
Meta 154	Atender 100% das demandas de Prestação de Contas e Auditorias Internas e Externas.	2106	Roberta Rodrigues Moreira Branco Paredes	Nº de demandas atendidas/Nº de demandas recebidas	
Meta 155	Atender 100% das demandas de Comunicação Institucional pertinentes à CGRH.	2107	Roberta Rodrigues Moreira Branco Paredes	Nº de demandas atendidas/Nº de demandas recebidas	
Meta 156	Coordenar, acompanhar, monitorar e aplicar 100% das Avaliações de Desempenho com vistas ao pagamento da GDACT, nos moldes da Portaria MCTI 936/2012.	2106	Vera Lucia Maria da Silva	Nº de avaliações de desempenho realizadas/Nº de avaliações previstas	
Meta 157	Efetuar o pagamento de Reembolso de mensalidades de capacitação a servidores nos moldes da Portaria MCTI nº 173/2012 e Portaria MCTI nº 21/2014.	2106	Vera Lucia Maria da Silva	Nº de pagamento de reembolsos efetuados/Nº de pagamento de reembolsos previstos	

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 158	Coordenar o processo de contratação, supervisão e pagamento de 100 % dos estágios obrigatórios e não obrigatórios no âmbito da AC/MCTI junto ao CIEE.	2106	Vera Lucia Maria da Silva	Nº de estagiários contratados/Nº de contratações de estagiários previstos	
Meta 159	Coordenar100% das ações voltadas ao acompanhamento e avaliação do estágio probatório no âmbito da AC/MCTI.	2106	Vera Lucia Maria da Silva	Nº de ações de acompanhamento e avaliação de estágio realizadas/Nº de Ações de acompanhamento e avaliação de estágio previsto	
Meta 160	Ofertar 800 (vagas) oportunidades de capacitação, entre temáticas variadas, incentivando, monitorando e avaliando seu preenchimento	2106	Vera Lucia Maria da Silva	Nº de oportunidades (vagas) de capacitação ofertadas/Nº de oportunidades (vagas) de capacitação ofertadas previstas	

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CGTI

Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 161	Implementar e monitorar, na CGTI, 2 processos do framework Cobit 5, com apuração compreendida no período de mar/2015 a fev/2016.	2106	George Hideyuki Kuroki Júnior	$\frac{\Sigma \text{ de } x}{\Sigma \text{ processos do } \textit{framework} \text{ Cobit 5}}$ (x = processos do *framework* Cobit 5 implementados e monitorados)	
Meta 162	Executar 60 % dos recursos financeiros da CGTI, com apuração compreendida no período de mar/2015 a dez/2015.	2106	George Hideyuki Kuroki Júnior	$\frac{\Sigma \text{ de recursos financeiros da CGTI}}{^{60}/_{100}\ (\Sigma \text{ de recursos da CGTI})}$	
Meta 163	Revisar, Monitorar e Controlar 5 processos da biblioteca ITIL v3, com apuração compreendida no período de mar/2015 a fev/2016.	2106	Rodrigo Boaventura Tibúrcio	$\frac{\Sigma \text{ de } x}{\Sigma \text{ processos da biblioteca ITILv3}}$ (x = processos revisados, monitorados e controlados da biblioteca ITILv3)	
Meta 164	Capacitar 60% dos servidores da COGR em ITIL v3, com apuração compreendida no período de mar/2015 a fev/2016.	2106	Rodrigo Boaventura Tibúrcio	$\frac{\Sigma \text{ de serv da COGR capac em ITILv3}}{^{60}/100\ (\Sigma \text{ de serv da COGR})}$	

ASSESSORIA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS - ASCAV

ASSESSORIA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS - ASCAV					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 165	Elaboração de documento institucional para Mensagem Presidencial	2106	Luciana Acioly da Silva	Quantidade de nota técnica/1	
Meta 166	Produção de 2(dois) documentos (Relatório, Nota Técnica, Projeto, Ajuda Memória) relativos às ações sob supervisão e acompanhamento da ASCAV.	2106	Luciana Acioly da Silva	Quantidade de relatório/2	
Meta 167	Produção de 2(duas) Notas Técnicas relativas aos processos de avaliação das políticas de CT&I.	2106	Luciana Acioly da Silva	Quantidade de relatório/2	
COORDENAÇÃO-GERAL DE INDICADORES - CGIN					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 168	Realizar levantamento das informações dos dispêndios em ciência e tecnologia do governo federal para o ano de 2014	2106	Carlos Roberto Colares Gonsalves	Levantamento realizado / 1	
Meta 169	Realizar levantamento das informações dos dispêndios em ciência e tecnologia dos governos estaduais para o ano de 2014	2106	Carlos Roberto Colares Gonsalves	Levantamento realizado / 1	
Meta 170	Atualizar e publicar os indicadores anuais de patentes	2106	Carlos Roberto Colares Gonsalves	Publicação realizada / 1	
COORDENAÇÃO-GERAL DE PROGRAMAS - CGPG					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 171	Preencher no SIOP a proposta qualitativa do PLOA/2016 do MCTI	2106	Sérgio Luiz Doscher da Fonseca	Número de documentos elaborados / 1	
Meta 172	Monitorar a execução da LOA/2015 quanto às ações do MCTI	2106	Sérgio Luiz Doscher da Fonseca	Proposta preenchida / 1	

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	1. Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 173	Monitorar o cumprimento das metas de gestão do Plano Plurianual do MCTI (PPA).	2106	Sérgio Luiz Doscher da Fonseca	Número de monitoramentos / 1	
Meta 174	Preencher no SIOP a proposta de PPA do MCTI para o período 2016 - 2019	2106	Sérgio Luiz Doscher da Fonseca	Proposta preenchida / 1	

ASSESSORIA DE COORDENAÇÃO DOS FUNDOS SETORIAIS - ASCOF

ASCOF					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 175	Apoiar reuniões dos Comitês Gestores e Colegiados dos Fundos Setoriais.	2106	Fabio Alexandre Barreto da Silva	Nº de reuniões apoiadas/Nº de reuniões previsto	
Meta 176	Acompanhar a elaboração e a implementação dos termos de referência das ações verticais e transversais.	2106	Fabio Alexandre Barreto da Silva	Nº TRs enviados /nº TRs autorizados	
Meta 177	Elaborar 15 relatórios anuais de execução dos FS.	2106	Fabio Alexandre Barreto da Silva	Nº relatórios elaborados/ Nº de relatórios previstos (15)	
Meta 178	Manter os Escritórios Virtuais no SIGFS atualizados.	2106	Fabio Alexandre Barreto da Silva	Nº de Escritórios Virtuais no SIGFS atualizados/ Nº de Escritórios Virtuais no SIGFS	
Meta 179	Dar resposta a 100% das demandas de informações sobre os Fundos Setoriais encaminhados à ASCOF.	2106	Fabio Alexandre Barreto da Silva	Nº de respostas elaboradas/ Nº de demandas de informações encaminhadas à ASCOF	

ASSESSORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS - ASCAP

ASCAP					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 180	Subsidiar a SEXEC em 04 negociações para revisão do marco legal de CT&I (negociações intragovernamental ou intergovernamental; Poder Legislativo; Comunidade de CT&I, Setor Privado e outros atores interessados)	2106	Alexandre Correia	Negociações realizadas/Negociações previstas	

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	2. Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 181	Conduzir 3 iniciativas referentes a instrumentos legais visando ao aumento e/ou manutenção de receitas dos Fundos Setoriais/FNDCT.	2106	Alexandre Correia	Iniciativas conduzidas/Iniciativas previstas	
Meta 182	Conduzir 3 iniciativas com vistas ao aprimoramento dos instrumentos de fomento e de incentivo da política de CT&I.	2106	Alexandre Correia	Iniciativas conduzidas/Iniciativas previstas	
Meta 183	Assessorar a SEXEC em 3 iniciativas referentes a fontes de recursos de origem internacional.	2106	Alexandre Correia	Iniciativas Assessoradas/Iniciativas previstas	
Meta 184	Assessorar a SEXEC em 2 ações de acompanhamento de fóruns internacionais com vistas à defesa das políticas, instrumentos e interesses do MCTI.	2106	Alexandre Correia	Ações Assessoradas/Ações previstas	

UNIDADE DE AVALIAÇÃO: ASSESSORIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS – ASSIN

COORDENAÇÃO-GERAL DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL - CGCI					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 185	Elaborar Notas Técnicas e Subsídios sobre temas de cooperação internacional multilateral, sobre países e sobre temas específicos.	2021	Bárbara R. de Sant'Anna	N° realizado/25	
Meta 186	Preparar e assinar Atos Internacionais (Acordos, Memorandos de Entendimento, Planos de Ação, etc) no âmbito de Organismos Multilaterais e de Foros Internacionais sobre temas específicos de C,T&I.	2021	Bárbara R. de Sant'Anna	N° realizado/8	
Meta 187	Organizar reuniões, seminários, workshops e missões internacionais sobre temas de C,T&I, tendo em vista a participação do MCTI em foros internacionais.	2021	Bárbara R. de Sant'Anna	N° realizado/15	
Meta 188	Organizar reuniões internacionais do Ministro de Estado e do Secretário-Executivo do MCTI	2021	Bárbara R. de Sant'Anna	N° realizado/15	
Meta 189	Organizar e participar de eventos e reuniões referentes à cooperação internacional	2021	Bárbara R. de Sant'Anna	N° realizado/10	

COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS ESPACIAIS - CGAE					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 190	Elaborar Notas Técnicas sobre a cooperação científica e tecnológica bilateral entre o Brasil e outros países	2021	Margarida Paranhos	nº realizado/45	
Meta 191	Preparar atos internacionais para serem assinados por autoridades do MCTI (Ministro e Secretários).	2021	Margarida Paranhos	nº realizado/5	
Meta 192	Organizar reuniões internacionais e missões ao exterior do Ministro de Estado e Secretários do MCTI.	2021	Margarida Paranhos	nº realizado/50	
Meta 193	Participar de seminários, workshops e missões internacionais	2021	Margarida Paranhos	nº realizado/ 10	
Meta 194	Apoiar financeiramente projetos de cooperação bilateral	2021	Margarida Paranhos	nº realizado/4	
COORDENAÇÃO-GERAL DE BENS SENSÍVEIS - CGBE					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 195	Analisar e emitir parecer sobre 5.000 transferências (importação e exportação) de bens sensíveis.	2106	Sérgio Antônio Frazão Araújo	Quantidade de pareceres emitidos/Quantidade de pareceres previstos	
Meta 196	Organizar 2 Cursos de Identificação de Bens Sensíveis.	2106	Sérgio Antônio Frazão Araújo	Quantidade de cursos realizados/Quantidade de cursos previstos	
Meta 197	Participar da Coordenação em 1 Reunião Plenária Anual do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR).	2106	Sérgio Antônio Frazão Araújo	Quantidade de participações realizadas/ Quantidade de participações previstas.	
Meta 198	Participar da Coordenação em 1 Reunião de Especialistas da Convenção para a Proibição das Armas Biológicas (CPAB).	2106	Sérgio Antônio Frazão Araújo	Quantidade de participações realizadas/ Quantidade de participações previstas.	
Meta 199	Participar da Coordenação em 1 Reunião Plenária Anual do Grupo dos Supridores Nucleares (NSG).	2106	Sérgio Antônio Frazão Araújo	Quantidade de participações realizadas/ Quantidade de participações previstas.	

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	3. Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 200	Participar da Coordenação em 1 Reunião Regional das Autoridades Nacionais da Organização para a Proibição das Armas Químicas	2106	Sérgio Antônio Frazão Araújo	Quantidade de participações realizadas/ Quantidade de participações previstas.	
Meta 201	Elaborar e encaminhar à Organização para Proibição de Armas Químicas (OPAQ) 2 Declarações de Atividades Industriais.	2106	Sérgio Antônio Frazão Araújo	Quantidade de Declarações de Atividades Industrias enviadas/ Quantidade de Declarações Industriais previstas	

UNIDADE DE AVALIAÇÃO: CONSULTORIA JURÍDICA

CONJUR					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 202	Receber, cadastrar, incluir e despachar as demandas de processos administrativos e judiciais do MCTI, suas entidades vinculadas e OS's, com a meta de atingir 95% das solicitações pelo Sistema SAPIENS/AGU.		Telma Santos Simplicio da Silva e Míriam Tranquillini Nery	Qde. Docs. Saída/Qde. Docs. Entrada	
Meta 203	Implementar, executar e difundir os projetos estratégicos demandados pelo novo Sistema GPWeb/AGU.		Bruno Monteiro Portela, Telma Santos Simplicio da Silva, Silvia Akasaki Machado Nóbrega e Francisca Eulina de A. Gurgel Batista	Qde. Realizada/Qde. Prevista	
Meta 204	Dar continuidade à transposição da legislação para o novo Portal do MCTI.		Silvia Akasaki Machado Nóbrega, Francisca Eulina de A. Gurgel Batista e Deivan Lourenço da Silva Júnior	Qde. Realizada/ Qde. Prevista	

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

UNIDADE DE AVALIAÇÃO: SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – SEPED

SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – SEPED					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 205	Receber, analisar e distribuir 100% das demandas advindas do Gabinete do Ministro do MCTI, da SEXEC e de outros órgãos da federação.	2021	Claudia Silva Prates França	Nº de demandas processadas e distribuídas /Nº de demandas recebidas (100%)	
Meta 206	Emitir e encaminhar 100% dos Relatórios de viagem a serviço do Gabinete da SEPED	2021	Claudia Silva Prates França	Nº de Relatórios emitidos /Nº de viagens a serviço (100%)	
COORDENAÇÃO PARA O MAR E ANTÁRTICA - COMA					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 207	Fomentar um sistema de observação oceânica em apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia do Mar, Oceanos e Clima.	2046	Felipe Morais Santos	Nº de Sistemas de observação apoiados / Nº de Sistemas de observação previstos (1)	
Meta 208	Coordenar o apoio a projetos de pesquisa no âmbito do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR.	2046	Andrea Cancela da Cruz-Kaled	Nº de Projetos apoiados/ Nº de projetos previstos (20)	
Meta 209	Apoiar a realização de comissões oceanográficas a bordo de Navio de Pesquisa Hidroceanográfico.	2046	Siddhartha Georges Valadares Almeida de Oliveira Costa	Nº de Comissões realizadas/Nº de Comissões previstas (2)	
COORDENAÇÃO-GERAL DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO PARA PESQUISA - CGAA					
Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 210	Analisar, publicar, transferir e acompanhar 12 (doze) Termos de Execução Descentralizada (TED) celebrados pela SEPED.	2106	Maria do Socoro Fernandes	Nº de Termos de Execução Descentralizada (TED) celebrados/Nº de Termos de Execução Descentralizada (TED) previsto (12)	
Meta 211	Publicar no site do MCTI 1 (um) Relatório de Gestão da SEPED	2106	Maria do Socoro Fernandes	Nº de Relatório de Gestão publicado/ Nº de Relatório de Gestão previsto (1)	

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS TEMÁTICOS – DEPPT

COORDENAÇÃO-GERAL DE BIOTECNOLOGIA E SAÚDE – CGBS					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 212	Apoiar 2 (dois) Projetos da ação 20UU.0002	2021	Luiz Henrique Mourão do Canto Pereira	Nº de projetos apoiados/Nº projetos previstos (2)	
Meta 213	Apoiar 3 (três) Projetos da Ação 20UU.0001	2021	Thiago de Mello Moraes	Nº de projetos apoiados/Nº projetos previstos (3)	
Meta 214	Apoiar 1 (um) Projeto da Ação 20US.0005	2021	Magda Fabiana da Silva	Nº de projetos apoiados/Nº projetos previstos (1)	

COORDENAÇÃO-GERAL DE MUDANÇAS GLOBAIS DE CLIMA - CGMC					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 215	Organizar 22 oficinas de capacitação no âmbito do projeto de cooperação técnica internacional sobre opções de mitigação de gases de efeito estufa.	2050	Ricardo Vieira Araújo	Nº de oficinas organizadas/Nº de oficinas previstas (22)	
Meta 216	Organizar a realização de seis (6) reuniões da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.	2050	Sonia Regina Bittencourt	Nº de reunião realizadas/Nº de reuniões previstas (6)	
Meta 217	Elaborar a Terceira Comunicação Nacional à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.	2050	Marcela Aboim	Documento elaborado/Documento previsto (1)	
Meta 218	Elaborar documento com as Estimativas Anuais de Emissão de Gases de Efeito Estufa no Brasil.	2050	Márcio Rojas da Cruz	Documento elaborado/Documento previsto (1)	
Meta 219	Apoiar a realização de 2 atividades visando a implementação da Entidade Nacional designada para o Mecanismo Tecnológico da CQNUMC.	2050	Sônia Regina Bittencourt	N.º de atividades realizadas/Nº de atividades previstas (2)	

COORDENAÇÃO-GERAL METEOROLOGIA, CLIMATOLOGIA E HIDROLOGIA - CGMH					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 220	Acompanhar a execução de 3 (três) convênios sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Meteorologia, Climatolologia e Hidrologia (CGMH).	2021	Silvestre Aguiar	Nº de convênios acompanhados/ Nº convênios previstos (3)	
Meta 221	Apoiar 1 (uma) reunião da Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CMCH).	2021	Silvestre Aguiar	Nº de reunião apoiadas/ Nº de reunião prevista (1)	

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO E ECOSSISTEMAS - CGEC					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 222	Apoiar 2 (dois) projetos de pesquisa e de informatização de dados biológicos.	2018	Andrea Portela	Nº de projetos apoiados / Nº de projetos previstos (2)	
Meta 223	Acompanhar e avaliar 1 (um) Termo de Parceria com OSCIP.	2018	Andrea Portela	Nº de Termo de Parceria acompanhado e avaliado /Nº de Termo de Parceria previsto (1)	

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS

CEMADEN					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 224	Calibrar modelos geodinâmicos e hidrológicos em 50 áreas críticas, das quais 48 (quarenta e oito) se referem a hidrológicos e 2 (dois) geodinâmicos.	2040	Osvaldo Luiz Leal de Moraes	Nº de modelos dinâmicos calibrados em áreas críticas realizado/Nº de modelos dinâmicos calibrados em áreas críticas previsto (50)	
Meta 225	Monitorar 821 municípios, sendo 630 com riscos de deslizamentos de massa.	2040	Osvaldo Luiz Leal de Moraes	Nº de municípios monitorados/Nº de municípios a serem monitorados (821)	
Meta 226	Monitorar 821 municípios, sendo 656 com riscos de inundações e enxurradas.	2040	Osvaldo Luiz Leal de Moraes	Nº de municípios monitorados/Nº de municípios a serem monitorados (821)	
Meta 227	Celebrar Acordos de Cooperação Técnica com Instituições Federais, Estaduais e Municipais.	2040	Regina Célia Santos Alvalá	Nº de Acordos celebrados/Nº de Acordos previstos	
Meta 228	Celebrar Acordos com instituições para implementação da rede observacional.	2040	Regina Célia Santos Alvalá	Nº de Acordos celebrados/Nº de Acordos previstos	

UNIDADE DE AVALIAÇÃO: SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUJSÃO SOCIAL - SECIS

GABINETE					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 229	Redigir e revisar 100% dos documentos oficiais	2021	Valdelice da Silva Souza	N° Documentos Enviados/ N° de Documentos oficiais redigidos	

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 230	Realizar a abertura e disponibilização de 10 (dez) Programas de competência da Secretaria no Sitema de Convênios e Contrato de Repasses do Governo Federal - SICONV	2021	Valdelice da Silva Souza	N° de programas abertos/N° de programas previstos (10)	
Meta 231	Receber e dar encaminhamento a 100% dos processos encaminhados ao gabinete.	2021	Mírian de Fátima Fiuza de Oliveira Freitas	N° de processos encaminhados/N° de processos recebidos	
Meta 232	Planejar, coordenar e oraganizar 8 (oito) reuniões de gestão da SECIS	2021	Mírian de Fátima Fiuza de Oliveira Freitas	N° de reuniões realizadas/N° de reuniões previstas	
Meta 233	Receber, processar, tratar e distribuir 100% das demandas recebidas pelo Gabiente da Secretaria.	2021	Mírian de Fátima Fiuza de Oliveira Freitas	N° de demandas atendidas/N° de demandas recebidas	
Meta 234	Receber, arquivar e encaminhar documentos e correspondências de interesse da Secretaria, mantendo atualizadas as informações sobre a tramitação dos documentos.	2021	Edinalva Luciano da Silva	N° de documentos tratados/N° de documentos recebidos	
COORDENAÇÃO-GERAL DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE INCLUSÃO SOCIAL - CGAP					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 235	Proceder à análise técnica final de 80 processos em situação de prestação de contas.	2021	Marcos Alberto Barbosa de Carvalho	Nº de processos com análise técnica final efetuada/Nº de processos com análise técnica final efetuada previstos (80)	
Meta 236	Atender 100% das diligências e/ou demandas de Órgãos de Controle.	2021	Marcos Alberto Barbosa de Carvalho	N° de Requisições Registradas/N° de Requisições Encaminhadas	
Meta 237	Realizar 30 visitas "in loco" aos projetos apoiados.	2021	Marcos Alberto Barbosa de Carvalho	Nº de Projetos visitados/Nº de projetos visitados previsto (30)	
Meta 238	Elaborar Notas Técnicas de Análise de 100% dos Termos de Referência das Consultorias (IICA).	2021	Marcos Alberto Barbosa de Carvalho	Nº de Termos de Referência/ Nº de Notas Técnicas elaboradas.	
Meta 239	Realizar a execução orçamentária das emendas parlamentares conforme Demanda e Liberação.	2021	Marcos Alberto Barbosa de Carvalho	Nº de Emendas executadas/ Nº de emendas liberadas.	

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 240	Realizar a execução orçamentária dos instrumentos de Transferências Voluntárias conforme demanda solicitada.	2021	Marcos Alberto Barbosa de Carvalho	Valores executados/ Valores demandados	
Meta 241	Formalizar e celebrar instrumentos de Transferências Voluntárias conforme damandas da Área Técnica.	2021	Marcos Alberto Barbosa de Carvalho	Nº de instrumentos celebrados/Nº de instrumentos demandados e aptos.	
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CGSA					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 242	Acompanhamento de 3 editais CNPQ de agroecologia (115), sementes criolas (25) e núcleos UNASUL (25)	2021	Alexandra Silva Vieira e Luciane da Graça da Costa	Qde. Realizada/ Qde. Prevista (3)	
Meta 243	Acompanhamento de 2 TDCs de SAN	2021	Alexandra Silva Vieira e Luciane da Graça da Costa	Qde. Realizada/ Qde. Prevista (2)	
Meta 244	Acompanhamento de 2 convênios de SAN	2021	Alexandra Silva Vieira e Luciane da Graça da Costa	Qde. Realizada/ Qde. Prevista (2)	
Meta 245	Dar inicio ao processo de Apoio para implementação do CVT - AGROECOLOGIA junto a Maior Horta Urbana Comunitária da Améria Latina - Teresina/PI e designá-lo como Projeto Piloto de âmbito nacional. Parceira: (MCTI - FAO)	2021	Alexandra Silva Vieira e Luciane da Graça da Costa	Qde. Realizada/ Qde. Prevista (1)	
Meta 246	Apoio a criação de Centro de Referencia de SAN - UNASUL - parceria - UNESP	2021	Alexandra Silva Vieira e Luciane da Graça da Costa	Qde. Realizada/ Qde. Prevista (1)	
Meta 247	Dar inicio ao processo de diálogo para Elaboração de 1 Projeto de SAN em Parceira com EMBRAPA de âmbito Nacional Parceria: SECIS/CGAP E EMBRAPA.	2021	Alexandra Silva Vieira	Qde. Realizada/ Qde. Prevista (1)	
Meta 248	Dar inicio ao processo de diálogo para Elaboração de Projeto de extensão tecnologica para desenvolvimento da Agricultura Indígina - parceria SECIS/CGAP-MDA-MDS-FUNAI-MEC	2021	Alexandra Silva Vieira	Qde. Realizada/ Qde. Prevista (1)	
Meta 249	Apoio e acompanhamento do CVTT do Pescado-Bahia e Iniciar diálogo com Minitério da Pesca no intuito de firmamos parceria para designá-lo como Projeto Piloto a nível nacional. Medida Provisória	2021	Alexandra Silva Vieira e Luciane da Graça da Costa	Qde. Realizada/ Qde. Prevista (1)	

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 250	Dar inicio ao diálogo para elaboração de Projeto em reaproveitamento de alimentos nas CEASAS Estaduais, uma parceria SECIS/MAPA/CONAB/FAO.	2021	Alexandra Silva Vieira	Qde. Realizada/ Qde. Prevista (1)	
Meta 251	Apoio e acompanhamento de 3 CVTs ligados a SAN	2021	Alexandra Silva Vieira	Qde. Realizada/ Qde. Prevista (3)	
Meta 252	Coordenar com o Secretario a presidência da PRO-TEMPORE do SSAN/UNASULRede de Núcleos de SAN que envolvem 25 projetos interinstitucionais envolvendo 107 universidades e unidades de pesquisa do Brasil com países da América latina e Africa - Ação delegada pela ASIN-GABMI	2021	Alexandra Silva Vieira e Luciane da Graça da Costa	Qde. Realizada/ Qde. Prevista (1)	
Meta 253	Contribuir com a ASIN/GABMI na finalização de um Projeto de Segurança Alimentar de Ambito Internacional	2021	Alexandra Silva Vieira	Qde. Realizada/ Qde. Prevista (1)	
Meta 254	Organização e realização de Seminários, Oficinas e Assinatura de Acordo de Cooperação em SAN/AGROECOLOGIA/CIDADES SUSTENTÁVEIS na EXPOMILÃO-2015	2021	Alexandra Silva Vieira e Luciane da Graça da Costa	Qde. Realizada/ Qde. Prevista (1)	
Meta 255	Realização de um seminário sobre segurança alimentar e nutricional voltado para agricultura urbana. Parceria SECIS/CGAP-FAO	2021	Alexandra Silva Vieira	Qde. Realizada/ Qde. Prevista (1)	

DEPARTAMENTO DE POPULARIZAÇÃO E DIFUSÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - DEPDI

DEPDI/SECIS					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 256	Emitir 50 pareceres técnicos	2021	Douglas Falcão Silva	Pareceres emitidos/50	
Meta 257	Atualizar 2 Documentos de Referência (DR) para Apresentação de Projetos da Ação 6702.	2021	Douglas Falcão Silva	DRs atualizados/2	

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 258	Elaborar o texto de 2 editais para chamadas públicas de propostas da Ação 6702 junto ao CNPq.	2021	Douglas Falcão Silva	Textos elaborados/2	
Meta 259	Coordenar 1 evento de abrangência nacional na área de comunicação pública da ciência no período.	2021	Douglas Falcão Silva	Eventos coordenados/1	
Meta 260	Realizar 10 visitas in loco para acompanhamento de processos vigentes.	2021	Douglas Falcão Silva	Visitas realizadas/10	

DEPARTAMENTO DE AÇÕES REGIONAIS PARA INCLUSÃO SOCIAL - DEARE

DEARE/SECIS					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 261	Analise de 25 propostas projetos de Inclusão Digital vinculado às emendas parlamentares LDO 2015	2025	Uilliam Rocha da Silva	Qde. Realizada/ Qde. Prevista (25)	
Meta 262	Apoio a 5 projetos de Inclusão Digital com recursos próprios da SECIS-LOA 2015.	2025	Uilliam Rocha da Silva	Qde. Realizada/ Qde. Prevista (5)	
Meta 263	Acompanhamento da execução de 90 Convênio de Inclusão Digital	2025	Uilliam Rocha da Silva	Qde. Realizada/ Qde. Prevista (90)	
Meta 264	Realização de visita *"in loco"* em 24 projetos apoiados pela Secretaria.	2025	Uilliam Rocha da Silva	Qde. Realizada/ Qde. Prevista (24)	
Meta 265	Analise de 7 proposta de Projeto de Extensão Tecnológica na temática de Inclusão Digital no âmbito do PROEXT 2015.	2025	Uilliam Rocha da Silva	Qde. Realizada/ Qde. Prevista (7)	
Meta 266	Acompanhamento da execução de 11 projetos de Tecnologias Assistivas.	2021	Uilliam Rocha da Silva	Qde. Realizada/ Qde. Prevista (11)	
Meta 267	Apoio a 3 projetos de Tecnologia Assistiva com recursos próprios da SECIS-LOA 2015.	2021	Uilliam Rocha da Silva	Qde. Realizada/ Qde. Prevista (3)	
Meta 268	Realização de 2 eventos no ambito do programa de Tecnologia Assistiva.	2021	Uilliam Rocha da Silva	Qde. Realizada/ Qde. Prevista (2)	
Meta 269	Analisar 07 projetos de CVT vinculado às emendas parlamentares LDO 2015	2021	Uilliam Rocha da Silva	Qde. Realizada/ Qde. Prevista (7)	

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 270	Apoiar 10 projetos de CVT no âmbito do PROEXT 2015	2021	Uilliam Rocha da Silva	Qde. Realizada/Qde. Prevista (10)	
Meta 271	Apoiar 1 Projeto à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais	2021	Uilliam Rocha da Silva	Qde. Realizada/Qde. Prevista (1)	
Meta 272	Apoiar 2 projetos de Tecnologias Sociais com recursos próprios da SECIS-LOA 2015.	2021	Alfredo da Costa Pereira Júnior	Qde. Realizada/Qde. Prevista (2)	
Meta 273	Detalhamento de Projeto de Cidades Sustentáveis aprovado pelo GEF - Global Enviroment Facility junto ao PNUMA	2021	Guilherme Wiedman	Qde. Realizada/Qde. Prevista (1)	
Meta 274	Apoio a 02 projetos de Tecnologias para Cidades Sustentáveis com recursos da LOA 2015	2021	Guilherme Wiedman	Qde. Realizada/Qde. Prevista (2)	
Meta 275	Acompanhamento de estudo sobre cidades sustentáveis em execução pelo CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos	2021	Guilherme Wiedman	Qde. Realizada/Qde. Prevista (1)	

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO – SETEC					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 276	Elaborar Relatório de Gestão da Secretaria	2021	Armando Zeferino Milioni	Relatório elaborado/1	
Meta 277	Promover em até 100% a integração operacional entre o Gabinete da Secretaria, as unidades da Secretaria e outros órgãos e entidades vinculadas ao Ministério	2021	Armando Zeferino Milioni	Integração realizada/realização prevista	
Meta 278	Receber e responder 100% das demandas advindas das Unidades do MCTI e de órgãos externos	2021	Armando Zeferino Milioni	Nº de demandas respondidas/Nº de demandas recebidas	

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 279	Receber, processar e executar 100% das demandas com passagens e diárias advindas do Gabinete da SETEC e de suas Unidades.	2021	Rozeli Marizete Dragon de Resende	Nº de demandas processadas e executadas/Nº de demandas recebidas	
Meta 280	Receber, processar e executar 100% das demandas orçamentárias advindas do Gabinete da SETEC e de suas Unidades.	2021	Rozeli Marizete Dragon de Resende	Nº de demandas processadas e executadas/Nº de demandas recebidas	
Meta 281	Receber, processar e distribuir e arquivar 100% das demandas advindas do Gabinete da SETEC, das Unidades do MCTI e de órgãos externoS.	2021	Rozeli Marizete Dragon de Resende	Nº de demandas processadas, distribuídas e arquivadas/Nº de demandas recebidas	
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS - CGST					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 282	Fomentar 6 projetos a parques tecnológicos e incubadoras de empresas.	2021	Jorge Mario Campagnolo	Projetos apoiados/6	
Meta 283	Analisar 20 minutas de portarias de processos produtivos básicos para os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus, conforme Decreto nº 288/67.	2021	Jorge Mario Campagnolo	Minutas de Portarias analisadas/20	
Meta 284	Participar de uma reunião da RECYT/MERCOSUL em 2015.	2021	Jorge Mario Campagnolo	Participação em reunião realizada/1	
Meta 285	Fomentar e apoiar 3 projetos de promoção da inovação nas empresas.	2021	Jorge Mario Campagnolo	Projetos fomentados e apoiados/3	
Meta 286	Fomentar 3 projetos de apoio à consolidação do SIBRATEC.	2021	Cristina Akemi Shimoda Uechi	Projetos fomentados/3	
Meta 287	Participar de uma Reunião da RECYT/MERCOSUL em 2015.	2021	Eliana Cardoso Emediato de Azambuja	Participação em Reunião Realizada/1	

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 288	Fomentar e apoiar 3 projetos de promoção da inovação nas empresas .	2021	Eliana Cardoso Emediato de Azambuja	Projetos Fomentados e Apoiados/ 3	
Meta 289	Fomentar 6 projetos de apoio a parques tecnológicos e incubadoras de empresas.	2021	José Antonio Silverio	Projetos apoiados/6	
Meta 290	Analisar 20 minutas de portarias de processos produtivos básicos para os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus, conforme Decreto nº 288/67.	2021	José Antonio Silverio	Minutas de portarias analisadas/20	
COORDENAÇÃO-GERAL DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - CGIT					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 291	Elaborar o relatório anual sobre a Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas do Brasil	2021	Carlos Alberto Lima Neri	Relatório elaborado publicado/1	
Meta 292	Realizar levantamento dos investimentos governamentais em inovação nas pequenas e micro empresas	2021	Carlos Alberto Lima Neri	Levantamento realizado/Relatório publicado/1	
Meta 293	Acompanhar as atividades de cooperação bilateral e multilateral e preparar relatório com balanço das atividades	2021	Carlos Alberto Lima Neri	Relatório elaborado/1	
Meta 294	Elaborar e preparar relatório anual do cumprimento dos investimentos realizados em P&D no âmbito do Programa Incentivos Regionais	2021	Aristeu Gomes Tininis	Relatório elaborado/1	
Meta 295	Elaborar e preparar relatório anual do cumprimento dos investimentos realizados em P&D no âmbito do Programa INOVAR-AUTO	2021	Aristeu Gomes Tininis	Relatório elaborado/1	
Meta 296	Elaborar e preparar relatório anual (Ano Base 2014) dos investimentos e renúncias das empresas beneficiárias da Lei do Bem.	2021	Aristeu Gomes Tininis	Relatório elaborado/1	
Meta 297	Elaborar o relatório anual sobre a Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas do Brasil.	2021	Fernanda V. M. Magalhães	Relatório elaborado Publicado/1	
Meta 298	Realizar levantamento dos investimentos governamentais em inovação nas pequenas e micro empresas.	2021	Antenor Cesar Vanderlei Correa	Levantamento realizado/1	

Meta 299	Acompanhar as atividades de cooperação bilateral e multilateral e preparar relatório com balanço das atividades.	2021	Antenor Cesar Vanderlei Correa	Relatório elaborado/ 1	
COORDENAÇÃO-GERAL DE MICRO E NANOTECNOLOGIAS – CGNT					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 300	Realizar testes in vitro de toxicidade para 4 diferentes nanopartículas.	2021	Alfredo de Souza Mendes	Testes realizados/ 4	
Meta 301	Apoiar 2 eventos para prospecção de projetos e/ou disseminação da nanotecnologia	2021	Alfredo de Souza Mendes	Eventos realizados/ 2	
Meta 302	Acompanhar e avaliar 10 laboratórios do Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO)	2021	Alfredo de Souza Mendes	Laboratórios acompanhados e avaliados/10	
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIAS SETORIAIS - CGTS					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 303	Coordenar a elaboração de 2 (dois) Termos de Execução Descentralizada (TED)em Energia	2021	Eduardo Soriano	Termos coordenados/2	
Meta 304	Coordenar a elaboração de de 4 (quatro) Termos de Execução Descentralizada (TED) em Biocombustíveis.	2021	Eduardo Soriano	Termos coordenados/4	
Meta 305	Coordenar a elaboração de 2 (dois)Termos de Execução Descentralizada (TED) em Recursos Minerais.	2021	Eduardo Soriano	Termos coordenados/2	
Meta 306	Coordenar e acompanhar 2 (dois) projetos no âmbito dos diálogos setoriais com a União Européia.	2021	Eduardo Soriano	Projetos coordenados e acompanhados/2	
Meta 307	Coordenar e acompanhar 4 (quatro) atividades de cooperação internacional em Energia, Biocombustíveis e Recursos Minerais.	2021	Eduardo Soriano	Atividades coordenadas e acompanhadas/4	
Meta 308	Coordenar e acompanhar 4 (quatro) eventos de divulgação científica e tecnológica na área de Energia, Biocombustíveis e Recursos Minerais.	2021	Eduardo Soriano	Eventos coordenados e acompanhados/4	
Meta 309	Coordenar e acompanhar 1 (um) Portal na Área de Recursos Minerais.	2021	Eduardo Soriano	Portal coordenado e acompanhado/ 1	
Meta 310	Elaborar 4 (quatro) Termos de Execução Descentralizada (TED) em Biocombustíveis	2021	Rafael Silva Menezes	Termos elaborados/4	
Meta 311	Propor e acompanhar 1 (um) projeto no âmbito dos diálogos setoriais com a União Européia na área de biocombustíveis.	2021	Rafael Silva Menezes	Projeto proposto e acompanhado/1	

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 312	Apoiar e acompanhar 1 (um) atividade de cooperação internacional em Biocombustíveis.	2021	Rafael Silva Menezes	Atividade apoiada e acompanhada/ 1	
Meta 313	Apoiar e acompanhar 1 (um) evento de divulgação científica e tecnológica da área de Biocombustíveis.	2021	Rafael Silva Menezes	Evento apoiado e acompanhado/1	
Meta 314	Elaborar 2 (dois) Termos de Execução Descentralizada (TED) em Energia.	2021	Samira Sana Fernandes de Souza	Termos elaborados/2	
Meta 315	Propor e acompanhar 1 (um) projeto no âmbito dos diálogos setoriais com a União Européia.	2021	Samira Sana Fernandes de Souza	Projeto proposto e acompanhado/1	
Meta 316	Apoiar e acompanhar 3 (três) atividades de cooperação internacional em Energia.	2021	Samira Sana Fernandes de Souza	Atividades apoiadas e acompanhadas/3	
Meta 317	Apoiar e acompanhar 2 (dois) eventos de divulgação científica e tecnológica na área de Energia.	2021	Samira Sana Fernandes de Souza	Eventos apoiados e acompanhados/2	
Meta 318	Elaborar 2 (dois) Termos de Execução Descentralizada (TED) em Recursos Minerais.	2021	Tassia de Melo Arraes	Termos elaborados/2	
Meta 319	Apoiar e acompanhar 1 (um) evento de divulgação científica e tecnológica na área de Recursos Minerais.	2021	Tassia de Melo Arraes	Evento apoiado e acompanhado/1	
Meta 320	Apoiar e acompanhar 1 (um) Portal na Área de Recursos Minerais.	2021	Tassia de Melo Arraes	Portal apoiado e acompanhado/1	

UNIDADE DE AVALIAÇÃO: SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA – SEPIN

SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA – SEPIN					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 321	Contribuir para o trabalho geral e/ou às metas da equipe da Secretaria de Política de Informática - SEPIN/Departamento de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologias da Informação e Comunicação: Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação; Coordenação-Geral de Serviços e Programas de Computador e Coordenação-Geral de Microeletrônica.	2106	Luanna Sant'Anna Roncaratti	Contribuição realizada/Contribuição prevista	

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS SETORIAIS EM TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO – DETIC

COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS E PROGRAMAS DE COMPUTADOR - CGPC					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 322	Executar 5 ações de apoio a políticas voltadas ao desenvolvimento das tecnologias da informação.	2021	José Henrique de L. C. Dieguez Barreiro	5/5	
Meta 323	Acompanhar a execução de 01 (um) projeto beneficiário dos recursos dos PPI.	2021	José Henrique de L. C. Dieguez Barreiro	1/1	
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CGTE					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 324	Elaborar proposta de regulamento dos Programas Prioritários da Lei de Informática, objetivando atender Acórdão 837/2015 - TCU/Plenário.	2021	Adalberto Afonso Barbosa	Proposta elaborada/proposta prevista	
Meta 325	Elaborar proposta de Decreto para regulamentar a Lei 13.023/2014.	2021	Adalberto Afonso Barbosa	Proposta elaborada/proposta prevista	
Meta 326	Elaborar Documento Final do Planejamento Estratégico da SEPIN.	2021	Adalberto Afonso Barbosa	Documento elaborado/documento previsto	
Meta 327	Atualizar Resolução CATI de Credenciamento de Instituições de P&D.	2021	Adalberto Afonso Barbosa	Resolução atualizada/resolução prevista	
Meta 328	Analisar 200 Relatórios Demonstrativos das empresas incentivadas pela Lei de Informática - Lei n.º 8.248/1991.	2021	Marcelo Souto Maior Monteiro	Relatórios analisados/200	
Meta 329	Acompanhar e avaliar - in loco - 40 Projetos de P&D executados por empresas habilitadas aos incentivos da Lei de Informática - Lei n.º 8.248/1991	2021	Marcelo Souto Maior Monteiro	Projetos acompanhados e avaliados/40	

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 330	Realizar as inspeções técnicas em 15 empresas no cumprimento do Processo Produtivo Básico - PPB.	2021	Karina Domingues Bressan Vidal	Inspeções realizadas/15	
Meta 331	Realizar as análises técnicas de todos os Pleitos de Incentivos protocolizados até 30.11.2015 sob governança da DAAV (Processos Ímpares).	2021	Karina Domingues Bressan Vidal	Análises realizadas/Análises previstas	
Meta 332	Realizar as análises técnicas (com inspeções quando necessárias *in loco*) de 40 pleitos de Empresas para Reconhecimento de Bens Desenvolvidos no País.	2021	Karina Domingues Bressan Vidal	Análises realizadas/40	
Meta 333	Realizar as análises técnicas de todos os Pleitos de Credenciamento de Instituições de P&D junto ao CATI protocolizados até 30.10.2015.	2021	Karina Domingues Bressan Vidal	Análises realizadas/Análises previstas	
COORDENAÇÃO-GERAL DE MICROELETRÔNICA - CGME					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 334	Realizar a análise técnica de 80% dos projetos dos Programas PADIS e PATVD protocolizados no MCTI até 31 de outubro de 2015, sob responsabilidade da CGME.	2021	Henrique de Oliveira Miguel	Nº de análises técnicas realizadas/Nº de pleitos de incentivos previstos	
Meta 335	Analisar 8 Relatórios Demonstrativos dos investimentos em P&D realizados por empresas incentivadas pela Lei nº Programas PADIS e PATVD)	2021	Henrique de Oliveira Miguel	Nº de RD analisados/8	
Meta 336	Acompanhar e avaliar *in loco* 3 projetos de P&D realizados por empresas beneficiárias do PADIS e do PATVD	2021	Henrique de Oliveira Miguel	Nº de projetos avaliados/3	

REPRESENTAÇÃO NACIONAL NO SUDESTE - ReSE

ReSE					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 337	Responder 100% das demandas advindas internamente e externamente do MCTI, e de outras Unidades da Federação da Região Sudeste.	2106	Marcelo Cláudio César Cardia	Qde. de Respostas/Qde. Demandadas	
Meta 338	Receber e tratar 100% dos documentos endereçados à Representação Regional do MCTI no Sudeste – ReSE.	2106	Marcelo Cláudio César Cardia	Qde. de documentos tratados/Qde. de documento recebidos	
Meta 339	Responder 100% das demandas por atividade de apoio ao Gabinete do Ministro nas ações específicas do MCTI no Sudeste.	2106	Marcelo Cláudio César Cardia	Qde. de Respostas/Qde. Demandada	

REPRESENTAÇÃO NACIONAL NO NORDESTE - ReNE

ReNE					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 340	Responder 100% das demandas do Gabinete do Ministro e das Secretarias do MCTI; e correspondências e documentos endereçados à ReNE/MCTI.	2106	Amaro Henrique Pessoa Lins	Nº de respostas processadas/Nº de demandas recebidas	
Meta 341	Responder 100% das demandas dos órgãos integrantes do Campus Tecnológico MCTI Nordeste.	2106	Amaro Henrique Pessoa Lins	Nº de respostas processadas/Nº de demandas recebidas	

Campo 2	Descrição das Metas Intermediárias	Nº do Programa do PPA/LOA	Responsável pela Meta	(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista	Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%
Meta 342	Realizar as descentralizações orçamentárias/financeiras às Unidades Gestoras responsáveis pela execução das despesas do Campus Tecnológico MCTI Nordeste.	2106	Amaro Henrique Pessoa Lins	Nº de descentralizações realizadas/Nº de descentralizações solicitadas	
Meta 343	Dar suporte ao Gabinete do Ministro e às Secretarias do MCTI em relação às ações do Ministério desenvolvidas no Nordeste.	2106	Amaro Henrique Pessoa Lins	Nº de demandas atendidas/Nº de demandas recebidas	
Meta 344	Apoiar, planejar e organizar eventos demandados pelo MCTI.	2106	Amaro Henrique Pessoa Lins	Nº de eventos apoiados, planejados ou organizados/Nº de eventos demandados	

UNIDADE DE AVALIAÇÃO: INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO – INSA

I N S A					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 345	Executar 80% dos objetivos e metas do Termo de Compromisso de Gestão (TCG) assinado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Instituto Nacional do Semiárido,	2021	Ignácio Hernan Salcedo	ADI=∑((Total de pontos)/(Total de pesos))	
Meta 346	Executar 80% dos indicadores: a) físicos operacionais, (b) administrativo-financeiros, (c) recursos humanos e, (d) Indicadores sociais do Termo de Compromisso de Gestão (TCG) assinado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Instituto Nacional do Semiárido.	2021	Ignácio Hernan Salcedo	ADI=∑((Total de pontos)/(Total de pesos))	

ATOS DO GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1384, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

Fixa metas institucionais para o período de 1º de março de 2014 a 28 de fevereiro de 2015, para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia – GDACT, devida aos servidores ocupantes dos cargos efetivos, integrantes das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, de Desenvolvimento Tecnológico e de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia, da Administração Central do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que prevê o Artigo 19-E da Lei nº 11.344, de 08 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Fixar, conforme anexo a esta Portaria, as metas institucionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, propostas para o período de 1º de março de 2014 a 28 de fevereiro de 2015, conforme dispõe a Portaria MCTI nº 936, de 19 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ

ANEXO À PORTARIA MCTI Nº 1348, DE19 DE DEZEMBRO DE 2014

MCTI	**METAS INSTITUCIONAIS** **3º CICLO DE AVALIAÇÃO: 1° DE MARÇO DE 2014 A 28 DE FEVEREIRO DE 2015** **Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT**

Portaria MCTI nº 936, de 2012 - Art. 8º **As metas referentes à avaliação de desempenho institucional serão segmentadas em**: I - metas globais, elaboradas, quando couber, em consonância com o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA; e II - metas intermediárias, referentes às unidades de avaliação. § 1º As metas globais serão fixadas anualmente, em ato do Ministro de Estado ou a quem este delegar e devem ser mensuráveis utilizando-se, como parâmetros, indicadores de desempenho que visem aferir a qualidade dos serviços relacionados a atividades finalísticas do MCTI, levando-se em conta, no momento de sua fixação, os índices alcançados nos exercícios anteriores, quando houver, bem como a observância aos princípios da economicidade e de eficiência. § 2º As metas globais deverão ser compatíveis com as diretrizes, políticas e metas governamentais. § 3º As metas intermediárias deverão ser elaboradas em consonância com as metas globais, podendo ser segmentadas e definidas a partir dos indicadores de desempenho estabelecidos no Planejamento Estratégico.

Campo 1	**Meta Global definida para todas as Unidades de Avaliação do MCTI/AC**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado:** **(A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 1	Executar 100% dos limites de empenho autorizados pelo Poder Executivo correspondentes à Lei Orçamentária Anual - LOA de 2014.	Cristian de Oliveira Lima	Orçamento empenhado/limite de empenho autorizado	

Metas Intermediárias definidas por Unidade de Avaliação

Portaria MCTI nº 936, de 2012 - Art. 2º Parágrafo único. Os Departamentos e as Coordenações-Gerais serão considerados como unidades de avaliação para fins de avaliação de desempenho.

UNIDADE DE AVALIAÇÃO: GABINETE DO MINISTRO – GABMI

COORDENAÇÃO-GERAL DA AGENDA DO MINISTRO - CGAM					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 1	Receber, processar e distribuir 100% das demandas advindas internamente e externamente do MCTI, e de outras Unidades da Federação relacionadas às solicitações de pedidos de audiências/ reuniões com o Ministro.	2106	Paulo Marcos Castro Rodopiano de Oliveira	Nº de demandas recebidas, processadas e distribuídas/Nº de demandas recebidas	
Meta 2	Elaborar, pesquisar e preparar materiais para audiências/ reuniões e eventos internos e externos em 100% com participação do Ministro.	2106	Paulo Marcos Castro Rodopiano de Oliveira	Materiais elaborados/ Materiais a serem elaborados	

Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 3	Publicar e divulgar semanalmente 100% a Agenda do Ministro no site do Ministério.	2106	Paulo Marcos Castro Rodopiano de Oliveira	Agenda publicada/Agenda a ser publicada	
Meta 4	Planejar e solicitar pedidos de viagens nacionais e internacionais à Força Aérea Brasileira (FAB)	2106	Paulo Marcos Castro Rodopiano de Oliveira	Pedidos de viagem realizados/Pedidos de viagem planejados e solicitados	

COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CGAD					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(B) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 5	Receber, processar e distribuir 100 % das demandas advindas do Gabinete do Ministro do MCTI, e de outras Unidades da Federação.	2106	Conceição Aparecida da Silva	Nº de demandas recebidas, processadas e distribuídas/Nº de demandas recebidas	
Meta 6	Acompanhar 100% dos processos de afastamentos do País.	2106	Conceição Aparecida da Silva	Nº de processos acompanhados/Nº de processos recebidos para acompanhamento	
Meta 7	Providenciar 100 % os pedidos de emissão de passaporte oficial.	2106	Conceição Aparecida da Silva	Nº de pedidos emitidos/Nº de pedidos recebidos	
Meta 8	Redigir e revisar 100% dos documentos oficiais.	2106	Conceição Aparecida da Silva	Nº de documentos oficiais redigidos e revisado/Nº de documentos oficiais recebidos	
COORDENAÇÃO-GERAL DA COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA – CGBio					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 9	Organizar e realizar 10 reuniões ordinárias da CTNBio e 10 reuniões das Subcomissões Setoriais Humana e Animal e 10 Reuniões das Subcomissões Setoriais Vegetal e Ambiental	2106	Tassiana Fronza	N° de reuniões realizadas/N° de reuniões previstas	
Meta 10	Realizar 15 (quinze) visitas técnicas anuais às Instituições com Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB)	2106	Tassiana Fronza	N° de visitas técnicas realizadas/N° de visitas técnicas previstas	

Meta 11	Emitir 350 (trezentos e cinqüenta) pareceres técnicos	2106	Tassiana Fronza	N° de pareceres emitidos/N° de pareceres previstos	
COORDENAÇÃO-GERAL DA SECRETARIA DO CONSELHO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CGCT					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 12	Planejar e organizar as atividades para a realização da reunião do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia .	2106	Marylin Peixoto da Silva Nogueira	Reunião realizada/Reunião prevista	
Meta 13	Planejar e Coordenar 4 (quatro) reuniões das Comissões Temáticas que compõem o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.	2106	Marylin Peixoto da Silva Nogueira	Reuniões realizadas/Reuniões previstas	
Meta 14	Processar e responder em tempo hábil 100% das demandas encaminhadas à Secretaria Executiva do CCT.	2106	Marylin Peixoto da Silva Nogueira	Demandas respondidas/Demandas recebidas	
Meta 15	Planejar, organizar e processar 100% das demandas decorrentes das Unidades Técnicas viabilizadas por meio do projeto de cooperação técnica MCTI-Unesco.	2106	Marylin Peixoto da Silva Nogueira	Demandas respondidas/Demandas recebidas	
COORDENAÇÃO-GERAL DO CERIMONIAL - CGCE					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 16	Processar e responder, em tempo hábil, 90% dos convites direcionados ao Ministro e recebidos pela CGCE.	2106	Simone Santana Franco	Convites respondidos a tempo/Convites recebidos	
Meta 17	Acompanhar o Ministro em 90% de suas atividades oficiais fora do Ministério e que exijam protocolo.	2106	Simone Santana Franco	Atividades acompanhadas/Atividades oficiais	

Meta 18	Elaborar roteiros prévios de participação do Ministro em 100% dos eventos internos e externos que exijam protocolo.	2106	Simone Santana Franco	Roteiros elaborados/Nº de Eventos	
Meta 19	Preparar e/ou acompanhar 90% das reuniões internas do Ministro com autoridades nacionais e internacionais que exijam protocolo.	2106	Simone Santana Franco	Reuniões preparadas e/ou acompanhadas/Reuniões realizadas	
Meta 20	Planejar, organizar, realizar e/ou apoiar a logística de 90% dos eventos demandados pelo Gabinete do Ministro e pelas Secretarias que necessitem de participação da CGCE.	2106	Simone Santana Franco	Demandas atendidas/Demandas recebidas	

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – ASCOM					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 21	Viabilizar a divulgação da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) junto às 27 coordenações estaduais da SNCT.	2106	Flávio Fonte-Boa	Divulgação realizada/Divulgação prevista	
Meta 22	Realizar 3 (três) campanhas que deem publicidade aos programas e políticas públicas do MCTI, que possuam grande potencial e sejam significativas para a sociedade, ao abordarem temas que se referem em importantes benefícios para os cidadãos, mesmo que direcionados a seguimentos sociais.	2106	Flávio Fonte-Boa	Campanhas realizadas/Campanhas previstas	
Meta 23	Analisar 100% das demandas anual apresentada a esta ASCOM, para divulgação das ações e programas do MCTI.	2106	Flávio Fonte-Boa	Demandas analisadas/Demandas previstas	
Meta 24	Viabilizar a criação e produção de 100% das demandas aprovadas, relativas à divulgação das ações dos programas do CTI por meio do contrato de serviços de publicidade.	2106	Flávio Fonte-Boa	Criação e produção realizada/Criação e produção prevista	

Meta 25	Destinar 50% dos recursos de manutenção de canais de acesso e visibilidade às informações dos programas e ações realizadas pelo MCTI e suas Unidades de forma integrada em veículos e espaço de grande apelo e público aos temas desta pasta ministerial.	2106	Flávio Fonte-Boa	Destinação realizada/Destinação prevista	
ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO - AECI					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 26	Promover o registro, dar tratamento e acompanhar 100% das demandas relacionadas ao campo de atuação do Assessor Especial de Controle Interno.	2106	Marcos Luiz Manzochi	Nº de demandas registradas e tratadas/Nº de demandas recebidas	

ASSESSORIA PARLAMENTAR – ASPAR					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 27	Analisar 100% das pautas de Comissões Prioritárias (Comissões Permanentes e Comissões de temas pertinentes ao MCTI).	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de Pautas analisadas/Quantidade de Pautas previstas	
Meta 28	Informar as atividades legislativas, por meio do encaminhamento de 2 informativos semanais, cobrindo pelo menos 85% das semanas com atividade legislativa.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade Informativos encaminhados/ Quantidade Informativos previstos	
Meta 29	Encaminhar 100% das informações sobre o andamento legislativo das proposições prioritárias diretamente para o titular das áreas interessadas.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de informações encaminhadas / Quantidade de Informações previstas (Quantidade de projetos prioritários em estágio	

				avançado de tramitação + Quantidade de projetos extrapauta prioritários)	
Meta 30	Acompanhar a tramitação de 100% dos requerimentos de audiência pública que envolvem autoridades do MCTI.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de Tramitações acompanhadas/Quantidade de requerimentos apresentados	
Meta 31	Acompanhar a autoridade do MCTI em 100% das audiências públicas.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de Audiências acompanhadas/ Quantidade de Audiências com o MCTI realizadas	
Meta 32	Realizar breve relato de 100% das audiências acompanhadas.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de Relatórios feitos/ Quantidade de Audiências com o MCTI realizadas	
Meta 33	Resolver 50% das pendências do e-SIAL mensalmente.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de solicitações de manifestação feitas pela ASPAR/Qtde. Total de Pendências	
Meta 34	Acompanhar a tramitação legislativa de 100% dos RICs para o MCTI.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de RICs acompanhados/Quantidade de RICs apresentados	
Meta 35	Acompanhar a tramitação legislativa de 100% dos RICs para o MCTI dentro do Ministério.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de RICs acompanhados/Quantidade de RICs apresentados	
Meta 36	Fornecer 100% de respostas a RICs dentro do prazo.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de Respostas dentro do prazo/Quantidade de Total de Respostas	

Meta 37	Encaminhar 100% das solicitações de manifestação acerca de matérias em fase de sanção à área competente.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de Encaminhamentos/Quantidade de Solicitações de manifestação	
Meta 38	Despachar 100% das solicitações com as autoridades competentes.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de Despachos/ Quantidade de Solicitações de manifestação	
Meta 39	Fornecer 100% de respostas às solicitações dentro do prazo.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de Respostas dentro do prazo/Qtde. Total de Respostas	
Meta 40	Identificar 70% dos projetos novos apresentados que tenham interface com o MCTI.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de Projetos identificados/Quantidade de Projetos apresentados	
Meta 41	Identificar 90% de pronunciamentos de matérias relevantes para o MCTI na mesma semana em que ocorreram.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de pronunciamentos mapeados na mesma semana/ Quantidade total de pronunciamentos	
Meta 42	Acompanhar e informar sobre 80% da tramitação da execução de emendas parlamentares solicitadas pelos Congressistas.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de informações fornecidas/Quantidade de informações solicitadas	
Meta 43	Encaminhar 100% das demandas parlamentares à área competente no MCTI.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de demandas encaminhadas/ Quantidade de demandas recebidas	
Meta 44	Acompanhar 85% das reuniões com parlamentares no MCTI.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de reuniões acompanhadas/ Quantidade de reuniões realizadas	
Meta 45	Acompanhar 90% das reuniões de governo concernentes a proposições legislativas de interesse do MCTI.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de reuniões acompanhadas/ Quantidade de reuniões realizadas	
Meta 46	Elaborar perfis parlamentares de 75% dos congressistas que são recebidos em reunião no Ministério.	2106	Gabriela Amaral	Quantidade de perfis elaborados/ Quantidade de parlamentares em contato com o Ministério	

UNIDADE DE AVALIAÇÃO: SECRETARIA EXECUTIVA - SEXEC

GABINETE - GABEX					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 47	Dar resposta a 100% das demandas do Secretário-Executivo referentes a levantamento, análise e consolidação de informações de CTI.	2106	Fábio Donato Soares Larotonda	Qtde respostas/ Qtde demandada	
Meta 48	Garantir 100% de respostas aos pedidos de Notas Técnicas, Notas Informativas e Pareceres.	2106	Fábio Donato Soares Larotonda	Qtde de respostas emitidos/Qtde pedidos	
Meta 49	Dar resposta a 100% dos textos e outros materiais correlatos demandados a esta Secretaria-Executiva necessários à formulação, implementação e difusão de políticas de CTI.	2106	Fábio Donato Soares Larotonda	Qde de respostas elaboradas/Qde demandas	
Meta 50	Garantir 80% das respostas dentro do prazo a questionamentos com prazo definido em leis, regulamentos, portarias, memorandos e outros instrumentos congêneres.	2106	Fábio Donato Soares Larotonda	Qde de respostas emitidas dentro do prazo estabelecido/Qde questionamentos com prazo definido	
Meta 51	Garantir participação da Secretaria-Executiva em, no mínimo, 70% das reuniões de comissões, comitês, grupos de trabalho e outras reuniões nas quais tenha assento e para as quais seja oficialmente convocada.	2106	Fábio Donato Soares Larotonda	Qde de participação em reuniões/ total de convocações oficiais	
Meta 52	Promover o registro, a análise e o acompanhamento de 100% dos processos de afastamento do país.	2106	Celma Irene Castanheiro	Nº de processos registrados/nº de processos demandados	
Meta 53	Receber e tratar 100% dos documentos endereçados à Secretaria-Executiva.	2106	Cláudia Silva Prates França	Qtde de documentos tratados/Qtde de documentos recebidos	
Meta 54	Dar resposta a 100% das demandas por atividade de apoio ao Gabinete da Secretaria-Executiva.	2106	Cláudia Silva Prates França	Qtde de resposta /Qtde de demandada	

Meta 55	Promover o registro, o tratamento e o acompanhamento de 100% das requisições dos órgãos de controle direcionadas à Secretaria-Executiva.	2106	Cláudia Silva Prates França	Nº de requisições registradas/nº de requisições recebidas	
Meta 56	Tratar e acompanhar 100% dos projetos formalmente apresentados à Secretaria-Executiva.	2021	Cláudia Silva Prates França	Nº de projetos tratados/nº de projetos apresentados	

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS UNIDADES DE PESQUISA – SCUP

GABINETE					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 57	Realizar o levantamento das demandas dos projetos de P&D,I, definir prioridades em função dos recursos alocados no PO, realizar a descentralização orçamentária/financeiras às UPs selecionadas e acompanhar a execução das metas estabelecidas, referente ao desenvolvimento de novas linhas de pesquisa nas Unidades de Pesquisa do MCTI.	2021	Clébia S. F. Martins	Quantidade de projetos apoiados/quantidade de projetos demandado	
Meta 58	Realizar o levantamento das demandas de Gestão Integrada dos Acervos de Informação Científica e Tecnológica das Unidades de Pesquisa do MCTI, definir prioridades em função dos recursos alocados no PO, realizar a descentralização orçamentária/financeiras a CAPES e às UPs selecionadas e acompanhar a execução das metas estabelecidas	2021	Clébia S. F. Martins	Título apoiados/ Título previsto	
Meta 59	Apoiar, planejar, organizar e participar de eventos demandados pelo MCTI e relacionados às atividades dos seus Institutos de Pesquisa	2021	Clébia S. F. Martins, Ludmila Brito Ribeiro	Eventos apoiado/eventos demandados	

Meta 60	Atestar 100% da conformidade de registro de gestão no SIAFI e acompanhar 100% da execução orçamentária e financeira das ações e planos orçamentários sob responsabilidade da SCUP e Institutos de Pesquisa do MCTI .	2021	Roberta Ribeiro, Nanci Silva, Clébia S.F. Martins Rafael Correia	Execução e conformidade acompanhada/ Execução e conformidade prevista	
Meta 61	Planejar e acompanhar a fase qualitativa e lançar 100% dos dados no SIOP da fase quantitativa do PPA e PLOA das ações e planos orçamentários sob responsabilidade da SCUP e Institutos de Pesquisa do MCTI.	2021	Clébia S. F. Martins	Qtde dados lançados no SIOP/Qtde dados previstos para lançamento no SIOP	
Meta 62	Levantar mensalmente as necessidades financeiras dos Institutos de Pesquisa sob responsabilidade da SCUP e acompanhar o cronograma de desembolso	2021	Nanci Silva e Roberta Ribeiro	Levantamento realizado/Levantamento previsto	
Meta 63	Elaborar 40 Pareceres Técnicos para os Termos de Execução Descentralizada - TED	2021	Clébia S. F. Martins	Pareceres elaborados/Pareceres previstos	
Meta 64	Levantar e acompanhar 100% dos créditos suplementares da SCUP e Institutos de Pesquisa do MCTI.	2021	Clébia S. F. Martins	Créditos suplementares acompanhados/Créditos suplementares disponibilizados	
Meta 65	Promover a execução orçamentária e financeira da Unidade Gestora Executora nº 240113 - Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP.	2021	Roberta Ribeiro, Nanci Silva	Execução Orçamentária e Financeira realizada/ Execução Orçamentária e Financeira prevista	
Meta 66	Realizar o levantamento de demandas de comunicação dos Institutos de Pesquisa do MCTI.	2021	Ludmila Ribeiro	Levantamento realizado/Levantamento previsto	
Meta 67	Publicar/divulgar boletins para divulgação das ações dos Institutos de Pesquisa do MCTI.	2021	Ludmila Ribeiro	Boletins publicados/Boletim previstos	

Meta 68	Disponibilizar, por meio dos Institutos de Pesquisa do MCTI, publicações de interesse público no âmbito da Ciência, Tecnologia e Inovação.	2021	Ludmila Ribeiro	Publicações em C&T,I realizados/ Publicações em C&T,I previstos	
Meta 69	Elaborar relatórios estatísticos de Recursos Humanos dos Institutos de Pesquisa do MCTI.	2021	Ludmila Ribeiro	Relatórios elaborados/Relatórios previstos	
Meta 70	Elaborar relatórios estatísticos referente à execução orçamentária e financeira das ações e planos orçamentários sob responsabilidade da SCUP e Institutos de Pesquisa do MCTI.	2021	Clébia S. F. Martins, Nanci Silva e Roberta Ribeiro	Relatórios Estatísticos elaborados/ Relatórios Estatísticos previstos	
Meta 71	Elaborar relatórios estatísticos referente a indicadores pactuados pelos Termos de Compromisso de Gestão - TCGs das Unidades de Pesquisa do MCTI.	2021	Andreia Nascimento	Planilhas e Relatórios elaborados/ Planilhas e Relatórios previstos	
Meta 72	Receber, promover o registro, o tratamento e acompanhamento de 100% dos documentos endereçados à SCUP.	2021	Lucrécia Imaculada, Valmiron Mota, Iranize Souza, Sinisia Oliveira, Rogéria Silva e Robério Tomaz	Documentos registrados e acompanhados/documentos recebidos	

COORDENAÇÃO-GERAL DE SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS - CGOS					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 73	Celebrar pelo menos um Termo Aditivo por Contrato de Gestão.	2021	Felipe Bellucci	Nº de Termo Aditivos celebrados/Nº de Termos Aditivos Previstos (6)	

Meta 74	Realizar a avaliação anual e o acompanhamento semestral dos contratos de gestão.	2021	Felipe Bellucci	Nº de avaliações realizadas/Nº avaliações previstas (12)	
Meta 75	Iniciar a avaliação do ciclo plurianual com vistas à renovação dos Contratos de Gestão das 5 Organizações Sociais (CGEE, CNPEM, IDSM, IMPA e RNP).	2021	Felipe Bellucci	Nº de avaliações iniciadas/ Nº de avaliações previstas (5)	
Meta 76	Colocar em execução 100% as recomendações das Comissões de Avaliação (CA) dos Contratos de Gestão, ou ter as justificativas para a impossibilidade de cumprimento definido pela mesma CA.	2021	Felipe Bellucci	(Recomendações atendidas + justificativas aceitas)/Total de recomendações	
Meta 77	Dar resposta a 100% das solicitações de informação via SIC que disserem respeito aos contratos de gestão.	2021	Felipe Bellucci	Solicitações atendidas no prazo/total de solicitações	

COORDENAÇÃO-GERAL DAS UNIDADES DE PESQUISA - CGUP					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 78	Implantar os indicadores pactuados nos Termos de Compromisso de Gestão - TCG e visitas técnicas de reforço no treinamento do SIGTEC em 11 Unidades de Pesquisa do MCTI (LNCC, CETENE, INSA, MAST, ON, LNA, INPA, CETEM, CTI, INT e MPEG) e no	2106	Isabel Felicidade Aires Campos	Indicadores implantados/Indicadores previstos (12)	

	IAE (Instituição de Pesquisa).				
Meta 79	Desenvolver um Sistema de Informações Gerenciais para ser utilizado a partir da SCUP, que agregue informações de cada Unidade de Pesquisa a partir das bases de dados do SIGTEC.	2106	Isabel Felicidade Aires Campos	Sistema desenvolvido/Sistema previsto	
Meta 80	Pactuar, acompanhar e avaliar a execução dos Termos de Compromisso de Gestão (TCG) das 13 (treze) Unidades de Pesquisa (CBPF, CTI, CETEM, INT, IBICT, INPA, INSA, INPE, LNCC, LNA, MAST,MPEG e ON).	2106	Alex Fabiano de Almeida Borges e David Conway Oren	Execuções pactuadas, acompanhadas e avaliadas/Execuções previstas (13)	
Meta 81	Realizar o levantamento das demandas referentes a expansão, modernização e manutenção das instalações fisícas (prediais e laboratoriais), bem como dos equipamentos das Unidades de Pesquisa, definir prioridades em função dos recursos alocados no PO, realizar a descentralização orçamentária/financeiras às UPs selecionadas e acompanhar a execução das metas estabelecidas.	2021	Ana Mari Comini Curi	Levantamento realizado/Levantamento previsto (7)	
Meta 82	Acompanhar anualmente a concessão de 700 bolsas do Programa de Capacitação Institucional, distribuídas em 20 projetos institucionais asaber: CNPEM, CBPF, CETEM, CETENE, CNEN, CTI, GEOMA, IBICT, IDSM, IMPA, INMA, INPA, INPE, INSA, INT, LNA, LNCC, MAST, MPEG e ON).	2106	Lucrecia Imaculada Conceição / Ruth Costa Cardoso	Concessões acompanhadas/Concessões previstas (700)	
Meta 83	Acompanhar e analisar o processo das contribuições a organismos e/ou entidades nacionais (ABC, SBPC e ABPTI).	2106	César A.R. Carmo	Processos acompanhados e analisados/processos previstos	

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

GABINETE					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 84	Processar (do registro à expedição final), acompanhar, tratar, encaminhar, produzir/processar 80% da demanda submetida à SPOA em 48 horas.	2106	Romaly de Carvalho	Demanda executada no prazo/Demanda submetida	
Meta 85	Responder 100% das solicitações de Auditoria dos órgãos de controle	2106	Romaly de Carvalho	Solicitações de Auditoria respondidas/Solicitações de Auditoria recebidas	
ASSESSORIA DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES - APDIS					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 86	Executar, no prazo legal, 100% das demandas referentes aos Processos Disciplinares recebidos na Unidade, desde a instauração até o Relatório Final.	2106	Hugo Sérgio Ungaretti	Relatórios Finais submetidos à SPOA no prazo legal/Demandas recebidas	
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS – CGRL					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 87	Acompanhar e supervisionar a execução de 100% das ações sob responsabilidade das Coordenações (COIN-COEX) da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos.	2106	Domingos Carlos Pereira Rego	Nº de ações acompanhadas e supervisionadas realizadas/Nº de ações acompanhadas e	

				supervisionadas previstas	
Meta 88	Acompanhar e supervisionar a execução de 100% das ações sob responsabilidade da Coordenação de Logística e Execução-COEX	2106	Luiz Soares Maia	Nº de ações acompanhadas e supervisionadas realizadas/Nº de ações acompanhadas e supervisionadas previstas	
Meta 89	Executar 100% dos processos distribuídos para Execução Orçamentária e Financeira até 15 dias antes do término do período de avaliação, desde que se encontrem com todas as condições para conclusão, excluindo-se os processos devolvidos às unidades demandantes para complementação.	2106	Carlos Eduardo dos Santos e Priscila Ferreira de Queiroz Pinto	Total dos Processos Executados/(Processos Distribuídos - Processos Devolvidos)	
Meta 90	Executar 100% dos processos de concessão de diárias e passagens distribuídos até 20 dias antes do término do período de avaliação, desde que se encontrem com todas as condições para conclusão, excluindo-se os processos devolvidos às unidades demandantes para complementação.	2106	Carlos Eduardo dos Santos, Fabrício Cirilo e Priscila Ferreira de Queiroz Pinto	Total dos Processos Executados/(Processos Distribuídos - Processos Devolvidos)	
Meta 91	Efetuar pelo menos 100 análises intermediárias em convênios, termos de parcerias e contribuição financeira.	2106	Romana Pessoa Picanco	Análises de CV, TP e CFs realizadas/Análises de CV, TP e CFs previstas.	
Meta 92	Finalizar pelo menos 50 convênios, termos de parceria e contribuição financeira.	2106	Romana Pessoa Picanco	CV, TP e CF finalizado/CV, TP e CF previsto	

Meta 93	Responder a 100% das demandas de Órgãos externos.	2106	Romana Pessoa Picanco	Demanda atendida/Demanda recebida	
Meta 94	Efetuar 100% de Termos Aditivos demandados pelas áreas técnicas referente à Convênios e Termos de Parceria firmados antes da publicação da Portaria MCTI nº 1059.	2106	Romana Pessoa Picanco	Demanda atendida/Demanda recebida	
Meta 95	Analisar, ao menos, 80 procedimentos licitatórios para contratação de bens e serviços (pregão, concorrência, dispensa e inexigibilidade).	2106	Paulo Honório Bernardes de Mendonça e Carla Patricia Almeida Rocha Terabe	Nº de procedimentos analisados/Nº de procedimentos a analisar	
Meta 96	Analisar, ao menos, 46 pedidos de ajustes nos termos de contratos (reajustes, repactuações, prorrogações, apostilamentos e processos de penalidades administrativas).	2106	Moacir Gonçalves de Oliveira Junior e Carla Patricia Almeida Rocha Terabe	Nº de ajustes analisados/Nº de ajustes a analisar	
Meta 97	Atender 100% das solicitações de serviços (requisição, movimentação, devolução e conserto de bens móveis).	2106	Jefferson Monteiro da Silva	Serviços atendidos/Serviços previstos	
Meta 98	Atender 100% das requisições de materiais de expediente das áreas demandantes, atentando-se para o consumo médio por área e evitando-se a ruptura do estoque).	2106	Jefferson Monteiro da Silva	Requisições atendidas/Requisições previstas	
Meta 99	Adquirir no processo de compras de materiais de consumo do ano 2014, 23 (vinte e três) itens sustentáveis (fabricados em material reciclado).	2106	Jefferson Monteiro da Silva	Materiais adquiridos/Materiais previstos	
Meta 100	Analisar quantitativamente e qualitativamente 8 (oito) contratos em execução na DISG.	2106	Sônia Regina da Silva Oliveira	Nº de contratos analisados/Nº de contratos a analisar	

Meta 101	Analisar os valores de 8 (oito) contratos em execução na DISG com vistas a economicidade.	2106	Sônia Regina da Silva Oliveira	Nº de contratos analisados/Nº de contratos a analisar	
Meta 102	Atender 100% das solicitações de serviços no âmbito do MCTI/SPO (chaveiro, carimbo, telefonia, manutenção predial, limpeza, reserva de auditório e transporte de pessoas)	2106	Tatiana Maria Soares de Araujo	Nº solicitações atendidas/Nº solicitações recebidas	
Meta 103	Executar 100% do Projeto, Termo de Referência e Instalação de Sinalização de Emergência	2106	Beatriz Cristino Jácomo	Execução realizada/Execução prevista	
Meta 104	Executar 100% Projeto, Termo de Referência e Instalação de Iluminação de Emergência	2106	Beatriz Cristino Jácomo	Execução realizada/Execução prevista	
Meta 105	Executar 50% da Implantação do Sistema de Telefonia IP	2106	Beatriz Cristino Jácomo	Execução realizada/Execução prevista	
Meta 106	Executar 100% Projeto, Execução dos leiautes do 3º,2º, Sobreloja, Sala dos Conselhos, Sala de Telepresença e CGRH.	2106	Beatriz Cristino Jácomo	Execução realizada/Execução prevista	
Meta 107	Executar 100% Projeto e Termo de Referência para substituição do Sistema de Ar Condicionado	2106	Beatriz Cristino Jácomo	Execução realizada/Execução prevista	

COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – CGOF					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 108	Atender em 100% as demandas feitas pelo Coordenador-Geral referente a prestação de serviços técnicos de análise, orientação e assessoramento relacionados as atribuições da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças .	2106	Antonio Alberto Pinheiro	Nº de demandas atendidas/Nº de demandas solicitadas	
Meta 109	Supervisionar e orientar 100% das atividades relacionadas à programação orçamentária e acompanhamento da execução do orçamento.	2106	Marcus Fernandes Stefanini	Nº de atividades realizadas/Nº de atividades apresentadas	
Meta 110	Analisar e, se aprovada, enviar à SOF/MP 100% das propostas orçamentárias elaboradas pelas unidades do MCTI.	2106	Carine Cristina de Almeida dos Santos	Nº Propostas orçamentárias enviadas/Nº Propostas Orçamentárias recebidas, analisadas e aprovadas	
Meta 111	Analisar e, se aprovada, enviar à SOF/MP 100% das alterações orçamentárias elaboradas pelas unidades do MCTI.	2106	Carine Cristina de Almeida dos Santos	Nº Propostas orçamentárias enviadas/Nº de alterações orçamentárias recebidas, analisadas e aprovadas	
Meta 112	Realizar 100% das solicitações de bloqueios de dotação, com vistas a atender às alterações orçamentárias por meio de créditos adicionais.	2106	Carine Cristina de Almeida dos Santos	Nº de notas de bloqueios realizadas/ Nº de pedidos recebidos.	
Meta 113	Liberar às unidades do MCTI, 100% do limite de empenho detalhado pelo MCTI.	2106	Regina Ramos da Silva	Valor do limite liberado para as unidades / Valor do limite detalhado pelo MCTI	
Meta 114	Elaborar a proposta de distribuição do limite de Movimentação e Empenho para 100% das unidades do MCTI.	2106	Regina Ramos da Silva	Nº de Unidades gestoras com limite elaborado/Nº total de Unidades gestoras do MCTI	
Meta 115	Atender 100% das solicitações por relatórios gerenciais sobre execução orçamentária e financeira das unidades do MCTI.	2106	Regina Ramos da Silva	Nº de Solicitações atendidas/Nº de solicitações recebidas.	

Meta 116	Elaborar trimestralmente 100% das Notas Explicativas relativas às demonstrações contábeis do órgão superior MCTI, a fim de subsidiar a Secretaria do Tesouro Nacional.	2106	Eliana Yukiko Takenaka	Nº de notas explicativas elaboradas/Nº de Notas Explicativas solicitadas	
Meta 117	Registrar mensalmente 100% das restrições contábeis levantadas nas contas das Unidades Gestoras da Administração Direta e Indireta no âmbito do MCTI.	2106	Eliana Yukiko Takenaka	Nº de restrições registradas/Nº de restrições a registrar	
Meta 118	Atender 100% das consultas técnicas procedentes das Unidades Gestoras Executoras - Administração Central, Unidades de Pesquisas e Órgãos Vinculados (Comunica SIAFI, e-mails e telefone).	2106	Adriana Samara W. da Silva	Nº de Consultas Atendidas/Nº de Consultas Recebidas	
Meta 119	Regularizar 100% das ocorrências levantadas quando da análise das Demonstrações Contábeis do Órgão MCTI e demais órgãos Vinculados.	2106	Adriana Samara W. da Silva	Nº de ocorrências regularizadas/Nº de ocorrências levantadas	
Meta 120	Elaborar 100% dos relatórios referentes às Tomadas de Contas Especiais recebidas da Administração Central e Unidades de Pesquisas.	2106	Adriana Samara W. da Silva	Nº de Relatórios Elaborados/Nº de TCE's Recebidas	
Meta 121	Elaborar 100% dos relatórios gerenciais relativos à execução orçamentária e financeira solicitados pela Administração Central, Unidades de Pesquisas e Órgãos Vinculados.	2106	Tais Kenia Gonçalves	Nº de Relatórios Elaborados/Nº de Relatórios solicitados	
Meta 122	Efetuar o cadastro de 100% das solicitações de senhas para acesso a Rede SERPRO, SIAFI, SIASG, SIAFI Gerencial, SICONV, SISCOMEX e CADIN, procedentes da Administração Central, Unidades de Pesquisas e Órgãos Vinculados.	2106	Tais Kenia Gonçalves	Nº de senhas Cadastradas/Nº de senhas solicitadas	
Meta 123	Repassar às unidades do MCTI, 100% da cota financeira recebida da Secretaria do Tesouro Nacional, conforme estabelecido em Portaria do Ministério da Fazenda e detalhamento efetuado pelo MCTI.	2106	José Ericélio Gomes	Valor liberado para as unidades/Valor recebido da STN	
Meta 124	Atender 100% das consultas técnicas procedentes das Unidades Gestoras Executoras - Administração Central, Unidades de Pesquisas e Órgãos Vinculados	2106	José Ericélio Gomes	Nº de consultas atendidas/Nº de consultas recebidas	

	relativos a programação financeira.				
Meta 125	Gerar 100% de relatórios gerenciais para controle e acompanhamento do desempenho dos processos de trabalhos relacionados com a programação financeira do MCTI.	2106	José Ericélio Gomes	Nº de Relatórios gerados /Nº de Relatórios solicitados	

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO E INOVAÇÃO - CGGI					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 126	Aperfeiçoar o método de extração dos dados de dispêndios para posterior incorporação no painel de dispêndios da Plataforma Aquarius.	2106	Paulo Henrique de Assis Santana	Aperfeiçoamento realizado/Aperfeiçoamento previsto	
Meta 127	Instalar, em ambiente de desenvolvimento, de Barramento Corporativo de Serviços (ESB) e suas ferramentas de governança para futura utilização na Plataforma Aquarius.	2106	Paulo Henrique de Assis Santana	Instalação realizada/Instalação prevista	
Meta 128	Implantar piloto de Assinatura Digital.	2106	Rafael Vieira Fernandes de Castro	Implantação realizada/Implantação prevista	
Meta 129	Digitalizar no mínimo 90% dos documentos recebidos no Protocolo.	2106	Ronal de Oliveira Guedes	Quantidade de documentos digitalizados/Quantidade de documentos recebidos no Protocolo	
Meta 130	Integrar, em ambiente de homologação, os protocolos do MCTI e do Museu Paraense Emílio Goeldi no ambiente operacional do Sistema Próton na infraestrutura do MCTI.	2106	Ronal de Oliveira Guedes	Integração realizada/Integração prevista	

Meta 131	Atender a 90% das demandas dos usuários do Arquivo Central mediante a disponibilização, em formato digital e via Sistema Próton, do(s) documento(s) objeto(s) de cada demanda.	2106	Sonia Maria Ferreira dos Santos	Quantidade de demandas atendidas via Próton/Quantidade de demandas no período	
Meta 132	Fortalecer ações para consolidar o Serviço de Arquivo Central como unidade administrativa representante da SPOA/MCTI , órgão setorial do Arquivo Nacional, objetivando prestar apoio técnico à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério juntamente com as unidades administrativas do órgão.	2106	Sonia Maria Ferreira dos Santos	Fortalecimento de ações realizado/Fortalecimento de ações previsto	
Meta 133	Empreender esforços para a aprovação, pela CPAD/MCTI, dos instrumentos de gestão de documentos: o Plano de Classificação de Documentos - CDD e a Tabela de Temporalidade de Documentos - TTD do MCTI, das atividades-fim.	2106	Sonia Maria Ferreira dos Santos	Versão preliminar dos instrumentos de gestão elaborada/ Versão preliminar dos instrumentos de gestão prevista	
Meta 134	Atender a 90% das demandas de apoio técnico aos usuários envolvidos com serviços arquivísticos do MCTI.	2106	Sonia Maria Ferreira dos Santos	Quantidade de demandas atendidas/Quantidade de demandas no período	
Meta 135	Aprovar junto à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD/MCTI a Listagem de Eliminação de Documentos a ser encaminhada ao Arquivo Nacional	2106	Sonia Maria Ferreira dos Santos	Listagem aprovada/Listagem prevista para aprovação	
Meta 136	Incluir na base de dados de Legislação da BPC&T, 100% da Legislação do Diário Oficial da União, Seção II, até julho/1991.	2106	Anderson Andreis/Paulo Estevão de Oliveira	Quantidade de legislação incluída/Quantidade de legislação prevista para inclusão	
Meta 137	Incluir na base de dados de Legislação da BPC&T, pelo menos, 90% dos Boletins de Serviço publicados em 2014.	2106	Anderson Andreis	Quantidade de Boletins incluídos/Quantidade de Boletins publicados	
Meta 138	Avaliar a ferramenta para implantação da Biblioteca Digital do MCTI, e preparar o seu Termo de Referência.	2106	Paulo Estevão de Oliveira	Ferramenta avaliada e Termo de Referência preparado/Avaliação da Ferramenta e preparação do Termo de Referência previstos	

Meta 139	Avaliar 100%, descartando e organizando, da coleção de periódicos, no total de 323 títulos.	2106	Silvani Gomes de Oliveira	Quantidade de Títulos avaliados/Quantidade total de Títulos considerados	
Meta 140	Incluir na base de dados de Legislação da BPC&T, pelo menos, 85% da legislação superior em ciência e tecnologia, publicada entre o período de 1939 a 2009, de um universo de 2417 itens.	2106	Denise Maria Karl/Silvani Gomes de Oliveira	Quantidade de legislação incluída/Quantidade de legislação total considerada	
Meta 141	Incluir na base de dados de Legislação da BPC&T, pelo menos, 90% da Legislação Superior em C&T publicados em 2014.	2106	Denise Maria Karl	Quantidade de legislação incluída/Quantidade de Legislação publicada em 2014	
Meta 142	Executar 80% do contrato de aquisição de livro, cujo valor total do contrato perfaz R$ 43.388,00.	2106	Pedro Ivo Queiroz Mariz	Valor executado/Valor do contrato	
Meta 143	Atender a 90% das solicitações encaminhadas pelos usuários à BPC&T em 2014.	2106	Pedro Ivo Queiroz Mariz	Solicitações atendidas/Solicitações encaminhadas	
Meta 144	Incluir na base de dados de monografia, pelo menos, 90% das publicações compradas em 2014.	2106	Elise Silva do Nascimento	Publicações incluídas/Publicações compradas	
Meta 145	Acompanhar 100% das atividades realizadas pelos colaboradores.	2106	Elise Silva do Nascimento	Atividades acompanhadas/Atividades realizadas no setor	

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH

Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 146	Realizar três reuniões ordinárias da Comissão Interna do Plano de Carreiras - CI e três do Comitê Especial para Gratificação de Qualificação - CE e instruir para implementação todos os processos aprovados.	2106	Flávio Coutinho de Carvalho	Nº de reuniões realizadas com todos os processos aprovados e instruídos p/ implementação/6	
Meta 147	Manter atualizada a Tabela Geral da Força de Trabalho do MCTI	2106	Flávio Coutinho de Carvalho	Nº de servidores da amostra de 100 servidores com dados atualizados (corretos)/100 (amostra de100	

				servidores escolhidos aleatoriamente)	
Meta 148	Participar de, no mínimo, quatro eventos de capacitação/atualização na área de governança de empresas estatais	2106	Flávio Coutinho de Carvalho	Nº de participações/ 4	
Meta 149	Elaborar 100% das Notas Técnicas e Pareceres demandados à Assessoria da CGRH até 31/01/2015.	2106	Flávio Coutinho de Carvalho	Nº de Notas Técnicas e Pareceres concluídos até 31.01.2015 /Nº de Notas Técnicas e Pareceres demandados até 31.01.2015.	
Meta 150	Monitorar 100% dos pedidos oriundos do SIC para a CGRH até a resposta, no prazo legal.	2106	Flávio Coutinho de Carvalho	Nº de respostas feitas no prazo legal/N° de pedidos oriundos do SIC até 31/01/2015.	
Meta 151	Instruir todos os processos de movimentação de pessoal (cessão, remoção, redistribuição) no período avaliativo.	2016	Iza Silva de Assis	Nº processos instruídos/Nº processos demandados	
Meta 152	Responder a todas as demandas relativas a cumprimento de decisões judiciais, ações dos órgãos de controle e dos servidores do MCTI.	2016	Iza Silva de Assis	Nº de respostas/Nº de demandas	
Meta 153	Cadastrar 100% das solicitações de senhas para acesso à Rede SERPRO, e excluir usuários no âmbito da Administração Central e Unidades de Pesquisa.	2016	Iza Silva de Assis	Nº de cadastramento e exclusões realizados/nº de solicitações	
Meta 154	Incluir no SIAPE todos os servidores empossados no concurso público para provimento no MCTI.	2106	Otacílio Bonfin Neto	Nº de servidores incluídos no SIAPE/ Nº de servidores empossados	
Meta 155	Registrar no SISAC todas as ocorrências que exigem cadastramento neste sistema.	2106	Otacílio Bonfin Neto	Nº de cadastramento no SISAC efetuados/Nº de cadastramento que exigem registro no SISAC	
Meta 156	Capacitar, no mínimo, 10 servidores da DCAD para operacionalizar o SIAPE.	2106	Otacílio Bonfin Neto	Nº de servidores capacitados/10	
Meta 157	Alterar no SIAPE os níveis de Classe/Padrão de 497 servidores que receberam progressão funcional e promoção.	2106	Otacílio Bonfin Neto	Nº de alterações realizadas/497	
Meta 158	Incluir na folha de pagamento os 74 servidores empossadosdo CEMADEN.	2106	José Rodrigues Camelo	Nº servidores do CEMADEN incluídos na folha de pagamento/74	

Meta 159	Calcular e pagar a progressão funcional de 497 empossados em 2013.	2106	José Rodrigues Camelo	Nº de cálculos e de pagamento realizados/497	
Meta 160	Efetuar 100% dos pagamentos de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, bem como dos auxílios, vantagens e benefícios demandados à DPAG.	2106	José Rodrigues Camelo	Quantidade de pagamento efetivados/quantidade de pagamentos demandados	
Meta 161	Elaborar a portaria de normatização, no âmbito da AC/MCTI, do Programa de Capacitação em Língua Estrangeira - PCLE.	2106	Valéria Moreira Neves dos Santos	Portaria elaborada/Elaboração de Portaria prevista	
Meta 162	Realizar 100% das ações relacionadas à elaboração do Plano Anual de Capacitação - PAC da AC/MCTI referente ao ano de 2015.	2106	Valéria Moreira Neves dos Santos	Plano Anual de Capacitação - PAC 2015 elaborado/Plano Anual de Capacitação - PAC 2015 previsto	
Meta 163	Receber e distribuir 100% das demandas relacionadas aos assuntos de competência da Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos - CODE advindas de servidores e empregados públicos da AC/MCTI e das suas Unidades de Pesquisa, bem como de outros órgãos e instituições da administração pública e de instituições privadas.	2106	Valéria Moreira Neves dos Santos	Demandas para a CODE recebidas e distribuídas/Demandas para a CODE recebidas	
Meta 164	Analisar e executar 100% das demandas dos servidores e das UP's referentes às solicitações de Aposentadorias, Pensões e Abonos de Permanência.	2106	Roberta Rodrigues Moreira Branco Paredes	Nº de demandas, analisadas e executadas/Nº de demandas recebidas	
Meta 165	Analisar e executar 100% das demandas dos servidores e das UP's referentes às solicitações de concessões dos benefícios de Assistência à Saúde Suplementar e Auxílio Transporte, respeitando a Previsão Orçamentária.	2106	Roberta Rodrigues Moreira Branco Paredes	Nº de demandas, analisadas e executadas/Nº de demandas recebidas	
Meta 166	Realizar os Exames Médicos Periódicos em, pelo menos, 50% dos servidores e empregados públicos convocados na Administração Central do MCTI e de suas Unidades de Pesquisa.	2106	Roberta Rodrigues Moreira Branco Paredes	Quantidade de Exames Médicos Periódicos realizados/ Quantidade de Exames Médicos Periódicos previstos	
Meta 167	Atender 100% das demandas de Prestação de Contas e Auditorias Internas e Externas.	2106	Roberta Rodrigues Moreira Branco Paredes	Nº de demandas atendidas/Nº de demandas recebidas	

Meta 168	Atender 100% das demandas de Comunicação Institucional pertinentes à CGRH.	2107	Roberta Rodrigues Moreira Branco Paredes	Nº de demandas atendidas/Nº de demandas recebidas	
Meta 169	Coordenar, acompanhar, monitorar e aplicar 100% das Avaliações de Desempenho com vistas ao pagamento da GDACT, nos moldes da Portaria MCTI 936/2012.	2106	Vera Lucia Maria da Silva	Nº de avaliações de desempenho realizadas/Nº de avaliações previstas	
Meta 170	Efetuar o pagamento de Reembolso de mensalidades de capacitação a servidores nos moldes da Portaria MCTI nº 173/2012 e Portaria MCTI nº 21/2014.	2106	Vera Lucia Maria da Silva	Nº de pagamento de reembolsos efetuados/Nº de pagamento de reembolsos previstos	
Meta 171	Coordenar o processo de contratação, supervisão e pagamento de 100 % dos estágios não obrigatórios no âmbito da AC/MCTI junto ao CIEE.	2106	Vera Lucia Maria da Silva	Nº de estagiários contratados/Nº de contratações de estagiários previstos	
Meta 172	Coordenar100% das ações voltadas ao acompanhamento e avaliação do estágio probatório no âmbito da AC/MCTI.	2106	Vera Lucia Maria da Silva	Nº de ações de acompanhamento e avaliação de estágio realizadas/Nº de Ações de acompanhamento e avaliação de estágio previsto	
Meta 173	Ofertar 1.200 (vagas) oportunidades de capacitação, entre temáticas variadas, incentivando, monitorando e avaliando seu preenchimento	2106	Vera Lucia Maria da Silva	Nº de oportunidades (vagas) de capacitação ofertadas/Nº de oportunidades (vagas) de capacitação ofertadas previstas	

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CGTI					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 174	Executar 70% dos recursos orçamentários da CGTI, com apuração compreendida no período de mar/2014 a fev/2015.	2106	Samih Naif Daibes Júnior	Σ de recursos orçamentários da CGTI executados/Σ dos recursos orçamentários da CGTI previsto	
Meta 175	Aperfeiçoar 25% dos processos da CODS, com apuração compreendida no período de mar/2014 a fev/2015.	2106	George Hideyuki Kuroki Júnior	Σ de processos da CODS aperfeiçoados /Σ de processos da CODS	

Meta 176	Capacitar 80% dos servidores da CODS até fevereiro de 2015.	2106	George Hideyuki Kuroki Júnior	Nº de servidores da CODS que participaram de eventos de capacitação/Nº de servidores da CODS	
Meta 177	Aperfeiçoar 25% dos processos da COGR, com apuração compreendida no período de mar/2014 a fev/2015.	2106	Jorge Antônio de Carvalho	Σ de processos da COGR aperfeiçoados/Σ de processos da COGR	
Meta 178	Capacitar 80% dos servidores da COGR até fevereiro de 2015.	2106	Jorge Antônio de Carvalho	Nº de servidores da COGR que participaram de eventos de capacitação /Nº de servidores da COGR	

ASSESSORIA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS - ASCAV

ASSESSORIA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS - ASCAV					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 179	Publicar/divulgar 3 três Boletins " ASCAV Express" para circulação no MCTI	2106	Júnia Valéria Quiroga da Cunha	Quantidade de boletins publicados/3	
Meta 180	Produção de 2 (duas) Notas Técnicas relativas a estudos ou documentos de gestão	2106	Júnia Valéria Quiroga da Cunha	Quantidade de Notas Técnicas/2	
Meta 181	Produção de 2 (duas) Notas Técnicas relativas à execução e atualização do PAMA 2013/2014	2106	Júnia Valéria Quiroga da Cunha	Quantidade de Notas Técnicas/2	
Meta 182	Produção do Relatório Anual de Atividades de Monitoramento e Avaliação	2106	Júnia Valéria Quiroga da Cunha	Quantidade de relatórios publicados /1	

COORDENAÇÃO-GERAL DE INDICADORES - CGIN					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta183	Realizar uma reunião anual da Rede de Indicadores Estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação (RIECTI)	2106	Renato Baumgratz Viotti	Quantidade de reuniões realizadas/1	
Meta 184	Realizar pelo menos um treinamento da Rede de Indicadores Estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação (RIECTI) sobre a mensuração dos dispêndios dos governos estaduais em ciência e tecnologia	2106	Renato Baumgratz Viotti	Quantidade de reuniões realizadas/1	
Meta 185	Publicar os dispêndios dos governos estaduais em ciência e tecnologia para o ano de 2013	2106	Renato Baumgratz Viotti	Publicação realizada/1	
COORDENAÇÃO-GERAL DE PROGRAMAS - CGPG					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 186	Elaboração de documento institucional para Mensagem Presidencial	2106	Sérgio Luiz Doscher da Fonseca	Nº de documentos elaborados/1	
Meta 187	Realizar pelo menos 2 (duas) exportações de dados/informações de acompanhamento da LOA 2014 do SIGMCT para o SIOP	2106	Sérgio Luiz Doscher da Fonseca	Nº de exportações realizadas/2	
Meta 188	Monitorar o cumprimento das metas de gestão do Plano Plurianual do MCTI (PPA).	2106	Sérgio Luiz Doscher da Fonseca	Nº de monitoramentos/1	

Meta 189	Etapa inicial do projeto de Meta-avaliação: levantamento de avaliações de políticas e programas do MCTI	2106	Sérgio Luiz Doscher da Fonseca	Nº de etapas realizadas/1	

ASSESSORIA DE COORDENAÇÃO DOS FUNDOS SETORIAIS - ASCOF

ASCOF					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 190	Apoiar reuniões dos Comitês Gestores e Colegiados dos Fundos Setoriais.	2106	Marcos Toscano Siebra Brito	Nº de reuniões apoiadas/Nº de reuniões previsto	
Meta 191	Acompanhar a elaboração e a implementação dos termos de referência das ações verticais e transversais.	2106	Marcos Toscano Siebra Brito	Nº TRs enviados/nº TRs autorizados	
Meta 192	Elaborar 15 relatórios anuais de execução dos FS.	2106	Marcos Toscano Siebra Brito	Nº relatórios elaborados/ Nº de relatórios previstos	
Meta 193	Manter os Escritórios Virtuais no SIGFS atualizados.	2106	Marcos Toscano Siebra Brito	Nº de Escritórios Virtuais no SIGFS atualizados/ Nº de Escritórios Virtuais no SIGFS	
Meta 194	Dar resposta a 100% das demandas de informações sobre os Fundos Setoriais encaminhados à ASCOF.	2106	Marcos Toscano Siebra Brito	Nº de respostas elaboradas/ Nº de demandas de informações encaminhadas à ASCOF	

ASSESSORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS - ASCAP

ASCAP					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 195	Apresentar 12 relatórios referentes ao acompanhamento mensal do FNDCT.	2106	Adriano Macedo Ramos	Relatório apresentados/Relatórios previstos	
Meta 196	Apresentar 01 proposta com a previsão orçamentária dos Fundos Setoriais para composição do Orçamento anual do FNDCT.	2106	Adriano Macedo Ramos	Proposta apresentada/Proposta prevista	
Meta 197	Apresentar 03 estudos com propostas para revisão de receitas des Fundos Setorias/FNDCT existentes.	2106	Adriano Macedo Ramos	Estudos apresentados/Estudos previstos	
Meta 198	Apresentar 05 novas propostas de novas formas de fomento às atividades de C,T&I identificadas pela ASCAP.	2106	Adriano Macedo Ramos	Propostas apresentadas/Propostas previstas	
Meta 199	Subsidiar a SEXEC em 04 negociações com Governos, Entidades e Comunidades de CT&I para revisão de marco regulatório de CT&I.	2106	Adriano Macedo Ramos	Negociações subsidiadas/Subsídios a negociações previstos	
Meta 200	Atualizar base de dados de fontes de recursos internacionais para apoio a C,T&I	2106	Adriano Macedo Ramos	Quantidade de Base de dados atualizada/Quantidade de atualização de base de dados prevista	
Meta 201	Assessorar as Secretarias Finalísticas do MCTI para elaboração de 01 plano estratégico com temas prioritários para captação de recursos internacionais.	2106	Adriano Macedo Ramos	Assessoramento para elaboração de plano estratégico realizado/ Assessoramento para elaboração de plano estratégico	

				previsto	
Meta 202	Participar de 03 negociações para captação de recursos internacionais com Organismos Multilaterais / Agências de Desenvolvimento / Cooperação Bilateral.	2106	Adriano Macedo Ramos	Participação em negociações realizada/ Participação em negociações prevista	
Meta 203	Articular 02 ações no âmbito de Organismos Multilaterais, bem como Acordos Bilaterais para a defesa das Políticas e Fontes Nacionais.	2106	Adriano Macedo Ramos	Quantidade de articulações realizadas/ Quantidade articulações previstas	

UNIDADE DE AVALIAÇÃO: ASSESSORIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS – ASSIN

COORDENAÇÃO-GERAL DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL - CGCI					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 204	Elaborar 25 Notas Técnicas e Subsídios sobre temas de cooperação internacional multilateral, sobre países e sobre temas específicos.	2021	Bárbara R. de Sant'Anna	N° realizado/25	
Meta 205	Preparar e assinar 8 Atos Internacionais (Acordos, Memorandos de Entendimento, Planos de Ação, etc) no âmbito de Organismos Multilaterais e de Foros Internacionais sobre temas específicos de C,T&I.	2021	Bárbara R. de Sant'Anna	N° realizado/8	
Meta 206	Organizar 15 reuniões, seminários, workshops e missões internacionais sobre temas de C,T&I, tendo em vista a participação do MCTI em foros internacionais.	2021	Bárbara R. de Sant'Anna	N° realizado/15	

Meta 207	Organizar 15 reuniões internacionais do Ministro de Estado e do Secretário-Executivo do MCTI.	2021	Bárbara R. de Sant'Anna	N° realizado/15	
Meta 208	Organizar e participar de 10 eventos e reuniões referentes à cooperação internacional.	2021	Bárbara R. de Sant'Anna	N° realizado/10	

COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS ESPACIAIS - CGAE

Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 209	Elaborar 45 Notas Técnicas sobre a cooperação científica e tecnológica bilateral entre o Brasil e outros países.	2021	Margarida Paranhos	N° realizado /45	
Meta 210	Preparar 5 atos internacionais para serem assinados por autoridades do MCTI (Ministro e Secretários).	2021	Margarida Paranhos	N° realizado /5	
Meta 211	Organizar 50 reuniões internacionais e missões ao exterior do Ministro de Estado e Secretários do MCTI.	2021	Margarida Paranhos	N° realizado/50	
Meta 212	Participar de 10 seminários, workshops e missões internacionais	2021	Margarida Paranhos	N° realizado/10	
Meta 213	Apoiar financeiramente 4 projetos de cooperação bilateral	2021	Margarida Paranhos	N° realizado/4	

COORDENAÇÃO-GERAL DE BENS SENSÍVEIS - CGBE					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 214	Analisar e emitir parecer sobre 5000 transferências (importação e exportação) de bens sensíveis, no período de 01/03/2014 a 28/02/2015.	2106	Sérgio Antônio Frazão Araujo	Quantidade de pareceres emitidos/Quantidade de pareceres previstos	
Meta 215	Organizar 3 Cursos de Identificação de Bens Sensíveis, no período de 01/03/2014 a 28/02/2015.	2106	Sérgio Antônio Frazão Araujo	Quantidade de cursos realizados/Quantidade de cursos previstos	
Meta 216	Elaborar e encaminhar à Organização para Proibição de Armas Químicas (OPAQ) 2 Declarações de Atividades Industriais.	2106	Sérgio Antônio Frazão	Quantidade de Declarações de Atividades Industrias enviadas/ Quantidade de Declarações de Industriais previstas	
Meta 217	Participar de 1 Reunião **Regional** das Autoridades Nacionais da Organização para a Proibição das Armas Químicas.	2106	Sérgio Antônio Frazão Araujo	Quantidade de participações realizadas/ Quantidade de participações previstas.	
Meta 218	Participar de 1 Reunião das Autoridades Nacionais da Organização para a Proibição das Armas Químicas.	2106	Sérgio Antônio Frazão Araujo	Quantidade de participações realizadas/ Quantidade de participações previstas.	
Meta 219	Participar de 1 Reunião de Especialistas da Convenção para a Proibição das Armas Biológicas (CPAB).	2106	Sérgio Antônio Frazão Araujo	Quantidade de participações realizadas/ Quantidade de participações previstas.	
Meta 220	Participar de 1 Reunião Plenária Anual do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR).	2106	Sérgio Antônio Frazão Araujo	Quantidade de participações realizadas/ Quantidade de participações previstas.	

Meta 221	Participar de 1 Reunião Plenária Anual do Grupo dos Supridores Nucleares (NSG).	2106	Sérgio Antônio Frazão Araujo	Quantidade de participações realizadas/ Quantidade de participações previstas.	

UNIDADE DE AVALIAÇÃO: CONSULTORIA JURÍDICA

CONJUR					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 222	Assegurar a presteza nas respostas a 95% das demandas formuladas à CONJUR/MCTI pelas demais áreas do Ministério.	2106	Bruno Monteiro Portela	Quantidade de respostas asseguradas com presteza/Quantidade de demandas formuladas à CONJUR	
Meta 223	Encaminhar para capacitação 20% dos novos servidores da CONJUR.	2106	Telma Santos Simplício da Silva	Quantidade de servidores da CONJUR encaminhados para capacitação/Quantidade de servidores previstos para serem encaminhados para capacitação	
Meta 224	Incluir 100% dos documentos no SISTEMA SAPIENS – AGU.	2106	Telma Santos Simplício da Silva	Quantidade de documentos incluídos no Sistema SAPIENS–AGU /Quantidade de inclusões previstas	
Meta 225	Incluir 100% dos documentos da CONJUR no SISCON - AGU.	2106	Silvia Akasaki Machado Nobrega	Quantidade de documentos incluídos no SISCON - AGU/Quantidade de inclusões previstas	
Meta 226	Realizar a transposição da legislação para o novo Portal MCTI.	2106	Silvia Akasaki Machado Nobrega	Transposição realizada/Transposição prevista	

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

UNIDADE DE AVALIAÇÃO: SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – SEPED

SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – SEPED					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 227	Receber, analisar e distribuir 100% das demandas advindas do Gabinete do Ministro do MCTI, da SEXEC e de outros órgãos da federação.	2106	Osvaldo Luiz Leal de Medeiros	Nº de demandas recebidas, processadas e distribuídas realizadas/Nº de demandas recebidas, processadas e distribuídas prevista (100%)	
Meta 228	Emitir e encaminhar 100% dos Relatórios de viagem a serviço do Gabinete da SEPED.	2106	Osvaldo Luiz Leal de Medeiros	Nº de Relatórios emitidos e encaminhados/Nº de relatórios previstos para emissão e encaminhamento (100%)	
Meta 229	Fomentar 2 (dois) sistemas de observação oceânica em apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia do Mar, Oceanos e Clima.	2046	Andrei Polejack	Nº de Sistemas de observação apoiados/Nº de Sistemas de observação previstos (2)	
Meta 230	Coordenar o apoio a 20 (vinte) projetos de pesquisa no âmbito do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR.	2046	Andrei Polejack	Nº de Projetos apoiados/Nº de projetos previstos (20)	

COORDENAÇÃO-GERAL DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO PARA PESQUISA - CGAA					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 231	Analisar, publicar, transferir e acompanhar 12 (doze) Termos de Execução Descentralizada (TED) celebrados pela SEPED.	2106	Maria do Socoro Fernandes	Nº de Termos de Execução Descentralizada (TED) celebrados/Nº de Termos de Execução Descentralizada (TED) previsto (12)	
Meta 232	Publicar no site do MCTI 1 (um) Relatório de Gestão da SEPED	2106	Maria do Socoro Fernandes	Nº de Relatório de Gestão publicado/ Nº de Relatório de Gestão previsto (1)	

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS TEMÁTICOS – DEPPT

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS TEMÁTICOS – DEPPT					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 233	Apoiar, avaliar, coordenar e representar o Secretário da SEPED em 100% das atividades demandadas.	2106	Osvaldo Luiz Leal de Medeiros	Nº de atividades realizadas/Nº de atividades prevista (100%)	
COORDENAÇÃO-GERAL DE BIOTECNOLOGIA E SAÚDE – CGBS					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 234	Apoiar 3 (três) Projetos da ação 20UU.0001	2021	Luiz Henrique Mourão do Canto Pereira	Nº de projetos apoiados/Nº projetos previstos (3)	

Meta 235	Apoiar 2 (dois) Projetos da Ação 20UU.0002	2021	Thiago de Mello Moraes	Nº de projetos apoiados/Nº projetos previstos (2)	
Meta 236	Apoiar 1 (um) Projeto da ação 20V7.0005	2021	Vânia Gomes da Silva	Nº de projetos apoiados/Nº projetos previstos (1)	
Meta 237	Apoiar 1 (um) Projeto da Ação 20US.0005	2021	Charles Narloch	Nº de projetos apoiados/Nº projetos previstos (1)	

COORDENAÇÃO-GERAL DE MUDANÇAS GLOBAIS DE CLIMA - CGMC					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 238	Apoiar 2 (dois) projetos de cooperação internacional em mudanças climáticas.	2050	Márcio Rojas da Cruz	Nº de projetos de cooperação internacional geridos/Nº de projetos de cooperação internacional previsto (2)	
Meta 239	Apoiar a Rede CLIMA.	2050	Márcio Rojas da Cruz	Apoio realizado/Apoio previsto	
Meta 240	Apoiar o funcionamento da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.	2050	Sonia Regina Bittencourt	Apoio realizado/Apoio previsto	
Meta 241	Apoiar a realização de 4 atividades para a concepção do Sistema de Monitoramento dos Impactos das Mudanças Climáticas.	2050	Andréa Nascimento de Araújo	Nº de atividades realizadas/Nº de atividades previstas (4)	
Meta 242	Elaborar documento com as Estimativas Anuais de Emissão de Gases de Efeito Estufa no Brasil.	2050	Márcio Rojas da Cruz	Documento elaborado/Documento previsto	
Meta 243	Apoiar a realização de 5 atividades para o funcionamento da Entidade Nacional Designada para o Mecanismo Tecnológico da CQNUMC.	2050	Sonia Regina Bittencourt	N.º de atividades realizadas/Nº de atividades previstas (5)	

COORDENAÇÃO-GERAL METEOROLOGIA, CLIMATOLOGIA E HIDROLOGIA - CGMH					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 244	Organizar a realização de 1 (uma) reunião da Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CMCH).	2050	Silvestre Rabello de Aguiar Júnior	Nº de reunião realizada/Nº de reunião prevista (1)	
Meta 245	Acompanhar a execução de 3 (três) convênios sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Meteorologia, Climatololgia e Hidrologia (CGMH).	2106	Silvestre Rabello de Aguiar Júnior	Nº de convênios acompanhados/Nº convênios previstos (3)	

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO E ECOSSISTEMAS - CGEC					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 246	Apoiar 5 (cinco) projetos de pesquisa.	2018	Andrea Ferreira Portela Nunes	Nº de projetos apoiados/Nº de projetos previstos (5)	
Meta 247	Apoiar 1 (um) projeto de informatização de dados biológicos.	2018	Andrea Ferreira Portela Nunes	Nº de projetos apoiados/Nº de projeto previsto (1)	
Meta 248	Acompanhar e Avaliar 1 (um) Termo de Parceria com OSCIP.	2018	Andrea Ferreira Portela Nunes	Nº de Termo de Parceria acompanhados e avaliados/Nº de Termo de Parceria previsto (1)	

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS

CEMADEN					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 249	Calibrar modelos geodinâmicos e hidrológicos em 50 áreas críticas, das quais 48 (quarenta e oito) se referem a hidrológicos e 2 (dois) geodinâmicos.	2040	Regina Célia Santos Alvalá	Nº de modelos dinâmicos calibrados em áreas críticas realizado/Nº de modelos dinâmicos calibrados em áreas críticas previsto (50)	
Meta 250	Monitorar 821 municípios, sendo 630 com riscos de deslizamentos de massa.	2040	Regina Célia Santos Alvalá	Nº de municípios monitorados/Nº de municípios a serem monitorados (821)	
Meta 251	Monitorar 821 municípios, sendo 656 com riscos de inundações e enxurradas.	2040	Regina Célia Santos Alvalá	Nº de municípios monitorados/Nº de municípios a serem monitorados (821)	

UNIDADE DE AVALIAÇÃO: SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUJSÃO SOCIAL - SECIS

GABINETE					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 252	Promover o registro, a análise e o acompanhamento de 100% dos atendimentos realizados pela Central de Atendimento ao Cidadão (presencial, via e-mail, telefônico).	2021	Valdelice da Silva Souza	N° requisições atendidas/N° de requisições registradas	

Meta 253	Captar recursos de pelo menos 3 (três) Instituições para apoiar financeiramente a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal.	2021	Fernanda Gomes Pedrosa	Nº de captações realizada/Nº de captações previstas (3)	
Meta 254	Planejar, coordenar e organizar 2 (duas) reuniões de expositores participantes da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal.	2021	Fernanda Gomes Pedrosa	N° de reuniões realizadas / N° de reuniões previstas (2)	
Meta 255	Receber, processar, tratar e distribuir 100% das demandas recebidas pelo Gabinete da Secretaria.	2021	Mírian de Fátima Fiuza de Oliveira Freitas	N° de demandas atendidas/N° de demandas recebidas	
Meta 256	Abrir e disponibilizar 20 (vinte) Programas de competência da Secretaria no Sistema de Convênios e Contrato de Repasses do Governo Federal – SICONV.	2021	Mírian de Fátima Fiuza de Oliveira Freitas	N° de programas abertos e disponibilizados/N° de programas previstos (20)	
Meta 257	Receber, arquivar e encaminhar documentos e correspondências de interesse da Secretaria, mantendo atualizadas as informações sobre a tramitação dos documentos.	2021	Edinalva Luciano da Silva	N° de documentos tratados/N° de documentos recebidos	

COORDENAÇÃO-GERAL DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE INCLUSÃO SOCIAL – CGAP

Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 258	Proceder à análise técnica final de 100 processos em situação de prestação de contas.	2021	Marcos Alberto Barbosa de Carvalho	Nº de processos com análise técnica final efetuada/Nº de processos para análise técnica final previstos (100)	
Meta 259	Atender 100% das diligências e/ou demandas de Órgãos de Controle.	2021	Marcos Alberto Barbosa de Carvalho	N° de diligências e/ou demandas atendidas/N° de diligências e/ou demandas registradas	

Meta 260	Realizar 50 visitas "in loco" aos projetos apoiados.	2021	Marcos Alberto Barbosa de Carvalho	Nº de visitas a Projetos realizadas/Nº de visitas a Projetos previstas (50)	
Meta 261	Elaborar 10 Notas Técnicas referentes às Consultorias (IICA e UNESCO).	2021	Marcos Alberto Barbosa de Carvalho	Nº Notas Técnicas elaboradas/Nº de Notas Técnicas previstas (10)	
Meta 262	Realizar o mapeamento mensal da execução orçamentária das emendas parlamentares.	2021	Marcos Alberto Barbosa de Carvalho	Nº de mapeamentos mensais de Emendas realizados/Nº de mapeamentos previstos (12)	
Meta 263	Realizar o mapeamento mensal da execução orçamentária dos instrumentos de Transferências Voluntárias.	2021	Marcos Alberto Barbosa de Carvalho	Nº de mapeamentos mensais dos instrumentos realizados/ Nº de mapeamentos previstos (12)	

COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CGSA					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 264	Apoiar a realização de 2 seminários da Rede de Soberania e Segurança Alimentar do Brasil.	2021	Osório Coelho Guimarães Neto	Quantidade de seminários apoiados/Quantidade de apoios previstos (2)	
Meta 265	Apoiar a 2 Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional.	2021	Osório Coelho Guimarães Neto	Quantidade de projetos apoiados/Quantidade de apoios previstos (2)	

DEPARTAMENTO DE POPULARIZAÇÃO E DIFUSÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - DEPDI

DEPDI/SECIS					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 266	Emitir 50 pareceres técnicos	2021	Douglas Falcão Silva	Pareceres emitidos/50	
Meta 267	Elaborar 2 Documentos de Referência (DR) para Apresentação de Projetos da Ação 6702.	2021	Douglas Falcão Silva	DRs elaborado/2	

Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 268	Elaborar o texto de 2 editais para chamadas públicas de propostas da Ação 6702 junto ao CNPq.	2021	Douglas Falcão Silva	Textos elaborados/2	
Meta 269	Organizar 3 grandes eventos na área de comunicação pública da ciência no período.	2021	Douglas Falcão Silva	Eventos organizados/3	
Meta 270	Realizar 10 visitas in loco para acompanhamento de processos vigentes.	2021	Douglas Falcão Silva	Visitas realizadas/10	

DEPARTAMENTO DE AÇÕES REGIONAIS PARA INCLUSÃO SOCIAL - DEARE

DEARE/SECIS					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**

Meta 271	Analisar 19 propostas de projetos de Inclusão Digital vinculados às emendas parlamentares LDO 2014.	2025	Uilliam Rocha da Silva	Quantidade de propostas analisadas/19	
Meta 272	Apoiar 4 projetos de Inclusão Digital que fazem parte do Banco de Projetos.	2025	Uilliam Rocha da Silva	Quantidade de projetos apoiados/4	
Meta 273	Acompanhar a execução de 94 Convênios de Inclusão Digital	2025	Uilliam Rocha da Silva	Quantidade de convênios acompanhados/94	
Meta 274	Realizar visita *"in loco"* em 15 projetos apoiados pela Secretaria	2025	Uilliam Rocha da Silva	Quantidade de visitas realizadas/15	
Meta 275	Analisar 7 proposta de projeto de Extensão Tecnológica na temática de Inclusão Digital no âmbito do PROEXT 2014.	2025	Uilliam Rocha da Silva	Quantidade de propostas analisadas/7	
Meta 276	Acompanhar a execução de 11 projetos de Tecnologias Assistivas	2025	Sônia da Costa	Quantidade de projetos acompanhados/11	
Meta 277	Apoiar 1 projeto de inovação para pessoas com deficiência	2021	Sônia da Costa	Quantidade de projetos apoiados/1	
Meta 278	Analisar 5 projetos de Tecnologias Sociais	2021	Ricardo Neves Roncy Pereira	Quantidade de projetos analisados/5	
Meta 279	Elaborar 2 editais junto ao CNPq	2021	Osório Coelho Guimarães Neto	Quantidade de editais elaborados/2	
Meta 280	Analisar 13 projetos de CVT	2021	Osório Coelho Guimarães Neto	Quantidade de projetos analisados/13	
Meta 281	Apoiar 12 projetos de CVT no âmbito do PROEXT	2021	Osório Coelho Guimarães Neto	Quantidade de projetos apoiados/12	

Meta 282	Apoiar 1 Projeto à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais	2021	Osório Coelho Guimarães Neto	Quantidade de projetos apoiados/1	
Meta 283	Elaborar 1 proposta de Cidades Sustentáveis ao GEF - Global Enviroment Facility, junto à ASCAP	2021	Guilherme Alexandre Wiedman	Quantidade de propostas elaboradas/1	
Meta 284	Acompanhar 03 projetos de Cidades Sustentáveis	2021	Guilherme Alexandre Wiedman	Quantidade de projetos acompanhados/3	
Meta 285	Acompanhar 2 projetos de Segurança Alimentar e Nutricional	2021	Osório Coelho Guimarães Neto	Quantidade de projetos acompanhados/2	
Meta 286	Apoiar a realização de 2 seminários da rede brasileira de SSAN - Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.	2021	Osório Coelho Guimarães Neto	Quantidade de seminários apoiados/2	

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO – SETEC

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO – SETEC					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 287	Elaborar 1 Relatório de Gestão da Secretaria.	2021	Armando Zeferino Milioni	Relatório elaborado/1	
Meta 288	Promover em até 100% a integração operacional entre o Gabinete da Secretaria, as unidades da Secretaria e outros órgãos e entidades vinculadas ao Ministério.	2021	Armando Zeferino Milioni	% de integração realizada/% integração prevista	

Meta 289	Receber e responder 100% das demandas advindas das Unidades do MCTI e de órgãos externos.	2021	Armando Zeferino Milioni	Nº de demandas respondidas/Nº de demandas recebidas	
Meta 290	Receber, processar e executar 100% das demandas com passagens e diárias advindas do Gabinete da SETEC e de suas Unidades.	2021	Rozeli Marizete Dragon de Resende	Nº de demandas recebidas, processadas e executadas/Nº de demandas recebidas	
Meta 291	Receber, processar e executar 100% das demandas orçamentárias advindas do Gabinete da SETEC e de suas Unidades.	2021	Rozeli Marizete Dragon de Resende	Nº de demandas recebidas, processadas e executadas/Nº de demandas recebidas	
Meta 292	Receber, processar e distribuir e arquivar 100% das demandas advindas do Gabinete da SETEC, das Unidades do MCTI e de órgãos externo.	2021	Rozeli Marizete Dragon de Resende	Nº de demandas recebidas, processadas, distribuídas e arquivadas/Nº de demandas recebidas	
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS - CGST					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 293	Apoiar até 6 projetos de parques tecnológicos.	2021	Jorge Mário Campagnolo	Projetos apoiados/6	
Meta 294	Apoiar e publicar estudo sobre indicadores de parques tecnológicos.	2021	Jorge Mário Campagnolo	Estudo apoiado e publicado/1	
Meta 295	Apoiar a realização do 5º Encontro Técnico RHAE Pesquisador na Empresa.	2021	Jorge Mário Campagnolo	Evento realizado/1	

Meta 296	Participar de pelo menos uma reunião da RECYT/MERCOSUL em 2014.	2021	Jorge Mário Campagnolo	Participação em reunião realizada/1	
Meta 297	Fomentar e apoiar pelo menos 5 projetos de Promoção da Inovação das Empresas.	2021	Jorge Mário Campagnolo	Projetos fomentados e apoiados/5	
Meta 298	Articular e propor ação de cooperação com o SEBRAE para a aproximação dos programas SIBRATEC e SEBRAEtec	2021	Jorge Mário Campagnolo	Ação de cooperação articulada e proposta/1	
Meta 299	Criar projeto piloto da rede de laboratórios abertos SIBRATECSHOP com a inauguração de até quatro unidades em sua primeira etapa.	2021	Jorge Mário Campagnolo	Projeto piloto elaborado/1	
Meta 300	Analisar até 20 minutas de portarias de processos produtivos básicos para os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus, conforme Decreto nº 288/67.	2021	José Antonio Silverio	Minutas de Portarias analisadas/20	
COORDENAÇÃO-GERAL DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - CGIT					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 301	Realizar levantamento da Política de Propriedade Intelectual e de Inovação das Instituições Científicas e Tecnológicas do Brasil.	2021	Carlos Alberto Lima Neri	Levantamento realizado/1	
Meta 302	Implementar procedimentos de análise dos formulários das empresas beneficiárias dos incentivos fiscais do Capítulo III da Lei do Bem.	2021	Carlos Alberto Lima Neri	Procedimentos implementados/1	

Meta 303	Realizar levantamento dos investimentos governamentais em inovação nas pequenas e micro empresas.	2021	Carlos Alberto Lima Neri	Levantamento realizado/1	
Meta 304	Realizar avaliação dos impactos dos incentivos fiscais do Capítulo III da Lei do Bem sobre a relevância do uso dos incentivos na geração e introdução de inovações nas empresas.	2021	Carlos Alberto Lima Neri	Avaliação realizada/1	
Meta 305	Elaborar relatório anual do cumprimento dos investimentos realizados em P&D no âmbito do Programa INOVAR-AUTO.	2021	Carlos Alberto Lima Neri	Relatório elaborado/1	
Meta 306	Elaborar relatório anual do cumprimento dos investimentos realizados em P&D no âmbito do Programa Incentivos Regionais.	2021	Carlos Alberto Lima Neri	Relatório elaborado/1	
Meta 307	Acompanhar as atividades de cooperação bilateral e multilateral e elaborar relatório com balanço das atividades.	2021	Carlos Alberto Lima Neri	Atividade acompanhada e relatório elaborado/1	
Meta 308	Apoiar e acompanhar pelo menos 1 atividade no âmbito do projeto dos diálogos setoriais com a União Europeia na área de propriedade intelectual.	2021	Carlos Alberto Lima Neri	Apoio e acompanhamento realizados/1	

COORDENAÇÃO-GERAL DE MICRO E NANOTECNOLOGIAS – CGNT					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 309	Finalizar o processo de contratação dos 26 laboratórios do SisNANO.	2021	Flávio Plentz Orlando Filho	Processo de Contratação finalizado (Acordos de Cooperação assinados, publicados e projetos contratados)/26	

Meta 310	Promover e organizar evento de avaliação das redes de nanotoxicologia e nanoinstrumentação.	2021	Flávio Plentz Orlando Filho	Evento promovido e organizado/1	
Meta 311	Realizar até duas reuniões do Comitê Consultivo de Nanotecnologia.	2021	Flávio Plentz Orlando Filho	Reunião realizada/2	
Meta 312	Realizar até duas reuniões do Comitê Interministerial de Nanotecnologia.	2021	Flávio Plentz Orlando Filho	Reunião realizada/2	
Meta 313	Iniciar o processo de inserção do Brasil no Projeto NanoReg	2021	Flávio Plentz Orlando Filho	Processo iniciado/1	
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIAS SETORIAIS - CGTS					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 314	Elaborar e aprovar o documento de diretrizes do Fundo Setorial Mineral (CT-Mineral).	2021	Eduardo Soriano	Documento elaborado e aprovado/1	
Meta 315	Apoiar e acompanhar pelo menos 3 (três) estudos setoriais nas áreas de energia e recursos minerais.	2021	Eduardo Soriano	Estudos apoiados e acompanhados/3	
Meta 316	Elaborar e descentralizar até 3 (três) Termos de Execução Descentralizada (TED) para apoiar projetos de P,D&I em energia e recursos minerais.	2021	Eduardo Soriano	TED elaborados e descentralizados/3	
Meta 317	Apoiar e acompanhar pelo menos 3 (três) atividades no âmbito do projeto dos diálogos setoriais com a União Europeia.	2021	Eduardo Soriano	Atividades apoiadas e acompanhadas/3	
Meta 318	Apoiar a realização de 2 (dois) seminários internacionais na área de energia.	2021	Eduardo Soriano	Realização de eventos apoiada/2	
Meta 319	Realizar pelo menos 4 (quatro) visitas técnicas de acompanhamento de projetos apoiados pela SETEC na área de energia.	2021	Eduardo Soriano	Visitas realizadas/4	

UNIDADE DE AVALIAÇÃO: SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA – SEPIN

SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA – SEPIN					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 320	Contribuir para o trabalho geral e/ou às metas da equipe da Secretaria de Política de Informática - SEPIN / Departamento de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologias da Informação e Comunicação: Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação; Coordenação-Geral de Serviços e Programas de Computador e Coordenação-Geral de Microeletrônica.	2106	Luanna Sant'Anna Roncaratti	Contribuição realizada/Contribuição prevista	

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS SETORIAIS EM TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO – DETIC

COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS E PROGRAMAS DE COMPUTADOR - CGPC					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 321	Realizar no mínimo 05 (cinco) eventos relacionados à indústria de Software e serviços de TI.	2021	José Henrique de L. C. Dieguez Barreiro	Eventos realizados/5	

Meta 322	Avaliar e acompanhar a execução de pelo menos 02 (dois) projetos beneficiários dos recursos dos PPI.	2021	José Henrique de L. C. Dieguez Barreiro	Execução avaliada e acompanhada/2	
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CGTE					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 323	Realizar Seminário com Centros Privados de Pesquisa e Desenvolvimento em TIC, Credenciados pelo CATI.	240116	Adalberto Afonso Barbosa	Seminário realizado/Seminário previsto	
Meta 324	Realizar Seminário com Centros de Pesquisa e Desenvolvimento vinculados ao MCTI, credenciados pelo CATI.	240116	Adalberto Afonso Barbosa	Seminário realizado/Seminário previsto	
Meta 325	Realizar Seminário com Incubadoras de Base Tecnológica em TIC, credenciadas pelo CATI.	240116	Adalberto Afonso Barbosa	Seminário realizado/Seminário previsto	
Meta 326	Elaborar proposta de atualização do Anexo I do Decreto nº 5.906/2006.	240116	Adalberto Afonso Barbosa	Proposta elaborada/Proposta prevista	
Meta 327	Analisar 200 Relatórios Demonstrativos das empresas incentivadas pela Lei de Informática - Lei n.º 8.248/1991.	240116	Marcelo Souto Maior Monteiro	Relatórios analisados/200	
Meta 328	Acompanhar e avaliar - in loco - 50 Projetos de P&D executados por empresas habilitadas aos incentivos da Lei de Informática - Lei n.º 8.248/1991	240116	Marcelo Souto Maior Monteiro	Projetos acompanhados e avaliados/50	
Meta 329	Realizar as inspeções técnicas em 15 empresas no cumprimento do Processo Produtivo Básico - PPB.	240116	Karina Domingues Bressan Vidal	Inspeções realizadas/15	

Meta 330	Realizar as análises técnicas de todos os Pleitos de Incentivos protocolados até 30.11.2014 sob governança da DAAV (Processos Ímpares).	240116	Karina Domingues Bressan Vidal	Análises realizadas/Análises previstas	
Meta 331	Realizar as análises técnicas (com inspeções quando necessárias in loco) de 50 pleitos de Empresas para Reconhecimento de Bens Desenvolvidos no País.	240116	Karina Domingues Bressan Vidal	Análises realizadas/50	
Meta 332	Realizar as análises técnicas de todos Pleitos de Credenciamento de Instituições de P&D junto ao CATI protocolados até 30.11.2014.	240116	Karina Domingues Bressan Vidal	Análises realizadas/Análises previstas	
COORDENAÇÃO-GERAL DE MICROELETRÔNICA - CGME					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 333	Realizar as análises técnicas de todos os projetos do PADIS e do PATVD protocolizados no MCTI até 31.12.2014, sob responsabilidade da CGME.	2021	Henrique de Oliveira Miguel	Nº de análises técnicas realizadas/Nº de pleitos de incentivo protocolados no período	
Meta 334	Analisar 8 Relatórios Demonstrativos das empresas incentivadas pela Lei nº 11.484, de 2007 (PADIS e PATVD).	2021	Henrique de Oliveira Miguel	Nº de Relatórios Demonstrativos analisados/Nº de análises de Relatórios Demonstrativos previstas (8)	
Meta 335	Acompanhar e avaliar - *in loco* - 3 projetos de P&D realizados por empresas beneficiárias do PADIS e do PATVD em convênio com instituições credenciadas pelo CATI e CAPDA.	2021	Henrique de Oliveira Miguel	Nº de projetos acompanhados e avaliados *in loco*/Nº de projetos previstos para serem acompanhados e avaliados *in loco* (3)	

UNIDADE DE AVALIAÇÃO: INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO – INSA

I N S A					
Campo 2	**Descrição das Metas Intermediárias**	**Nº do Programa do PPA/LOA**	**Responsável pela Meta**	**(A) Forma de aferição do alcance da Meta: Quantidade realizada/Quantidade prevista**	**Resultado (A) x 100 até o máximo de 100%**
Meta 336	Executar 80% dos objetivos e metas do Termo de Compromisso de Gestão (TCG) assinado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Instituto Nacional do Semiárido,	2021	Ignácio Hernan Salcedo	$ADI = \sum(\frac{Pesos * Nota}{Total\ de\ pesos})$	
Meta 337	Executar 80% dos indicadores: a) físicos operacionais, (b) administrativo-financeiros, (c) recursos humanos e, (d) Indicadores sociais do Termo de Compromisso de Gestão (TCG) assinado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Instituto Nacional do Semiárido.	2021	Ignácio Hernan Salcedo	$ADI = \sum(\frac{Pesos * Nota}{Total\ de\ pesos})$	